



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



**VIDAS EM MOVIMENTO ENTRE MUROS E PONTES: ÓCIO E PROCESSOS
EDUCATIVOS NA VIDA COTIDIANA DE POVOS INDÍGENAS WARAO E PEMÓN
REFUGIADOS**

Robson Amaral da Silva

São Carlos/SP
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



**VIDAS EM MOVIMENTO ENTRE MUROS E PONTES: ÓCIO E PROCESSOS
EDUCATIVOS NA VIDA COTIDIANA DE POVOS INDÍGENAS WARAO E PEMÓN
REFUGIADOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, na Linha de pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Aida Victoria Garcia Montrone.

São Carlos/SP
2025

Silva, Robson Amaral da

Vidas em movimento entre muros e pontes: ócio e processos educativos na vida cotidiana de povos indígenas Warao e Pemón refugiados / Robson Amaral da Silva -- 2025.
400f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Aida Victoria Garcia Montrone

Banca Examinadora: Aida Victoria Garcia Montrone, Luiz

Gonçalves Junior, Denise Aparecida Corrêa, Fábio

Ricardo Mizuno Lemos, Carlos Manuel Simões Nolasco

Bibliografia

1. Processos educativos. 2. Lazer. 3. Indígenas refugiados/as. I. Silva, Robson Amaral da. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Robson Amaral da Silva, realizada em 24/11/2025.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Aida Victoria Garcia Montrone (UFSCar)

Prof. Dr. Luiz Gonçalves Junior (UFSCar)

Profa. Dra. Denise Aparecida Correa (UNESP)

Prof. Dr. Fábio Ricardo Mizuno Lemos (IFSP)

Prof. Dr. Carlos Manuel Simões Nolasco (UC)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

Dedico este trabalho a todas as pessoas refugiadas existentes no mundo e, em especial, àquelas que, com generosidade e coragem, compartilharam suas vidas e experiências nesta pesquisa e que, entre muros e pontes, seguem ensinando que a vida é uma travessia.

Dedico este trabalho ao meu filho Pedro. Em meio às exigências da escrita, foi no seu olhar curioso, na sua inquietude e nos seus convites ao brincar que tenho descoberto outros ritmos de existência. Sua presença iluminou o percurso da minha vida e encheu de amor os dias mais densos. Logo que se encantou pelos livros, em uma de suas histórias preferidas, soube repetir inúmeras vezes, sem saber, algo muito caro para esta tese: “O mundo inteiro segue em movimento” (*O mundo inteiro* – Liz Garton Scalon e Marta Frazee).

Agradeço ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela concessão da bolsa de Doutorado Sanduíche no Exterior (SWE), no âmbito do projeto de pesquisa de cooperação internacional *Motricidades do Sul: contra o desperdício da experiência*, aprovado sob o número 403212/2022-7 na Chamada CNPq nº 26/2021 de Apoio à Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação: Bolsas no Exterior que possibilitou a realização de parte desta pesquisa no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC), Portugal.

Esta tese está vinculada ao Grupo de Pesquisa “Práticas Sociais e Processos Educativos”, cadastrado no CNPq desde 1997, com a investigação de campo realizada após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), conforme Parecer Consubstanciado nº 6.494.983.

[...] Sugiro-lhes que, em nossa sociedade pós-moderna, estamos todos - de uma forma ou de outra, no corpo ou no espírito, aqui e agora ou no futuro antecipado, de bom ou de mau grado - em movimento; nenhum de nós pode estar certo(a) de que adquiriu o direito a algum lugar de uma vez por todas, e ninguém acha que sua permanência num lugar, para sempre, é uma perspectiva provável. [...] (Bauman, 2022, p. 140).

AGRADECIMENTOS

“Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar” (Antonio Machado)

Esta tese, desde o seu início, quando ainda era um projeto de doutoramento, trazia em seu título a palavra movimento, entendida não a partir da perspectiva da Física, mas como vida em movimento em sua forma mais sensível e imprevisível. Foi gestada entre muros que exigiram pausa, resistência e escuta, e entre pontes que se fizeram passagem, encontro e possibilidade. Nenhuma travessia dessa natureza se realiza sozinho. Por isso, estas palavras são um gesto de reconhecimento a todas as presenças que, de diferentes maneiras, caminharam comigo e ajudaram a transformar o percurso em experiência compartilhada.

Ao meu pai Juarez (in memoriam) e à minha mãe Graça (in memoriam), que já não caminham ao meu lado no tempo presente, mas permanecem vivos em cada passo que dou, deixo minha mais profunda gratidão. Foram as pessoas que, muito antes desta tese existir, ensinaram que o estudo era o caminho e a possibilidade de um futuro melhor, não só para mim. Para que isso se concretizasse, não mediram esforços. Em gestos simples e palavras firmes, mostraram que aprender é uma forma de dignidade e que o conhecimento pode abrir pontes onde antes só havia muros. A vocês, que seguem presentes naquilo que sou, dedico este trabalho.

À minha esposa Gisele, agradeço por ser ponte antes mesmo de qualquer muro. Em sua presença cotidiana encontrei sustentação nos momentos de cansaço e desânimo, abrigo nos dias de dúvida e coragem nos instantes em que o caminho parecia estreito demais. Seu cuidado silencioso, sua escuta atenta e sua confiança constante permitiram que esta caminhada fosse possível. Se esta tese se move, é porque você permaneceu, firme, afetuosa e generosa, quando o mundo exigia a travessia. Se hoje esta tese se faz travessia, é porque você foi o meu chão.

À minha tia e madrinha, Iza, deixo um agradecimento que nasce do afeto mais simples e mais verdadeiro. Sua presença constante em minha vida e seu amor incondicional foram abrigo nos momentos difíceis e alegria nos dias de incerteza. Seu carinho e sua atenção foram, para mim, pontes firmes ao longo do caminho.

Ao meu sogro Senhor Reinaldo e à minha sogra Dona Eva, deixo minha gratidão por serem território de acolhida. Em vocês encontrei pontes feitas de gestos simples e profundos: palavras de incentivo, escuta cuidadosa e apoio constante. Vocês foram parte fundamental desta travessia, ajudando a transformar o esforço acadêmico em experiência compartilhada e afetivamente sustentada.

Ao Rodrigo, à Deborah, à Lelê, Tia Zilda, Tio Zó, Tia Leonor, Lú, Alexandre, Laurinha, Fabiana, João Ricardo e Ricardinho, que vivem espacialmente distantes, mas sempre perto no afeto, deixo meu agradecimento. A distância jamais foi um muro entre nós. Tornou-se ponte feita de mensagens, ligações de vídeo, lembranças e cuidado compartilhado, capaz de encurtar caminhos e sustentar vínculos. Mesmo de longe, vocês se fizeram presentes nos gestos de incentivo, nas palavras de apoio e na certeza de que o afeto não conhece fronteiras.

À minha orientadora, Victoria, expresso minha mais profunda gratidão. Sua orientação foi um exercício constante de confiança e partilha ao aceitar realizarmos este trabalho. Como ponte, permitiu travessias possíveis, mesmo quando parecia necessário mudar de rota. Incentivou o rigor sem perder a sensibilidade que, muitas vezes, a academia nos despe. Registro aqui, também, minhas sinceras desculpas pelos momentos de ausência.

À banca examinadora, agradeço pelas leituras cuidadosas, pelas provocações rigorosas e pelo diálogo respeitoso. Cada apontamento ajudou a ampliar o horizonte deste trabalho, reafirmando o caráter coletivo da produção do conhecimento. Contudo, uma banca examinadora é composta por pessoas, às quais dirijo breves, mas sinceras, palavras: ao Luiz, por todas as oportunidades proporcionadas ao longo destes anos. Você sempre foi inspiração para mim; à Denise, que acompanha minha trajetória desde a graduação e foi fundamental ao proferir palavras de conforto e incentivo em momentos difíceis desta caminhada; ao Mizuno, a pessoa mais freireana que já conheci e exemplo de intelectual, cujas considerações sempre foram muito valiosas para mim; ao Carlos Nolasco, agradeço pela acolhida institucional e intelectual durante a estada em Coimbra (Portugal), no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pelas trocas generosas e pelas contribuições que ampliaram minhas leituras e perspectivas. Sua presença abriu novos caminhos e fortaleceu esta pesquisa como experiência de diálogo intercultural e acadêmico.

Aos professores e professoras da graduação e da pós-graduação, minha gratidão por terem aberto as primeiras trilhas que me trouxeram até aqui e por me permitirem continuar caminhando. Em suas aulas, orientações e conversas, aprendi que a educação é um processo contínuo de escuta, diálogo e inquietação. Vocês foram pontes, responsáveis por despertar o desejo de compreender o mundo a partir de uma perspectiva que conjuga criticidade e sensibilidade. Sintam-se todos cumprimentados, mas alguns necessitam de registro: Glauco, Lili, Yara, Paula, Osmar, Elenice, Petronilha, Waldenez, Iraí, Maria Paula Meneses (Coimbra) e Christianne Gomes.

Aos amigos e amigas de todos os espaços, agradeço pela companhia nos caminhos visíveis e invisíveis desta jornada. Foram vocês que suavizaram os muros com conversas

sinceras, risos inesperados e silêncios respeitosos. Em cada encontro, reafirmaram que nenhuma pesquisa se faz apenas de conceitos, mas também de vínculos que nos lembram quem somos quando o percurso se torna pesado. Marcelo (Gonzo), Ariane, Rodrigo (Cascão), Clayton (Spina), Vitor (Vitão), Guilherme Speretta (Ferinha), Clariana, Lucinéia, Murilo (Murilão), Maria do Céu, Débora Palma, Paulo Silva, Andréia Salviano, Marcos, Maria Vitória, Thales, Samuca, Bárbara, Anna Carolina, Silmara (Sil), Nathan Varotto, Anna Laura, Carol Martins, Luis Fernando (Bodinho), Luciana de Oliveira, Paulinha, Alex, Marcel, Evandro Fioco, Renata, Érika, Karina Conte, Karina Serrazes, Selma Bellusci, Alessandra, Fabíola, Renata Fabri, Eliane Piza, Ana Tassinari, Thiago Malagutti, Breda, Agostinho, Rafael Archanjo, Rodrigo Daverni, Evandro (Tuka), Maria Cecília, Ana Martha, Everton, Marciana, Valdirene (Val), Fabiana, Padre Luiz Botteon, Matheus Aleixo, Cida, Bia de Oliveira, Odécia, Paulo Tôrres, Herbert, Acácio, Inês, Renan Wiver, Renata Paiva, Pedro Paiva, Engels Câmara, Gustavo Andrade... São tantas pessoas que cruzam os meus caminhos que sou grato a cada uma delas e sintam-se contempladas.

Ao amigo Matheus (Tchos) e às amigas Miriã e Juliana Piunti, que partilham momentos de grande importância em minha vida, bem como estiveram comigo no período do doutorado sanduíche, deixo meu agradecimento mais afetuosos. Longe de casa, entre novos lugares, línguas e rotinas, fomos companhia uns dos outros e aprendemos que a travessia se torna mais leve quando é feita em conjunto. Entre estudos, conversas, viagens e descobertas, construímos pontes que ultrapassam o tempo e o espaço dessa experiência. Vocês foram abrigo nos dias de saudade, riso nos momentos de tensão e presença firme quando o caminho parecia incerto.

À Senhora Niusarete Margarida de Lima, coordenadora de Serviços de Acolhimento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que autorizou a realização desta pesquisa. Seu gesto institucional foi, antes de tudo, um ato de confiança e sensibilidade, que possibilitou a construção de pontes entre a pesquisa acadêmica e a realidade vivida por sujeitos historicamente invisibilizados.

Ao amigo Júlio Cesar Santos, que, desde os primeiros passos desta pesquisa, não mediu esforços para tornar possível a entrada em campo, deixo meu profundo agradecimento. Seu empenho em possibilitar contatos, abrir diálogos e aproximar pessoas foi decisivo para que este estudo saísse do papel e se transformasse em experiência vivida. Mais do que facilitar acessos, você ajudou a abrir caminhos. Em um contexto marcado por muros institucionais e exigências formais, sua atuação generosa transformou limites em possibilidades e fez da confiança um gesto concreto.

Por fim, agradeço a todos e todas que, de alguma forma, fizeram parte desta caminhada. Esta tese não é apenas um produto acadêmico, mas o registro de uma vida em movimento, atravessada por encontros que transformaram muros em possibilidades e pontes em permanência. Que estas páginas expressem, ainda que parcialmente, a força das relações que tornaram esta travessia possível.

RESUMO

A mobilidade humana não é um fenômeno novo na história e está diretamente relacionada ao próprio processo de desenvolvimento dos seres humanos ao longo do tempo. O deslocamento entre territórios constitui uma atividade intencional, que possibilita a busca pela satisfação de necessidades materiais e simbólicas quando as pessoas reconhecem não haver mais condições de atendê-las em seus locais de origem e/ou moradia. Na atualidade, observa-se o incremento dos deslocamentos populacionais entre e em direção a países do Sul global, destacando-se a migração venezuelana no contexto da América Latina, em especial para o Brasil. A fruição do lazer por migrantes e refugiados/as em contexto de abrigo de acolhida emergencial constitui um aspecto ainda pouco visibilizado nos estudos científicos em nossa região. Esta tese teve como objetivo geral compreender o significado atribuído à prática social do lazer na vida cotidiana por indígenas dos povos Warao e Pemón refugiados/as, bem como descrever e analisar os processos educativos decorrentes da fruição do lazer em abrigo de acolhimento emergencial na cidade de Boa Vista/RR. Participaram do estudo dez indígenas refugiados/as desses povos, sendo oito homens (um Warao e sete Pemón) e duas mulheres (uma Warao e uma Pemón), adultos/as que viviam há mais de trinta dias no abrigo Waraotuma a Tuaranoko, local em que se realizou a inserção para o desenvolvimento da pesquisa. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram entrevistas semiestruturadas, Diários de Campo e registros fotográficos, estes últimos empregados como instrumentos auxiliares de caráter ilustrativo. A análise dos dados fundamentou-se na abordagem hermenêutica-dialética, com a construção de categorias temáticas organizadas a partir das unidades de sentido identificadas nas entrevistas. A apresentação dos dados baseou-se nas informações sistematizadas a partir das seguintes categorias temáticas: A) A convivência como dimensão vital no cotidiano de refugiados/as indígenas; B) Os significados do lazer e suas relações com o tempo e o prazer; C) Atividades de lazer vivenciadas no contexto do abrigo. As atividades observadas no abrigo e mencionadas nas falas dos/as participantes, como descanso, esportes, jogos, conversas, cursos, artesanato, música, pintura, ações voluntárias e práticas religiosas, demonstram que o lazer é vivido de modo relacional, coletivo e criativo, frequentemente associado à convivência, ao aprendizado e à esperança. Nessas práticas, o lazer não se reduz à inatividade, mas se configura como tempo de fazer e partilhar. Seja no projeto Atletismo em Movimento, nas produções artesanais ou nas interações familiares e comunitárias, o lazer emerge como instrumento de integração e fortalecimento subjetivo, possibilitando aos/às indígenas refugiados/as atribuírem novos significados às suas trajetórias de vida, sem desconsiderar as agruras cotidianas do regime de refúgio. Defende-se a tese de que o lazer constitui uma prática social que tensiona a lógica da sobrevivência imediata, afirmando a humanidade dos sujeitos e sua capacidade de agir, aprender, ensinar e reinventar-se em contextos de deslocamento forçado. Assim, o lazer revela-se como tempo e espaço nos quais processos educativos são desencadeados, compondo o processo de (re)existência na vida cotidiana de indígenas Warao e Pemón em situação de refúgio.

Palavras-chave: Processos Educativos. Lazer. Indígenas refugiados/as. Povo Warao. Povo Pemón.

ABSTRACT

Human mobility is not a new phenomenon in history and is directly related to the very process of human development over time. Movement between territories is an intentional activity that enables people to seek to satisfy material and symbolic needs when they recognize that they can no longer meet them in their places of origin and/or residence. Currently, there has been an increase in population movements between and towards countries in the global South, with Venezuelan migration in Latin America, especially to Brazil, standing out. The enjoyment of leisure by migrants and refugees in the context of emergency shelters is an aspect that has received little attention in scientific studies in our region. The overall objective of this thesis was to understand the meaning attributed to the social practice of leisure in everyday life by indigenous refugees from the Warao and Pemón peoples, as well as to describe and analyze the educational processes resulting from the enjoyment of leisure in emergency shelters in the city of Boa Vista/RR. Ten indigenous refugees from these peoples participated in the study, eight men (one Warao and seven Pemón) and two women (one Warao and one Pemón), adults who had been living for more than thirty days in the Waraotuma a Tuaranoko shelter, where the research was conducted. The data collection instruments used were semi-structured interviews, field diaries, and photographic records, the latter used as illustrative auxiliary instruments. Data analysis was based on a hermeneutic-dialectical approach, with the construction of thematic categories organized from the units of meaning identified in the interviews. The presentation of the data was based on information systematized according to the following thematic categories: A) Coexistence as a vital dimension in the daily lives of indigenous refugees; B) The meanings of leisure and its relationship with time and pleasure; C) Leisure activities experienced in the context of the shelter. The activities observed in the shelter and mentioned in the participants' statements, such as rest, sports, games, conversations, courses, crafts, music, painting, volunteer work, and religious practices, demonstrate that leisure is experienced in a relational, collective, and creative way, often associated with coexistence, learning, and hope. In these practices, leisure is not reduced to inactivity, but is configured as a time for doing and sharing. Whether in the Athletics in Motion project, in handicrafts, or in family and community interactions, leisure emerges as an instrument of integration and subjective strengthening, enabling indigenous refugees to attribute new meanings to their life trajectories, without disregarding the daily hardships of the refugee regime. The thesis is defended that leisure constitutes a social practice that challenges the logic of immediate survival, affirming the humanity of individuals and their ability to act, learn, teach, and reinvent themselves in contexts of forced displacement. Thus, leisure reveals itself as time and space in which educational processes are triggered, composing the process of (re)existence in the daily lives of Warao and Pemón indigenous people in refugee situations.

Keywords: Educational Processes. Leisure. Indigenous Refugees. Warao people. Pemón people.

RESUMEN

La movilidad humana no es un fenómeno nuevo en la historia y está directamente relacionada con el propio proceso de desarrollo de los seres humanos a lo largo del tiempo. El desplazamiento entre territorios constituye una actividad intencional, que permite la búsqueda de la satisfacción de necesidades materiales y simbólicas cuando las personas reconocen que ya no hay condiciones para satisfacerlas en sus lugares de origen y/o residencia. En la actualidad, se observa un aumento de los desplazamientos de población entre y hacia los países del Sur global, destacando la migración venezolana en el contexto de América Latina, especialmente hacia Brasil. El disfrute del ocio por parte de los migrantes y refugiados en el contexto de los refugios de acogida de emergencia es un aspecto aún poco visible en los estudios científicos de nuestra región. El objetivo general de esta tesis fue comprender el significado que los indígenas refugiados de los pueblos Warao y Pemón atribuyen a la práctica social del ocio en la vida cotidiana, así como describir y analizar los procesos educativos derivados del disfrute del ocio en los refugios de acogida de emergencia de la ciudad de Boa Vista/RR. Participaron en el estudio diez indígenas refugiados de estos pueblos, ocho hombres (un Warao y siete Pemón) y dos mujeres (una Warao y una Pemón), adultos que llevaban más de treinta días viviendo en el refugio Waraotuma a Tuaranoko, lugar en el que se llevó a cabo la inserción para el desarrollo de la investigación. Los instrumentos de recopilación de datos utilizados fueron entrevistas semiestructuradas, diarios de campo y registros fotográficos, estos últimos empleados como instrumentos auxiliares de carácter ilustrativo. El análisis de los datos se basó en el enfoque hermenéutico-dialéctico, con la construcción de categorías temáticas organizadas a partir de las unidades de sentido identificadas en las entrevistas. La presentación de los datos se basó en la información sistematizada a partir de las siguientes categorías temáticas: A) La convivencia como dimensión vital en la vida cotidiana de los refugiados indígenas; B) Los significados del ocio y sus relaciones con el tiempo y el placer; C) Actividades de ocio vividas en el contexto del refugio. Las actividades observadas en el refugio y mencionadas en las declaraciones de los participantes, como el descanso, los deportes, los juegos, las conversaciones, los cursos, la artesanía, la música, la pintura, las acciones voluntarias y las prácticas religiosas, demuestran que el ocio se vive de forma relacional, colectiva y creativa, a menudo asociada a la convivencia, el aprendizaje y la esperanza. En estas prácticas, el ocio no se reduce a la inactividad, sino que se configura como un tiempo para hacer y compartir. Ya sea en el proyecto Atletismo en Movimiento, en las producciones artesanales o en las interacciones familiares y comunitarias, el ocio surge como un instrumento de integración y fortalecimiento subjetivo, permitiendo a los refugiados indígenas atribuir nuevos significados a sus trayectorias de vida, sin desconsiderar las penurias cotidianas del régimen de refugio. Se defiende la tesis de que el ocio constituye una práctica social que tensiona la lógica de la supervivencia inmediata, afirmando la humanidad de los sujetos y su capacidad de actuar, aprender, enseñar y reinventarse en contextos de desplazamiento forzoso. Así, el ocio se revela como un tiempo y un espacio en los que se desencadenan procesos educativos, componiendo el proceso de (re)existencia en la vida cotidiana de los indígenas Warao y Pemón en situación de refugio.

Palabras clave: Procesos educativos. Ocio. Refugiados indígenas. Pueblo Warao. Pueblo Pemón.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rotas migratórias dos/as venezuelanos/as na América do Sul e Caribe.....	26
Figura 2 - Processo de triagem das produções científicas.....	37
Figura 3 - Localização geográfica do povo Warao na Venezuela.....	205
Figura 4 - Localização geográfica do povo Pemón na Venezuela.	214
Figura 5 - Vista ao fundo do marco fronteiro (la línea) entre Brasil e Venezuela.....	242
Figura 6 - Vista da Serra de Pacaraima a partir da BR-174.	244
Figura 7 - Monumento ao garimpeiro.	246
Figura 8 - Vista da parte externa de uma Unidade de Habitação para Refugiados.	252
Figura 9 - Vista da parte interna de uma Unidade de Habitação para Refugiados.....	253
Figura 10 - Migrantes e refugiados/as na praça Simon Bolívar, em Boa Vista/RR.....	254
Figura 11 - Mapa com a localização dos abrigos.	259
Figura 12 - Vista da entrada pedestre do abrigo Waraotuma a Tuaranoko.....	259
Figura 13 - Vista das unidades habitacionais duplas com exaustores.....	260
Figura 14 - Britas/pedriscos que cobrem o chão do abrigo.....	261
Figura 15 - Vista de um dos banheiros e da área de lavagem de roupas.....	262
Figura 16 - Área improvisada para secagem de roupas.....	263
Figura 17 - Quadras de areia.	263
Figura 18 - Espaço com brinquedos para as crianças.....	264
Figura 19 - Espaço com fogões a lenha.....	265
Figura 20 - Tapumes utilizados para delimitar a área do abrigo.	266
Figura 21 - Vista da portaria de acesso.	266
Figura 22 - Foto da tela do programa de controle de entrada e saída do abrigo.	267
Figura 23 - Tenda do ACNUR.	268
Figura 24 - Portaria de acesso de veículos.	269
Figura 25 - Espaço para atendimento dos/as profissionais do Instituto Pirilampus.....	270
Figura 26 - Vista do refeitório.....	271
Figura 27 - Distribuição de refeição.....	272
Figura 28 - Ponto de fonte de energia.	273
Figura 29 - Tela de autenticação da rede wi-fi do abrigo.....	273
Figura 30 - Crianças calçando os tênis para participar do projeto de atletismo.....	307
Figura 31 - Jogo de futebol no campo de areia.	323
Figura 32 - Jogo de voleibol no campo de areia.....	324
Figura 33 - Prática do jogo de <i>Pelotica de Goma</i> por adolescentes.....	325
Figura 34 - Pessoas assistindo a um jogo de futebol.....	326
Figura 35 - Algumas pessoas conversando no refeitório.....	327
Figura 36 - Algumas pessoas conversando no refeitório.....	328
Figura 37 - Artesanatos confeccionados por Cristina.....	331
Figura 38 - Exposição de artesanato Warao.....	332
Figura 39 - Aníbal e os quadros de sua autoria.	333
Figura 40 - Sessão de cinema.	334
Figura 41 - Vista da parte externa do Centro de Sustentabilidade.....	336
Figura 42 - Estufa para cultivo orgânico.	336
Figura 43 - Gonzalo com as crianças do Projeto Atletismo em Movimento.....	337
Figura 44 - Pesquisador em campo auxiliando nas atividades do Projeto.	337
Figura 45 - Milagros em atividade no Projeto Atletismo em Movimento.	338
Figura 46 - Bicicleta e carrinho utilizado por Francisco.	340

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descritores e palavras-chave utilizadas nas consultas às bases de dados.	34
Quadro 2: Materiais bibliográficos selecionados para análise.	37
Quadro 3: Quadro descritivo das/os participantes do estudo.	275
Quadro 4: Quadro de Análise.	302

LISTA DE SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AVSI - Associação Voluntários para o Serviço Internacional
CAFe - Comunidade Acadêmica Federada
CANTV - Compañía Anónima Nacional de Teléfonos
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCE - Centro de Capacitação e Educação
CCI – Centro de Coordenação de Interiorização
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CES – Centro de Estudos Sociais
CIR – Conselho Indígenas de Roraima
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNIg – Conselho Nacional de Imigração
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CRI – Centro de Referência do Imigrante
CSVM - Cátedra Sérgio Vieira de Melo
CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social
DEFMH – Departamento de Educação Física e Motricidade Humana
DESS - Divisão de Emergência, Segurança e Suprimentos
DOE - Diário Oficial do Estado
DPU – Defensoria Pública da União
DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos
EBSERH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ERIC - Education Resources Information Center
EUA – Estados Unidos da América
EPIN - Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional
FFHI - Fraternidade - Federação Humanitária Internacional
FSF – Fraternidade Sem Fronteiras
FT Log Hum - Força-Tarefa de Logística Humanitária
GGVDH - Grave e Generalizada Violação de Direitos Humanos
HGR - Hospital Geral de Roraima

HU – Hospital Universitário

IES - Instituição de Ensino Superior

INE - Instituto Nacional de Estadística

INPARQUES – Instituto Nacional de Parques

LOE - Ley Orgánica de Educación

LOPCYMAT - Ley Orgánica de Prevención, Condiciones y Medio Ambiente de Trabajo

LOPNA - Ley Orgánica de Protección de los Niños, Niñas y Adolescentes

LOR – Ley Orgánica de Recreación

LORM - Ley Orgánica de Régimen Municipal

LOTTT - Ley Orgánica del Trabajo, los Trabajadores y las Trabajadoras

MBR – 200 – Movimento Bolivariano Revolucionário

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MPF - Ministério Público Federal

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MUD – Mesa de la Unidad Democrática

MVB – Movimento da Quinta República

NEFEF - Núcleo de Estudos de Fenomenologia em Educação Física

OBMiGra - Observatório das Migrações Internacionais

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIM - Organização Internacional para as Migrações

ONG - Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA - Organização de Unidade Africana

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PAA - Posto de Atendimento Avançado

PBL - Problem-Based Learning

PDVSA - Petróleos de Venezuela Sociedad Anônima

PEP - Permissão Especial de Permanência

PF - Polícia Federal

PIB – Produto Interno Bruto

PITRIG – Posto de Interiorização e Triagem

PNRVB - Plan Nacional de Recreación para el Vivir Bien

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PSUV - Partido Socialista Unido da Venezuela

PUC - Pontifícia Universidade Católica

RHU - Refugee Housing Units

R4V – Plataforma Regional de Coordenação Interagencial “Response for Venezuelans”

UFRR – Universidade Federal de Roraima

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

SciELO - Scientific Electronic Library Online

SDP - Sport for Development and Peace

SESC - Serviço Social do Comércio

SETRABES - Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social

SPQMH – Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

SuFAI - Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UBS – Unidade Básica de Saúde

UC – Universidade de Coimbra

ULA – Universidad de los Andes

UNICEF - United Nations Children's Fund

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees

VADL - Vivências em Atividades Diversificadas de Lazer

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
Questão e objetivos da pesquisa	32
Mapeamento da literatura: lazer, refugiados/as e os espaços de abrigo	32
Justificativa	50
A estrutura da tese	57
CAPÍTULO 1 - REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS SOCIAIS E PROCESSOS EDUCATIVOS.....	59
1.1 A natureza humana e o fenômeno educativo	61
1.2 O fenômeno educativo e a sua relação com a cultura	73
1.3 Os estudos em práticas sociais e processos educativos	80
1.4 Reflexões sobre o pesquisar em práticas sociais e processos educativos	89
CAPÍTULO 2 – PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE O LAZER COMO PRÁTICA SOCIAL: UM OLHAR DESDE A AMÉRICA LATINA.....	95
2.1 Uma incursão pelos significados do lazer.....	95
2.2 Entre os caminhos da relação entre lazer, educação e cultura	104
2.3 Um breve panorama sobre os estudos sobre o lazer em <i>Nuestra América</i>	111
2.3.1 Contextualizando o labirinto latino-americano	112
2.3.2 Sobre os impasses terminológicos.....	118
2.3.3 Significados do tempo livre/ <i>tiempo libre</i>	124
2.3.4 Lazer e produção de conhecimento na América Latina: uma leitura situada.....	129
2.3.5 Alguns apontamentos sobre <i>recreación, ocio e tiempo libre</i> no contexto venezuelano	137
2.4 O potencial transformador do lazer.....	148
CAPÍTULO 3 - AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E O CONTEXTO DA CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA	157
3.1 Os diferentes grupos de deslocamentos humanos.....	158
3.1.1 Asilo	161
3.1.2 Apátridas	161
3.1.3 Deslocados internos.....	163
3.1.4 Solicitantes de refúgio	164
3.1.5 Refugiados.....	164
3.2 O cenário das migrações internacionais contemporâneas.....	172
3.3 As migrações forçadas e a transposição de linhas abissais.....	182
3.4 A crise venezuelana e o cenário gerador de mobilidade sem precedentes	191
3.5 A migração indígena venezuelana para o Brasil.....	200
3.5.1 Os Warao	204
3.5.2 Os Pemón	212
3.6 O reflexo da crise humanitária venezuelana no Brasil.....	220
CAPÍTULO 4 – PERCORRENDO CAMINHOS OU APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	228
4.1 O caráter qualitativo da pesquisa	229
4.2 Aspectos éticos da pesquisa	230
4.3 Muros e pontes no (difícil) caminho até o campo de pesquisa	233
4.4 O Estado de Roraima e a cidade de Boa Vista.....	239
4.5 O processo de criação dos abrigos em Boa Vista	248
4.6 A entrada no campo de pesquisa.....	256
4.6.1 O abrigo Waraotuma a Tuaranoko	256
4.7 Os/As participantes da pesquisa.....	274
4.8 Descrição dos procedimentos metodológicos.....	276

4.8.1 As entrevistas	276
4.8.2. As observações e os registros em diários de campo.....	280
4.8.3 Sobre as fotografias	282
4.9 O processo de análise dos dados	287
CAPÍTULO 5 - ENTRE VOZES, VIVÊNCIAS E SENTIDOS: LAZER E A	
EXPERIÊNCIA COTIDIANA DE INDÍGENAS WARAO E PEMÓN	
REFUGIADOS/AS EM CONTEXTO DE ACOLHIDA	292
5.1 Relatos das histórias de vida	292
5.1.1 Amilcar.....	292
5.1.2 Aníbal	294
5.1.3 Carlos	294
5.1.4 Cristina	295
5.1.5 Francisco	296
5.1.6 Gonzalo	296
5.1.7 Juan.....	298
5.1.8 Julio	298
5.1.9 Leonel.....	299
5.1.10 Milagros	300
5.2 As categorias do estudo	300
A) A convivência como dimensão vital no cotidiano de indígenas refugiados/as.....	303
B) Os significados do lazer e as relações com o tempo e o prazer	314
C) Atividades de lazer vivenciadas pelos/as indígenas refugiados/as.....	322
ENTRE MUROS, PONTES E CAMINHOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE LAZER,	
EDUCAÇÃO E (RE)EXISTÊNCIA	343
REFERÊNCIAS.....	349
APÊNDICES	381
APÊNDICE 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Português	381
APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Espanhol	383
APENDICE 3 – Exemplo de Diário de Campo	385
APENDICE 4 – Exemplo de Entrevista	391
ANEXOS.....	394

INTRODUÇÃO

Olá, amigos, meu nome é Maria Alexandra. Sou venezuelana e vim para o Brasil devido à situação do nosso país, como todos já sabem. Vou contar um pouco da minha aventura, da minha viagem. [...] Não é segredo para ninguém que a Venezuela está passando por uma crise econômica e que muitas pessoas tiveram que sair, emigrar do país porque não temos como garantir um futuro para nossos filhos, nem para nossos netos. Quando decidi sair da Venezuela, fiz tudo o que pude para conseguir uma passagem para Boa Vista. Mas foi impossível. [...] Depois de dois dias, decidimos seguir nosso caminho. E as pessoas que estavam lá sempre nos diziam que era muito difícil seguir em frente porque ninguém queria nos dar carona, nenhum brasileiro queria nos dar carona. Era muito difícil e lá na fronteira os brasileiros já estavam maltratando os venezuelanos que estavam entrando. (Depoimento de Maria Alexandra colhido por José Carlos Pereira e Miguel Angel Ahumada. *In*: Baeninger; Jarochinski Silva, 2018, p. 16-17, tradução nossa).

O recurso de lançar mão do relato de uma mulher migrante venezuelana é intencional e visa circunscrever a temática em torno da qual esta pesquisa de doutoramento se estrutura. Trata-se de um depoimento que expressa, de forma patente, o momento dramático vivenciado por milhares de migrantes e refugiados/as em diferentes partes do mundo. A migração configura-se como uma das questões sociais e políticas mais centrais e complexas da contemporaneidade, demandando uma análise ambivalente que oscila entre o reconhecimento de suas potencialidades econômicas e socioculturais e as tensões que alimentam a xenofobia, o racismo e a violência.

As crises humanitárias que desencadeiam fluxos migratórios forçados de grandes contingentes populacionais, cada vez mais frequentes, atingem níveis sem precedentes e apresentam múltiplas causas. De modo geral, a mobilidade migratória global, seja forçada, ou voluntária, decorre de fatores políticos, econômicos, étnicos, culturais, religiosos e ambientais, bem como de conflitos armados e de violações de direitos humanos, entre outros. A análise isolada ou combinada desses elementos possibilita uma compreensão mais abrangente do fenômeno. Torna-se, assim, urgente compreender as razões que levam pessoas a deixarem seus países de origem em busca de condições de vida mais dignas em outros lugares.

Historicamente, a dinâmica migratória acompanha o próprio desenvolvimento humano. A diversidade cultural das nações é, em grande medida, resultado de deslocamentos ocorridos ao longo de milhares de anos. O trânsito intencional e contínuo entre territórios possibilita às pessoas a busca pela satisfação de necessidades materiais e simbólicas que já não encontram condições de atender em seus locais de origem ou de residência.

Nos últimos anos, uma parcela significativa da população mundial passou a vivenciar com maior intensidade os deslocamentos entre países. Esse cenário se revela pela crescente complexidade das distâncias percorridas, pela diversidade dos grupos em trânsito e, sobretudo, pelas motivações e pelas repercussões dessas dinâmicas migratórias. Tais transformações têm gerado desafios de diversas ordens para a compreensão de como as pessoas se deslocam, quais motivos as impulsionam, como são percebidas nos contextos de destino e quais tratamentos jurídico, econômico e humanitário lhes são oferecidos (Zapata; Guedes, 2017).

Cabe destacar, ainda, o aumento dos deslocamentos populacionais entre países do Sul global, especialmente na América Latina e, de modo particular, no Brasil, em razão das restrições impostas por países do Norte global à entrada e à permanência de migrantes internacionais. Esse quadro se agrava diante do fenômeno contemporâneo da ascensão de políticos e de movimentos alinhados à extrema direita. Tais grupos, ao cultivarem discursos de ódio e promoverem imaginários sociais contrários à diversidade cultural, política e epistemológica, fazem com que migrantes e/ou refugiados/as se tornem alvos de retóricas e de ações violentas fundamentadas no racismo, no populismo e na xenofobia. Desse modo, busca-se fortalecer, no imaginário coletivo, a repulsa às pessoas migrantes e o desejo, supostamente legítimo, de expulsá-las dos territórios de acolhida.

Baeninger (2018) assinala que os deslocamentos internacionais observados na última década configuram um processo complexo e heterogêneo, do qual as migrações entre e em direção aos países da América Latina fazem parte. Esses movimentos expressam desafios de ordem teórico-metodológica voltados à compreensão das diferentes modalidades migratórias que caracterizam os deslocamentos populacionais na contemporaneidade.

Nesse contexto dos deslocamentos entre países do Sul global, destacam-se as migrações venezuelanas. No âmbito do relatório agregado de deslocamento forçado (que totalizou 123,2 milhões de pessoas deslocadas globalmente no final de 2024), a diáspora venezuelana é reconhecida como um dos maiores movimentos regionais de deslocados e migrantes. Trata-se de um dos maiores fluxos migratórios forçados do mundo (UNHCR, 2025)¹. Embora o país não esteja formalmente em guerra, a crise interna tem produzido um dos fenômenos migratórios mais expressivos da atualidade. Segundo dados constantes em relatório de maio de 2025 da Plataforma Regional de Coordenação Interagencial Response for

¹ Esses dados estão disponíveis no relatório mais recente do ACNUR, publicado em junho de 2025, que apresenta as tendências globais do deslocamento forçado referentes ao ano de 2024. Em termos de contingente populacional, a migração venezuelana situa-se atrás apenas dos deslocamentos forçados de sudaneses/as, sírios/as, afegãos/ãs e ucranianos/as, respectivamente.

Venezuelans (R4V), coordenada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), estima-se a existência de cerca de 7,89 milhões de refugiados/as, migrantes e requerentes de asilo venezuelanos/as no mundo, sendo 6,87 milhões em países da América Latina e do Caribe. No Brasil, esse contingente alcança aproximadamente 680.100 pessoas (R4V, 2025).

Dados publicados pela OIM, referentes ao período compreendido entre janeiro de 2017 e outubro de 2025, indicam que, em território brasileiro, mais de 148,5 mil venezuelanos/as possuem a condição de refugiado/a já reconhecida; 31,8 mil aguardam avaliação da solicitação de reconhecimento da condição de refugiado/a; e 619,9 mil contam com autorização de residência (OIM, 2025a).

No contexto da mobilidade migratória venezuelana para o Brasil, deve-se também considerar o deslocamento de povos indígenas distintos. De acordo com Rosa (2020), os primeiros relatos publicados em jornais da região Norte do país e no sítio eletrônico do governo federal datam de 2014. À época, um grupo de 28 indígenas do povo Warao, sendo 20 adultos e 8 crianças, teria ingressado no Brasil com o objetivo de trabalhar no comércio. Contudo, encontrava-se em situação de subsistência baseada em doações de roupas e alimentos obtidas nos semáforos da cidade de Boa Vista/RR. O grupo foi deportado pela Polícia Federal (PF) brasileira sob a alegação de irregularidade migratória, conforme os termos do então vigente Estatuto do Estrangeiro - Lei nº 6.815/1980².

Desde então, observa-se um aumento substancial do número de indígenas venezuelanos/as, pertencentes a diferentes povos, em território brasileiro. A chegada desses grupos em busca de proteção representa um desafio crescente para gestores/as públicos/as e para organizações da sociedade civil, que precisam desenvolver soluções culturalmente adequadas a fim de garantir o acesso a direitos e a serviços essenciais.

A migração venezuelana de pessoas indígenas precisa ser situada nesse contexto, e suas particularidades devem ser explicitadas, uma vez que esta pesquisa foi desenvolvida com representantes de dois povos originários da Venezuela. Embora compartilhem experiências de carência com seus/as compatriotas não indígenas, há especificidades que não podem ser ignoradas. Mezzanotti e Kvalvaag (2022) afirmam que a migração indígena pode ter motivações variadas e incluir padrões migratórios tradicionais e fatores socioeconômicos, mas também pode ocorrer em decorrência da desapropriação de terras, de projetos extrativistas e de

² Posteriormente, esse ordenamento legal foi substituído pela Lei nº 13.445 de 24 de maio 2017 (Brasil, 2017), sancionada pelo então presidente da República Federativa do Brasil, Michel Temer.

desenvolvimento, de mudanças climáticas e de desastres naturais, bem como de discriminação, conflitos e violências.

Ainda segundo as autoras, durante os movimentos migratórios e os respectivos processos de assentamento nos países de destino, observa-se uma ampla desconsideração dos direitos humanos dos povos originários. A indigeneidade dessas populações permanece apesar do deslocamento e, inclusive, em muitas circunstâncias, essa condição está relacionada às próprias causas do movimento migratório. Assim, não é difícil constatar que essas pessoas sejam tratadas sem que se leve em conta sua identidade indígena, como se a condição de migrante passasse a substituir, de forma hierárquica, a vinculação ao povo originário, ocultando, desse modo, as relações interseccionais envolvidas (Mezzanotti; Kvalvaag, 2022).

No caso dos/as indígenas venezuelanos/as que se deslocam para o Brasil, uma pesquisa (Brasil, 2021b) realizada com pessoas de diferentes povos originários da Venezuela indicou que a situação econômica e/ou social enfrentada em seu país constituiu a principal motivação para o deslocamento. O estudo também revelou outras causas, como a insegurança alimentar, as dificuldades de acesso a serviços de saúde e a medicamentos, o desemprego e a crise humanitária e política. No que se refere à escolha do Brasil como país de destino, a motivação central residiu na busca por melhores condições de vida. Ademais, destacaram-se fatores como o desejo de vender artesanato, a continuidade dos estudos de crianças e adolescentes, a proximidade territorial com a Venezuela e a busca por segurança alimentar.

Constatamos, portanto, que a precarização das condições de vida tornou-se o principal fator que levou (e leva) um expressivo contingente de venezuelanos/as, indígenas ou não, a decidir deixar o país. Segundo Del Vecchio e Almeida (2018), na Venezuela, a população passou a enfrentar dificuldades relacionadas ao abastecimento de produtos alimentícios, de higiene pessoal e de uso médico, entre outros, além de sofrer com a precarização de serviços básicos, como aqueles vinculados à atenção à saúde. Tal situação decorre da instabilidade política, econômica e social instalada no contexto venezuelano.

O relatório divulgado pela organização não governamental internacional Human Rights Watch aponta recorrentes violações de direitos humanos no território venezuelano, decorrentes, sobretudo, de fatores como a perseguição à oposição política, a repressão a protestos, possíveis execuções extrajudiciais, a impunidade por abusos cometidos por agentes públicos envolvidos em violações de direitos humanos, a crise humanitária, o comprometimento da independência judicial e a violação da separação de poderes em razão de interferências do Poder Executivo nos Poderes Legislativo e Judiciário. Somam-se a esses elementos a convocação inconstitucional da Assembleia Constituinte, as violações à liberdade

de expressão, o enfraquecimento de organizações de defesa dos direitos humanos, a discriminação política e as condições precárias do sistema prisional (Human Rights Watch, 2019).

No período em que se intensificou o deslocamento do contingente populacional venezuelano em direção ao território brasileiro, as travessias eram realizadas predominantemente por via terrestre, configurando a opção mais viável tanto do ponto de vista geográfico quanto econômico. Durante algum tempo, os deslocamentos a pé representaram uma alternativa, uma vez que a escassez de recursos financeiros, decorrente da grave crise vivenciada na Venezuela, impedia que as pessoas, indígenas ou não, em grupos ou individualmente, chegassem ao Brasil por outros meios de transporte. Atualmente, conforme foi possível constatar ao longo do desenvolvimento desta tese, muitos/as já conseguem custear passagens de ônibus ou utilizar táxis compartilhados, tornando o deslocamento mais acessível.

No contexto latino-americano, Colômbia, Peru e Brasil figuram entre os países que mais acolhem migrantes e refugiados/as venezuelanos/as (R4V, 2025a). Do ponto de vista geográfico, há poucas alternativas de rotas terrestres a partir da Venezuela; por essa razão, os deslocamentos por terra direcionam-se principalmente ao Brasil, à Colômbia e à Guiana, países que compartilham fronteiras com o território venezuelano. Embora o Peru não faça fronteira com a Venezuela, um contingente expressivo de pessoas tem se dirigido ao seu território em busca de melhores condições de vida. O mapa a seguir apresenta as principais rotas.

Figura 1 - Rotas migratórias dos/as venezuelanos/as na América do Sul e Caribe.



Fonte: Cortés (2023).

Em linhas gerais, no que se refere às políticas adotadas pelos três países que mais recebem pessoas deslocadas da Venezuela, a Colômbia destaca-se pela proximidade territorial e pelos laços históricos já existentes com o país vizinho. Além disso, implementou programas de regularização massiva da situação migratória das pessoas que ingressaram em seu território, promoveu a abertura de abrigos temporários em contextos de crise e criou categorias de vistos temporários voltadas ao trabalho. O Peru, por sua vez, facilitou a regularização migratória, adotou medidas contingenciais em resposta a emergências e implementou a concessão de vistos temporários que possibilitam a inserção de venezuelanos/as no mercado de trabalho, uma vez que este apresenta carência de mão de obra. Já o Brasil, reconhecido por sua tradição de acolhimento humanitário, implementou políticas de recepção impulsionadas pela pressão social em defesa dos direitos humanos dos/as migrantes, criou abrigos temporários e instituiu programas de regularização provisória da situação de pessoas em condição migratória irregular no país (Moreira; Costa, 2024).

As experiências implementadas pelos três países compartilham aspectos semelhantes. De modo geral, destacam-se pela facilidade de legalização e de acesso a serviços sociais essenciais, bem como pela existência de redes de apoio previamente constituídas, que facilitam a recepção das pessoas em deslocamento. As ações anteriormente mencionadas, quando observadas em suas particularidades, configuram-se como elementos positivos para a atração de venezuelanos/as em meio à crise social, política e econômica. Cumpre frisar que fatores endógenos - sociais, econômicos e culturais - contribuíram para a constituição de um panorama diversificado, o qual influenciou a agenda das políticas públicas voltadas à recepção e ao acolhimento dos/as venezuelanos/as em deslocamento.

É premente destacar que a análise das condições objetivas e subjetivas de existência dos/as migrantes e refugiados/as venezuelanos/as, indígenas ou não, nos diferentes países, não deve se limitar aos dados estatísticos divulgados em distintos meios. Embora imprescindíveis para a compreensão das tendências da diáspora populacional em escala global, tais dados também servem para balizar a formulação de políticas sociais e/ou ações humanitárias desenvolvidas por órgãos oficiais, pela sociedade civil organizada e pelo poder público dos países de destino.

Contudo, problematizar as dinâmicas migratórias para além dos números constitui um exercício crítico e necessário. Os dados que expressam contingentes absolutos ou percentuais de migrantes e/ou refugiados/as que chegam a determinado país não oferecem relatos vivos e concretos capazes de apreender as nuances das experiências de acolhida. Pode-se afirmar, nesse

sentido, que “não há migrações; há pessoas que migram”³. Não se pode, tampouco, tratá-las como um contingente genérico a partir do qual se extraem estatísticas e se justificam vultosos investimentos em projetos humanitários conduzidos por agentes governamentais e por instituições apoiadoras. As análises não podem prescindir dos dados disponíveis, mas é imperioso ir além do que eles fornecem num primeiro olhar, compreendendo-os à luz das relações sociais das quais decorrem⁴.

Na esteira desse pensamento, torna-se urgente compreender as razões que levam pessoas a deixarem seus países de origem em busca de uma vida mais digna em outros lugares. Ban Ki-moon, então secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), ao se pronunciar em reunião do Comitê Executivo da instituição sobre os deslocamentos forçados no mundo, afirmou que “[...] os números são desconcertantes. Cada um deles representa uma vida humana. Mas não se trata de uma crise de números. É de uma crise de solidariedade”, acrescentando, à época, que era necessário “[...] urgentemente que os países transcendam seus interesses nacionais e se unam para uma resposta decisiva e global”⁵ (ACNUR, 2016).

Os desafios enfrentados pela comunidade internacional e, em especial, pelo Brasil, no contexto desta pesquisa, diante do intenso fluxo de deslocamentos forçados observado na contemporaneidade são inúmeros. As notícias que retratam aspectos das migrações venezuelanas no país estampam as páginas de jornais e circulam pelas diferentes mídias sociais em ritmo acelerado, testando a real capacidade de acolhimento daqueles/as que batem à nossa porta e já não podem, ou não desejam, regressar com segurança às suas casas. Em uma de suas declarações, Filippo Grandi, atual alto comissário do ACNUR, afirmou que “[...] no front dos

³ Ao utilizarmos essa expressão, fazemos alusão ao pensamento do saudoso professor Manuel Sérgio Vieira e Cunha, quando afirma que “não há jogos; há pessoas que jogam” (Sérgio, 2023). Além de nosso trabalho ser tributário de suas reflexões políticas e epistemológicas, compreendemos que a centralidade do processo migratório reside nas pessoas, e não no fenômeno em si, o qual, sem a presença dos seres humanos, encontra-se esvaziado de sentido.

⁴ A questão candente das migrações internacionais na atualidade está intimamente vinculada ao sistema do capital e ao xadrez geopolítico dele decorrente. Sem uma análise detida desse panorama, tal questão tende a ser apreendida apenas em sua aparência. Torna-se, portanto, necessário captar as múltiplas determinações do concreto, conforme nos ensina Marx (2011). Uma apropriação consistente do referencial teórico e do método marxiano é realizada pelo filósofo Enrique Dussel, que dedica parte significativa de sua obra à análise do pensamento de Marx, especialmente de seus escritos de caráter econômico: Ver Dussel, (2012a) e Dussel (2012b).

⁵ A matéria publicada no sítio eletrônico do ACNUR, em 4 de outubro de 2016, tratava do encontro anual do Comitê Executivo da Organização das Nações Unidas (ONU), no qual o crescente deslocamento global figurou como um dos temas centrais. À época, lideranças da ONU já solicitavam “[...] que os países transcendam os interesses nacionais para diminuir o sofrimento das pessoas deslocadas de forma forçada”. No contexto da referida reunião, as declarações do então secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, e do atual alto comissário do ACNUR, Filippo Grandi, foram assertivas ao conclamar os países a superarem interesses nacionais e a formarem uma aliança com vistas a dirimir o sofrimento dos/as refugiados/as (ACNUR, 2016).

refugiados, nós precisamos de ações imediatas e robustas para evitar uma ‘corrida para o abismo’” (Grandi, 2016, s. p., tradução nossa) ⁶.

Nesse contexto, deparamo-nos com situações díspares que revelam um posicionamento ambíguo entre processos de humanização e de desumanização na acolhida de migrantes e refugiados/as, contradição que buscamos expressar no próprio título desta tese, por meio das expressões “muros” e “pontes”. A alusão a essas figuras constitui uma metáfora de nosso tempo e traduz os embates travados no interior das sociedades contemporâneas.

Quando os/as migrantes são considerados/as indesejáveis por supostamente ameaçarem as tradições culturais e religiosas de um país, ocuparem postos de trabalho e aceitarem remunerações inferiores às praticadas no mercado, elevarem os índices de criminalidade, sobrecarregarem os sistemas públicos de saúde e educação ou reduzirem a oferta de moradias acessíveis, a resposta geralmente adotada é o reforço do controle fronteiriço e, em alguns casos, o fechamento das fronteiras. Assim, consolida-se a lógica dos “muros”, em sentido literal ou simbólico.

Em contraposição a essa postura de negligência diante da situação de inúmeras pessoas forçadas a migrar, também se destacam ações solidárias e relatos de acolhimento humanitário. O reconhecimento da humanidade do Outro emerge de setores da sociedade civil organizada, de Organizações Não Governamentais (ONGs) e de instituições religiosas que lutam por condições dignas de vida para essas pessoas⁷. Constroem-se, assim, pontes.

A cada metro de muro erguido, cerca instalada e fronteira fechada, mais se revelam aspectos da política internacional e de seus embates em torno da questão migratória. As barreiras físicas e simbólicas que se interpõem entre territórios intensificam as divisões que nos separam. A indiferença diante dos movimentos migratórios em escala global constitui o alicerce sobre o qual os muros continuam a se elevar, obstaculizando a construção de pontes.

Essa dinâmica contraditória, marcada pelo embate entre a afirmação e a negação da humanidade daqueles/as que são forçados/as a deixar seus lares, desvela uma questão de natureza ético-política. Estamos, sobretudo, diante de uma tensão entre o eu e o Outro. Por vezes, o Outro é o/a migrante e/ou refugiado/a que fala outro idioma, possui cor de pele distinta,

⁶ A afirmação em destaque integra o discurso proferido por Filippo Grandi no *European Policy Centre*, em Bruxelas, no ano de 2016 (Grandi 2016).

⁷ O falecido Papa Francisco defendeu de forma reiterada os direitos de migrantes e refugiados/as de diferentes partes do mundo. Reconhecemos nossa inspiração na metáfora que compõe o título deste trabalho, utilizada pelo líder religioso em diversas ocasiões para expressar que deveríamos, na contramão do que tem se observado, promover mais ações de acolhida a essa população, a construção de “pontes”, do que práticas de rejeição e negligência em relação à situação dos/as deslocados/as, como aquelas associadas a políticas de fronteiras rígidas, a edificação de “muros”.

professa uma religião diferente, enfim, aquele/a cujos traços identitários não coincidem com os nossos.

Ademais, não se pode ignorar o avanço dos discursos xenófobos que se disseminam no mesmo ritmo das migrações, alimentados por defensores/as de um nacionalismo exacerbado que ecoa na sociedade civil e ganha corpo em promessas eleitoreiras⁸. Cria-se, assim, uma imagem distorcida da acolhida de migrantes e refugiados/as no tecido social de determinadas localidades.

Essa constatação corrobora as análises de Mina e Lima (2018), que investigaram ações xenófobas de brasileiros/as residentes em Roraima contra venezuelanos/as recém-chegados/as ao país. Para tanto, os autores analisaram conteúdos de postagens divulgadas em portais de notícias e em perfis da rede social *Facebook*, à luz da teoria simmeliana. Os resultados indicaram que as ações xenófobas variam desde as consideradas “menos extremas”, manifestadas por meio da violência simbólica - como xingamentos -, até as “mais extremas”, materializadas em atos de violência física contra migrantes. Segundo os autores, tais ações derivam de pressupostos como: “venezuelanos são assassinos”, “venezuelanos são traficantes” e “venezuelanos representam uma sobrecarga para a saúde, a educação e o mercado de trabalho”.

Com a elevação do número de migrantes e refugiados/as venezuelanos/as no Brasil, a maioria ingressando pelo município de Pacaraima/RR, na fronteira com a Venezuela, observa-se o crescimento de conflitos sociais, em grande medida decorrentes da insuficiência de infraestrutura local para o acolhimento desse contingente populacional. Diante dessa realidade, o governo brasileiro adotou medidas que incluem ações de identificação, triagem, imunização, abrigamento e interiorização da população assistida.

⁸ Alguns casos são exemplares nesse sentido. Um exemplo emblemático ocorreu quando Donald Trump ainda realizava a campanha que o conduziria ao seu primeiro mandato como presidente dos Estados Unidos. À época, durante a campanha presidencial de 2016, ele explicitou sua posição em relação aos/as migrantes e prometeu construir um muro na região fronteira com o México. A promessa de campanha foi parcialmente concretizada, embora sem a extensão inicialmente anunciada. Ademais, foram recorrentes os ataques a pessoas oriundas de outros países que buscavam melhores condições de vida nos Estados Unidos. Com seu retorno à presidência, em 2025, muitas das promessas de campanha formuladas nas eleições de 2024, no que se refere aos/as migrantes que vivem no país, começaram a ser efetivadas. Já nos primeiros dias de governo, observou-se a deportação de um contingente considerável de pessoas oriundas de diferentes países da América Latina (AFP, 2025). Outro caso emblemático ocorreu na França. Durante a disputa presidencial de 2022, a candidata de extrema direita Marine Le Pen proferiu discursos xenófobos dirigidos a estrangeiros/as e muçulmanos/as. Em um trecho de sua fala, transcrito e publicado em reportagem do jornal *El País*, a candidata afirmou: “A globalização, de um lado, e a falta de reação, por outro, levam-nos a ter uma imigração descontrolada e, daí, ao islamismo em casa”. Em seguida, acrescentou que os/as franceses/as teriam sido “despojados de seu patriotismo, sofrendo em silêncio por não ter o direito de amar seu país” (Yárnoz, 2017). Inúmeros outros casos poderiam ser arrolados. Contudo, já é possível delinear um panorama de como a questão migratória ocupa lugar central na pauta de políticos e de movimentos de extrema direita em diferentes partes do mundo.

O desconhecimento das condições objetivas e subjetivas de existência dos/as migrantes e refugiados/as venezuelanos/as pode resultar na desatenção às suas necessidades e no aprofundamento das desigualdades sociais, ampliando hierarquias de poder. Nessa perspectiva, direitos como trabalho, lazer, saúde, educação e assistência social assumem papel central enquanto dispositivos de inclusão. A chegada ao Brasil, nesse sentido, torna-se um momento de renovação das esperanças na construção de uma vida melhor, o que passa, necessariamente, pela efetivação desses direitos.

Desse modo, emergem inquietações que, embora ainda não configurem a questão de pesquisa central desta tese, integram o conjunto de interrogações que orientam o debate: o que significa o lazer na vida cotidiana de refugiados/as venezuelanos/as que enfrentam dificuldades até mesmo para garantir necessidades humanas essenciais à sobrevivência? E qual é o sentido de estudar o fenômeno do lazer na vida de indivíduos imersos em uma crise humanitária da qual eles/as próprios/as são parte?

Para refletir sobre tais questões, é preciso considerar que elas não se direcionam a venezuelanos/as interiorizados/as⁹, que dispõem de maior acesso a oportunidades de trabalho, saúde, educação, lazer e assistência social, mas, sobretudo, àqueles/as que sobrevivem em condições precárias, atendendo apenas de forma limitada às suas necessidades básicas. Nesse sentido, propõe-se como objeto de estudo a prática social do lazer e os processos educativos dela decorrentes na vida de indivíduos que vivenciam cotidianamente a condição de refúgio.

Refletir sobre a fruição do lazer entre migrantes e refugiados/as venezuelanos/as acolhidos/as em abrigos emergenciais torna-se, portanto, fundamental. As experiências de lazer, compreendidas, conforme Gomes (2014), como necessidade humana e dimensão da cultura, ainda que pouco valorizadas em uma sociedade que exalta o trabalho, fazem-se presentes na vida cotidiana dessas pessoas, assumindo diferentes significados em tempos e espaços diversos. Assim, o envolvimento dos/as migrantes e refugiados/as com essa prática social constitui elemento central das inquietações que orientam esta pesquisa.

Na avaliação de Lewis (2015), compreender as vivências de lazer de pessoas em situação de deslocamento forçado, para além de suas dimensões econômicas e funcionais, contribui para lançar luz sobre a construção de identidades híbridas, formadas nos processos de adaptação e de pertencimento a novos contextos. Ademais, compreender como os espaços e as

⁹ O programa de interiorização consiste no deslocamento voluntário e gratuito da população venezuelana que vive no estado de Roraima para outras regiões do país. Trata-se de uma iniciativa do governo federal brasileiro, no âmbito da Operação Acolhida, que prioriza venezuelanos/as em situação de vulnerabilidade social nas cidades roraimenses, tanto aqueles/as acolhidos/as em abrigos emergenciais quanto os/as que se encontram fora deles (ACNUR, 2024b).

práticas de lazer são moldados, restringidos ou ampliados exige a análise dos motivos do deslocamento, das trajetórias percorridas, das experiências de acolhimento e de estabelecimento nas localidades anfitriãs, das barreiras estruturais associadas às políticas e ao status migratório, bem como das possibilidades de retorno ao país de origem.

A seguir, apresenta-se a questão balizadora da pesquisa, bem como os objetivos geral e específicos estabelecidos para o desenvolvimento do estudo.

Questão e objetivos da pesquisa

A questão orientadora da tese e que se tornou a linha condutora do desenvolvimento do estudo está sistematizada nos seguintes termos: *Que significados são atribuídos ao lazer na vida cotidiana por indígenas dos povos Warao e Pemón refugiados/as e que processos educativos são observados durante a fruição do lazer em abrigo de acolhimento emergencial na cidade de Boa Vista/RR?*

Partindo dessa questão central, esta tese teve como objetivo geral compreender o significado atribuído à prática social lazer na vida cotidiana por indígenas dos povos Warao e Pemón refugiados/as e descrever e analisar os processos educativos decorrentes da fruição do lazer em abrigo de acolhimento emergencial na cidade de Boa Vista/RR.

No que se refere aos objetivos específicos da pesquisa:

- Conhecer as manifestações culturais de lazer vivenciadas por indígenas dos povos Warao e Pemón refugiados/as desde a perspectiva destes/as;
- Identificar o tempo dedicado à prática social lazer no abrigo de acolhida emergencial desde a perspectiva de indígenas dos povos Warao e Pemón refugiados/as;
- Identificar os lugares/espços em que são desenvolvidas as experiências de lazer de indígenas dos povos Warao e Pemón refugiados/as a partir da perspectiva destes/as.

Mapeamento da literatura: lazer, refugiados/as e os espaços de abrigamento

A revisão de literatura constitui parte fundamental do processo de produção científica. Utilizada em diferentes tipos de textos acadêmicos, como dissertações, teses, projetos de

pesquisa e artigos científicos, sua realização possibilita contextualizar o panorama atual das pesquisas em torno de uma determinada temática, sinalizando possíveis inconsistências teóricas e estimulando a produção de novos estudos a partir da síntese de trabalhos já existentes (Carvalho, 2019).

Galvão e Ricarte (2020, p. 58) consideram que a realização de uma revisão de literatura:

[...] evita a duplicação de pesquisas ou, quando for de interesse, o reaproveitamento e a aplicação de pesquisas em diferentes escalas e contextos. Permite ainda: observar possíveis falhas nos estudos realizados; conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram brechas na literatura trazendo real contribuição para um campo científico; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadoras de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência.

Na esteira das considerações apresentadas no início desta seção, esta Revisão de Literatura tem como objetivo examinar o cenário da produção científica recente acerca do lazer no contexto de abrigos, acampamentos e campos de refugiados/as, em âmbito nacional e internacional. Nesse sentido, sua realização contribui para a delimitação do estudo no panorama científico da temática em questão, permitindo reconhecer seu caráter original, bem como identificar avanços e lacunas que podem abrir espaço para a realização de futuros estudos em diferentes campos do conhecimento que tangenciam o interesse desta pesquisa.

Para sua realização, o processo de organização do levantamento bibliográfico seguiu as orientações apresentadas por Galvão e Ricarte (2020), as quais foram adaptadas ao escopo deste estudo: (i) delimitação dos objetivos e das questões de pesquisa; (ii) seleção das bases de dados; (iii) elaboração da estratégia de busca; e (iv) seleção e sistematização dos estudos. No que se refere à delimitação dos objetivos e da questão de pesquisa, destaca-se que não houve necessidade de formular uma nova questão (ou novas questões) nem objetivos específicos para esta etapa do trabalho, uma vez que o próprio processo de revisão de literatura visa atender e está em consonância com a questão de pesquisa orientadora desta tese, bem como com seus objetivos gerais e específicos.

Em seguida, foram definidos os tipos de documentos a serem analisados e as bases de dados em que seriam realizadas as buscas. Quanto aos tipos de documentos, optou-se por trabalhar com artigos científicos, dissertações e teses, excluindo-se, portanto, relatórios de

pesquisa, publicações em anais de eventos, jornais, editoras não comerciais e sítios eletrônicos pessoais de pesquisadores/as ou de outra natureza.

No tocante às bases de dados, foram selecionadas as seguintes: *Google Scholar*¹⁰, *Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*¹¹, *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*¹², *SCOPUS*¹³ e *Web of Science (Coleção Principal)*¹⁴. Essa escolha levou em consideração sua compatibilidade e adequação à temática da tese. Priorizamos a seleção de repositórios que abrigassem periódicos nacionais e internacionais, bem como a adoção de bases multidisciplinares, dada a diversidade de produções em diferentes áreas do conhecimento dedicadas ao estudo das migrações forçadas e aos múltiplos interesses da comunidade acadêmica. Além dessas, foi incluída uma base de dados voltada especificamente à busca de dissertações e teses em âmbito nacional: a *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)*. Desse modo, ao todo, foram utilizadas seis bases de dados.

Para a utilização dessas bases, procedeu-se à definição dos descritores e palavras-chave pertinentes ao escopo do estudo. O processo de delimitação dos descritores contou com o apoio dos vocabulários controlados disponíveis nos *Thesaurus* da *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)*¹⁵ e da *Education Resources Information Center (ERIC)*¹⁶. Também foram utilizadas palavras-chave (termos livres) definidas a partir de estudos já produzidos em diferentes áreas do conhecimento sobre a temática da pesquisa. Os vocábulos empregados nas buscas contemplaram sinônimos, variações no plural, bem como termos simples e compostos. Os termos utilizados nas consultas às bases, em três idiomas, são apresentados na tabela a seguir.

Quadro 1: Descritores e palavras-chave utilizadas nas consultas às bases de dados.

	Assunto e sinônimos em português	Assunto e sinônimos em espanhol	Assunto e sinônimos em inglês
Assunto 1	Lazer Recreação	Ocio Recreación	Leisure Recreation

¹⁰ Acesso em: <https://scholar.google.com.br/>.

¹¹ Acesso em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>.

¹² Acesso em: <https://www.scielo.org/>.

¹³ Acesso através da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) no Portal de Periódicos da CAPES pelo menu “Acervo”, opção “Lista de bases e coleções”.

¹⁴ Acesso através da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) no Portal de Periódicos da CAPES pelo menu “Acervo”, opção “Lista de bases e coleções”.

¹⁵ Acesso em: <https://vocabularies.unesco.org/browser/thesaurus/en/>.

¹⁶ A ERIC é uma base de dados bibliográficos e de textos completos que abriga informações e pesquisas no campo da educação. É mantida pelo Instituto de Ciências da Educação do Departamento de Educação dos EUA. O Thesaurus pode ser acessado por meio do enlace: <https://eric.ed.gov/?multimedia-thesaurus>.

	Tempo livre Ócio	“Tiempo libre”	“Leisure time”
Assunto 2	Refugiado Refugiados “Refugiado venezuelano” “Refugiados venezuelanos” “Mobilidade forçada” “Migração forçada”	Refugiado Refugiados “Refugiado venezolano” “Refugiados venezolanos” “Migración forzada” “Migración forzosa” “Desplazamiento forzado”	Refugee Refugees “Forced migration” “Forced displacement” “Venezuelan Refuge” “Venezuelan Refugees”
Assunto 3	Abrigo Abrigos Assentamento Assentamentos “Abrigos de acolhida” “Abrigos de acolhida temporária” “Assentamento de refugiados” “Abrigo de refugiados” “Campo de refugiado” “Campo de refugiados” “Abrigos emergenciais”	Abrigo Abrigos Asentamiento Asentamientos “Asentamiento de refugiado” “Asentamiento de refugiados” “Campamentos de refugiados” “Campamento de Refugiados” “Campo de Refugiados” “Centro de Clasificación de los Refugiados”	Shelter Shelters Settlement Settlements “Refugee settlement” “Refugee settlements” “Refugee camp” “Refugee camps” “Emergency Shelters”

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Uma vez realizado esse mapeamento terminológico, procedeu-se à utilização dos operadores booleanos para a construção da estratégia avançada de busca. Os termos selecionados foram associados entre si, dentro de um mesmo assunto, por meio do operador booleano OR, sendo delimitados pelo uso de parênteses. Os diferentes assuntos, por sua vez, foram combinados entre si com a utilização do operador booleano AND, inserido entre os parênteses que delimitavam as expressões correspondentes a cada tema. Cabe destacar que algumas expressões foram registradas entre aspas, com o objetivo de possibilitar sua localização exata no interior das bases de dados consultadas.

Nas bases de dados selecionadas para este estudo, foram adotadas estratégias de busca distintas, em razão das especificidades de funcionamento de cada uma delas, bem como definidos campos de busca adequados a cada base.

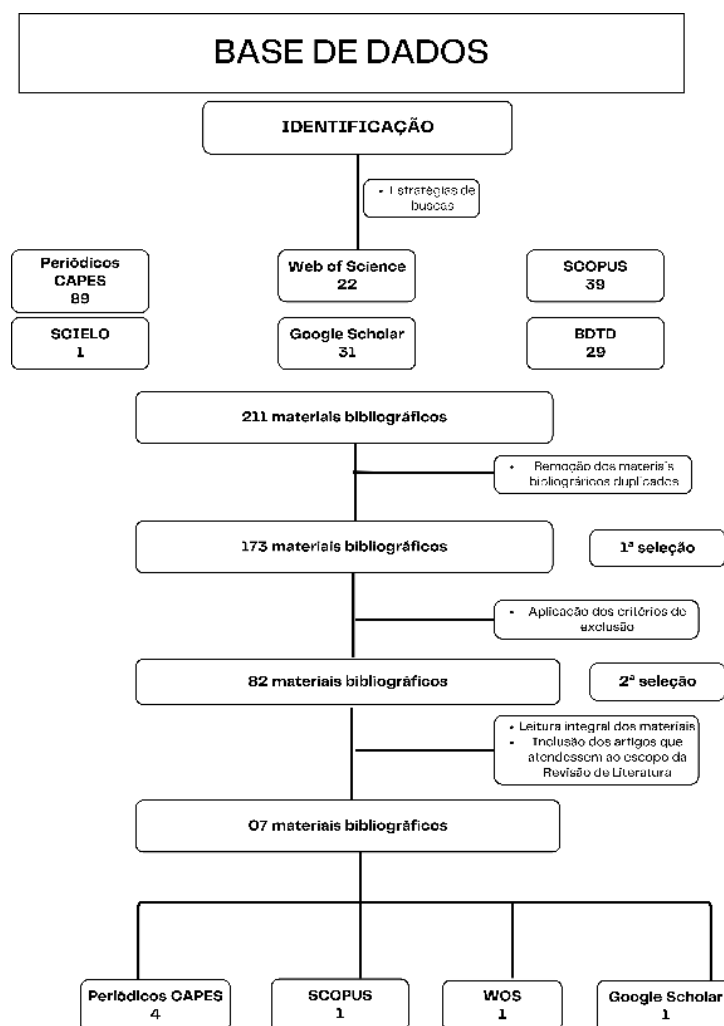
A seleção dos estudos para análise envolveu os seguintes critérios de inclusão: (i) textos de fontes primárias, especificamente artigos publicados em periódicos científicos, dissertações e teses; (ii) textos publicados entre os anos de 2015 e 2024; (iii) publicações nos

idiomas português, inglês e espanhol; e (iv) estudos que abordassem a prática social do lazer no interior de abrigos ou campos de refugiados/as.

Os critérios de exclusão definidos foram: (i) materiais de fontes primárias que não se adequassem aos critérios de inclusão, bem como publicações oriundas de fontes secundárias ou terciárias; (ii) textos não revisados por pares; (iii) estudos duplicados; (iv) publicações fora do período estipulado; (v) textos publicados em idiomas diferentes do português, do inglês ou do espanhol; e (vi) indisponibilidade de acesso ao texto integral.

A organização dos dados referentes aos artigos científicos localizados nas plataformas *Periódicos CAPES*, *SciELO*, *SCOPUS*, *Web of Science* e *Google Scholar* foi realizada utilizando-se o gerenciador de referência *EndNote* (versão online). As dissertações e teses obtidas por meio das buscas na BDTD foram organizadas em planilha elaborada no editor de texto Word, com base na extração dos seguintes dados: título, autor/a e resumo.

As buscas dos materiais bibliográficos que compõem esta Revisão de Literatura ocorreram entre os meses de março e abril de 2024. O processo completo de triagem das produções científicas localizadas nas bases de dados e nos agregadores seguiu as seguintes etapas: (i) identificação e organização dos estudos recuperados; (ii) remoção de materiais duplicados; (iii) exclusão de publicações que não atendiam aos critérios de inclusão (primeira seleção); e (iv) inclusão dos materiais bibliográficos que atenderam aos critérios estabelecidos (segunda seleção). Esse processo está representado na figura a seguir:

Figura 2 - Processo de triagem das produções científicas.

Fonte: Elaboração próprio autor.

Com vistas a uma apresentação adequada dos materiais bibliográficos selecionados para análise, organizou-se o quadro a seguir:

Quadro 2: Materiais bibliográficos selecionados para análise.

Item	Título	Base de dados	Tipo	Ano
1	La agencia de las mujeres Saharais en los campamentos de refugiados de Tindouf, Argelia	Google Scholar	Dissertação	2019
2	“They play together, they laugh together”: sport, play and fun in refugee sport projects	SCOPUS	Artigo	2022
3	Infância, refúgio e jogo democrático: anotações de campo	Periódicos CAPES	Artigo	2020
4	Sports and humanitarian development: a look at sports programming in the refugee crisis through a	Periódicos CAPES	Artigo	2018

	case study of KickStar Joy Soccer Project at Zaatari refugee camp			
5	Politics at play: locating human rights, refugees and grassroots humanitarianism in the Calais Jungle	Periódicos CAPES	Artigo	2017
6	Sport in liminal spaces - the meaning of sport activities for refugees living in a reception centre	Periódicos CAPES	Artigo	2019
7	Intervención y derechos humanos con menores refugiados no acompañados en la isla de Quíos – Grecia	Web of Science	Artigo	2020

Fonte: Elaboração próprio autor.

O trabalho intitulado *La agencia de las mujeres Saharauis en los campamentos de refugiados de Tindouf, Argelia*, de autoria de Córdoba Herédia e Aldana Villalobos (2019), teve como propósito analisar as experiências cotidianas de mulheres do povo Saharaui que vivem em um acampamento de refugiados/as localizado na província de Tindouf, no sudoeste da Argélia. Para tanto, as autoras buscaram identificar aspectos da agência das mulheres, entendida como a capacidade de definir e perseguir a concretização de suas próprias metas, relacionadas à educação, à percepção de direitos e à participação no contexto em que vivem.

O desenho metodológico, de natureza qualitativa, baseou-se na etnografia e contemplou revisão documental de estudos acadêmicos relevantes, observação participante, diários de campo, entrevistas semiestruturadas com homens e mulheres Saharaui, grupos focais e a realização de um workshop participativo com mulheres de diferentes faixas etárias, níveis educacionais, ocupações e estados civis. Também foram realizadas entrevistas estruturadas e semiestruturadas com cooperantes colombianos/as que atuavam no acampamento investigado. A análise dos dados ocorreu por meio da técnica de análise de conteúdo. O interesse pela investigação emergiu da experiência prévia das autoras junto ao povo Saharaui e das percepções de diversos/as atores/atrizes acerca da agência dessas mulheres.

Desde 1884, com a colonização de parte do continente africano por espanhóis, os/as Saharauis encontram-se envolvidos/as em lutas pela criação de um Estado próprio e pelo direito à autodeterminação. Ao longo de mais de quatro décadas de refúgio no campo de Tindouf, decorrente da ocupação ilegal marroquina do território de origem do povo Saharaui, no Saara Ocidental, a agência das mulheres tem assumido papel de destaque no desenvolvimento da comunidade. Apesar das difíceis condições de sobrevivência, elas desempenham função determinante na organização e no funcionamento do acampamento de refugiados/as (Córdoba Herédia; Aldana Villalobos, 2019).

No âmbito das três frentes de agência analisadas, a educação é apresentada como um pilar essencial, sendo as mulheres protagonistas de sua promoção e desenvolvimento. Embora

haja forte preocupação com a educação escolar no acampamento, uma vez que, desde o início do exílio, foram construídas escolas improvisadas para o ensino da leitura e da escrita, inicialmente entre as mulheres e, posteriormente, entre seus/suas filhos/as, ações educativas desenvolvidas em outros espaços também são valorizadas. Cursos e oficinas em diferentes áreas, realizados tanto por organizações externas no âmbito da cooperação internacional quanto por iniciativas de mulheres Saharauí que lideram ações formativas, integram esse contexto educativo.

No que se refere à educação das crianças, na perspectiva Saharauí, esta não é compreendida como responsabilidade exclusiva do núcleo familiar: amigas das mães e vizinhos/as também participam do processo educativo. No eixo da percepção de direitos, aspectos como a equidade de gênero, a violência doméstica e a gestão da saúde ocupam lugar central. A possibilidade de tomada de decisões no âmbito familiar e comunitário em condições de igualdade com os homens, o respeito às mulheres e o rechaço aos maus-tratos configuram construções sociais e culturais presentes na vida do povo. Ademais, os cuidados com a promoção da saúde, fundamentados em conhecimentos ancestrais, constituem princípios presentes desde a chegada ao acampamento (Córdoba Herédia; Aldana Villalobos, 2019).

Quanto à participação das mulheres na sociedade Saharauí, a análise contemplou as dimensões política, associativa, administrativo-econômica, familiar e de lazer, sendo esta última particularmente relevante para a temática desta tese. Segundo as autoras, as condições de vida no refúgio, agravadas por fatores climáticos adversos, resultam na escassez de espaços destinados às atividades de lazer. Ainda assim, algumas experiências, compreendidas como vivências dessa prática social e como espaços de empoderamento, foram identificadas.

Uma das práticas mais frequentes no acampamento é o *hamman*: banhos relaxantes realizados com irmãs, amigas e primas, que promovem satisfação, alegria e cuidado de si. A aplicação de *henna* nas mãos e nos pés, tradição cultural Saharauí, propicia encontros e o compartilhamento de conhecimentos entre mulheres de diferentes gerações, convertendo-se em atividade de lazer marcada pela conversa e pela troca de saberes sobre a beleza feminina. Experiência semelhante ocorre com a maquiagem e outras práticas de autocuidado, que revelam forte cooperação, como a partilha de produtos estéticos.

Outra experiência identificada como lazer, e que reúne mulheres, é o consumo do chá e seu ritual. De acordo com os/as cooperantes entrevistados/as, em torno do chá desenvolvem-se conversas profundas e significativas sobre diversos aspectos da vida Saharauí. Cursos e oficinas ofertados pela União Nacional das Mulheres Saharauí também são programados como espaços de fruição do tempo de lazer no acampamento. Jogos tradicionais igualmente se fazem

presentes, compondo processos de manutenção cultural e de convivência entre mulheres. Por fim, as cerimônias de casamento figuram entre as principais atividades de lazer, mobilizando dias de preparativos e constituindo momentos singulares de alegria e celebração no contexto cultural.

Apesar das duras condições do exílio, o estudo revela o papel determinante das mulheres Saharauís na organização e no desenvolvimento dos acampamentos. As autoras destacam sua atuação fundamental nos campos da educação, da percepção de direitos e da participação comunitária, contribuindo para a criação e a gestão de serviços essenciais à vida cotidiana. Nesse contexto, o lazer, no âmbito da participação feminina, adquire relevo ao possibilitar encontros, compartilhamento de conhecimentos e experiências, prazer e preservação de tradições da cultura autóctone (Córdoba Herédia; Aldana Villalobos, 2019).

Na esteira do crescente interesse em compreender o papel do esporte na vida de refugiados/as, Koopmans e Doidge (2022), em *“They play together, they laugh together”: sport, play and fun in refugee sport projects*, percorrem um caminho alternativo e oferecem contributos inovadores ao debate. Em linhas gerais, segundo a autora e o autor, os estudos sobre a temática têm privilegiado o Norte global e analisado o impacto de práticas esportivas em projetos executados por organizações internacionais voltadas à promoção de mudanças sociais na vida de pessoas em deslocamento forçado. Nesses casos, “essa literatura aborda projetos específicos que são invariavelmente executados a partir do Norte Global e buscam educar o Sul Global sobre resultados econômicos, sociais e de saúde” (Koopmans; Doidge, 2022, p. 538, tradução nossa).

Esse cenário é problematizado pela autora e pelo autor, que reconhecem o caráter institucionalizado e competitivo que, em muitas ocasiões, permeia as práticas de Esporte para o Desenvolvimento e a Paz (Sport for Development and Peace – SDP), perspectiva frequentemente adotada em projetos esportivos com refugiados/as, e defendem a necessidade de sua revisão. Embora reconheçam a importância do esporte, argumentam que o aspecto lúdico e o divertimento têm sido negligenciados, destacando que jogos e brincadeiras podem trazer benefícios significativos (Koopmans; Doidge, 2022). Assim, sustentam que:

[...] a brincadeira e a diversão podem funcionar como um objetivo positivo para projetos que trabalham com refugiados. A diversão e o lazer podem ser resultados positivos, por si só, sem precisar estar vinculados a outros resultados, como educação ou saúde. O foco em brincadeiras e diversão incentiva a expressão emocional e o bem-estar, aumenta a confiança e pode ser fundamental para apoiar outros resultados do SDP, como a construção de

comunidades mais confiantes [...] (Koopmans; Doidge, 2022, p. 538, tradução nossa).

O estudo foi desenvolvido a partir de um projeto de pesquisa participativa e qualitativa realizado no campo de refugiados/as de Rwamwanja, no sudoeste de Uganda, ao longo de seis semanas. À época, o assentamento abrigava pessoas deslocadas predominantemente da República Democrática do Congo e do Sudão do Sul. Em parceria com duas instituições que atuavam junto a grupos socialmente marginalizados, foi implementado um projeto-piloto que incluiu sessões de esportes e brincadeiras, envolvendo cerca de mil jovens com idades entre 7 e 25 anos. Os dados foram coletados por meio de observação participante e entrevistas semiestruturadas, além de reflexões semanais e registros em diários de campo. Especificamente, foram entrevistados/as seis voluntários/as, quatro mulheres e dois homens, e dois funcionários de uma das instituições atuantes no campo (Koopmans; Doidge, 2022).

Para além dos esportes tradicionais, os/as participantes vivenciaram uma variedade de jogos inéditos, o que possibilitou o distanciamento de concepções prévias sobre determinadas modalidades. A qualidade liminar dos jogos foi mobilizada com o objetivo de equilibrar dinâmicas de poder desiguais entre instrutores/as e participantes, relação na qual, com frequência, os primeiros ditam regras e decidem quem participa. Segundo a autora e o autor, essa forma de relacionamento é recorrente em projetos que envolvem instrutores oriundos do Norte global atuando no Sul global. As práticas esportivas foram adaptadas com vistas à inclusão, e a combinação entre adaptações e a introdução de novas atividades contribuiu para a criação de ambientes inclusivos e seguros, minimizando a competição e desafiando hierarquias. O cerne das intervenções consistiu em possibilitar que todos/as jogassem juntos/as, independentemente de origem étnica, gênero ou habilidade, promovendo igualdade e participação coletiva (Koopmans; Doidge, 2022).

A diversão mostrou-se elemento essencial em projetos orientados ao bem-estar de refugiados/as, como observado no contexto de Rwamwanja. Para a autora e o autor, brincadeiras e jogos representaram “uma forma importante de romper limites e promover diferentes dinâmicas comunitárias por meio da criação de espaços seguros e lúdicos” (Koopmans; Doidge, 2022, p. 546). Em suas palavras:

Em vez dos esportes mais estruturados usados no SDP, o jogo iguala os participantes ao remover muitos dos aspectos tradicionais (de gênero) do esporte (Podilchak, 1991). As implicações para o SDP dizem respeito à reformulação do foco dos projetos. Em vez de se concentrar em resultados específicos, como educação, saúde ou comunidade, a promoção da diversão

por meio de jogos pode fornecer as bases para o desenvolvimento desses outros resultados (Koopmans; Doidge, 2022, p. 547, tradução nossa).

A alegria proporcionada não apenas ofereceu alívio emocional, mas também funcionou como um exercício de atenção plena, suspendendo, ainda que momentaneamente, as preocupações cotidianas associadas ao deslocamento forçado. Além dos benefícios diretos às pessoas participantes, familiares e demais membros da comunidade também podem ser positivamente afetados/as, contribuindo para o fortalecimento comunitário, a promoção da saúde e da educação, bem como para a consolidação de outros resultados sociais relevantes (Koopmans; Doidge, 2022).

Derivado de um projeto inter e transdisciplinar vinculado à Cátedra Sérgio Vieira de Mello (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio/ACNUR), cujo objetivo central foi observar qualitativamente a circulação de refugiados/as e solicitantes de refúgio venezuelanos/as no Brasil, com ênfase nos/as atores/atrizes do acolhimento e nos tensionamentos e aspectos críticos do deslocamento e da recepção, o artigo *Infância, refúgio e jogo democrático: anotações de campo* discute a relação entre infância e refúgio. Em particular, as autoras buscaram compreender como estratégias lúdicas utilizadas por crianças venezuelanas em abrigos da Operação Acolhida, em Boa Vista/RR, colaboram para subverter regimes de controle e fissurar estigmas de vulnerabilidade, promovendo e (re)inventando formas de resistência política (Bines *et al.*, 2020).

O estudo, de inspiração etnográfica, contou com trabalho de campo realizado durante uma semana, no mês de fevereiro de 2019, em três abrigos - Jardim Floresta, São Vicente e Pintelândia¹⁷. As autoras realizaram uma “dupla jornada”: além das atividades de pesquisa, desenvolveram colaboração pedagógica baseada em literatura infantil, atividades lúdicas e contação de histórias com as crianças residentes nestes espaços (Bines *et al.*, 2020).

A coleta de dados envolveu observação participante dos jogos e brincadeiras em espaços coletivos, com registro de notas de campo, imagens fotográficas dos espaços em que se desenvolviam as atividades lúdicas e entrevistas com crianças, adolescentes e integrantes da equipe de educadores presentes nos abrigos (Bines *et al.*, 2020).

Bines *et al.* (2020) elaboram tessituras analíticas que articulam os dados coletados ao longo do trabalho de campo a reflexões sobre infância, refúgio e política. Para tanto, as autoras contextualizam a Operação Acolhida como uma força-tarefa humanitária voltada ao acolhimento e à assistência emergencial de venezuelanos/as em deslocamento forçado em

¹⁷ Abrigo desativado no ano de 2022.

direção ao território brasileiro, a qual atua, desde março de 2018, em três frentes: ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização para outros estados. Considerando que a pesquisa se desenvolve no interior de abrigos vinculados à referida operação, as autoras procuram traçar, ainda que de forma sucinta, um panorama desses espaços de acolhida emergencial, criados em virtude da presença crescente de venezuelanos/as em espaços públicos da cidade de Boa Vista/RR (Bines *et al.*, 2020).

O texto não se limita a uma caracterização descritiva dos abrigos nos quais a pesquisa foi realizada, mas é construído a partir da perspectiva do cenário e da agência das performances infantis que desestabilizam sua dinâmica cotidiana. As autoras destacam observações registradas em campo que chamaram a atenção por se configurarem como experiências vividas à contrapelo do clima de sofrimento comumente associado aos contextos de abrigo. Dentre elas, destacam-se: a produção de espaços de jogo que, em um ambiente marcado pela espera e pela escassez, proporcionaram uma alegria inesperada, expansiva e indisciplinada; as duras histórias de deslocamento que se converteram em narrativas de aventura e se tornaram motivos de orgulho para as crianças, ao aproximá-las de figuras heroicas; a falta de privacidade vivenciada no contexto dos abrigos, que, sob o olhar das crianças, converteu-se em uma sensação de conforto, uma vez que outras crianças também compartilhavam experiências semelhantes; e as performances infantis que não se restringiram aos/às mais jovens, não sendo raras as ocasiões em que adolescentes e adultos/as se “infantilizaram” em meio às atividades de jogos e contação de histórias desenvolvidas pelas pesquisadoras (Bines *et al.*, 2020).

Em síntese, as autoras argumentam que, em meio ao caráter aporético dos abrigos de acolhimento emergencial, os jogos e as brincadeiras vivenciados pelas crianças propõem uma (re)politização dos espaços humanitários. Seus movimentos e gestos contrastam com a emergência de novos imaginários de vida coletiva em situação de abrigo, oferecendo visões alternativas sobre a identidade dos/as venezuelanos/as e suas possibilidades nesses espaços, nos quais formas de ser e de reconhecer-se são moldadas pela ajuda humanitária e classificadas sob categorias como “solicitantes de refúgio”, “residentes temporários”, “refugiados” e “migrantes” (Bines *et al.*, 2020).

No texto *Sports and humanitarian development: a look at sports programming in the refugee crisis through a case study of KickStart Joy Soccer Project at Zaatari refugee camp*, Cheung-Gaffney (2018) assinala que a crença no papel do esporte no processo de desenvolvimento humanitário sempre esteve presente no debate da comunidade internacional sobre o tema. Contudo, até o momento, os programas esportivos voltados à juventude em contextos humanitários têm ocorrido de forma isolada e informal e, portanto, ainda não foram

incorporados de maneira sistemática à agenda de desenvolvimento da ajuda nesse campo. A reversão desse quadro encontra-se na pauta de diferentes atores/atrizes - organizações humanitárias, governos, agências da ONU, corporações, pessoas físicas e a sociedade civil - que atuam no campo denominado esporte para o desenvolvimento, buscando utilizar as manifestações esportivas de forma coordenada e estratégica.

A autora reconhece, no cenário internacional, a existência de iniciativas da comunidade de ajuda humanitária, de organizações governamentais e da sociedade civil que têm buscado formas de reconhecimento do direito humano universal ao esporte, em particular no que se refere a jovens refugiados/as. Em sua perspectiva, esse direito tem sido frequentemente negligenciado, embora o esporte se configure como uma ferramenta valiosa para o enfrentamento de desafios emergentes em crises humanitárias e em contextos de conflito e pós-conflito. Nesse sentido, o texto apresenta uma breve visão geral da legislação internacional sobre refugiados/as e de suas interfaces com o direito ao esporte, além de expor uma análise detalhada dos procedimentos e das questões legais envolvidas na inserção em campos de refugiados/as na condição de proponente de programação esportiva. Por fim, a autora relata uma ação desenvolvida no âmbito do programa de futebol *KickStart Joy*, no campo de refugiados de Zaatari, na Jordânia (Cheung-Gaffney, 2018).

No que se refere às cartas e convenções analisadas¹⁸, Cheung-Gaffney (2018) pondera que as leis internacionais fornecem subsídios básicos para os/as atores/atrizes que atuam no campo do esporte para o desenvolvimento em contextos de ajuda humanitária. Essas diretrizes ancoram-se na concepção de que o esporte ultrapassa os limites do entretenimento, constituindo-se como um direito humano essencial para uma vida saudável. Esse princípio orientador torna-se elemento fundamental para o planejamento estratégico e o desenvolvimento de programas esportivos voltados a jovens refugiados/as.

Em relação às questões legais de inserção em campos de refugiados/as, a autora observa que, embora existam padrões operacionais aceitos internacionalmente, o processo de autorização legal para instalação e acesso depende das necessidades e especificidades locais. Isso significa que a receptividade ou a hostilidade do país anfitrião pode tornar o processo mais célere ou mais moroso, conforme o caso. Após o cumprimento dos requisitos legais exigidos das organizações de ajuda humanitária para atuarem nos campos, estas passam a estar sujeitas

¹⁸ As cartas e convenções internacionais analisadas pela autora foram: *Convenção Internacional sobre Direitos da Criança* (Artigo 31), Resolução nº 58/5 da Assembleia Geral da ONU, intitulada *O esporte como meio de promover a educação, a saúde, o desenvolvimento e a paz*, a *Carta Internacional de Educação Física e Esporte* da UNESCO, a *Convenção Americana de Direitos Humanos* e a *Carta Europeia do Esporte para Todos* (Cheung-Gaffney, 2018).

às leis do país em que se encontram. Cada nação, portanto, regulamenta a entrada e a governança dos campos de maneira própria (Cheung-Gaffney, 2018).

Com o objetivo de compreender os desafios enfrentados por jovens refugiados/as, a autora apresenta um relato do programa *KickStart Joy Soccer*, da *Catalyst Foundation for Universal Education*, desenvolvido no campo de refugiados de Zaatari, na Jordânia. O programa, com duração de três dias, foi realizado no final de agosto de 2017 e conduzido por quatro ex-jogadores profissionais da liga estadunidense de futebol, envolvendo meninos e meninas residentes no campo, distribuídos em três faixas etárias: menores de 12 anos, menores de 14 anos e menores de 18 anos. Os recursos financeiros foram provenientes de uma parceria entre ex-atletas profissionais, equipes esportivas e a *Catalyst Foundation*. A combinação entre responsabilidade social corporativa, fundações privadas e iniciativas individuais viabilizou a captação de recursos destinados aos/as jovens refugiados/as de Zaatari (Cheung-Gaffney, 2018).

O programa *KickStart Joy* configurou-se como uma iniciativa esportiva de pequena escala, desenvolvida em um cenário complexo, que evidenciou conflitos de interesses entre as necessidades dos/as jovens refugiados/as, os grupos de ajuda humanitária e a sociedade civil no uso do esporte para o desenvolvimento em contextos de refúgio.

Em *Politics at play: locating human rights, refugees and grassroots humanitarianism in the Calais Jungle*, McGee e Pelham (2017) trazem à luz as experiências de duas organizações humanitárias de base, Play4Calais e Refugee Youth Service, que desenvolveram atividades com jogos, esportes, cinema e arte no campo de refugiados/as conhecido como Selva de Calais, localizado no norte da França. Esse espaço foi organizado de maneira informal e recebeu tal denominação em razão das condições precárias vividas pelos/as refugiados/as. A Selva de Calais surgiu como resposta de instituições de caridade locais e de grupos de ativistas ao vazio de assistência humanitária criado após o encerramento das atividades do Sangatte Centre, espaço de acolhimento instituído por iniciativa estatal, bem como à recusa do governo francês em reconhecer o local como um campo oficial de refugiados/as (McGee; Pelham, 2017).

O autor e a autora buscaram desvelar o papel político das iniciativas humanitárias de base na dinâmica de um campo de refugiados/as, bem como avaliar o potencial humanitário das manifestações culturais mencionadas. O estudo utilizou entrevistas semiestruturadas, coleta de imagens e de artefatos midiáticos. Foram entrevistados informantes-chave, incluindo os fundadores das duas organizações que atuavam no campo antes de sua desativação. A análise de discurso foi empregada como método de exame dos dados coletados (McGee; Pelham, 2017).

Ao colocar em primeiro plano as perspectivas organizacionais do *Play4Calais* e do *Refugee Youth Service*, McGee e Pelham (2017) revelam uma práxis humanitária de base que oferece alternativas à ajuda “profissionalizada”. Inspirados pelas reflexões de Giorgio Agamben, os autores consideram os/as refugiados/as, nesse contexto, como objetos da biopolítica, reduzidos/as ao que o filósofo denomina *homo sacer*, “a figura cuja vida é forçosamente desnuda de biografia, direitos e cidadania, de modo que pode ser submetida à violência física e simbólica sem recurso legal” (McGee; Pelham, 2017, p. 24, tradução nossa).

Na esteira desse debate, o autor e a autora, ainda mobilizando as reflexões de Giorgio Agamben e estudos da literatura científica sobre campos de refugiados/as, tecem, em um primeiro momento, considerações que procuram caracterizar esses espaços como “espaços para a vida nua”, nos quais impera uma violência estatal de caráter desumanizante. Para sustentar essa caracterização, são apresentadas dificuldades enfrentadas pelos/as refugiados/as, tais como saneamento inadequado, acesso precário à água potável, remoções forçadas, controle e distribuição de pertences, brutalidade nas ações policiais e impedimentos à assistência legal de asilo por parte de profissionais ligados aos direitos humanos (McGee; Pelham, 2017).

Contudo, em clara recusa a reduzir os/as refugiados/as a sujeitos imobilizados no limiar soberano, bem como os campos a meros “espaços para a vida nua”, McGee e Pelham (2017) atribuem centralidade às perspectivas das duas iniciativas analisadas. Tanto o *Play4Calais* quanto o *Refugee Youth Service* diferenciam-se do humanitarismo estatal por sua informalidade, proximidade espacial e atuação voluntária, características que lhes conferiam autonomia e autoridade autodeterminada. É nesse contexto que se inserem as iniciativas esportivas, cinematográficas e artísticas desenvolvidas.

Com ênfase nos relatos vinculados às práticas esportivas e aos jogos, tais iniciativas mostraram-se capazes de oferecer, de forma positiva, uma fuga transitória da dor e do trauma associados à vida no campo. Também possibilitaram a reivindicação por acesso a oportunidades de jogo e por espaços adequados à realização dessas práticas, como no caso da inauguração de um campo esportivo. A criação de espaços seguros para a prática esportiva por crianças e jovens, meninos e meninas, a ressignificação espacial que favoreceu outras formas de atividade física e a criação de oportunidades de contato entre grupos de diferentes etnias por meio do futebol também integraram as ações propostas (McGee; Pelham, 2017).

As iniciativas encabeçadas por organizações humanitárias de base ressaltaram a importância, frequentemente negligenciada, das práticas de esporte e lazer em espaços de exceção, como os campos de refugiados/as. Dessa forma, “[...] a informalidade comparativa, a proximidade espacial e o ativismo voluntário do humanitarismo de base geraram formas novas

e orgânicas de solidariedade, até mesmo de ser relacional na Selva de Calais” (McGee; Pelham, 2017, p. 32, tradução nossa). Por meio do lúdico, os/as refugiados/as puderam contestar e subverter regimes espaciais imobilizadores e excludentes, reconfigurando suas possibilidades de vida e compreendendo os campos de refugiados/as como espaços sociais e políticos (McGee; Pelham, 2017).

Waardenburg *et al.* (2019) discutem, em *Sport in liminal spaces - the meaning of sport activities for refugees living in a reception centre*, o significado das atividades esportivas para refugiados/as que vivem em espaços de liminaridade. O autor e as autoras realizaram a pesquisa em um centro de recepção de refugiados/as localizado na região periférica de uma cidade de médio porte da Holanda. À época, o local abrigava cerca de 300 refugiados/as, oriundos/as predominantemente da Síria e do Iraque, mas também de países como Irã, Afeganistão e Eritreia.

O trabalho de campo foi realizado durante o mês de janeiro de 2017, totalizando cinco visitas, e utilizou, como técnicas de coleta de dados, anotações de campo, observação participante e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram conduzidas em inglês com 12 refugiados/as, 3 homens e 9 mulheres, com idades entre 20 e 35 anos, residentes no centro, sendo complementadas por outras seis entrevistas com pessoas em situação de deslocamento forçado provenientes de outros centros de recepção na Holanda (Waardenburg *et al.*, 2019).

Com base nos dados obtidos em campo, Waardenburg *et al.* (2019) discutem como os espaços liminares reduzem a organização de atividades esportivas e limitam suas possibilidades de impactar positivamente a vida dos/as refugiados/as. As pessoas que viviam no centro percebiam uma atmosfera tensa e utilizavam o tempo, predominantemente, como um período de espera. Os/As entrevistados/as expressaram o desejo por uma maior oferta de atividades, a qual, segundo eles/as, não se restringiria à participação em práticas esportivas, mas incluiria também aulas de música, de idiomas e outras atividades formativas.

A ausência de contatos sociais confiáveis no centro de recepção, associada a barreiras de gênero, étnicas e linguísticas, bem como à falta de familiaridade com as instalações do local, foi percebida como um obstáculo ao início de atividades esportivas. Por outro lado, também foram relatadas experiências positivas relacionadas à participação em atividades esportivas fora do centro de recepção, tanto em interações com outras pessoas em deslocamento forçado quanto em relações estabelecidas com cidadãos/ãs holandeses/as Holanda (Waardenburg *et al.*, 2019).

A análise empreendida por Waardenburg *et al.* (2019) revelou que os centros de recepção, enquanto espaços liminares, impactam negativamente a organização de atividades e limitam os benefícios associados à participação esportiva. Contudo, a pesquisa também indicou

oportunidades para a transformação desses espaços em locais significativos de sociabilidade e engajamento em atividades promotoras de bem-estar. Assim, mesmo diante de restrições estruturais, os indivíduos podem encontrar formas de contorná-las ou de a elas resistir.

O autor e as autoras recomendam a reintrodução da dimensão espacial na sociologia do esporte, de modo a investigar como o esporte é vivenciado em diferentes contextos e os significados que lhe são atribuídos. Sugerem, ainda, uma agenda de pesquisa voltada ao desenvolvimento de metodologias que explorem as experiências esportivas em espaços sociais liminares, especialmente nos centros de recepção de refugiados/as, dada a escassez de estudos sobre essas vivências. Além disso, propõem o aumento de pesquisas longitudinais que acompanhem as narrativas dos/as refugiados/as ao longo do tempo, a fim de compreender o impacto variável da participação esportiva em seu senso de pertencimento e bem-estar (Waardenburg *et al.*, 2019).

A situação de menores refugiados/as desacompanhados/as é discutida por Medina Sánchez e Añaños Bedriñana (2020) no texto *Intervención y derechos humanos con menores refugiados no acompañados en la isla de Quíos – Grecia*. Ao se arriscarem em uma rota marcada por elevada periculosidade, confirmada pelo número significativo de pessoas que perderam a vida na travessia do Mar Egeu, a partir da costa turca, milhares de refugiados/as oriundos/as de regiões de intenso conflito armado no Oriente Médio, como Síria e Afeganistão, ou de zonas economicamente empobrecidas do continente africano, deixam seus territórios de origem com destino à Grécia. O país tornou-se uma importante porta de entrada para pessoas em situação de deslocamento forçado que almejam alcançar outros países europeus, concebidos como destino final. Nesse percurso, encontram-se um quantitativo elevado de menores desacompanhados/as, expostos/as a diferentes formas de violência, como redes de tráfico e exploração sexual.

A partir de uma perspectiva que compreende a questão como uma problemática política e social, as pesquisadoras avaliaram o impacto de um projeto de intervenção socioeducativa voltado à construção da paz com crianças e adolescentes residentes em um centro de acolhimento localizado na ilha de Chios, na Grécia. Para tanto, realizaram trabalho de campo entre os meses de abril e junho de 2019 no centro de recepção de menores refugiados/as não acompanhados/as de diversas nacionalidades - Iraque, Síria, Afeganistão, Egito, Palestina, Somália e Camarões (Sánchez; Añaños Bedriñana, 2020).

A pesquisa, que teve como eixo central o direito à educação, à arte e ao jogo como ferramentas para a construção da paz e do empoderamento pacífico, contou com a coleta de dados durante a intervenção junto ao referido grupo de menores. O projeto foi estruturado em

quatro blocos. No primeiro, desenvolveram-se atividades de “[...] artes cênicas, incluindo atividades teatrais, e de conscientização sobre o nosso próprio corpo, como a dança ou a capoeira, e um show de mágica no qual participaram por vontade própria” (Medina Sánchez; Añaños Bedriñana, 2020, p. 269, tradução nossa). No segundo bloco, a música foi utilizada como recurso para fomentar a cultura da paz, possibilitando a autodescoberta e o reconhecimento das emoções dos/as participantes. As atividades relacionadas às artes plásticas foram concentradas no terceiro bloco, envolvendo o uso da pintura com cores como forma terapêutica e oficinas de artesanato voltadas ao fortalecimento de valores e da criatividade. O quarto bloco foi dedicado às atividades esportivas, que possibilitaram vivências de trabalho em equipe e cooperação por meio do basquetebol e do futebol, o enfrentamento do medo por intermédio de atividades aquáticas na praia, bem como a ampliação das experiências corporais para além dos esportes tradicionais, por meio da escalada e do voleibol. Os procedimentos de coleta de dados incluíram observação participante e entrevistas em profundidade (Medina Sánchez; Añaños Bedriñana, 2020).

Os dados coletados revelaram inúmeras dificuldades vivenciadas pelos/as menores não acompanhados/as. A condição de estarem sozinhos/as no centro de acolhida decorria, em muitos casos, da separação de seus familiares em algum momento da trajetória migratória, seja ainda no país de origem, onde permaneceram pais e mães, seja no momento da chegada à fronteira grega, quando viajavam com algum membro da família. Relatos de crianças órfãs, em razão da morte dos pais vitimados pela guerra, também integraram o universo dos/as participantes. As razões para a fuga foram diversas: a guerra e a insegurança figuraram como os principais motivos, mas também foram relatados episódios de violência em razão da orientação sexual, bem como o desejo de reunião familiar em países de destino. A Grécia aparecia, majoritariamente, como país de trânsito, tendo em vista a intenção de alcançar países como Suíça, Alemanha, França e Inglaterra (Medina Sánchez; Añaños Bedriñana, 2020).

As dificuldades também se manifestaram no âmbito da escolarização. O direito à escola, ao chegarem à ilha grega, não se efetivava sem percalços. Os/As menores desacompanhados/as relataram dificuldades de adaptação decorrentes das diferenças entre os sistemas de ensino, da barreira linguística, da falta de integração e da carência de recursos e motivação por parte de professores/as. Como consequência, emergiu a sensação de guetização, uma vez que eram alocados/as em classes específicas com pessoas com as quais já conviviam, frustrando o desejo de estabelecer vínculos com cidadãos/ãs locais. No que se refere às atividades fora do contexto escolar, os relatos indicaram momentos de lazer ocupados pela prática do futebol, pelo estudo do idioma inglês, por artes marciais e por aulas de guitarra.

Destaca-se, ainda, o relato de uma criança de cinco anos que possuía uma “família amiga”, com a qual passava as tardes durante a semana (Medina Sánchez; Añaños Bedriñana, 2020).

O estudo revelou a necessidade de criação de espaços nos quais menores não acompanhados/as possam descobrir estratégias de resolução de conflitos distintas daquelas vivenciadas em seus contextos de origem, constituindo ferramentas pacíficas de enfrentamento da realidade. A intervenção socioeducativa demonstrou que o tempo de lazer, ocupado por atividades relacionadas à arte e ao jogo, possui potencial para converter-se em tempo e espaço de criação e crescimento. A arte mobiliza a inteligência emocional dessas crianças e jovens, enquanto o jogo estimula processos de evolução, imaginação e criatividade. Tais aprendizagens contribuem para que eles/as possam enfrentar a incerteza que marca o cotidiano de pessoas em situação de refúgio. As reflexões apresentadas pelas autoras reafirmam a relevância do direito à educação, à arte e ao jogo como vias para a construção da paz e do empoderamento pacífico (Medina Sánchez; Añaños Bedriñana, 2020).

Na sequência apresentamos as justificativas que embasam os caminhos percorridos e que alicerçam esta tese.

Justificativa

Se considerarmos a contemporaneidade, talvez nunca tenhamos tido tanto conhecimento acerca do expressivo contingente de pessoas que se deslocam entre fronteiras em diferentes regiões do mundo com o objetivo de proteger suas próprias vidas e as de seus/suas familiares, bem como de alcançar condições dignas de existência. Nesse contexto, observa-se a intensificação de ações, informações, relatórios e pesquisas produzidos por órgãos governamentais, ONGs, Instituições de Ensino Superior (IES) e agências especializadas que atuam na proteção e na garantia dos direitos de migrantes e/ou refugiados/as em diversas partes do mundo. Soma-se a isso a ampla circulação de noticiários, documentários e postagens em redes sociais que dão visibilidade a esses grupos, frequentemente submetidos a elevados níveis de vulnerabilidade social. Poucas vezes a mídia mundial proporcionou uma cobertura tão extensiva ao sofrimento de migrantes e refugiados/as em sua peregrinação rumo a distintos locais de destino quanto aquela observada nos tempos recentes¹⁹.

¹⁹ No tocante à mídia, essa constatação deve estar acompanhada de um olhar atento aos propósitos ocultos com a difusão massiva de notícias sobre a crise migratória. É notório que a cobertura midiática dos deslocamentos

O início do século XXI representa o período de maior projeção política alcançada pelo debate em torno das migrações internacionais. Esse fenômeno ganhou destaque em virtude do expressivo contingente de pessoas que se deslocam em diferentes partes do mundo, envolvendo um número elevado de países. A relevância da temática na contemporaneidade torna-se patente quando se observa o uso político da questão por parte dos Estados nacionais (Jarochinski Silva; Alves, 2017).

Em uma análise arguta de um artigo publicado em 2013 na revista *Time*, que tratava das tendências migratórias futuras, Phelps (2014) afirma que o texto sugeria mudanças robustas nos padrões migratórios globais. Contudo, após uma leitura mais aprofundada, o autor avalia que havia pouca análise prospectiva em seu conteúdo. As pessoas continuariam almejando ingressar nos Estados Unidos e, possivelmente, observar-se-iam variações quanto às nacionalidades e às habilidades desses/as migrantes.

Entretanto, Phelps (2014) pondera que, na realidade, o futuro global das migrações está se alterando rapidamente. Segundo ele, examinar os fluxos migratórios requer olhar além das fronteiras estadunidenses, uma vez que pouco se considera, ou se analisa superficialmente, os deslocamentos entre países da periferia global, dentro do que se conhece como migrações Sul-Sul. O discurso predominante, gestado nos Estados Unidos e na Europa, tende a concentrar suas atenções na chamada migração Sul-Norte.

De acordo com Awad e Natarajan (2018, p. 46-48, tradução nossa):

É importante entender como os discursos dominantes sobre migração internacional limitam ou restringem nosso conhecimento, governança e práticas, particularmente no que diz respeito às implicações para o Sul Global, que compõe a maior parte do mundo, mas raramente recebe a maior parte de nossa atenção. O discurso dominante sobre migração pressupõe que a maior parte da migração ocorre no Norte Global e ignora que o movimento e a

forçados tem sido ampla, o que de alguma forma nos permite conhecer as suas causas e consequências. No entanto, a partir de uma análise arguta, Bauman (2017) afirma que o efeito pretendido pela mídia é a saturação das pessoas em relação ao drama dos/as refugiados/as e sua consequente indiferença sobre o assunto. O autor utiliza a expressão “pânico moral” para designar o impacto pretendido com a veiculação de notícias dessa ordem. O referido temor proporcionaria uma espécie de sentimento de medo por parte de um grande contingente de pessoas, sobretudo nas sociedades receptoras, de que algo estaria ameaçando o bem-estar coletivo. Dessa forma, estaríamos, aparentemente, imergindo num colapso e na dissolução do modo de vida que conhecemos, praticamos e cultivamos. Na seguinte passagem, o autor expõe o assunto: “Enquanto escrevo estas palavras, outra tragédia – nascida da indiferença insensível e da cegueira moral – está à espreita, pronta para o ataque. Acumulam-se os sinais de que a opinião pública, em conluio com uma mídia ávida por audiência, está se aproximando de modo gradual, porém inexorável, do ponto de ‘fadiga da tragédia dos refugiados’. Crianças afogadas, muros apressadamente erguidos, cercas de arame farpado, campos de concentração superlotados e competindo entre si para acrescentar o insulto de tratar os migrantes como batatas quentes às injúrias do exílio, de escapar por pouco dos peregrinos enervantes da viagem rumo à segurança – todas essas ofensas morais cada vez são menos notícias e aparecem com menor frequência ‘no noticiário’. Infelizmente, o destino dos choques é transformar-se na rotina tediosa da normalidade – e o dos pânico é desgastar-se e desaparecer da vida e das consciências, envoltos no véu do esquecimento” (Bauman, 2017, p. 8).

mobilidade de pessoas já ocorriam no Sul muito antes do surgimento de Estados-nação semelhantes aos europeus, que limitavam a migração.

Essa tendência de concentrar o olhar nesse tipo de fluxo migratório antecede a atual crise de refugiados/as e produziu distorções discursivas e teóricas sobre o fenômeno (Awad; Natarajan, 2018). Buscando desconstruir narrativas ocidentais sobre a migração internacional, que indicam um deslocamento unidirecional do Sul global em direção ao Norte global, em grande parte reforçadas pela mídia, Phelps (2014) propõe situar o debate em sua complexidade. Segundo o autor, a magnitude dos deslocamentos entre países do Sul global permite relativizar os temores do Norte global em relação aos movimentos oriundos dessa região. Uma compreensão mais aprofundada das migrações Sul-Sul contribuiria para entender de forma mais adequada os padrões globais da mobilidade humana e para visualizar como as políticas migratórias do Norte afetam os países comumente classificados como “em desenvolvimento”.

Este estudo insere-se nesse contexto e visa compreender um aspecto particular, o lazer, no âmbito da mobilidade humana ocorrida no Sul global. Nesse sentido, torna-se oportuna a apresentação de perspectivas ancoradas no Sul, a fim de construir uma base contextual sólida para compreender os processos migratórios na região e suas articulações com o cenário mundial. O entendimento dessa mobilidade populacional “[...] traz elementos explicativos quanto às relações entre os Estados-nação, os conflitos, as tensões econômico-sociais e ideológicas, bem como a hierarquia da geopolítica global” (Jarochinski Silva; Baeninger, 2021, p. 125).

O fluxo migratório venezuelano configura-se como uma das mobilidades humanas mais expressivas da contemporaneidade, ao lado das migrações afegã, síria e ucraniana, conforme demonstrado pelos dados apresentados no preâmbulo desta tese. No contexto latino-americano, destaca-se por tratar-se de um fluxo predominantemente regional, caracterizando-se como um fenômeno de migração Sul-Sul, conforme classificação proposta por Jarochinski Silva e Baeninger (2021).

O interesse desta pesquisa reside na compreensão de um fluxo migratório situado no âmbito Sul-Sul, região que tem assumido papel central na dinâmica contemporânea das migrações internacionais. Ademais, busca-se contribuir para o enfrentamento de uma lacuna identificada na literatura: a escassez de estudos sobre o lazer de migrantes e refugiados/as a partir da perspectiva do Sul global. Dessa forma, a pesquisa procura articular o contexto em que esta tese é produzida, o latino-americano, com os territórios onde vive e/ou para onde se desloca a maior parte da população deslocada no mundo, isto é, o Sul global.

O êxodo massivo, originado na precarização das condições políticas, econômicas e sociais da população venezuelana, apresenta uma peculiaridade que torna sua compreensão ainda mais complexa. A migração de um grande contingente de venezuelanos/as indígenas tem despertado o interesse de pesquisadores/as de diferentes campos do conhecimento e imposto desafios à formulação de políticas sociais voltadas a esse grupo.

Compreender a condição dos/as indígenas deslocados/as da Venezuela permite uma abordagem que reconhece o entrelaçamento das estruturas opressivas que incidem sobre suas vidas. Nesse sentido, a condição de migrante forçado/a e a identidade indígena afetam diretamente suas trajetórias de vida e migratórias. Nos termos de Mezzanotti e Kvalvaag (2022, p. 468, tradução nossa), a identidade indígena e a identidade migrante “constituem identidades de grupos subordinados; a identidade do migrante indígena tem implicações para os direitos humanos distintas das experiências de indivíduos com uma única identidade de grupo”.

A mobilidade de grupos indígenas carece de maior aprofundamento no campo dos estudos migratórios, como apontam Oliveira, Sarmiento e Valerio (2020, p. 70):

O deslocamento dos povos indígenas representa um desafio importante tanto para os estudos migratórios quanto para as políticas migratórias ainda quase inexistentes. Tais deslocamentos poderiam ser categorizados como migrações internas e transfronteiriças e estudadas como tal. Entretanto, trata-se de uma dinâmica migratória relativamente nova e complexa que não se encaixa nos métodos fixos dos estudos migratórios convencionais. Exige abordagens distintas e multidisciplinares. Da mesma forma, o acolhimento e atendimento a esta categoria de deslocamento não pode seguir os métodos tradicionais aplicados a qualquer outro grupo migratório. Trata-se de um contexto diferenciado que precisa ser tratado como tal. Não somente o povo warao, mas, também outras etnias que estão passando por processos de deslocamento parecido.

Deve-se considerar que o fluxo migratório em questão tem o Brasil como país receptor, que possui um Estado cuja história é marcada por violências materiais e simbólicas dirigidas à população indígena local e por sua consequente exposição a situações de vulnerabilidade. Essa realidade impele a uma abordagem crítica e comprometida dos desafios enfrentados pelos/as venezuelanos/as indígenas em território nacional no processo de efetivação de seus direitos. Ademais, a estrutura teórico-metodológica adotada visa possibilitar que os/as colaboradores/as expressem a forma como compreendem uma dimensão específica de seu cotidiano, o lazer, por meio de significados que lhes são próprios.

A escolha por desenvolver a investigação no contexto dos abrigos deve ser compreendida à luz de seu papel na restauração da segurança pessoal e da dignidade em

contextos de elevada vulnerabilidade. Esses espaços são vitais para pessoas em situação de deslocamento forçado, pois oferecem abrigo em situações de emergência humanitária. Além disso, apresentam-se como vias institucionais de integração a um novo contexto geográfico, social e cultural, viabilizando, em perspectiva futura, o acesso à moradia digna, à (re)inserção no mercado de trabalho, ao reencontro com familiares ou mesmo ao retorno à Venezuela. Em síntese, constituem-se como espaços de reafirmação, ainda que no plano simbólico, do desejo por dias melhores.

Inspirado em Giorgio Agamben, Sigona (2014, p. 1, tradução nossa) observa que os abrigos também se configuram como “[...] um terreno social e político em que direitos, prerrogativas e obrigações são modelados, dobrados, ajustados, negligenciados e ativados por e por meio de interações cotidianas”. Trata-se, portanto, de espaços de exceção, mas também de convivência e de relações sociais complexas, no interior das quais se inserem práticas como o lazer.

Com base nos estudos sistematizados na Revisão de Literatura, é possível identificar convergências quanto às temáticas abordadas, aos procedimentos metodológicos adotados e às perspectivas analíticas sobre o lazer na vida cotidiana de refugiados/as em abrigos de acolhida, assentamentos, campos ou centros de recepção. No que se refere às temáticas, o lazer é compreendido como prática de resistência e empoderamento, por meio da qual pessoas em deslocamento forçado podem exercer escolhas, agir segundo suas preferências, fortalecer laços sociais, valorizar aspectos de suas culturas de origem e resistir às condições adversas vivenciadas nesses espaços.

O jogo e o esporte, enquanto práticas de lazer, figuram como experiências capazes de promover bem-estar físico e emocional, inclusão social, construção do senso de comunidade e desenvolvimento de habilidades de diferentes ordens. Também se destaca, de forma recorrente, o papel desempenhado por organizações humanitárias, governamentais e não governamentais no desenvolvimento de projetos e atividades de lazer voltadas a refugiados/as.

Do ponto de vista metodológico, os estudos privilegiam abordagens qualitativas e empregam procedimentos consonantes com essa perspectiva investigativa. Em grande parte, as pesquisas apresentam inspiração etnográfica e utilizam observação participante, entrevistas semiestruturadas e/ou grupos focais como instrumentos de coleta de dados. A análise de conteúdo destaca-se como principal recurso analítico mobilizado para a compreensão das experiências e perspectivas dos/as refugiados/as.

O lazer é concebido como um direito humano fundamental, cuja fruição deve ser garantida às populações em situação de deslocamento forçado. Os estudos também sustentam

seu potencial como ferramenta para a promoção da saúde, da educação, da proteção e do desenvolvimento social de refugiados/as. Nesse contexto, são apontados desafios à vivência do lazer nos abrigos de acolhida, assentamentos, campos ou centros de recepção, tais como a escassez de recursos, as restrições espaciais e as tensões sociais, ao mesmo tempo em que se ressaltam oportunidades de transformação social e empoderamento proporcionadas por essa prática social no contexto do refúgio.

Assim, à luz da Revisão de Literatura, destaca-se a escassez de estudos conduzidos a partir de um olhar situado no Sul global, com pesquisadores/as e instituições acadêmicas e científicas sediados/as nessa região e voltados/as para essa realidade, no que se refere ao lazer no campo dos estudos migratórios, especialmente em abrigos de acolhida, assentamentos, campos ou centros de recepção de refugiados/as. Observa-se que os principais centros de pesquisa responsáveis por tais produções localizam-se, majoritariamente, em países do Norte global.

Destaca-se, ainda, a necessidade de investigações ancoradas em referenciais decoloniais (Dussel, 1997; Grosfoguel, 2010; Quijano, 2013; Smith, 2019), isto é, fundamentadas em outras epistemologias e formas de produção do conhecimento. Embora a literatura científica reconheça o caráter multifacetado do lazer na vida cotidiana de refugiados/as acolhidos/as em novos países, ainda são incipientes os esforços voltados à compreensão do lugar dessa prática social na experiência de refugiados/as indígenas em situação de deslocamento forçado. O percurso desta tese assume, assim, a intencionalidade de oferecer contribuições que potencializem e estimulem investigações ancoradas nessa perspectiva.

No caso do presente estudo, a convivência durante a fruição do lazer ocorreu com homens e mulheres migrantes e refugiados/as indígenas, deslocados/as de outro país e com trajetórias singulares resultantes do êxodo forçado. No Brasil, grande parte dessas pessoas encontra-se afastada do mercado formal de trabalho ou atua em condições precárias, sobrevivendo por meio de auxílios sociais, de atividades informais ou de mendicância nas ruas²⁰. Assim, torna-se necessário problematizar os significados do lazer e as possibilidades de

²⁰ Pedir dinheiro nas ruas é uma prática sistemática dos Warao que ocorre desde o início da década de 1990 na Venezuela. Em virtude de uma epidemia de cólera que assolou este povo, um grupo de pessoas desta etnia se organizou para ir até San Félix solicitar ajuda governamental. Ao chegar, dirigiram-se ao mercado público onde as pessoas começaram a entregar-lhes comida, roupas e dinheiro, sem que os Waraos pedissem. Ao saírem às ruas, repetia-se o ocorrido, com os/as cidadãos/ãs locais entregando dinheiro pela janela dos carros. Dessa foram, por casualidade, as mulheres Warao perceberem a solidariedade das pessoas, sobretudo quando acompanhadas dos/as filhos/as. Desde então, com apoio de seus cônjuges, passaram a organizar viagens de uma semana para cidades adjacentes a San Félix no sentido de arrecadar valores que fossem suficientes para arcar com as despesas do mês.

sua fruição nesse contexto. A complexidade da realidade vivenciada por essas pessoas impõe o desafio de uma compreensão situada e contextualizada desse fenômeno.

Esse entendimento situado requer o reconhecimento das limitações da perspectiva hegemônica que concebe o lazer como mero contraponto ao trabalho, compreensão que se mostra insuficiente para analisar essa prática social em realidades complexas (Gomes, 2014; Magnani, 2018). Embora as orientações teórico-metodológicas adotadas neste estudo se diferenciem daquelas propostas por Magnani (2018), sua abordagem mostra-se inspiradora ao ter como mote “[...] *seguir, de perto e de dentro, os atores sociais envolvidos tanto nos processos costumeiramente associados ao lazer como em momentos de seu cotidiano e registrar o que dizem e o que fazem*” (Magnani, 2018, p. 30, grifos do autor). Para o autor, essa proposta rompe com as difundidas oposições entre tempo de trabalho e tempo livre, fruição e obrigação, entre outras dicotomias recorrentes no campo dos estudos do lazer.

A perspectiva analítica que orienta esta pesquisa busca questionar a hegemonia cultural eurocêntrica que impõe o trabalho assalariado e, em muitos contextos, análogo à escravidão, como prática social central. Apoiado em uma produção de conhecimento de base latino-americana, o estudo adota uma abertura à diversidade epistêmica, política e cultural, aproximando-se das Epistemologias do Sul²¹ e, mais especificamente, das Motricidades do Sul²².

A crescente complexidade das dinâmicas contemporâneas de deslocamento humano exige, daqueles/as que se dedicam ao tema em diferentes campos do conhecimento, uma compreensão de suas múltiplas facetas, o que inclui o reconhecimento das práticas sociais nas quais se inserem homens, mulheres e crianças em situação de refúgio. É nesse ponto que se localiza o interesse em compreender uma dimensão humana essencial ao processo de reprodução social dos indivíduos, embora frequentemente invisibilizada: o lazer. Tal

Com o decorrer do tempo, as distâncias percorridas passaram a aumentar, chegando até Caracas, capital do país (Rosa; Tardelli; Roa, 2024).

²¹ As reflexões em torno das Epistemologias do Sul foram inicialmente formuladas por Boaventura de Sousa Santos e posteriormente reelaboradas e/ou aprimoradas em várias publicações do autor. Segundo Santos (2021b, p. 17-18): “As epistemologias do Sul se referem à produção e à validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. [...] O objetivo das epistemologias do Sul é permitir que os grupos sociais oprimidos representem o mundo com seu e nos seus próprios termos, pois apenas desse modo serão capazes de o transformar de acordo com as próprias aspirações. [...] As epistemologias do Sul referem-se aos conhecimentos que surgem de lutas sociais e políticas e não podem ser separados dessas mesmas lutas. Não se trata, por conseguinte, de epistemologias no sentido convencional do termo”. Teremos a oportunidade de discutir esse conceito em maiores detalhes ao longo desta tese. Para maior aprofundamento sobre o assunto ver também: Meneses (2008), Meneses e Bidaseca (2018), Santos (2018) e Nolasco (2017).

²² A contextualização das Motricidades do Sul e sua relação com esta tese será abordada mais a frente em nosso trabalho.

intencionalidade fundamenta-se na compreensão de que se trata de uma dimensão constitutiva do processo de humanização.

A estrutura da tese

Esta tese, intitulada *Vidas em movimento entre muros e pontes: ócio e processos educativos na vida cotidiana de povos indígenas Warao e Pemón refugiados*, organiza-se em cinco capítulos, além da parte introdutória e das considerações finais, que são apresentados de acordo com a ordem em que as palavras-chave aparecem no resumo, buscando articular os fundamentos teóricos, metodológicos e analíticos da pesquisa em torno da temática dos significados atribuídos à prática social lazer por indígenas dos povos Warao e Pemón refugiados/as e dos processos educativos decorrentes no contexto de um abrigo de acolhida emergencial.

Na *Introdução*, são apresentadas as motivações que deram origem ao estudo, o contexto das migrações internacionais contemporâneas, em especial o movimento de indígenas que deixam o território venezuelano em direção ao Brasil, a formulação da questão de pesquisa, os objetivos geral e específicos, bem como a justificativa da investigação. A seção também expõe o percurso de revisão da literatura sobre o lazer em contextos de abrigo e delimita o campo de estudo e suas principais problematizações.

O Capítulo 1, *Reflexões sobre práticas sociais e processos educativos* dedica-se à construção do referencial teórico que sustenta a pesquisa no que se refere à educação, discutindo a natureza humana e suas relações com o fenômeno educativo, sua relação com a cultura e as abordagens teóricas que vinculam práticas sociais a processos educativos. Nesta parte do texto, discutimos aspectos epistemológicos ligados ao pesquisar práticas sociais em contextos de grupos marginalizados.

Em *Perspectivas teóricas sobre o lazer como prática social: um olhar desde a América Latina*, segundo capítulo desta tese, nos debruçamos sobre as discussões em torno do lazer, compreendido como prática social, necessidade humana e dimensão da cultura. O texto percorre os significados atribuídos ao lazer e suas relações com educação e cultura, apresentando um panorama dos estudos latino-americanos sobre o tema, o que inclui o olhar para o contexto venezuelano. São discutidos os impasses terminológicos, as concepções de tempo livre, bem como o potencial transformador do lazer como espaço de emancipação e resistência.

No capítulo 3, *As migrações internacionais e o contexto da crise migratória venezuelana*, analisamos as bases conceituais das migrações e do refúgio, diferenciando as diversas categorias de deslocamentos humanos. Em seguida, aborda o cenário das migrações forçadas contemporâneas, a crise venezuelana e seus desdobramentos no Brasil. O capítulo destaca as particularidades da migração indígena venezuelana, particularmente dos povos Warao e Pemón.

O Capítulo 4, *Percorrendo caminhos ou aportes teórico-metodológicos da pesquisa*, descreve os procedimentos metodológicos adotados, fundamentados em uma abordagem qualitativa de pesquisa. Apresentamos os aspectos éticos do estudo, o processo de inserção no campo, a caracterização do abrigo Waraotuma a Tuaranoko, os/as participantes da pesquisa e os instrumentos de coleta de dados (entrevistas, observações, diários de campo e registros fotográficos), além das etapas de análise e sistematização dos dados.

Entre vozes, vivências e sentidos: lazer e a experiência cotidiana de indígenas Warao e Pemón refugiados/as em contexto de acolhida é o quinto capítulo. Neste, realizamos uma descrição e a análise dos dados coletados durante o trabalho de campo. São apresentados os relatos de vida dos/as participantes e a discussão dos dados a partir das categorias emergentes.

Por fim, em *Entre muros, pontes e caminhos: considerações sobre lazer, educação e (re)existência*, são retomadas as principais reflexões construídas ao longo do trabalho, articulando os resultados obtidos com o referencial teórico-metodológico.

CAPÍTULO 1 - REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS SOCIAIS E PROCESSOS EDUCATIVOS

[...] a educação é uma prática social (como a saúde pública, a comunicação social, o serviço militar) cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de saber existentes em uma cultura, para a formação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento (Brandão, 2006, p. 73-74).

No presente capítulo, discutem-se aspectos relacionados ao referencial teórico que sustenta a indissociabilidade entre práticas sociais e processos educativos. Parte-se do entendimento de que essas interfaces devem ser apresentadas de forma suficientemente clara aos/às leitores/as, uma vez que o objeto de estudo desta tese concebe o lazer como prática social e busca identificar e analisar os processos educativos que emergem da convivência com indígenas refugiados/as venezuelanos/as em um abrigo de acolhimento emergencial sob gestão do governo brasileiro. Desse modo, os temas aqui abordados servirão de base para a elaboração dos capítulos subsequentes, para a construção do arcabouço teórico-metodológico e para as análises desenvolvidas ao longo do trabalho.

Para tanto, nesta parte do texto adota-se uma concepção que compreende o ato de educar como circunscrito à realidade vivida pelos seres humanos, em interação com outros entes vivos, em diferentes tempos e espaços, isto é, uma perspectiva ontológico-existencial do fenômeno educativo. Sob esse prisma, a educação não pode ser dissociada das condições históricas e sociais em que se manifesta, das quais é parte constitutiva e, ao mesmo tempo, por elas constituída.

Assim, a forma de ser da educação depende e se condiciona, ainda que relativamente, à vida dos seres humanos que a experienciam de modo ininterrupto. Aspirações, desejos, contradições, impasses, descobertas e visões de mundo fundamentam e conferem sentido às diferentes maneiras de ensinar e de aprender que lhes dizem respeito.

O termo *educar* tem sua origem na palavra latina *educere* (*ex-dūcere*), em que o verbo *dūcere* significa conduzir, dirigir, levar, e o prefixo *ex*, adjunto de lugar e que quer dizer “donde”, indica o lugar do qual alguém se afasta ou se coloca “para fora de”. Portanto, *educere* denotaria conduzir algo (ou alguém) para fora do lugar no qual se encontra (Critelli, 1981).

A derivação do termo educar deixa entrever duas condições (ou possibilidades) para a educação na realidade social. Assim, se é legítimo afirmarmos que a educação pode se

apresentar como fenômeno partícipe da construção de uma existência autêntica por parte dos seres humanos, inclusive podendo ser compreendida como uma vocação, como será discutido adiante, também é possível concebê-la inserida na arquitetura de experiências existenciais marcadas pela inautenticidade.

A nosso ver, é nesse ponto que se revela o caráter contraditório da educação. O fenômeno educativo, enquanto ação capaz de conduzir os indivíduos para além das condições, ou possibilidades, de autenticidade ou inautenticidade em que se encontram, expressa as tensões inerentes à realidade objetiva e abriga sentidos de transformação opostos, mas constitutivos do próprio processo educativo. Assim, nem a autenticidade nem a inautenticidade existem em si mesmas, pois mantêm entre si uma relação orgânica e indissociável, de modo que não é possível pensar a educação sem considerar essa interdependência recíproca.

Na redação da justificativa da *Pedagogia do Oprimido*, Freire (2005) assinala que os seres humanos se deparam com um desafio colocado por eles/as mesmos/as, que consiste em saberem um pouco mais de si. Ao buscarem respostas, descobrem que pouco sabem sobre si próprios/as e se inquietam diante dessa constatação, fazendo desse conhecimento limitado uma das razões de sua permanente busca.

Afirma ainda o autor que, embora o problema da humanização esteja historicamente presente no horizonte dos seres humanos como temática central, assume, na contemporaneidade, contornos de uma preocupação axiológica iniludível. É nesse contexto que Freire (2005) aborda, de modo dialético, a contradição entre humanização e desumanização, ao formular a seguinte argumentação:

Constatar esta preocupação implica, indiscutivelmente, reconhecer a desumanização, não apenas como viabilidade ontológica, mas como realidade histórica. É também, e talvez sobretudo, a partir desta dolorosa constatação que os homens²³ se perguntam sobre a outra viabilidade – a de sua humanização. Ambas, na raiz de sua inconclusão, os inscrevem num permanente movimento de busca. Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto e objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria

²³ Ao longo deste trabalho, o termo “homem” é empregado, em diversos momentos, em seu sentido genérico, abrangendo “homem e mulher”. Algumas das citações apresentadas provêm de obras em que Paulo Freire ainda compreendia, como ele próprio posteriormente reconheceu, que o uso do masculino genérico contemplaria também o feminino. Contudo, em *Pedagogia da Esperança* (2021), o autor revê esse posicionamento e compreende que, mais do que uma questão gramatical, tratava-se de uma postura ideológica, afirmando: “Daquela data até hoje me refiro sempre a *mulher e homem* ou seres humanos. Prefiro, às vezes, enfiar a frase explicitando, contudo, minha recusa à linguagem machista” (Freire, 2021, p. 93, grifos do autor). Não obstante, optou-se por não realizar quaisquer alterações nos trechos originais de obras anteriores, nas quais o autor ainda empregava as expressões “homem” ou “homens”, em respeito à cronologia e à integridade das obras freirianas.

negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada (Freire, 2005, p. 32).

O autor realiza uma análise do processo de formação dos seres humanos a partir de uma perspectiva contraditória, uma vez que, em sua constituição, estes podem se deparar com situações humanizadoras e desumanizadoras. Tal contradição também se manifesta no fenômeno educativo e em suas contribuições para uma ou outra condição. A opção por alinharmos-nos a essa compreensão decorre do re-conhecimento da multiplicidade da condição humana, marcada pelas mais diversas formas de *ser-ao-mundo*, bem como da dinâmica profunda e complexa da vida no campo social, *locus* em que se desencadeiam variadas práticas sociais entre as pessoas, das quais emergem processos educativos escolares e não escolares.

Nessa trajetória, compreendemos a educação como um processo de formação humana. Ela pode, simultaneamente, contribuir para a manutenção de uma ordem socialmente injusta ou fomentar ações e reflexões orientadas à transformação social, por meio da mudança dos indivíduos e, conseqüentemente, da própria sociedade. E não poderia ser diferente, pois, sendo um fenômeno essencialmente humano, a educação carrega as marcas daqueles/as que a constroem de modo contraditório, contínuo e ininterrupto.

1.1 A natureza humana e o fenômeno educativo

Esta seção do trabalho foi concebida com o intuito de trazer à luz uma reflexão que, a partir de uma perspectiva específica, seja capaz de identificar a natureza da educação e explicitar seu caráter contraditório. Contudo, para tratar da natureza do fenômeno educativo, torna-se necessário, previamente, abordar, ainda que de forma sintética, a própria natureza humana. Com isso, busca-se seguir o que foi assinalado por Freire (2006c, p. 27), em *Educação e Mudança*: “Não é possível fazer uma reflexão sobre o que é a educação sem refletir sobre o próprio homem”.

Nessa necessidade de conhecer o próprio ser humano para compreender o fenômeno educativo, conforme nos aponta Paulo Freire, torna-se premente incorporar à discussão outros seres não humanos, com os quais mantemos relações constantes e que precisam ser considerados, sob pena de não apreendermos a própria natureza humana em sua complexidade. Cabe reconhecer que, tendo em vista a lógica exploratória de recursos e de pessoas que sustenta

a atual organização societária, faz-se necessária a reorganização de ações e práticas em favor de outra forma de relação, que compreenda os seres humanos como parte integrante da natureza, e não em posição de superioridade ou afastamento em relação a ela.

Em uma passagem da obra *Ideias para adiar o fim do mundo* (Krenak, 2020a), ao explicitar o significado da palavra *krenak*, “cabeça da terra”, o autor a vincula à herança deixada por seus antepassados, às memórias de origem e à identidade de seu povo, segundo a qual não se concebe o ser humano dissociado da conexão profunda que é estabelecida com a terra. Nesse caso, não se trata da terra enquanto propriedade, mas como um lugar comum, partilhado por todos/as.

Uma compreensão dissociada dessa relação acarreta impactos significativos, conforme o autor nos relata:

Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista. Do nosso divórcio das integrações e interações com a nossa mãe, a Terra, resulta que ela está nos deixando órfãos, não só aos que em diferente graduação são chamados de índios, indígenas ou povos indígenas, mas a todos. Tomara que estes encontros criativos que ainda estamos tendo a oportunidade de manter animem a nossa prática, a nossa ação, e nos deem coragem para sair de uma atitude de negação da vida para um compromisso com a vida, em qualquer lugar, superando as nossas incapacidades de estender a visão a lugares para além daqueles a que estamos apegados e onde vivemos, assim como às formas de sociabilidade e de organização de que uma grande parte dessa comunidade humana está excluída, que em última instância gastam toda a força da Terra para suprir a sua demanda de mercadorias, segurança e consumo (Krenak, 2020a, p. 49-50).

A lógica classificatória que busca naturalizar a hierarquia entre ser humano e natureza é sustentada pela racionalidade moderna ocidental. Em uma crítica à perspectiva antropocêntrica, Krenak (2020b) convoca-nos a um confronto com a realidade ao afirmar que não somos o sal da terra, uma vez que existe muita vida para além de nós, e que tampouco somos indispensáveis à biodiversidade. Para o autor, essa concepção de superioridade dos seres humanos em relação à natureza é produto de um pensamento dicotômico que compreende o ser humano como apartado da própria natureza:

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alienamos desse organismo de que somos parte, a Terra, passando a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo que exista algo que não seja natureza. Tudo é natureza. O

cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza (Krenak, 2020b, p. 5).

Essa compreensão tem conduzido a uma noção desgastada de humanidade, que reconhece como sujeitos apenas os representantes da espécie *Homo sapiens* (Krenak, 2020c). Em contraposição a essa perspectiva cristalizada, Krenak (2022), em *Futuro Ancestral*, propõe o conceito de alianças afetivas como uma das possibilidades de superação da ideia moderna de um sujeito universal, abrindo caminho para outras formas de compreender a vida e as relações entre os seres. Com efeito:

[...] o conceito de alianças afetivas pressupõe afetos entre mundos não iguais. Esse movimento não reclama por igualdade, ao contrário, reconhece uma intrínseca alteridade em cada pessoa, em cada ser, introduz uma desigualdade radical diante da qual a gente se obriga uma pausa antes de entrar [...]. Assim eu escapei das parábolas do sindicato e do partido [...] e fui experimentar a dança das alianças afetivas, que envolve a mim e uma constelação de pessoas e seres na qual eu desapareço: não preciso mais ser uma entidade política, posso ser só uma pessoa dentro de um fluxo capaz de produzir afetos e sentidos. Só assim é possível conjugar o *mundizar*, esse verbo que expressa a potência de experimentar outros mundos, que se abre para outras cosmovisões e consegue imaginar *pluriversos*. Esses termos evocam a possibilidade de os mundos se afetarem, de experimentar o encontro com a montanha não como uma abstração, mas como uma dinâmica de afetos em que ela não é só sujeito, como também pode ter a iniciativa de abordar quem quer que seja. Esse outro nós possível desconcerta a centralidade do humano, afinal todas as existências não podem ser a partir do enunciado do antropocentrismo que tudo marca, denomina, categoriza e dispõe [...] (Krenak, 2022, p. 82-83, grifos do autor).

Nossa forma de sociabilidade precisa ser repensada para além do âmbito exclusivamente humano, de modo a abranger também outros seres, como abelhas, tatus, baleias e golfinhos. A arte de viver constitui-se por uma constelação de existências diversas, humanas e não humanas (Krenak, 2022).

Nas incursões filosóficas e antropológicas empreendidas com o objetivo de compreender a natureza humana e de identificar um núcleo fundamental a partir do qual fosse possível sustentar a existência do fenômeno educativo, Freire (2006c) chega à conclusão, com base na observação da própria experiência humana, de que esse elemento fulcral reside no inacabamento, isto é, na inconclusão de homens e mulheres. Nesse sentido, ao compará-los/as com outros seres vivos, Freire (2006c, p. 27, grifos nossos) formula as seguintes reflexões:

[...] Não haveria educação se o homem fosse um ser acabado. O homem pergunta-se: quem sou? de onde venho? onde posso estar? O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa

realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. *Eis aqui a raiz da educação.*

Dessa forma, assim como todos os seres da natureza, os seres humanos têm como traço constitutivo a inconclusão. O reconhecimento dessa condição é capaz de impulsioná-los/as para o processo de formação humana, isto é, para a educação. Com efeito, essa projeção que conduz o ser humano à educação possui caráter ontológico, pois decorre de sua própria natureza, marcada pelo inacabamento, e do reconhecimento de sua incompletude. Como afirma Freire (2006d, p. 58):

E na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade.

Enquanto seres que fazem história e, ao mesmo tempo, se constituem nesse processo, nossa vocação projetada para o *ser mais*²⁴ nos desafia a conquistar uma existência humanizada, livre das diferentes formas de opressão. Numa análise crítica, Freire (2021, p. 136-137, grifos do autor) aborda as relações entre humanização e desumanização, bem como entre vocação e distorção dessa vocação, nos seguintes termos:

[...] é por estarmos sendo assim que vimos nos vocacionando para a *humanização* e que temos, na *desumanização*, fato concreto na história, a *distorção da vocação*. Jamais, porém, outra vocação humana. Nem uma nem outra, humanização e desumanização, são destino certo, dado dado, sina ou fato. Por isso mesmo é que uma é vocação e outra, distorção da vocação. É importante insistir em que, ao falar do '*Ser Mais*' ou da humanização como vocação ontológica do ser humano, não estou caindo em nenhuma posição fundamentalista, de resto, sempre conservadora. Daí que insista também em que esta "vocação", em lugar de ser algo *a priori* da história é, pelo contrário, algo que se vem constituindo na história [...].

Apesar de vocacionados/as para o *ser mais*, em sua trajetória formativa contínua os seres humanos se deparam com contextos de humanização e de desumanização. A afirmação ou a distorção dessa vocação ontológica pode ser desencadeada por processos educativos que

²⁴ Freire (2003) reconhece o *ser mais* como uma vocação dos seres humanos, decorrente de sua inconclusão, experienciada através da insistente busca pela humanização. De acordo com o autor: "Não creio em nenhuma busca, bem como em nenhuma luta em favor da igualdade de direitos, em prol da superação das injustiças que não se funde no respeito profundo à vocação para a humanização, para o *ser mais* de homens e de mulheres" (Freire, 2003, p. 193, grifos do autor).

conduzem a um caminho ou a outro. Nesse sentido, reside a compreensão do caráter contraditório da educação, entendida como uma unidade dialética em permanente tensão no processo formativo dos seres humanos.

Na luta pela consecução de sua vocação ontológica, as pessoas se defrontam com limites impostos por condições histórico-sociais adversas. Em contextos marcados pela opressão, homens e mulheres se desumanizam por não encontrarem meios adequados para efetivar sua disposição de *ser mais*. Sob esse aspecto, Freire (2005, p. 32, grifos do autor) assim se posiciona:

A desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do *ser mais*. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como seres “para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, *destino dado*, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o *ser menos*.

Faz-se necessário pontuar que, embora a natureza humana esteja orientada ao processo de *ser mais*, Freire (2021) refere-se a essa condição como vocação, e não como determinismo. Essa diferenciação é fundamental para evitar equívocos na interpretação do autor, pois, na dinâmica relação entre inacabamento e vir-a-ser, homens e mulheres, enquanto fazedores/as de sua própria história, enfrentam ambas as possibilidades. Assim, para Freire, libertação e opressão não devem ser compreendidas como condições *a priori*, isto é, como destinos inexoráveis dos seres humanos, mas como possibilidades historicamente construídas.

Sabedores/as de sua incompletude e vocacionados/as ontologicamente para o *ser mais*, mas igualmente (re)conhecedores/as da possível distorção dessa vocação, homens e mulheres encontram-se situados/as no e com o mundo. Esse é um elemento fundamental para a compreensão da existência humana em suas múltiplas condições, bem como para o entendimento da própria prática educativa. Logo no início da obra *Educação como prática da liberdade*, Freire (2006b, p. 43) enuncia uma afirmação significativa: “Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio”. Desse modo, falar de educação implica necessariamente situá-la em um determinado contexto histórico e social, assim como, ao nos referirmos aos seres humanos, é imprescindível compreendê-los em relação às condições concretas de sua existência.

Em outro texto, Freire (2006c, p. 62, grifos do autor) tem a oportunidade de esclarecer a questão do *ser* em situação:

Este ser “temporalizado e situado”, ontologicamente inacabado - sujeito por vocação, objeto por distorção -, descobre que não só está na realidade, mas também que está com ela. Realidade que é objetiva, independentemente dele, possível de ser reconhecida e com a qual se relaciona. [...] por isso mesmo, o conceito de relações da esfera puramente humana guarda em si conotações de *pluralidade*, de *criticidade*, de *consequência* e de *temporalidade*.

O educador compreende que as relações às quais os seres humanos estão expostos/as produzem diferentes desdobramentos. Nesse sentido, diante de seu inacabamento e da permanente busca social pelo *ser mais*, homens e mulheres relacionam-se entre si, uma vez que se constituem como seres de comunicação. Desse modo, estabelece-se uma relação indissociável entre a busca social pelo *ser mais* e a comunhão, conforme assinala Freire (2006c). Assim, a necessidade patente de estabelecer relações ocorre porque:

[...] ninguém pode buscar na exclusividade, individualmente. Esta busca solitária poderia traduzir-se em um ter mais, que é uma forma de ser menos. Esta busca deve ser feita com outros seres que também procuram ser mais [...] O homem não é uma ilha. É comunicação. Logo, há uma estreita relação entre comunhão e busca (Freire, 2006c, p. 28).

A não observância da necessidade de relação entre os seres humanos, e destes com outros seres não humanos, no processo de busca do *ser mais* acarreta a coisificação de algumas consciências por parte de outras, bem como a objetificação dos demais seres.

A incompletude humana, núcleo que alicerça o processo educativo, como visto anteriormente, também determina um dos traços essenciais da consciência, a saber: a abertura. Por ser abertura e, portanto, transcendência, a consciência não se deixa aprisionar por nenhuma situação vivida; ao contrário, projeta-se para além de si mesma, no intento de *ser mais*. Fiori (2014b, p. 85) propõe a seguinte reflexão a respeito:

O adentramento em nós mesmos supõe uma volta pelo mundo. A consciência não se deixa aprisionar em nenhuma situação vivida, sobrepassando a todos, e por isso pode voltar-se sobre si mesma: é capaz de reflexão. Por sua vez, a penetração no mundo exige o esforço de torná-lo mais presente, na transparência da presença. Assim, aprofundar-se no mundo não é sair da consciência. A consciência é “para si” sendo “para o outro”: simultaneamente, implicadamente, dialeticamente. Uma consciência que fosse presença presente para si mesma, sem a mediação de presente algum, não seria “para si”, mas o “si mesmo” absoluto. Por isso, o “para si” da consciência é uma

abertura que seria nada se o outro não fosse, na relação em que ela, a consciência, se constitui.

A abertura da consciência e a transcendência das situações vividas fazem com que os seres humanos intencionem a liberdade. O processo de conscientização torna-se, assim, elemento visceral para a concepção e a prática de uma educação libertadora. Freire (2001, p. 29), na obra *Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*, destaca esse conceito como estruturante de seu pensamento:

Ao ouvir pela primeira vez a palavra conscientização, percebi imediatamente a profundidade de seu significado, porque estou absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade.

Entendida como um processo de compreensão crítica das relações entre consciência e mundo, a conscientização possibilita a assunção do compromisso humano com o *ser mais* diante do contexto social e histórico vivido. Por meio da conscientização, os seres humanos assumem a tarefa de fazer e refazer o mundo, dentro do horizonte de possibilidades concretas que se apresentam, fazendo e refazendo também a si mesmos. Assim, homens e mulheres, no processo de conhecimento, assumem o compromisso com a realidade ao agir conscientemente sobre a realidade objetivada, como expressão da *práxis* humana.

Freire (2001) enfatiza que a conscientização vai além do simples ato de perceber ou reconhecer a realidade. Trata-se de um processo de aprofundamento crítico, por meio do qual os sujeitos passam a compreender o mundo de forma reflexiva e intencional, reconhecendo-o como algo passível de ser conhecido, interpretado e transformado. Nesse sentido, a conscientização implica o desenvolvimento de uma atitude crítica e epistemológica diante da realidade, possibilitando que os indivíduos se tornem protagonistas de sua própria compreensão e ação no mundo.

A partir das considerações realizadas, destaca-se outro elemento essencial e característico da consciência nas perspectivas freiriana e fioriana: a intencionalidade. Embora homens e mulheres sejam reconhecidos/as como seres cognoscentes e a realidade como objeto cognoscível, esta não se apresenta de forma imediata aos indivíduos. No processo de busca do conhecimento, sempre relacionado às coisas do mundo, a consciência volta-se necessariamente para determinados aspectos do objeto ao qual se dirige.

Na abordagem dos autores acerca da intencionalidade da consciência, é inegável a influência da fenomenologia. Nessa perspectiva, a consciência é sempre direcionada a algo, isto

é, é consciência de algo. Fiori (2014d) retoma o significado da expressão *intencional*, que, segundo o autor, unifica dois sentidos: o latino, de “tender para”, e o árabe, de “significação”. Desse modo, a consciência tende para algo, atribuindo-lhe significado. Husserl (2013, p. 70-71, grifos do autor), em *Meditações Cartesianas*, trata da intencionalidade da consciência nos seguintes termos:

Assim, em geral, toda e qualquer vivência de consciência é, em si mesma, consciência de isto ou aquilo, seja como for que fiquemos a respeito de saber se a validade de realidade desse algo objetivo é ou não legítima, e seja como for que eu, enquanto estou na atitude transcendental, me possa abster desta ou de quaisquer outras das minhas validades naturais [...] As vivências de consciência são também denominadas *intencionais*, em que a palavra “intencionalidade” não significa, então, outra coisa senão esta propriedade universal e fundamental da consciência de ser consciência de qualquer coisa, de transportar em si, enquanto *cogito*, o seu próprio *cogitatum*.

Isso implica afirmar que a consciência não se encontra aprisionada a um único aspecto da realidade. A consciência é ativa, libertadora e doadora de sentido. É, portanto, intencional, o que significa que não há consciência pura ou separada do mundo; ao contrário, toda consciência tende para o mundo, toda consciência é consciência de alguma coisa. Vejamos, a seguir, as considerações de Fiori (2014a, p. 73) a respeito:

A intencionalidade da consciência humana não morre na espessura de um envoltório sem reverso. Ela tem dimensão sempre maior do que os horizontes que a circundam. Perpassa além das coisas que alcança e, porque as sobrepassa, pode enfrentá-las como objetos. A objetividade dos objetos é constituída na intencionalidade da consciência, mas, paradoxalmente, esta atinge, no objetivado, o que ainda não se objetivou: o objetivável. Portanto, o objetivo não é só objeto, é, ao mesmo tempo, problema: o que está em frente, como obstáculo e interrogação. [...] A intencionalidade transcendental da consciência permite-lhe recuar indefinidamente seus horizontes e, dentro deles, ultrapassar os momentos e as situações, que tentam retê-la e enclausurá-la. Liberta pela força de seu impulso transcendentalizante, pode volver reflexivamente sobre tais situações e momentos, para julgá-los e julgar-se. Por isso, é capaz de crítica. A reflexividade é a raiz da objetivação. Se a consciência se distancia do mundo e o objetiva, é porque sua intencionalidade transcendental a faz reflexiva. Desde o primeiro momento de sua constituição, ao objetivar seu mundo originário, já é virtualmente reflexiva. É presença e distância do mundo: a distância é a condição da presença.

O mesmo pode ser observado em Freire (2005, p. 77, grifos do autor):

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa

consciência espacializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência *intencionada* ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. Ao contrário da “bancária”, a educação problematizadora, respondendo à essência do ser da consciência, que é sua *intencionalidade*, nega os comunicados e existência a comunicação. Identifica-se com o próprio da consciência que é sempre ser *consciência de*, não apenas quando se intenciona a objetos, mas também quando se volta sobre si mesma [...].

A noção de consciência como intencionalidade, em Paulo Freire e Ernani Maria Fiori, não é marcada apenas pela influência de Edmund Husserl, mas também pelas contribuições de autores como Jean-Paul Sartre, Martin Heidegger e Maurice Merleau-Ponty.

Na *Pedagogia do oprimido*, Freire (2005, p. 132) reconhece que a conscientização exige o engajamento em uma ação transformadora que “não pára, estoicamente, no reconhecimento puro, de caráter subjetivo, da situação, mas, pelo contrário, prepara os homens, no plano da ação, para a luta contra os obstáculos à sua humanização”. Fiori (2014b, p. 87) também compartilha dessa compreensão ao afirmar que “a conscientização já se prefigura como ação transformadora, e não como visão especular do mundo: refazer-se, com autenticidade, implica reconstruir o mundo”. Assim, o comprometimento anteriormente mencionado não se caracteriza como um ato passivo, pois enseja não apenas a consciência da realidade, mas também o engajamento na luta por sua transformação.

A conscientização é assumida, portanto, como finalidade da educação. Nessa perspectiva, logo na abertura do texto *Conscientização e educação*, Fiori (2014b) ressalta que falar em educação conscientizadora constituiria uma demasia verbal, uma vez que educação e conscientização se implicam mutuamente. Segundo o filósofo, “educar, pois, é conscientizar, e conscientizar equivale a buscar essa plenitude da condição humana” (Fiori, 2014b, p. 83), na qual a participação ativa dos seres humanos no processo de fazer-se e refazer-se constitui condição imprescindível. Na esteira desse pensamento, Freire (2001, p. 46) também reconhece a relação umbilical existente entre educação e conscientização ao afirmar que:

A realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo. É preciso, portanto, fazer desta conscientização o primeiro objetivo de toda a educação: antes de tudo provocar uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação.

Em virtude de seu inacabamento, a experiência existencial de homens e mulheres caracteriza-se por uma permanente encarnação histórica, traço essencial do movimento de conscientização, conforme assinala Fiori (2014b), isto é, de contínua apropriação de si e do

mundo. Nesse processo, os indivíduos estabelecem relações consigo mesmos, com os outros e com o próprio mundo.

Tanto Fiori (2014b) quanto Freire (2006c), a partir de uma perspectiva fenomenológica compreendem, compreendem que a subjetividade dos indivíduos não se encerra em seu próprio mundo, apartado dos demais. Ao contrário, a subjetividade constitui-se comunicação entre as consciências. Tal entendimento pressupõe a existência de um mundo comum, que possibilita o encontro entre consciências que se constituem na intersubjetividade. É o que nos afirma Fiori (2014b, p. 88):

A comunicação das consciências (a intersubjetividade) supõe um mundo comum. Se cada um constituísse seu mundo, este não poderia ser a mediação para o encontro das consciências, e estas se comunicariam sem o mundo – o que não é o caso, pois somos nele e com ele – ou não se comunicariam. Uma vez mais: as consciências não se encontram, mas se constituem em intersubjetividade originária.

Isso indica que, sem diálogo, não há educação. Sendo assim, a educação comporta, necessariamente, uma dimensão dialógica e dialética. A proposta de uma educação libertadora, tal como preconizada por Fiori (2014c) e Freire (2005), tem no diálogo uma de suas categorias centrais, constituindo-se como fundamento de um projeto político-pedagógico crítico. Freire (2005) aborda os fundamentos teórico-filosóficos das condições para a efetivação de um diálogo genuíno e de seu papel em uma educação de caráter libertador. O autor compreende o diálogo como um processo dialético-problematizador que possibilita aos seres humanos olhar para o mundo e para a própria existência como um devir constante, isto é, como uma realidade essencialmente inacabada e em permanente transformação.

Nessa perspectiva, o diálogo torna-se o elemento que impulsiona um pensar problematizador acerca das condições de existência dos seres humanos no mundo. Trata-se de um pensar reflexivo sobre aquilo que pode ser transformado na realidade, o que pressupõe, igualmente, a transformação dos próprios indivíduos nesse processo. Assim, o diálogo “se instaura como situação gnosiológica, em que os sujeitos incidem seu ato cognoscente sobre o objeto cognoscível que os mediatiza” (Freire, 2005, p. 96). Por meio do diálogo, homens e mulheres tornam-se capazes de pronunciar o mundo segundo suas próprias perspectivas. Nesse sentido, dialeticamente, o “mundo *pronunciado*, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles novo *pronunciar*” (Freire, 2005, p. 90, grifos do autor).

Ademais, o diálogo requer compromisso e coerência entre a palavra dita e a ação no mundo. Dessa forma, ele assume não apenas o sentido de dizer o mundo, mas também o de

transformá-lo. Assim, a palavra verdadeira, no sentido proposto por Freire (2005, p. 89), configura-se como *práxis* comprometida com a humanização dos indivíduos, na qual ação e reflexão se articulam de maneira dialética e indissociável:

[...] ação e reflexão, de tal forma solidárias, em uma interação tão radical que, sacrificada, ainda que em parte, uma delas, se resente, imediatamente, a outra. Não há palavra verdadeira que não seja *práxis*. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo.

O esvaziamento de uma dessas dimensões torna a palavra inautêntica, alienada e alienante. Se a ação é obscurecida, a palavra converte-se em palavreria, verbalismo ou “blá-blá-blá”, e se, por outro lado, a reflexão é sacrificada, a palavra transforma-se em ativismo, conforme nos alerta Freire (2005).

No capítulo intitulado *A dialogicidade, essência da educação como prática da liberdade*, da *Pedagogia do oprimido*, Freire (2005) propõe reflexões acerca do desenvolvimento de uma educação concebida como prática da liberdade. Nesse contexto, o educador analisa o diálogo como um dos pilares dessa perspectiva educativa e destaca sua coerência com os desafios da libertação humana. É nesse sentido que o diálogo genuíno, fundamento dessa educação, somente se efetiva quando a palavra é dita *com* o outro.

No entendimento freiriano, o diálogo ocorre no encontro *com* o outro, não se esgotando na relação eu-tu, uma vez que é mediado pelo mundo. Assim, não pode ser confundido com o ato de depositar ideias de um indivíduo em outro, tampouco com a imposição ou a mera troca de ideias. Em sua perspectiva, “o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens” (Freire, 2005, p. 91). Portanto, enquanto prática da liberdade, o processo educativo deve desenvolver-se por meio do diálogo, mediante a problematização do mundo vivido pelos seres humanos, expresso na palavra e na ação transformadora, isto é, na *práxis* transformadora.

O diálogo, na perspectiva freiriana, deve iniciar-se já na definição do conteúdo programático, momento em que saberes diversos estão implicados e não podem ser impostos por ninguém. O desafio que se coloca é a construção de novos conhecimentos a partir de uma situação dialógica que estimula a partilha de mundos distintos, mas que comungam a mesma esperança de, juntos, construirmos o nosso *ser mais*.

A escolha do conteúdo programático, que se organiza a partir de um contexto específico vivido pelos/as educandos/as, no interior de uma educação libertadora, necessita

estar ancorada em uma metodologia coerente com seus pressupostos. Portanto, segundo Freire (2005, p. 101):

[...] uma metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora. Daí que seja igualmente dialógica. Daí que, conscientizadora também, proporcione, ao mesmo tempo, a apreensão dos “temas geradores” e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos.

Em outra obra, a respeito do tema, o educador traz as seguintes contribuições:

É preciso que a educação esteja – em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos – adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história (Freire, 2001, p. 45).

Com isso, destaca-se que o projeto de uma educação que se pretenda libertadora tem início na coerência metodológica e implica a adoção da postura dialógica como elemento primordial do processo educativo. O conteúdo abordado, por sua vez, alinha-se aos propósitos dessa perspectiva pedagógica na medida em que não se compromete com a adaptação dos indivíduos ao contexto existente, tampouco com a dominação por meio de práticas apassivadoras. É nesse sentido que Freire (2006c, p. 31) se posiciona quanto ao papel da educação: “O homem não é, pois, um homem para a adaptação. A educação não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade. O homem deve transformar a realidade para ser mais”.

Ao contrário, uma educação libertadora deve possibilitar a transformação da realidade opressora. Fiori (2014a, p. 67), em uma análise aguda, argumenta que “os métodos de opressão não podem, contraditoriamente, servir à libertação do oprimido”, ressaltando que uma pedagogia voltada para o oprimido é incompatível com práticas de dominação. O autor afirma, ainda, que a prática da liberdade encontra sua expressão legítima em uma pedagogia capaz de criar condições para que os/as oprimidos/as se reconheçam como sujeitos de sua própria história.

Nessa perspectiva, uma educação libertadora encontra-se radicalmente comprometida com as lutas pela humanização e contra qualquer forma de desumanização imposta à vida concreta dos indivíduos. Trata-se, portanto, de uma educação aliada ao *ser mais* e ao espírito criador de homens e mulheres. Segundo Freire (2006c, p. 32), “a educação deve estimular a opção e afirmar o homem como homem. [...] Em todo homem existe um ímpeto criador. O ímpeto de criar nasce da inconclusão do homem. A educação é mais autêntica quanto mais desenvolve este ímpeto ontológico de criar”.

O impulso à superação das *situações-limite*²⁵ (Freire, 2021) em que nos encontramos condicionados/as estruturalmente torna-se a força motriz a partir da qual procuramos construir novos sentidos e formas de ser e estar no mundo e com o mundo. Nesse particular, o espírito criador humano permite a intervenção na realidade e a criação de algo novo na história. Ou seja, em processo sempre aberto para transposição dos obstáculos que tolhem nossa orientação vocacionada ao *ser mais*. Por sermos seres do *inédito viável*²⁶ (Freire, 2021), a educação libertadora assume o papel de potencializar a busca permanente dos seres humanos pela concretização de níveis cada vez mais elevados de humanização.

Na seção seguinte, os esforços estarão dedicados à articulação entre educação e cultura.

1.2 O fenômeno educativo e a sua relação com a cultura

O nosso ponto de partida (e também de chegada) para a tessitura das relações entre educação e cultura é o processo de humanização, dada a vocação ontológica de homens e mulheres. Conforme discutido anteriormente, os seres humanos existem *no* e *com* o mundo, o que não se refere a um mero jogo de palavras, nem se restringe apenas às relações que estabelecemos com outros seres humanos, como já explicitado. Tal compreensão traz implicações profundas para o entendimento das distintas formas de existência dos indivíduos, sob as mais diversas circunstâncias sociais e históricas que condicionam a vida das pessoas. Nesse sentido, Freire (2006a, p. 77) pondera que:

Somente homens e mulheres, com seres “abertos”, são capazes de realizar a complexa operação de, simultaneamente, transformando o mundo através de sua ação, captar a realidade e expressá-la por meio de sua linguagem criadora. E é enquanto são capazes de tal operação que implica em “tomar distância”

²⁵ Para Freire (2021), as situações-limite são barreiras encontradas pelos seres humanos ao longo de sua existência e diante das quais eles/as podem assumir a atitude de submissão ou superação dos obstáculos que se apresentam. Para superá-las, a prática e a esperança são fundamentais a fim de que a situação se modifique. O indivíduo também pode resignar-se ante a situação. A respeito das situações-limite, em *Pedagogia da Esperança*, Freire (2021, p. 15-16) comenta: “Nas situações-limite, mais além das quais se acha o ‘inédito-viável’, às vezes perceptível, às vezes não, se encontram razões de ser para ambas as posições: a esperançosa e a desesperançosa”.

²⁶ Para Freire (2006b), o *inédito viável* ensina projetos e, portanto, possibilidades humanas. Nessa perspectiva, ele não expressa situações irremediáveis, mas a crença no sonho possível e na capacidade de transformação das pessoas e do mundo, desde que homens e mulheres assim o queiram e se engajem em uma práxis libertadora. Nos dizeres de Freire (2006b, p. 108, grifos do autor): “[...] os temas se encontram encobertos pelas ‘situações-limite’ que se apresentam aos homens como se fossem determinantes históricas, esmagadoras, em face as quais não lhes cabe outra alternativa, senão adaptar-se. Desta forma, os homens não chegam a transcender as ‘situações-limites’ e a descobrir ou a divisar, mais além delas e em relação com elas, o ‘inédito viável’”.

do mundo, objetivando-o, que homens e mulheres se fazem seres *com* o mundo. Sem esta objetivação, mediante a qual igualmente se objetivam, estariam reduzidos a um puro estar no mundo, sem conhecimento de si mesmos nem do mundo.

O processo de conscientização rompe com uma relação na qual os extratos físico e biológico do mundo atuam como entes supremos e *determinam* as condições e o funcionamento da vida dos seres humanos. Contudo, por meio de uma ação consciente sobre o mundo, homens e mulheres tornam-se capazes de transformá-lo, dentro de circunstâncias sociais e históricas determinadas, em conformidade com um projeto previamente existente em sua consciência. O mundo conscientemente transformado pelas ações humanas, segundo suas necessidades e finalidades, é também aquele que passa a constituir-se como objeto de reflexão permanente. Dessa forma, a capacidade objetivadora de homens e mulheres possibilitou que estes/as criassem o mundo da cultura. Nos dizeres de Freire (2006c, p. 47-48):

[...] Como um ser de práxis, o homem, ao responder aos desafios que partem do mundo, cria o seu mundo: o mundo histórico-cultural. O mundo de acontecimentos, de valores, de idéias, de instituições. Mundo da linguagem, dos sinais, dos significados, dos símbolos. Mundo da opinião e mundo do saber. Mundo da ciência, da religião, das artes, mundo das relações de produção. Mundo finalmente humano. Todo este mundo histórico-cultural, produto da prática humana, se volta sobre o homem, condicionando-o. Criado por ele, o homem não pode, sem dúvida, fugir dele. Não pode fugir do condicionamento de sua própria produção.

Os seres humanos, já não estando totalmente limitados ao mundo natural, mas ainda dele dependentes, puderam construir o mundo propriamente humano, não mais sob as bases da determinação, mas do *condicionamento*. Contudo, não devem se reconhecer dissociados do mundo natural, mesmo com a edificação do mundo da cultura. As palavras de Brandão (2019, p. 12, grifos do autor) são elucidativas nesse sentido e contribuem para a construção de uma ideia de unidade entre natureza e cultura na exata medida em que procuramos construir a argumentação neste texto: “A *natureza* é o mundo que nós somos; é o mundo de quem somos parte; e é também o mundo em que nos é dado viver. A *cultura* é o mundo que transformamos da *natureza*, em nós, à nossa volta e para nós”.

O que se explicita é que cultura e natureza constituem partes de uma mesma realidade. A forma como lidamos com a natureza está intrinsecamente relacionada aos constructos culturais, uma vez que há uma historicidade nessas relações. A maneira como a percebemos e nos relacionamos com ela constitui sempre um modo de expressão cultural, o qual envolve tensões e produz desdobramentos em nossa relação com o mundo. As interfaces estabelecidas

nessas interações delineiam as formas pelas quais habitamos o mundo, sendo esse habitar resultado das territorialidades humanas (Martins, 2010).

Somos, assim, desafiados a compreender como se constitui o habitar dos diferentes grupos humanos e quais são as implicações desse processo na forma como percebem o mundo e expressam sua compreensão da natureza e da cultura. Esse interesse assume particular relevância no âmbito desta tese, tendo em vista que participaram do estudo representantes de povos originários da Venezuela.

De acordo com Martins (2010, p. 3-4):

A rigor, o habitar como meta e como constructo é quem permite que uma multiplicidade de naturezas e culturas sejam criadas e apropriadas socialmente [...]. Nesse sentido, a experiência humana é a matéria-prima fundamental do habitar [...]. Experiência no sentido de que estamos em contato com outros seres humanos e não humanos. E este contato é mediado por um elemento que nos diferencia da nossa própria natureza: a cultura. A rigor, acredito que a cultura seja um elemento sedimentar do ato/ação de habitar a natureza, os espaços e os lugares[...]. O habitar é em si, o meio pelo qual encontramos e estamos na natureza.

Ao lançarmos luz sobre a relação ser humano–mundo, já não devemos falar em determinismo, mas em *condicionamento*, uma vez que o processo de humanização também se refere à capacidade de transformação concreta empreendida por homens e mulheres no mundo, ou seja, à produção de cultura. Além disso, cabe destacar que, ao promover transformações na realidade por meio da produção cultural, os seres humanos também se transformam. Dessa forma, já não existe a realidade tal como se apresentava antes da intervenção humana, assim como não encontramos o ser humano da mesma maneira após o ato de intervir na realidade. Como destaca Freire (2006b, p. 51):

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alternando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas.

A incursão realizada no âmbito da cultura requer sua precisão em termos conceituais. Para tanto, recorreremos ao *Dicionário de Filosofia*, de Abbagnano (2015). Segundo o autor, o termo cultura apresenta dois significados básicos:

CULTURA (in. *Culture*; fr. *Culture*; al. *Kultur*; it. *Cultura*). Esse termo tem dois significados básicos. No primeiro e mais antigo, significa a *formação* do homem, sua melhoria e refinamento. [...] No segundo significado, indica o produto dessa formação, ou seja, o conjunto dos modos de viver e de pensar cultivados [...].

1. No significado referente à formação da pessoa humana individual, essa palavra corresponde ao que os gregos chamavam *paideia* e que os latinos, na época de Cícero e Varrão, indicavam com a palavra *humanitas*: educação do homem tal [...].

2. No segundo significado, essa palavra hoje é especialmente utilizada por sociólogos e antropólogos para indicar o conjunto dos modos de vida criados, adquiridos e transmitidos de uma geração para a outra, entre membros de determinada sociedade. Nesse significado, C. não é a formação do indivíduo em sua humanidade, nem sua maturidade espiritual, mas é a formação coletiva e anônima de um grupo social nas instituições que o definem (Abbagnano, 2015, p. 261-264).

A cultura é um conceito que expressa o modo de ser de homens e mulheres *no* mundo e *com* o mundo, englobando diferentes aspectos da vida social dos indivíduos, como os distintos modos sociais de produção necessários à sua sobrevivência, as normas e padrões comportamentais, as instituições sociais das quais são construtores/as e as crenças e valores espirituais de um determinado grupo. Nesse sentido, a produção cultural constitui um dos principais fatores distintivos dos seres humanos em relação às demais formas de vida existentes na natureza. A cultura, portanto, é um conceito abrangente, que inclui todas as produções e criações materiais e imateriais da vida social humana. Segundo Freire (2006c, p. 30-31):

Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias. O homem enche de cultura os espaços geográficos e históricos. Cultura é tudo o que é criado pelo homem. Tanto uma poesia como uma frase de saudação. A cultura consiste em recriar e não em repetir. O homem pode fazê-lo porque tem uma consciência capaz de captar o mundo e transformá-lo [...].

A cultura consiste em um conjunto global de diferentes modos de existência, de realização, de interação e de representação que, produzidos no âmbito da sociedade, englobam processos de simbolização e, por seu turno, definem a maneira pela qual a vida social se desenvolve. Sua análise inicia-se com o reconhecimento de que não há atividade humana

dissociada da construção de significados que passam a conferir sentido à existência dos indivíduos. Na vida social, homens e mulheres são capazes de produzir formas de pensar a vida e a sua inserção nela. A análise da cultura deve considerar não apenas os *produtos* da atividade humana, mas também os *processos* envolvidos em sua produção e a forma como tais produtos se constituem no contexto social (Macedo, 1982).

Na esteira desse pensamento, Streck (2001, p. 71-72, grifos do autor) tece as seguintes considerações:

A cultura não são apenas os produtos criados pelo homem, mas abrange o processo de criação, isto é, as condições em que são criados, os conflitos latentes ou expressos, o tipo de relações humanas, etc. A ideia de cultura, agora, passa a estar ligada às ideias de “*trabalho*, como modo humano de ação consciente sobre o mundo; *história*, como campo de realização e produto do trabalho do homem; *dialética*, como a qualidade constitutiva das relações entre o homem e a natureza e dos homens entre si, através de cujo movimento o ser humano *cria* a cultura e *faz* a história” (id., p. 21) [...]. Portanto não é mais uma visão estática, iluminista ou folclorista de cultura, mas o conceito passa a ser historicizado, politizado e dialeticizado.

Considerando a cultura como um sistema de atitudes, normas, valores e conhecimentos amplamente compartilhados no seio de uma sociedade e transmitidos de geração em geração, seja pela oralidade, seja por instituições dotadas de estruturas normativas, seja por outras formas possíveis, a transmissão dos bens culturais produzidos socialmente, tanto entre gerações quanto no interior de uma mesma geração, realiza-se por meio da educação. Essa aproximação entre educação e cultura é bem explicitada por Brandão (2017, p. 100-101), ao tratar de suas raízes, conforme se observa a seguir:

Assim, vivemos e interagimos na e através da cultura objetivamente criada por nós. E somos subjetivamente a interiorização de práticas culturais do fazer, de regras do agir (as diferentes gramáticas sociais), de sistemas de significação da vida e do mundo em que vivemos (as ideologias, as teorias e os sistemas mais abrangentes de saber e sentido). Os movimentos de cultura popular trouxeram para o campo da educação a cultura como conceito, ideia, valor e fundamento de ações sociais, inclusive pedagógicas. Dito de outro modo: ao lado de outras práticas sociais do pensar e do fazer, como as artes, as ciências, as filosofias, as tecnologias do agir e do cuidar (como a engenharia, a medicina, a culinária), eles situaram a educação no interior da cultura.

Vimos, na seção anterior, que, no contexto das reflexões freirianas, a educação torna-se, para o ser humano, uma necessidade ontológica, vinculada à busca pelo *ser mais*. Na obra

Educação como prática da liberdade, Freire (2006b) argumenta que é por meio da relação entre o ser humano, que se sabe inacabado, e o mundo natural que emergem a educação, o aprendizado e a cultura. Assim, a elaboração do conhecimento humano reflete a cultura, a sociedade e os diferentes modos de expressão dos seres humanos.

Todas as ações realizadas no mundo e com o mundo estão intrinsecamente entrelaçadas com a cultura. Tudo aquilo que aprendemos a fazer, a criar, a pensar e a partilhar vincula-se a processos e produtos culturais produzidos historicamente pelos seres humanos. Silva (1987), ao tratar da educação, também estabelece essa relação com a cultura. Segundo a autora, a educação é um ato por meio do qual edificamos nosso modo próprio de ser, em conjunto com aqueles/as com os/as quais convivemos, no momento em que assumimos, com eles/as, os destinos de nosso grupo, classe social ou comunidade. A educação configura-se como uma vivência que possibilita a conscientização acerca do mundo, dos objetos, das pessoas e das relações estabelecidas entre eles e, portanto, a tomada de consciência de si próprio/a. No interior desse processo, cada indivíduo se apropria da cultura de sua comunidade, grupo ou classe, produzindo-a colaborativamente com parentes, vizinhos e colegas, em um trabalho permanentemente criador. E continua:

Tal trabalho se configura como ação de cada pessoa com os outros no mundo, a fim de desvelá-lo, humanizando-o. Essa ação é informada, sem ser limitada, pela tradição, a qual contém valores, as formas de agir, de se relacionar peculiares ao grupo, à classe, à comunidade, que cerceia a ação criadora, induzindo-a a se tornar, conforme Bourdieu e Passeron (1982), reprodutora de situações, relações e valores que fortalecem a uns, utilizam a outros e desumanizam a todos (Silva, 1987, p. 65).

Tudo o que existe em um determinado campo, sempre em interface com outros, nos processos de comunicação entre pessoas e nas relações entre homens e mulheres, envoltos/as em identidades sociais iguais ou diferentes, a que se dá o nome abrangente de educação, existe, ocorre e se efetiva no interior da cultura, por meio dela e como expressão dela própria. Isso significa que, no âmbito das estruturas e dos processos educativos, teorias, políticas, metodologias, estatutos e regulamentos, práticas didáticas e técnicas de ensino e de aprendizagem, observamos permanentemente relações entre pessoas e interações entre categorias de significados e sentidos culturalmente atribuídos pelos seres humanos a si mesmos, ao que significam em relação uns/umas aos/às outros/as, em oposição, em convivência ou em diálogo com os/as demais, de forma ininterrupta (Brandão, 2006).

A cultura não é algo pronto e acabado, mas social e historicamente construída e, portanto, dinâmica. Em outros termos, implica transformação, movimento e *vir-a-ser*, sempre de acordo com o grupo que a cria e recria de maneira contínua. Nesse sentido, a educação, enquanto veículo da cultura, deve ter como objetivo precípuo o estímulo à valorização e ao respeito às práticas culturais de diferentes grupos, enfatizando seu papel no desenvolvimento de pessoas e coletividades. Brandão (2006, p. 104-105, grifos do autor), ao exemplificar o caso das classes subalternas no processo de criação e recriação de sua própria cultura, assevera:

O que existe na verdade nas comunidades de subalternos é a preservação de tipos de saber comunitários e de meios comunitários de sua transferência de uma geração para outra. Como sempre se faz a história da educação erudita e formal quando se discute *o que é a educação*, sempre se deixa de lado este seu *outro lado*. À margem da vida dos dominantes, dos escravos aos bóias-frias de hoje, os subalternos souberam criar, dentro dos limites estreitos em que sempre lhes foi permitido “criar” alguma coisa sua, os seus modos próprios de saber, de viver e de saber. Eles inventaram os códigos de trocas no interior da classe e entre classes. Sempre que possível, criaram formas peculiares de solidariedade para dentro da classe, e de resistência e manipulação para fora dela. Elaboraram as suas crenças e valores de representação do mundo, mesmo quando observando a escrita da ideologia dos seus senhores. Construíram estilos e tecnologias rústicas dirigidos aos seus usos no cotidiano. Inventaram rituais sagrados e profanos. Tudo isso a que se dá o nome de “Cultura Popular”, e que às vezes se vê da academia como um amontoado de coisas pitorescas, faz parte de sistemas populares de vida e de representação da vida, e tem uma lógica e densidade de que apenas levantamos o primeiro véu, depois de tantas pesquisas.

No bojo dessa discussão, faz-se necessário refletir sobre a democratização cultural. No contexto de um projeto de humanização, ela “se dá à medida que homens e mulheres, respondendo a uma necessidade transcendental, espiritual e estética, fazem cultura, manifestando determinados padrões de comportamento e representações da vida vivida” (Osowski, 2017, p. 99). Dessa forma, para que a vocação ontológica dos seres humanos se realize, e não se distorça, a socialização dos bens culturais e dos conhecimentos vinculados ao patrimônio cultural de determinado grupo torna-se imprescindível.

Contudo, assim como a educação é marcada por relações de poder, a cultura também expressa a correlação de forças existentes em um dado contexto social e histórico, em virtude da presença do elemento político. Conforme aponta Brandão (2017, p. 101):

E tudo isso em um sentido de mão e contramão. Culturas são socialmente criadas, preservadas e transformadas em e como contextos políticos. Isto é, têm sempre a ver com a gestão do poder simbólico. Por isso seria possível falar em: “cultura dominante”; “cultura dominada”; “cultura alienada”;

“cultura popular” (com um sentido para além do meramente “folclórico”). Do mesmo modo como seria possível qualificar politicamente a educação: “educação dominante”; “educação bancária”; “educação libertadora”. E, anos mais tarde: “educação popular”.

A apropriação dos bens culturais não constitui privilégio de um determinado grupo em detrimento de outro. Dessa maneira, torna-se tarefa premente a socialização dos bens produzidos pelos seres humanos por meio da comunhão criadora, e não por meio da prescrição, sob pena de embotamento da análise crítica e radical das pessoas e de distorção da vocação ontológica do *ser mais* de homens e mulheres no contexto do mundo.

Freire (2006b), fundamentado em um projeto de educação como prática da liberdade, afirma a convicção de que somente nas e com as bases populares é possível realizar algo sério e autêntico em seu favor. Para o autor, tal posicionamento não admite a compreensão de que a democratização da cultura se reduza à sua vulgarização ou à doação ao povo daquilo que é formulado por intelectuais em suas bibliotecas, sob a forma de prescrições a serem seguidas.

Discutidas as relações entre educação e cultura, passamos, agora, às reflexões sobre práticas sociais e processos educativos.

1.3 Os estudos em práticas sociais e processos educativos

O início das articulações conceituais nesta seção, que visa apresentar a compreensão de práticas sociais e processos educativos adotada neste trabalho, parte do entendimento de que a educação é um fenômeno plural. Essa assertiva pode ser constatada a partir da denominação pluralizada com a qual qualificamos diferentes formas de manifestação da educação: educação popular, educação escolar, educação não escolar, educação bancária, educação libertadora, educação infantil, educação profissional, apenas para mencionar algumas.

Nesse sentido, pode-se afirmar que homens e mulheres, a partir de diferentes intencionalidades, educam e educam-se em distintos tempos e espaços. Na escola, na rua, na igreja, na Unidade Básica de Saúde (UBS), no clube, no centro comunitário, entre outras possibilidades, estamos permanentemente envolvidos/as com processos educativos. Como nos indica Brandão (2006, p. 7):

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser

ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações.

Perceber as diversas formas de educação presentes no seio social, isto é, as diferentes *educações*, implica compreendê-las em sua multiplicidade e complexidade, inseridas em distintas tramas sociais e históricas:

[...] Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante. Em mundos diversos a educação existe diferente: em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores nômades; em sociedades camponesas, em países desenvolvidos ou industrializados; em mundos sociais *sem* classes, *de* classes, com este ou aquele tipo de conflito entre as suas classes; em tipos de sociedades e culturas sem Estado, com um Estado em formação ou com ele consolidado entre as pessoas. Existe a educação de cada categoria de sujeitos de um povo; ela existe em cada povo, ou entre povos que se encontram. Existe entre povos que submetem e dominam outros povos, usando a educação como um recurso a mais de sua dominância. Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender; primeiro, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos. A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar *comum*, como saber, como idéia, como crença, aquilo que é *comunitário* como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos (Brandão, 2006, p. 9-10, grifos do autor).

Nesse sentido, indivíduos e grupos, no contexto do mundo, estão implicados na experiência de educar e de educar-se ao longo da vida e em diferentes espaços. Educar-se, inclusive, segundo Silva (1987), consiste em assumir uma postura ativa no processo totalizante da cultura, por meio do qual a pessoa humana se faz e se refaz. Em nossa sociedade, homens e mulheres se constituem e são constituídos/as de maneira alinhada a regramentos determinados por uns/umas e difundidos pela ideologia, a qual cada indivíduo/a incorpora, ajuda a reiterar e também a criticar, procurando, nesse último caso, a tessitura de ações que modifiquem a situação vivida.

Os atos de educar e de educar-se, circunscritos à realidade concreta dos seres humanos, envolvem o desenvolvimento dos indivíduos, da cultura e da sociedade. Nesse sentido, pode-se afirmar que homens e mulheres, a partir de diferentes intencionalidades, educam e educam-se em distintos tempos e espaços, visando à realização de sua vocação ontológica de *ser mais*

e, com isso, ao estabelecimento de relações mais qualificadas consigo mesmos/as, com os outros e com o mundo.

Nesse contexto, com notável lucidez, Oliveira *et al.* (2014) partem do entendimento de que os processos educativos são inerentes às práticas sociais e delas decorrem, de modo que todas as práticas são, em alguma medida, educativas. A existência de diferentes formas de educar e educar-se não deve pressupor concorrência ou hierarquização entre elas, tampouco a negação de umas pelas outras, mas sim a complementaridade entre saberes construídos em distintos espaços e contextos. Isso implica o reconhecimento de que os seres humanos se formam nas diversas práticas sociais das quais participam. Os estudos sobre práticas sociais e processos educativos têm explicitado a necessidade de compreender “como e para que as pessoas se educam ao longo da vida, em situações não escolarizadas, assim como de apreender a influência desses processos nas aprendizagens escolares” (Oliveira *et al.*, 2014, p. 29).

Cabe destacar, ainda, que as práticas sociais são simultaneamente constituídas por relações entre pessoas e constitutivas dessas relações, bem como das interações entre os seres humanos e sua ambiência natural, social e cultural. Seus objetivos perpassam a manutenção da existência objetiva e subjetiva ao longo do tempo. Os propósitos atendidos por tais práticas são diversos e podem promover processos de enraizamento ou de desenraizamento dos indivíduos. De igual modo, a participação, compulsória ou voluntária, em práticas sociais pode contribuir tanto para a manutenção quanto para a transformação da realidade, conforme concebida pelos diferentes sujeitos. Se, por um lado, observamos indivíduos, grupos e comunidades engajados na luta pela alteração de uma situação “lida” como injusta (no sentido freiriano de *leitura do mundo*), por outro, encontramos aqueles que buscam manter a ordem socioeconômica, política e cultural vigente, com vistas à perpetuação de poder e privilégios (Oliveira *et al.*, 2014).

Dessa forma, as práticas sociais podem ser entendidas como:

[...] relações que se estabelecem entre pessoas, pessoas e comunidades nas quais se inserem, pessoas e grupos, grupos entre si, grupos e sociedade mais ampla, num contexto histórico de nação e, notadamente em nossos dias, de relações entre nações, com objetivos como: repassar conhecimentos, valores, tradições, posições e posturas diante da vida; suprir necessidades de sobrevivência, de manutenção material e simbólica de pessoas, grupo ou comunidade; buscar o reconhecimento dessas necessidades pela sociedade; controlar, expandir a participação política de pessoas, de grupos, de comunidades em decisões da sociedade mais ampla; propor e/ou executar transformações na estrutura social, nas formas de racionalidade, de pensar e de agir ou articular-se para mantê-las; garantir direitos sociais, culturais, econômicos, políticos, civis; corrigir distorções e injustiças sociais; buscar reconhecimento, respeito, valorização das culturas e da participação cidadã de

grupos sociais, étnico-raciais marginalizados pela sociedade; pensar, refletir, discutir e executar ações (Oliveira *et al.*, 2014, p. 33-34).

Em uma síntese particularmente elucidativa, Oliveira *et al.* (2014, p. 35), ao tratarem das práticas sociais e do papel que estas ocupam na formação dos sujeitos e na organização da sociedade, elaboram a seguinte formulação:

As práticas sociais nos encaminham para a criação de nossas identidades. Estão presentes em toda a história da humanidade, inseridas em culturas e se concretizam em relações que estruturam as organizações das sociedades. Permitem, elas, que os indivíduos e a coletividade se construam. Delas, participam, por escolha ou não, pessoas de diferentes gêneros, crenças, faixas etárias e orientações sexuais. Participam pessoas com diferentes percepções e conhecimentos, em diferentes processos de trabalho e lazer, em diferentes espaços, escolares e não escolares. Nelas, as pessoas expõem, com espontaneidade ou restrições, modos de ser, pensar, agir, perceber experiências produzidas na vida, no estudo de problemas e dificuldades, com o propósito de entendê-los e resolvê-los.

Nesse cenário, visualizamos que os processos educativos são desencadeados no próprio ato de formação para a vida promovido pelas práticas sociais, pois, “como se vê, as pessoas se formam em todas as experiências de que participam em diferentes contextos ao longo da vida” (Oliveira *et al.*, 2014, p. 36). Sob esse prisma, ensinar e aprender extrapolam os limites da educação escolar e colocam em questão o “monopólio pedagógico de sistemas educacionais que pretendem, muitas vezes, deter o único meio pedagógico capaz de educar” (Oliveira *et al.*, 2014, p. 38).

Com isso, não se pretende apagar ou deslegitimar os processos educativos que ocorrem no contexto escolar, mas reconhecer e valorizar, como academicamente legítimos, os processos de ensino e de aprendizagem que se desenvolvem em outros espaços sociais. A inserção dos indivíduos em diferentes práticas sociais possibilita a construção de interfaces entre aquilo que se aprende e o que se ensina em um e em outro espaço, o que igualmente se verifica na relação com a escola.

Gonçalves Junior, Carmo e Corrêa (2015, p. 176-177) apresentam a seguinte compreensão acerca dos processos educativos:

[...] ocorrem em uma relação mútua de aprendizagem e não só em uma situação em que um ensina ao outro, tendo como pressuposto fundamental para seu desenvolvimento o diálogo equitativo e a intencionalidade dirigida para a cooperação, superação, o ser mais, demandando autonomia, possibilidade de decisão e de transformação. Tais condições permitem aos envolvidos compreender em contexto, valores e códigos do grupo, da

comunidade e da sociedade em que vivem, tendo a possibilidade de refletir criticamente sobre sua própria condição de pertencimento ao mundo com os outros, educando e educando-se, tornando-se pessoa.

A compreensão de processos educativos expressa pelos autores e pela autora vai ao encontro das reflexões propostas por Santos e Meneses (2010) e por Santos (2010). Na introdução da obra *Epistemologias do Sul*, Santos e Meneses (2010) iniciam suas reflexões afirmando o caráter contextual dos conhecimentos. Nesse sentido, destacam que toda experiência social é constituída por saberes produzidos e reproduzidos pelos seres humanos e que, portanto, tais experiências tornam-se ininteligíveis sem referência às práticas e aos/às atores/atrizes sociais envolvidos/as em sua realização.

O envolvimento de diferentes práticas e sujeitos enseja, igualmente, relações sociais diversas, culturais e políticas, e, conseqüentemente, a existência de múltiplas epistemologias. Contudo, nos dois últimos séculos, observamos a emergência de uma epistemologia dominante que suprimiu das reflexões epistemológicas o contexto cultural e político inerente às relações sociais. Seus alicerces estão edificados sobre o paradigma da racionalidade moderna, que reconhece como legítimos apenas os conhecimentos de natureza religiosa, filosófica e científica, enquanto outros saberes, especialmente aqueles oriundos de grupos marginalizados e que expressam experiências concretas do viver, são desqualificados e considerados inválidos.

Com a pretensão de constituir-se como forma válida e universal de conhecimento, essa perspectiva epistemológica legitima-se por meio da ciência moderna e marginaliza povos e culturas não ocidentais e não cristãs. Observa-se, assim, um processo gradual de descredibilização e supressão das práticas sociais de conhecimento que não se adequam à norma epistemológica hegemônica (Santos; Meneses, 2010).

Segundo Santos e Meneses (2010), o predomínio dessa epistemologia dominante consolidou-se por cinco razões principais: primeiro, porque a imposição epistemológica constituiu-se como uma forma de dominação e somente foi possível com base na força da intervenção política, econômica e militar exercida pelo colonialismo e pelo capitalismo sobre os povos colonizados; segundo, em razão do intento do projeto colonizador de eliminar práticas sociais de conhecimento que se desenvolvessem à contrapelo de seus interesses; terceiro, por meio da atuação de instituições e de seus aparatos, como universidades e centros de pesquisa, que reproduziram essa racionalidade e dificultaram o diálogo com outros modos de saber; quarto, em virtude das desigualdades sociais geradas pelo colonialismo e pelo capitalismo, mesmo após a independência política das nações colonizadas; e, por fim, pela supressão sistemática dos saberes produzidos por povos colonizados e marginalizados.

Diante desse contexto, compreendemos que não se trata de enaltecer, de forma acrítica, o Sul global em detrimento das epistemologias do Norte, pois tal postura tenderia a produzir um novo dogmatismo, que, paradoxalmente, pode reforçar o próprio predomínio das epistemologias dominantes. Valendo-se do exemplo europeu, Santos (2016, p. 28) argumenta que a perspectiva colonial preconceituosa “[...] constitui a chave para compreendermos a dificuldade que a Europa tem em aprender com o mundo, isto é, em reconhecer histórias, práticas, saberes e soluções para além da história e das teorias, alegadamente universais, produzidas no ocidente”. E, mais à frente, o autor prossegue:

Sendo verdade que durante séculos a Europa assumiu o destino manifesto de evangelizar e civilizar os outros povos, dando lições ao mundo, ora escudada na grandeza do seu deus, ora anunciando a ciência moderna como a forma válida e universal de conhecimento, tal não implica que revertamos de forma simplista os termos da questão, afirmando que a Europa deve receber lições do Sul global. Não se trata, pois, de demonizar o pensamento europeu ou a ciência moderna europeia, mas de reconhecer as suas incompletudes. Do mesmo modo, o objetivo não é romantizar as inovações do Sul [...] (Santos, 2016, p. 28).

É preciso reconhecer que novas formas políticas, econômicas e epistemológicas existem para além das fronteiras ideológicas do Norte global. As epistemologias do Sul não devem configurar uma oposição vazia ou meramente reativa às epistemologias do Norte, mas, antes, estabelecer com elas uma relação de diálogo e complementaridade. Trata-se, sobretudo, de:

[...] identificar e valorizar aquilo que muitas vezes nem sequer figura como conhecimento à luz das epistemologias dominantes, a dimensão cognitiva das lutas de resistência contra a opressão e contra o conhecimento que legitima essa mesma opressão. Muitas dessas formas de conhecimento não configuram conhecimentos pensados como atividade autônoma, e sim gerados e vividos em práticas sociais concretas. As epistemologias do Sul *ocupam* o conceito de epistemologia para o re-significarem enquanto instrumento de interrupção das políticas dominantes e dos conhecimentos que as sustentam (Santos, 2021b, p. 18, grifo do autor).

As epistemologias do Sul propõem uma reflexão acerca dos diferentes saberes que emergem das experiências de resistência e de luta de grupos historicamente marginalizados, buscando valorizar, de forma equitativa, conhecimentos silenciados e invisibilizados pelo colonialismo. Contudo, não está em pauta apenas o reconhecimento desses saberes, mas também a legitimação de seus próprios critérios de validação, partindo do entendimento de que o mundo é epistemologicamente diverso e que essa diversidade deve ser respeitada. Nesse

sentido, Santos (2021b, p. 259) afirma, com base em um dos pressupostos basilares das epistemologias do Sul, que “a compreensão do mundo ultrapassa em muito a compreensão ocidental do mundo”.

A multiplicidade de formas de conhecimento e de epistemologias, em oposição às monoculturas do saber, possibilita que grupos e saberes historicamente excluídos das epistemologias do Norte se reconheçam como sujeitos e produtores de conhecimento. Dessa forma, tornam-se capazes de representar o mundo a partir de suas próprias referências, sem a obrigação de submeter-se a modelos impostos. Disso decorre um princípio essencial destacado pelo autor: não pode haver justiça social global sem justiça cognitiva global (Santos, 2021a).

O propósito das epistemologias do Sul não é eliminar as diferenças entre os diversos tipos de conhecimento, mas valorizar e assegurar a pluralidade e o direito de existência de cada forma de saber, promovendo relações horizontais entre elas. Nesse sentido, rejeitam o relativismo ao sustentarem que os critérios de validade de um conhecimento não são externos a ele próprio. Isso porque os saberes que se opõem às estruturas de dominação do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado devem ser avaliados a partir de seus efeitos e resultados concretos nos contextos em que se inserem. Ao estabelecer critérios de validação baseados em referentes externos, corre-se o risco de incorrer na falácia da neutralidade científica. Santos (2021b, p. 75) adverte que, nesses casos, estamos diante de “[...] um dispositivo ideológico numa sociedade dividida em opressores e oprimidos. Numa sociedade assim, permanecer neutro equivale a estar do lado dos poderosos e dos opressores”.

Sob a perspectiva das epistemologias do Sul, a noção de neutralidade, tradicionalmente associada ao conceito de objetividade do conhecimento, é reinterpretada, uma vez que “não faz sentido partir do princípio de que a objetividade do mundo pode ser captada com base numa única experiência” (Santos, 2021b, p. 67). O critério que fundamenta a confiança em determinado saber está inscrito nas próprias metamorfoses da luta contra a opressão, o que torna inviável qualquer forma de indiferença em relação ao contexto no qual esse conhecimento é produzido (Santos, 2021b).

A possibilidade de visibilizar práticas sociais distintas daquelas consideradas hegemônicas, aliada ao reconhecimento de seus valores e de seu potencial de multiplicação, permite a discussão em torno do que Santos (2021a) denomina *sociologia das ausências* e *sociologia das emergências*. No que se refere à primeira, o autor apresenta a seguinte definição:

Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente, isto é, como uma

alternativa não credível ao que existe. O seu objeto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças. Ela o fará centrando-se nos fragmentos da experiência social não socializados pela totalidade metonímica (Santos, 2021a, p. 146).

De acordo com Santos (2021a), não existe uma forma única ou absoluta de não existência, uma vez que são diversas as lógicas e os processos por meio dos quais a razão metonímica produz a exclusão daquilo que não se enquadra em sua pretensa totalidade e em sua concepção linear de tempo. A produção da não existência ocorre sempre que determinada entidade é desqualificada, tornada invisível, ininteligível ou descartável de maneira irreversível. O elemento comum a essas diferentes lógicas reside no fato de todas constituírem expressões de uma mesma monocultura racional.

O autor distingue cinco lógicas, ou modos, de produção da não existência. A primeira é a *monocultura do saber científico e do rigor do saber*, que parte do pressuposto de que existe apenas um tipo de conhecimento confiável e uma única forma legítima de validação. A segunda é a *monocultura do tempo linear*, sustentada pela ideia de que os países considerados desenvolvidos ocupam a vanguarda temporal, restando aos países classificados como subdesenvolvidos a condição de atraso. A terceira é a *lógica das classificações sociais*, segundo a qual as diferenças são concebidas como naturalmente hierarquizáveis. A quarta corresponde à *lógica da escala dominante*, que atribui caráter universal e global a determinados conhecimentos, considerados válidos em qualquer contexto e passíveis de difusão irrestrita. Por fim, a *lógica da produção capitalista* contrapõe-se a uma atividade produtiva equilibrada, que pressupõe o descanso tanto da natureza quanto do trabalhador, ao basear-se em ciclos incessantes de exploração que conduzem ao esgotamento de ambos. Nesse modelo, todos aqueles que não aderem a essa racionalidade são vistos como anormais ou preguiçosos. Quando aplicada à natureza, tal lógica resulta na sua classificação como estéril (Santos, 2021a).

A formulação da sociologia das ausências tem como intencionalidade superar a produção de não existências promovida pela modernidade em sua lógica unilateral, tornando visível uma multiplicidade de realidades já existentes. Trata-se, portanto, de uma ampliação do presente. A sociologia das emergências, por sua vez, busca reduzir a idealização do futuro, reconhecendo que seu potencial efetivo está inscrito nas práticas concretas do presente. Nessa perspectiva, parte-se da compreensão de que, em um contexto marcado pela ausência de

previsibilidade e de linearidade, o futuro só pode materializar-se a partir das possibilidades reais que a sociedade já manifesta no tempo presente.

Segundo Santos (2021a, p. 164):

Enquanto a dilatação do presente é obtida através da sociologia das ausências, a contração do futuro é obtida através da sociologia das emergências. A sociologia das emergências consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear (um vazio que tanto é tudo como é nada) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que vão se construindo no presente através das atividades de cuidado.

O principal objetivo da sociologia das emergências é transformar existências ausentes em existências presentes. Para que isso se concretize no futuro, torna-se necessária a intervenção no presente, de forma imediata, de modo que cada conquista contribua para a transformação progressiva da realidade atual.

Longe de permanecer no plano da denúncia, Santos (2021a) propõe alternativas às lógicas de produção de não existências, substituindo as monoculturas anteriormente mencionadas por ecologias, entendidas como “[...] práticas de agregação da diversidade pela promoção de interações sustentáveis entre entidades parciais e heterogêneas” (Santos, 2021a, p. 151): a ecologia de saberes; a ecologia das temporalidades; a ecologia dos reconhecimentos; a ecologia das transescalas; e a ecologia da produtividade.

No contexto desta tese, o conceito que mais se destaca é o de ecologia de saberes (Santos, 2021a), compreendido como uma perspectiva que se contrapõe às epistemologias dominantes ao reconhecer que os conhecimentos não científicos possuem igual importância. Essa abordagem propõe a interação solidária e complementar entre saberes científicos e não científicos nas dinâmicas das diferentes práticas sociais em que os seres humanos estão inseridos. Dessa forma, na ecologia de saberes, “[...] a busca de credibilidade para os conhecimentos não científicos não implica o descrédito do conhecimento científico. Implica, simplesmente, a sua utilização contra-hegemônica” (Santos, 2010, p. 57).

Essa relação de interdependência entre os diferentes tipos de conhecimento é possível porque a ecologia de saberes, mais do que se limitar à representação da realidade, sustenta a ideia de que os saberes devem integrar as ações de intervenção voltadas à transformação dessa própria realidade:

A ecologia de saberes assenta na ideia pragmática de que é necessária uma reavaliação das intervenções e relações concretas na sociedade e na natureza que os diferentes conhecimentos proporcionam. Centra-se, pois, nas relações

entre saberes, nas hierarquias que se geram entre eles, uma vez que nenhuma prática concreta seria possível sem estas hierarquias. Contudo, em lugar de subscrever uma hierarquia única, universal e abstrata entre os saberes, a ecologia de saberes favorece hierarquias dependentes do contexto, à luz dos resultados concretos pretendidos ou atingidos pelas diferentes formas de saber (Santos, 2010, p. 60).

Dessa forma, compreendemos que a ecologia de saberes propõe a superação das monoculturas ao reconhecer que os diferentes conhecimentos se relacionam de maneira horizontal e que as hierarquias entre eles são dinâmicas, variando conforme as necessidades práticas de cada contexto de resistência à dominação. Trata-se de uma proposta de caráter pragmático, na qual nenhum tipo de conhecimento é descartado e não se estabelece a exclusividade de uma única forma de conhecer.

As reflexões propostas por Boaventura de Sousa Santos oferecem contribuições substantivas para pensar os limites do universalismo do conhecimento e a importância de valorizar os saberes produzidos por pessoas e grupos historicamente marginalizados. A proposta das epistemologias do Sul, nesse sentido, nos convoca a uma escuta atenta e ao reconhecimento da necessidade de construir horizontes plurais de produção de conhecimento.

1.4 Reflexões sobre o pesquisar em práticas sociais e processos educativos

Pesquisar processos educativos em práticas sociais junto a pessoas, grupos e comunidades socialmente marginalizados/as requer, por parte do/a pesquisador/a, a adoção de uma perspectiva compreensiva. Sob essa ótica, torna-se possível reconhecê-los/as como sujeitos de conhecimento e, portanto, como capazes de formular e expressar saberes sobre a sociedade e o mundo.

A perspectiva epistemológica adotada neste trabalho fundamenta-se na experiência cotidiana de homens e mulheres, a qual se mostra essencial para a compreensão das relações estabelecidas entre as pessoas e destas com o mundo, uma vez que o significado atribuído à realidade resulta da ação humana e não de algo que a precede. Conforme sustentam Dussel (1977) e Freire (2005), o mundo, enquanto totalidade de sentido, não se apresenta de forma imediata aos sujeitos, mas constitui-se como algo a ser compreendido. O mundo passa a existir à medida que é nomeado, processo que ocorre a partir das experiências vividas.

Desse modo, o mundo se estabelece por meio da reflexão e da criação humanas, ou seja, seu surgimento emerge quando os próprios sujeitos lhe atribuem sentido. Nas palavras de

Dussel (1977, p. 28-29):

As coisas-sentido, entes, não nos cercam caoticamente. Fazem parte de um mundo. Quando falamos de mundo nos referimos ao horizonte diário dentro do qual vivemos. O mundo de meu lar, de meu bairro, da classe operária. Mundo é então uma totalidade instrumental, de sentido. Não é uma pura soma exterior de entes, mas é a totalidade dos entes com sentido. Não se trata do cosmos como totalidade de coisas reais (2.2.3.1); mas é a totalidade de entes com sentido. O mundo, poderíamos dizer, se vai desdobrando lentamente desde o momento de nossa concepção. Não é o princípio, como pensa a ontologia. [...] Todo mundo é uma totalidade. Totalidade indica esse limite de limites. Não é de estranhar que um Kant ou um Wittgenstein digam que o mundo não pode ser nem objeto e nem fato. Efetivamente, é o limite dentro do qual todo ente (que pode ser objeto ou fato) encontra seu sentido. O mundo é a totalidade fundamental; é a totalidade de totalidades [...] A totalidade corresponde à razão dialética (2.2.8 e 5.2) e não ao entendimento ôntico ou razão analítica. A partir de agora, quando nos referimos à totalidade sem outra indicação, falamos do mundo.

À medida que as pessoas vivenciam o seu mundo e o compreendem, esse entendimento também se expande (Dussel, 1977). Em outro texto, Dussel (1995, p. 87–88, grifos do autor, tradução nossa) aborda essa questão nos seguintes termos:

O homem é um ser que tem mundo e, portanto, *compreende* tudo o que acontece em seu mundo. Poderíamos separar a palavra “compreender” (Compreender) em duas partes: *circum*, o círculo que permite englobar aquilo que é a totalidade de minha experiência de tal maneira que, se de repente aparecesse algo em meu mundo que eu nunca tenha tido uma experiência, perguntaria: O que é isto? Enquanto não possa relacioná-lo de alguma forma com todas as minhas outras experiências, diria que não o compreendi, porque se encontra *fora* da minha experiência, me é incompreensível. O “círculo” (*circum*), como totalidade de meu mundo, é o horizonte dele e esse horizonte abrange tudo o que é. Com-*preensão* tem ainda uma segunda parte em seu significado: *preensão*, de “prender”, “captar” algo em concreto. A um Pigmeu o giz pode parecer-se com um bombom ou algo para atirar aos macacos. Para mim o giz é para escrever, porque posso escrever, porque muitas vezes o usei para isso. Portanto, quando digo “giz” já é algo *dentro* do meu mundo, tem um *sentido*; se não tivesse um sentido em meu mundo, me perguntaria: para que é o giz? Disso, se desprende que a totalidade de nossa experiência está situada dentro de um horizonte, que faz que tudo o que se encontra em meu mundo me seja “compreensível”.

O acesso ao saber e aos diferentes modos de ser, sentir, pensar e agir de homens e mulheres que se encontram à margem da estrutura social, política, econômica e cultural requer uma inserção cuidadosa, paciente e atenta no contexto social em que a pesquisa se desenvolve. Nesse sentido, o convívio torna-se elemento primordial no “fazer” pesquisa a partir da perspectiva preconizada por Oliveira *et al.* (2014).

Tendo em vista a questão de pesquisa e o(s) objetivo(s) estabelecido(s), a convivência com os/as indígenas refugiados/as venezuelanos/as mostrou-se imprescindível, o que pressupôs, igualmente, o estabelecimento de relações intersubjetivas. Nessa direção, a inserção no contexto de pesquisa ocorreu balizada pela “[...] sensibilidade para as dinâmicas da comunidade, sensibilidade para ver, sentir a paisagem, mas também enquanto desejo de entendê-la; um entendimento que vem ao longo do tempo, na convivência” (Oliveira; Stotz, 2004, p. 8), buscando “[...] um envolvimento pessoal, observando, perguntando e conversando” (Oliveira; Stotz, 2004, p. 15). Assim, o convívio “[...] não é apenas um desejo ou uma opção pessoal do pesquisador, que corre paralelamente à pesquisa, mas, sim, o cerne do ‘fazer’ da pesquisa, explicitado na metodologia, experimentado, avaliado” (Oliveira *et al.*, 2014, p. 40).

Os caminhos metodológicos percorridos no contexto desta pesquisa justificam-se pela imperiosa necessidade de um olhar atento, paciente, preciso e sensível, capaz de apreender aquilo que se desvelou no convívio cotidiano com os/as refugiados/as venezuelanos/as, em especial suas práticas culturais que se aproximam do fenômeno aqui nomeado como lazer. O convívio, entendido como cerne do próprio pesquisar e que deve ser explicitado na metodologia, conforme Oliveira e Stotz (2004, p. 6-15), significa:

[...] estar junto, olhar nos olhos, conversar frente à frente [...] é a arte de se relacionar, dá intensidade à relação, sabor ao fazer e gera afetividade e saber [...] Conviver se aprende convivendo e para essa convivência há algumas moedas: simpatia, confiança, humildade, sensibilidade, respeito, flexibilidade em relação aos tempos.

Inserir-se no contexto, construir vínculos de confiança e manter-se receptivo ao Outro constituem dimensões fundamentais de uma postura ético-política que também orienta a elaboração das abordagens metodológicas. Embora os/as pesquisadores/as assumam a responsabilidade pelas decisões empreendidas perante a comunidade acadêmica, o desenvolvimento das pesquisas ocorre de modo dinâmico, em um movimento contínuo de diálogo e reflexão. Esse processo se consolida na proximidade e no encontro com o Outro, no trabalho coletivo, na convivência cotidiana, na partilha de experiências e na tessitura conjunta de saberes, envolvendo tanto as comunidades participantes quanto outros/as pesquisadores/as e estudiosos/as que contribuem por meio do intercâmbio de vivências e conhecimentos (Araújo-Oliveira, 2014).

Dessa forma, torna-se fundamental compreender o conviver como princípio metodológico. Tal postura ético-política pode ser entendida nos seguintes termos:

Por isso, participar, estar junto, conviver, inserir-se na comunidade assumindo o lugar e o papel de um integrante e fazer parte das experiências das pessoas são condições necessárias para o pesquisador se empapar dos jeitos de ser, pensar, agir, raciocinar, dos saberes das pessoas na comunidade, seus problemas e necessidades conforme são apreciados por eles mesmos. Partilhar e ter a vivência da comunidade, bem como observar, conversar, trocar olhares e olhar do lugar do outro, principalmente do lugar dos socialmente marginalizados, além de disponibilidade para acolher e ser acolhido, requerem o estabelecimento de relações horizontais, não hierárquicas entre sujeitos, entre o sujeito e os saberes, entre saberes, entre culturas, abrindo caminhos para o novo, para a diversidade. Isto só é possível quando nos dispomos, eticamente comprometidos, a partilhar sonhos almejados, lutas desenvolvidas pelas comunidades no intuito de derrubar barreiras, corrigir erros por eles identificados para tornar a sociedade menos injusta (Araújo-Olivera, 2014, p. 62).

O encontro com os sujeitos da pesquisa ocorre na perspectiva do diálogo, e não a partir de uma visão segundo a qual o/a pesquisador/a detém todo o saber ou uma compreensão plenamente clarificada dos acontecimentos que se dão a conhecer. Faz-se necessário um distanciamento, não no sentido de frieza ou neutralização afetiva, mas como possibilidade de compreensão crítica e de questionamento do trivial, assumindo-se, assim, uma postura de estranhamento. Portanto: “[...] Estranhar e amadurecer o estranhamento, perguntar-se, perguntar. Nesse olhar, permitir-se um espaço entre as cenas, espaço de reflexão, de suspensão, de pergunta que nos prepara para melhor compreender o que se dará a ver a seguir” (Oliveira *et al.*, 2014, p. 42). No processo de “fazer” pesquisa, não está em questão desenraizar-se ou promover o desenraizamento.

Brandão (1999) reflete sobre a participação no contexto da pesquisa, sustentando a necessidade de envolvimento pessoal e/ou político por parte do/a pesquisador/a, bem como de comprometimento com as pessoas junto às quais a investigação é desenvolvida. Textualmente, afirma: “Em boa medida, a lógica, a técnica e a estratégia de uma pesquisa de campo dependem tanto de pressupostos teóricos quanto da maneira como o pesquisador se coloca na pesquisa e através dela e, a partir daí, constitui simbolicamente o outro que investiga” (Brandão, 1999, p. 8).

Em consonância com o entendimento sinalizado, a compreensão dos processos educativos a partir da pesquisa em práticas sociais deve ocorrer à luz de uma perspectiva latino-americana. A esse respeito, Oliveira *et al.* (2014, p. 32) asseveram que:

Produzir conhecimentos na perspectiva da América Latina exige nos libertarmos de referências dogmáticas construídas a partir de experiências

alheias a nossos valores e culturas. A sobrevivência de nossas culturas, modos de ser e viver, evidencia nossa humanidade, contrariamente ao que apregoaram e apregoam os colonizadores que nos “inventaram” sem alma, inteligência e valores.

Dentro dessa ótica, o referencial teórico adotado é tributário da Filosofia da Libertação, de Dussel (1977), que revisita a história da filosofia em escala global com o objetivo de compreender a posição da América Latina nesse cenário. Trata-se de uma produção intelectual que se origina na periferia do mundo, e o autor faz questão de enfatizar que sua proposição filosófica é precedida pelo pensamento a partir do Sul e no Sul. Dussel menciona, por exemplo, as ideias de Bartolomeu de Las Casas, formuladas quase um século antes da publicação do *Discurso do Método*, de René Descartes, explicitando a existência de uma reflexão filosófica latino-americana anterior à consolidação da modernidade europeia. De acordo com Dussel (1977), o advento da Ilustração na Europa contribuiu para o apagamento do pensamento produzido na América Latina, fomentando a interpretação equivocada de que, no Sul global, inexistia reflexão filosófica autônoma.

Ao recontextualizar a América Latina nesse quadro, Dussel busca elucidar a realidade do colonialismo moderno. Para tanto, parte do ponto de vista dos/as oprimidos/as e dos/as colonizados/as, perspectiva que se diferencia daquela centrada no “ser”, fundamento da filosofia tradicional. Segundo o autor (Dussel, 1977), a distinção entre essas bases filosóficas reside na visão de mundo que as sustenta. As abordagens grega, indo-europeia e moderna, predominantes no pensamento ocidental, enfatizam a dominação do ser humano sobre a natureza. Nesse contexto, o “ser”, ou “aquele que raciocina”, assume uma posição de domínio sobre todos os demais seres.

Entendemos que a investigação ora desenvolvida requer a incorporação das proposições teóricas e metodológicas anteriormente apresentadas. Assim, compreender os processos educativos desencadeados na prática social do lazer entre indígenas refugiados/as venezuelanos/as demanda o convívio e o pesquisar *com*, tal como valorizado por Oliveira *et al.* (2014), de modo a apreender como esses sujeitos representam e significam o lazer em suas vidas cotidianas.

A investigação em tela compreende o lazer como parte constitutiva da realidade vivida por migrantes e refugiados/as venezuelanos/as, indígenas ou não. Conforme nos alerta Freire (1989), a realidade concreta não se restringe ao dado objetivo ou ao fato empírico, mas inclui, de forma indissociável, a percepção que os sujeitos constroem sobre ela. Nesse sentido, o desenvolvimento do estudo alinha-se às reflexões propostas por Valla (1996). Ao analisar como

as classes subalternas pensam e percebem o mundo, o autor afirma que a dificuldade em compreendê-las reside em dois elementos centrais. O primeiro diz respeito à nossa postura e à dificuldade de reconhecer que pessoas desprivilegiadas econômica e socialmente “[...] são capazes de produzir conhecimento, são capazes de organizar e sistematizar pensamentos sobre a sociedade e, dessa forma, fazer uma interpretação que contribui para a avaliação que nós fazemos da mesma sociedade” (Valla, 1996, p. 178). O segundo refere-se à dificuldade de compreensão, por parte dos/as pesquisadores/as, daquilo que é dito pelas pessoas e pelos grupos socialmente marginalizados/as.

Uma vez alicerçadas as bases para a compreensão do que se entende por práticas sociais e processos educativos, passaremos, no próximo capítulo, à abordagem do fenômeno do lazer.

CAPÍTULO 2 – PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE O LAZER COMO PRÁTICA SOCIAL: UM OLHAR DESDE A AMÉRICA LATINA

Comida

[...] A gente não quer só comida
 A gente quer comida
 Diversão e arte
 A gente não quer só comida
 A gente quer saída
 Para qualquer parte...
 A gente não quer só comida
 A gente quer bebida
 Diversão, balé
 A gente não quer só comida
 A gente quer a vida
 Como a vida quer [...]
 (Antunes; Fromer; Brito, 1987)

O presente capítulo dedica-se a discutir o lazer como prática social, abordando seus múltiplos significados e dimensões no contexto da vida cotidiana. Parte-se da compreensão de que o lazer constitui uma necessidade humana e uma dimensão constitutiva da cultura, na qual se expressam valores, formas de sociabilidade e se desencadeiam processos educativos. Apresentam-se debates teóricos que evidenciam a complexidade desse fenômeno, bem como suas relações com outras esferas da vida humana e as disputas de sentido que o atravessam em distintos contextos históricos e sociais. Destaca-se, nesse percurso, o contexto da América Latina como pano de fundo privilegiado para as reflexões desenvolvidas.

As reflexões propostas situam o lazer como espaço de resistência, criação e produção de significados, especialmente quando vivenciado por grupos historicamente marginalizados. Essa discussão oferece uma base conceitual e analítica para compreender as manifestações culturais de lazer entre migrantes e refugiados/as venezuelanos/as, os tempos e espaços em que essas práticas se realizam e os processos educativos que emergem dessas experiências no abrigo de acolhimento emergencial localizado em Boa Vista/RR.

Na sequência, inicia-se uma incursão sobre os significados do lazer.

2.1 Uma incursão pelos significados do lazer

A presente seção foi elaborada com o objetivo de realizar uma breve incursão sobre os significados do lazer sob o ponto de vista de pesquisadores/as que se dedicam ao estudo dessa temática. Tal empreitada deve ser compreendida como parte essencial deste trabalho, uma vez que lidamos diretamente com os significados atribuídos a essa prática social por indígenas oriundos/as de um país latino-americano. Nesse sentido, estamos diante de aspectos bastante específicos que demandam problematização.

Um desses aspectos refere-se à utilização de termos correspondentes ao lazer no contexto da América Latina, questão que tem mobilizado inúmeros/as estudiosos/as em torno das imprecisões conceituais existentes quanto às denominações adotadas em diferentes países da região. Outro aspecto diz respeito à fruição da prática social do lazer que, em determinadas circunstâncias, não é nomeada por esse termo, sobretudo quando se consideram grupos sociais historicamente marginalizados, cujas formas de ser e estar no/com o mundo apresentam particularidades, como é o caso dos povos originários.

Estudos e pesquisas que abordam o lazer em sua relação com a práxis cultural dos povos originários têm apresentado a necessidade de análises teóricas que problematizem o conceito de lazer em contextos diversos, a fim de evitar a homogeneização dessa prática social. Com efeito, a compreensão do lazer no contexto de grupos minoritários apresenta-se como um desafio, conforme assinala Gomes (2014, p. 9):

Apesar de serem pouco conhecidas, diferentes modos de vida continuam vigentes nos dias atuais, tais como as coletividades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e ciganas, entre várias outras que poderiam ser citadas. Nos contextos minoritários, em especial, nem sempre há uma palavra similar ao termo “lazer”, portanto, encarregada de nomear as práticas sociais que são vividas, localmente, como possibilidades de desfrute sociocultural cotidiano. Mas, reconhecer o lazer unicamente por meio da existência de uma palavra ou de um conceito seria um encaminhamento restrito e insuficiente quando se considera o desafio de problematizá-lo e compreendê-lo de modo situado, isto é, levando em conta algumas das peculiaridades históricas, culturais, sociais, políticas, éticas e estéticas, entre outras, que expressam diversidade e singularidades locais. O reconhecimento dessas particularidades apresenta substanciais desafios para aqueles que buscam problematizar o lazer em diferentes realidades e perspectivas.

O lazer é um fenômeno polissêmico, ou seja, possui múltiplos sentidos e, portanto, pode ser compreendido a partir de diferentes pontos de vista, os quais sempre expressam a visão de um determinado ponto. Sobre esse aspecto, Gomes e Pinto (2009), com base em estudo bibliográfico e em entrevistas com gestores/as e estudiosos/as do tema, afirmam que, se analisarmos atentamente, perceberemos que o tempo e o espaço das experiências de lazer não

possuem significados ou sentidos unívocos. Eles se transformam conforme a idade, as condições educacionais, as possibilidades de vivências lúdicas ao longo da vida, além das condições emocionais, das estruturas físicas e das condições climáticas. Em suma, tais aspectos variam de acordo com as diferentes circunstâncias culturais e sociais, o que se relaciona diretamente com a perspectiva adotada em relação ao lazer.

Em decorrência dessa constatação, não estamos autorizados a eleger um olhar mais ou menos correto para abordá-lo. Ao contrário, a riqueza do entendimento acerca dessa prática social advém da *dialética do olhar*²⁷, conforme nos explicita Mascarenhas (2006), pois ela permite explorar suas manifestações contraditórias a partir de distintos referenciais e percepções.

Esse entendimento acerca das múltiplas possibilidades de compreensão do lazer encontra respaldo em uma série de produções vinculadas ao que se convencionou chamar de estudos do lazer no contexto brasileiro. A título de exemplo, podemos mencionar a obra *Teorias do lazer* (Pimentel, 2010), cuja análise identifica que o fenômeno pode ser abordado a partir de diferentes matrizes teóricas, como a fenomenologia, o positivismo, o marxismo, as leituras pós-modernas e o método PBL (*Problem-Based Learning*).

O mesmo pode ser afirmado em relação às obras que enfatizam a produção de grupos de pesquisa no Brasil (Melo; Alves Junior, 2012; Uvinha, 2018), os quais se debruçam sobre questões atinentes ao campo dos estudos do lazer, bem como aos textos organizados por Bruhns (2002), que estabelecem diálogos diretos entre autores clássicos das ciências sociais e a temática do lazer. Cumpre mencionar, ainda, a coletânea organizada por Melo (2010a), que reúne contribuições de diferentes áreas do conhecimento em uma abordagem multidisciplinar do lazer. O próprio autor, em outra obra (Melo, 2006), afirma tratar-se de um fenômeno complexo e diverso, que se tornou objeto de investigação de múltiplas disciplinas, sendo compreendido não apenas como uma área específica, mas também como um campo de estudos e pesquisas.

O mesmo pode ser observado no contexto latino-americano. Identificam-se iniciativas de compreensão do lazer/*ocio/recreación/tiempo libre* que envolvem pesquisadores/as de diversos países da região (Gomes *et al.*, 2009; Lopez; Antiga, 2013; Antiga *et al.*, 2015). A América Latina apresenta particularidades nesse campo de estudos que necessitam ser situadas

²⁷ Sobre a *dialética do olhar* envolvendo o fenômeno do lazer, Mascarenhas (2006, p. 75-76), a partir de uma lógica dialética de inspiração marxista, assim se expressa: “Seus autores, ao olharem para o lazer, atentos às suas contradições, às suas tensões e ao seu movimento, percebendo-o em sua totalidade histórica, procuram estabelecer mediações reveladoras de sua identidade em conexão com vários outros temas”.

e demandam uma produção científica em sintonia com essas especificidades, aspecto que será retomado mais adiante.

No que se refere à origem etimológica, a palavra *leisure*, em inglês, surge no século XIV com o sentido de “oportunidade de fazer algo”, advinda do termo francês medieval *leisour*, cujo significado remete a “ser permitido”. Trata-se de uma derivação do latim *licere*, que significava “ser lícito” (Melo, 2010b). De acordo com Gomes (2023), o termo latino *licere* foi desenvolvido pelos romanos com o significado de ser permitido, ser lícito, poder ou ter o direito. Tal definição suscita reflexões, uma vez que, para algo ser considerado permitido, faz-se necessário um fundamento normativo ou um juízo de valor que assim o legitime. Dessa forma, a origem da expressão lazer remete a algum tipo de controle social, que pode ser formal, expresso em leis e regulamentos, ou informal, relacionado a normas de comportamento social, como costumes, valores e crenças culturalmente reconhecidos em cada contexto histórico e social.

Com base em referenciais históricos e em consultas a dicionários que auxiliam a rastrear a origem etimológica e semântica do termo, Gomes (2023) demonstra que, ao longo do tempo, construiu-se uma associação entre lazer, preguiça e falta de disposição para o trabalho. Esse aspecto revela que a palavra passou a incorporar valores e significados vinculados ao trabalho ou, mais precisamente, ao “não trabalho”, sendo frequentemente compreendida em oposição a ele. Contudo, a autora adverte que, embora seja relevante identificar essa relação, trata-se de uma contraposição apenas aparente.

A variedade de expressões e significados associados ao lazer relaciona-se às concepções que circularam no contexto urbano-industrial dos séculos XIX e XX, especialmente na Europa. A contraposição entre lazer e trabalho manifesta-se em diversas interpretações. Enquanto o trabalho é associado ao esforço, o lazer é vinculado aos momentos de “folga”, nos quais se realizam atividades espontâneas que promovem descanso, entretenimento ou diversão. Assim, o descanso e o divertimento lícitos, vivenciados fora das horas de trabalho, sustentam a origem etimológica e o significado social do lazer. Tais concepções eram recorrentes na segunda metade do século XIX em países como Estados Unidos, Inglaterra e França, nos quais o lazer era compreendido como o tempo disponível após o cumprimento das obrigações diárias (Gomes, 2023).

No final do século XIX, a relação entre trabalho e lazer tornou-se mais perceptível nas nações industrializadas, especialmente para a classe trabalhadora. Na Europa, as reivindicações dos/as operários/as eram amplas e concentravam-se, sobretudo, na luta por salários mais justos e pela redução da jornada de trabalho. A fruição do lazer, entretanto, não deveria ocorrer a

qualquer momento, mas apenas nos períodos não destinados ao “trabalho comum”. Esse entendimento tornou-se central para a consolidação da relação entre trabalho e lazer na modernidade, especialmente quando o chamado tempo livre passou a ser tratado como um problema social (Gomes, 2023).

Com o avançar do século XX, observa-se a intensificação do processo de espoliação da classe trabalhadora no contexto histórico-social das nações industrializadas europeias. As condições precárias de trabalho, marcadas por jornadas extenuantes, impulsionaram mobilizações em defesa de melhores condições de vida, incluindo a reivindicação por tempo livre destinado ao lazer. Destaca-se, assim, a relevância das lutas trabalhistas e, simultaneamente, a preocupação das autoridades em organizar esse tempo, com o intuito de prevenir comportamentos considerados desviantes, isto é, práticas não reconhecidas como lícitas. Para Melo (2010b), esse processo revela uma valoração simultânea do trabalho e do não trabalho, gestada de forma interdependente, expressando uma estrutura social que delimita e diferencia esses tempos em uma sociedade marcada pela artificialização dos tempos sociais.

No contexto brasileiro, o interesse pelo estudo do lazer passa a ser identificado nas primeiras décadas do século XX, quando o Estado buscou oferecer atividades consideradas saudáveis para o tempo livre dos/as trabalhadores/as. As políticas de recreação e lazer revelam-se complexas, evidenciando tanto estratégias de controle social quanto iniciativas voltadas à promoção da cultura e da educação entre os/as integrantes dessa classe social (Gomes, 2023).

Nesse percurso, percebe-se que a compreensão do lazer foi sendo historicamente construída como um fenômeno contraposto ao trabalho. Tal perspectiva deriva, em grande medida, das produções teóricas elaboradas a partir do contexto europeu, o que acaba por limitar a análise do lazer em outras realidades, como a latino-americana. Além disso, essa visão pode comprometer a apreensão dos significados atribuídos ao lazer por grupos socialmente marginalizados, cujas experiências e interpretações ainda são pouco visibilizadas ou permanecem insuficientemente exploradas na literatura científica.

Camargo (2016, p. 81), apoiado em Gilles Pronovost, compreende essa abordagem como *euroocidentocentrista* e afirma:

A noção de lazer, [...] tem impressões digitais claras: ela foi criada numa perspectiva euroocidentocentrista. Isto posto, não se falará a partir daqui do mesmo lazer, como um conjunto de atividades codificadas como físicas, manuais, intelectuais, artísticas e sociais. Estas atividades são produto da civilização urbana que triunfou sobre a rural. São atividades relativamente autônomas em relação ao controle socioespiritual, sociofamiliar e sociopolítico. O que se deve observar, bem além da prática exterior, é a

interação que acontece entre modelos vindos da tradição no confronto com a cultura contemporânea.

Dessa forma, em linhas gerais, podemos entender que:

Laisir, leisure e lazer têm origem etimológica no latim *licere*, que significa ser permitido, poder, ter o direito. Essas palavras podem ter significados diferentes de acordo com o contexto, mas todas mantêm algum tipo de relação com a vivência de atividades culturais, considerando tempo/espaço disponíveis e a atitude assumida pelas pessoas neste tipo de experiência - marcada por um sentimento de liberdade (mesmo que seja apenas imaginada), impulsionada pela busca de satisfação e pelo desfrute do momento vivido (Gomes; Pinto, 2009, p. 68, grifos das autoras).

Na investigação do conceito de lazer sob um prisma histórico, Melo (2013) ressalta que pesquisadores/as têm se empenhado em desvelar as limitações do entendimento predominante na contemporaneidade acerca desse fenômeno, entendimento este que resulta da interseção entre as dimensões tempo e atitude. A análise desenvolvida pelo autor permite compreender que “[...] essa transição de um fenômeno para outro, de um conceito para outro, não ocorre da mesma forma em todos os lugares” (Melo, 2013, p. 26), o que explicita que tal processo não é linear, mas condicionado pelas circunstâncias históricas e pelos contextos sociais específicos. Nesse sentido, torna-se patente que a compreensão do fenômeno lazer se modifica ao longo do tempo e varia conforme os diferentes contextos socioculturais.

Considerando que o interesse particular desta pesquisa reside na compreensão dos significados atribuídos ao lazer por indígenas venezuelanos/as refugiados/as, entendemos ser necessário incorporar às nossas análises a reflexão proposta por Melo (2013, p. 31). De acordo com o autor:

A base material que tornou possível a construção da abstração que é o conceito de Lazer pode estar com seus dias contados. Falo aqui do rompimento, para o bem e para o mal, das fronteiras rígidas entre trabalho e não trabalho, entre rural e urbano, entre exterior e interior; do rompimento dos limites físicos de duas dimensões fundamentais à experiência humana, tempo e espaço, o que causa profundas mudanças em nossas vivências sociais.

As transformações em nossas experiências sociais, decorrentes do progressivo rompimento das fronteiras rígidas entre tempo de trabalho e não trabalho, demandam outro olhar sobre o lazer. Nesse sentido, compreendê-lo como prática social permite apreendê-lo de forma situada e contextualizada. Sob essa perspectiva, as produções oriundas da UFSCar e

vinculadas ao Núcleo de Estudos de Fenomenologia em Educação Física (NEFEF)²⁸ e à Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana (SPQMH) apresentam contribuições significativas.

Desde há muito, o coletivo de pesquisadores/as e estudantes vinculados/as a essas instituições vem desenvolvendo investigações junto a grupos histórica e socialmente marginalizados, com o intuito de desvelar as experiências vividas pelas pessoas no âmbito da prática social do lazer. Trata-se de uma produção expressiva, considerando que o NEFEF foi fundado em 1996 e a SPQMH em 2003. Desde então, os trabalhos têm se avolumado de forma consistente. Não cabe, neste momento, realizar uma abordagem extensiva e exaustiva das produções desenvolvidas no interior do Núcleo e da Sociedade²⁹, mas se torna interessante para a nossa argumentação expor algumas dessas produções.

No interior da polissemia que caracteriza o lazer, uma das possibilidades analíticas consiste em concebê-lo como prática social. Nessa direção, algumas produções se sobressaem pelas contribuições que oferecem a essa compreensão. Santos e Gonçalves Junior (2008) afirmam que, historicamente, os estudos vinculados à temática do lazer tendem a privilegiar, em linhas gerais, quatro aspectos: tempo, espaço, atividade e atitude. Entretanto, os autores rejeitam uma leitura assentada em dimensões dicotômicas e argumentam que a vivência do lazer não se encontra fragmentada em categorias como tempo (tempo de trabalho versus tempo livre ou disponível), nem restrita a determinados tipos de espaço (equipamentos específicos de lazer versus outros espaços), tampouco a categorias de atividade (sérias versus não sérias). O lazer é compreendido, prioritariamente, sob o prisma da atitude, isto é, da intencionalidade, o que evidencia uma perspectiva fenomenológico-existencial.

Os autores reconhecem, contudo, as influências recíprocas entre a prática social do trabalho e a prática social do lazer, bem como a interferência de outras práticas sociais em ambas. Destacam, ainda, a importância das políticas públicas voltadas à criação de infraestruturas específicas para o lazer. No que se refere à atividade, defendem que esta deva ser significativa e dotada de sentido para quem a experiencia, de modo que o sujeito não se sinta forçado, alienado ou oprimido durante sua fruição. Tal compreensão implica considerar a intencionalidade atribuída pelo indivíduo ao lazer, e às demais práticas sociais, sem desconsiderar o contexto sociopolítico marcado por relações de opressão entre grupos e por

²⁸ O grupo possui uma linha de pesquisa denominada Estudos socioculturais do lazer.

²⁹ Para os/as interessados/as, sugerimos o acesso ao sítio da SPQMH na internet para conhecer o trabalho desenvolvido por pesquisadores/as vinculados a esse coletivo, bem como ao NEFEF. Disponível em: <https://www.motricidades.org/spqmh/>.

desigualdades sociais. O lazer, nessa perspectiva, ocorre nas interações entre pessoas, grupos, comunidades, sociedades e nações, desenvolvendo-se com determinados propósitos, em tempos e espaços específicos (Santos; Gonçalves Junior, 2008).

Souza (2010) realizou um estudo com indivíduos que praticavam mergulhos e saltos na Bacia do Salto do Rio Jacaré Pepira, localizada no Parque dos Saltos, em Brotas, interior do estado de São Paulo. A pesquisa teve como objetivo compreender a prática social do lazer nesse contexto e os processos educativos decorrentes das relações estabelecidas entre os frequentadores praticantes do mergulho. O autor identificou processos educativos manifestos nas sensações de prazer, na aquisição de meios para o enfrentamento de medos e angústias cotidianas e na autoafirmação construída pelos indivíduos em relação à sociedade. Em suas considerações, destaca que uma perspectiva aberta ao reconhecimento dos saberes da experiência popular, vinculados à prática social do lazer, revela-se potente na construção de uma pedagogia humanizadora de base latino-americana, impregnada dos sentidos produzidos por homens e mulheres de comunidades e grupos populares.

No estudo *Lazer e processos educativos no contexto de trabalhadores/as rurais do MST*, Silva (2010) teve como objetivo compreender os significados atribuídos ao lazer por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), bem como descrever os processos educativos que permeiam essa prática social em áreas de reforma agrária organizadas pelo Movimento no município e região de Ribeirão Preto/SP. O autor destaca a busca do MST pela construção de uma contra-hegemonia e de um novo projeto societário, processos que não podem prescindir dos fenômenos do lazer e da educação. A partir do período de convivência com homens e mulheres do Movimento, aponta que as atividades de lazer, por meio de seu caráter socializador, podem e devem favorecer o reconhecimento das responsabilidades sociais, o autoreconhecimento e a percepção do outro. Desse modo, revelou-se o potencial do lazer na promoção da solidariedade e na ampliação das possibilidades de vivências culturais no contexto dos/as trabalhadores/as rurais do MST.

Ainda nesse horizonte, merece destaque o estudo de Lemos (2013). Em *Entre o ócio e o negócio: possibilidades de desenvolvimento da Motricidade Escolar*, embora o foco recaia sobre a Motricidade Escolar, o autor reconhece o potencial crítico do ócio no enfrentamento da lógica produtivista e consumista dominante na sociedade capitalista. Compreendido como possibilidade de contemplação, reflexão e fruição, o ócio, assim como o lazer, ancorado na intencionalidade do *ser-no-mundo-com-outrem*, ainda que frequentemente marginalizado, pode animar processos de luta e resistência contra diferentes formas de opressão presentes nas práticas sociais.

A partir dos estudos mencionados, destacamos a centralidade da compreensão do lazer como prática social. Tal entendimento revela uma perspectiva que o concebe como um fenômeno influenciado por um conjunto de relações sociais, e não como algo determinado por atributos exclusivamente intrínsecos aos indivíduos. Assim, o lazer não possui uma essência fixa. Suas significações históricas são construídas e transformadas a partir das condições concretas e cotidianas de sua fruição.

As experiências de lazer, concebidas como práticas sociais, possibilitam o desfrute da vida e a ampliação da compreensão de mundo, apresentando, desse modo, um significativo potencial de mediação cultural. Nesse contexto, o lazer é compreendido como uma dimensão da cultura que constitui um campo de práticas sociais vivenciadas ludicamente pelos sujeitos, presente na vida cotidiana em diferentes tempos e lugares. Por essa razão, torna-se imprescindível compreendê-lo de forma situada, considerando as particularidades históricas, culturais, sociais, políticas, éticas e estéticas que expressam as diversidades e singularidades locais (Gomes; Debortoli; Silva, 2019).

No esforço de compreender o lazer de maneira situada, destaca-se a importância de considerar os modos pelos quais pessoas e grupos socialmente marginalizados experienciam essa prática social. Faz-se necessário garantir o (re)conhecimento, por parte da sociedade e dos diversos campos do conhecimento, dos modos plurais de existência de indivíduos e coletivos historicamente invisibilizados. Nesse sentido, cabe aos/as pesquisadores/as do campo dos estudos do lazer envidar esforços no sentido de compreender os contextos de vida nos quais essas experiências se produzem.

Gomes (2014, p. 7-8) apresenta considerações pertinentes a esse respeito:

Ou seja, mesmo que tenham relevância nos contextos locais, muitas experiências de lazer não necessariamente ocidentalizadas, dicotomizadas, industrializadas, urbanizadas, comercializadas e fragmentadas podem ser invisibilizadas e produzidas como “não existentes” no contexto globalizado mais amplo. Como observa o autor, isso acontece com diversos tipos de práticas sociais não hegemônicas, o que explica, pelo menos parcialmente, o estranhamento e o desconforto causado em muitos estudiosos que não reconhecem a existência do lazer em contextos minoritários, como os dos indígenas, por exemplo. É como se o lazer não pudesse existir ali porque coletividades como essa, bem como suas lógicas e cosmovisões, não correspondem ao modelo hegemônico de sociedade. Por certo, se ficarmos reféns dessa lógica, seguiremos invisibilizando, silenciando e marginalizando o lazer em determinados contextos.

Assim, os estudos que ressaltam a importância de compreender o lazer como uma prática cultural da vida cotidiana, a qual deve ser analisada em seus tempos e espaços sociais

específicos e que, por essa razão, articula diferentes culturas, mostram-se particularmente relevantes para esta investigação, bem como a perspectiva da ludicidade que permeia todo esse processo. Conforme destaca Gomes (2014, p. 9):

[...] o que é geralmente designado como “lazer” enraíza-se na ludicidade e constitui uma prática social complexa que abarca uma multiplicidade de vivências culturais situadas em cada contexto – e não somente nas chamadas sociedades modernas, urbanizadas e industrializadas.

As pesquisas sobre o lazer suscitam reflexões acerca da análise de contextos sócio-históricos particulares, gerando questionamentos sobre os conceitos que emergem das interações entre modernização e urbanização. A investigação de contextos rurais, de territórios habitados por povos originários, de abrigos de acolhida emergencial ou de campos de refugiados/as, entre outros ambientes específicos, mostra-se significativa para a compreensão da vida cotidiana das pessoas nesses espaços, bem como das relações que se estabelecem com o tempo, os espaços e as atitudes adotadas pelos sujeitos nas experiências de lazer.

Na esteira desse pensamento, na seção a seguir são apresentadas reflexões sobre as relações entre lazer, cultura e educação. Com essa discussão, pretendemos explicitar de forma mais detida o entendimento do lazer como dimensão da cultura, assim como as interfaces estabelecidas entre o lazer e a educação, a partir da perspectiva de autores/as da área.

2.2 Entre os caminhos da relação entre lazer, educação e cultura

A partir de seus estudos no campo do lazer, Gomes (2014) identifica duas abordagens teórico-conceituais sobre o tema. A primeira, originada no século XX, compreende o lazer como um polo de contraposição ao trabalho e às obrigações de diferentes naturezas, definindo-o como um tempo livre destinado a ocupações não vinculadas a compromissos. A segunda abordagem, considerada pela autora ainda incipiente, concebe o lazer como uma necessidade intrínseca ao ser humano e como uma dimensão da cultura, em interface com outras esferas da vida das pessoas.

A autora apresenta reflexões acerca do lazer como necessidade humana com base nos aportes teóricos de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn. Segundo essa perspectiva, compreender as necessidades humanas a partir de categorias de valores implica reconhecer tanto os princípios essenciais à vida quanto os modos historicamente construídos, em contextos sociais e culturais

específicos, para satisfazê-las. Nesse sentido, o lazer figura como uma das necessidades humanas, ao lado da subsistência, do afeto, da segurança, do entendimento, da liberdade, da identidade, da participação, da criatividade e, em certa medida, da transcendência da própria existência. As necessidades humanas são limitadas, enquanto as formas de satisfazê-las variam conforme as culturas e os contextos históricos e sociais. Ademais, toda necessidade humana não atendida resulta em alguma forma de pobreza, seja ela relacionada à sobrevivência, ao afeto ou ao lazer, por exemplo (Gomes, 2014).

De modo geral, as necessidades humanas tendem a ser compreendidas sob a ótica da ausência, com destaque para as necessidades fisiológicas, que expressam de maneira mais intensa e evidente a experiência da privação. No entanto, as necessidades humanas revelam uma dinâmica tensa e persistente entre carência e potência. Assim, também se configuram como possibilidades, na medida em que estimulam, motivam e mobilizam os indivíduos na busca por sua satisfação. As distintas formas de atender à necessidade de lazer, entre outras, são atravessadas pela cultura. Desse modo, o lazer constitui-se como parte integrante da cultura, refletindo a experiência lúdica das expressões culturais no tempo e no espaço social (Gomes, 2014). Em outras palavras:

[...] o lazer representa a necessidade de fruir, ludicamente, as incontáveis práticas sociais constituídas culturalmente. Essa necessidade concretiza-se na ludicidade e pode ser satisfeita de múltiplas formas, segundo os valores e interesses dos sujeitos, grupos e instituições em cada contexto histórico, social, político, cultural e historicamente situado (Gomes, 2014, p. 12).

É fundamental compreender que a ludicidade diz respeito à capacidade do *homo ludens* que, em sua essência cultural, envolve o brincar e o jogar como modos de criar, apreender e manifestar significados. Nesse processo de enunciação e de atividade constitutiva, nos termos de Bakhtin, a ludicidade é culturalmente construída e atravessada por diversos fatores, como normas sociais e políticas, valores éticos, diretrizes educacionais e condições concretas de existência. Assim, ela reflete as tradições, os valores, os hábitos e as contradições presentes em cada sociedade (Gomes, 2004; Gomes, 2014).

Apesar disso, a ludicidade constitui apenas uma entre várias possibilidades de expressão nas diferentes esferas da vida social - política, educação, ciência, religião e trabalho, por exemplo -, sendo, no entanto, imprescindível para a manifestação do lazer. Sob essa perspectiva, o lúdico pode ser compreendido como a “essência” do lazer, isto é, aquilo que confere significado às vivências culturais fruídas pelos indivíduos em variados contextos de

práticas sociais. Portanto, tais experiências não são lúdicas por natureza, mas resultam da interação entre o sujeito e a experiência por ele/a vivenciada (Gomes, 2004; Gomes, 2014).

Entendido como uma faceta da cultura, o lazer caracteriza-se pela experiência lúdica de expressões culturais em determinado tempo e espaço social. Sua constituição delinea-se de acordo com as características do contexto histórico e sociocultural em que ocorre, refletindo processos de produção cultural que envolvem a reprodução, a elaboração e a transformação de práticas culturais vivenciadas ludicamente por indivíduos, grupos, sociedades e instituições. Essas práticas interagem com outras dimensões da vida em sociedade e possibilitam a atribuição contínua e simbólica de novos significados à cultura (Gomes, 2008a; Gomes, 2010). Para a compreensão do lazer como cultura, faz-se necessária a “[...] consideração de seus conteúdos a partir das práticas significativas para os grupos sociais que as desenvolvem” (Alves, 2003, p. 105).

Os significados atribuídos ao lazer não estão isentos das contradições que atravessam a cultura e, por integrar essa esfera, carregam consigo valores, normas e regras socialmente produzidos. Nesse sentido, dois aspectos merecem destaque na discussão do lazer como dimensão cultural. O primeiro refere-se ao fato de que essa prática social é frequentemente percebida como atividade secundária no cotidiano, sendo considerada por muitos indivíduos e grupos como de pouca relevância. O segundo diz respeito à compreensão de que reconhecer o lazer como dimensão da cultura implica situá-lo no interior de uma dinâmica cultural multifacetada. Isso significa que, para uma análise consistente do lazer, é imprescindível compreendê-lo no contexto sociocultural mais amplo, considerando suas contradições, problemas, (re)produções, restrições e possibilidades. Assim, observa-se que as redes culturais relacionadas ao lazer tornam-se cada vez mais relevantes tanto para a compreensão da realidade sociocultural quanto para a superação das barreiras por ela impostas (Gomes; Faria, 2005).

Ao reconhecê-lo como dimensão da cultura, torna-se necessário considerar, a nosso ver, a distinção proposta por Marcellino (1992, 1996b) entre “especificidade abstrata” e “especificidade concreta” do lazer. Segundo o autor, a compreensão do lazer a partir de sua especificidade abstrata implica concebê-lo de forma descontextualizada, dissociada de outras práticas sociais nas quais os seres humanos estão inseridos e que compõem sua vida cotidiana. Tal abordagem apresenta estreita relação com perspectivas funcionalistas³⁰ do fenômeno, nas

³⁰ As abordagens funcionalistas do lazer caracterizam-se por apresentar uma visão conservadora desse fenômeno, tendo como objetivo a manutenção da ordem social e a busca de uma suposta paz e equilíbrio na sociedade. Nessa perspectiva, o lazer é instrumentalizado como um fator auxiliar para que os seres humanos consigam suportar as agruras do cotidiano, funcionando como mecanismo de acomodação às condições sociais vigentes. Dentre as

quais o lazer é entendido como um *pacote vazio*, à espera de ser preenchido por atividades pouco ou nada significativas, voltadas à satisfação de interesses como distração, consumo ou recuperação de energias. Nessa lógica, prevalece a esfera do consumo cultural passivo de produtos oriundos da chamada indústria cultural. Os bens culturais, produzidos nas relações sociais, são concebidos como mercadorias destinadas à venda e ao consumo, apropriadas de maneira desigual pelos diferentes segmentos sociais, contribuindo para a reprodução do sistema capitalista.

O lazer encontra-se, portanto, culturalmente atravessado por desigualdades, dinâmicas de produtividade, normas e relações sociais mais amplas. Esses elementos, que permeiam as atividades de lazer, contribuem para compreendê-lo tanto como fator de alívio de tensões sociais quanto como mecanismo de reprodução cultural. Tais aspectos devem ser considerados nas análises do lazer enquanto dimensão da cultura (Gomes; Faria, 2005).

Em contraposição a essa perspectiva, compreender o lazer em sua “especificidade concreta” implica tratá-lo como um fenômeno significativo da vida em sociedade, apreendendo seu caráter histórico e dinâmico, bem como as relações que estabelece com outras esferas da existência humana. Nos termos de Marcellino (1992, p. 315), isso significa levar em conta:

[...] o seu entendimento amplo em termos de conteúdo, as atitudes que envolve, os valores que propicia, a consideração dos seus aspectos educativos, as suas possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural, e as barreiras sócio-culturais verificadas para seu efetivo exercício, tanto intra-classes como inter-classes sociais.

Portanto, observá-lo em sua “especificidade concreta” implica reconhecer que o seu entendimento “[...] não é efetuado em si mesmo, mas como uma das esferas de ação humana historicamente situada [...]. Implica, assim, no reconhecimento de que a atividade humana está vinculada à construção de significados que dão sentido à existência [...]” (Marcellino, 1997, p. 158).

As expressões culturais que constituem o lazer correspondem a atividades sociais experienciadas como prazer e apreciação da cultura, incluindo festas, danças, jogos,

abordagens funcionalistas do lazer, destacam-se diferentes vertentes. A vertente *romântica* enfatiza valores da sociedade tradicional e cultiva uma nostalgia do passado; a *moralista* compreende o lazer como espaço destinado à vivência de atividades socialmente aceitas e moralmente corretas, em detrimento de práticas consideradas suspeitas ou desviantes, associadas à sociedade moderna; a *compensatória* atribui ao lazer a função de compensar a insatisfação e a alienação produzidas pelo trabalho e por outras esferas da atuação humana; e a *utilitarista* entende o lazer como meio de recuperação da força de trabalho ou como instrumento privilegiado para o desenvolvimento econômico e social (Marcellino, 2010).

brincadeiras, teatro, música, pintura, desenho, escultura, artesanato, literatura, poesia, apresentações, passeios, viagens e variadas práticas corporais, entre outras possibilidades. Essas e outras expressões assumem significados singulares para os indivíduos que as vivenciam de forma lúdica em determinados tempos e espaços. As experiências culturais vividas ludicamente podem assumir sentidos diversos na cultura de cada povo, a depender do momento histórico, do espaço social em que ocorrem, do diálogo que estabelecem com o contexto em que se inserem e do papel específico que desempenham para indivíduos, grupos sociais, instituições e para a sociedade que as experiencia historicamente, social e culturalmente (Gomes, 2011).

A diversidade cultural no âmbito do lazer permite problematizar a ideia de que essa prática social se reduz a processos de domesticação e alienação sob um viés consumista, o que implicaria uma compreensão empobrecida e reducionista do fenômeno. Um olhar atento às práticas cotidianas possibilita reconhecer uma multiplicidade de experiências fruídas pelos indivíduos (Gomes; Faria, 2005). As atividades de lazer configuram-se como expressões culturais em sentido amplo, abrangendo uma variedade de interesses humanos, bem como distintas formas de linguagem e manifestação cultural (Melo; Alves Jr., 2012).

Entretanto, ao considerarmos a variedade das práticas culturais de lazer, duas observações se fazem necessárias. A primeira refere-se ao fato de que essas atividades não são aleatórias nem dissociadas do contexto social. Elas estão intrinsecamente relacionadas à formação das identidades, à constituição de redes de sociabilidade ancoradas em crenças e valores compartilhados, a hábitos coletivos e ao sentimento de pertencimento. Além disso, apresentam usos diversos que, longe de estarem isentos de contradições socioculturais, dialogam de forma complexa com o contexto em que se desenvolvem. Tais práticas são atravessadas por normas que incentivam o consumo, a competição e o individualismo, mas também contribuem para o fortalecimento do tecido social por meio de lógicas opostas, como a cooperação, o lúdico, a criatividade e a produção coletiva (Gomes; Faria, 2005).

O segundo aspecto a ser considerado diz respeito ao reconhecimento de que a diversidade de manifestações culturais não garante, por si só, o lazer como direito social, nem assegura o acesso irrestrito às atividades culturais. Observa-se que apenas uma parcela da população tem condições de usufruir de determinados bens culturais vinculados ao lazer, como artes, viagens, shows e cinema. Todavia, é fundamental reconhecer que outras formas de vivenciar o lazer não são menos legítimas ou significativas. Assim, torna-se essencial, por um lado, ampliar o acesso aos bens, espaços e atividades de lazer e, por outro, valorizar as formas de lazer enraizadas no cotidiano dos diferentes grupos sociais. Essas experiências integram o panorama dessa prática social e podem revelar aspectos centrais de sua dinâmica. Em última

instância, o lazer não se reduz a uma atividade específica, mas à relação que os sujeitos estabelecem com essas experiências (Gomes; Faria, 2005).

Prosseguindo na tessitura do texto, faz-se necessário avançar para a articulação entre lazer e educação, a fim de delinear o panorama analítico a que nos propomos. Para tanto, é preciso reconhecer que o campo de estudos do lazer no Brasil foi significativamente influenciado pelas reflexões de Dumazedier (2004a), que, entre outros aspectos, abordou a relação desse fenômeno com o descanso, o divertimento e o desenvolvimento, compreendidos como suas funções. A essas contribuições somam-se as experiências e pesquisas de Requixa (1980) e Marcellino (2007, 2010), que discutem o lazer tanto como veículo quanto como objeto de educação. Este último, inclusive, argumenta de forma consistente acerca da necessidade de participação da escola na articulação entre lazer e processo educativo.

A noção de uma *educação para e pelo* lazer é inicialmente apresentada por Requixa (1980) e, posteriormente, desenvolvida por autores como Camargo (1998, 2003) e Marcellino (2010). Para esses estudiosos, o lazer configura-se simultaneamente como objeto (educação para o lazer) e como veículo (educação pelo lazer) de educação.

O lazer enquanto veículo de educação - educação pelo lazer - refere-se ao aproveitamento do potencial educativo presente nas vivências associadas a essa prática social, possibilitando o trabalho com valores, condutas e comportamentos (Melo; Alves Jr., 2012), e contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Esse processo pode ocorrer, conforme assinala Marcellino (2010, p. 51), “[...] tanto cumprindo objetivos consumatórios, como o relaxamento e o prazer propiciados pela prática ou pela contemplação, quanto objetivos instrumentais, no sentido de contribuir para a compreensão da realidade [...]”.

O desenvolvimento pessoal e social proporcionado pela educação pelo lazer é destacado por Requixa (1980, p. 53). Segundo o autor:

O desenvolvimento pessoal e o desenvolvimento social são mais proximamente identificáveis, pela educação social, em seu sentido mais amplo de “educação para a vida”. O indivíduo enriquece sua personalidade, na medida em que vai adquirindo elementos para pensar e agir de forma mais liberada, isto é, libertando-se dos condicionamentos que, eventualmente, automatizam seu pensamento e suas ações. Dentre esses elementos, ressaltam os que conduzem o homem a seu pleno desenvolvimento, condição precípua de seu bem-estar social, e à participação mais ativa, no atendimento a necessidades e aspirações de ordem individual, familiar, profissional, cultural e comunitária.

O segundo aspecto dessa reflexão relaciona-se à compreensão de que, para a vivência das atividades de lazer, seja no âmbito da produção cultural, seja no consumo não conformista,

faz-se necessário um processo de aprendizagem, estímulo e iniciação, com vistas à construção de níveis mais críticos e criativos de produção ou de contemplação. Nesse sentido, é imprescindível considerar os esclarecimentos referentes aos significados do lazer, à sua relevância para os seres humanos, bem como ao incentivo à participação e à transmissão de informações que favoreçam o seu desenvolvimento e aprimoramento (Marcellino, 1996a).

Nessa perspectiva, o lazer não se apresenta como uma experiência espontânea ou naturalizada, mas como uma prática social que demanda mediações educativas capazes de ampliar a compreensão crítica dos sujeitos acerca de suas possibilidades e sentidos. Trata-se, portanto, de reconhecer que o acesso qualificado ao lazer envolve processos formativos que possibilitam aos indivíduos ultrapassar formas passivas, alienadas ou meramente consumistas de fruição cultural.

Nos dizeres de Requixa (1980, p. 56-57):

A educação para o lazer deve considerar alguns aspectos: em primeiro lugar, o da própria importância do lazer. Isto é, o valor emprestado ao tempo livre, relativamente ao trabalho e relativamente à maior renda dele resultante. É um aspecto da tomada de posição em face da própria existência. É uma posição que revelará discernimento e consciência de situações. [...] Em segundo lugar, ao lazer é necessário o aprendizado que represente um estímulo para diversificação, na procura de atividades de lazer.

Nos dizeres de Marcellino (2010, p. 54, grifos do autor), a referência aos aspectos educativos do lazer somente adquire sentido se estes forem considerados “[...] *como um dos possíveis canais de atuação no plano cultural, tendo em vista contribuir para uma nova ordem moral e intelectual, favorecedora de mudanças no plano social*”. Ao articular as dimensões do lazer e da educação, buscamos compreendê-las, assim como Mascarenhas (2004, p. 26), “[...] como posição política e político-pedagógica de compromisso com os grupos ou movimentos sociais mediante sua resistência e luta cotidiana por sobrevivência, por emancipação e pela conquista de um mundo mais justo e melhor para se viver”.

O lazer é um fenômeno ambíguo, e reconhecê-lo sob esses termos nos aproxima de sua complexidade. É patente que, cada vez mais, observa-se o incremento de atividades de lazer com objetivos educativos vinculados à disciplina e ao controle dos corpos, ao aumento da produtividade e ao estímulo ao consumo de mercadorias. Por outro lado, também se verifica o crescimento de práticas de lazer que promovem sentimentos de pertencimento, identidade e solidariedade. Não existe, portanto, uma única forma de compreender o lazer, que, em

determinados contextos, pode atuar como reprodução da ordem social vigente e, em outros, pode engendrar a emergência do novo (Gomes; Faria, 2005).

Na esteira desse pensamento, Mascarenhas (2005, p. 26) considera que um dos desafios a ser enfrentado consiste em observar o lazer no interior de uma dinâmica social e histórica marcada pela contradição:

[...] visando apanhar tanto as tendências predominantes como as suas singularidades mais marcantes, o que implica percebê-lo como expressão do contraditório, sempre determinado pelo jogo das forças sociais, fenômeno que envolve não só a alegria do lúdico, a fruição, a fantasia, o prazer estético e a experiência criativa, mas, também, a satisfação imediata, a utilidade prática, o lucro e a alienação. Assim, situar o lazer no mundo de hoje significa identificar mudanças, decifrar continuidades, reconhecer diversidades e desvelar desigualdades, o que torna nossa tarefa por demais ambiciosa e difícil.

A compreensão histórica do lazer abrange diferentes áreas do conhecimento articuladas às dimensões e às práticas culturais (Camargo, 2016). Desse modo, tomando como base a compreensão do lazer no âmbito da cultura, enquanto direito social e necessidade inerente ao ser humano (Dumazedier, 1980; Gomes, 2014; Marcellino, 2010; Melo, 2013), é possível perceber que sua configuração se delineia a partir da subjetividade do indivíduo em conexão com diversas experiências culturais. Essa variedade e profundidade de vivências tornam-se cruciais quando consideramos a realidade da América Latina, conforme discutiremos a seguir.

2.3 Um breve panorama sobre os estudos sobre o lazer em *Nuestra América*³¹

A América Latina, ao longo de sua história, tem sido marcada pelo enfrentamento de inúmeros desafios, como a desigualdade social, a pobreza, a violência e o racismo. Contudo, mesmo diante de uma trajetória permeada por adversidades, os países da região revelam características singulares e notáveis, entre as quais se destacam a ampla biodiversidade, a

³¹ *Nuestra América* é o título original, em espanhol, do ensaio escrito por José Martí em 1891. Em português, a obra é conhecida como *Nossa América* (Martí, 2011). Reconhecido em Cuba como o apóstolo da independência e mentor da revolução, José Martí defendia a união estreita entre as nações latino-americanas, que, em sua perspectiva, deveriam superar suas desavenças internas, eliminar os resquícios do colonialismo ainda presentes em seu interior e conceber novas formas de reorganização política e social. Tais esforços visavam enfrentar os desafios impostos pelo mundo moderno e pelo apetite expansionista de seu vizinho do Norte, no limiar do século XX (Centro; Núcleo, 2011).

abundância de recursos naturais, a riqueza cultural e a diversidade humana. Ademais, o contexto latino-americano caracteriza-se fortemente pela busca constante de alternativas para a superação dos desafios cotidianos, alicerçada em práticas de solidariedade e em lutas históricas contra as desigualdades sociais (Gomes; Elizalde, 2012).

As particularidades históricas, sociais e econômicas que caracterizam a América Latina emergem, em grande medida, do longo processo de colonização europeia, que explorou e devastou profundamente a região com vistas à extração de matérias-primas e à obtenção de outros bens destinados ao comércio internacional. Esse processo histórico, marcado pela dominação, influencia diversas esferas da vida social, manifestando-se na *colonialidade do ser* (Maldonado-Torres, 2022) e na *colonialidade do saber e do poder* (Quijano, 2005a), as quais operam como estratégias de sustentação de discursos hegemônicos, perpetuando dinâmicas de poder responsáveis pela manutenção das disparidades socioeconômicas e geopolíticas no mundo contemporâneo.

As pesquisas sobre o lazer inserem-se nesse debate, uma vez que as teorias que fundamentam esse campo são, em sua maioria, ancoradas em referenciais europeus e apresentadas como conhecimentos universais. Sob esse prisma, o paradigma dominante contribui para que diversas vivências culturais de lazer presentes na América Latina permaneçam invisibilizadas e desvalorizadas. Ademais, o lazer é frequentemente interpretado em oposição ao trabalho, perspectiva que se consolida com a modernidade e que negligencia outras formas de existência, organização social e relação com o tempo presentes em diferentes contextos do planeta (Gomes; Elizalde, 2012; Maurício *et al.*, 2021).

Com base nessas reflexões, concordamos com Maurício *et al.* (2021) ao ressaltarem a relevância de incorporarmos epistemologias distintas que possibilitem compreender o lazer a partir de nossas realidades concretas, reconhecendo as lutas históricas dos povos colonizados e priorizando a busca por justiça social.

Com o intuito de situar a perspectiva a partir da qual falamos, apresentamos, a seguir, uma breve discussão sobre o contexto latino-americano. Essa seção contribuirá para a compreensão dos caminhos trilhados na produção de conhecimento na região.

2.3.1 Contextualizando o labirinto latino-americano³²

³² O título desta seção faz uma explícita referência à obra de Octavio Ianni, *O labirinto latino-americano* (Ianni, 1993).

Podemos afirmar que há uma quantidade significativa de estudos sobre a América Latina desenvolvidos em diferentes campos do conhecimento. Esses múltiplos olhares, ao longo do tempo, foram lançados sobre a região com o intuito de compreendê-la em sua complexidade. Parte expressiva dessa produção, contudo, esteve ancorada em relatos construídos sob a ótica europeia, os quais acabaram por estabelecer uma historiografia oficial acerca da realidade latino-americana. Nesse sentido, Sader (2006, p. 188), ao reconhecer a heterogeneidade da região, adverte: “A América Latina é múltipla, e os olhos que se dirigem para ela podem ter visões muito diferentes. Para decifrar esses olhares, é preciso antes de tudo entender de onde a América Latina é olhada”.

Não houve uma história verdadeiramente universal antes de 1492, marco do que Dussel (1993) denomina de *encobrimento do Outro*. Quijano (2005b, p. 16) afirma que “a produção histórica da América Latina começa com a desintegração de todo um mundo histórico, provavelmente a maior destruição sociocultural e demográfica que chegou ao nosso conhecimento”.

Para Galeano (2020, p. 18, grifos do autor):

Para os que concebem a História como uma contenda, o atraso e a miséria da América Latina não são outra coisa senão o resultado de seu fracasso. Perdemos; os outros ganharam. Mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já foi dito, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. *Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos. Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transfigura em sucata, os alimentos em veneno [...]*.

Com a intensificação dos saques sistemáticos à região, historicamente concebida como subdesenvolvida, e no interior do moderno sistema global, pouco se reconhecem as múltiplas causas que sustentam a condição da América Latina, a qual se reproduz e se atualiza até os dias atuais. O continente passou por transformações históricas que o distinguem de outras partes do mundo, tendo sua trajetória profundamente marcada pelos processos de colonização, os quais culminaram na conformação de sociedades estruturalmente dependentes do sistema internacional. Tal sistema organiza-se sob a hegemonia do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado, cujas articulações continuam a produzir e a reforçar desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais na região:

É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-

americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. Para cada um se atribuiu uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e se tornou infinita a cadeia de sucessivas dependências, que têm muito mais do que dois elos e que, por certo, também compreende, dentro da América Latina, a opressão de países pequenos pelos maiores seus vizinhos, e fronteiras adentro de cada país, a exploração de suas fontes internas de víveres e mão de obra pelas grandes cidades e portos (há quatro séculos já haviam nascido dezesseis das 20 cidades latino-americanas atualmente mais populosas) (Galeano, 2020, p. 18).

Ao se examinar criticamente a trajetória da América Latina, observa-se a constituição de uma realidade historicamente subjugada, o que suscita reflexões acerca dos fatores que impactaram de forma significativa o seu desenvolvimento. O continente é produto de um processo histórico inicialmente marcado pelo mercantilismo, que, ao longo do tempo, foi se transformando até assumir as configurações próprias da globalização contemporânea. Ainda hoje, a região permanece fortemente influenciada por dinâmicas e arranjos globais que reproduzem padrões de dominação responsáveis pela persistência da desigualdade social e da pobreza. Segundo Novaes (2006, s. p.):

Pode-se dizer tudo, ou quase tudo, sobre a América Latina, a partir de três palavras apenas: colonialismo, modernidade, capitalismo. O trabalho de pensamento tem o poder de desdobrá-las em outras imagens e ideias: com elas, através delas, pode-se meditar sobre astúcia, violência, espoliação, massacres, dominação, globalização - todas as controvérsias da vida cultural e política. Mas, muito além das controvérsias e aproximações possíveis, nada disso se compara ao legado imposto aos latino-americanos: desconhecimento de si, desprezo, desconfiança e desdém pelo Outro - em síntese, o esquecimento das origens comuns e a permanente construção de uma antipatia “essencial”. A América Latina nunca esteve no centro das nossas interrogações políticas. As “relações” entre os povos já nasceram, pois, corrompidas pela posição dos que chegaram para dominar. Esse é um destino comum a todo “descobrimento”, como nos lembra Paul Valéry.

A partir da perspectiva enunciada pelo autor, é possível compreender que a formação do espaço na América Latina não ocorre de maneira desvinculada do cenário europeu, sendo, portanto, profundamente afetada por ele. Os efeitos da colonização persistem nas interações que se manifestam na contemporaneidade, abrangendo as esferas econômica, política, social e cultural, e continuam a se fazer presentes mesmo após os processos de independência e a

constituição dos Estados nacionais. Nos dizeres de Dussel (1993, p. 50-51, grifos do autor), trata-se de um processo de colonização do mundo da vida:

[...] A América Latina foi a *primeira colônia* da Europa moderna - sem metáforas, já que historicamente foi a primeira “periferia” antes da África ou Ásia. A colonização da vida cotidiana do índio, do escravo africano pouco depois, foi o primeiro processo “europeu” de “modernização”, de civilização, de “subsumir” (ou alienar) o Outro como “si-mesmo”: mas agora não mais como objeto de uma práxis guerreira, de violência pura [...], e sim de uma práxis erótica, pedagógica, cultural, política, econômica, quer dizer, *do domínio* dos corpos pelo machismo sexual, da cultura, de tipos de trabalhos, de instituições criadas por uma nova burocracia política, etc., dominação do Outro. É o começo da domesticação, estruturação, colonização do “modo” como aquelas pessoas viviam e reproduziam a sua vida humana. Sobre o efeito daquela “colonização” do mundo da vida se construirá a América Latina posterior: uma raça mestiça, uma cultura sincrética, híbrida, um Estado colonial, uma economia capitalista (primeiro mercantilista e depois industrial) dependente e periférica desde seu início, desde a origem da Modernidade (sua “outra-face”: *te-ix-tli*). O mundo da vida cotidiana (*Lebenswelt*) conquistadora-européia “colonizará” o mundo da vida do índio, da Índia, da América.

O prolongado período de colonização da América Latina possibilitou à Europa a acumulação de uma fase de progressos e triunfos, bem como a descoberta de novas rotas, que favoreceram as áreas produtivas e comerciais já estabelecidas. Nesse processo, a Europa firmava-se como um núcleo produtivo e comercial, marcando o início da Modernidade. Na tentativa de ressignificar a chegada dos europeus à América Latina, Dussel (1993) buscou desmistificar a narrativa ancorada nos feitos heroicos dos invasores e colocar em relevo a perspectiva dos povos oprimidos. Essa abordagem permite contrapor a narrativa oficial centrada na visão europeia e expor o mito da Modernidade. Dussel (1993, p. 8) afirma:

O ano de 1492, segundo nossa tese central, é a data do “nascimento” da Modernidade; embora sua gestação - como o feto - leve um tempo de crescimento intra-uterino. A modernidade originou-se nas cidades européias medievais, livres, centros de enorme criatividade. Mas “nasceu” quando a Europa pôde se confrontar com o seu “Outro” e controlá-lo, vencê-lo, violentá-lo: quando pôde se definir com um “ego” descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade construtiva da própria Modernidade. De qualquer maneira, esse Outro não foi “descoberto” como Outro, mas foi “en-coberto” como o “si-mesmo” que a Europa já era desde sempre. De maneira que 1492 será o momento do “nascimento” da Modernidade como conceito, o momento concreto da “origem” de um “mito” de violência sacrificial muito particular, e, ao mesmo tempo, um processo de “en-cobrimento” do não-europeu.

Sob essa ótica, a América Latina foi se consolidando, no contexto ocidental contemporâneo, como uma região periférica, subordinada e explorada. A Europa, por outro lado, construiu um modelo global de produção fundamentado na escravidão, na servidão e na produção comercial. A Modernidade passou, então, a ser encarada como um período de emancipação e racionalidade. Diante dessa perspectiva, o contexto latino-americano enfrentou uma profunda repressão de suas próprias expressões culturais. O mito da Modernidade expressa uma grande inversão, pois “[...] a vítima inocente é transformada em culpada, e o vitimário culpado é considerado inocente” (Dussel, 1993, p. 79). A narrativa otimista da Modernidade, desse modo, legitima uma lógica destrutiva.

Essa narrativa positiva da Modernidade fundamenta e justifica os atos de espoliação. Dussel (1993, p. 78, grifos do autor) reflete a esse respeito nos seguintes termos:

1. Sendo a cultura européia mais desenvolvida, quer dizer, uma civilização superior às outras culturas (premissa maior de todos os argumentos: o “eurocentrismo”). 2 O fato de as outras culturas “saírem” de sua própria barbárie ou subdesenvolvimento pelo processo civilizador constitui, como conclusão, um progresso, um desenvolvimento, um bem para elas mesmas. É então um processo *emancipador*. Além disso, este caminho modernizador obviamente já é percorrido pela cultura mais desenvolvida. Nisto estriba a “falácia do desenvolvimento (desenvolvimentismo)”. 3. Como primeiro corolário: a dominação que a Europa exerce sobre outras culturas é uma ação pedagógica ou uma violência *necessária* (guerra justa) e é justificada por ser uma obra civilizadora ou modernizadora; também estão justificados eventuais sofrimentos que possam padecer os membros de outras culturas, já que são custos necessários do processo civilizador, e pagamento de uma “imaturidade culpável”. 4. Como segundo corolário: o conquistador ou o europeu não só é *inocente*, mas meritório, quando exerce tal ação pedagógica ou *violência necessária*. 5. Como terceiro corolário: as vítimas conquistadas são “culpadas” também de sua própria conquista, da violência que se exerce sobre elas, de sua vitimação, já que podiam e deviam ter “saído” da barbárie voluntariamente sem obrigar ou exigir o uso da força por parte dos conquistadores ou vitimários; é por isso que os referidos povos subdesenvolvidos se tornaram duplamente culpados e irracionais quando se rebelaram esta ação emancipadora-conquistadora.

O projeto da Modernidade foi orientado pela lógica da razão científica, fundamentada em uma perspectiva eurocêntrica, almejando um objetivo que deveria ser perseguido por todos. Essa forma de compreensão da realidade resultou na desvalorização de diversas formas de conhecimento, consideradas obsoletas, místicas e, portanto, inferiores. Assim, tais tradições passaram a ser ignoradas, eliminadas ou substituídas pelo saber científico moderno. Santos (2021a, p. 127) entende que:

[...] As trocas desiguais entre culturas têm sempre acarretado a morte do conhecimento próprio da cultura subordinada e, portanto, dos grupos sociais seus titulares. Nos casos mais extremos, como o da expansão europeia o epistemicídio foi uma das condições do genocídio (Santos, 1998a, p. 208). A perda de confiança epistemológica porque passa atualmente a ciência moderna torna possível identificar o âmbito e a gravidade dos epistemicídios cometidos pela modernidade hegemônica eurocêntrica [...].

Nesse contexto, a produção do conhecimento no âmbito da Modernidade desenvolve-se sob uma lógica que valoriza a universalidade, estabelecida a partir de um único critério de verdade e de validade, com vistas à emancipação racional dos indivíduos e à ênfase na centralidade do ser humano. O pensamento ocidental moderno torna-se, assim, rapidamente o padrão a partir do qual todos os povos passam a ser avaliados e categorizados. Quijano (2005a, p. 239) apresenta algumas reflexões acerca desse aspecto:

O fato de os europeus ocidentais imaginarem ser a culminação de uma trajetória de civilização desde um estado de natureza levou-os também a pensar se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e o mais avançado da espécie. Como ao mesmo tempo atribuíram ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, ou seja, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também ser não somente os únicos portadores de tal modernidade, mas também seus únicos criadores protagonistas. O mais notável, no entanto, não é que os europeus tenham pensado desse modo a si mesmos e aos outros - esse etnocentrismo não é privilégio deles - e sim o fato de terem sido capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial de poder.

Contudo, cabe destacar que a América Latina não se limita à assimilação passiva das produções ocidentais modernas. Segundo Ianni (1993), as sociedades latino-americanas desenvolveram, e continuam a desenvolver, respostas originais ao processo de ocidentalização. Paralelamente aos impasses e às distorções decorrentes desse processo, emergem inovações e criações singulares. Em diversos campos de atividade, encontram-se contribuições de grande relevância, muitas delas essenciais, que também se configuram como expressões próprias da ocidentalização.

Ao considerar as múltiplas características e contribuições da cultura latino-americana, em suas especificidades nacionais e nas distintas condições de vida e de trabalho de seus povos, destaca-se um horizonte amplo, heterogêneo e intelectualmente instigante. Entre os temas que ilustram essa diversidade, destacam-se o realismo mágico, o barroco latino-americano, a teologia da libertação, a pedagogia do oprimido, a sociologia do desenvolvimento, a teoria da

dependência, a sociologia da revolução, o ecletismo e o exotismo. Tais expressões configuram criações e peculiaridades do modo de ser e de pensar latino-americanos, abrangendo produções artísticas, elaborações no campo das ciências sociais e reflexões filosóficas (Ianni, 1993).

Quando observadas em conjunto, essas contribuições e particularidades revelam-se como elementos integrantes de um extenso e complexo caleidoscópio. Um caleidoscópio no qual se fundem diversas formas de vida e de trabalho, uma pluralidade de heranças culturais e diferentes combinações entre o passado e o presente. Nesse contexto, percebe-se a presença de influências europeias, ibéricas e estadunidenses que se entrelaçam com tradições indígenas e africanas, produzindo uma sensação de labirinto. Nesse labirinto, destacam-se produções culturais e modos de pensamento únicos e inovadores, alguns dos quais parecem agregar valor a outras expressões culturais e formas de compreensão do mundo (Ianni, 1993).

O labirinto latino-americano, ao qual se refere Ianni (1993), destaca-se, portanto, por produções culturais e modos de pensar originais, capazes de enriquecer outras formas de pensamento e expressões culturais. Segundo Gomes (2011, p. 162), “[...] a América Latina é um mosaico marcado pela diversidade em vários sentidos, e o lazer, concebido enquanto uma dimensão da cultura, é parte fundamental deste processo”.

A seguir, abordaremos o lazer no contexto da América Latina. Seguiremos uma trajetória que perpassa os impasses conceituais observados, a discussão em torno do termo *tiempo libre*/tempo livre, o panorama do campo de estudos na região e, por fim, a realidade do lazer na Venezuela.

2.3.2 Sobre os impasses terminológicos

Antes de adentrarmos propriamente o panorama dos estudos sobre o lazer no contexto latino-americano, dedicamos nesta tese um espaço à discussão das terminologias empregadas para designar o lazer em nosso continente. Observa-se que a problemática instaurada nesse campo não se restringe à mera tradução dos termos, ainda que a região seja composta majoritariamente por países de língua espanhola, tendo o Brasil o português como idioma oficial, mas envolve um debate mais amplo acerca dos significados atribuídos a essa prática social e a outras práticas correlatas em cada uma das nações. A discussão desenvolvida neste tópico auxilia a justificar o emprego da expressão *tiempo libre* nas entrevistas realizadas com os/as participantes, como será explicitado mais adiante, no capítulo dedicado aos aspectos metodológicos desta pesquisa.

Na coletânea organizada por Gomes *et al.* (2009) sobre o lazer na América Latina, autores/as de diferentes países apontam as dificuldades e imprecisões conceituais que permeiam o uso dos termos *recreación* (recreação), *ocio* (ócio/lazer) e *tiempo libre*. Nesse mesmo sentido, Gerlero (2004, p. 67, tradução nossa), a partir de uma análise histórica, semântica e teórica acerca dessas imprecisões conceituais, afirma:

[...] a imprecisão conceitual com que a pesquisa neste campo tem sido mantida ao longo dos anos; as razões que deram origem à escassa precisão conceitual oscilam entre estudos que emulam o ideal da cultura grega independentemente da formação socioeconômica básica; predominância de abordagens extremamente subjetivistas, que resultaram em um desconhecimento dos contextos sociais como parte configurativa de um fenômeno particular, ou técnicas de pesquisa que reforçaram o quantificável e mensurável acima de qualquer outra consideração, homogeneizando aspectos dos três conceitos em questão e encobrindo suas diferenças.

Suárez (2009) afirma que diferentes termos são empregados, em contextos diversos, para descrever as atividades realizadas pelos seres humanos em seu tempo livre ou fora das obrigações e condicionamentos cotidianos. Na Argentina, segundo a autora, a noção mais amplamente reconhecida e aceita, tanto no âmbito acadêmico quanto no senso comum, é a de *recreación*, termo que engloba o conjunto das práticas desenvolvidas durante o tempo livre.

Essa concepção refere-se, de modo particular, às atividades vivenciadas nesse período, aos espaços em que são realizadas e às motivações que levam os indivíduos a se engajarem nessas práticas (Suárez, 2009). A autora, ao tratar do uso desses conceitos, afirma:

No contexto latino-americano, em geral, utiliza-se o termo “recreação”, na Espanha utiliza-se o termo “ocio”, na França o conceito *loisir*, enquanto no Canadá e nos Estados Unidos utiliza-se o termo *recreation* para se referir às atividades realizadas em um tempo livre de obrigações [...] (Suárez, 2009, p. 41, grifos da autora, tradução nossa).

Osorio (2009) também identifica a imprecisão conceitual que marca a discussão em torno dos termos utilizados para designar aquilo que denominamos lazer. A autora desenvolve sua análise a partir da perspectiva colombiana e aponta que, ao examinar o modo como a recreação é abordada nos textos que tratam da temática, observa-se uma conexão, nem sempre explicitada, entre os termos lazer, recreação e tempo livre. Ao longo da história, essas expressões têm sido empregadas para referir-se a um mesmo fenômeno. Em determinadas produções, inclusive, os termos continuam a ser utilizados de forma intercambiável.

A partir da realidade chilena, Ried, Leiva e Elizalde (2009) asseveram que a carência de referências teóricas robustas no país, somada à limitada atenção conferida ao tema nos ambientes acadêmicos, resultou na ausência de um conceito específico e adequado de lazer e recreação, alinhado à realidade cultural a partir da qual se enunciam. Para os autores, os desafios são patentes e manifestam-se nas tentativas de construir um termo que, ao mesmo tempo, produza consenso em torno das noções de lazer e recreação e permita diferenciá-las, considerando as particularidades que as atravessam. Nesse sentido, observam que, no Chile, predomina a percepção de que a recreação se restringe à diversão, a algo trivial, configurando-se como uma pausa entre o trabalho e/ou os estudos e, por isso, não sendo reconhecida como um objeto legítimo de investigação acadêmica.

No caso uruguaio, Vila (2009) identifica que os escritos e as publicações científicas sobre recreação no país são escassos. O autor argumenta que a produção teórica em torno do tema é fundamental, pois contribuiria para a institucionalização da recreação e para o estabelecimento de uma base teórica autônoma. Em sua análise, observa que a recreação vem se configurando como um campo social e deve avançar no processo de consolidação de seu próprio campo de pesquisa, considerando que suas áreas de atuação já se encontram relativamente bem definidas.

Aguilar (2009), a partir de um estudo baseado na análise de dissertações e teses defendidas na Universidade Regional Miguel Hidalgo, no México, revela implicações significativas acerca do papel da recreação como serviço, de suas relações com diferentes grupos populacionais e dos múltiplos fatores que favorecem essa interface em variados contextos sociais. Ao examinar os trabalhos de mestrado que tinham a recreação como temática central e foram produzidos na referida instituição, constatou o uso predominante das expressões tempo livre e recreação nos títulos dos estudos. Contudo, em suas considerações, adverte que, em razão das confusões conceituais existentes, os termos lazer, recreação e tempo livre continuam a ser empregados de maneira indistinta.

A carência de debates em torno do tema na Venezuela é destacada por Altuve (2009). Segundo o autor, o país necessita de análises mais aprofundadas e consistentes acerca das questões relacionadas ao lazer, ao tempo livre e à recreação, uma vez que as discussões sobre esses temas são bastante limitadas, em decorrência da escassa contribuição das instituições acadêmicas e da quase inexistência de ações governamentais voltadas à área. O autor ressalta, ainda, que, historicamente, a Venezuela não promoveu debates teóricos e conceituais sistemáticos sobre lazer, tempo livre e recreação, diferentemente do que ocorreu em outros países da América Latina.

No que se refere ao uso dos termos, Gomes e Pinto (2009) assinalam que, à luz dos conhecimentos sistematizados sobre o tema, o lazer representa um domínio amplo e complexo da vida social, que abrange diversas temáticas, entre as quais se destacam o tempo livre, o ócio e a recreação. Sob essa perspectiva, no Brasil, a maioria das propostas, pesquisas e estudos opta por empregar a expressão lazer, pois, salvo em situações específicas, esse termo denota um campo mais abrangente. Tal escolha se mantém, ainda que as expressões ócio, tempo livre e recreação também estejam presentes e se articulem nas produções acadêmicas do campo.

A preferência pelo uso do termo lazer no contexto brasileiro, conforme aponta Gomes (2008a), intensifica-se a partir das décadas finais do século XX, em um cenário no qual a recreação passa a ser percebida de forma pejorativa, em função de seus vínculos históricos e culturais que a caracterizam predominantemente como prática. Em contrapartida, o lazer passa a representar novas possibilidades de investigação acadêmica e de atuação profissional, especialmente em função das oportunidades abertas pelo mercado.

A partir das considerações dos/as autores/as acerca do emprego dos termos recreação, lazer e tempo livre, constata-se que o uso mais frequente de uma ou outra expressão depende, fundamentalmente, do contexto em que são mobilizadas. Apesar das imprecisões que orbitam esses conceitos, concordamos com Gerlero (2004, p. 13, tradução nossa) ao afirmar que “os termos lazer, tempo livre e recreação denotam significados, na maioria das vezes, compartilhados”. Ainda assim, torna-se imprescindível uma análise contextual para alcançar maior precisão conceitual em seu uso.

Nos países da América Latina de língua espanhola, são empregadas diferentes expressões, como *tiempo libre*, *ocio* e *recreación*, sendo esta última a mais recorrente. Se, por um lado, a *recreación* é circunscrita ao âmbito do *tiempo libre*, por outro, o *ocio* tende a estar ausente ou a ser tratado de maneira depreciativa. Embora cada país apresente especificidades próprias, o *ocio* costuma ser associado à preguiça ou à ociosidade, enquanto a *recreación* é valorizada como uma estratégia para evitá-lo ou superá-lo. Nas publicações dedicadas ao tema, observa-se a presença, a ausência ou a justaposição dos termos *recreación* e *ocio* (Gomes *et al.*, 2009; Gomes, 2021). A influência anglo-saxônica na América Latina contribui para a priorização dos conceitos de tempo livre e recreação, relegando o termo *ocio* a uma categoria que, quando não assume conotação negativa, passa a ser compreendida como neutralidade, o “não fazer nada”. Em decorrência disso, o conceito de recreação passa a incorporar significados que, na Europa, são atribuídos ao lazer. Ao menos em sua dimensão espontânea, a recreação aproxima-se significativamente da concepção de lazer (Lema; Comba, 2013).

No contexto brasileiro, embora a recreação tenha ocupado papel central nas práticas e fundamentações teóricas da primeira metade do século XX, desde então o lazer vem se destacando, sobretudo nos estudos acadêmicos. Ainda assim, persistem diversas interpretações sobre lazer, recreação e ócio, oriundas de perspectivas distintas e, por vezes, divergentes, o que impõe desafios aos/as pesquisadores/as que buscam compreender esse campo complexo e multifacetado. A recreação é frequentemente associada a jogos e atividades lúdicas voltadas a diferentes faixas etárias, especialmente às crianças. Atualmente, observa-se que a recreação ainda carece de sistematizações teóricas atualizadas, críticas, aprofundadas e contextualizadas. No que se refere ao ócio, autores/as brasileiros/as têm produzido, mais recentemente, elaborações que o reconhecem como manifestação cultural significativa, em parte devido aos desafios que impõe à ética do trabalho predominante nas sociedades contemporâneas (Gomes, 2021).

Elizalde (2010) reconhece que, no contexto latino-americano, predomina o uso do termo recreação para designar a produção de conhecimento sobre o tema. O autor argumenta que, para captar a profundidade dessa questão, é fundamental reconhecer que, por trás de cada conceito, entendido como manifestação de uma determinada forma de conhecimento, existem motivações e interesses nem sempre explícitos. Torna-se, assim, necessário explicitar os elementos subjacentes às formulações teóricas, revelando o que nelas permanece implícito, uma vez que o conhecimento não é neutro nem despretensioso, sendo constantemente atravessado por determinadas intencionalidades.

A palavra recreação é comumente associada a atividades de diversão e entretenimento, explicitando a influência do movimento conhecido como “recreacionismo” higienista, surgido no final do século XIX, nos Estados Unidos. Esse movimento buscava, por um lado, conter o surgimento de problemas sociais, como delinquência, alcoolismo e outros vícios e, por outro, exercer controle social sobre o tempo livre da classe trabalhadora, ampliado em função da redução da jornada de trabalho e considerado propício à ociosidade (Elizalde, 2010).

Para Elizalde (2010), esse modelo resultou na organização de saberes e abordagens de intervenção relacionadas à recreação, estimulou a construção de espaços específicos para atividades recreativas, como parques infantis, centros de lazer, quadras esportivas e jardins de recreação, e criou novas oportunidades de formação e atuação profissional. O ideário do recreacionismo difundiu-se rapidamente pela América Latina e, com base nas ideias de Butler, consolidou-se uma concepção de recreação entendida como um conjunto de atividades destinadas a ocupar racionalmente o tempo livre de crianças, jovens e adultos, com opções consideradas benéficas sob os aspectos higiênicos, morais e sociais. Dessa forma, a recreação

orientada passou a ser compreendida como elemento central na formação de valores, hábitos e comportamentos, além de ser apresentada como estratégia para enfrentar questões relacionadas à saúde, às doenças crônicas, à promoção da identidade comunitária e cultural e ao acesso às artes visuais e ao teatro.

Ainda que, no contexto latino-americano, se observe uma preferência pelo uso da expressão recreação em detrimento de lazer, Gomes e Elizalde (2012) alertam que essa escolha decorre de uma interpretação distorcida do termo. A recreação não está diretamente vinculada às lutas dos/as trabalhadores/as europeus/europeias do século XIX pela redução da jornada de trabalho, mas sim a um modelo desenvolvido nos Estados Unidos, entre o final do século XIX e o início do século XX, voltado ao uso positivo e moral do tempo livre. Com a popularização de determinadas formas de entretenimento, a recreação institucionalizada tornou-se um eficaz mecanismo de controle social em toda a América.

Segundo Gomes e Elizalde (2012, p. 75):

É essencial ressaltar que a palavra ócio ainda está carregada de conotações negativas nos países latino-americanos de língua espanhola (e de língua portuguesa também, o que explica em parte por que no Brasil, por exemplo, o conceito mais difundido seja o de lazer). O ócio é, em geral, visto como uma ameaça para o desenvolvimento de sociedades que pretendem se modernizar, progredir, desenvolver e se expandir economicamente. Prevalece o princípio “tempo é dinheiro” e, dessa maneira, não se pode perder tempo com atividades consideradas inúteis e improdutivas. Por isso, entendemos que foi por essas razões que a palavra mais difundida e legitimada na América Latina de língua espanhola tenha sido *recreación*, e não *ocio*, desconsiderando assim os aspectos fundamentais que estão na base das concepções de cada um desses termos (Gomes; Elizalde, 2012, p. 75).

A partir das contribuições dos/as autores/as mencionados/as nesta seção, observa-se a preferência pelo uso do termo *recreação* em muitos países da América Latina. Tal constatação, contudo, não encerra o debate, tampouco autoriza a defesa de uma padronização dos termos empregados nos estudos produzidos na região, sob pena de esvaziar a discussão acerca das influências geopolíticas, históricas, culturais e sociais que marcaram a constituição de cada conceito. Ao contrário, a pluralidade terminológica deve ser compreendida como expressão das especificidades contextuais e das trajetórias singulares que atravessam os diferentes países latino-americanos.

Nesse sentido, os debates precisam avançar, com vistas a explicitar as nuances teóricas que fundamentam as proposições daqueles/as que se dedicam à reflexão sobre o tema, bem como a fomentar a produção de estudos que se valham de terminologias contextualizadas às

realidades sociais, culturais e históricas da América Latina. Trata-se, portanto, de reconhecer que a escolha conceitual não é neutra, mas atravessada por disputas de sentido e por projetos epistemológicos que merecem ser explicitados e problematizados.

Dando prosseguimento à incursão no debate terminológico, na sequência apresentamos uma discussão sobre a expressão *tiempo libre* (tempo livre), termo empregado de maneira contextual, em substituição à palavra lazer, durante as entrevistas realizadas com os/as indígenas venezuelanos/as refugiados/as.

2.3.3 Significados do tempo livre/*tiempo libre*

O uso da expressão tempo livre não está isento de controvérsias no campo de estudos do lazer. Contudo, nesta seção, buscamos aproximá-la do conceito de lazer, foco central de nossa pesquisa. Nesse sentido, não pretendemos tratá-los como sinônimos, mas explicitar a relação existente entre ambos a partir dos estudos produzidos na área, de modo a embasar a justificativa para o emprego do termo *tiempo libre* (tempo livre) nas entrevistas realizadas.

Os seres humanos habitam simultaneamente o espaço e o tempo, sendo na interação entre essas dimensões que constroem suas relações sociais. A trajetória da humanidade é profundamente marcada pelas transformações na forma como o tempo é percebido, bem como pelas técnicas desenvolvidas para medi-lo. Assim, os métodos utilizados para organizar e mensurar o tempo refletem o modo como os grupos sociais se estruturam e se relacionam (Padilha, 2004).

As sociedades humanas sempre se organizaram em torno de “tempos sociais”, os quais determinam a realização das atividades coletivas: tempo destinado ao trabalho, à convivência familiar, à educação, à religiosidade, entre outros. A vida em sociedade é fortemente influenciada pela coordenação desses tempos, ao passo que cada indivíduo percebe e regula o tempo de maneira singular. Na contemporaneidade, orientamo-nos majoritariamente pelos símbolos do calendário e do relógio, quantificando nossas atividades em segundos, minutos, horas, dias, semanas, meses e anos, a ponto de se tornar difícil imaginar como as pessoas de épocas anteriores organizavam suas vidas sem esses instrumentos. À medida que o desenvolvimento tecnológico avança, intensifica-se também a necessidade de padronização e controle do tempo (Padilha, 2004). Cabe destacar que tais transformações incidem diretamente sobre a percepção humana do tempo e sobre a relação estabelecida com essa dimensão. A

organização da vida cotidiana a partir de referências naturais, como a luz solar ou as estações do ano, difere substancialmente daquela pautada pelo tempo mecânico.

A expressão tempo livre emerge como uma categoria histórico-social nas sociedades ocidentais capitalistas, sobretudo em decorrência das transformações provocadas pelas revoluções industriais iniciadas na Inglaterra no século XVIII. Esse fenômeno não se restringiu aos países centrais do capitalismo, sendo observado também em contextos como o da antiga União Soviética. Nesse cenário, o tempo livre passou a ser concebido como distinto do tempo destinado ao trabalho, caracterizado pela ausência de intenções utilitárias ou produtivas e compreendido como não obrigatório (Elizalde; Gomes, 2014).

Desse modo, é necessário reconhecer que a noção de tempo livre, enquanto um dos “tempos sociais”, esteve historicamente vinculada aos significados atribuídos ao trabalho e ao período dedicado a essa atividade humana. Sua essência permaneceu associada à ideia de tempo de não-trabalho, ainda que nem toda atividade realizada fora do contexto laboral se configure, necessariamente, como tempo disponível para o lazer ou o ócio. Os séculos XVIII e XIX foram decisivos para a construção dos sentidos atribuídos tanto ao tempo de trabalho quanto às demais atividades sociais, uma vez que o avanço industrial alterou profundamente a forma como o tempo passou a ser organizado e controlado. Com a Revolução Industrial, intensificaram-se as exigências de coordenação e disciplinamento do tempo, tanto nas atividades produtivas quanto fora delas (Padilha, 2004).

A autora prossegue afirmando que muitos/as estudiosos/as do lazer associam o tempo livre à ideia de um período no qual não se realizam atividades por obrigação. Trata-se, assim, de uma fração temporal supostamente liberada das responsabilidades, na qual os indivíduos podem escolher entre realizar atividades prazerosas, descansar ou simplesmente não fazer nada. Nessa perspectiva, o lazer é compreendido como uma dimensão desse tempo livre, ou tempo liberado, relacionada à prática de atividades, enquanto o ócio é frequentemente associado à ideia de não fazer nada, à contemplação ou mesmo à preguiça. A liberdade de escolha e a tomada de decisão configuram-se como elementos centrais dessa compreensão de tempo livre (Padilha, 2004).

Marcellino (2010), contudo, contrapõe-se a uma concepção de lazer excessivamente centrada na dimensão temporal, seja ela definida como tempo livre ou tempo liberado. Para o autor, essa vertente é problemática por restringir o lazer a uma fração específica do tempo. Ele exemplifica essa limitação ao mencionar situações em que uma pessoa pode vivenciar simultaneamente diferentes atividades, como ouvir música enquanto trabalha, o que fragilizaria a definição do lazer exclusivamente a partir do critério temporal. Além disso, o autor

problematiza a própria expressão tempo livre, ao afirmar que, “[...] tempo algum pode ser considerado livre de coações e normas de conduta social. Talvez fosse mais correto falar em *tempo disponível*, ao invés de *tempo livre*” (Marcellino, 2010, p. 27, grifos do autor). Nessa perspectiva, a disponibilidade do tempo refere-se à possibilidade de realizar uma atividade prática ou optar pela contemplação.

No contexto latino-americano, a pesquisa desenvolvida por Elizalde e Gomes (2014) contribui significativamente para a compreensão dos significados atribuídos ao tempo livre por professores/as, profissionais e estudantes vinculados a programas de mestrado em Lazer/Tempo Livre/Recreação em quatro países: Brasil, Costa Rica, Equador e México. O estudo apresenta reflexões elaboradas por sujeitos que vivem na região e se dedicam aos estudos do lazer, da recreação e do tempo livre, explicitando a prevalência da compreensão do tempo livre como o período que resta após o cumprimento das tarefas obrigatórias. Nessa acepção, o tempo livre é concebido como um espaço de “não trabalho”, que emerge após a realização das atividades profissionais, das obrigações pessoais e dos compromissos sociais, possibilitando a vivência de atividades desejadas e prazerosas. Trata-se, portanto, de uma fração temporal distinta do tempo de trabalho, caracterizada pela ausência de obrigações e de finalidades utilitárias ou produtivas.

Entretanto, as posições expressas pelos/as participantes da pesquisa não se restringem a essa leitura. O tempo livre também foi compreendido como um tempo associado ao lazer e à recreação, no qual os indivíduos podem dedicar-se a si mesmos de forma autônoma, orientados por suas próprias escolhas e vontades. Outro entendimento, manifestado sobretudo pelos/as participantes da Costa Rica, aponta que o “[...] tempo livre precisa ser administrado ou controlado para potencializar a sua utilização e, até mesmo, evitar problemas sociais e a ocorrência de vícios, combater o perigo da improdutividade, a preguiça, a vadiagem, a ociosidade e o ócio” (Elizalde; Gomes, 2014, p. 584), revelando a concepção de um uso considerado correto e adequado desse tempo. Já os/as participantes brasileiros/as enfatizaram a necessidade de problematizar criticamente a visão que reduz o tempo livre a um mero tempo residual, destacando que o tempo fora do trabalho produtivo não é plenamente liberado nem totalmente disponível para o lazer, em virtude da existência de outras obrigações e responsabilidades sociais (Elizalde; Gomes, 2014).

Diante dos resultados apresentados no estudo, Elizalde e Gomes (2014, p. 586) tecem as seguintes considerações:

Questões como essas são relevantes porque desafiam as tradicionais compreensões de tempo livre identificadas nesta pesquisa. Por isso, o tema

precisa ser problematizado e aprofundado na formação profissional em lazer e áreas afins como um todo, e não somente no contexto dos cinco mestrados latino-americanos pesquisados, tendo em vista o desafio de gerar novos conhecimentos nesse campo de estudos e intervenções. Afinal, a realidade é muito mais complexa do que as formas tradicionais de entendê-la, sobretudo porque as fronteiras entre o trabalho e o chamado tempo livre são cada dia mais difusas. Tudo isso requer novos olhares sobre o tempo/espaço social que nos constitui enquanto sujeitos individuais e coletivos, e também sobre a suposta dimensão de liberdade que a expressão tempo livre acaba sugerindo.

No âmbito de uma perspectiva latino-americana sobre a compreensão do tempo livre, Waichman (1997) toma essa categoria como objeto central de sua investigação. Com o objetivo de identificar os elementos que a constituem, o autor procura sintetizá-los em quatro aspectos fundamentais: (1) o tempo livre envolve, em sua vivência, um afastamento parcial do condicionamento externo (*heterocondicionamento*) que regula o tempo dos indivíduos; (2) esse período é percebido e, sobretudo, vivido de maneira livre pelo sujeito, na medida em que se dedica a atividades que expressam o *autocondicionamento*, isto é, a liberdade; (3) o conteúdo desse tempo é composto por atividades de descanso, recreação e criação que, quando potencializadas, podem promover transformações na realidade; e (4) tais ações têm como finalidade compensar e reafirmar a personalidade, tanto em nível individual quanto social.

Segundo Waichman (1997), esses quatro aspectos são constitutivos do tempo livre. O primeiro corresponde ao seu aspecto negativo, relacionado à suspensão, ainda que parcial, das imposições externas; o segundo refere-se ao aspecto psicológico e subjetivo, vinculado à experiência da liberdade; o terceiro diz respeito ao aspecto fático e objetivo, associado às atividades concretamente realizadas; e, por fim, o quarto destaca a dimensão positiva e teleológica do tempo livre, orientada para a reafirmação da personalidade e para a possibilidade de transformação social.

Com base nessa caracterização, o autor define o tempo livre como:

[...] *aquele modo de manifestar-se o tempo pessoal, que é sentido como livre quando dedicado a atividades autocondicionadas de descanso, recreação e criação para compensar-se, e, por último, afirmar-se a pessoa individual e socialmente* (Waichman, 1997, p. 112, grifos do autor).

Com o intuito de aprofundar as especificidades relacionadas aos significados do termo tempo livre, apresentamos as contribuições de Gerlero (2004), elaboradas a partir de uma análise conceitual da dimensão semântica dessa expressão. A autora dedica-se a identificar o núcleo de sentido do termo tempo livre, explicitando-o nos seguintes termos:

A categoria que dá centralidade ao conceito de tempo livre é a <temporalidade>. A articulação entre as diferentes categorias é apresentada com referência ao “tempo” como núcleo da definição, seja pela adjetivação presente na própria categoria <temporalidade>, por exemplo, a expressão “tempo social” que se refere ao contexto, “tempo libertador e liberado”, que se refere à <liberdade>, o que demonstra que subordina a liberdade e o contexto à <temporalidade>, ou pelas definições presentes nas categorias <liberdade> e <contextual>, que também aparecem como adjetivos do tempo. A categoria <atividade> está indiretamente ligada à <liberdade> e <contextual>, ao enunciar, por exemplo, “atividades individuais voluntárias” ou “atividades não relacionadas ao trabalho”. A categoria que confere especificidade ao conceito de tempo livre é a <contextual>, pois as predicções da <temporalidade> implicam relação com o ambiente social ou o contexto social em alguma de suas formas, por exemplo, as expressões “tempo social”, “tempo livre do trabalho, da cultura de massas”. Por sua vez, a categoria da <liberdade> alude indiretamente ao contexto em enunciados como: “autonomia e independência” e a categoria da <atividade> faz o mesmo ao indicar: “atividades desprovidas de necessidade econômica”, “atividade não relacionada ao trabalho” (que se vincula ao <contexto> por meio de uma articulação indireta com a <liberdade>). Em termos gerais, entende-se que a discussão da “liberdade” no tempo se refere ao “contexto” histórico-social, portanto, a primeira está subordinada à última (Gerlero, 2004, p. 59-60).

O conceito de tempo livre mantém seu núcleo central na temporalidade, mas também abarca a discussão sobre a liberdade. A menção à liberdade, entendida como categoria relacionada ao tempo, emerge de duas abordagens, ambas fundamentais para a própria noção de liberdade: uma subjetiva, que se refere à “liberdade percebida” ou ao “tempo vivido livremente”, e outra objetiva, que considera exclusivamente o contexto. Desse modo, a discussão proposta por diferentes autores/as ao caracterizar o tempo livre destaca a relevância da dimensão contextual como um espaço que pode facilitar ou limitar a ação, aspecto nem sempre explicitado nas definições de lazer e recreação. Assim, a categoria contextual é reconhecida como uma dimensão específica do tempo livre (Gerlero, 2004).

A relação dialética entre o polo da subjetividade e o da objetividade deve ser compreendida sob a ótica da unidade. Dessa relação emerge uma análise crítica da liberdade, que não permite sucumbir a um subjetivismo desprovido de elementos da realidade objetiva, nem se deixar seduzir por um objetivismo esvaziado de intencionalidade.

Essa compreensão da autora aproxima-se da argumentação desenvolvida por Gomes (2011), para quem os eventos históricos e espaciais não podem ser compreendidos de forma isolada, isto é, sem considerar as determinações e a totalidade da qual fazem parte e que acabam por reproduzir. Nessa perspectiva, o tempo social não pode ser analisado dissociado do espaço social, uma vez que essas dimensões são interdependentes.

Nosso objetivo, ao empregar a expressão tempo livre, foi compreender os significados atribuídos a esse tempo e as atividades vivenciadas pelos/as indígenas venezuelanos/as em um contexto de maior autocondicionamento e de relativa desvinculação de obrigações de diferentes naturezas, no espaço de um abrigo de acolhida emergencial de migrantes e refugiados/as, com foco nas experiências de lazer. Assim, as vivências relacionadas a esse fenômeno, nesse cenário específico, dizem respeito ao tempo livre das pessoas e à possibilidade de realizar determinadas atividades, ou mesmo de não realizar nenhuma, desde que essas experiências lhes proporcionem prazer. Tempo e espaço social influenciam-se mutuamente e foram compreendidos sob essa ótica, a fim de subsidiar as análises empreendidas.

Em nosso entendimento, com base nas reflexões apresentadas nesta parte do trabalho, na qual desenvolvemos uma abordagem conceitual, os termos *tempo livre/tiempo libre*, *lazer/ocio/ócio* e *recreação/recreación* devem ser definidos considerando-se as especificidades que o modo de produção da vida assume em determinado contexto social, histórico, político, cultural e econômico. Para fins desta pesquisa, ao empregarmos a expressão de tempo livre, estamos nos referindo ao lazer. Torna-se, portanto, fundamental reconhecer a relação dialética entre os diferentes fenômenos que compõem a vida social e a estrutura material e simbólica que os sustenta.

Na sequência, abordaremos o lazer no contexto latino-americano.

2.3.4 Lazer e produção de conhecimento na América Latina: uma leitura situada

Ianni (1993) argumenta que a constituição do pensamento latino-americano pode ser compreendida como a história da ideia de América Latina. Essa concepção se organiza, se desafia, se rompe e se reinventa ao longo de sua trajetória. Em termos gerais, refere-se à construção gradual de uma problemática própria, na qual se refletem dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e históricas de cada país. Tal problemática pode estar vinculada a uma ou outra nação, em determinado período, mas expressa, de algum modo, aspectos da realidade latino-americana em seu conjunto. A ideia de América Latina pode ser considerada tanto um resultado quanto um componente da história desse pensamento, concebido como um todo amplo, aberto e em constante movimento.

Uma das questões fundamentais desse pensamento consiste em compreender o que representa a América Latina, de que maneira se forma e se manifesta, como se organiza e se transforma. Está em debate o entendimento de seu processo evolutivo, seja ele concebido como

progresso, desenvolvimento, modernização ou ocidentalização, considerando a dinâmica de crises, golpes, revoluções e contrarrevoluções. Paralelamente, busca-se elucidar como são definidos e redefinidos seus traços identitários, como se estabelece sua relação com a Europa e os Estados Unidos, quais são suas particularidades e em que momento se dá a produção de sua expressão cultural mais autêntica. Aos poucos, revelam-se as formas pelas quais a América Latina se pensa (Ianni, 1993).

Em nosso entender, a reflexão proposta por Octavio Ianni é inspiradora, ao menos, em dois aspectos. O primeiro refere-se ao caráter mosaico da América Latina. Sua diversidade é evidente e se expressa nas distintas culturas presentes no continente, bem como nas múltiplas formas de ser e viver das pessoas que habitam esta região. O segundo aspecto relaciona-se à necessidade de compreendermos que “[...] produzir conhecimentos na perspectiva da América Latina exige nos libertarmos de referências dogmáticas construídas a partir de experiências alheias a nossos valores e culturas”, conforme indicam Oliveira *et al.* (2014, p. 32).

A partir dessas reflexões, no que se refere aos estudos no campo do lazer, a produção de conhecimento deve considerar referenciais que nos sejam próprios, capazes de abranger a diversidade cultural e os múltiplos modos de ser e estar no mundo que caracterizam o contexto latino-americano. Dessa forma, torna-se possível debruçar-se sobre as experiências de lazer, recreação, ócio e tempo livre desde a América Latina, com base em um conhecimento contextualizado e crítico.

Com a invasão e o consequente processo de colonização, diversas formas de conhecimento foram eliminadas e continuam sendo destruídas, restando teorias que sustentam a posição de subalternidade da região e favorecem a tríade da dominação moderna, constituída, segundo Santos (2022), pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado. Para Piza (2018), os fundamentos epistemológicos adotados nos últimos séculos na América Latina foram tomados por nossos/as pensadores/as como padrões universais. Tanto a produção teórica originada na Europa quanto aquela gestada na América Latina sob influência europeia partiram da suposição de que as formulações produzidas na Europa e, mais recentemente, nos Estados Unidos, se aplicariam a um ser humano supostamente universal, abrangendo todos os indivíduos e, consequentemente, a nós também.

Considerando que o conhecimento produzido pode elucidar a fidedignidade de um determinado tempo, espaço e contexto social específicos, é importante reconhecer que ele está sujeito a mudanças conforme as intenções de seus criadores. Nesse sentido, definir o lazer na América Latina constitui um desafio complexo e, possivelmente, impossível, uma vez que, apesar das semelhanças entre os países, cada um possui sua própria singularidade histórica,

resultando em um conjunto de nações marcado por diferentes culturas, experiências, valores e crenças (Gomes, 2011; Gomes; Elizalde, 2012).

Desde o século XX, duas concepções distintas sobre a gênese do lazer têm gerado intensos debates na análise da história desse fenômeno. De modo geral, essas visões são frequentemente mobilizadas nas teorias que conduzem e sustentam os estudos sobre o lazer em diversas partes do mundo, deixando uma marca significativa nos conhecimentos disseminados em vários países da América Latina. Embora essas interpretações possuam suas próprias lógicas, elas estão vinculadas a contextos específicos, sobretudo o europeu, e mostram-se inadequadas e insuficientes para abordar o lazer e a recreação na América Latina, que apresenta particularidades e marcos históricos, culturais, sociais, políticos e econômicos próprios. Essa realidade demanda novas interpretações, métodos, reflexões e reinterpretações, bem como a sistematização de conhecimentos que dialoguem criticamente com as realidades latino-americanas (Gomes; Elizalde, 2012).

Essa perspectiva apresentada pela autora e pelo autor revela-se essencial quando nos propomos a produzir conhecimentos sob outra ótica no campo de estudos do lazer na América Latina. Podemos, por exemplo, mencionar o pensamento de Dumazedier (2004b), que sustenta inúmeras discussões em torno do lazer em nível mundial. A perspectiva dicotômica com a qual o autor opera, ao estabelecer uma distinção clara entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, basilar em seu pensamento, encontra eco em um cenário muito específico: o contexto europeu posterior à Revolução Industrial. Sua incorporação descontextualizada a outras realidades históricas, culturais e sociais, segundo Gomes (2014), reitera a lógica linear evolutiva ocidental, que define como norma determinadas práticas, culturas, histórias e formas de conhecimento, além de demarcar o tempo.

Tavares (2020) constata que as pesquisas no âmbito do lazer têm revelado, predominantemente, uma única perspectiva: aquela propagada pelos colonizadores, desconsiderando o olhar produzido e vivenciado pelas pessoas marginalizadas e não visibilizadas. Nesse sentido, os estudos latino-americanos na área precisam avançar no reconhecimento das formas de existência coletiva que caracterizam povos indígenas e afrodescendentes, por exemplo, desafiando a perspectiva individualista do modelo liberal. Essa abordagem nos leva a refletir não apenas sobre questões epistemológicas, mas também sobre a emergência de aspectos ontológicos, reconhecendo que, em nossa região, ocorreram transformações significativas que tensionam as bases do liberalismo e chamam atenção para modos de vida mais alinhados à diversidade e à comunhão.

O domínio estabelecido por conhecimentos gestados em nações hegemônicas não é recente, uma vez que o saber nos países colonizados foi abruptamente subtraído, gerando consequências significativas na forma como novos conhecimentos passaram a ser produzidos nessas regiões. Nos últimos anos, novas abordagens, como os estudos decoloniais, têm promovido um olhar renovado sobre a produção de conhecimento a partir da realidade de povos e nações que sofreram com o colonialismo ou que ainda enfrentam a colonialidade.

O pensamento decolonial busca delinear uma trajetória epistemológica que ultrapasse o saber imposto como universal, ao interpretar a realidade sob uma perspectiva local e contra-hegemônica. Assim, as investigações sobre o lazer podem, por meio da criação de conhecimento nesse campo, tanto reforçar as conexões com a colonialidade quanto, alternativamente, fomentar novas perspectivas que reconheçam todas as pessoas presentes nesse espaço, produzindo pesquisas de resistência. Vivemos, atualmente, um período de valorização de epistemologias diversas, que nos permitem considerar a realidade local e reconhecer os saberes que emergem das lutas de nossos povos, destacando as memórias, culturas e formações históricas das sociedades que foram colonizadas (Maurício *et al.*, 2021).

As civilizações maia, asteca e inca, entre outras culturas nativas, legaram valiosos ensinamentos por meio de objetos de arte, arquitetura, templos religiosos, inovações técnicas, saberes agrícolas e de irrigação, além de avanços em matemática, medicina e astronomia. Reconhece-se, ainda, que a presença desses povos se manifesta nas pinturas, celebrações, danças, ritmos, cantos, músicas e instrumentos musicais que se difundiram e atravessaram gerações. As manifestações culturais desenvolvidas pelos povos originários da região constituem um patrimônio inestimável, não apenas para suas gerações descendentes na América Latina, mas para toda a humanidade (Gomes, 2011).

Enquanto mosaico formado pela confluência de várias etnias e culturas, a América Latina foi palco de um profundo choque cultural entre colonizadores e grupos nativos, uma vez que as práticas culturais valorizadas por cada um eram distintas. Esse encontro resultou na supressão de muitas tradições originárias, consideradas atrasadas, bárbaras e primitivas, e em sua substituição por práticas europeias vistas como legítimas, modernas e universais, impregnadas de moral religiosa católica, que passaram a integrar o lazer dos povos latino-americanos. Nesse contexto, observa-se também a difusão e a incorporação, às culturas nativas, de práticas oriundas da África, trazidas pelas pessoas escravizadas desse continente. Assim, a América Latina abrigava, e ainda abriga, uma ampla gama de manifestações culturais de diferentes origens (Gomes, 2011). De acordo com a autora:

Obviamente, desde aquela época, os segmentos privilegiados procuram desenvolver, no contexto latino-americano, as mesmas práticas lazer vivenciadas e valorizadas nas antigas metrópoles europeias. Por este motivo, desde o despontar do século XVI, é muito mais fácil encontrar estudos e pesquisas que fazem menção às práticas de lazer vivenciadas pelas elites coloniais latino-americanas, do que pelos ameríndios ou pelos africanos escravizados. Os países europeus (principalmente Espanha e Portugal) e os modos de vida nele valorizados constituíram, assim, uma importante referência para os segmentos hegemônicos que se estabeleceram nas colônias americanas desde o início do processo de colonização/catequização dos nativos “pagãos”. Certamente, isso também acabou influenciando o lazer na América Latina (Gomes, 2011, p. 154-155).

Com o movimento de migração massiva ocorrido nos séculos XIX e XX, observamos a ampliação da diversidade cultural na América Latina e seus reflexos no âmbito do lazer. No século XIX, muitas pessoas estrangeiras, oriundas não apenas da Europa, passaram a viver em países latino-americanos em busca de melhores condições de vida. Muitas eram consideradas mão de obra qualificada e substituíram as pessoas escravizadas nas atividades laborais após o fim dos regimes escravocratas na região. Esse fluxo intensificou-se ao longo do século XX, em decorrência das duas grandes guerras que abalaram o cenário europeu. A influência estadunidense nas primeiras décadas desse mesmo século contribuiu para que o estilo de vida recreativo-educativo passasse a ser valorizado na América Latina, por meio do movimento do “recreacionismo” (Gomes, 2011).

A análise conjunta desses eventos, que motivaram fluxos migratórios em direção à América Latina, demonstra como tais deslocamentos influenciaram os intercâmbios culturais nas regiões de destino. A diversidade étnico-cultural latino-americana, constituída ao longo desse período, atravessou identidades e moldou as formas de lazer vivenciadas na região.

É possível perceber que o domínio do lazer abrange diversas práticas culturais que, progressivamente, são reinterpretadas, assumindo novas características e combinando-se com expressões culturais locais. O imaginário social, contudo, tende a perpetuar a ideia de que, nos países latino-americanos, trabalha-se pouco e celebra-se muito, sustentando o estereótipo de uma população majoritariamente ociosa. Essa percepção, entretanto, mostra-se enganosa. Em diversas nações da região, as jornadas de trabalho semanais frequentemente ultrapassam 44 horas, número que, em muitos casos, ainda subestima a realidade vivida. Além disso, as parcelas economicamente mais vulneráveis da população costumam recorrer a atividades informais, temporárias e precárias como forma de complementar a renda mensal. No caso das mulheres inseridas no mercado de trabalho, a situação é ainda mais crítica, pois muitas

acumulam uma terceira jornada, predominantemente voltada às tarefas domésticas (Gomes, 2011).

A alegria e a festividade, traços marcantes nos diversos países da América Latina, desempenham papel central na vida cotidiana das pessoas, expressando formas significativas de resistência e enfrentamento diante dos profundos desafios sociais vivenciados na região. Sob essa perspectiva, as múltiplas expressões do lazer configuram-se como elementos essenciais e indissociáveis das culturas latino-americanas (Gomes, 2011).

Esse cenário nos conduz à reflexão acerca dos desafios e avanços que se impõem ao campo de estudos do lazer na América Latina. A partir dessa compreensão, torna-se possível pensar estratégias que oxigenem a produção de conhecimento na área, de modo que esta se desenvolva de forma crítica, situada e comprometida com a realidade local. São inúmeras as contribuições potenciais de pesquisadores/as engajados/as com as especificidades latino-americanas, capazes de oferecer subsídios para novas leituras sobre o lazer nesse contexto. Parte dessas iniciativas já circula em diferentes meios acadêmicos, contudo, persiste a necessidade de ampliar o alcance dessas discussões, sobretudo no que se refere aos grupos historicamente marginalizados social, política e culturalmente ao longo dos (des)caminhos da história de *Nuestra América*.

Gomes (2023) apresenta considerações sobre as fragilidades e os avanços observados a partir de uma pesquisa realizada com 14 estudiosos/as do lazer/recreação de diferentes países latino-americanos. Entre as debilidades apontadas, a autora destaca as dificuldades conceituais e as ambiguidades relativas aos termos *recreación*, *ocio* e *tiempo libre*; o uso descontextualizado de teorias oriundas de realidades distintas da latino-americana; as tensões entre recreação/lazer e educação física/esporte no campo da formação e da atuação profissional e política; e o desenvolvimento científico ainda incipiente, marcado por heterogeneidade e desequilíbrios regionais. Em contrapartida, entre os avanços identificados, menciona o fortalecimento acadêmico e científico do campo do lazer/recreação, o aumento do interesse e da valorização dessa temática e o crescimento das iniciativas de formação na área, desde o ensino médio até o doutorado. De acordo com a autora, tais progressos podem ser ampliados por meio da intensificação da colaboração entre pesquisadores/as e instituições latino-americanas e de outros continentes, pautada nos princípios da solidariedade e da reciprocidade.

As pesquisas sobre o lazer na América Latina precisam avançar no reconhecimento das múltiplas formas e contextos em que essa prática social se manifesta, não como contribuições restritas ao local, mas como compreensões que ampliam os modos de conhecer. Esse movimento deve incorporar marcos interpretativos que emergem de contextos híbridos de

nossa América Latina, especialmente em tempos críticos como os atuais, marcados pela profunda crise do capitalismo global e pela crescente ameaça ao futuro do planeta (Tavares, 2020).

Nesse sentido, torna-se fundamental compreender o outro lado da história, a fim de perceber os processos de resistência expressos nas lutas dos povos originários em defesa de seus territórios e nas iniciativas das populações que vivem em situação de pobreza. Esses grupos, frequentemente invisibilizados, informais e marginalizados, constroem estratégias de sobrevivência que incluem formas específicas de lazer, recreação e tempo livre não alinhadas à lógica mercadológica. Em outras palavras, trata-se de reconhecer um aspecto relevante para a compreensão da realidade: grupos que precisam ser conhecidos, mas cujas histórias permanecem silenciadas, ainda que componham os diversos contextos presentes em nossas sociedades (Tavares, 2020).

Dentre as iniciativas que merecem destaque, encontra-se o projeto de cooperação internacional *Motricidades do Sul: contra o desperdício da experiência*, que reúne pesquisadores/as e estudantes de países como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, Moçambique, Portugal e Uruguai. Fundamentada em bases teórico-conceituais das Epistemologias do Sul (Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses), da Ciência da Motricidade Humana (Manuel Sérgio), da Pedagogia Dialógica (Paulo Freire) e da Fenomenologia Existencial (Maurice Merleau-Ponty), a comunidade científica de trabalho³³ constituída - e em constituição - compreende as Motricidades do Sul, conforme a proposição apresentada por Campos, Corrêa e Gonçalves Junior (2022), como manifestações expressivas vinculadas a práticas sociais de jogos, lutas, danças, festas, cantos, contação de histórias, rituais e criações artísticas próprias de um povo ou comunidade situada, geográfica e metaforicamente, ao sul, e permeadas por processos educativos cuja intencionalidade se relaciona à tradição e à resistência dessas manifestações frente ao colonialismo e à dominação epistemológica.

A caracterização e a compreensão das Motricidades do Sul ocorrem de forma contextual, em consonância com a reflexão de Santos e Meneses (2010), segundo a qual não existem conhecimentos desvinculados de práticas e de sujeitos sociais. A iniciativa volta-se, particularmente, ao estudo das Motricidades do Sul no contexto de comunidades africanas e latino-americanas - povos originários, autóctones, indígenas, remanescentes de quilombolas,

³³ Entendemos a comunidade científica de trabalho no mesmo sentido proposto por Silva e Araújo-Olivera (2004, p. 2): “[...] constitui em torno de objetivos comuns que ultrapassam a ordem pessoal, se situam e se enraízam em compromisso com construção de uma sociedade justa que garanta iguais direitos e tratamento diverso para diferentes condições e circunstâncias”.

caixaras, moradores/as de periferias urbanas e comunidades rurais. Seu escopo abrange tanto contextos escolares quanto não escolares, buscando observar os processos educativos que emergem das manifestações corporais e culturais dessas populações, expressas em jogos, danças, lutas, festas, histórias, cantos, rituais e produções artísticas (Gonçalves Junior, 2021).

Essa proposta já apresenta resultados concretos. No campo do lazer, destaca-se o estudo *Lazer e educação popular: perspectivas de participantes-egressos(as) de um projeto social* (Santos, 2025), desenvolvido a partir da experiência do projeto de extensão universitária Vivências em Atividades Diversificadas de Lazer (VADL), vinculado ao Departamento de Educação Física e Motricidade Humana da Universidade Federal de São Carlos (DEFMH/UFSCar). O projeto tem como objetivo central a educação pelo e para o lazer de crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos, oriundos/as de comunidades vulneráveis da cidade de São Carlos/SP. O estudo buscou identificar, descrever e compreender os processos educativos vinculados à prática social do lazer a partir das memórias dos/as egressos/as que participaram do projeto. Sob uma perspectiva latino-americana, o autor considera o VADL um espaço-tempo de aprendizagem crítica e humanizadora, campo de resistência e construção coletiva de saberes, em que o lazer é vivenciado como direito social e práxis transformadora.

Também merece destaque a tese de Brito (2025), que se insere no campo das Motricidades do Sul e apresenta aproximações significativas com a temática do lazer. Em *Era uma vez... a prática social da contação de histórias com crianças hospitalizadas*, a autora teve como objetivo identificar e compreender os processos educativos decorrentes da prática social da contação de histórias junto a crianças hospitalizadas, durante o atendimento educacional em classe hospitalar no Hospital Universitário (HU), vinculado à UFSCar e administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). A partir de intervenções fundamentadas na contação de histórias, desenvolvidas sob uma perspectiva decolonial, a autora compreende que, para além do entretenimento, contar histórias também proporciona cuidado, conexão, atribuição de sentido e criação de comunidade. Nesse percurso investigativo, foram identificados processos educativos relacionados ao cuidado, à amorosidade, à sensibilidade, à cooperação, à dialogicidade, à ludicidade, à resistência e à transcendência.

Por fim, as reflexões de Gonçalves Junior, Lemos e Checchi (2020) oferecem importantes contribuições para pensar o lazer/ócio a partir de uma perspectiva latino-americana. Em texto integrante de uma coletânea dedicada às relações entre lazer, vida de qualidade e direitos sociais, os autores questionam concepções amplamente difundidas, propondo uma nova leitura sobre o tema. Inicialmente, criticam a noção de qualidade de vida associada ao consumo e ao mercado, sugerindo, em seu lugar, a expressão vida de qualidade, concebida nas interações

comunitárias de viver e conviver solidariamente. Na mesma direção, defendem que a radicalidade do ócio deve inspirar formas de enfrentamento à lógica produtivista e consumista que caracteriza o capitalismo contemporâneo, bem como ao conformismo do lazer reduzido à mera compensação das agruras do trabalho.

Os autores entendem que a valorização da radicalidade do ócio, aproveitando, em toda a sua amplitude, experiências com canto, dança, jogo e festa, indissociáveis do trabalho, da espiritualidade e da natureza, pode motivar os indivíduos a fortalecer seus laços e a praticar a convivência, a coexistência e a corresponsabilidade em um projeto coletivo ético-estético que, inspirado nas tradições dos povos latino-americanos, pode ser denominado bem viver (Gonçalves Junior; Lemos; Checchi, 2020).

Dessa forma, reconhece-se a necessidade de desenvolver uma nova perspectiva teórica e conceitual sobre o lazer, retomando os saberes e as práticas socioculturais já produzidos nos territórios da América Latina. Considerando as culturas dos povos indígenas, bem como dos grupos de origem africana e de outras partes do mundo que fundamentam a diversidade cultural e étnica da região, destacam-se: as teorias históricas, sociais, ecológicas, (geo)políticas e pedagógicas que influenciam o pensamento crítico de autores/as latino-americanos/as; a educação popular e os movimentos comunitários; as práticas de autogestão em comunidade; a economia solidária; além de diversas outras iniciativas e experiências alternativas ao sistema neoliberal capitalista que se mostraram exitosas no contexto latino-americano, ainda que pouco reconhecidas (Gomes; Elizalde, 2012).

As reflexões apresentadas permitem compreender que o lazer, sob uma perspectiva latino-americana, pode ser entendido como expressão de contra-hegemonia, valorizando os cotidianos de resistência. Assim, entendemos como pertinentes as iniciativas de pesquisa que se proponham a investigar as experiências de lazer de grupos invisibilizados em sociedades que ainda carregam fortes marcas das heranças coloniais. Trata-se de um posicionamento político e epistemológico que se contrapõe ao apagamento de saberes, práticas e experiências e reafirma as múltiplas formas de ser e estar no mundo que compõem a riqueza humana e cultural da região.

2.3.5 Alguns apontamentos sobre *recreación, ocio e tiempo libre* no contexto venezuelano

Neste tópico do trabalho, apresentamos alguns apontamentos sobre o lazer, a recreação e o tempo livre no contexto venezuelano. Não se trata de uma abordagem exaustiva, mas de

uma exposição de lineamentos gerais que possibilitem compreender o tratamento conferido ao tema no país, tanto no âmbito acadêmico quanto no político. Nosso intuito é oferecer um breve panorama das particularidades venezuelanas relacionadas a esse campo.

Na tentativa de contextualizar as contribuições venezuelanas no campo, Reyes, Altuve e Arandia (2021) reconhecem as limitações enfrentadas nas reflexões sobre o tema. Em comparação com países como Argentina, Brasil, Colômbia e México, os autores constataam avanços e aperfeiçoamentos significativos na Venezuela, especialmente a partir do apoio e da cooperação contínuos de pesquisadores/as dessas nações, que contribuíram com experiências e referenciais teóricos relevantes.

Historicamente, na Venezuela, a universidade tem se configurado como a principal instituição social responsável pela produção de pesquisas na área, por meio de seus centros e núcleos de investigação em recreação. Mais recentemente, observa-se a incorporação das temáticas do lazer e do tempo livre como objetos de análise. Essas investigações concentram-se, em geral, nas Escolas, Faculdades e/ou Departamentos de Educação Física e Esporte. Nos últimos anos, também foram criados programas de formação avançada em algumas dessas unidades de pesquisa (Reyes, 2020).

No que se refere às tendências predominantes nos estudos sobre recreação, lazer e tempo livre no país, Reyes, Altuve e Arandia (2021) identificam duas grandes etapas: a positivista-instrumental-operativa e a crítica-analítica-totalizadora. A primeira caracteriza-se pela ênfase na racionalidade instrumental e no tecnicismo, o que reduz a dimensão política dos elementos socioculturais e simplifica as investigações. A maioria das pesquisas desenvolvidas tem como foco os interesses lúdicos de grupos específicos, mas a elaboração e a implementação dos programas nem sempre correspondem às necessidades e aspirações da população. Frequentemente, tais iniciativas alinham-se a expectativas pré-estabelecidas e a critérios definidos pelos/as próprios/as pesquisadores/as.

Os estudos dessa vertente voltavam-se majoritariamente à elaboração de planos e programas recreativos pontuais, manuais e atividades práticas, sem incorporar análises sobre políticas públicas, abordagens sociocríticas, metodologias qualitativas ou diálogos interdisciplinares com áreas como sociologia, antropologia, política ou religião. Essa orientação marca o início de uma fase de estudos técnicos nas ciências sociais, conduzida por docentes recém-formados/as em cursos de mestrado e especializações de natureza técnica e gerencial, muitos/as deles/as recém-chegados/as dos Estados Unidos (Reyes; Altuve; Arandia, 2021).

Por sua vez, a tendência crítica-analítica-totalizadora emerge na primeira década do século XXI e permanece, ainda hoje, minoritária. Ao superar a perspectiva operacional-

instrumental, essa abordagem adota critérios analíticos mais amplos, que abrangem aspectos teóricos, epistemológicos e metodológicos. Além da recreação, incorpora às suas preocupações investigativas as temáticas do lazer e do tempo livre. Entre os temas que passam a ganhar destaque estão os estudos sobre a recreação e o lazer como campo de conhecimento, as políticas públicas e suas metodologias de análise, os debates epistemológicos sobre o lazer, a recreação e o tempo livre, os estudos comparados, as abordagens metodológicas mistas e a sistematização de experiências. Esses aspectos passam a receber maior atenção por parte de pesquisadores/as alinhados/as a essa vertente crítica (Reyes; Altuve; Arandia, 2021).

O surgimento de novas perspectivas de pesquisa na área coincide com determinados eventos que impulsionaram o desenvolvimento do campo e ampliaram suas possibilidades de atuação. Entre esses marcos, destacam-se o Plano Nacional de Recreação para o Viver Bem (PNRVB), a Lei Orgânica de Recreação, o Movimento Nacional de Recreadores, além da criação de programas de formação avançada, centros e linhas de investigação voltadas à recreação (Reyes, 2015; Reyes; Altuve; Arandia, 2021).

Contudo, Fernández *et al.* (2014) reconhecem que há uma disparidade significativa entre o que se realiza e o que se estuda na área da recreação. Apesar do grande número de iniciativas implementadas, o volume de pesquisas efetivamente produzidas é reduzido. Os/As autores/as afirmam que, embora essa situação também se verifique em outros campos do conhecimento, na recreação a diferença é ainda mais acentuada. Os estudos sobre o tema costumam ser negligenciados no amplo panorama das ciências sociais venezuelanas, e a recreação frequentemente é subestimada por ser vista como uma prática destituída de rigor científico.

A recreação, entretanto, é reconhecida como um direito social garantido pela Constituição venezuelana, e as ações desenvolvidas pelo Estado nessa área refletem esse entendimento. O sociólogo Ricardo Jiménez publicou um conjunto de textos nos quais analisa o processo de elaboração da Carta Magna da República Bolivariana da Venezuela. Jiménez (2008b) indica que o texto constitucional contou com forte apoio popular para a sua aprovação, no ano de 1999, uma vez que contemplava setores sociais historicamente excluídos, como os/as trabalhadores/as rurais, as pessoas pobres habitantes dos centros urbanos, os povos indígenas, mulheres, entre outros grupos. A elaboração da nova Constituição tinha como núcleo programático central a antioligarquia, o anti-imperialismo, a modernização e a distribuição da riqueza. A intenção era garantir um texto constitucional capaz de proporcionar sustentação a uma maior participação popular e à superação das iniquidades sociais.

O texto constitucional, conforme observa Jiménez (2008a), expressa uma explícita refundação da República, consagrando o caráter multiétnico e multicultural do Estado venezuelano e declarando como objetivo fundamental a integração latino-americana. Entretanto, o autor avalia que, sob o ponto de vista da aplicação prática e da evolução das normas de governança estabelecidas, o desenvolvimento constitucional tem se mostrado inconsistente e, por vezes, conflituoso. Isso ocorre porque muitos dos novos conceitos e formas de interação institucional entre a sociedade civil e o Estado entram em choque com concepções culturais profundamente enraizadas, as quais são mais difíceis de transformar do que as próprias políticas.

A Constituição venezuelana de 1999 contempla três termos que dialogam diretamente com a discussão apresentada neste capítulo: *recreación* (recreação) (6 ocorrências), *ocio* (ócio/lazer) (2 ocorrências) e *tiempo libre* (tempo livre) (1 ocorrência). O termo mais recorrente é recreação, o que corrobora os resultados das pesquisas realizadas sobre o tema no país (Reyes, 2020; Reyes; Altuve; Arandia, 2021). A expressão aparece em diferentes seções do texto constitucional, como no “Título III – Dos direitos humanos e garantias, e dos deveres”, “Capítulo VI – Dos direitos culturais e educativos”, em que é tratada como direito humano, ao lado do esporte e da Educação Física, sendo reconhecida como prática essencial para a vida individual e coletiva e para o desenvolvimento nacional:

Sendo o esporte, a educação física e a recreação atividades indispensáveis para o integral desenvolvimento corporal e espiritual de todas as pessoas, bem como para a sua integração no desenvolvimento do país, com o objetivo de formar uma população saudável e apta para o estudo e o trabalho, tais atividades são reconhecidas como um direito humano, cujo livre exercício beneficia a qualidade de vida individual e coletiva. Consequentemente, o seu ensino e prática inscrevem-se no processo educativo e são matéria obrigatória em instituições públicas e privadas até o ciclo diversificado. Os recursos para a sua promoção e desenvolvimento serão garantidos pelo Estado como parte de uma política de educação e saúde pública (Venezuela, 1999, p. 43, tradução nossa).

Ainda nesse capítulo, a palavra recreação aparece associada ao termo *ocio*. Enquanto a primeira é empregada com conotação positiva, o segundo assume um sentido menos valorizado. Conforme expresso no texto constitucional, isso se deve por “conceber a recreação não apenas como ócio, mas como uma atividade individual e coletiva que permite o desenvolvimento espiritual e a gestação de formas elevadas de consciência sociocultural” (Venezuela, 1999, p. 43, tradução nossa). A associação negativa em torno do *ocio* reaparece em outra parte do documento, especificamente no “Título V – Da organização do poder público

nacional”, “Capítulo IV – Do poder cidadão”, em que o termo é incluído entre os comportamentos considerados ameaças à integridade da nação:

O Libertador concebeu o Poder Moral como a instituição responsável pela consciência nacional, zelando pela formação dos cidadãos, a fim de purificar “o que se corrompeu na República; que denuncia a ingratidão, o egoísmo, a frieza do amor à pátria, o ócio, a negligência dos cidadãos”. Com isso, Simón Bolívar queria fundar uma República baseada num povo que amasse a pátria, as leis, os magistrados, porque essas “são as nobres paixões que devem absorver exclusivamente a alma de um republicano” (Venezuela, 1999, p. 97, tradução nossa).

O termo tempo livre aparece no artigo 90, inserido no “Título III – Dos direitos humanos e garantias, e dos deveres”, “Capítulo V – Dos direitos sociais e das famílias”. Nesse dispositivo, o tempo livre é compreendido como uma fração do tempo não destinada ao trabalho, cuja utilização deve estar orientada ao desenvolvimento humano. Tal compreensão revela uma perspectiva de cunho funcionalista, na medida em que enfatiza o “bom uso” desse tempo em favor da formação e do desenvolvimento das pessoas:

Artigo 90. A jornada de trabalho diurna não excederá oito horas por dia nem quarenta e quatro horas por semana. Nos casos em que a lei o permitir, a jornada de trabalho noturna não excederá sete horas por dia nem trinta e cinco horas por semana. Nenhum empregador poderá obrigar os trabalhadores a trabalhar horas extraordinárias. Será promovida a redução progressiva da jornada de trabalho, dentro do interesse social e do âmbito determinado, e serão tomadas as medidas convenientes para a melhor utilização do tempo livre em benefício do desenvolvimento físico, espiritual e cultural dos trabalhadores (Venezuela, 1999, p. 198, tradução nossa).

No “Capítulo VI – Dos direitos culturais e educativos”, a expressão recreação é novamente mencionada duas vezes. O artigo 111 a apresenta como um direito social a ser assegurado pelo Estado, no âmbito das políticas públicas de educação e saúde:

Artigo 111. Todas as pessoas têm direito ao esporte e à recreação como atividades que beneficiam a qualidade de vida individual e coletiva. O Estado assumirá o esporte e a recreação como política de educação e saúde pública e garantirá os recursos para a sua promoção. A educação física e o esporte desempenham um papel fundamental na formação integral da infância e da adolescência. O seu ensino é obrigatório em todos os níveis da educação pública e privada até ao ciclo diversificado, com as exceções estabelecidas pela lei. O Estado garantirá a atenção integral aos desportistas, sem qualquer discriminação, bem como o apoio ao esporte de alta competição e a avaliação e regulamentação das entidades desportivas do setor público e privado, em conformidade com a lei (Venezuela, 1999, p. 208, tradução nossa).

No que se refere à existência de espaços destinados à recreação, a Constituição venezuelana faz menção explícita a essa temática em dois artigos. O primeiro encontra-se no “Título IV – Do poder público”, “Capítulo IV – Do poder público municipal”, artigo 178, no qual se estabelece que o ordenamento territorial e urbanístico deve considerar, como interesse social, a criação e a preservação de áreas destinadas à recreação, tais como parques, praças, balneários, entre outros: “[...] 1. Ordenamento territorial e urbanístico; patrimônio histórico; habitação social; turismo local; parques e jardins, praças, balneários e outros locais de recreação; arquitetura civil, nomenclatura e ornamento público” (Venezuela, 1999, p. 245, tradução nossa).

O segundo dispositivo aparece no artigo 272, inserido no “Capítulo III – Do poder judicial e do sistema de justiça”, também no âmbito do “Título V – Da organização do poder público nacional”. Nesse caso, o texto constitucional prevê a inclusão de espaços destinados à prática esportiva e à recreação nos sistemas penitenciários, compreendidos como instrumentos para a promoção da reabilitação e para o respeito aos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade:

Artigo 272. O Estado garantirá um sistema penitenciário que assegure a reabilitação do recluso ou reclusa e o respeito pelos seus direitos humanos. Para tal, os estabelecimentos penitenciários disporão de espaços para o trabalho, o estudo, o esporte e a recreação [...] (Venezuela 1999, p. 297-298, tradução nossa).

Posteriormente à promulgação da Constituição de 1999, foi aprovada a Lei Orgânica do Esporte, Atividade Física e Educação Física (Venezuela, 2011), a qual reforça o reconhecimento da recreação como prática de interesse público e como direito social. Nesse instrumento legal, o termo recreação aparece em quatro passagens principais.

A primeira ocorrência encontra-se no artigo 6, que apresenta definições terminológicas para os fins da lei, no qual são feitas duas menções à recreação. A primeira delas aparece na definição de esportista, entendido como a “Pessoa que pratica regularmente atividades esportivas para competir ou recrear-se, podendo fazer parte de organizações esportivas” (Venezuela, 2011, p. 387.593³⁴, tradução nossa).

³⁴ Não é usual em trabalhos acadêmicos identificarmos citações diretas que tenham a indicação da página de onde foi extraído conteúdo por um número cardinal elevado. Contudo, constatamos que a *Gaceta Oficial de La República Bolivariana de Venezuela* em suas diversas publicações promove a continuidade da numeração das páginas, ou seja, a cada nova publicação a numeração tem continuidade a partir da edição anterior.

A segunda menção surge na definição do que a lei compreende como estabelecimentos esportivos, conforme expresso no próprio texto legal:

São espaços dotados de infraestruturas desportivas adequadas, equipamentos especializados e pessoal técnico qualificado, para a prestação do serviço público desportivo. Pertencem a esta categoria, entre outros, ginásios, academias e escolas desportivas. Estão excluídos desta definição os espaços com finalidade desportiva localizados em clubes sociais, recreativos e em instalações laborais (Venezuela, 2011, p. 387.593, tradução nossa).

O artigo 35 faz referência à recreação tanto em seu título, Comitês de Recreação e Esportes dos Conselhos Comunais, quanto na explicitação do conteúdo relativo a esses comitês. O dispositivo estabelece que “os comitês de recreação e esporte dos conselhos comunais são equipes de trabalho fundamentais da política nacional de promoção e desenvolvimento do esporte e da atividade física” (Venezuela, 2011, p. 387.596, tradução nossa).

No artigo seguinte, 36, ao tratar do esporte federal, identifica-se uma nova menção à recreação, reforçando sua inserção no conjunto de ações e políticas voltadas ao desenvolvimento esportivo e à promoção da atividade física em âmbito nacional:

As organizações ou entidades alheias ao esporte federado que organizem e promovam atividades esportivas de forma sistemática, não com fins competitivos, mas sim educativos, formativos, recreativos, sociais ou de saúde, terão o apoio dos órgãos e entidades esportivas do setor público (Venezuela, 2011, p. 387.596, tradução nossa).

Por fim, no artigo 37, constata-se nova referência à recreação em razão do título do comitê anteriormente mencionado. O dispositivo estabelece que “o conselho de atividade física e esporte da comuna é a instância organizativa que integra os comitês de recreação e esporte dos conselhos comunais localizados no âmbito de uma determinada comuna” (Venezuela, 2011, p. 387.596, tradução nossa).

O texto constitucional venezuelano aprovado em 1999 serviu de alicerce para que a recreação alcançasse a condição de direito social. Com isso, pavimentou-se o caminho para o planejamento e a execução de políticas públicas específicas na área. Ao examinar a literatura sobre o tema, observa-se a implementação de uma série de iniciativas voltadas à população do país, entre as quais se destaca o Plano Nacional de Recreação para o Viver Bem (PNRVB).

Segundo Reyes (2015), o PNRVB representou um marco histórico por constituir o primeiro plano nacional concebido pelo Estado venezuelano a reconhecer explicitamente a recreação como direito público e constitucional de toda a população. O autor assinala que, até

a formulação do plano, a Venezuela não dispunha de políticas públicas estruturadas nesse campo, mas apenas de ações pontuais e esporádicas, geralmente direcionadas a grupos restritos. Ademais, havia pouca articulação entre as instituições estatais e o setor privado, o que resultava em iniciativas fragmentadas e de alcance limitado.

O PNRVB foi concebido como uma política pública de caráter inclusivo e formativo, orientada à construção de uma cultura de recreação crítica, libertadora, humanista e comunitária. O autor esclarece que o princípio do Viver Bem, que fundamenta o programa, tem origem na filosofia ancestral do Bem Viver. Conforme Reyes (2015, p. 11, tradução nossa):

O Bem Viver apresenta-se como uma filosofia de vida a partir do pensamento indígena latino-americano, no qual é concebido como vida em plenitude e harmonia com o todo, com todos, em tudo, o tempo todo. Essa plenitude é dada pelo equilíbrio de uma totalidade, pela harmonia compreensiva de um todo que encontra refúgio e assento na natureza como expressão da própria vida, como geradora da vida e da comunhão do todo e de todos. Agora, não se trata da natureza como entidade particular e totalizante geradora da vida humana, mas de uma ideia de coexistência com tudo o que é e do qual fazemos parte, os seres humanos e os outros seres vivos. Numa visão mais ampla do quadro que nos oferece a filosofia autóctone latino-americana, prevê-se que para viver bem é preciso estar bem, e para estar bem é preciso saber viver em harmonia com o todo; todos estes conceitos fazem parte de uma cosmovisão que adquire vislumbres de culturalidade e de um modo de pensar distante da pretensão do capital e da sua ética de mercado, na medida em que não se trata de ter mais para estar bem, não se trata de uma competição fratricida contra o outro, não se trata de uma vida de egoísmo e de maltrato assassino à natureza, trata-se de quem se é como pessoa, como ser humano, trata-se do que finalmente se é e daquilo que define a nossa existência com os outros e com o resto que vive e existe. Dentro desse ideário está enquadrada a premissa da suprema felicidade social e a esperança da formação e desenvolvimento do novo republicano, do novo cidadão, um homem e uma mulher com sentido social, com um compromisso ético e social claro e definido que os acompanhe na reconfiguração da sociedade.

Reyes (2020, p. 233-234, tradução nossa) apresenta os detalhes do objetivo geral e dos objetivos específicos do PNRVB:

- Objetivo geral:

Criar condições para o desenvolvimento de uma cultura de recreação baseada na prática e no exercício da plena liberdade no tempo e na apropriação da felicidade social suprema em família e em comunidade para o Viver Bem.

- Objetivos específicos

1. Implementar uma política pública de assistência e prevenção social por meio da recreação para toda a população venezuelana de forma permanente, em consonância com a premissa da felicidade social suprema e do Viver Bem.

2. Reivindicar a recreação como direito social para a satisfação das necessidades de recreação da população venezuelana e do Viver Bem.
3. Revelar a importância da recreação no desenvolvimento de ações preventivas, de saúde, recreio, descanso, educação e desenvolvimento, que contribuam para a consolidação de uma vida saudável e integral dos cidadãos e cidadãs.
4. Estabelecer as bases para a gestação e o desenvolvimento progressivo e permanente de uma cultura nacional crítica e formativa, defensora de valores e princípios éticos nacionalistas e integracionistas para o fortalecimento da espiritualidade da população, a prática e o exercício da plena liberdade ao longo do tempo.
5. Alcançar a participação inclusiva e protagonista de toda a população e de todos os setores da vida nacional nos processos e programas recreativos, sociais e turísticos decorrentes do PNRVB.
6. Desenvolver uma consciência social e ecológica sensível à realidade nacional que promova a participação protagonista e decisiva do poder popular na concepção de ações coerentes, a fim de alcançar as premissas da felicidade social suprema e do Viver Bem.
7. Incorporar todas as expressões lúdicas possíveis nos espaços comunitários, em reconhecimento da diversidade cultural existente na República Bolivariana da Venezuela e nos demais países da América Latina, a partir da livre expressão e da criação do poder popular em todos os âmbitos.
8. Desenvolver planos e programas que, em conjunto com os coletivos sociais, permitam a reparação, o uso equilibrado e a manutenção de espaços públicos para recreação.
9. Desenvolver programas abrangentes de formação específica e formação popular em matéria de recreação.
10. Desenvolver o campo da recreação como área profissional, ocupacional e como plataforma para o desenvolvimento comunitário.

O PNRVB foi criado em 2007 a partir da convergência de vontades do Estado venezuelano, reunindo diferentes instituições e atores/atrizes sociais, como a Presidência e a Vice-Presidência da República, ministérios do Poder Executivo, institutos autônomos, empresas públicas e movimentos sociais (Reyes, 2015; Reyes, 2020). O plano estabeleceu como eixos programáticos a cultura, a prevenção, o viver bem e a saúde, a formação, a investigação, a gestão, a prática política e a articulação com as grandes missões, com vistas ao alcance de seu objetivo geral. Para tanto, foram definidos três tipos de programas: a) estruturais; b) permanentes; e c) especiais. Cada um deles, por sua vez, organizou processos que, em essência, correspondiam a atividades a serem desenvolvidas conforme a natureza do programa estabelecido (Reyes, 2024).

Os programas estruturais referem-se a processos caracterizados por atividades consideradas essenciais. Tais programas produzem impacto social significativo e demandam elevado nível de equilíbrio organizacional, tanto no âmbito institucional e comunitário quanto no que se refere à participação dos movimentos sociais (Reyes, 2024). Essas atividades “são massivas por natureza e são realizadas em um período específico e em uma época determinada

do ano. Esses processos são estruturais também porque constituem a espinha dorsal da atenção recreativa da população [...]” (Reyes, 2015, p. 20, tradução nossa). Nesse escopo, são desenvolvidas ações como festivais de praias, parques, rios e balneários; planos de férias agroecológicas vinculados à Missão Árvore; festivais comunitários de amadores; recriações da Batalha de Carabobo e de outras comemorações históricas adaptadas às diferentes regiões e estados; planos de férias comunitárias; desafios juvenis; retorno às aulas; e articulações com grandes missões (Reyes, 2024).

Os programas permanentes dizem respeito a “processos e/ou atividades permanentes de caráter desportivo, recreativo, formativo, cultural, turístico e ecológico, que são realizados durante todo o ano [...]” (Reyes, 2015, p. 22). Entre as ações desenvolvidas nesse âmbito, destacam-se a escola de prevenção social; a escola de ecorrecreação; os acampamentos; os festivais desportivos comunitários; o turismo social; a escola de alternativas para as artes e os saberes populares; e a grande exposição cultural bicentenária (Reyes, 2015).

Por fim, os programas especiais são definidos como “[...] processos e atividades formativas, esportivas, culturais e recreativas em celebrações nacionais, patronais, datas patrióticas, efemérides, festivas, religiosas, entre outras [...]” (Reyes, 2015, p. 23). Entre as atividades previstas, incluem-se celebrações de efemérides e datas patrióticas, históricas e dias mundiais; encontros de homólogos - reuniões nacionais e regionais dos/as porta-vozes da Mesa Nacional e Regional do Bem Viver, instâncias responsáveis pela articulação interministerial, interinstitucional, interorganizacional e intergeracional do PNRVB -; encontros de assessores/as voltados às políticas públicas de recreação; encontros de movimentos sociais; exposições; workshops; seminários; e congressos (Reyes, 2024).

Além do PNRVB, Altuve (2012) menciona outras iniciativas relevantes na área da recreação, do lazer e do tempo livre, implementadas sob coordenação estatal. Entre elas, destacam-se a Missão Bairro Adentro Desportivo (MBAD), o Programa de Atividade Física, Massificação Desportiva e Recreação, o Programa Desporto para Todos e o Projeto Fomento da Prática Sistemática de Atividades Físicas, Desportivas, Recreativas e para a Saúde³⁵.

³⁵ Cabe registrar que o país dispõe, ainda, de outras leis e de planos estratégicos na área, concebidos para execução ao longo de vários anos, que abordam direta ou indiretamente a recreação, o lazer e o tempo livre. Nesta parte do texto, contudo, limita-se a mencioná-los, sem a pretensão de analisá-los de forma aprofundada. No que se refere aos dispositivos legais, destacam-se: “[...] Ley Orgánica de Educación (LOE) [Lei Orgânica de Educação]; la Ley Orgánica de Protección de los Niños, Niñas y Adolescentes (LOPNA) [Lei Orgânica de Proteção de Crianças e Adolescentes]; la Ley Orgánica de Prevención, Condiciones y Medio Ambiente de Trabajo (LOPCYMAT) [Lei Orgânica de Prevenção, Condições e Meio Ambiente de Trabalho], [...] la Ley Orgánica de Recreación (LOR) [Lei Orgânica de Recreação], la Ley Orgánica de Régimen Municipal (LORM) [Lei Orgânica de Regime Municipal], la Ley Orgánica del Trabajo, los Trabajadores y las Trabajadoras (LOTTT) [Lei Orgânica do Trabalho, dos Trabalhadores e das Trabalhadoras] [...]” (Reyes, 2020, p. 235, tradução nossa).

Em uma análise que contempla duas etapas do desenvolvimento das políticas públicas no setor, 1999-2010 e 2011-2012, Altuve (2012) aponta que a primeira fase (1999-2010) foi marcada pela definição de diretrizes organizacionais, orçamentárias e programáticas que possibilitaram a inclusão efetiva da população em ações recreativas contínuas e estruturadas. Observou-se, ainda, a ampliação da colaboração com o Poder Desportivo Comunal, bem como investimentos em capacitação, envolvendo grupos historicamente marginalizados, como idosos/as e mulheres. Houve também avanços em investimentos na formação profissional e na manutenção e ampliação de espaços destinados à recreação.

A segunda etapa (2011-2012) caracteriza-se pelo início de um processo de autonomização do campo da recreação, com a criação de espaços acadêmicos, sociais e profissionais específicos. O aprofundamento teórico-conceitual e o fortalecimento da articulação interinstitucional possibilitaram progressos significativos nas atividades desenvolvidas, com uso mais qualificado dos recursos humanos e materiais disponíveis. Registraram-se avanços na capacitação de recreadores/as, participantes, servidores/as públicos/as e comunidades organizadas, como os Conselhos Comunais. Ademais, novos espaços foram incorporados de forma criativa às práticas recreativas, enquanto outros foram adaptados para esse fim. O jogo autêntico, que engloba tradições indígenas e populares, bem como expressões lúdicas venezuelanas, latino-americanas e caribenhas, passou a ser valorizado como patrimônio cultural (Altuve, 2012).

Pode-se afirmar que o PNRVB representa uma oportunidade para o debate permanente acerca das definições teóricas e conceituais de uma política pública de lazer, tempo livre e recreação, orientada à sua aplicação prática em uma perspectiva socialista. Entre as principais limitações identificadas, destacam-se, em primeiro lugar, a ausência de um corpo teórico-conceitual estruturado e sistematizado sobre lazer e tempo livre; e, em segundo lugar, a inexistência de um espaço consolidado e autônomo para a recreação nos âmbitos social, jurídico, acadêmico e profissional. Ademais, coloca-se a necessidade de avaliar se a articulação interinstitucional existente é suficiente ou se se faz imprescindível a criação de centros reguladores específicos para a coordenação das ações no âmbito do PNRVB (Altuve, 2012).

A recreação, por sua vez, ainda carece de reconhecimento como campo autônomo, tanto no plano constitucional quanto nos âmbitos social, acadêmico e profissional. Sua presença permanece subordinada ao contexto esportivo, no qual se insere de forma indistinta: no artigo 111 da Constituição, figura em posição secundária em relação ao esporte; no plano social, é frequentemente compreendida como complemento das áreas da saúde, do esporte e da Educação Física; no meio acadêmico, ocupa lugar marginal nos currículos dessa área e

raramente se consolida como carreira universitária; e, no mercado de trabalho, apresenta-se quase inexistente como meio de sustento e de desenvolvimento profissional (Altuve, 2012).

A produção científica de pesquisadores/as venezuelanos/as, ou de estudiosos/as de outros países interessados/as em compreender o processo histórico de formulação e avaliação das políticas públicas de recreação, lazer e tempo livre na Venezuela, ainda se mostra insuficiente. Até o momento, inexistem estudos como o de Altuve (2012) que apresentem um balanço sistemático do período posterior a 2012, analisando os desdobramentos das ações estatais e identificando fragilidades e potencialidades das iniciativas voltadas à população. Investigações acadêmicas que realizem avaliações rigorosas das políticas implementadas no período pós-chavista revelam-se, portanto, de grande relevância.

Entendemos que parte desse cenário pode ser explicada por fatores que condicionam o desenvolvimento do campo de estudos da recreação, do lazer e do tempo livre na Venezuela, conforme apontam Fernández *et al.* (2014). Os/As autores/as observam que a escassez de publicações e sua limitada divulgação contribuem de forma significativa para essa realidade. Embora sejam realizados eventos destinados ao debate sobre recreação, animação lúdica, jogos e temáticas correlatas, a documentação dessas experiências é restrita, e o alcance das publicações permanece reduzido. Soma-se a isso a decadência progressiva da indústria editorial venezuelana, ainda que existam algumas exceções. Outro aspecto relevante refere-se ao baixo engajamento de pesquisadores/as na submissão de seus trabalhos a periódicos científicos. Apesar da existência de algumas publicações, muitas delas decorrem de exigências institucionais vinculadas à progressão na carreira acadêmica ou à obtenção de títulos, e não de um compromisso efetivo com a produção e a difusão do conhecimento científico.

Encerrada a discussão sobre os aspectos relativos à recreação, ao lazer e ao tempo livre no contexto venezuelano, passamos, na seção seguinte, à análise do potencial transformador do lazer.

2.4 O potencial transformador do lazer

A opção teórico-metodológica adotada nesta pesquisa para a construção do referencial sobre a prática social do lazer articula dois eixos fundamentais, concebidos de forma indissociável, a fim de compreendê-la sob uma perspectiva transformadora: o entendimento do lazer como tempo e espaço de constituição cultural, mediado pela participação, e como um direito social.

O lazer, enquanto construção sócio-histórica, é abordado não de maneira isolada, mas no interior da dinâmica das relações sociais - de poder e dominação -, econômicas, políticas e culturais, ou seja, como um fenômeno historicamente situado. O isolamento de qualquer uma dessas dimensões priva o fenômeno de sentido, compreensão e conteúdo. Torna-se, portanto, imprescindível reconhecer a ação recíproca entre esses diferentes âmbitos da vida social, buscando compreendê-los em um contexto mais amplo, historicamente construído pelos próprios seres humanos.

Segundo De Pellegrin (2006), os sujeitos tendem a compreender o lazer desvinculado de valores, normas e interesses sociais. Em geral, buscam, por meio de suas vivências, a satisfação de necessidades reais como o descanso, o entretenimento e a experiência lúdica, permanecendo, contudo, aprisionados a uma concepção abstrata e individualista. Nesses casos, as escolhas realizadas no âmbito do lazer aparentam estar descoladas da sociedade em que vivem, configurando-se como formas de evasão. Para além dessa compreensão do lazer como tempo e espaço de ruptura com a vida social, a possibilidade de satisfação de desejos mediada pelo consumo revela uma perspectiva individualizada e limitada, cujos contornos os próprios sujeitos, muitas vezes, não conseguem apreender plenamente.

O lazer não se restringe, portanto, a um campo promissor de atividades, negócios ou intervenções. Ele se constitui, também, como um espaço privilegiado de reflexão sobre a sociedade contemporânea, seus grupos sociais, suas formas de sociabilidade e seus conflitos. Portador de múltiplos significados, o lazer configura-se como uma via de acesso ao entendimento dos impasses e das possibilidades que se apresentam na sociedade atual (Magnani, 2000).

Essa perspectiva possibilita compreender as manifestações do lazer não apenas como resultados de relações de consumo e de reprodução social, ainda que se reconheça que ele também esteja submetido a normas e valores socialmente instituídos. No âmbito do lazer, coexistem diferentes lógicas no interior de uma mesma prática. Assim, em uma única manifestação cultural podem estar presentes, simultaneamente, elementos de cooperação e competição, solidariedade e individualismo, conformismo e resistência, entre outros (Gomes; Faria, 2005).

Em contraposição à perspectiva individualizante e consumista, que concebe o lazer como um fenômeno neutro e isento de contradições, emerge uma leitura que incorpora elementos de sua dinâmica prático-material e aponta para a vivência de valores como participação, liberdade e transformação social. Por se tratar de um campo de disputa

hegemônica, conforme anunciado por Mascarenhas (2000), a vivência de um “outro” lazer torna-se possível.

Nesse sentido, Marcassa (2003, p. 7) contribui para o debate ao configurar o lazer como:

[...] campo de disputa hegemônica, como uma instituição na qual valores e interesses diversos buscam se afirmar e perpetuar. Justamente por isso é que na vida cotidiana existem possibilidades de resistência e insubordinação que permitem aos dominados recriarem suas próprias experiências culturais e, por assim dizer, de lazer, conferindo novos significados e produzindo novos conhecimentos sobre suas próprias ações e situações, afirmando-se e perpetuando-se.

O lazer, sob essa ótica, constitui-se como uma forma de resistência, conforme afirma Valle (1988), por meio da qual homens e mulheres, em uma luta concreta, podem se reapropriar de um tempo de liberdade. A autora considera que “[...] a compreensão da realidade do lazer parece emergir de uma dinâmica social onde lógicas opostas estão em ação e onde a prática popular pode ser entendida como uma forma de resistência que assume múltiplos significados” (Valle, 1988, p. 50).

A partir dessa perspectiva, ampliam-se as possibilidades de ações concretas voltadas a mudanças estruturais em nosso sistema de metabolismo social, favorecendo a vivência de experiências mais humanizadoras. Desse modo, abre-se a possibilidade, e também a necessidade, de estabelecer interfaces com outras esferas da vida humana, como o trabalho, sem dicotimizá-las, reconhecendo a relevância de ambas no permanente processo de vir a ser dos indivíduos.

O lazer, enquanto *práxis* humana, deve ser analisado em toda a sua amplitude e complexidade, pois carrega consigo a potência de contestar e transformar formas de ser e estar no mundo. Quando expressas por meio de ações culturais, essas experiências podem contribuir para a transformação radical da realidade social de determinados grupos. Por essa razão, optamos por compreendê-lo em sua “especificidade concreta” (Marcellino, 1992; 1996b), sobretudo quando pesquisamos de forma colaborativa com homens e mulheres historicamente marginalizados/as nos âmbitos social, cultural, econômico e político, como é o caso de migrantes e refugiados/as.

Essa forma de compreender o lazer revela a possibilidade de nos reconhecermos como protagonistas da história. Tal protagonismo só se efetiva quando entendemos que também

somos construtores/as de uma realidade inacabada, pois, conforme afirma Taffarel (2006, p. 102):

[...] a realidade pode ser mudada de forma revolucionária só porque e na medida em que nós a produzimos, uma vez que saibamos que ela é produzida por nós [...]. É a compreensão da realidade humano-social como unidade de produção e produto, de sujeito e objeto, de gênese e estrutura que permitirá a práxis revolucionária.

Diante da realidade opressora enfrentada por migrantes e refugiados/as, é possível perceber a existência de múltiplos tempos e espaços sociais que se tornam relevantes na disputa pela condução do processo histórico por parte dos grupos subalternizados. Essa caminhada em direção à emancipação dos/as oprimidos/as não pode prescindir do lazer, entendido como uma prática social carregada de sentidos, possibilidades educativas e potencial transformador. Nesse sentido, Gomes (2010, p. 300) afirma:

Tais considerações ressaltam o potencial do lazer para mobilizar experiências revolucionárias e inovadoras, no sentido de concretizar uma educação transformadora. Por meio de diferentes linguagens - tais como a música, a poesia, o grafite, a pintura, a escultura, a dança, as vivências e expressões corporais, a fotografia e o teatro, entre inúmeras outras - é possível (re)elaborar valores e caminhar em direção ao processo de (re)construção da nossa sociedade pelo prisma da cultura. Enquanto uma dimensão da cultura, o lazer é um fenômeno que pode aguçar nossas sensibilidades (sensibilidade que está relacionada ao plano sensorial, mas que deve ser também sensibilidade social, política, ecológica, etc.), nos ajudar a conectarmos com nosso corpo e contexto, nos estimular a pensar sobre a nossa sociedade para transformá-la e refletir sobre questões mais amplas, pois ele está estreitamente vinculado aos demais planos da vida social.

A práxis humana em defesa de condições dignas de vida e da construção de uma contra-hegemonia passa pela necessidade de compreendermos o lazer, com suas particularidades, inserido em uma realidade permeada por relações de enriquecimento mútuo, contradições e/ou oposições em relação a outros fenômenos sociais, o que impede concebê-lo como uma panaceia. Esse olhar dialético sobre as relações entre lazer e sociedade possibilita o desvelamento das injustiças sócio-históricas que sustentam o atual *status quo*. Por meio da dialética, compreendemos que o lazer reflete os embates presentes em uma sociedade marcada por interesses antagônicos, não estando imune às tensões que atravessam as demais instâncias da vida social.

A transformação do cenário opressor e desumanizador no qual se encontram os grupos marginalizados não pode ser analisada nem determinada exclusivamente a partir da base

econômica, como sugerem algumas interpretações alinhadas ao campo progressista das Ciências Humanas e Sociais. O lazer, longe de constituir um fenômeno livre e idealizado, “[...] é uma experiência cultural [...] fruto da expressão ativa das relações sociais e das lutas que se estabelecem no cotidiano das camadas populares” (Melo, 2003, p. 55).

Cabe esclarecer, conforme destaca Melo (2003, p. 52), que “[...] a compreensão da existência de resistências no âmbito da cultura não deve significar negligenciar as formas clássicas de organização política”, sendo igualmente fundamental não nos aprisionarmos a hierarquizações conjunturais que inviabilizem o desenvolvimento de uma *práxis* transformadora. Nesse mesmo sentido, compartilhamos das ideias de Marcellino (2010, p. 26), ao afirmar que esse tipo de compreensão “[...] parece ser uma postura que contribui para abrir possibilidades de alteração do quadro atual da vida social, tendo em vista a realização humana, a partir de mudanças no plano cultural”.

A dimensão econômica é, sem dúvida, relevante para a abordagem do lazer. Não há dúvidas. Contudo, não se pode pressupor que transformações nessa esfera antecedam, de forma mecânica, mudanças na superestrutura edificada sobre essa base. Ao desenvolvermos tal argumento, não pretendemos, em hipótese alguma, desconsiderar as influências do capital, das relações de produção e de poder ou do desenvolvimento das forças produtivas na configuração do lazer e na análise das condições vividas por migrantes e refugiados/as. Sustentamos, entretanto, que a infraestrutura carece de sentido fora de um contexto cultural permeado por significados. Assim, defendemos intervenções significativas junto a grupos marginalizados no plano cultural, por meio do lazer, de modo a fomentar debates e ações que contribuam para a construção de uma nova estrutura social que seja digna, justa e solidária.

A escolha por atuar com coletivos marginalizados na esfera cultural decorre da convicção de que as possibilidades de criação e expressão no tempo livre e no lazer são mais amplas do que aquelas existentes, por exemplo, em uma linha de produção. Tal perspectiva não desconsidera, de modo algum, a visão de totalidade anteriormente mencionada, como se a cultura “[...] existisse de forma autônoma, a-histórica e desconectada das condições materiais e concretas de seu contexto” (Marcassa, 2002, p. 7). Ao contrário, reconhecemos que a cultura é simultaneamente produtora e produto da realidade social, sendo continuamente construída por homens e mulheres ao longo da história.

Para que essa forma de compreender e intervir na realidade social se concretize, é imprescindível uma articulação significativa entre lazer e educação. Ambos os campos apresentam interfaces que se manifestam em diferentes contextos - escolas, clubes empresariais, acampamentos, assentamentos, campos de refugiados e abrigos de acolhida emergencial, entre

outros. A construção dessas relações, entretanto, encontra-se condicionada por fatores vinculados aos modelos de educação, trabalho e diversão historicamente orientados por ideais de dominação de determinados grupos sobre outros. Ainda que existam contra-tendências, tais relações permanecem presentes no tecido social. Conforme observa Marcassa (2004, p. 128): “É possível dizer que, em tal perspectiva, há uma visão instrumental e de controle social sobre as relações entre lazer e educação, vista até os dias de hoje”.

Por fim, vale ressaltar que o projeto societário que defendemos pressupõe a desvinculação do lazer das formas modernas de dominação - colonialismo, capitalismo e patriarcado (Santos, 2022) -, sob pena de inviabilizar a consolidação de uma contra-hegemonia capaz de conduzir a sociedade a um processo efetivo de transformação. Como afirma Marcellino (2010, p. 36):

Contrapõe-se a essa visão do lazer como instrumento de dominação, aquela que o entende como um fenômeno gerado historicamente e do qual emergem valores questionadores da sociedade como um todo, e sobre o qual são exercidas influências da estrutura social vigente. Assim, a admissão da importância do lazer na vida moderna significa considerá-lo como um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural. Mudanças necessárias para a implantação de uma nova ordem social.

Esse entendimento possibilita o reconhecimento do lazer como um direito social. A Constituição brasileira (Brasil, 1988) foi, e deve continuar sendo, um instrumento de mobilização política dos indivíduos. Segundo Oliveira (2004), a Constituição de 1988 representou um marco no campo das lutas sociais ao consagrar juridicamente uma série de direitos historicamente forjados, conferindo-lhes forma e legitimidade legal e reforçando, assim, o potencial das mobilizações sociais na construção da cidadania.

A presença do lazer na Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988) expressa, simultaneamente, o desenvolvimento das relações de produção e das forças produtivas e o resultado das intensas lutas travadas por diferentes grupos sociais em defesa da garantia de direitos, entre os quais se insere o lazer. Os direitos sociais, por sua vez, visam reduzir progressivamente as desigualdades geradas pela sociedade mercantil, limitando os excessos dos direitos privados e assegurando a todas as pessoas o acesso a bens indispensáveis a uma vida digna e à participação cívica consciente, garantindo, desse modo, um patamar mínimo de bem-estar (Cury, 2006; Menicucci, 2006).

Entretanto, observa-se que o lazer, enquanto prática social e direito constitucionalmente assegurado, ainda enfrenta um profundo descompasso entre o que está

previsto na legislação e sua efetivação concreta. Embora homens e mulheres sejam formalmente iguais perante a lei, o acesso e a vivência reais desse direito permanecem marcados por desigualdades estruturais. Tal descompasso resulta de um conjunto de variáveis - como classe social, nível de escolaridade, faixa etária, gênero, entre outras - que, articuladas às limitações econômicas, inibem a democratização do lazer, configurando aquilo que Marcellino (1983) denominou de “todo inibidor”.

A discussão acerca dos direitos sociais, conforme assinala Telles (2006, p. 175), deve “[...] ir além da justa indignação contra a miséria do mundo ou da simples repetição do discurso sociológico que explica a ordem de suas causalidades e determinações”. Trata-se de deslocar o foco da análise e repensar “[...] os direitos sociais não a partir de sua fragilidade ou da realidade que deixaram de conter, mas das questões que abrem e dos problemas que colocam” (Telles, 2006, p. 175).

Nessa direção, o lazer, enquanto direito social, precisa ser permanentemente conquistado por homens e mulheres por meio de uma *práxis* revolucionária que contemple seu duplo aspecto educativo (Marcellino, 2010). A realização dessa ação-reflexão radical, mediada por uma educação para e pelo lazer, possibilita compreender que o desenvolvimento da cidadania social, em sua contextualização sócio-histórica, depende:

[...] por um lado, da constituição de um sentimento de identidade e de obrigação comum, envolvendo a participação da comunidade, dado seu caráter coletivo. Por outro lado, remete à importância do Estado e está relacionado com a emergência dos sistemas de proteção social que têm como referencial o estado de bem-estar [...] (Menicucci, 2006, p. 140).

Essa perspectiva constitui uma das formas de mobilização coletiva frente à tendência neoliberal de sucateamento e de desresponsabilização do Estado no que se refere às políticas e aos direitos sociais, entre eles o lazer. Ao se pautar em pressupostos neoliberais, expressão do capitalismo contemporâneo, reforçam-se a competitividade, a lucratividade e os processos de privatização, ao mesmo tempo em que se minimiza o papel do Estado na formulação e na implementação de políticas sociais. Tal movimento contribui para a fragmentação dos sujeitos sociais e para o enfraquecimento de suas lutas coletivas, o que atende aos interesses do sistema vigente.

De forma articulada ao entendimento do lazer como direito social e tendo como referência a perspectiva de transformação social discutida até este ponto, passamos a tratar da constituição cultural. Essa dimensão relaciona-se à totalidade da vida social em seus aspectos

políticos, econômicos, ideológicos e históricos, evitando análises mecanicistas que restrinjam a discussão exclusivamente à dimensão econômica.

O significado da constituição cultural está intrinsecamente vinculado à compreensão da cultura como unidade indissociável entre processo e produto. Contudo, observa-se uma tendência a atribuir maior relevância ao produto cultural, muitas vezes em razão de sua maior “visibilidade”, em detrimento do processo que lhe dá origem. A separação artificial entre esses dois campos facilita o controle do processo de produção cultural por grupos alinhados à ideologia dominante, fazendo com que os bens culturais passem a ser consumidos de maneira passiva. Como consequência, produz-se algo que se torna estranho aos sujeitos, resultado de um processo do qual não participaram de forma efetiva.

A questão central dessa perspectiva consiste em reconhecer e valorizar o universo de experiências culturais próprias dos indivíduos e dos grupos sociais, respeitando suas especificidades históricas e sociais. No interior de grupos marginalizados, encontra-se “[...] a organização de um certo universo material e o desenvolvimento de certos padrões de sociabilidade, de certas expressões culturais e formas de existência, cujo sentido fundamental está no fato de serem reveladoras da vivência concreta de determinadas situações de classe” (Macedo, 1979, p. 5).

Dessa forma, “não se trata de consumir passivamente uma cultura que é estranha a seus interesses e condições objetivas e subjetivas de vida [...]”, mas de “[...] reinterpretar e mesmo criar - na medida em que a própria reinterpretação implica a atribuição de novos sentidos simbólicos - formas peculiares de expressão cultural que envolvam um sentido de recusa e de resistência” (Macedo, 1982, p. 38).

Nesse contexto, a constituição cultural torna-se uma aliada no processo de luta pela garantia dos direitos sociais, entre os quais se insere o lazer. Não qualquer forma de lazer, mas aquele dotado de potencial transformador. Trata-se de um lazer problematizador, nos termos de Mascarenhas (2005, p. 272):

[...] reclamando o ambiente, a disponibilidade e as condições para que a reflexão elaborada e gerada a partir da vivência da cultura lúdica busque assegurar às classes populares a apropriação de um saber correspondente às suas experiências e reais necessidades, possibilitando-lhes o desenvolvimento de habilidades e valores necessários à sua autodeterminação como sujeito coletivo.

Assim, a constituição cultural, articulada ao lazer compreendido na perspectiva defendida neste estudo, isto é, como prática social inserida na esfera da transformação societal,

encontra-se impregnada de sentido, dinamismo e contradições. Trata-se de uma concepção orientada por um “[...] projeto de libertação, projeto eticamente justo, humano, alterativo” (Dussel, s/d, p. 214).

A participação das pessoas envolvidas nas experiências de lazer revela-se, portanto, fundamental para o processo de constituição cultural, configurando-se como uma tarefa nobre e necessária. Nessa direção, Bordenave (1985, p. 23) afirma que participar significa “fazer parte, tomar parte ou ter parte”. Na esteira desse raciocínio, o autor destaca que “[...] a prova de fogo da participação não é o quanto se toma parte, mas como se toma parte”.

Dessa maneira, compreendemos ser imprescindível que os/as integrantes de grupos marginalizados social, política e culturalmente se apropriem da unidade dialética processo-produto no âmbito da constituição cultural, por meio de uma participação efetiva. A insatisfação diante da ínfima participação decisória nos destinos de um grupo, e da sociedade em geral, tem levado homens e mulheres a desejarem, cada vez mais, “tomar parte” no processo contínuo de decisão coletiva.

A participação plena, em nosso entendimento, ocorre quando os indivíduos sentem que, por *fazerem parte* de um grupo, possuem parte real na condução de seus rumos e, por isso, *tomam parte*, cada qual em sua esfera de atuação, na construção do coletivo (e da sociedade) que desejam e do qual se *sentem efetivamente parte*.

CAPÍTULO 3 - AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E O CONTEXTO DA CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA

I - Dívidas

Quem acreditará que uma passagem de trinta reais seja tão difícil de arcar?

Quem acreditará que trinta reais sejam três salários mínimos?

Quem acreditará que pais e filhos andem mais de duzentos quilômetros - de Pacaraima a Boa Vista - através de um sonho que para muitos é ínfimo?

Quem acreditará que os filhos da terra do petróleo tenham nos pés o único meio de transporte? [...]

(Figueira, 2020, p. 26).

O fenômeno das migrações é ocasionado, principalmente, pela escassez de oportunidades em múltiplas dimensões, sociais, políticas, econômicas e ambientais, levando pessoas a se deslocarem de seus países de origem para territórios muitas vezes desconhecidos, em busca de melhores condições de vida. Entretanto, nem sempre esse encontro com circunstâncias mais favoráveis ocorre no local de destino.

Ao tecermos reflexões sobre esses deslocamentos, faz-se necessário reconhecer que o processo migratório ocorre de forma ininterrupta desde os primórdios da humanidade. Trata-se, portanto, de um fenômeno que constitui parte fundamental dos acontecimentos históricos desde as formações culturais mais antigas, nas quais os conflitos decorrentes de disputas por territórios, por exemplo, possibilitaram a formação de diversos conglomerados populacionais. Assim, destaca-se que os grandes fluxos migratórios não podem ser dissociados de relevantes processos históricos e culturais, sendo capazes de provocar alterações significativas, inclusive nas sociedades contemporâneas.

No contexto latino-americano, em termos de movimento migratório, destaca-se o caso venezuelano. O país enfrenta uma grave crise socioeconômica e política sem precedentes, resultado dos (des)caminhos adotados pelo governo nos últimos anos e das tensões geopolíticas da região. Em decorrência disso, observa-se um cenário crítico, marcado por hiperinflação, elevado desemprego, aumento da pobreza, escassez de medicamentos, desabastecimento de produtos de primeira necessidade e crescimento da violência. Tal conjuntura resultou na eclosão de um fluxo massivo de homens, mulheres, crianças, jovens e adultos, indígenas e não indígenas, que decidiram deixar a Venezuela em busca de melhores condições de vida em países vizinhos ou distantes.

Esse quadro interfere diretamente na dinâmica dos países fronteiriços, como o Brasil, que tem se destacado pela acolhida dada aos/às cidadãos/ãs venezuelanos/as. O número de pessoas que cruzam a fronteira em busca de alimentos, saúde e proteção, muitas delas sem quaisquer condições financeiras de autossustento, aumentou substancialmente, sobretudo a partir de 2015. Tal fenômeno gerou impactos expressivos em várias dimensões da vida social, pois o elevado contingente de pessoas em movimento exigiu do Estado brasileiro respostas em múltiplas frentes para recepcionar migrantes e refugiados/as provenientes da Venezuela.

Dessa forma, neste capítulo discutiremos, de maneira geral, as categorias migratórias abordadas em estudos acadêmicos e reconhecidas no campo jurídico, bem como apresentaremos uma análise problematizadora da categoria “refugiado/a”. O contexto das migrações internacionais também será abordado, com ênfase na inserção do fluxo migratório venezuelano no cenário brasileiro. Em particular, trataremos do fluxo migratório indígena, caracterizando os dois povos com representantes entre os/as colaboradores/as da pesquisa. Por fim, discutiremos os elementos contextuais da crise migratória venezuelana e sua repercussão na cena social brasileira.

3.1 Os diferentes grupos de deslocamentos humanos

Muito embora apresentem limitações, as distinções conceituais promovidas no âmbito dos estudos sobre migrações internacionais constituem condição essencial para uma melhor compreensão dos fluxos migratórios observados ao longo dos tempos. A complexificação desse fenômeno exigiu maior rigor analítico em relação aos deslocamentos humanos e o reconhecimento das diferentes particularidades que permeiam os estatutos das pessoas em situação de mobilidade. Sayad (1998) entende o fenômeno migratório como um fato social total, por ser interpretável em diversos níveis, histórico, geográfico, econômico, social e cultural, todos solidários entre si. Dessa forma, as migrações congregam deslocamentos humanos não apenas no espaço geográfico, mas também nos planos social, político, econômico e cultural. O autor afirma que essa análise requer a construção de um itinerário epistemológico e cognitivo, balizado pela interface entre diferentes campos do conhecimento.

Na esteira desse pensamento, Nolasco (2016, p. 1) também reconhece a complexidade do fenômeno migratório e adverte para o risco de reduzi-lo a um simples movimento de pessoas. Distante dessa perspectiva, o autor apresenta a seguinte ponderação, sinalizando a necessidade de um debate mais aprofundado sobre o tema:

A objetivação terminológica por parte do meio científico torna-se uma necessidade quando confrontada com os factos migratórios, de forma a questionar as categorias e entendimentos preconceituosos, estereotipados e simplistas, que sobre essa realidade são elaborados por diversos protagonistas.

Esse esforço de maior clarificação terminológica extrapolou o âmbito acadêmico e tem alcançado a esfera jurídica, por meio da exigência de clareza na aplicação do instituto do refúgio e de outros mecanismos protetivos às pessoas em situação de deslocamento. Ainda que a discussão ocorra nessas duas esferas, observa-se que os avanços não se dão de forma uniforme: o tempo jurídico nem sempre acompanha, com a mesma celeridade, o desenrolar dos debates acadêmicos.

Nesse contexto, na avaliação de Silva (2017), torna-se patente a necessidade de formulação de mecanismos jurídicos, nacionais e internacionais, capazes de promover a garantia de direitos às pessoas migrantes em condição de vulnerabilidade, mas que, do ponto de vista legal, não se enquadram no instituto do refúgio. Assim como em outros fenômenos sociais, a questão migratória revela um cenário em franca expansão, no qual direitos têm sido constantemente contestados e, por vezes, suprimidos.

Em termos simples, a migração internacional pode ser entendida como o processo pelo qual pessoas atravessam uma fronteira internacional, independentemente da causa motivadora, da distância percorrida ou da composição dos grupos que realizam o deslocamento. Essa definição, de natureza operacional, pode servir como ponto de partida para compreender as migrações, constituindo-se em uma síntese válida. No entanto, dada a complexidade do fenômeno, o debate requer aprofundamento para evitar abordagens simplistas, o que seria um equívoco sob vários aspectos. As razões que motivam os movimentos migratórios são diversas e têm se transformado ao longo dos tempos.

Ao destacar as motivações que levam as pessoas a migrar, Uebel (2016, p. 10) faz as seguintes considerações:

Motivadas especialmente pela própria transformação das relações e escalas em nível internacional, tendo-se, por exemplo, questões de conflitos étnicos e civis, desastres naturais, condições econômicas e laborais como repercussões e “fomentadoras” de tal processo em escala global, que se relacionam em uma escala nacional com questões do uso do espaço brasileiro (tanto de corte social como territorial-geográfico), fronteiras e política setorial de imigração com repercussões territoriais e, diretamente, nas escalas regionais com questões de trabalho, assistência social e outras temáticas pertinentes à imigração.

Jubilut e Apolinário (2010) chamam a atenção para a necessidade de distinguir os tipos migratórios, uma vez que a proteção às pessoas em deslocamento é concedida levando em consideração as particularidades de cada situação. Com base na diferenciação proposta pelo próprio ACNUR, as autoras classificam as migrações em voluntárias e forçadas. As migrações voluntárias correspondem às situações em que as pessoas e seus familiares decidem se deslocar para outro país por vontade própria, motivadas por conveniência particular e sem interferência de fatores externos, buscando melhores condições sociais e materiais de vida. Já as migrações forçadas, por sua vez, são aquelas em que a possibilidade de escolha está ausente ou reduzida, englobando uma ampla gama de situações. Nesses casos, incluem-se também as pessoas que necessitaram se deslocar em virtude da falta de efetiva garantia de direitos econômicos, sociais e culturais.

A migração voluntária caracteriza-se pelo deslocamento espontâneo de pessoas de seus países de origem em busca de melhores oportunidades de vida, podendo retornar quando desejarem, uma vez que continuam a receber proteção estatal. Esse tipo de migração geralmente está relacionado à busca por melhores oportunidades em outro país, sejam elas de ordem profissional, educacional, afetiva ou de lazer. Nesses casos, segundo Ribeiro (2015), as pessoas devem cumprir os requisitos normais de entrada no país de destino. Para Casella (2001), os/as chamados/as migrantes econômicos/as se enquadram nessa categoria, pois, mesmo possuindo meios de subsistência garantidos em seus países de origem, optam por se deslocar em busca de condições mais favoráveis de vida.

Portanto, a migração voluntária implica um projeto de vida, a partir do qual indivíduos, motivados por razões diversas, deixam seu país de origem e se estabelecem em outra nação, vivenciando, assim, um contexto cultural, econômico, social e político distinto. Esse tipo migratório pressupõe um deslocamento planejado e até mesmo desejado, sem impedimentos para o regresso a qualquer momento. Essa condição, contudo, não se aplica aos/as refugiados/as e asilados/as.

No quadro das *migrações forçadas*, existem categorias que expressam a situação de pessoas compelidas a deixar seus locais de origem em busca de proteção em outro território. O ACNUR divide essas categorias migratórias em: asilados/as, apátridas, deslocados/as internos/as, solicitantes de refúgio e refugiados/as. A seguir, cada uma delas será abordada brevemente.

3.1.1 Asilo

O asilo é um dos institutos mais antigos da história humana, cuja gênese remonta à Antiguidade Ocidental. Em sua raiz etimológica, o termo origina-se do grego *ásilon* e do latim *asylum*, significando “lugar inviolável”, “local de proteção”, “abrigo” e “refúgio”. O asilo político pode ser compreendido como um gênero de asilo em acepção ampla, referindo-se a um conjunto de regras que protegem o/a estrangeiro/a perseguido/a por motivações políticas e que necessita de amparo para permanecer em um território estrangeiro ou retornar ao seu país de nacionalidade ou residência (Ramos, 2011).

A presença do instituto do asilo está contemplada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em seu artigo XIV, no qual se prevê a toda pessoa sujeita à perseguição “o direito de procurar e de beneficiar-se de asilo em outros países. Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por atividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas” (UN, 1948, p. 74, tradução nossa).

O asilo político pode assumir duas formas: asilo territorial e asilo diplomático. No primeiro, a concessão ocorre quando o indivíduo se encontra no território do Estado ao qual solicita proteção. Já o segundo é concedido fora do território do Estado asilante, mas em locais sob sua jurisdição, como embaixadas ou consulados (Pereira, 2019).

Apesar de sua previsão na DUDH, as regras para solicitação do asilo político estão relacionadas à discricionariedade e conveniência estatal, ou seja, cabe ao Estado que recebe a solicitação avaliar e decidir sobre o acolhimento. Assim, a fiscalização e eventual responsabilização internacional por casos de concessão injustificada devem ser direcionadas ao Estado onde o pedido foi formulado. Por estar vinculado a critérios do direito administrativo e à conveniência política, pessoas sob a proteção de determinado ente estatal podem deixar de gozar dessa salvaguarda em caso de mudança de governante (Pereira, 2019).

3.1.2 Apátridas

Segundo a Convenção da ONU de 1954 relativa ao *Estatuto dos Apátridas*, é considerada apátrida “toda a pessoa que não seja considerada por qualquer Estado, segundo a sua legislação, como seu nacional” (ONU, 1954, s. p.). Essa definição, presente no artigo 1º do

Estatuto, foi elaborada para balizar a condição jurídica dos/as apátridas e garantir-lhes o usufruto de direitos fundamentais.

No *Manual de Proteção aos Apátridas*, consta que “determinar se um indivíduo é considerado ou não um nacional nos termos da legislação de seu Estado requer uma análise cuidadosa sobre como o Estado em questão aplica, na prática, suas leis de nacionalidade aos indivíduos [...]” (ACNUR, 2014, p. 13). O reconhecimento da condição de apatridia pode se aplicar tanto a pessoas em situação de deslocamento quanto àquelas que nunca cruzaram fronteiras, conforme esclarece o documento: “O Artigo 1(1) se aplica em contextos de migração e de não migração. Um apátrida pode nunca ter cruzado uma fronteira internacional e ter vivido no mesmo país por toda a sua vida. Por outro lado, alguns apátridas também podem ser refugiados ou elegíveis para proteção complementar” (ACNUR, 2014, p. 10).

Essa condição existencial acarreta impactos severos na vida das pessoas que dela padecem. Por não serem reconhecidos/as como cidadãos/ãs de nenhum Estado, ficam impedidos/as de exercer direitos elementares. De acordo com Van Wass (2017), o gozo de direitos civis, políticos e socioeconômicos torna-se um desafio para aqueles/as que não possuem nacionalidade. Os problemas são numerosos e incluem dificuldades de identificação, por falta de documentos oficiais, limitação de acesso a serviços públicos, restrições de mobilidade e impedimentos ao exercício de direitos políticos, como votar e ser votado/a. A autora observa que:

Muitos se tornam presos à pobreza, de modo que a apatridia também se torna uma condição herdada. Muitos são expostos a tratamentos abusivos ou exploratórios, o que pode ser agravado pela estigmatização da apatridia. Esses problemas, cuja causa ou catalisador é a apatridia, também podem provocar impactos consideráveis em termos de bem-estar pessoal, podendo ensejar ansiedade e depressão. Além do mais, o impacto da apatridia nos indivíduos pode se alastrar e afetar membros da família, da sociedade na qual estão inseridos e até mesmo da comunidade internacional - por exemplo, quando a condição da apatridia leva a atenções públicas ou ao deslocamento forçado (Van Wass, 2017, p. 72).

Em síntese, a apatridia resulta na exclusão de grande parte dos atos da vida civil. Diante dos efeitos deletérios dessa condição, Van Wass (2017) aponta que a comunidade internacional tem se mobilizado para enfrentá-la por meio da adoção de acordos internacionais em duas frentes: (i) proteção internacional das pessoas sem nacionalidade até a resolução de sua situação; e (ii) prevenção e redução dos casos de apatridia, assegurando, ao mesmo tempo, o direito à nacionalidade a todas as pessoas.

3.1.3 Deslocados internos

De acordo com o documento *Princípios Orientadores Relativos aos Deslocados Internos*, produzido pela Agência da ONU para Refugiados, temos a seguinte definição³⁶:

[...] os deslocados internos são pessoas, ou grupos de pessoas, forçadas ou obrigadas a fugir ou abandonar as suas casas ou seus locais de residência habituais, particularmente em consequência de, ou com vista a evitar, os efeitos dos conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou calamidades humanas ou naturais, e que não tenham atravessado uma fronteira internacionalmente reconhecida de um Estado (ACNUR, 1998, p. 1).

Atualmente, o reconhecimento da existência de deslocamentos internos tem recebido atenção crescente por parte das autoridades responsáveis pela determinação da condição de refugiado/a. Em períodos anteriores, práticas jurisdicionais divergentes nos processos de análise e decisão motivaram a elaboração de diretrizes para uma abordagem mais estruturada e uniforme (ACNUR, 2018)³⁷.

Cabe destacar que o conceito de *deslocamento interno* não está desvinculado ao direito dos/as refugiados/as e nem deve ser entendido como um elemento autônomo na determinação do status de refugiado/a. Na Convenção de 1951 e/ou no Protocolo de 1967 sobre o Estatuto dos Refugiados temos que uma pessoa refugiada é alguém que a partir da análise de sua condição atende aos critérios estabelecidos nessas convenções. Embora o conceito de deslocamento interno não seja claramente mencionado entre esses critérios, a sua relevância pode aparecer durante o processo de análise do status de refugiado/a. Existem interpretações que o localizam como parte do “fundado temor de perseguição” ou consideram-no como parte integrante da questão de “não poder ou não querer valer-se da proteção daquele país” contidas na definição de refugiado/a. As interpretações em tela não são necessariamente divergentes, pois a determinação da condição de refúgio requer uma análise ampla dos elementos que se relacionam aos critérios estabelecidos nas convenções (ACNUR, 2018).

³⁶ Cabe destacar que a Declaração de Cartagena de 1984 traz em seu *corpus* a menção aos conflitos internos como um dos elementos que devem ser considerados na definição do status de refugiado/a (ACNUR, 1984). De igual maneira, a Convenção de Kampala (União Africana, 2009) também faz menção à situação de deslocamento interno.

³⁷ No *Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado* (ACNUR, 2018) encontram-se diretrizes para análise dos casos de deslocamento interno e reconhecimento das pessoas que se encontram nessa condição como refugiado/a.

Portanto, são pessoas que, por variados motivos, não têm condições de deixar seus países, vivendo cotidianamente em situação de alta vulnerabilidade. Nesses casos, não são acolhidas por outro Estado, mas pelo ACNUR, geralmente em campos de refugiados/as situados em áreas afastadas de conflitos internos (Pereira, 2019).

3.1.4 Solicitantes de refúgio

Os/As solicitantes de refúgio, embora ainda não possuam o status de refugiados/as, estão amparados/as por instrumentos jurídicos que reconhecem sua condição de vulnerabilidade. Por isso, não podem ser devolvidos/as de forma forçada ao país de origem enquanto aguardam decisão sobre sua solicitação, princípio conhecido como *non-refoulement* (ou “não devolução”, em português) (Pereira, 2019).

A partir do pedido de refúgio, as autoridades competentes do país de acolhida instauram um procedimento, com base em suas normativas internas, para avaliar se o/a requerente preenche os requisitos para ser reconhecido/a como refugiado/a. Até a finalização do processo, a pessoa é considerada solicitante ou requerente de refúgio (em inglês, *asylum seekers*). Em caso de decisão positiva, o/a requerente passa a gozar de todas as prerrogativas associadas ao instituto do refúgio. Em caso de decisão final negativa, o/a solicitante é considerado/a estrangeiro/a em situação irregular, devendo regularizar sua permanência (Moreira, 2009).

Essa classificação reflete a necessidade de diferenciar políticas voltadas à garantia de direitos para pessoas em situações jurídicas distintas no contexto migratório. Ainda que tais distinções sejam úteis, Sassen (2013) afirma que é impraticável enquadrar rigidamente as categorias de migrantes, pois elas não dão conta da complexidade real dos movimentos humanos. Para ela, quase todas as migrações envolvem algum grau de compulsão, ao mesmo tempo em que se relacionam com escolhas pessoais. Assim, para além da vontade individual, outros fatores estruturais e geopolíticos influenciam os fluxos migratórios contemporâneos.

3.1.5 Refugiados

De acordo com Jubilut e Madureira (2014, p. 14), no que ficou conhecido como definição clássica, o/a *refugiado/a* pode ser compreendido como:

[...] o indivíduo que tenha bem-fundado temor de perseguição em virtude de sua raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertencimento a certo grupo social, que esteja fora de seu território de origem (extraterritorialidade), que necessite de proteção internacional (ou seja, que não se enquadre nas cláusulas de cessação também definidas pela Convenção de 51, e que não conte com outras formas de proteção internacional), e que mereça a proteção internacional (isto é, que não venha a ser incluído nas cláusulas de exclusão definidas pela Convenção de 51).

Fica claro que os/as refugiados/as são pessoas que se encontram fora de seus respectivos países de origem e, devido ao fundado temor de perseguições de natureza racial, religiosa, nacional, política (divergente do governo) ou por pertencerem a determinados grupos sociais, não podem ter sua segurança garantida pelo Estado de origem. Com a *Declaração de Cartagena de 1984*, reconhecida por alguns países, entre eles o Brasil, houve a ampliação da definição de refugiado/a estabelecida pela ONU e a incorporação desse dispositivo às legislações nacionais que tratam do tema. Freier, Berganza e Blouin (2020, p. 19) assinalam que a *Declaração de Cartagena* “[...] estende o direito de proteção às vítimas de violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violações em massa dos direitos humanos e outras situações que perturbam gravemente a ordem pública”.

Apesar de os/as refugiados/as não constituírem um campo de pesquisa explicitamente autodelimitado, pois são compreendidos/as como uma fração do universo dos/as migrantes, a forma como são reunidos/as e apresentados/as por entidades internacionais frequentemente promove uma noção universal e essencializada da experiência de refúgio. Tais processos costumam resultar em des-historicização e despolitização, nas quais os/as refugiados/as são vistos/as como uma massa homogênea e necessitada (Malkki, 1995; Malkki, 1996).

Malkki (1996) problematiza a própria categoria de refugiado/a ao afirmar que ela imputa expectativas e condutas desejáveis às pessoas deslocadas. A autora questiona o recurso de aglutinarmos sob um mesmo conceito uma heterogeneidade de origens e de deslocamentos. A argumentação faz sentido quando nos deparamos com a presença de diferentes agentes, públicos ou não, que prestam assistência e procuram conformar a forma de ser dos/as refugiados/as para a vida em outra localidade, o que atesta a complexidade da existência de refugiados/as e a limitação analítica da categoria em tela.

Na definição de refugiado/a há uma série de interesses conceituais e políticos. Weiß (2018) procura descortinar essa questão ao afirmar que, enquanto a definição jurídica e as literaturas sobre migração forçada enfatizam critérios legais para a concessão do status, a sociologia da migração investiga como o processo de “tornar-se” refugiado/a se insere numa trajetória de longo prazo. Há um ponto decisivo a partir do qual as pessoas decidem deixar seus

países, enfatizando que a busca por refúgio é processual. A autora ainda argumenta que dicotomias taxativas em torno da categoria podem, inclusive, beneficiar aqueles/as que desejam desacreditar as pessoas em situação de refúgio.

A “descentralização” dos/as refugiados/as de uma abordagem prioritariamente jurídica, muito praticada por agências humanitárias, para uma análise situada no campo dos estudos migratórios torna-se estratégia fundamental para compreender como a categoria de refugiado/a é acessada e atribuída (Weiß, 2018). Isso porque “estudos de caso comparativos desses migrantes sob coação confirmam que a categoria de ‘refugiado’ é definida por regimes jurídicos e administrativos que seguem agendas ocultas de proteção para poucos e de exclusão para a maioria [...]” (Weiß, 2018, p. 115). A solicitação de refúgio e a concessão de proteção aos/as migrantes forçados/as dependem de aspectos jurídicos que distinguem os status migratórios, mas também refletem desigualdades estruturais do mundo contemporâneo e variados níveis de autonomia socioespacial de que dispõem essas pessoas (Weiß, 2018).

Bakewell (2008) defende posicionamento semelhante. O autor constata uma dependência de pesquisadores/as em relação às categorias políticas utilizadas por organizações formais que atuam na temática migratória, o que tenderia a obscurecer e tornar invisíveis grupos populacionais que muitas vezes não se tornam alvo de proteção humanitária. Em sua visão:

[...] Na esfera da política, as categorias são usadas para definir os grupos de pessoas que supostamente compartilham qualidades específicas que tornam razoável submetê-los aos mesmos resultados da política. A política definirá como a organização em questão interagirá com as pessoas que se enquadram em uma determinada categoria; por exemplo, concedendo-lhes direitos legais ou fornecendo-lhes recursos e serviços. Em contraste com as categorias analíticas, essas categorias de política provavelmente são bastante invariáveis ao longo do tempo (significam o mesmo hoje e ontem) e do espaço (são interpretadas da mesma forma no campo e na sede para a política nacional, ou na Zâmbia e em Serra Leoa, para a política global). Se elas estiverem sujeitas a revisões constantes, é provável que causem confusão e, possivelmente, o colapso da política [...] (Bakewell, 2008, p. 436, tradução nossa).

O domínio da política é a instância de tomada de decisões institucionais por governos e agências de assistência. Embora haja debates contínuos sobre o emprego terminológico de categorias ligadas às migrações forçadas, pesquisadores/as do campo tendem a acolher definições oriundas do ACNUR ou de convenções e protocolos no âmbito da ONU (Bakewell, 2008). Como consequência:

Essa dependência excessiva das categorias políticas é uma fraqueza fundamental no campo dos estudos sobre refugiados. [...] isso restringe as questões a serem abordadas pela pesquisa, os objetos de estudo, as

metodologias, a análise e as conexões com a teoria científica social mais ampla. Como resultado, isso não apenas prejudica a profundidade acadêmica do campo de estudos sobre refugiados, mas, ironicamente, também limita a extensão em que a pesquisa pode oferecer uma análise radical da situação dos migrantes forçados que pode trazer mudanças substanciais para suas vidas (em contraste com a mudança apenas da política) (Bakewell, 2008, p. 437, tradução nossa).

Assim, a organização das sociedades passa a incorporar classificações ligadas às migrações, e tendemos a buscar explicações prioritariamente categóricas, em vez de considerar aspectos como classe social, tempo de permanência e escolaridade, entre outros. Essa abordagem limita nossa capacidade de perceber relações potenciais entre migração forçada e esferas sociais, econômicas e políticas mais amplas, além de dificultar a compreensão de sua influência nos processos globais de mudança social (Bakewell, 2008).

As categorizações estatais dos/as que podem (ou não) ser elegíveis, como cidadãos/ãs, migrantes, apátridas, refugiados/as, turistas, entre outros/as, operam como mecanismos que produzem hierarquias da diferença, conferindo vantagens a alguns/mas e excluindo outros/as (Machado, 2020). Para o autor:

Essas variações categóricas, esse labirinto de categorias, servem para separar ou unir os mesmos termos, dependendo dos interesses políticos. Uma categoria purificada de refugiado permite que a fluidez entre refúgio e migração seja ocultada, tornando um legítimo e o outro não. Assim, é possível que o Estado pareça justo, humano e benevolente ao conceder refúgio a uma minoria de pessoas. É possível que a mídia use o refúgio para falar precisamente dessa oferta nacional de “boas-vindas”. Ao mesmo tempo, é necessário separar, e o esforço semiótico de purificação é uma ação estatal por excelência, mesmo que a purificação resulte em um poderoso instrumento de variação categórica: um instrumento de separação. Assim, a categoria “refúgio” é um instrumento de corte e separação. Essa pureza se refere ao traço de justiça e benevolência que tanto o Estado quanto a mídia enfatizam quando se referem ao refúgio: o discurso “puro” é sempre sobre o próprio Estado e nunca sobre os estrangeiros. E o poder dessa categoria, justamente por valorizar a ação do Estado e uma certa concepção essencial de brasilidade (acolhimento), agride a esfera de representação do estrangeiro, seja ele refugiado ou não. A categoria permite que, ao falar de estrangeiros, eles sejam completamente ignorados em razão do implícito autoelogio que proporciona (Machado, 2020, p. 165, tradução nossa).

Entendemos, portanto, que essa imagem arquetípica do/a “refugiado/a universal” é construída em torno de um discurso humanitário decorrente de respostas políticas de contingenciamento das mobilidades migratórias, especialmente por países do Norte global que não desejam ver seus territórios “abarrotaados” de pessoas indesejadas. A ênfase recai sobre a vulnerabilidade individual e a condição de vítima, o que o/a tornaria distinto/a do/a migrante

não forçado/a. Contudo, a suposta universalidade da categoria apaga as experiências de busca de refúgio e os desafios impostos às pessoas nesse percurso.

Para problematizar o apagamento das experiências do *tornar-se refugiado/a* (Weiß, 2018), recorreremos ao texto seminal de Hannah Arendt, publicado em 1943 no *The Menorah Journal*, intitulado *Nós, os refugiados* (Arendt, 2013). Flohr (2024) relata que o ensaio foi publicado no desenrolar da Segunda Guerra Mundial e da Shoah³⁸. O autor comenta que Arendt, em entrevista a Günter Gaus (em 1964), afirmou não acreditar em pensamento dissociado da experiência pessoal. Esse dado é relevante para compreender o ensaio de 1943, que traz relatos e análises de experiências próprias da autora enquanto pessoa em migração forçada no contexto bélico europeu.

Nesse sentido, na condição de refugiada apátrida, Arendt se coloca ao lado de milhares de pessoas em deslocamento forçado em virtude dos horrores da guerra. Embora o texto traga relatos pessoais, não se encerra neles. Não é de forma aleatória, que a autora escolhe o pronome na primeira pessoa do plural, *Nós*, para o título e o fio condutor do ensaio. A conotação negativa do termo *refugiado/a* já era presente à época, a ponto de Arendt (2013, p. 7) iniciar o texto afirmando:

Em primeiro lugar, não gostamos de ser chamados “refugiados”. Chamamo-nos uns aos outros “recém-chegados” ou “imigrantes”. Os nossos jornais são jornais para “americanos de língua alemã”; e, tanto quanto sei, não há e nunca houve qualquer clube fundado pelos perseguidos por Hitler cujo nome indicasse que os seus membros são refugiados. Um refugiado costuma ser uma pessoa obrigada a procurar refúgio devido a algum acto cometido ou por tomar alguma opinião política. Bom, é verdade que tivemos que procurar refúgio; mas não cometemos nenhum acto e a maioria de nós nunca sonhou em ter qualquer opinião política radical. O sentido do termo “refugiado” mudou conosco. Agora “refugiados” são aqueles de nós que chegaram à infelicidade de chegar a um novo país sem meios e tiveram que ser ajudados por comités de refugiados.

As consequências da condição de ser um/a refugiado/a podem ser percebidas pelo destaque realizado por Arendt (2013, p. 8) ao enumerá-las, bem como ao apontar suas implicações na vida cotidiana das pessoas:

Perdemos a nossa casa o que significa a familiaridade da vida quotidiana. Perdemos a nossa ocupação o que significa a confiança de que tínhamos algum uso neste mundo. Perdemos a nossa língua o que significa a naturalidade das

³⁸ Termo de origem hebraica que significa “desastre” ou “tragédia”. É utilizado para referir-se à ação sistemática dos/as nazistas para aniquilar os/as judeus/ias na Europa. Essa palavra, inclusive, é considerada mais adequada do que Holocausto, derivada do grego, e que significa “oferta em sacrifício”, devido às suas conotações religiosas e à história antissemita que carrega (Flohr, 2024).

reações, a simplicidade dos gestos, a expressão impassível dos sentimentos. Deixámos os nossos familiares nos guetos polacos e os nossos melhores amigos foram mortos em campos de concentração e tal significa a ruptura das nossas vidas privadas.

A autora menciona o otimismo que tomava conta de alguns/mas refugiados/as mesmo diante da perda de suas raízes mais profundas, pois estes/as esforçavam-se na adaptação e manutenção da esperança num futuro mais promissor. Além disso, os/as próprios refugiados/as evitavam discutir seu passado (Arendt, 2013). Em nenhum momento a autora sugere em seu texto que as pessoas se encontrassem felizes ou satisfeitas com suas novas vidas, muito pelo contrário, Arendt (2013, p. 10) cita os casos de suicídio e observa que, ao perder a sua profissão, o/a migrante também perdia a sua dignidade, ressaltando que era mais fácil ser reconhecido como um grande homem ou uma grande mulher do que como um ser humano:

[...] Há algo de errado com o optimismo. Há aqueles estranhos optimistas entre nós que, tendo feito vários discursos optimistas, vão para casa e ligam o gás ou dão uso a um arranha-céus de um modo um pouco inesperado. Parecem provar que a nossa proclamada animação é baseada numa perigosa disposição para morte [...].

É interessante como a autora analisa a condição dos/as refugiados/as e a eles/as endereça uma crítica ao afirmar que de tanto pensarem na vida como algo supremo acabam por serem testemunhas e vítimas de horrores piores que a própria morte:

[...] Ao mencionar a convicção de que a vida é o bem maior e a morte a maior consternação, tornamo-nos testemunhas e vítimas de terrores piores que a morte - sem termos sido capazes de descobrir um ideal maior que a vida. Assim, embora a morte perca o seu horror para nós, não nos tornamos nem dispostos nem capazes de arriscar a nossa vida por uma causa [...] (Arendt, 2013, p. 10).

Essa visão apresentada pela autora é reveladora do pensamento de que a luta pela sobrevivência não é suficiente, mas é preciso resistir para além existência. É nesse sentido, que Arendt (2013, p. 10) menciona as diversas situações em que refugiados/as desejam a morte para si e para os/as seus/suas familiares uma vez que isto parece ser mais fácil do que o próprio processo de resistência:

Em vez de combater - ou pensar sobre como ser capaz de resistir - os refugiados habituaram-se a desejar a morte a amigos ou familiares; se alguém morre, imaginamos animadamente todos os problemas de que foram salvos.

Finalmente muitos de nós acabam por desejar que, também nós, poderíamos ser salvos de alguns problemas e agimos em conformidade.

Esse quadro de habitualidade em relação a morte chama a atenção de Hannah Arendt. A banalidade com que o suicídio é tratado entre os/as próprios/as refugiados/as é fruto da indiferença social normalizadora do sofrimento destas pessoas:

Ao contrário de outros suicídios, os nossos amigos não deixaram explicação da sua dívida, nem acusação, nem culpa contra o mundo que forçou um homem desesperado a falar e a comportar-se serenamente até ao seu último dia. Assim, as orações de funeral que fazemos nas suas campas abertas são breves, embaraçadas e muito esperançosas. Ninguém quer saber dos motivos; parecem ser claros para todos nós (Arendt, 2013, p. 11).

De acordo com a filósofa, muitos/as refugiados/as acabam por sucumbir na luta pela sua integridade. Como alternativa acreditam ser mais fácil mudar de identidade:

O homem é um animal social e a vida não é fácil para este quando as ligações são cortadas. Os padrões morais são muito mais fáceis de manter na textura da sociedade. Muitos poucos indivíduos têm força para conservar a sua própria integridade se o seu estatuto social, político e legal estiver completamente confuso. Faltando a coragem para lutar pelo nosso estatuto social e legal, decidimos, em vez disso, tantos de nós, tentar mudar de identidade. E este comportamento curioso torna as questões bem piores. A confusão em que vivemos é, em parte, de nossa própria responsabilidade (Arendt, 2013, p. 15-16).

A própria Hannah Arendt ao se exilar na França tentou viver, assim como outros/as refugiados/as, como uma nativa. Como consequência destas variadas mudanças identitárias há, por parte dos/as refugiados/as, a dificuldade no autoconhecimento e com isso a identificação consigo mesmo. A estratégia de assimilação era utilizada em demasia por muitos/as de seus/suas compatriotas como descreve a autora:

Tendo acabado de chegar a França, encontrou uma dessas sociedades de ajustamento nas quais os judeus alemães afirmavam uns aos outros que já eram franceses. No seu primeiro discurso disse: “Fomos bons alemães na Alemanha e portanto teremos que ser bons franceses em França”. O público aplaudiu entusiasticamente e ninguém riu; estávamos contentes por termos apreendido como provar a nossa lealdade. Se o patriotismo era uma questão de rotina ou de prática, devíamos ser o povo mais patriótico do mundo. Voltemos ao nosso Sr. Cohn; certamente que ele bateu todos os recordes. Ele é aquele imigrante ideal que sempre e, em cada país para onde o seu terrível destino o levou, vê prontamente e ama as montanhas nativas. Mas, uma vez que o patriotismo ainda não se acredita que seja uma questão de prática, é difícil convencer as

peças da sinceridade das nossas repetidas transformações. Os nativos, confrontados com tais seres estranhos que somos, tornam-se desconfiados; do seu ponto de vista, como regra, apenas uma lealdade para com os nossos antigos países é compreensível (Arendt, 2013, p. 15-16).

A partir da década de 1980, houve uma forte tendência, na narrativa humanitária e nas pesquisas sobre migração forçada, em retratar os/as refugiados/as apenas como vítimas silenciosas e impotentes, em vez de pessoas com autonomia e desejos. Essa tendência persistiu, juntamente com a recorrente evocação de sentimentos de desespero, falta de esperança e vitimização, utilizados para apelar à obrigação moral e legal dos Estados de resgatar aqueles/as que empreendem perigosas jornadas em busca de proteção (Malkki, 1996).

A partir do discurso humanitário predominante, que acentua a vitimização, emerge uma figura de refugiado/a universal, capaz de mobilizar respostas uniformes e padronizadas. Assim, os/as refugiados/as perdem suas identidades individuais e se transformam em vítimas gerais, o homem, a mulher, a criança e a família universais. Como resultado, tem-se a construção de uma corporeidade anônima e sem voz, na qual as particularidades individuais são diluídas em uma massa indistinta e desprovida de contexto histórico, caracterizada apenas pelo sofrimento e pela privação (Malkki, 1996).

Apesar de serem explícitas as inúmeras agruras pelas quais passam os/as refugiados/as, tais como as apresentadas por Arendt (2013), a autora assume posicionamento inequívoco: é preciso lutar e resistir para obter reconhecimento político, uma vez que o caminho do reconhecimento social se mostrava insuficiente.

De acordo com Flohr (2024), o texto de Hannah Arendt mantém sua relevância ainda hoje por reconhecer que a questão dos/as refugiados/as não deve ser entendida como um fenômeno lateral, mas como parte nuclear do sistema político dos Estados-nação e de suas limitações. Para o autor, a filósofa não se limita a apresentar a situação insustentável de refugiados/as no contexto bélico europeu, mas revela uma análise política dessa realidade. Seu conteúdo demonstra que a condição dos/as judeus/júdiás refugiados/as não se resume a uma série de infortúnios isolados ou dramas individuais, mas se refere a um fenômeno político estruturado pelo sistema internacional de Estados-nação. Sua análise explicita o duplo papel das pessoas em situação de deslocamento forçado: de um lado, expõem as limitações intrínsecas do sistema político; de outro, sugerem a possibilidade de superá-las.

O potencial político dos/as refugiados/as é caracterizado de forma negativa, ou seja, advém do próprio processo de exclusão estrutural do sistema político a que estão submetidos/as. Isso representa a possibilidade “[...] de ir além e existir fora desse sistema - mesmo que de

forma precária - e, como tal, os refugiados potencialmente também constituíam uma vanguarda no sentido político clássico do termo [...]” (Flohr, 2024, p. 13, tradução nossa). Para transformar esse potencial em força de mudança, os/as refugiados/as precisavam, primeiramente, reconhecer sua realidade. Era essencial que se tornassem “párias conscientes”, isto é, que compreendessem que sua exclusão e opressão não eram problemas individuais, mas refletiam um sistema político reiteradamente marginalizador e opressor de minorias e de opositores/as. A presença dos/as refugiados/as demonstrou as limitações fundamentais desse sistema político e a urgência, e a viabilidade, de superá-lo (Flohr, 2024).

Em termos de produção de conhecimento, Bakewell (2018) nos convida a transcender as categorias políticas e lançar luz sobre as categorias analíticas, pois estas podem tornar visíveis populações de migrantes forçados/as desconsideradas nas reflexões empreendidas. Para isso, defende a realização de estudos “irrelevantes para as políticas”, justamente aqueles a partir dos quais seria possível criar novos conhecimentos com relevância prática para a vida de migrantes em situação de deslocamento forçado, bem como desvendar a invisibilidade em que vivem, à sombra das luzes brilhantes das políticas.

Nesta seção, tivemos a intenção de discutir aspectos ligados à categoria de refugiado/a, preconizando uma abordagem que problematiza a restrição do debate ao convencionalmente estabelecido por organismos formais que lidam diretamente com a questão migratória. Essa discussão se justifica, tendo em vista o grupo de colaboradores/as participantes desta pesquisa, que se enquadra no status migratório de refugiados/as. A seguir, trataremos do cenário das migrações internacionais no mundo contemporâneo.

3.2 O cenário das migrações internacionais contemporâneas

Os deslocamentos humanos permeiam diferentes fases da história. Realizados de forma individual ou coletiva, a mobilidade humana contemporânea é motivada por distintas circunstâncias e fatores, ligados, de algum modo, à complexidade das relações sociais estabelecidas. Ademais, os fluxos migratórios forçados refletem os desequilíbrios socioeconômicos, a violência e a intolerância entre pessoas e entre as próprias nações. Em particular, a situação dos/as refugiados/as expressa, portanto, esses descompassos em nível mundial. Em muitos casos, eles/as não desejam se deslocar, sendo compelidos/as a tal, sem a

devida proteção de seu Estado ou, em algumas situações, com a participação deste no próprio processo de expulsão.

Durante muito tempo, as migrações não estiveram nas pautas dos Estados nacionais, ou seja, não eram prioridade para os/as governantes que ocupavam posições de poder e tampouco havia interesse em estabelecer alguma forma de regulamentar e controlar o fluxo de entrada, permanência e saída do território sob sua guarda. Jubilut e Apolinário (2010) afirmam que, até o século XIX, vários países não estabeleciam distinções claras entre os direitos dos/as nacionais e dos/as estrangeiros/as, possibilitando a livre circulação entre as nações. Assim, historicamente, identificam-se exemplos de migrações forçadas, motivadas por perseguições, penas de exílio e cenários de fome generalizada, bem como deslocamentos humanos não forçados, voltados à colonização de terras conquistadas no contexto do colonialismo e do imperialismo.

Nesse sentido, a constituição dos Estados nacionais torna-se um evento fundamental para compreendermos a dinâmica dos fluxos migratórios atuais, pois é a partir desse momento que o fenômeno assume um caráter internacionalista e passa a ser objeto de regulação soberana por parte dos Estados. No interior desse processo político, os efeitos jurídicos e o controle exercido sobre as movimentações de pessoas alteram-se significativamente com a instituição dos Estados-nação. Com o advento desses entes soberanos, passamos a distinguir as migrações contemporâneas daquelas ocorridas em períodos históricos precedentes (Jarochinski Silva, 2011).

Sobre esse papel regulatório assumido pelos Estados nacionais, Baganha (2002, p. 153) tece as seguintes considerações:

[...] um dos mais consensuais direitos de soberania de um Estado-nação é o de controlar quem pode entrar e permanecer no seu território e subsequentemente pertencer ao todo nacional. No exercício deste direito, o Estado promulga e implementa legislação que visa regulamentar os seguintes aspectos da relação cidadão estrangeiro/Estado nacional: entrada, permanência, aquisição de nacionalidade e expulsão do território nacional.

O tema das migrações internacionais ganha relevo no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, com o aumento expressivo do número de pessoas circulando pelo mundo. Hobsbawm (2014, p. 295-296) registra esse período histórico com as seguintes palavras:

A metade do século XIX marca o começo da maior migração de povos na História. Seus detalhes exatos mal podem ser medidos, pois as estatísticas oficiais, tais como eram feitas então, não conseguiam capturar todos os movimentos de homens e mulheres dentro dos países ou entre os Estados: o êxodo rural em direção às cidades, a migração entre regiões e de cidade para cidade, o cruzamento de oceanos e a penetração em zonas de fronteiras, todo esse fluxo de homens e mulheres movendo-se em todas as direções torna difícil uma especificação. Entretanto uma forma dramática dessa migração pode ser aproximadamente documentada. Entre 1846 e 1875, uma quantidade bem superior a 9 milhões de pessoas deixou a Europa, e a grande maioria seguiu para os Estados Unidos. Isso equivalia a mais de quatro vezes a população de Londres em 1851. No meio do século precedente, a movimentação não deve ter sido superior a 1,5 milhão de pessoas no todo.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) altera esse cenário, e passam a ser observadas maiores dificuldades quanto à mobilidade de pessoas entre países, em especial, entre os territórios dos Estados envolvidos no conflito. Estes, em virtude do cenário bélico, necessitavam de maior efetivo para compor seus exércitos nacionais, o que criou impeditivos para aqueles/as que desejavam deixar suas respectivas nações. O conflito não apenas alterou o fluxo migratório, como também trouxe mudanças relacionadas à liberdade de residência, que se tornou mais restritiva, e à diferenciação entre os direitos dos/as nacionais e dos/as estrangeiros/as. É nesse contexto que se constitui o escopo do debate sobre o direito internacional dos/as refugiados/as (Andrade, 1996; Jarochinski Silva, 2011).

No período entre guerras, manteve-se a tendência de inexistência de fluxos migratórios significativos pelo mundo, tal como experimentado no século anterior. As populações dos países europeus concentravam seus esforços na reconstrução de suas nações. Com a redução da circulação de migrantes europeus, os diferentes países buscaram distribuir, de forma mais equilibrada, suas populações pelo território. A exceção a esse cenário foi representada pelos Estados Unidos, que vivenciaram um vigoroso processo de desenvolvimento econômico na década de 1920, ainda exercendo forte atração sobre pessoas de diversas partes do mundo. Contudo, o cenário próspero vivenciado pelo país alterou-se drasticamente ao final da década, com a crise de 1929, tornando inerte o poder de atração de migrantes e refletindo em um quadro de baixa migração global (Jarochinski Silva, 2011).

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) constituiu um marco histórico representativo no que se refere ao tratamento dado à questão dos/as refugiados/as no mundo. Isso se deve às atrocidades cometidas contra determinados grupos humanos, como no caso do Holocausto, o que gerou grande preocupação da comunidade internacional em relação à dignidade da pessoa humana. Além disso, o conflito provocou os maiores deslocamentos da história contemporânea, totalizando mais de 40 milhões de pessoas deslocadas oriundas do continente europeu, além da

expulsão de alemães de países como Polônia, Checoslováquia e daqueles que compunham a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (Moreira, 2005).

A situação em que se encontrava o continente europeu, devastado pelos conflitos no âmbito da Segunda Guerra Mundial, despertou profunda preocupação na comunidade internacional, especialmente entre os países aliados, Reino Unido, França, URSS e Estados Unidos da América (EUA). Na avaliação de Sartoretto (2018, p. 73), a garantia do direito dos/as refugiados/as tornou-se uma necessidade imposta ao continente europeu, uma vez que:

[...] o limbo no qual os migrantes forçados se encontravam prejudicava a ordem desejada pelos Estados. O caos gerado por migrantes que não eram assistidos por seus Estados, em razão da falta de proteção diplomática e de acordos bilaterais de recepção, impulsionou o continente europeu no engajamento da discussão acerca da construção de um sistema de proteção, àquela época, destinado apenas a refugiados provenientes de países europeus, por meio da atuação da comunidade internacional e da ONU.

Nesse contexto, foram realizadas articulações para a criação de um órgão destinado a lidar especificamente com a questão dos/as refugiados/as. Em dezembro de 1950, a ONU, mediante deliberação emanada de sua Assembleia Geral, decidiu criar o ACNUR, que iniciou suas atividades em janeiro de 1951, com mandato inicial de três anos e com o objetivo de auxiliar no processo de reassentamento dos/as refugiados/as europeus/europeias deslocados/as no pós-guerra. No mesmo ano, em julho, a ONU elaborou o primeiro instrumento voltado à proteção internacional dessas pessoas, a *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados* (ou simplesmente Convenção de 1951), que entrou em vigor em 1954.

No marco estabelecido pela *Convenção* da ONU de 1951, que se refere ao Estatuto dos Refugiados, no primeiro artigo encontramos a definição clássica de refugiado/a como qualquer pessoa:

Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (UN, 1951, s. p, tradução nossa).

O conceito apresentado pela *Convenção* estabelece um limite temporal, “em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951”, para a definição

de refugiado/a. Ademais, o mesmo artigo prevê uma limitação geográfica, a depender da escolha de cada Estado signatário, que poderia restringir a aplicação da *Convenção* a acontecimentos ocorridos apenas no continente europeu, conforme expresso a seguir:

- (a) ‘acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa’; ou
- (b) ‘acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa ou alhures’; e cada Estado Contratante fará, no momento da assinatura, da ratificação ou da adesão, uma declaração precisando o alcance que pretende dar a essa expressão do ponto de vista das obrigações assumidas por ele em virtude da presente Convenção (UN, 1951, s. p, tradução nossa).

Os limites temporal e geográfico observados no texto da *Convenção* de 1951 decorreram de uma circunstância histórica específica. O regime jurídico internacional para refugiados/as foi estruturado tomando como referência os acontecimentos relacionados às duas grandes guerras mundiais e circunscrito ao contexto europeu. Acreditava-se, à época, que o fenômeno do refúgio seria circunstancial e efêmero, motivo pelo qual o ACNUR, criado em 1950, teria existência passageira de apenas três anos. Contudo, o cenário subsequente demonstrou o contrário: sucessivas renovações de mandato foram implementadas, e os processos de intensificação e complexificação dos deslocamentos forçados ampliaram-se, sobretudo com o surgimento de novos fluxos de refugiados/as em virtude de conflitos políticos, como as lutas de libertação do domínio colonial em países africanos. Esse contexto exigiu a eliminação das limitações temporal e geográfica presentes nos marcos da *Convenção de 1951*, por meio do Protocolo Adicional de 1967 ³⁹ (Ramirez; Moraes, 2017).

Os novos desafios decorrentes desse quadro complexo foram respondidos com a ampliação do conceito de refugiado/a. O debate prosseguiu com a formulação de instrumentos regionais que problematizaram a questão do refúgio e dos/as refugiados/as, tomando como referência as realidades locais e regionais e suas relações com o fenômeno dos deslocamentos populacionais em situação de compulsoriedade. Para Meneses (2017, p. 200):

A *Convenção* de 1951 é o instrumento internacional de maior referência para o manejo das questões vinculadas ao refúgio no mundo. Contudo, como já mencionado, esse documento foi elaborado na Europa e para ela, de modo que seu conteúdo - ainda que se tenha tentado universalizar por meio da retirada das limitações geográfica e temporal estabelecida pelo Protocolo de 1967 - reflete as necessidades de um contexto localizado no tempo e no espaço. Desse

³⁹ O Protocolo Adicional de 1967 acabou por promover uma reformulação da *Convenção de 1951*, especialmente no que tange aos limites geográfico e temporal que marcavam esse instrumento. Para Jubilit e Madureira (2014, p. 14), a partir desse instrumento, o sistema de proteção aos/as refugiados/as “passa de fato a ser universal, e as pessoas com bem-fundado temor de perseguição, a partir de então, podem contar a proteção da sociedade internacional por meio do instituto do refúgio, sem limites temporais e geográficos”.

modo, reconhecendo-se as especificidades de cada região e buscando encontrar soluções para problemas relacionados à temática que emergiam em espaços geográficos e temporal distintos, foram elaborados instrumentos regionais específicos para a proteção para os refugiados [...].

Tendo como referência a articulação que visava à ampliação do escopo do conceito de refugiado/a em termos regionais, a Organização de Unidade Africana (OUA), em 1969, destacou-se como o primeiro bloco a elaborar um documento que contemplava as necessidades e o contexto social e político vivido pelo continente africano na década de 1960, marcado pelas lutas de independência dos países sob jugo de nações europeias. Assim, a preocupação principal era criar um instrumento capaz de abranger como refugiadas as pessoas que se deslocavam na tentativa de fugir dos distúrbios internos decorrentes dos processos de descolonização (Sartoretto, 2018).

A Convenção da OUA, conhecida como Convenção Africana de 1969, aprovou um texto que, em seu artigo primeiro, define a aplicação da condição de refugiado/a nos seguintes termos:

[...] a qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutro lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade (OUA, 1969, s. p).

A definição expandida de refugiado/a contida na Convenção Africana de 1969, além de incorporar elementos da Convenção de 1951, mostrou-se inovadora ao incluir em sua conceituação critérios objetivos relacionados ao contexto dos países de origem dos/as refugiados/as, “agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública”, em vez de se restringir à dimensão individual e subjetiva da perseguição pessoal. Dessa forma, a definição passou a proteger grandes fluxos de refugiados/as, situação comum não apenas no continente africano, mas também em outras regiões marcadas por ataques sistemáticos às populações locais.

Sartoretto (2018, p. 124) enfatiza a relevância política da Convenção Africana de 1969 ao destacar que:

Importante mencionar que, ao consagrar na definição de refugiado causas de deslocamento como “agressão, ocupação externa, dominação estrangeira”, o continente africano faz também uma escolha política de rechaço ao passado de colonização, exploração e opressão, deixando claro que reconhece a

responsabilidade dos Estados coloniais pelo problema do refúgio que assola o continente.

A influência da Convenção Africana de 1969 extrapolou os limites do continente e alcançou outras regiões do Sul global, especialmente a América Latina, que compartilhava um passado de colonização e exploração. A partir da década de 1980, surgiram iniciativas latino-americanas com o propósito de criar um texto que traduzisse as necessidades específicas de proteção dos/as refugiados/as na região. De acordo com Jubilut e Madureira (2014), a realidade latino-americana, sobretudo na década de 1970, foi marcada pela eclosão de regimes ditatoriais, fator que motivou deslocamentos forçados diante do sistemático desrespeito aos direitos humanos por parte desses governos.

Dessa forma, em decorrência do cenário de instabilidade política e de violações de direitos humanos que ainda persistia nos primeiros anos da década de 1980, registrou-se um fluxo estimado de dois milhões de refugiados/as no continente. Esse contexto reforçou a necessidade de uma resposta comum e coordenada na região diante das migrações forçadas. Buscando soluções para os desafios humanitários e para repensar o processo de proteção internacional dos/as refugiados/as na América Latina, foi realizado, em 1984, um evento acadêmico na cidade de Cartagena das Índias, na Colômbia, com o apoio do governo colombiano e do ACNUR (Jubilut; Madureira, 2014).

Do *Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: problemas jurídicos e humanitários* culminou a *Declaração de Cartagena* que em sua terceira conclusão traz o seguinte registro:

Reiterar que, face à experiência adquirida pela afluência em massa de refugiados na América Central, se toma necessário encarar a extensão do conceito de refugiado tendo em conta, no que é pertinente, e de acordo com as características da situação existente na região, o previsto na Convenção da OUA (artigo 1., parágrafo 2) e a doutrina utilizada nos relatórios da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos. *Deste modo, a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública* (ACNUR, 1984, s. p, grifos nossos).

Como observado, as tentativas de expansão do conceito clássico de refugiado/a refletem os diversos contextos histórico-sociais nos quais o debate sobre as migrações forçadas

se desenvolveu. A formulação de instrumentos voltados à proteção de pessoas em trânsito, fugindo de conflitos, perseguições ou violações de direitos, demonstra a permanente necessidade de discussão sobre os mecanismos protetivos e o papel desempenhado pelos Estados e por organismos nacionais e internacionais.

A incorporação de elementos da realidade contextual vivida por migrantes e refugiados/as em diferentes países e regiões é igualmente relevante para o delineamento das normativas. Os acontecimentos políticos, sociais e econômicos influenciam diretamente os fenômenos de deslocamento, forçados ou não, e, de igual modo, as normativas jurídicas que tratam das migrações forçadas devem dialogar com tais realidades. Os fluxos migratórios massivos podem não apenas alterar a dinâmica interna e a estabilidade dos países receptores, mas também impactar a estabilidade política e social de uma região.

Nesse sentido, Patarra (2006, p. 7) propõe que:

As novas modalidades migratórias demandam, no cenário da globalização, a necessidade de reavaliação dos paradigmas para o conhecimento e o entendimento das migrações internacionais no mundo, e a incorporação de novas dimensões explicativas torna-se imprescindível, assim como a própria definição do fenômeno migratório deve ser revista.

Ainda no século XX, com o final da Guerra Fria e o processo de franca expansão da globalização, as contradições acerca do tratamento dado aos/às migrantes forçados/as tornaram-se mais explícitas. O contexto de fortalecimento do nacionalismo, a eclosão de conflitos étnicos e as dificuldades econômicas enfrentadas por diversos países impuseram um conjunto de desafios que motivaram as pessoas a migrar, seja em virtude de conflitos de origem étnica, seja em decorrência de condições sociais e econômicas adversas que levaram milhares de indivíduos a deslocar-se por diferentes continentes (Braga, 2011).

O quadro atual das migrações internacionais tem sido caracterizado por movimentos cada vez mais intensos, com destaque para aqueles que ocorrem entre países do Sul global. A entrada e permanência de migrantes internacionais em países do Norte têm sofrido crescentes restrições, o que leva a uma reconfiguração das rotas e destinos migratórios (Baeninger, 2018).

O olhar voltado à questão migratória e à inserção do Sul global nesse cenário geopolítico nos convida a refletir sobre as relações sociais articuladas às problemáticas emergentes de nosso tempo histórico, de modo a contribuir com ações que combatam o trabalho escravo, a servidão e a xenofobia gerados no âmbito dos deslocamentos humanos. Esses movimentos populacionais têm refletido, de forma crescente nas últimas décadas, a influência

da aceleração do processo de globalização, que resultou em um novo panorama nas relações internacionais.

Nesse contexto, emergem novas formas de mobilidade de indivíduos ao redor do mundo neste século. São intensos os fluxos de entrada e saída de migrantes e refugiados/as, bem como a circulação de pessoas e o número de países envolvidos nesse quadro. Em especial, no que se refere ao Sul global, Baeninger (2018a, p. 21) apresenta as seguintes considerações:

A governança das migrações internacionais implica que o Sul, na arena global das migrações, seja reconhecido como um ator social na construção do Pacto Global. A presença do Sul no processo do Pacto Global implica a não hierarquia na conceitualização das migrações seguras/ordenadas/regulares. O Sul não é só emissor de emigrantes, visão calcada na perspectiva do Norte; é preciso enfatizar que sua posição geopolítica traz novos contornos aos fluxos de migrantes e refugiados nesses países. Nesse contexto, é decisiva a posição dos países da região latino-americana [...]. A promoção do Sul como ator fundamental do Pacto desloca a gramática do debate promovido pelos países do Norte, reforçando um outro olhar para o fenômeno.

Já no início do século XXI, as atenções voltaram-se para as dificuldades em consolidar direitos das pessoas estrangeiras, expondo a inexistência, em muitos contextos nacionais, de procedimentos capazes de garantir proteção àqueles/as que dela necessitavam, mas que não se enquadravam como refugiados/as (Jarochinski Silva, 2011). Nesse sentido, Jarochinski Silva, Bógus e Jarochinski Silva (2017, p. 27) assinalam que essa situação decorre da ampla gama de tipologias migratórias envolvidas nos fluxos contemporâneos. Contudo, tal cenário tem comprometido a proteção de grupos específicos, como o dos/as refugiados/as:

[...] uma vez que em algumas situações não é concedida a eles a possibilidade de solicitarem refúgio e, em outras, os agentes receptores na triagem, diante de fluxos que trazem também outras modalidades migratórias, não concedem o refúgio, por ser uma categoria mais benéfica em relação aos demais tipos de proteção.

Os chamados fluxos migratórios mistos são representativos desse quadro complexo, pois reúnem, simultaneamente, migrantes e refugiados/as. No entanto, observa-se que tais fluxos ainda não têm recebido a devida atenção por parte dos Estados no âmbito da governança migratória. Os fluxos dessa natureza podem ser entendidos como:

[...] movimentos de população complexos, que incluem refugiados, solicitantes de refúgio, migrantes econômicos e outros migrantes. Essencialmente, os fluxos mistos estão relacionados com movimentos irregulares, nos quais com frequência há migração de trânsito, com pessoas

que viajam sem a documentação necessária, atravessam fronteiras e chegam a seu destino sem autorização. Estes movimentos têm lugar em todas as partes do mundo e também despertam muito interesse no público em geral, especialmente quando ocorrem tragédias, devido às perigosas condições que os migrantes enfrentam em situação de trânsito, no mar ou em regiões fronteiriças. Os fluxos migratórios mistos irregulares são um caminho considerado pelos Estados, não somente porque violam sua prerrogativa soberana de determinar que cidadãos não nacionais podem entrar em seu território e sob quais condições, senão também porque as pessoas que participam destes movimentos são mais propensas a sofrer privações, violações de direitos humanos e discriminação, e requerem por isso assistência individualizada e especial (OIM, 2009, p. 1, tradução nossa).

O que se observa, portanto, é o tratamento homogêneo das migrações internacionais, muitas vezes desconsiderando as especificidades e motivações individuais. Isso tem gerado entraves ao reconhecimento de direitos dos/as solicitantes de refúgio, uma vez que muitos/as utilizam as mesmas rotas dos/as migrantes voluntários/as e acabam sendo tratados/as de forma indistinta, ainda que estejam sob estatutos protetivos diferenciados (Jarochinski Silva; Bógus; Jarochinski Silva, 2017).

Na avaliação de Jarochinski Silva, Bógus e Jarochinski Silva (2017), a definição de fluxos migratórios mistos expressa a complexidade das modalidades migratórias presentes em um mesmo movimento, abarcando pessoas que se deslocam de forma voluntária por motivações econômicas e aquelas forçadas a deixar seus países sem a devida proteção internacional. Dada a irregularidade desses processos, os países receptores tendem a tratar os/as migrantes como integrantes de fluxos de motivação econômica, ou seja, como pessoas que buscam melhores condições de vida nos aspectos materiais, o que revela a dificuldade das autoridades no tratamento adequado do tema. Em decorrência desse quadro, muitas pessoas deixam de ter acesso aos direitos que lhes são garantidos, uma vez que se encontram imersas em um fluxo heterogêneo.

O debate em torno dos fluxos migratórios mistos também tem alimentado argumentos que, em última instância, sustentam uma leitura mais restritiva da proteção aos/as refugiados/as no cenário internacional. Jarochinski Silva (2011) menciona que os/as defensores/as de uma interpretação limitante do Estatuto de 1951 alegam a incapacidade dos Estados em promover mecanismos de proteção eficazes às pessoas que necessitam de amparo, mas não se enquadram formalmente como refugiadas. Além disso, em razão das inúmeras violações dos direitos humanos, muitos/as refugiados/as veem-se obrigados/as a compartilhar rotas e serviços normalmente utilizados por migrantes voluntários/as. Essa situação, embora não invalide a

condição de refugiado/a, tem servido de argumento para aqueles/as que defendem uma revisão das garantias e uma consequente redução dos direitos previstos no Estatuto dos Refugiados.

Como observa o autor:

[...] que o pedido de reconhecimento do status de refugiado por pessoas que não se encontram nessa situação, em vez de chamar a atenção para as necessidades que esses indivíduos trazem consigo, faz com que o discurso contrário à concessão do refúgio se torne mais forte [...] (Jarochinski Silva, 2011, p. 211).

Ao abordarmos os fluxos migratórios mistos, buscamos, portanto, dar visibilidade a um fenômeno concreto que se manifesta no interior das migrações internacionais contemporâneas. O principal propósito de introduzir esse debate no contexto desta tese é contextualizar o tipo de fluxo migratório observado nas fronteiras entre Brasil e Venezuela. A partir de 2015, com o aumento expressivo da chegada de venezuelanos/as ao território brasileiro, configurou-se um fluxo misto, composto tanto por pessoas em condições específicas para solicitação de refúgio quanto por outras em situação migratória distinta.

3.3 As migrações forçadas e a transposição de linhas abissais

Nesta seção, propomos refletir sobre o fenômeno das migrações forçadas na contemporaneidade a partir de uma perspectiva ancorada no Sul global e no conceito de linha abissal, tal como proposto por Santos (2010). No contexto histórico atual, em grande medida, os deslocamentos forçados ocorrem entre países em desenvolvimento ou em direção a eles, o que revela uma dinâmica desigual na circulação de pessoas e no acesso a oportunidades. Essa assimetria limita a construção de uma vida digna e impõe obstáculos à integração de migrantes e refugiados/as nas sociedades de destino. De acordo com Lechini (2014), os países do Sul global estão em processo de desenvolvimento e, por serem considerados periféricos, compartilham semelhanças nas condições sociais, econômicas, políticas e culturais, tanto em seus contextos locais quanto nas escalas regionais.

Nosso objetivo, portanto, é lançar luz sobre essa questão a partir de um referencial que permita uma leitura contra-hegemônica do fenômeno. As reflexões apresentadas buscam oferecer uma estrutura conceitual e analítica capaz de facilitar a compreensão dos contextos vivenciados por migrantes e refugiados/as provenientes do Sul global (Jarochinski Silva; Baeninger, 2021; Santos; Meneses, 2010).

Os padrões de mobilidade humana nessa região tornaram-se, ao longo do tempo, cada vez mais diversos e complexos, exigindo análises detalhadas e contextualizadas dessas experiências migratórias (De Lombaerde; Guo; Póvoa Neto, 2014). É necessário considerar, ainda, que muitos fluxos migratórios no Sul global são consequência direta das políticas anti-imigratórias implementadas por países do Norte (Jarochoinski; Baeninger, 2021). Nesse sentido, García (2011) adverte que o enfrentamento do tema tem se caracterizado pelo envolvimento assimétrico entre Norte e Sul, mediado por tratados de cooperação que, na prática, impõem condições e limitam o debate, a pesquisa e as ações efetivas. Tais práticas, observa o autor, são frequentemente pautadas em uma perspectiva funcionalista e a-histórica.

O conceito de Sul global ultrapassa o domínio geográfico e assume um caráter geopolítico. Metáfora do sofrimento humano, o Sul global é formado por países, movimentos e regiões que compartilham desafios socioeconômicos semelhantes, resultantes de dinâmicas históricas de opressão e dominação provenientes de um Norte global capitalista, colonialista e patriarcal - as principais expressões da dominação moderna - e das resistências que lhes são opostas (Santos, 2018; Santos, 2021b). Ainda assim, mesmo em contextos do Norte global, é possível observar relações de exploração e degradação semelhantes às verificadas no Sul. Ou seja, até mesmo em metrópoles consideradas “desenvolvidas”, persistem estruturas de dominação que remetem ao colonialismo, ao capitalismo e ao patriarcado. Da mesma forma, em regiões do Sul global, há reprodução de relações típicas do Norte, a exemplo do que Santos (2018) denomina “Sul de face imperial”.

Desse modo, o que se entende por Norte e Sul global pode coexistir, simultaneamente, em áreas consideradas desenvolvidas e em regiões em desenvolvimento. Isso significa que relações de poder e controle estão presentes tanto em cidades como Frankfurt, na Alemanha, ou Nova York, nos Estados Unidos, quanto em localidades como Caracas, na Venezuela, ou São Paulo, no Brasil. Embora a distinção conceitual entre Norte e Sul seja clara, na prática o que se observa são espaços híbridos, nos quais características de ambos os contextos se mesclam, gerando tensões e disputas políticas entre diferentes grupos sociais.

As crises que atingem regiões específicas deixaram de representar meras dificuldades temporárias para se tornarem marcos estruturantes de novas realidades, caracterizadas pela fragilidade e pelo desgaste social. Se antes a vida simbolizava prosperidade, hoje, para muitos, ela se tornou inviável. Diante da deterioração das condições de vida, as pessoas são compelidas a migrar. Entretanto, à medida que os países do Norte global se mostram progressivamente menos receptivos aos migrantes (Castles, 2010), são as nações do Sul global que passam a atrair

a maior parte dos fluxos internacionais, um Sul cada vez mais influenciado por sua face imperial, resultado da atuação das potências dominantes.

O Sul global, herdeiro de um passado colonial e escravocrata, enfrenta hoje um quadro agravado de pobreza extrema, deslocamentos em massa, desastres ambientais e conflitos armados. Esses elementos, segundo Sassen (2016), configuram níveis inéditos de expulsão social. Essa deterioração das condições de vida, embora amplamente observável em fenômenos recentes, como o caso venezuelano, não é nova, estando presente em deslocamentos históricos de grandes contingentes populacionais entre países do próprio Sul. Um exemplo emblemático é a migração haitiana para diferentes nações latino-americanas, especialmente o Brasil.

A dinâmica dos deslocamentos em busca de condições de vida dignas, ausentes tanto nos países de origem quanto nos de destino, torna a migração uma categoria central para analisar as lógicas coloniais contemporâneas que produzem desigualdades (Ballestrin, 2013). Observa-se, assim, a continuidade de padrões de degradação e subalternização nos países receptores, que mantêm os/as migrantes em situações de sub-humanidade.

Santos (2018) assevera que o entendimento de humanidade na modernidade eurocêntrica sempre se sustentou na ideia de que nem todos os indivíduos são plenamente humanos. Por isso, grupos marginalizados enfrentaram, e ainda enfrentam, exclusão e desumanização, expondo a face mais sombria da degradação humana. Ao longo da história, escravizados/as, indígenas, povos colonizados, mulheres, negros/as, comunidades LGBTQIA+, migrantes e minorias religiosas vivenciaram diversos níveis de exclusão, não sendo reconhecidos/as como sujeitos de direitos humanos e de cidadania plena.

Compreender o que torna possíveis essas exclusões requer reconhecer a existência da linha abissal (Santos, 2010). Para Santos (2021b), as formulações fanonianas são as que mais claramente denunciam essa linha, ao revelarem as exclusões que ela cria entre metrópole e colônia. Ele destaca o mérito de Frantz Fanon ao explicitar a dimensão ontológica da linha abissal e a constituição de zonas de não-ser.

No texto *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*, Santos (2010) assevera que o pensamento moderno ocidental é abissal, pois está edificado a partir de um sistema de distinções visíveis e invisíveis. As distinções invisíveis, por sua vez, são fundamentadas pelas visíveis e produzem abismos estruturais entre culturas, sociedades, economias, modos de educar e formas de produzir conhecimentos.

Essas distinções invisíveis são constituídas por meio de linhas radicais que segregam a realidade social em dois universos distintos entre si: o universo “deste lado da linha”, reconhecido como o paradigma dominante, e o universo do “outro lado da linha”, que aglutina

os conhecimentos produzidos por grupos sociais historicamente vitimados desde o colonialismo até o sistema mundial contemporâneo. Tais conhecimentos são considerados incomensuráveis e incompreensíveis pelo modelo hegemônico (Santos, 2010).

A principal característica do pensamento abissal reside na impossibilidade da co-presença entre os dois lados da linha, uma vez que “[...] para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética” (Santos, 2010, p. 32). O pensamento abissal também se destaca por sua capacidade de produzir e radicalizar distinções. Nas palavras do autor:

[...] Contudo, por mais radicais que sejam estas distinções e por mais dramáticas que possam ser as consequências de estar de um ou do outro dos lados destas distinções, elas têm em comum o facto de pertencerem a este lado da linha e de se combinarem para tornar invisível a linha abissal na qual estão fundadas. As distinções intensamente visíveis que estruturam a realidade social deste lado da linha baseiam-se na invisibilidade das distinções entre este e o outro lado da linha (Santos, 2010, p. 33).

O pensamento abissal manifesta-se no campo do conhecimento ao valer-se da ciência moderna como elemento balizador e legítimo da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento de conhecimentos alternativos como a filosofia e a teologia. Para Santos (2010, p. 33), esse “[...] monopólio está no cerne da disputa epistemológica moderna entre as formas científicas e não-científicas de verdade”. O autor afirma que a filosofia e a teologia são conhecimentos aceitáveis “deste lado da linha” e nesse sentido:

[...] A sua visibilidade assenta na invisibilidade de formas de conhecimento que não encaixam em nenhuma destas modalidades. Refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso (Santos, 2010, p. 33-34).

Não obstante, o pensamento abissal também possui formas de expressão no campo do direito moderno, na medida em que “este lado da linha” é determinado por aquilo que é considerado legal ou ilegal, tomando-se como referência o direito oficial do Estado ou o direito internacional. Nesse contexto, o legal e o ilegal constituem formas de existência perante a lei, o que torna a referida distinção universal. Portanto, “do outro lado da linha”, sob o prisma do direito moderno, localizam-se os territórios sem lei, o fora da lei, o a-legal ou mesmo o território do legal e do ilegal de acordo com os direitos não oficialmente reconhecidos (Santos, 2010).

No entanto, na avaliação de Santos (2010), as linhas abissais globais não permaneceram fixas ao longo do período moderno, uma vez que, historicamente, sofreram

deslocamentos, ainda que seja possível reconhecer, em cada momento histórico, tanto a sua relativa fixidez quanto a reiterada vigilância e tentativa de preservação de sua posição, como se observa no caso das chamadas “linhas da amizade”. O autor destaca que, nos últimos sessenta anos, essas linhas sofreram dois abalos significativos. O primeiro decorreu das lutas anticoloniais e dos processos de independência das antigas colônias. O segundo, em sentido oposto ao primeiro, vem ocorrendo desde a década de 1970, caracterizando-se pela expansão do “outro lado da linha” e pela retração do “deste lado da linha”. A compreensão dessa dinâmica insere-se no interior do que o autor chama de “regresso do colonial e do colonizador”, e de um contramovimento designado de “cosmopolitismo subalterno”.

O regresso do colonial, segundo o autor, “assume três formas principais: o terrorista, o imigrante indocumentado e o refugiado” (Santos, 2010, p. 42). Tal movimento representa um processo de transgressão das linhas globais por parte do colonial, que passa a adentrar as sociedades metropolitanas. Essa transgressão, contudo, não implica necessariamente a presença física do colonial nos centros metropolitanos, tampouco uma mobilidade superior àquela historicamente experimentada por pessoas escravizadas em fuga. Ainda assim, a tradicional clivagem entre Velho Mundo e Novo Mundo entrou em colapso, o que acarretou a necessidade de traçar novas linhas abissais com o objetivo de garantir a segurança nas metrópoles. Nesse contexto, emergem dispositivos como legislações antiterroristas e legislações migratórias, orientadas por uma “lógica reguladora do paradigma da apropriação/violência”.

Esse movimento engendra uma cartografia e um modo de pensar marcados pela confusão, caracterizados pela desfiguração sistemática de princípios anteriormente assentados no paradigma da emancipação/regulação “deste lado da linha”, bem como pelo fortalecimento do paradigma da apropriação/violência. Como consequência, observa-se o “regresso do colonizador” e o ressurgimento de formas contemporâneas de governo colonial. Nesse cenário, identifica-se uma nova configuração de governo indireto, na qual o Estado se exime progressivamente da regulação social e transfere a provisão de serviços públicos à iniciativa privada. Atores não estatais passam, assim, a regular a vida e o bem-estar de amplos contingentes populacionais, produzindo o que Santos (2010) denomina de fascismo social.

De acordo com o autor, ancorado nas epistemologias do Sul, a linha abissal institui uma separação profunda entre os modos de sociabilidade metropolitanos e os modos de sociabilidade coloniais, separação essa que tem caracterizado o mundo moderno desde o século XV até a contemporaneidade. Tal clivagem contribui para a compreensão da persistência de exclusões tanto abissais quanto não-abissais:

O mundo metropolitano é o mundo da equivalência e da reciprocidade entre “nós”, aqueles que são, tal como “nós”, integralmente humanos. Existem iniquidades sociais e de poder entre “nós” que são suscetíveis de criar tensões e exclusões; contudo, em caso algum põem em questão a “nossa” equivalência e a reciprocidade básicas. Por essa razão, tais exclusões são não-abissais. [...] De igual modo, o mundo colonial, o mundo da sociabilidade colonial, é o mundo do “eles”, aqueles relativamente aos quais é inimaginável a existência de qualquer equivalência ou reciprocidade, uma vez que não são totalmente humanos. Paradoxalmente, a exclusão é ao mesmo tempo abissal e inexistente, já que é inimaginável que possam alguma vez vir a ser incluídos. Estão do outro lado da linha abissal (Santos, 2021b, p. 43).

A existência social do mundo metropolitano é marcada pela interação entre regulação e emancipação. Nesse contexto, a busca pela emancipação social configura-se como uma luta contra as exclusões produzidas pelas formas vigentes de regulação social, visando à sua substituição por mecanismos regulatórios menos excludentes. Para tanto, mobilizam-se instrumentos como o Estado liberal, o Estado de direito, os Direitos Humanos e a democracia. Por sua vez, no mundo colonial, a apropriação de vidas e de recursos ocorre, com frequência, por meio da violência, que, direta ou indiretamente, tem como objetivo a expropriação e a dominação. Esses processos operam a partir de mecanismos estruturalmente semelhantes aos do colonialismo histórico, tais como o trabalho forçado e o trabalho escravizado, as execuções extrajudiciais, a tortura, a guerra permanente, o acúmulo primitivo de capital, os campos de refugiados/as, o racismo, a violência doméstica e o feminicídio (Santos, 2010; Santos, 2021b). No Sul global, o/a migrante que se vê compelido/a a atravessar fronteiras em busca de um novo destino abandona um território metropolitano degradado e ingressa em um espaço colonial pertencente a outrem, no qual se reatualizam formas históricas de exclusão, controle e violência.

Com base no conceito de linha abissal, Nolasco (2017) desenvolve uma análise crítica acerca da porosidade das fronteiras que delimitam mundos sociais distintos. A partir de dados de organismos internacionais sobre migrações, o autor compara os deslocamentos de futebolistas e de refugiados/as, problematizando o contraste entre o ingresso tranquilo, desejado e legitimado de uns/as (os/as futebolistas) e a travessia violenta, indesejada e criminalizada de outros/as (os/as refugiados/as), no contexto europeu. Em sua reflexão, Nolasco recorre a duas figuras metafóricas elaboradas por Zygmunt Bauman, os/as turistas e os/as vagabundos/as, para representar distintas formas de mobilidade social e espacial. Essas categorias analíticas revelam os modos desiguais de circulação no mundo contemporâneo e inspiram a presente análise das migrações venezuelanas em direção ao Brasil desenvolvidas nesta tese.

No livro *O mal-estar da pós-modernidade*, Bauman (2022) argumenta que a vontade de liberdade constitui uma das marcas centrais da pós-modernidade, acompanhando as rápidas

transformações econômicas, culturais e tecnológicas do mundo contemporâneo. O resultado dessas metamorfoses é um cenário caracterizado pela incerteza, pela fluidez e pela instabilidade, em contraste com a segurança e a previsibilidade associadas ao mundo moderno. Ao longo da obra, o autor mobiliza figuras dicotômicas para ilustrar a ruptura entre o moderno e o pós-moderno. No texto *Turistas e vagabundos: os heróis e as vítimas da pós-modernidade*, apresenta duas dessas figuras, os/as turistas e os/as vagabundos/as, que, segundo ele, sintetizam a principal clivagem da sociedade pós-moderna.

À figura do/a turista associam-se conceitos como liberdade, autonomia e independência, decorrentes das amplas possibilidades de mobilidade proporcionadas pelo poder de escolha e de deslocamento, seja por necessidades práticas, seja pela realização de projetos e sonhos pessoais. Os contatos estabelecidos com pessoas e lugares tendem a ser efêmeros, sem a criação de vínculos duradouros; quando existem, são superficiais. Nessa condição, não se questiona o direito dos/as turistas de abandonar o espaço em que se encontram, sempre que assim o desejarem (Bauman, 2022). De acordo com o autor:

Tudo isso oferece ao turista a sensação recompensadora de “estar sob controle”. [...] Este não é senão o que se pode chamar o “controle situacional” - a aptidão para escolher onde e com que partes do mundo “interfacear”, e quando desligar a conexão”. Os turistas iniciam suas viagens por escolha - ou, pelo menos, assim eles pensam. Eles partem porque acham o lar maçante ou não suficientemente atrativo, demasiadamente familiar e contendo demasiadamente poucas surpresas, ou porque esperam encontrar em outro lugar uma aventura mais excitante e sensações mais intensas do que a rotina doméstica jamais é capaz de transmitir. A decisão de abandonar o lar com o fim de explorar terras estranhas é positivamente a mais fácil de tomar pela confortadora percepção de que sempre se pode voltar, se for preciso (Bauman, 2022, p. 136-138).

Em perspectiva antagônica, os/as vagabundos/as⁴⁰ são pessoas que não dispõem da liberdade de escolha para se deslocarem ou permanecerem onde estão. O deslocamento ocorre não por desejo, mas por necessidade, uma vez que se veem compelidos/as a fugir de precariedades de múltiplas ordens vivenciadas em seus países de origem. Esses sujeitos

⁴⁰ Ao se referir à figura do/a vagabundo/a presente no texto de Bauman, Nolasco (2017, p. 4, grifos do autor) esclarece: “É importante assinalar que a conceptualização de *vagabundo* feita por Bauman, quando aplicada a migrantes e refugiados, não comporta a carga pejorativa que recorrentemente é atribuída a esta figura. No senso comum vagabundo é alguém que vagueia, que não trabalha, não possui ocupação, sinónimo de vadio, malandro, madraço. O *vagabundo* de Bauman é alguém inevitavelmente deslocado do seu lugar para o espaço amplo da globalização, forçado à mobilidade mesmo quando fisicamente parado, não comportando os significados associados à desonestidade nem à ociosidade”.

deparam-se, reiteradamente, com contextos nos quais não são bem-vindos/as e enfrentam dificuldades sistemáticas de acolhimento nas sociedades anfitriãs (Bauman, 2022).

Segundo Bauman (2022, p. 138-139, grifos do autor):

[...] nem todos os viajantes estão em movimento por preferirem estar em movimento a ficar em seu lugar. Muitos talvez se recusassem a se aventurar numa vida de perambulação se fossem solicitados a isso, mas eles não foram inicialmente solicitados. Se estão em movimento é porque foram impelidos por trás - tendo sido, primeiramente, desenraizados por uma força demasiadamente poderosa, e muitas vezes demasiadamente misteriosa, para que se lhe resista. Veem sua situação como qualquer coisa que não a manifestação da liberdade. Liberdade, autonomia, independência - se elas de algum modo aparecem no seu vocabulário - invariavelmente vêm no tempo futuro. Para eles, estar livre significa *não ter de* viajar de um lado para o outro. [...] Os vagabundos são os restos do mundo que se dedicaram aos serviços dos turistas.

Partindo desta dicotomia entre as duas figuras metafóricas estabelecidas por Bauman (2022), que se apresentam como adequadas ao nosso ver para analisarmos as migrações venezuelanas em suas particularidades, procuramos analisar as formas de mobilidade levando-se em consideração as diferenças na transposição da linha abissal existente entre Brasil e Venezuela.

Para isso, é necessário um olhar atento sobre o contexto das migrações venezuelanas em direção ao Brasil desde os primeiros anos do século XXI ⁴¹. Entre 2000 e 2015, observou-se uma mobilidade vinculada ao capital humano, marcada pela chegada de pessoas altamente qualificadas para ocupar postos de trabalho em território brasileiro. Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2022) indicam que, nesse período, deixaram a Venezuela profissionais com elevada qualificação, cientistas, pesquisadores/as, professores/as, estudantes de nível superior, administradores/as, gerentes, diretores/as, executivos/as e médicos/as, todos/as vinculados/as aos níveis superiores da hierarquia ocupacional.

Em grande parte dos casos, os/as migrantes que se dirigiam ao Brasil obtinham vistos regulares e estavam amparados/as pela legislação migratória vigente. Nesse fluxo, não havia o componente humanitário característico de situações de crise, tampouco uma gestão

⁴¹ Ainda neste capítulo será trazida uma periodização delimitada por Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2022) que distingue em três momentos principais o fenômeno dos deslocamentos venezuelanos para o Brasil e os respectivos perfis dos/as migrantes e/ou refugiados/as em cada período. Contudo, em virtude de nossa argumentação adiantamos, ainda que de maneira muito superficial, essa questão para facilitar a nossa argumentação.

governamental voltada à dispersão planejada dessas pessoas pelo território nacional (Baeninger; Demétrio; Domeniconi, 2022).

Para esse grupo que no período cruzou a fronteira entre os países, a transposição da linha abissal ocorreu de forma menos resistente, pois estava em pauta os interesses nacionais do país receptor num contexto histórico de estabilidade e prosperidade econômica. Quem por aqui chegava vindo/a da Venezuela não foi constrangido/a a atravessar a fronteira de maneira forçada, mas o fez por meio de uma ação deliberada com vista a atender um projeto de vida muito bem definido. A figura do/a turista de Bauman (2022) se faz jus neste contexto.

No entanto, este cenário se altera com o passar dos anos e com a agudização da crise na Venezuela. Com isso setores mais empobrecidos do país vizinho, formados por pessoas com baixa escolaridade e poder aquisitivo, sendo muitos/as pertencentes a grupos socialmente marginalizados, como é o caso dos/as indígenas, cruzam a linha abissal e procuram se instalar “deste lado da linha”. Em busca de melhores condições de vida encontram-se migrantes e/ou refugiados/as que foram forçados/as a deixarem seus territórios.

A sua permanência no Brasil, em inúmeros casos, é mantida pelo usufruto de políticas sociais e num cenário marcado por incertezas quanto ao futuro destas pessoas. A transposição da violenta linha abissal implica a convivência rotineira com atos de xenofobia e até agressões físicas. Para estes/as, as dificuldades na solicitação de documentos é um acontecimento real, assim como a sua culpabilização pela sobrecarga dos sistemas de saúde, educação e proteção social.

A governança migratória estabelecida para dar conta deste contingente populacional que migra para o Brasil a partir de 2018 tem a tutela de agências e organismos internacionais ligados à questão migratória. Além disso, devemos mencionar o processo de militarização da fronteira e o reconhecimento do componente humanitário no fluxo migratório em andamento. A estes, associamos a figura dos/as vagabundos/as presente em Bauman (2022).

Com isso, o que se pretende com esta reflexão é explicitar as diferenças na transposição da linha abissal por pessoas de um mesmo país, posicionadas de forma diferente na hierarquia social, e que migraram em momentos distintos. O tratamento dado a uma e a outro grupo é distinto, bem como a consistência da fronteira. Além disso, esta migração Sul-Sul nos indica que a existência “deste lado da linha” e “do outro lado da linha”, conforme metáfora utilizada por Santos (2021b) e Santos (2010), pode e deve ser pensada em diferentes contextos e não somente numa relação estabelecida entre o Norte global e o Sul global. Da mesma forma, Nolasco (2017) assevera que as fronteiras não possuem a mesma rigidez para todas as pessoas em deslocamento para o continente europeu, no caso dos/as refugiados/as e dos atletas

profissionais de futebol, entendemos se passar o mesmo com a população venezuelana em movimento em direção ao Brasil ao longo dos anos neste século XXI.

Em nosso entendimento, o conceito de linha abissal é fundamental para compreender o termo “forçado”, que qualifica inúmeras experiências migratórias contemporâneas. A migração forçada pode ser vista como o resultado direto da criação de linhas abissais, isto é, de exclusões radicais que erguem barreiras entre humanidade e sub-humanidade. Tais barreiras negam a essência do ser, rompem a normalidade antes vivenciada e reduzem os sujeitos a uma condição de não-ser. Essas barreiras podem assumir dimensões físicas, políticas, epistemológicas ou ontológicas, sendo produzidas pelas forças de desestabilização que emanam do modelo hegemônico capitalista, colonial e patriarcal que estrutura o mundo contemporâneo.

3.4 A crise venezuelana e o cenário gerador de mobilidade sem precedentes

A compreensão da atual crise humanitária venezuelana exige o resgate dos antecedentes históricos, políticos e sociais que conduziram à gênese e à evolução do atual governo no país. Em 1992, Hugo Chávez liderou um grupo de oficiais das Forças Armadas da Venezuela com o objetivo de assumir o poder por meio de um golpe de Estado contra o governo de Carlos Andrés Pérez. O grupo, amplamente conhecido como Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), em alusão ao bicentenário do nascimento do revolucionário venezuelano Simón Bolívar, possuía caráter nacionalista e defendia pautas de cunho igualitário (Pereira, 2015). O movimento não obteve êxito, e Hugo Chávez, à época tenente-coronel, foi preso por outros militares, cumprindo cerca de dois anos de detenção.

No ano seguinte, em 1993, o então presidente Carlos Andrés Pérez, que havia sido alvo da tentativa de golpe, foi destituído do cargo em decorrência de práticas de corrupção que vieram a público. Em seu lugar assumiu Rafael Caldera, que, entre suas primeiras medidas, concedeu perdão presidencial a Hugo Chávez e a outros militares envolvidos na ação golpista (Pereira, 2015). Após a anistia, Chávez e vários de seus companheiros militares ingressam na carreira política, demonstrando-se avessos “à participação nos canais de representação política existentes. Tinham uma pauta política básica: dissolver o Congresso e convocar uma Assembleia Constituinte” (Pereira, 2015, p. 101).

Maringoni (2012, p. 21, grifos do autor) assim se refere à trajetória de Hugo Chávez no cenário político venezuelano:

Sua trajetória não advém diretamente dos acúmulos dos movimentos sociais ou das forças políticas tradicionais. Chávez surge literalmente como um *outsider* e como um subproduto do descrédito das instituições políticas. Quando tenta tomar o poder através de um golpe militar, em 1992, a imagem que fica diante da população não é negativa. É de alguém que deseja moralizar o país. Poderíamos classificá-lo - no final dos anos 1990 - como um *salvador da pátria*, figura recorrente em momentos de crise aguda de dominação. Um salvador egresso dos escombros da *excepcionalidade*.

Após sua saída da prisão, Hugo Chávez fundou o Movimento da Quinta República (MVR), defendendo a realização de uma revolução pacífica e democrática (Pereira, 2015). O fio condutor de seu discurso, nesse momento, baseava-se na promessa de melhoria das condições de vida da população empobrecida, tendo como eixo central a utilização de uma das maiores riquezas do país: o petróleo. Essa retórica apresentava fundamentos socialistas e inspiração na figura e no legado de Simón Bolívar. A insatisfação generalizada da população com os rumos assumidos pela política venezuelana, especialmente no que se refere à corrupção, oferecia sustentação ao projeto político então em gestação (Santos; Vasconcelos, 2016).

Naquele momento, Chávez passou a se apresentar como a principal promessa de superação da crise vivida pelo país. Sua expressiva capacidade de persuasão, demonstrada por meio de discursos de forte apelo popular, aliada ao crescente descontentamento da população com o governo de Rafael Caldera, contribuiu para o fortalecimento de sua base política. É nesse cenário que Chávez vence as eleições presidenciais de 1998 e assume a presidência da República em fevereiro do ano seguinte.

Chávez chega ao poder com um discurso de caráter populista e seria eleito outras três vezes para governar o país entre 1999 e 2013. Tal trajetória expõe a magnitude de sua força política, bem como sua liderança à frente de um movimento que ficou conhecido como “socialismo do século XXI”, ou “novo socialismo”, segundo algumas leituras. A partir dessa proposta, o mandatário venezuelano conquistou a simpatia de diversos governantes latino-americanos, como Néstor e Cristina Kirchner, na Argentina, Fernando Lugo, no Paraguai, Rafael Correa, no Equador, Evo Morales, na Bolívia, e Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil (Pereira, 2015).

Ainda em 1999, em seu primeiro ato oficial como presidente da Venezuela, Chávez demonstrou coerência com suas promessas de campanha ao assinar um decreto que convocava um referendo sobre a realização de uma nova Assembleia Constituinte, marcado para o dia 25 de abril daquele ano. Em seu discurso de posse, apelou ao Poder Judiciário para que aprovasse a Lei Habilitante, a fim de lhe conceder poderes que possibilitassem acelerar a tomada de decisões consideradas, por ele, essenciais para o país. O processo constituinte foi aprovado por

referendo e, no mês de julho, foram escolhidos/as os/as representantes populares da Assembleia. A ampla maioria de cadeiras conquistadas pela ala governista permitiu a aprovação da nova Carta Magna com expressiva vantagem. A Constituição promulgada naquele contexto, além de redefinir a estrutura institucional do Estado, alterou oficialmente o nome do país para República Bolivariana da Venezuela (Mendes, 2012).

A promulgação da Constituição da República Bolivariana da Venezuela permitiu a ampliação de poderes que poderiam ser exercidos por Chávez ao longo de seu governo. De acordo com Schurster e Araujo (2015), somente no ano de 2001 foram promulgadas 49 Leis Habilitantes, dispositivo legal similar às medidas provisórias no Brasil, instrumento considerado necessário para viabilizar as transformações sociais anunciadas pelo presidente durante sua campanha eleitoral. As Leis da Pesca, de Terras e Desenvolvimento Agrário e dos Hidrocarbonetos impuseram limites à apropriação privada e estimularam a reapropriação, pelo Estado, da renda petrolífera em um país no qual parcela significativa das divisas advinha do petróleo. Essas alterações no marco legislativo intensificaram o movimento de oposição ao chavismo, que, por meio de greves e manifestações, passou a exigir a renúncia de Chávez. Em abril de 2002, Hugo Chávez foi deposto, mas retornou ao poder dois dias após o golpe de Estado, após reação de parcela da população apoiadora do governante.

Assim, Chávez manteve-se no poder e no ano de 2003 houve uma aproximação manifesta entre Brasil e Venezuela:

Lula e Chávez lançaram ou apoiaram vários projetos de integração regional, principalmente ligados a energia. Em abril de 2003, numa visita de Chávez ao Recife nasce a primeira parceria nesta área, com a assinatura da ata para a construção da Refinaria Abreu e Lima, anunciada como um empreendimento conjunto entre Petrobras e a estatal venezuelana PDVSA. A refinaria receberia petróleo pesado do campo de Carabobo, na Faixa do Rio Orinoco, no sul da Venezuela, que também seria explorado em conjunto pelas duas empresas. [...] Lula também falou sobre a prioridade aos projetos de integração física entre os dois países, as coincidências nas posições em relação a uma Alca “equitativa e equilibrada, levando em conta os diferentes níveis de desenvolvimento econômico dos países do Hemisfério” e os planos de uma zona de livre comércio entre a Comunidade Andina de Nações (CAN) e o Mercosul [...]. Um ano depois, a Venezuela passa a integrar o Mercosul como membro associado e, em 2005, formaliza seu pedido de adesão como membro pleno. [...] Os dois presidentes compartilhavam também a prioridade à relação Sul-Sul, e ambicionavam “mudar a geografia comercial do mundo” [...] (Bacoccina, 2008, p. 21-22).

No período entre os anos de 2007 e 2009, Chávez já havia conquistado domínio político com a aprovação, no âmbito da Assembleia Nacional, de uma emenda à Constituição

que possibilitava reeleições ilimitadas, permitindo, assim, a sua perpetuação como chefe do poder Executivo por tempo indeterminado:

[...] depois da tentativa de golpe de estado em 2002, Chávez procedeu a uma purga no exército para prevenir outras iniciativas do mesmo tipo, e os seus críticos acusavam o governo de anular liberdades civis e de limitar a liberdade de expressão, perseguindo órgãos de comunicação hostis. O avanço do autoritarismo fez-se alegadamente acompanhar de corrupção nos círculos do governo e do uso dos fundos públicos para favorecer o partido do poder nas eleições. Chávez foi reeleito para um segundo mandato em dezembro de 2006 e autorizado pela Assembleia Nacional a governar por decreto durante 18 meses. Em dezembro de 2007, perdeu por pouco um referendo que lhe teria permitido a reeleição por um número de vezes indeterminado, mas repetiu questão noutro referendo, realizado em fevereiro de 2009, e dessa vez ganhou com 54% dos votos. Este resultado o permitiu voltar a candidatar-se em 2012, e por quantas vezes entendesse fazê-lo (Williamson, 2013, p. 612).

No âmbito político, até o ano de 2013, Hugo Chávez conseguiu aglutinar os segmentos que apoiavam o seu governo em torno de um partido unificado de esquerda, o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV). Essa unificação constituiu uma orientação estratégica voltada ao aprofundamento da chamada “Revolução Bolivariana”, buscando consolidar uma base política coesa capaz de sustentar as transformações propostas pelo governo. No plano econômico, o líder venezuelano promoveu uma série de expropriações e estatizações em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento nacional. Destacam-se, nesse processo, as intervenções no setor de telecomunicações, com a estatização da Compañía Anónima Nacional de Teléfonos (CANTV), e no setor de energia elétrica, com a incorporação da Eletricidad de Caracas ao controle estatal. Essas medidas expressavam a intenção de fortalecer o papel do Estado na condução da economia, ampliar o controle sobre áreas-chave da infraestrutura nacional e direcionar os recursos para políticas de cunho social..

Sobre esse momento histórico, Alvarez, Phélan e Viso (2021, p. 65, tradução nossa) relatam:

É característico o aumento das estatizações, nacionalizações, expropriações e o confisco de empresas (Levy, 2018). São estatizadas empresas de telecomunicações, siderúrgicas, do setor agroalimentar e cadeias de supermercados. Ocorre a saída do país de empresas transnacionais, bancos, fundações e representações internacionais. A violação das liberdades civis e políticas é cada vez mais sentida através do controle dos meios de comunicação e informação. É emblemática a recusa em renovar a concessão de um dos canais de televisão mais antigos do país, a Radio Caracas TV (RCTV). O encerramento da transmissão gera uma série de protestos e manifestações em todo o país. É também o período das marchas de apoio ao

governo, que são obrigatórias para os funcionários públicos, aspecto que começa a afastar muitos cidadãos do país.

Nesse momento inicial de agravamento da crise política, ao final do ano de 2010, a Venezuela detinha uma das maiores reservas de petróleo do mundo, cenário que ainda se confirma nos dias de hoje. Apesar de manter, desde 2009, uma política de controle de preços do produto, o país havia alcançado projeção internacional significativa ao integrar o seleto grupo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Ainda assim, a conjuntura política mostrava-se preocupante para Hugo Chávez, marcada por crescentes tensões internas e por desafios à estabilidade do seu projeto governamental:

No início de 2010, o conflito entre governo e oposição na Venezuela deu sinais de um reaquecimento preocupante. Os maiores alvos neste novo momento foram o programa de racionamento de energia elétrica e as sanções a canais de televisão, além de antigos temas, como a corrupção e a violência pública. Os palcos do confronto foram, mais uma vez, os meios de comunicação - públicos e privados - e as ruas, onde se multiplicaram marchas de ambos os lados. A constância e o grau de violência que marcaram esses protestos chegaram a lembrar os ocorridos em 2002. Além das eleições para o legislativo agendadas para setembro do mesmo ano, esse cenário coincidiu com a queda do preço do petróleo no mercado internacional, efeito da crise econômica mundial que explodiu no final de 2008 e que se traduziu na redução do crescimento em algumas das principais potências consumidoras da *commodity*, como a China e os Estados Unidos (Mendes, 2012, p. 280).

Chávez foi eleito para o seu quarto mandato em 2012 em um cenário marcado por uma oposição mais organizada, por menor adesão ao chavismo e pela presença numericamente expressiva de parlamentares opositores na Assembleia Nacional. Contudo, em razão de um grave problema de saúde decorrente de um câncer, não chegou a assumir formalmente o cargo. Nesse contexto, antes de iniciar o tratamento médico em Cuba, Nicolás Maduro foi indicado por Chávez como seu sucessor na presidência, decisão que foi interpretada pela oposição como uma medida inconstitucional (Bastos; Obregón, 2018).

Entretanto, a morte de Chávez, em 5 de março de 2013, alterou substancialmente o panorama político, levando à convocação de novas eleições, conforme previsto na Constituição venezuelana. A oposição, que já se encontrava articulada com vistas à governança do país, não obteve êxito no pleito eleitoral, e Nicolás Maduro foi eleito presidente pelo voto popular ao derrotar o candidato opositor Henrique Capriles. Os/As opositores não se mostraram surpresos/as com o resultado, uma vez que acreditavam que a recente comoção da população venezuelana em decorrência da morte de Chávez teria influenciado o desfecho do processo eleitoral (Bastos; Obregón, 2018).

Maduro assumiu a presidência em meio ao enfraquecimento da corrente chavista e a um país profundamente dividido do ponto de vista político. Sua vitória era compreendida como uma possibilidade concreta de continuidade do legado da chamada “Revolução Bolivariana”. Contudo, o novo presidente passaria a enfrentar um contexto adverso, não apenas no campo político, mas também no plano econômico. A economia venezuelana começava a apresentar sinais evidentes de desgaste estrutural e desequilíbrio. Sobre esse cenário, Bastos e Obregón (2018, p. 10) traçam o seguinte panorama:

Após as manifestações da oposição, o discurso de Nicolás Maduro se distanciou do tom conciliatório utilizado por Chávez quando da tentativa de golpe ao seu governo em 2002, o que reafirmou as teses liberais do uso do autoritarismo por Maduro para manutenção do poder, em detrimento da ausência do carisma de Hugo Chávez. [...] A tese oposicionista principal era a ilegitimidade das eleições e a ocorrência de suposta fraude eleitoral, tendo em vista que o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) era composto por chavistas e, por isso, o resultado poder ter sido tendencioso. Com base nisso, os antichavistas pugnavam pela anulação da eleição. Em junho de 2013, o CNE finalizou a auditoria requerida e confirmou a vitória de Maduro sobre Capriles. O plano para o governo de Maduro é a corroboração do traçado por Chávez em 2012, cujas metas principais são a continuidade da implantação do socialismo na Venezuela, o aumento da produção do petróleo, a erradicação da miséria e a criação de outros polos produtivos nacionalizados. Isso quer dizer que Maduro mantém uma postura conservadora em relação ao governo anterior, além de fundar seu capital político inteiramente na memória chavista. No entanto, as condições materiais do país em 2013 eram de escassez de produtos básicos de subsistência, crise do setor elétrico, inflação alta, desvalorização do câmbio e queda no PIB.

A ascensão de Nicolás Maduro ao poder foi marcada, também, por um período de queda expressiva do preço do barril de petróleo no mercado internacional, a partir de 2014, o que expôs de maneira contundente os limites de uma economia excessivamente dependente de um único produto. Somam-se a esse cenário os embargos econômicos e os intensos tensionamentos políticos que, em última instância, passaram a questionar a legitimidade das eleições que consagraram Maduro como presidente da República Bolivariana da Venezuela. O recrudesimento da oposição ao novo governo contou, ainda, com a chancela dos Estados Unidos (Fernández, 2019).

A redução do preço do petróleo no cenário mundial impactou de forma significativa a economia venezuelana. A partir desse contexto, desencadeou-se uma crise profunda, cujos efeitos se estendem até os dias atuais, provocando, entre outros aspectos, a redução dos investimentos em políticas sociais. O êxito das políticas implementadas durante o chavismo

esteve diretamente vinculado ao rentismo petrolífero e, conseqüentemente, à ampliação do aporte de recursos destinados a programas voltados à população mais empobrecida do país.

As medidas de manipulação cambial orientadas ao controle de preços, adotadas ainda no período de Hugo Chávez sem a devida articulação com políticas monetária e fiscal adequadas, contribuíram para o aprofundamento e a persistência da crise econômica. Como desdobramentos desse processo, observam-se a queda do Produto Interno Bruto (PIB), a desvalorização cambial e o avanço acelerado da inflação, fatores que deterioraram de maneira expressiva as condições de vida da população venezuelana. No governo Maduro, “[...] a inflação só aumentou e o PIB per capita diminuiu, devido às medidas por ele adotadas de limitação de lucros, o que fez com que os outros setores – que não petroleiros – sabotassem a economia do país” (Bastos; Obregón, 2018, p. 13). Assim como ocorrera no período anterior, Maduro também obteve a Lei Habilitante, que lhe permitiu governar por meio de decretos. Nesse contexto jurídico, o presidente venezuelano, além de estabelecer limites aos lucros das empresas, fixou tetos para os valores dos aluguéis, regulou preços de automóveis e submeteu a produção ao controle estatal (Bastos; Obregón, 2018).

A crise econômica passou a repercutir de forma direta e intensa nas condições sociais do país, tornando-se cada vez mais perceptível no cotidiano da população. A Venezuela passou a conviver com um cenário generalizado de escassez de bens considerados essenciais. Produtos básicos, como alimentos, água potável e medicamentos, tornaram-se progressivamente raros na vida cotidiana dos/as venezuelanos/as. A inflação atingiu patamares exorbitantes, corroendo o poder de compra e elevando os preços dos produtos já escassos nas prateleiras do comércio. Ademais, episódios recorrentes de racionamento de energia elétrica passaram a integrar o cotidiano da população. Paralelamente ao aumento das filas em supermercados, observou-se também a elevação dos índices de criminalidade. Assim, múltiplos fatores contribuíram para agravar a situação de uma economia já fragilizada e estruturalmente dependente do petróleo.

Para Fernández (2019), os efeitos da hiperinflação e do desabastecimento de bens e produtos essenciais revelam a face mais dramática da instabilidade vivenciada pela Venezuela. O ambiente persistente de tensão política gerou insegurança generalizada e restrições à mobilidade urbana em diversas cidades do país. Desse modo, a vida cotidiana passou a ser marcada por obstáculos constantes à materialização da existência.

No plano político, verifica-se o acirramento dos conflitos entre chavistas e opositores. Em 2015, ano das eleições legislativas, a oposição, composta por parlamentares vinculados à Mesa de la Unidad Democrática (MUD), coalizão de orientação à direita, obteve maioria na Assembleia Nacional, ampliando de maneira significativa a pressão sobre o governo

de Nicolás Maduro. Essa derrota eleitoral expressou o descontentamento social acumulado ao longo dos anos em relação aos rumos adotados pelo governo. De acordo com Bastos e Obregón (2018, p. 14):

Com esse resultado, o governo perdeu sua hegemonia no Legislativo, mas a manteve no Executivo e Judiciário. Na prática, isso representou a rejeição de todas as propostas normativas submetidas pelo Executivo ao Parlamento, assim como a aprovação de várias leis contrárias ao posicionamento ideológico bolivariano. Tendo em vista que o Judiciário Venezuelano é chavista, os mandatos de alguns opositores foram considerados fraudulentos, no entanto, a Assembleia Nacional desobedeceu à decisão da Corte e esta declarou o “estado de desobediência” do Parlamento, agravando, ainda mais, a crise institucional no país.

A governabilidade de Nicolás Maduro no contexto venezuelano vem sendo progressivamente comprometida ao longo do tempo. Fernández (2019) assinala que, desde as eleições legislativas, o país passou a enfrentar episódios recorrentes de violência nas ruas, sobretudo na capital Caracas. Por ocasião do discurso de posse da nova mesa diretiva da Assembleia Nacional, em janeiro de 2016, seu presidente, o deputado Henry Ramos Allup, estabeleceu publicamente um prazo de seis meses para que Maduro deixasse o poder. Tal posicionamento aprofundou a crise institucional no âmbito dos poderes públicos venezuelanos.

Desde a eleição de Nicolás Maduro, em 2013, a Venezuela passou a conviver com conflitos violentos que expressam o descontentamento da oposição em relação ao chavismo. Essas ações de caráter violento se estenderam nos anos subsequentes, alcançando seu ápice em 2017, quando ocorreram confrontos de grande impacto. Nesse período, registraram-se focos de violência envolvendo o uso de armas de fogo e explosivos, que se prolongaram por cerca de cem dias em cidades como Caracas e em outros centros urbanos do interior do país. Diante desse contexto de elevada tensão social e política, o então presidente convocou a realização de comícios com vistas à instalação da Assembleia Nacional Constituinte, como estratégia para pôr fim aos episódios de conflito (Fernández, 2019).

É relevante destacar que, nesse mesmo ano, a Venezuela foi suspensa do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), sob a alegação de rompimento da ordem democrática e do pleno funcionamento das instituições, requisitos considerados fundamentais para a permanência de um país no bloco.

Nesse cenário de acentuada instabilidade, eleições presidenciais foram convocadas e realizadas em maio de 2018. Diversos/as candidatos/as de oposição participaram do pleito, que já não contava com a presença da MUD, e Nicolás Maduro concorreu como candidato do campo

bolivariano. Ao final da apuração, o presidente foi reeleito com mais de 60% dos votos. O resultado eleitoral desencadeou novo ciclo de contestação por parte da oposição, especialmente do partido de ultradireita Voluntad Popular, que passou a questionar a lisura do processo eleitoral e a negar sua legalidade, bem como a legitimidade do presidente reeleito (Fernández, 2019).

Como forma de oposição ao resultado, o então presidente da Assembleia Nacional, o deputado Juan Guaidó, autoproclamou-se, em janeiro de 2019, líder máximo da República Bolivariana da Venezuela. Tal iniciativa recebeu apoio imediato dos Estados Unidos, de outros líderes latino-americanos e de países europeus alinhados à influência estadunidense (Fernández, 2019).

Esse rearranjo geopolítico, marcado pelo reconhecimento internacional da ilegitimidade atribuída à vitória de Nicolás Maduro⁴², gerou preocupação em países mais alinhados ao governo venezuelano recém-reeleito. Fernández (2019, p. 195, tradução nossa) descreve esse contexto nos seguintes termos:

Esta situação gerou um intenso debate no âmbito diplomático, uma vez que países aliados da Venezuela, como a Rússia e a China, bem como outros da comunidade internacional, se posicionaram sobre o perigo de um conflito bélico no território da América Latina e do Caribe e chamaram a atenção para a pressão intervencionista exercida sobre a Venezuela, com a aplicação do bloqueio econômico e financeiro, o confisco de recursos venezuelanos por bancos europeus, a apropriação da empresa petrolífera Citgo, subsidiária da PDVSA, que opera nos Estados Unidos, entre outras medidas punitivas. Tudo isso gera um grande impacto que afeta a maioria da população da Venezuela, que enfrenta grandes dificuldades para viver seu cotidiano em condições de grande adversidade. Nessas circunstâncias que levam a um quadro de assimetria econômica, se comparado com outros países vizinhos ou do norte global, nos últimos três anos aumentou o fluxo migratório de parte da população venezuelana para outros países, o que rompe com a tradição de ser um país receptor nessa matéria.

É nesse contexto que o mundo passa a acompanhar uma crise migratória de grandes proporções, marcada pelo deslocamento de migrantes e refugiados/as venezuelanos/as para diversos países da região. Em 2020, o Brasil tornou-se o país que concentrava o maior número de refugiados/as venezuelanos/as na América Latina, em razão dos procedimentos adotados para o reconhecimento dessa condição, configurando uma ação sem precedentes na história

⁴² No período em que realizávamos os ajustes finais para a entrega deste texto, Nicolás Maduro foi sequestrado do território venezuelano em uma ação autorizada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O mandatário venezuelano encontra-se sob custódia estadunidense e, em seu lugar, assumiu a vice-presidente Delcy Eloína Rodríguez Gómez. Até o momento, não foram observados movimentos migratórios significativos em direção aos países da região em decorrência dessa ação de captura.

brasileira. Tal cenário contribuiu para que o país se consolidasse, naquele momento, como uma nação comprometida com a proteção de pessoas em situação de elevada vulnerabilidade social (ACNUR, 2020a). Durante um período significativo, o Brasil também sustentou a posição de principal receptor de migrantes e refugiados/as venezuelanos/as na região, posto que, atualmente, passou a ser ocupado pela Colômbia.

O cenário de crise na Venezuela, conforme exposto até aqui, desencadeou uma mobilidade humana sem precedentes, tal como anunciado no título desta seção. Nesse contexto:

[...] mulheres, homens e crianças; de todas as cores, idades, gêneros, religiões e condição social, que esmagados entre uma situação autoritária e corrupta e uma oposição golpista, incompetente e desarticulada - ambas com os pés fincados em um chão histórico que mais se assemelha a um cadafalso - foram obrigadas a fugir, mas não só, talvez mais dramaticamente ainda: desistir de seu país (Jarochinski Silva; Peres, 2020, p. 36).

Considerando a situação de elevada vulnerabilidade de migrantes e refugiados/as venezuelanos/as em virtude da crise social, política e econômica, a saída para muitas pessoas foi migrar para o Brasil. Uma parcela dessas vidas em movimento, talvez, tenham desistido de seu país e queiram reconstruir as suas vidas no Brasil, como ficará evidenciado ao longo da pesquisa. Outro/as tantos/as, possuem a pretensão de retorno, como também ficará demonstrado, em outro contexto que possibilite a esperança do reencontro com as suas origens.

No tópico a seguir, discutiremos a migração de representantes de povos indígenas da Venezuela para o Brasil. Esses grupos, igualmente impactados pelos (des)caminhos da política de seu país, foram forçados a deixá-lo. Considerando suas particularidades históricas, sociais e culturais, buscamos compreender esse movimento migratório, tendo em vista que os/as colaboradores/as desta pesquisa pertencem a duas etnias presentes no território venezuelano.

3.5 A migração indígena venezuelana para o Brasil

Segundo a OIM (2018), a migração de povos indígenas envolve fatores como conflitos, pressões sobre seus territórios e recursos naturais, escassez de oportunidades educacionais e profissionais, bem como acesso restrito a bens e serviços essenciais. Esses elementos têm impulsionado determinados grupos indígenas, famílias ou indivíduos a se deslocarem em direção às áreas urbanas, configurando um movimento migratório que escapa às definições tradicionais e estritamente transfronteiriças. Nesse contexto, expõe-se a necessidade de

desenvolvimento de soluções de médio e longo prazo que sejam específicas, culturalmente sensíveis e fundamentadas na perspectiva dos direitos humanos, respeitando as identidades, os modos de vida e as formas próprias de organização desses povos.

O fenômeno das migrações indígenas é significativamente mais complexo e etnicamente diversificado do que sugerem estudos isolados ou tentativas de generalização. A transposição de análises ancoradas em contextos específicos para padrões nacionais de deslocamento tende a produzir simplificações que ocultam fatores fundamentais para a compreensão dessas mobilidades. Essa complexidade se intensifica quando a circulação de povos indígenas assume caráter internacional, isto é, quando envolve o atravessamento das fronteiras instituídas pelos Estados nacionais (Campos; Marques, 2018). Soma-se a esse quadro o que Mezzanotti e Kvalgaag (2022) apontam como a invisibilidade interseccional presente na categorização dos povos indígenas em movimento, a qual resulta na priorização de seu status como migrantes, em detrimento do reconhecimento de suas reivindicações relacionadas aos direitos coletivos enquanto povos indígenas.

Apesar das dificuldades inerentes à elaboração de generalizações, observa-se que, fora de seus países de origem, os povos indígenas em deslocamento raramente são reconhecidos como um grupo social distinto dos demais migrantes provenientes da mesma nacionalidade. Tal invisibilização leva, com frequência, os governos das sociedades anfitriãs a desconsiderarem suas especificidades étnicas, culturais e coletivas, salvo nos casos em que os próprios grupos indígenas ou seus movimentos conseguem mobilizar atenção em escala internacional. De modo geral, estudos sobre a migração indígena internacional indicam que esses deslocamentos funcionam como uma estratégia de ampliação da renda familiar e de busca por melhores condições de vida para os/as filhos/as e demais familiares que permanecem nos países de origem (Yescas, 2010).

Até o mês de junho de 2025, de acordo com dados agregados ao sistema de registro global do ACNUR e do CONARE, em sua última atualização, encontravam-se em território brasileiro aproximadamente 10.150 indígenas migrantes e refugiados/as, pertencentes a 3.964 grupos familiares. Quase metade dessas pessoas (4.932) encontra-se na faixa etária entre 18 e 59 anos. Contudo, merece destaque o expressivo contingente de crianças com idades entre 5 e 11 anos (2.055), que constitui o segundo maior grupo etário. Em termos quantitativos, observa-se que o número de mulheres (2.497) supera ligeiramente o de homens (2.237). No que se refere ao status migratório, 47,46% são solicitantes da condição de pessoa refugiada, 14,67% são reconhecidas como refugiadas e 37,87% enquadram-se na categoria “outras”. O povo Warao possui o maior número de representantes (6.250), seguido dos povos Pemón (3.072), Kariña

(420), E'ñepa (285), Wayúu (92) e outros (31) (ACNUR, 2024a).

No contexto da recepção brasileira de migrantes e refugiados/as de povos indígenas oriundos/as da Venezuela, observa-se que esses grupos preservam e exercem ativamente suas identidades indígenas. Muitos mantêm vínculos com seus territórios e comunidades de origem, sendo o movimento pendular ou o caráter não sedentário uma característica recorrente em seus deslocamentos. Ao se comunicarem em suas línguas originárias e ao continuarem a praticar suas crenças, costumes e tradições ao longo das migrações, essas pessoas reivindicam respeito e o direito de manter suas identidades, independentemente do contexto em que se encontrem (Yamada *et al.*, 2018).

É patente que, de modo geral, ainda persiste uma lacuna na orientação e na compreensão, por parte das instituições públicas, acerca da presença de indígenas migrantes em contextos urbanos. Tal questão torna-se especialmente relevante quando se consideram políticas e iniciativas que não imponham, direta ou indiretamente, a renúncia às identidades indígenas e aos direitos específicos desses povos. O desafio que se coloca diz respeito à formulação e à implementação de ações e políticas públicas coerentes com a legislação vigente, ancoradas em uma perspectiva de autonomia e de garantia de direitos. Essa avaliação aplica-se tanto ao contexto dos povos indígenas brasileiros que se deslocam internamente para áreas urbanas quanto ao dos/as indígenas migrantes provenientes de outros países, como é o caso dos/as indígenas oriundos/as da Venezuela (Yamada *et al.*, 2018).

O Conselho Indígena de Roraima (CIR), entidade representativa dos povos originários desse estado brasileiro, manifestou solidariedade e apoio aos povos indígenas oriundos da Venezuela - Warao, E'ñepa, Kariña e Pemón - por meio de sua Carta Final, publicada por ocasião da 51ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, realizada em 2022. No documento, o CIR solicita que o governo federal, a Defensoria Pública da União (DPU), o Ministério Público Federal (MPF) e as agências das Nações Unidas envolvidas na Operação Acolhida assegurem a preservação dos direitos coletivos desses povos, com especial atenção ao direito à consulta prévia, livre, informada e culturalmente adequada, bem como ao direito à autodeterminação e aos seus próprios modos de organização social. A Carta enfatiza, ainda, que qualquer ação de transferência forçada de famílias indígenas para outros abrigos ou localidades deveria ocorrer exclusivamente mediante o consentimento claro e expresso das comunidades envolvidas e de suas respectivas lideranças, respeitando-se seus processos decisórios internos (CIR, 2022).

Diante desse contexto da migração indígena venezuelana para o Brasil, Yamada *et al.* (2018, p. 381-382) ressaltam:

[...] tanto a migração indígena para contextos urbanos como a presença indígena em cidades, para venda de artesanatos, por temporadas ou de passagem, de maneira intermitente ou de não residência fixa, não é um fenômeno novo. O que é diferente é o fato dos Warao e outros indígenas migrantes se inserirem na categoria de “estrangeiros”, com um componente de excentricidade genericamente estranho, ou invisibilizado, nos contextos urbanos: são falantes de línguas indígenas, com modos e culturas, percepções de vida e de mundo diferenciadas, chegando num país que se propõe a proteger e promover a diversidade.

Embora os diferentes grupos indígenas compartilhem uma origem migratória comum, uma vez que partiram da Venezuela em direção ao Brasil (e a outros países), eles apresentam culturas, línguas, processos formativos e necessidades profundamente diferenciados. Essas especificidades devem ser consideradas pelos organismos e instituições que atuam diretamente na formulação e na efetivação de respostas humanitárias culturalmente adequadas, de modo a respeitar as particularidades de cada povo. Além disso, as características socioculturais que permeiam suas distintas formas de ser e estar no mundo exercem influência direta sobre as mobilidades migratórias.

A esse respeito, Mezzanotti e Kvalvaag (2022, p. 467, tradução nossa) procuram delinear, em breves linhas, algumas especificidades das experiências migratórias de dois povos que possuem representantes em território brasileiro: Warao e Pemón. Segundo elas:

Particularmente no caso dos Pemón, como um povo transfronteiriço cujas aldeias são divididas por fronteiras nacionais, as relações sociais e os recursos compartilhados, incluindo idioma, religião, crença e conhecimento de plantas, moldam sua experiência migratória. Embora os Warao não sejam um povo transfronteiriço da mesma forma que os Pemón, a mobilidade internacional para manter laços familiares, sociais e culturais é crucial em relação aos seus direitos humanos. Uma variedade de fatores motiva seus movimentos: impacto ambiental, conflito armado e morte em seus territórios tradicionais e, mais recentemente, violência urbana e crise humanitária na Venezuela.

Nesse sentido, optamos, no item seguinte do trabalho, por sumariar as principais características dos dois povos indígenas aos quais pertencem os/as indígenas venezuelanos/as entrevistados/as. Essa caracterização nos auxiliará na compreensão da mobilidade migratória empreendida pelos povos Warao e Pemón, não apenas no contexto contemporâneo, marcado pela vinda para o Brasil, mas também ao expor como os deslocamentos passaram a integrar, historicamente, a vida de seus/suas integrantes, inclusive no interior do próprio território venezuelano.

Assim, não se trata de uma descrição exaustiva, tal como aquelas realizadas em estudos etnológicos. Estamos cientes de que o estabelecimento de linhas gerais sobre os modos de vida dos dois povos em questão pode, à primeira vista, sugerir um processo de homogeneização. No entanto, partimos do entendimento de que há uma heterogeneidade constitutiva nas formas de ser e estar no mundo dos povos Warao e Pemón, marcada por variações internas, trajetórias históricas distintas e dinâmicas socioculturais próprias.

3.5.1 Os Warao

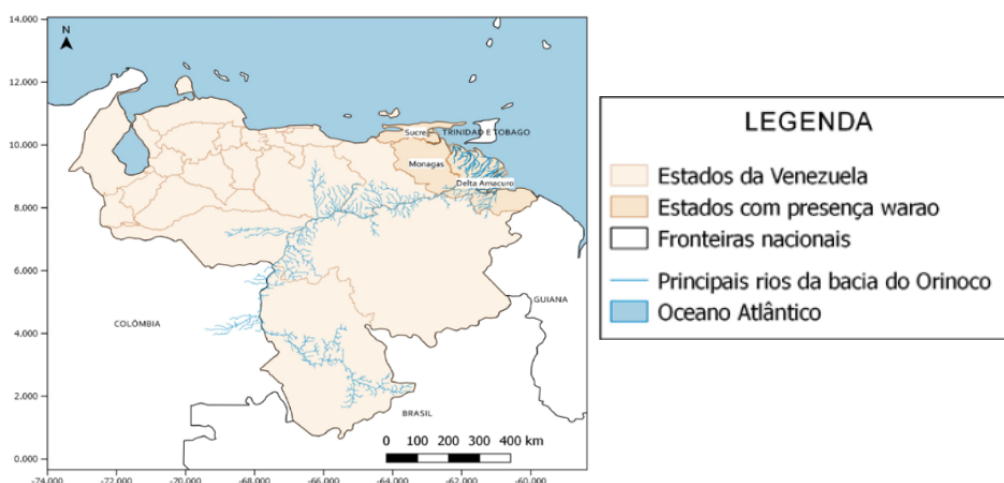
Os Warao constituem um grupo étnico originário da República Bolivariana da Venezuela. De acordo com García-Castro (2006), trata-se do povo indígena mais antigo do país, estimando-se que ocupe seu habitat ancestral há aproximadamente 8.000 a 9.000 anos. Na língua homônima, *Waha* significa “pântano” e *arao* corresponde a “habitante”, resultando na expressão “habitantes do pântano”⁴³, denominação que se encontra profundamente vinculada à sua cultura e à sua existência enquanto pescadores e coletores, historicamente associados a regiões pantanosas e zonas úmidas. Desde tempos remotos, esse povo ocupa a região do delta do rio Orinoco, que, na língua Warao, é denominado *Wiri* (“onde remamos”) e *noko* (“lugar”), podendo ser traduzido como “lugar onde remamos”. Essa relação ancestral com os cursos d’água demonstra a centralidade do ambiente fluvial na organização social, econômica e simbólica desse povo.

De acordo com os dados disponíveis no último censo da população indígena realizado na Venezuela, em 2011, os Warao constituíam o segundo maior grupo indígena do país, com 48.771 pessoas registradas (INE, 2015). Os indivíduos pertencentes a essa etnia organizam-se em diversas comunidades, distribuídas por quase todo o estado de Delta Amacuro, bem como por partes dos estados de Monagas e Sucre, localizados na região nordeste do território venezuelano, no delta do rio Orinoco. Ainda segundo os dados censitários mencionados, no estado de Delta Amacuro residem mais de 41 mil pessoas indígenas, o que o posiciona como o

⁴³ Os próprios Warao costumam autodenominar-se “gente das águas” ou “povo das canoas”, em uma tradução amplamente difundida (Tardelli, 2023). Gassón e Heinen (2012) esclarecem que essa designação refere-se, de modo mais específico, ao subgrupo Siawani (Chaguanes), reconhecido por suas habilidades na construção de embarcações e pela navegação nas águas caribenhas. Entretanto, essa classificação foi gradativamente ampliada para abranger também os/as indígenas que habitavam as áreas de buritizais, as quais constituíram extensas zonas de refúgio durante o período colonial. Dessa forma, a denominação passou a englobar, de maneira mais abrangente, o conjunto da etnia Warao. Assim, a canoa assume um significado que ultrapassa sua função utilitária como meio de transporte, configurando-se como um elemento estruturante da vida social, cultural e simbólica dessa comunidade.

quarto estado venezuelano em número absoluto de população indígena e como aquele com a maior proporção de indígenas vivendo em áreas rurais (87%). Destacam-se, nesse contexto, os municípios de Antonio Díaz e Pedernales, de onde provém parcela significativa dos/as Warao atualmente presentes no Brasil, nos quais a população indígena representa, respectivamente, 92% e 69% do total de habitantes (ACNUR, 2025b; Rosa; Tardelli; Roa, 2024).

Figura 3 - Localização geográfica do povo Warao na Venezuela.



Fonte: Rosa, Tardelli e Roa (2024, p. 23).

Falantes da língua que leva o mesmo nome, os Warao constituem uma unidade étnica sob a perspectiva linguística, embora apresentem diferenças culturais internas significativas. Essas distinções manifestam-se tanto nas variações linguísticas quanto nas formas de interação social estabelecidas no interior do próprio grupo e nas relações mantidas com outros grupos étnicos, inclusive no contexto brasileiro. Tal diversidade pode ser compreendida à luz da incorporação histórica de outros povos indígenas à sociedade Warao desde o início do processo de colonização, ocorrido a partir de 1522 até o século XVIII (ACNUR, 2025b; Rosa; Tardelli; Roa, 2024).

O delta do rio Orinoco desempenhou, historicamente, o papel de corredor de rotas comerciais e de circulação de pessoas, o que levou os Warao a estabelecerem múltiplas formas de contato, incluindo práticas de acolhida a outros povos indígenas que escapavam do genocídio colonial. Esses indivíduos foram recebidos e integrados à sociedade Warao, ampliando sua diversidade interna e impactando suas estruturas organizacionais, linguísticas e culturais (Tiapa, 2007).

No que se refere ao modelo de moradia, quando da formação de um novo casal, este passa a residir na casa ou na comunidade da família da esposa. Com o passar do tempo, nesses

locais, constituem-se grupos, ou unidades domésticas, formados por indivíduos oriundos de diferentes comunidades. Esses agrupamentos podem reunir entre 200 e 300 pessoas que, apesar de suas distintas origens, reconhecem-se como pertencentes a uma mesma unidade social. As comunidades são, em geral, ribeirinhas, e suas habitações tradicionais (*Janoko*⁴⁴) consistem em palafitas construídas com troncos de árvores e cobertas com folhas de palmeira, interligadas por passarelas ou pontes. As atividades de subsistência concentram-se nas margens dos rios, no litoral e em áreas úmidas, como pântanos, manguezais e florestas alagadas (Rosa; Tardelli; Roa, 2024).

A economia baseada na coleta, predominante até o início do século XX, exigia deslocamentos sazonais dentro do território tradicional, acompanhando o regime de cheias do rio Orinoco. Esses deslocamentos podiam alcançar distâncias de até 120 quilômetros. As unidades familiares, compostas por uma ou mais famílias extensas com cerca de 30 a 50 integrantes, exploravam diferentes áreas em busca de alimentos, estabelecendo acampamentos temporários feitos com folhas de palmeira. Nessas áreas, coletavam frutas, sementes, mel, pequenos animais e *yuruma* - amido extraído do tronco do buriti (Rosa; Tardelli; Roa, 2024).

A transição de uma economia extrativista, centrada na *yuruma*, para uma economia agrícola baseada no cultivo do *ocumo chino*⁴⁵ (*Colocasia esculenta*), marcou o início de transformações profundas na vida social dos Warao. Esse processo implicou alterações nos padrões de ocupação do território, nas estruturas sociais e políticas e impulsionou os primeiros deslocamentos em direção aos centros urbanos localizados nas proximidades do delta do rio Orinoco (Rosa; Tardelli; Roa, 2024).

O deslocamento progressivo dos Warao para os centros urbanos da Venezuela está diretamente associado a intervenções históricas em seus territórios tradicionais, conforme aponta Rosa (2020). A primeira delas remonta à década de 1920, relacionada à substituição gradual dos buritizais pelo cultivo do *ocumo chino*. A segunda ocorre na década de 1960, tendo como fator central a construção de diques no rio Manamo. A terceira está vinculada às intervenções das indústrias petrolíferas durante a década de 1990. Soma-se a esses fatores o impacto da indústria pesqueira, o uso de redes predatórias, a expansão das fronteiras agrícolas, especialmente da rizicultura, as tentativas de exploração de gás natural e mineração, além da epidemia de cólera que vitimou inúmeras pessoas na região do delta do Orinoco. Consideradas

⁴⁴ Casa, em língua Warao.

⁴⁵ O *ocumo chino* é uma planta semelhante ao inhame e ao cará, cuja parte comestível se desenvolve sob a terra. Rica em amido, ao longo do tempo passou a constituir uma alternativa à *yuruma* na alimentação do povo Warao (Rosa; Tardelli; Roa, 2024).

em conjunto, essas situações contribuíram significativamente para o aumento dos fluxos migratórios indígenas em direção às cidades venezuelanas (Rosa, 2020).

A transição para a economia agrícola sofreu forte influência da atuação de missionários católicos oriundos da Guiana, responsáveis pela introdução do cultivo do *ocumo chino*. A implementação das missões religiosas⁴⁶, com respaldo do governo venezuelano por meio da Lei das Missões de 1915, transferiu às ordens missionárias a responsabilidade pela assistência às comunidades indígenas, com o objetivo explícito de “civilizar” e evangelizar esses povos. Essa política também funcionou como estratégia estatal de afirmação e delimitação territorial. Os missionários incentivavam o cultivo do *ocumo chino* como forma de fixar os Warao em determinadas áreas, sendo a agricultura a base econômica das missões. Paralelamente, produtores de arroz das regiões adjacentes, antes dependentes de mão de obra externa, passaram a empregar trabalhadores/as locais, estimulando ainda mais a adoção do cultivo entre os Warao (Rosa; Tardelli; Roa, 2024).

Embora os Warao tenham se adaptado rapidamente ao novo contexto produtivo, o deslocamento para diferentes localidades provocou mudanças expressivas em seu modo de vida. Essas transformações incluíram a busca por trabalho assalariado e a substituição progressiva da alimentação tradicional por uma dieta menos nutritiva. A subsistência exclusiva baseada no *ocumo chino* mostrou-se inviável, e a pesca deixou de suprir as necessidades alimentares, levando muitos indígenas a se inserirem em atividades como a serraria, a indústria do palmito, o trabalho como lenhadores ou o cultivo de arroz (Rosa; Tardelli; Roa, 2024).

A esse respeito, Gassón e Heinen (2012, p. 55, tradução nossa) expõem esse panorama nos seguintes termos:

Nos grandes *caños*⁴⁷, eles não tinham mais a alimentação balanceada dos buritizais com suas frutas (*ohi*) e o “mono” (*dokomuru*) das palmeiras dos buritizais. Eles também não podiam mais coletar mel silvestre e caranguejos (*he*) durante suas viagens em julho e agosto. Antigamente, o amido do buriti (*Mauritia flexuosa*) era abundante e os raros momentos de escassez durante o início da estação chuvosa eram facilmente resolvidos pelos rituais *nahanamu*

⁴⁶ Nesse contexto, é fundamental esclarecer que os Warao não foram integralmente submetidos/as aos desígnios das missões em seus territórios. Em razão das especificidades culturais desse povo e das particularidades de seu espaço de vida, marcado por áreas alagadiças, canais e rios, os mecanismos de controle missionário encontraram limites concretos. Conforme destaca Tiapa (2007, p. 235, tradução nossa): “[...] Essa possibilidade de resistência estava intimamente ligada a um modo de vida e a uma relação com a natureza completamente incompatíveis com os modelos europeus de subsistência e de vida da época. Para os missionários, era impossível fundar missões nos canais, eles tinham que levar os Warao para outras terras, das quais os indígenas sempre tinham a possibilidade de fugir, com exceção de casos muito específicos [...]”.

⁴⁷ Na Venezuela, os *caños* correspondem a canais ou ramificações naturais dos rios, característicos da região do delta do rio Orinoco. O delta é composto por inúmeros cursos d’água que configuram um mosaico de zonas úmidas, florestas e manguezais.

com seu estoque de provisões. Hoje, os jovens dos *canõs* de Winikina e NabaSanuka não têm mais o conhecimento necessário para voltar aos buritizais e sobreviver lá. Agora que as serrarias e as fábricas de palmito fecharam, são necessárias outras formas de trabalho.

Ao longo das décadas subsequentes, com a introdução da agricultura e do trabalho remunerado, a estrutura familiar anteriormente ampla e marcada pela centralidade feminina passou por transformações significativas, favorecendo a constituição de núcleos familiares liderados por homens. Essa alteração no controle da administração doméstica pode ser considerada uma das mudanças mais relevantes na organização social do grupo, sobretudo porque a contribuição das mulheres para a economia tradicional sempre foi expressiva. Paralelamente, muitos/as dos/as antigos/as moradores/as das áreas de buritizais deslocaram-se para os centros urbanos, especialmente para os municípios de Antonio Díaz, Tucupita e Barrancas (Rosa; Tardelli; Roa, 2024).

Na década de 1960, o governo venezuelano implementou um projeto voltado à transformação do Delta Amacuro em uma potência agrícola. A proposta consistia em converter a região no principal polo fornecedor de alimentos para a Guayana venezuelana, então em acelerado processo de expansão industrial e demográfica (Rosa, 2020). Para viabilizar tal iniciativa, o Poder Executivo autorizou a construção “[...] de uma série de grandes diques e outras obras que impediriam que as cheias sazonais do Orinoco inundassem milhares de quilômetros quadrados supostamente aptos para a agricultura” (García-Castro; Heinen, 1999, p. 31, tradução nossa).

As repercussões ambientais decorrentes da construção da barragem no rio Manamo foram profundas e afetaram de modo significativo o modo de vida dos Warao. Apesar da realização de dois estudos prévios destinados à avaliação dos impactos do projeto sobre os povos indígenas, a presença dessas populações foi desconsiderada pelos responsáveis pela obra. A salinização do solo comprometeu as plantações de *ocumo chino* e reduziu drasticamente a disponibilidade de peixes, afetando diretamente a base alimentar do grupo. A utilização intensiva de fertilizantes químicos por agricultores/as, na tentativa de recuperar a produtividade do solo, agravou a contaminação das fontes de água potável. Ademais, em 1976, uma grande cheia, em grande medida resultante da dificuldade de escoamento das águas do rio Orinoco em direção ao rio Manamo, ocasionou a morte de numerosos/as indígenas Warao (Rosa, 2020).

Na avaliação de García-Castro e Heinen (1999, p. 52-53, tradução nossa):

Em geral, os indígenas foram os mais prejudicados; as comunidades Warao ao longo dos *canõs* Manamo e Pedernales estão agora sofrendo de várias

doenças e um aumento da mortalidade infantil, causados pelo uso de águas contaminadas. Além disso, com a diminuição da pesca, da caça e a deterioração dos solos, começou o êxodo da população indígena já mencionado, que primeiro encheu as ruas dos centros populacionais locais como Tucupita, Pedernales e La Horqueta com pessoas desalojadas e, em seguida, em busca de melhores condições de vida e saúde, para outras cidades, estendendo-se posteriormente para Barrancas, San Félix e Caracas.

A partir da década de 1960, observa-se a intensificação dos processos de deslocamento dos Warao em direção aos centros urbanos, em grande medida em razão dos impactos ambientais decorrentes do represamento do rio Manamo.

Outra intervenção territorial que afetou profundamente a vida comunitária dos Warao, forçando novos deslocamentos para as cidades, ocorreu na década de 1990 com o avanço da exploração petrolífera. É amplamente reconhecido que a Venezuela abriga a maior reserva de petróleo do mundo, condição que garantiu ao país, durante décadas, expressivos dividendos e um período de relativa bonança econômica e social. Conforme aponta Rosa (2020), a atividade petrolífera no Delta Amacuro, região onde a população local é majoritariamente composta por indígenas da etnia Warao, teve início em 1994, por meio de um acordo firmado entre a estatal petrolífera venezuelana PDVSA e a empresa multinacional British Petroleum.

O processo de exploração petrolífera ocasionou impactos ambientais, sociais e culturais significativos sobre os/as indígenas da região. Em 1998, uma comissão do Senado venezuelano realizou uma visita a uma das instalações da British Petroleum, no campo de Pedernales, após o recebimento de denúncias relacionadas a irregularidades e contaminações ambientais (Rosa, 2020). Em janeiro do ano seguinte, um informe elaborado pela *Comisión Permanente de Ambiente Territorial del Senado de la República de Venezuela*, intitulado *Actividades de la British Petroleum en el delta del Orinoco*, sistematizou os principais efeitos perturbadores da atividade petrolífera em território Warao. O documento incorporou relatos de membros/as desse povo e destacou aspectos como:

[...] o acesso a locais sagrados das comunidades Warao; a perturbação de comunidades antes isoladas; a contaminação e perda de habitats e recursos naturais associados à sobrevivência de etnias indígenas ancestrais; a introdução de novas doenças (AIDS, etc.) e a proliferação de doenças venéreas, tuberculose, cólera e outras; abusos, agressões e violações de meninas e mulheres por parte de trabalhadores das empresas petrolíferas; a compra de meninas para a prostituição; a mudança nos padrões culturais; a mudança nos padrões dos assentamentos tradicionais; a invasão de seus territórios por instalações petrolíferas, provocando a migração; a perda do modo tradicional de agricultura e as mudanças na alimentação; e no uso de recursos etnobotânicos para a cura de doenças próprias; a diversão noturna dos trabalhadores petrolíferos em populações indígenas; a presença de

culturas e idiomas estranhos, prostituição, álcool, drogas, etc (Antillano; Bustamante; Scarton, 1999, p. 124-125, tradução nossa).

Pocaterra Paz (2004), em estudo voltado à compreensão dos impactos da exploração petrolífera sobre os povos originários, com especial atenção à vida das mulheres Warao, indica que, mesmo após transcorridos três anos desde a formalização da denúncia, os danos causados pela atuação da British Petroleum não haviam sido solucionados. Em razão dos impasses enfrentados pela empresa, ocorreu a transferência das operações no campo de Pedernales para o grupo francês Perenco Petróleo e Gás ETVE S.L., realizada sem a devida autorização do Ministério de Minas e Energia da Venezuela. A autora destaca, nesse contexto, o protagonismo da resistência indígena feminina, que se manteve mobilizada na luta pelo reconhecimento das necessidades da região e das comunidades diretamente afetadas por essa atividade.

Ainda na década de 1990, o surgimento de uma epidemia de cólera resultou na morte de aproximadamente 500 pessoas na região do delta do rio Orinoco, a maioria delas indígenas pertencentes ao povo Warao (ACNUR, 2023). Rosa (2020), com base em estudo desenvolvido pelo antropólogo Charles Briggs e pela sanitarista Clara Martini-Briggs, assinala que a cólera foi associada, no imaginário social, à pobreza. A partir dessa construção simbólica, no contexto venezuelano da época, a doença passou a ser compreendida como um problema essencialmente indígena. Segundo a autora:

Culpabilizar os pobres, sobretudo os indígenas, foi a estratégia usada pelas instituições de saúde pública para se protegerem de críticas, o que, todavia, outorgou ao Ministério da Saúde um papel importante na reprodução da desigualdade social, legitimando práticas violentas no atendimento dessa população. Os indígenas também eram culpabilizados pelas próprias mortes, pois em virtude de sua ignorância, resistência e superstição, não buscavam atendimento médico a tempo. Acusavam-lhes, inclusive, de não sofrerem com as mortes de seus filhos, já que a taxa de mortalidade infantil era tão elevada, deixando-os acostumados (Rosa, 2020, p. 87).

No caso das crianças indígenas Warao, para as autoridades públicas, gestores/as e profissionais da área da saúde, a responsabilidade era atribuída à suposta falta de hábitos higiênicos e ao alegado descaso de familiares, que as exporiam a ambientes insalubres. Tornava-se patente o processo de racialização da doença, associando-a aos/às indígenas, bem como sua espacialização, uma vez que se estabelecia uma divisão do país entre áreas consideradas seguras e áreas classificadas como de alto risco: as primeiras ocupadas majoritariamente por crioulos e as segundas habitadas por populações indígenas (Rosa, 2020).

Diante desse quadro, percebe-se que a migração Warao para as cidades decorreu da

confluência de múltiplos fatores. Com base em atividades de campo e em diversas entrevistas realizadas nas áreas urbanas de Tucupita, Barrancas, La Horqueta e Caracas, entre 1997 e 1999, bem como em ampla documentação veiculada pela mídia nacional desde a década de 1970, García Castro (2000) avalia que, a partir de 1966, houve um aumento significativo da migração Warao para os centros urbanos periféricos do delta, em razão da deterioração das condições naturais de subsistência; da invasão progressiva das terras produtivas por agricultores/as e pecuaristas crioulos; do crescente atrativo exercido pelos centros urbanos, em função das oportunidades de trabalho, acesso a alimentos e serviços de saúde; e da pressão ideológica, tanto civil quanto religiosa, para impor aos/as Warao o modelo cultural crioulo moderno.

Os deslocamentos dos/as Warao para os centros urbanos têm ocorrido em um contexto marcado por necessidades materiais e estruturais. É nesse cenário que se insere a migração para o Brasil, registrada desde 2014, ano em que se encontram os primeiros relatos da chegada de indígenas venezuelanos/as dessa etnia ao país. Atualmente, há indígenas Warao, tanto migrantes quanto refugiados/as, residindo em diversas cidades brasileiras, com maior concentração na região Norte, especialmente nos estados de Roraima, Amazonas e Pará, embora também existam grupos menores em outras regiões do território nacional. Esse fluxo migratório contínuo expressa a busca por melhores condições e oportunidades de vida, sobretudo no que se refere à geração de renda (ACNUR, 2023).

Nesse contexto, é relevante mencionar que, na língua Warao, o termo *yaota* refere-se ao conceito de trabalho, abrangendo não apenas atividades remuneradas, mas qualquer ação que demande esforço físico. Assim, trabalhar é compreendido como um meio de garantir a subsistência, de acordo com as possibilidades, interesses e saberes de cada indivíduo ou família, não estando necessariamente associado à obtenção de status social ou ao acúmulo financeiro (ACNUR, 2023).

Uma análise sucinta do histórico ocupacional dos/as indígenas Warao na Venezuela indica que os homens se dedicavam a atividades como a fabricação de canoas, a pesca, o trabalho como engraxates, a prestação de pequenos serviços, o trabalho temporário e a venda de artesanatos e alimentos. As mulheres, por sua vez, envolviam-se predominantemente na confecção de artesanatos, na costura e na produção de vestuário, além de pedirem dinheiro e doações de alimentos e roupas em espaços públicos (Simões, 2017).

Estudos conduzidos pelo ACNUR e por organizações parceiras sobre o perfil ocupacional dos/as indígenas Warao em diferentes regiões do Brasil indicam que o artesanato, a agricultura e a pesca figuram entre as principais atividades econômicas desenvolvidas por essa população. Em razão da diversidade interna do grupo, observa-se que algumas pessoas

conseguem acessar empregos formais e relatam experiências em funções públicas, serviços gerais, carpintaria, criação de animais e representação comunitária, ainda que em proporções reduzidas (ACNUR, 2023).

Diante dos múltiplos obstáculos enfrentados pela população Warao no acesso à geração de renda, uma das alternativas tem sido a arrecadação de dinheiro nas ruas. Todavia, essa prática não é considerada adequada pela maioria das comunidades, tanto por homens quanto por mulheres. Há uma preferência manifesta por não adotar essa estratégia, uma vez que, além da exposição às condições climáticas adversas e aos riscos do trânsito, os/as indígenas enfrentam ofensas, discriminação e desprezo por parte de muitos/as transeuntes (ACNUR, 2023).

Apesar da mobilidade que caracteriza seus deslocamentos, observa-se entre os Warao uma busca por maior estabilidade nos contextos urbanos. Contrariando interpretações recorrentes, esse povo não se configura como nômade ou seminômade. Parte significativa da população tem optado por se fixar em determinadas localidades, especialmente naquelas onde existem redes de proteção mais consolidadas e maiores possibilidades de geração de renda (ACNUR, 2023).

Como parte do processo de caracterização dos povos cujos/as integrantes participaram desta pesquisa, apresentamos, a seguir, informações relativas ao povo indígena Pemón.

3.5.2 Os Pemón

Os Pemón, pertencentes à família linguística Carib, habitam a região ocidental das Guianas, que abrange o sul da Venezuela (região da Guayana), o nordeste do estado brasileiro de Roraima e o oeste da Guiana, correspondente aos vales dos rios Cuyuni, Caroní, Paragua, Uraricoera, Tacutu e Rupununi. A denominação “Pemón” constitui uma autorreferência que, em sua língua, significa “nós” ou “gente”, expressando uma noção de unidade linguística e cultural em relação a povos vizinhos, como os Kapon, termo abrangente que engloba os subgrupos Akawaio e Patamona, situados a nordeste de seu território (Levy, 2003).

A designação Pemón abrange, ainda, denominações regionais associadas a pequenas variações dialetais. Entre elas, destacam-se Arekuna (Pemón do norte), Kamarakoto (região de Kamarata e Urimán), Taurepang (zona de Santa Elena de Uairén, Icabarú e Wonkén) e Makuxi (Pemón do sul). Contudo, tais denominações não constituem critérios seguros para a definição de limites étnicos, uma vez que, em primeiro lugar, tratam-se de construções contrastivas, que

variam conforme o interlocutor e o contexto de enunciação. Em segundo lugar, a história do contato interétnico e a produção etnográfica contribuíram para o surgimento e a consolidação de múltiplos etnônimos ao longo do tempo (ACNUR, 2025b; Thomas, 1982; Velandia, 2005).

Thomas (1982) sustenta que a língua constitui o principal elemento distintivo dos/as Pemón. Desse modo, tanto nas comparações com outros povos quanto nas diferenciações internas, o idioma emerge como o primeiro marcador de contraste. No que se refere aos subgrupos regionais, é comum que as diferenças dialetais sejam mencionadas de forma bem-humorada nas interações cotidianas.

O traje ancestral dos/as Pemón é conhecido como *guayuco*, predominantemente na cor vermelha. As mulheres utilizam uma saia acompanhada de blusa que cobre os seios ou, em alguns casos, uma túnica. Os homens vestem dois pedaços de tecido amarrados à cintura, cobrindo as partes frontal e posterior do corpo. De modo geral, a ornamentação corporal inclui pinturas no rosto e no corpo, bem como o uso de colares confeccionados com sementes de peônias e coroas de penas (ACNUR, 2025b).

Na Venezuela, o povo Pemón encontra-se localizado no sudeste do estado de Bolívar, sobretudo na área conhecida como Gran Sabana, que abrange aproximadamente 30.000 km². Essa população habita a bacia do rio Caroní e seus afluentes, como Carrao, Urimán, Tirika, Icabarú (e seu afluente Waiparú), Karuay, Aponwao (e seus afluentes), Surukún e Kukenán (denominação atribuída pelos Pemón ao alto Caroní), além de seus afluentes Yuruaní, Mapaurí, Wará e Arobopó, bem como a bacia do rio Karun e, por fim, a bacia do rio Paragua, na região do baixo Uraima (Thomas, 1982).

Figura 4 - Localização geográfica do povo Pemón na Venezuela.



Fonte: Perera; Rivas; Scaramelli (2007, p. 192).

O espaço geográfico ocupado pelos/as Pemón caracteriza-se por uma grande diversidade de paisagens, que vão desde áreas de vegetação tropófila ao norte, passando por extensas regiões de selva no centro e no sul, até planaltos residuais que atingem até 2.875 metros de altitude, como o Roraimatepui, além de numerosos morros isolados. O Maciço Guayanês é constituído por rochas ígneas, como granitos e quartzos, e metamórficas, como xistos e gnaisses, cuja formação remonta à era Pré-Cambriana (Velandia, 2005). A área tradicionalmente ocupada pelo povo Pemón estende-se também a uma porção do território brasileiro e, a partir de 2018, comunidades indígenas localizadas em terras indígenas de Pacaraima/RR passaram a acolher, de forma natural, familiares oriundos da Venezuela (ACNUR, 2025b).

As especificidades ecológicas da Gran Sabana influenciam diretamente o modo de vida territorial do povo Pemón, que historicamente se organiza a partir de habitações itinerantes. Essas moradias possuem caráter temporário, variando em duração conforme as condições

ambientais predominantes em determinados períodos (Urbina; Heinen, 1982). As comunidades tradicionais Pemón são formadas por grupos reduzidos, geralmente compostos por menos de quarenta pessoas, distribuídos em uma área geograficamente delimitada. Entre essas comunidades estabelecem-se vínculos sociais que configuram vizinhanças, as quais funcionam como unidades territoriais intermediárias. Cada vizinhança reúne um número específico de comunidades, integradas por membros de várias famílias ampliadas organizadas em grupos domésticos (Thomas, 1982; Urbina; Heinen, 1982).

Para o povo Pemón, a terra não é concebida como propriedade, mas como um elemento essencial à vida e à mobilidade do grupo. Assim, a compreensão de sua cultura exige considerar o ambiente no qual essa coletividade se constitui. O termo *pata-sek* é utilizado para designar o espaço das vivências cotidianas. Tal expressão não se limita à referência territorial, mas simboliza uma relação profunda de pertencimento, por meio da qual o espaço molda a realidade social e se converte em extensão da própria existência. Desse modo, o ambiente geográfico dos/as Pemón é constituído simultaneamente por elementos naturais e por relações culturais (Velandia, 2005).

Historicamente, os Pemón organizavam-se como grupos seminômades, com habitações dispersas e baixa densidade populacional, condição fundamental para o uso sustentável dos recursos florestais. No entanto, a introdução de missionários religiosos a partir da década de 1930, bem como o contato mais intenso com populações crioulas (não indígenas), provocaram mudanças significativas nesses modos tradicionais de organização da vida. Progressivamente, os/as Pemón passaram a se fixar em localidades próximas às missões, onde tinham acesso a bens e serviços como escolas e hospitais, o que contribuiu para a adoção de um padrão de vida mais sedentário e concentrado (Bilbao; Leal; Mendéz, 2010).

O modo de vida Pemón é marcado por uma forte dependência do ambiente natural. A utilização dos recursos disponíveis visa, de forma imediata, à satisfação das necessidades mais urgentes da comunidade. O trabalho é compreendido como o meio de assegurar o sustento cotidiano e, nesse modelo produtivo, não há espaço para o acúmulo de riqueza, uma vez que tudo o que é cultivado, pescado ou caçado destina-se ao consumo coletivo. Por meio do trabalho, os/as indígenas garantem a sobrevivência da família, entendida como parte indissociável de seu próprio ser. A terra e os rios constituem as principais fontes de recursos, e o território é concebido como pertencente ao grupo, convertendo os bens produzidos em patrimônio coletivo. Em síntese, o sistema econômico de subsistência Pemón fundamenta-se em um profundo senso de coletividade (Velandia, 2005).

A vegetação do território Pemón apresenta elevada diversidade, incluindo extensas

áreas de vegetação baixa, colinas suaves intercaladas por buritizais e elevações montanhosas cobertas por florestas tropicais, tendo os *tepuys* como elementos dominantes da paisagem. Segundo a cosmologia Pemón, é a partir desses *tepuys* que se originam as nascentes dos rios que atravessam a região, bem como inúmeras cachoeiras e lagoas naturais. A maioria das comunidades encontra-se nas áreas de lavrado, próximas a rios e matas, enquanto as roças são abertas em regiões de floresta mais densa, variando significativamente a distância em relação às aldeias (Levy, 2003).

As principais atividades produtivas incluem a agricultura, a caça e a pesca, complementadas, em menor escala, pela coleta de frutas, legumes e pela criação de animais. Entre os cultivos mais frequentes destacam-se os tubérculos, como mandioca amarga, mandioca doce, ocumo, abóbora, *mapuey* e batata. Da mandioca amarga (*ekii*) eles extraem grande parte da matéria-prima para sua dieta alimentar, que vai desde o *casabe* (pão de mandioca feito com a farinha extraída da raiz), o *kachiri* (bebida fermentada) e o *kumachi* (condimento tradicional) (Levy, 2003; Velandia, 2005). O artesanato ocupa papel relevante na vida cultural e econômica do grupo, sendo majoritariamente produzido pelas mulheres, que se dedicam à confecção de cerâmicas, vasos de barro e cestos de fibras vegetais (ACNUR, 2025b).

A obtenção de proteínas de origem animal ocorre principalmente por meio da caça e da pesca. A caça é uma atividade exclusivamente masculina e, em geral, realizada durante o dia, excetuando-se os casos envolvendo animais de hábitos noturnos. O número de participantes varia conforme o tipo de caça: na caça de maior porte, mobiliza-se grande parte da aldeia; já na caça menor, frequentemente apenas um caçador é suficiente. Esta última é considerada mais eficiente para o abastecimento alimentar, enquanto a caça maior desempenha sobretudo uma função social, uma vez que raramente resulta em quantidade significativa de alimento (Velandia, 2005).

A pesca constitui a principal fonte de proteína da dieta Pemón, estando os peixes presentes de forma constante no consumo familiar. Em razão da acidez das águas da região, os peixes costumam ser de pequeno porte. A técnica mais comum é a pesca com anzol, realizada sem formalidades específicas e tanto durante o dia quanto à noite, conforme a espécie desejada. Ao se dirigirem à pesca, os/as Pemón utilizam a expressão “voy al anzuelo (*kanoi puek ete-dai*)”. Para além de seu papel alimentar, a pesca integra práticas ancestrais profundamente enraizadas na cultura desse povo, acompanhando o ritmo anual das estações (Velandia, 2005).

A coleta é uma das atividades econômicas menos importantes e mais informais do povo Pemón, mas constitui um complemento para sua dieta. Essa tarefa consiste principalmente em coletar insetos, frutas silvestres e mel. Entre os insetos mais apreciados estão o bachaco

voador (*kaiwak yun*), principalmente as fêmeas fecundadas, que são capturadas no início da estação chuvosa, quando se preparam para formar novos bachaqueros; a térmita (*anerupá*), que pode ser capturada durante todo o ano introduzindo pequenos galhos nos buracos de seus ninhos; e, por último, as taras, que costumam sair em pequenos intervalos ao longo das duas estações. As crianças são encarregadas de coletá-las, usando para isso uma vara com a qual batem no inseto antes que ele voe. Por sua vez, a colheita de frutas é uma atividade informal que eles realizam aproveitando suas travessias pela savana ou pela selva. Já a colheita de mel é mais complexa, pois enquanto uma pessoa se dedica a afugentar as abelhas com fumaça, a outra corta o galho onde se encontra o favo (Velandia, 2005).

Com a introdução do garimpo e do turismo na região, os/as Pemón passaram também a desempenhar atividades temporárias nesses setores, atuando como trabalhadores em garimpos, guias turísticos ou produtores de artesanato para comercialização. Esse processo resultou em uma diversificação das atividades econômicas e em uma redução progressiva da caça, explicada tanto pela diminuição das populações animais quanto pela maior facilidade de acesso à carne industrializada (Levy, 2003).

A organização social Pemón está profundamente estruturada a partir das relações de parentesco. Os vínculos matrimoniais exercem influência direta sobre as interações entre aldeias e constituem a base do sistema econômico. Segundo Thomas (1982), não existem clãs ou linhagens, sendo a família a unidade social primária. O casamento organiza as relações sociais e fundamenta a dinâmica produtiva do grupo.

A família Pemón baseia-se em laços de parentesco consanguíneo e adota um sistema de herança bilateral. Há uma preferência por alianças matrimoniais entre primos cruzados bilaterais. Predomina o casamento monogâmico, sendo a poligamia rara e, quando ocorre, frequentemente é alvo de críticas internas. O processo de cortejo envolve visitas do pretendente à casa da jovem, acompanhado da oferta de presentes. A aceitação desses presentes sinaliza a aprovação da proposta. Durante esse período, a jovem e seus pais avaliam as capacidades do futuro cônjuge, como o desempenho na agricultura, a construção de moradias, a fabricação de utensílios e, sobretudo, as habilidades de caça e pesca (Velandia, 2005).

O casamento é considerado estabelecido quando o casal decide viver junto, não sendo necessária a realização de rituais formais. A decisão parte dos próprios jovens, cabendo aos pais orientar e zelar pelo respeito às tradições familiares. Embora uniões com pessoas de comunidades distantes sejam desencorajadas, elas podem ocorrer por meio de laços conjugais fictícios, uma vez que os casamentos entre primos cruzados funcionam como referência normativa para delimitar os parentes proibidos para o matrimônio (Velandia, 2005).

No início da vida conjugal, é comum que o casal adote residência matrilocal. Todavia, essa configuração pode ser alterada em função de diversos fatores, como a formação de novos vínculos matrimoniais na família da esposa ou o falecimento de seus pais (Thomas, 1982).

Na cultura Pemón, observa-se uma distinção de papéis em determinadas atividades cotidianas, baseada nas categorias de sexo e idade. Conforme esclarece Velandia (2005), ao homem cabe, entre outras atribuições, a preparação e o cultivo da horta, a confecção de ferramentas de trabalho e a construção da moradia, esta última considerada essencial para a sobrevivência familiar. Entre os fatores apontados como fundamentais para a continuidade da vida por meio da procriação, destacam-se a necessidade de mão de obra nas atividades agrícolas e o impacto das doenças sazonais sobre a população infantil.

A construção de extensas rodovias em todo o território venezuelano, nas décadas de 1970 e 1980, intensificou transformações na configuração das comunidades Pemón, resultando na substituição de diversas pequenas aldeias por núcleos urbanos mais populosos, com contingentes que variam entre 100 e 2.000 habitantes, geralmente localizados nas proximidades das estradas e das missões. Os processos de urbanização e crescimento populacional ampliaram a pressão sobre recursos já escassos, como produtos florestais e a fauna local, ocasionando o aumento da degradação ambiental nas áreas adjacentes às cidades ao longo dos últimos trinta anos. Um exemplo emblemático desse processo é a cidade missionária de Kavanayén (Bilbao; Leal; Méndez, 2010).

A partir da segunda metade do século XX, garimpeiros passaram a adentrar o território Pemón, atraídos pelas reservas minerais ricas em ouro e diamantes. A atividade garimpeira caracteriza-se, sobretudo, pela exploração de minérios aluviais, o que resulta em elevados níveis de poluição ambiental. As áreas destinadas à mineração sofrem deslocamentos frequentes, sendo o termo *bulha* utilizado localmente para designar um novo ponto de extração. Uma vez estabelecida uma *bulha*, a região é rapidamente ocupada por garimpeiros, comerciantes e por um intenso tráfego aéreo, até que as jazidas sejam exauridas, levando à busca contínua por novas áreas de exploração (Levy, 2003).

Os/As Pemón reconhecem a região de Canaima, criada como Parque Nacional em 1969 e declarada Patrimônio da Humanidade em 1994, como parte de seu território ancestral. No entanto, têm enfrentado ações que colocam em risco tanto a preservação ambiental da região quanto a permanência das comunidades que ali vivem. A partir de 2011, alterações nas políticas governamentais relacionadas à mineração, somadas à expansão da mineração ilegal na Amazônia venezuelana, produziram consequências severas para os povos indígenas que habitam essa área. Diante desse cenário, algumas comunidades passaram a se inserir nas

próprias dinâmicas da mineração, estratégia que tem sido utilizada como mecanismo de marginalização, discriminação e exploração dos povos indígenas. No território Pemón, intensificaram-se conflitos envolvendo indígenas, militares, forças de segurança e organizações criminosas. Tal contexto tem servido para justificar a militarização da região, acompanhada pelo aumento da repressão e da violência direcionadas aos/às habitantes locais (Clima 21/ODEVIDA, 2022).

Em decorrência dessas circunstâncias, conforme indica Levy (2003), extensas áreas do território Pemón foram convertidas em zonas de proteção ambiental ou passaram a ser submetidas a regimes específicos de administração, como ocorre no Parque Nacional Canaima e na Reserva Florestal de Imataca. Embora tais medidas tenham contribuído para a redução da mineração em determinadas regiões, também impuseram restrições significativas ao uso tradicional do solo em nome da conservação ambiental. Segundo os/as Pemón, o Instituto Nacional de Parques (INPARQUES), órgão responsável pela gestão dos parques nacionais, passou a proibir a prática agrícola tradicional da coivara, elemento central de sua organização produtiva (Levy, 2003).

Além disso, no interior das fronteiras venezuelanas, o território Pemón tem sido utilizado para projetos estratégicos de expansão nacional, como a instalação de torres de transmissão de alta tensão provenientes da represa de Guri. Essa infraestrutura, destinada principalmente ao abastecimento energético do Brasil, principal consumidor da eletricidade gerada, ficou conhecida como *tendidos eléctricos*. A implementação da rede provocou confrontos significativos entre os/as Pemón, autoridades governamentais e forças armadas (Levy, 2003). O projeto resultou de um tratado firmado em 1997 entre os presidentes do Brasil e da Venezuela, Fernando Henrique Cardoso e Rafael Caldera, respectivamente. O traçado da linha atravessa os Parques Nacionais de Canaima e Imataca, a alta bacia do rio Caroní e áreas de *tepuys*, regiões tradicionalmente habitadas por comunidades Pemón, Akawaio e Kariña (Swiggers, 2010).

Após sucessivas mobilizações, durante as quais algumas torres de transmissão chegaram a ser derrubadas, lideranças indígenas das comunidades afetadas assinaram, em junho de 2000, um acordo que autorizava a passagem da linha de transmissão. Em contrapartida, foram prometidas melhorias, como a construção de moradias de alvenaria, a instalação de geradores de energia e, sobretudo, o início do processo de reconhecimento territorial. Em agosto de 2001, a rede de transmissão foi oficialmente inaugurada com a presença dos presidentes do Brasil e da Venezuela. Contudo, os compromissos assumidos pouco avançaram, especialmente no que se refere à demarcação das terras indígenas (Levy, 2003).

Uma das principais consequências desse conjunto de transformações é a precarização das condições de vida de homens, mulheres, crianças e idosos do povo Pemón, resultante da combinação entre a economia predatória da mineração e a profunda crise humanitária enfrentada pelo país. Ainda assim, conforme assinalam Perera, Rivas e Scaramelli (2007), a forte identidade étnica desse povo, sustentada por lideranças locais e regionais, tem possibilitado a manutenção de uma coesão social significativa. Mesmo após um prolongado contato com o mundo ocidental e a inserção em atividades econômicas como serviços, turismo e mineração, os/as Pemón preservam uma dinâmica populacional expressiva e um rico sistema de crenças.

Embora a defesa dos direitos territoriais e dos recursos naturais constitua uma das principais lutas dos povos originários, muitos grupos continuam enfrentando situações graves de discriminação e violação de direitos fundamentais durante os processos migratórios e em contextos urbanos, como ocorre com os/as integrantes de povos indígenas que chegam ao Brasil. A migração indígena manifesta-se tanto no interior dos próprios países, por meio de deslocamentos internos, quanto em fluxos transnacionais, sendo impulsionada, sobretudo, pela perda de acesso aos territórios tradicionais e aos recursos naturais indispensáveis à reprodução da vida coletiva, conforme seus modos de ser, viver e produzir.

Na seção seguinte, discutiremos os impactos da crise venezuelana no território brasileiro, com ênfase no fluxo massivo de migrantes e refugiados/as.

3.6 O reflexo da crise humanitária venezuelana no Brasil

Historicamente, um fluxo migratório significativo de venezuelanos/as em direção ao Brasil não se configurava como uma tendência recorrente. De acordo com Crasto e Álvarez (2017), ao longo do século XX, a Venezuela consolidou-se como um país receptor de migrantes oriundos/as, majoritariamente, da Europa e da América Latina. Nesse período, observaram-se movimentos migratórios associados a conjunturas específicas de natureza política e econômica. No início do século XXI, contudo, esse cenário passou a adquirir novos contornos, configurando-se como uma realidade distinta na história contemporânea do país.

No que se refere aos movimentos transfronteiriços, segundo Rodrigues (2006), tradicionalmente observava-se um fluxo mais intenso de brasileiros/as em direção ao território venezuelano, especialmente de habitantes da cidade de Pacaraima, no estado de Roraima (Brasil), para o município de Santa Elena de Uairén, no estado de Bolívar (Venezuela). Tal

deslocamento estava associado às oportunidades existentes em atividades como mineração, setor de transportes e comércio local, além de ocupações ilegais relacionadas ao tráfico de mulheres, ao contrabando de combustível e ao mercado ilegal de câmbio.

Esse cenário, entretanto, altera-se de forma significativa a partir de 2015. Registra-se um aumento expressivo da entrada de venezuelanos/as no Brasil, o que levou autoridades públicas e veículos de informação e comunicação a adotarem a expressão “crise humanitária” para caracterizar esse fluxo populacional oriundo da Venezuela. Tal conjuntura impulsionou debates acadêmicos e discussões no âmbito da sociedade civil acerca do reconhecimento da condição de refugiados/as dos/as venezuelanos/as que chegavam ao país, em contraposição à concessão de vistos de acolhida humanitária, tendo em vista a grave crise política, econômica e social vivenciada por essa população (Schwinn; Portela, 2018).

O deslocamento de venezuelanos/as para o Brasil não permaneceu restrito ao contexto da cidade de Boa Vista/RR, sinalizando, já naquele momento, iniciativas de interiorização espontânea e de dispersão territorial do fluxo migratório. Com base em informações fornecidas por companhias aéreas que operavam na capital roraimense, em março de 2018 cerca de 700 venezuelanos/as deixaram a cidade em voos com destino às regiões Sudeste e Sul do Brasil. Ademais, rotas terrestres e hidroviárias também passaram a ser utilizadas, favorecendo a chegada a cidades da região Norte, como Manaus/AM e Belém/PA (Milesi; Coury; Rovey, 2018).

Segundo dados da Plataforma R4V (R4V, 2025b), atualmente no Brasil, em números aproximados, temos 147.097 pessoas venezuelanas reconhecidas como refugiados/as no país⁴⁸, 31.167 solicitações de refúgio foram recebidas e 611.037 nacionais venezuelanos/as com autorização de residência. O total de refugiados/as e migrantes da Venezuela em território brasileiro perfaz uma cifra de aproximadamente 732 mil pessoas. O Brasil, atualmente, é o terceiro país da América Latina que mais acolhe migrantes e refugiados/as venezuelanos/as ficando atrás somente de Peru e Colômbia, esse último, inclusive, o país com maiores registros numéricos de oriundos/as da Venezuela em seu território⁴⁹.

Diante desses dados, torna-se inequívoco que o Brasil figura entre os países que concentram os maiores fluxos migratórios de venezuelanos/as na América Latina. A entrada ocorre predominantemente pelo estado de Roraima, por meio da fronteira com a Venezuela,

⁴⁸ Os dados apontam que as decisões relacionadas ao reconhecimento da condição de refugiado/a são baseadas majoritariamente por Grave e Generalizada Violação de Direitos Humanos (GGVDH).

⁴⁹ Um gráfico com a evolução dos dados sobre acolhimento de migrantes e refugiados/as venezuelanos/as em diferentes países da América Latina ao longo dos tempos pode ser consultado em: <https://www.r4v.info/es/refugiadosymigrantes>.

especialmente pela cidade de Pacaraima/RR. Desse modo, é possível constatar que o estado foi um dos mais impactados pelo intenso fluxo migratório proveniente do país vizinho, em razão de sua posição geográfica e da facilidade de acesso ao território brasileiro. A gestão desse expressivo contingente populacional tem imposto desafios complexos em diferentes frentes aos/às diversos/as atores/atrizes envolvidos/as, entre eles o Governo Federal, os governos estaduais e municipais das localidades de trânsito e acolhida, órgãos estatais, entidades da sociedade civil organizada e organismos internacionais que atuam no campo das migrações, entre outros/as.

Essa movimentação contínua de pessoas que migraram e se estabeleceram no Brasil, e que persiste até os dias atuais, destaca os níveis inéditos assumidos pelo êxodo venezuelano. Embora os dados tornados públicos sejam relevantes para o mapeamento desse cenário, é possível que não expressem com absoluta precisão o número real de nacionais venezuelanos/as presentes em território brasileiro, especialmente em função de fluxos não regularizados ou de alta mobilidade interna.

Em estudo que teve como objetivo analisar as migrações venezuelanas recentes para o Brasil, bem como identificar a participação do Estado na gestão desse fluxo, a partir de registros administrativos da Polícia Federal (PF), do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e da Operação Acolhida-OIM, Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2022, p. 24-25) identificam três momentos principais desse fenômeno, cada qual marcado por especificidades sociodemográficas. Em uma síntese elucidativa, as autoras caracterizam esses três momentos do fluxo migratório venezuelano da seguinte forma:

Em um primeiro momento, entre 2000-2015, observou-se uma onda da migração venezuelana associada à mobilidade do capital, conectada à postos de gerência e à circulação internacional do trabalho qualificado, incluindo a migração de mulheres, maiormente concentrada nos estados da região, como São Paulo e Rio de Janeiro. Em um segundo momento, entre 2016 e 2017, diante do acirramento da crise política e econômica na Venezuela intensificou-se a entrada de imigrantes pela fronteira do Estado de Roraima, a qual tornou-se um caminho possível para a permanência documentada no Brasil. Entre 2016 2017 se assistiu ainda à entrada de imigrantes com perfil mais heterogêneo, tanto com àqueles com escolaridade em nível superior e profissionais liberais como grupos mais empobrecidos da população venezuelana (Baeninger, 2018s, 2018b). Já entre 2018 e 2020, a governança da migração venezuelana, expressivamente mais jovem, no Brasil passa a se estabelecer de uma forma mais efetiva diante de instrumentos normativos pautados na nova lei de imigração e no estatuto do refúgio, com um reposicionamento geopolítico do Brasil. Em âmbito regional e o reconhecimento da grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela. A migração é dirigida de venezuelanos em sua articulação com o caráter humanitário e o poder público federal e organismos da ONU – se

estabelece, nesse sentido, na coordenação de estruturas institucionais de transferência desses imigrantes de Roraima para outras localidades e pelo destaque da sociedade civil na atenção à população venezuelana no país.

A partir desse quadro, ampliou-se o interesse de pesquisadores/as de diferentes regiões do país em compreender de modo mais aprofundado a dinâmica desse fluxo migratório, bem como o perfil dos/as migrantes venezuelanos/as que chegavam ao Brasil. Nesse contexto, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), no ano de 2017, promoveu o estudo intitulado *Perfil sociodemográfico e laboral dos imigrantes venezuelanos*, com apoio do ACNUR, desenho metodológico proposto pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e execução da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

A pesquisa entrevistou venezuelanos/as não indígenas residentes em Boa Vista/RR, bem como lideranças indígenas da etnia Warao, residentes na capital roraimense e em Pacaraima/RR. De forma sintética, Simões *et al.* (2017) identificaram que as crises econômica e política vivenciadas na Venezuela constituíam os principais fatores de deslocamento para o Brasil. O estudo apontou, ainda, alguns achados relevantes: a maioria das pessoas chegou a Pacaraima/RR por via terrestre, em viagens de ônibus com duração entre um e dois dias; muitos/as migrantes contavam com redes migratórias previamente estabelecidas, formadas sobretudo por amigos/as; um percentual expressivo encontrava-se em situação de desemprego; e observava-se um número elevado de solicitantes de refúgio.

No que se refere especificamente ao deslocamento dos/as indígenas Warao, a fome foi identificada como o principal motivo da migração para o Brasil, somada à ausência de serviços públicos básicos nas áreas de educação e saúde. O descaso do governo venezuelano em relação aos povos indígenas também foi apontado como um fator determinante para a saída do país. De maneira geral, os/as entrevistados/as declararam-se satisfeitos/as com as condições de moradia e com a alimentação diária oferecida no Centro de Referência do Imigrante (CRI). No entanto, ao abordarem as dificuldades de adaptação à rotina cotidiana, relataram sentir falta de ferramentas de trabalho integradas à natureza. Ainda assim, consideravam possuir uma qualidade de vida superior no Brasil quando comparada àquela vivenciada na Venezuela durante o agravamento da crise (Simões *et al.*, 2017).

Em decorrência da chegada de venezuelanos/as em território brasileiro, a cidade de Boa Vista/RR passou por transformações significativas em seu cenário urbano. Tornou-se comum observar, nas fachadas de diversos estabelecimentos comerciais, o uso da língua espanhola, demonstrando a presença expressiva de migrantes oriundos/as do país vizinho na dinâmica da cidade. A inserção dos/as venezuelanos/as na sociedade boa-vistense ocorre,

predominantemente, em atividades laborais vinculadas ao setor de serviços, em razão das características da economia local e de sua capacidade relativa de absorver esse contingente de mão de obra.

Entretanto, conforme aponta Vasconcelos (2018), a cidade não dispunha de condições adequadas para recepcionar, instalar e atender um volume tão significativo de migrantes. No âmbito estadual, foram implementadas iniciativas precárias de acolhimento, como a improvisação de abrigos em ginásios esportivos e o aumento do contingente policial, com o objetivo de inibir o trabalho informal em grandes avenidas e, assim, evitar aglomerações e desordem nas vias públicas centrais.

Cabe destacar que, embora parte dos/as migrantes estivesse alojada em abrigos disponibilizados por entidades vinculadas à temática migratória e por órgãos públicos, uma parcela expressiva dos/as venezuelanos/as em Boa Vista/RR passou a viver em condições de extrema pobreza. Muitos/as encontravam-se sem moradia fixa ou residiam em edificações abandonadas, utilizadas como abrigos provisórios, onde permaneciam com suas famílias. Além disso, observava-se um contingente significativo de pessoas em situação de rua, perambulando pela capital.

O agravamento do quadro social decorrente do expressivo número de venezuelanos/as nos limites do município passou a integrar as pautas de discussão do Grupo de Trabalho do CNIg. Em função da complexidade da situação, não foi possível estabelecer uma estratégia eficaz de incorporação desses/as migrantes ao mercado de trabalho local e nacional, diferentemente do que havia ocorrido anteriormente com o coletivo haitiano no Brasil. Naquele contexto, os/as haitianos/as, ao receberem o visto humanitário por parte do governo brasileiro, eram automaticamente inscritos/as no Sistema Nacional de Emprego (SINE), o que favoreceu uma inserção mais organizada e uma melhor distribuição no mercado de trabalho nacional (FGV DAPP, 2018).

Diversos órgãos governamentais, em níveis local, estadual e nacional, estiveram continuamente envolvidos em espaços de debate voltados à formulação de estratégias de acolhimento e integração dos/as migrantes e refugiados/as venezuelanos/as em Boa Vista/RR. Conceição (2018), ao analisar dados de relatório produzido pela organização internacional de direitos humanos *Human Rights Watch*, indica que a saúde pública foi um dos serviços básicos de assistência social mais impactados pela migração venezuelana para o Brasil. O relatório confirmou uma sobrecarga significativa sobre o sistema de saúde do estado, apontada como um dos efeitos colaterais mais graves decorrentes da crise migratória.

De acordo com Marques e Leal (2017, p. 5):

[...] outro óbice encontrado pelos venezuelanos, é o acesso aos serviços básicos de saúde, já deficitário à população local, e salubres condições de vida. De acordo com dados divulgados pela Secretaria de Saúde do Estado de Roraima, na pequena cidade de Pacaraima, área de fronteira com a Venezuela, 80% dos pacientes é usuário dos serviços públicos daquele município, são venezuelanos. A cidade que recebe a maior parte dos venezuelanos no Brasil, não paga os funcionários de saúde, da educação e do Conselho Tutelar há três meses.

O quadro da saúde pública no estado de Roraima, em especial nas cidades de Boa Vista/RR e Pacaraima/RR, revelou um cenário de colapso ao explicitar a incapacidade do sistema em absorver a elevada demanda por atendimentos. De acordo com relatos ouvidos ao longo de todo o desenvolvimento desta pesquisa, era frequente a chegada de migrantes e refugiados/as venezuelanos/as apresentando quadros agravados de doenças como pneumonia, sarampo, malária e tuberculose, em decorrência da escassez de recursos e da ausência de tratamento medicamentoso adequado no país vizinho. Nesse contexto, tornou-se recorrente a permanência de pessoas aguardando atendimento deitadas nos corredores dos hospitais.

Em razão da insuficiência do atendimento em saúde, outros problemas passaram a emergir, como a ausência de controle vacinal na fronteira entre os dois países, somada à falta de vacinas na Venezuela. Essa conjuntura contribuiu para o reingresso de doenças anteriormente erradicadas no Brasil, como o sarampo, que se encontrava sob controle desde o ano de 2001.

No ano de 2016, uma equipe da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) deslocou-se até a cidade de Boa Vista/RR com o objetivo de reunir-se com secretários estaduais de saúde e discutir o funcionamento do setor no estado, sobretudo diante do agravamento do quadro provocado pela crise migratória. Na ocasião, também foram realizadas visitas técnicas às unidades de saúde do município de Pacaraima/RR. Como resultado dessas articulações, acordou-se a criação de hospitais de campanha destinados ao atendimento de migrantes e refugiados/as venezuelanos/as, bem como da população brasileira residente nessas localidades.

Diante desse contexto complexo, que impactou inúmeros setores da sociedade, e com o objetivo de evitar que os/as venezuelanos/as permanecessem em situação de total desamparo, o governo estadual decretou, em dezembro de 2016, no Diário Oficial do Estado (DOE), a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) nos municípios de Pacaraima/RR e Boa Vista/RR⁵⁰. A medida teve como finalidade viabilizar o recebimento de

⁵⁰ Ver o decreto publicado no DOE de Roraima/RR: https://imprensaoficial.rr.gov.br/app/_edicoes/2016/12/doe-20161206.pdf.

recursos financeiros oriundos do Governo Federal brasileiro destinados ao fortalecimento da rede de saúde⁵¹.

Com vistas a mitigar os efeitos da entrada massiva de venezuelanos/as em território brasileiro, o Governo Federal instituiu, em 2018, a Operação Acolhida, cujo objetivo central consiste em promover uma resposta humanitária ao deslocamento de refugiados/as e migrantes provenientes da Venezuela. A Operação estrutura-se a partir de três pilares fundamentais, cada qual voltado a uma dimensão específica do processo de acolhida: o ordenamento de fronteira, o acolhimento em abrigos emergenciais sob gestão federal e a interiorização⁵². Nesse contexto, as Forças Armadas brasileiras, em especial o Exército, passaram a desempenhar papel de destaque na condução das ações vinculadas à resposta estatal à crise migratória venezuelana.

Apesar dos avanços observados, persistem inúmeros desafios no enfrentamento da crise migratória em curso, sobretudo no que diz respeito aos entraves de natureza burocrática. Entre eles, destacam-se os processos de análise das solicitações de refúgio, especialmente quando considerados os fluxos migratórios mistos. A sobrecarga dos serviços públicos também se configura como um obstáculo relevante, cuja superação demanda esforços articulados entre os poderes públicos, as entidades da sociedade civil e os demais atores e atrizes sociais envolvidos/as.

Na avaliação de Conceição (2018, p. 29-30):

As dificuldades enfrentadas pelos migrantes venezuelanos e as dificuldades das autoridades, sejam locais, estaduais ou federais de atender as demandas destes migrantes, decorrem muito mais de suma situação onde os serviços públicos já eram precários e foram agravados pelo fluxo migratório. Portanto, o que se depreende é que os que agora chegam como migrantes são excluídos, eles vivenciam a realidade dos nacionais. Assim, entendemos que as providências tomadas pelas autoridades locais, estaduais e municipais, tentam contornar o que se agravou com a vinda de mais pessoas.

Mesmo diante das dificuldades persistentes na oferta de serviços básicos à população, em razão do quadro sensível vivenciado, especialmente na região Norte do país, os entes estatais, bem como as organizações e instituições que atuam na pauta migratória, têm buscado seguir as determinações estabelecidas pela legislação interna e pelos documentos internacionais

⁵¹ Sobre o repasse de verbas do Governo Federal para o estado de Roraima ver: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/12/ministro-da-saude-anuncia-recurso-de-r-37-mi-para-rr-cuidar-de-imigrantes.html> (Félix, 2016).

⁵² Para conhecer um pouco mais sobre a Operação Acolhida consultar: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>. Já um balanço crítico sobre o papel da Operação recomendamos: Jarochinski Silva e Albuquerque (2021) e Vasconcelos e Machado (2021).

dos quais o Brasil é signatário. Ainda que de forma precária, procura-se assegurar os direitos básicos dos/as migrantes e refugiados/as venezuelanos/as desde o momento de seu ingresso em território brasileiro, garantindo-lhes a liberdade pessoal e a permanência em condições de segurança.

No próximo capítulo, apresentamos a discussão do arcabouço teórico-conceitual que fundamenta o estudo, bem como a descrição do processo de inserção no abrigo de acolhida emergencial no qual a pesquisa foi desenvolvida, localizado na cidade de Boa Vista/RR, e dos procedimentos metodológicos adotados.

CAPÍTULO 4 – PERCORRENDO CAMINHOS OU APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Ponto de Partida
Curvar-me-ei às fronteiras apenas no dia em que
parar de escrever.
Enquanto respirar, andar e andar,
permanecerei com um monte de perguntas sem
respostas.
Mas, tanto melhor,
pois assim seguirei com os pés nas estradas.
(Figueira, 2020, p. 21)

Neste capítulo, detalharemos a arquitetura teórico-metodológica sobre a qual se alicerça a pesquisa desenvolvida. Nesse sentido, a posição explicitada anteriormente no Capítulo 1 acerca da pesquisa em práticas sociais deve servir como pano de fundo para compreender a cuidadosa inserção no contexto da investigação, voltada ao desenvolvimento do trabalho de campo, bem como ao referencial para a compreensão dos instrumentos metodológicos empregados no processo de coleta de dados. Ao longo das próximas seções, realizaremos uma discussão acerca dos diferentes instrumentos metodológicos utilizados na pesquisa, nomeadamente entrevistas semiestruturadas, observação participante, registros em Diários de Campo e registros fotográficos. As considerações teóricas em torno desses instrumentos, a nosso ver, tornam-se necessárias em virtude do que aponta Minayo (2014), ao afirmar que o/a pesquisador/a deve considerar que os instrumentos operacionais da investigação também contêm bases teóricas. Acrescenta-se, ainda, que, nesta parte do trabalho, realizamos a descrição dos procedimentos éticos adotados ao longo de toda a pesquisa.

Segundo Martins e Bicudo (1989), em termos de forma, no contexto das pesquisas qualitativas, os dados são coletados por meio da *comunicação* entre sujeitos, e o tratamento desses dados é realizado por meio da *interpretação*. Com base nessa ideia do autor e da autora, dedicar-nos-emos, neste momento, a apresentar os elementos da comunicação que fizeram parte do estudo e que forneceram subsídios para a realização das análises a serem apresentadas na sequência deste capítulo.

4.1 O caráter qualitativo da pesquisa

A prática da pesquisa está baseada, essencialmente, nas decisões deliberadas do/a pesquisador/a, incluindo a escolha dos métodos que balizarão a busca pela compreensão do tema investigado (Mussi *et al.*, 2019). Portanto, a escolha do método de investigação não se dá de forma arbitrária, pois “[...] não sou um elemento externo às circunstâncias em que se encontra o que quero compreender” (Silva, 1990, p. 110).

Dessa forma, distanciamo-nos de uma perspectiva metodológica que delimita uma cisão entre o/a pesquisador/a e a realidade a ser interrogada, em favor de uma suposta neutralidade e do rigor científico. Assim, torna-se impraticável a negação de nosso envolvimento com o contexto da investigação, que não foi somente analisado, mas também vivenciado, dado que “[...] o pesquisador tem corpo, raça, desejo, classe social, gênero etc., enfim, tem história” (Lopes, 2004, p. 166). Como nos lembra Velho (1978), estamos cientes de nosso envolvimento com um processo interpretativo, pois, ainda que tenhamos reunido dados objetivos, nossa subjetividade está envolta em toda a pesquisa.

O estudo em tela insere-se no contexto da *pesquisa qualitativa* (Bogdan; Biklen, 1994), uma vez que a intenção é “[...] interpretar o sentido dos eventos a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam e fazem” (Chizzotti, 2013, p. 28), sem a pretensão de estabelecer generalizações. Tal perspectiva encontra inspiração nas considerações apresentadas por Martins e Bicudo (1989), ao afirmarem que as pesquisas qualitativas estão centradas no específico, no individual, no peculiar, com a intenção de compreender. Na visão do autor e da autora, o estudo dos fenômenos sob uma ótica qualitativa de investigação se dá de forma situada, ou seja, os fenômenos só se mostram em situações nas quais os indivíduos experienciam o mundo vivido.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994), a abordagem qualitativa contempla cinco características nucleares, que podem ser sumariadas da seguinte maneira: i) possuem como fonte direta de dados o ambiente natural e o/a pesquisador/a como seu principal instrumento - nesse aspecto, o/a pesquisador/a mantém contato estreito com o ambiente de pesquisa e, recorrentemente, desenvolve um trabalho de campo intensivo; ii) a pesquisa qualitativa é descritiva - todos os dados coletados nessa abordagem são relevantes e incluem, por exemplo, transcrições de entrevistas, fotografias, vídeos, documentos pessoais, notas de campo e registros documentais, dentre outros. Nesse sentido, os materiais são repletos de descrições pessoais, acontecimentos e situações que devem mobilizar a atenção do/a pesquisador/a na situação vivida no ambiente de pesquisa; iii) os/as pesquisadores/as possuem maior interesse pelo processo do que pelo produto - na abordagem qualitativa, o objeto de estudo é compreendido

em sua própria manifestação; iv) o/a pesquisador/a tende a analisar os dados de forma indutiva - os dados coletados não são utilizados para confirmar hipóteses previamente estabelecidas, mas servem de referência para as reflexões que se constituem ao longo do estudo; v) o significado é central na abordagem qualitativa - nos estudos pautados nessa abordagem, a perspectiva dos/as participantes é central. Ao considerar as diferentes perspectivas dos/as participantes envolvidos/as na realidade pesquisada, os estudos pautados nesse tipo de abordagem possibilitam o desvelamento da dinâmica do objeto da investigação.

Dessa forma, a pesquisa qualitativa configura-se como uma alternativa viável, uma vez que se trata de uma ferramenta para a análise da realidade. Isso se deve à possibilidade aberta por sua abordagem na compreensão dos fenômenos e na atribuição de valores e significados às experiências humanas. Segundo Mussi *et al.* (2019), esse tipo de pesquisa opera no campo das motivações, desejos, convicções, princípios e posturas, contribuindo, assim, para a análise das interações, dos processos e dos eventos para além da mera racionalização de variáveis.

Em síntese, a opção pela pesquisa qualitativa deu-se pela possibilidade aberta por esse tipo de abordagem “[...] de incorporar a questão do SIGNIFICADO e da INTENCIONALIDADE como inerentes *aos atos, às relações e às estruturas sociais*, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (Minayo, 2014, p. 22-23, grifos da autora). O desenvolvimento do trabalho de campo, com a utilização de recursos que nos possibilitaram acesso à compreensão acerca do lazer na perspectiva de indígenas venezuelanos/as refugiados/as e à descrição de processos educativos desencadeados nessa prática social, alinha-se à abordagem de pesquisa qualitativa.

Ademais, o estudo pode ser considerado uma pesquisa exploratória, por ter como objetivo “[...] maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado” (Gil, 2017, p. 26).

4.2 Aspectos éticos da pesquisa

Ao tratar dos aspectos éticos que balizaram o desenvolvimento da pesquisa, faz-se necessário afirmar que as ações e os procedimentos adotados ao longo do estudo, nessa esfera,

visaram contemplar a legislação vigente⁵³ e tornar a investigação, do ponto de vista ético, viável. Nesse sentido, a relevância social da pesquisa e sua destinação sócio-humanitária tornam-se elementos fundamentais, capazes de expressar a igual consideração dos interesses envolvidos. Assim, foi imperioso reconhecer os/as participantes em sua dignidade e autonomia, bem como em sua condição de vulnerabilidade, com o objetivo de assegurar que a vontade particular em colaborar, ou não, com a pesquisa pudesse ser expressa de forma livre e esclarecida.

No contexto do estudo desenvolvido, os riscos e benefícios (conhecidos e potenciais), sejam eles individuais ou coletivos, foram avaliados de modo que os benefícios pudessem ser maximizados, e os eventuais danos e riscos, minimizados ou evitados, nos casos em que fossem previsíveis. Tomando por base os instrumentos utilizados para a coleta de dados, entendemos que os riscos envolvidos na pesquisa se expressaram no desconforto e/ou constrangimento ao responder, ou não saber responder, alguma questão presente nos instrumentos de coleta ou durante os registros fotográficos; no cansaço ou no dispêndio de um tempo demasiado longo durante a entrevista; e na eventual quebra de sigilo ou de anonimato.

A fim de minimizar os riscos indicados, durante o trabalho de campo foi explicitado aos/às participantes da pesquisa como se dariam a abordagem e a coleta de dados. A realização das entrevistas ocorreu de maneira individual, estando presentes apenas o pesquisador em campo e o/a participante, em local reservado, previamente definido em comum acordo. Essas ações permitiram a tranquilidade e o sigilo necessários para que as entrevistas pudessem ocorrer. Caso o/a participante comunicasse estar cansado/a durante a coleta de dados ou avaliasse que o tempo dispendido tivesse extrapolado suas previsões, o que não foi o caso, seria proposto que o diálogo fosse retomado em outro momento, se assim ele/a desejasse.

O desconforto e/ou constrangimento durante os diálogos estabelecidos nas entrevistas e nos registros fotográficos tiveram seus impactos reduzidos por meio da possibilidade de o/a participante não responder a alguma questão, não tecer comentários que afetassem negativamente sua individualidade e/ou seus referenciais culturais, ou não autorizar o registro de imagens.

A adesão à participação na pesquisa implicou atenção especial aos princípios da confidencialidade e da privacidade no tratamento dos dados coletados. Os nomes verdadeiros

⁵³ No Brasil, as questões atinentes à ética na pesquisa no campo das Ciências Humanas e Sociais possuem regulamentação própria e estão contempladas na Resolução nº 466/12 (Brasil, 2012), que dispõe sobre pesquisas envolvendo seres humanos, e na Resolução nº 510/2016 (Brasil, 2016), que trata da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

dos/as participantes da pesquisa foram substituídos por nomes fictícios atribuídos pelo pesquisador em campo. As imagens utilizadas como registro de cenas objeto da investigação, nas quais os/as participantes estivessem presentes, também foram regidas pelos princípios anteriormente citados e submetidas a recursos de edição, a fim de garantir a preservação de suas respectivas identidades. Os conteúdos obtidos por meio dos instrumentos de coleta de dados (entrevistas e/ou registros fotográficos) foram utilizados oportunamente para fins acadêmicos, como é o caso da escrita desta tese.

Para tanto, ao longo da inserção em campo, foram avaliados o momento, a condição e o local adequados para que os devidos esclarecimentos quanto aos aspectos essenciais do estudo a ser desenvolvido (objetivos, procedimentos para coleta e armazenamento de dados, ações para garantia do sigilo e da confidencialidade das informações, bem como os riscos e os benefícios da participação) pudessem ser prestados. O espaço para que o/a participante tivesse a oportunidade de expressar seus receios ou dúvidas foi garantido durante todas as fases da pesquisa. A adoção de uma linguagem clara e acessível, adequada às peculiaridades dos/as participantes, foi empregada a fim de promover condições propícias para uma decisão livre e esclarecida por parte daqueles/as que aderiram ao estudo.

Após a etapa inicial de diálogo em torno dos esclarecimentos sobre a pesquisa, foi apresentado ao/à convidado/a o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (em português, disponível no Apêndice 1). O documento foi disponibilizado no idioma espanhol (disponível no Apêndice 2), sendo oportunamente garantido espaço para leitura e compreensão por parte do/a participante antes da formalização do consentimento, por meio da assinatura de duas vias do documento. O/A participante da pesquisa poderia desistir de sua participação no estudo, bem como retirar o consentimento a qualquer momento, sem que houvesse prejuízo, conforme diretrizes presentes no referido documento.

Todas as informações obtidas por meio dos instrumentos de coleta de dados foram armazenadas sob sigilo e permanecerão arquivadas por, no mínimo, cinco anos, contados a partir do encerramento do estudo (defesa da tese), sob a responsabilidade do pesquisador principal. Com a conclusão do trabalho de campo, as transcrições das entrevistas e os registros fotográficos foram armazenados em dispositivo eletrônico local pertencente ao pesquisador principal e disponibilizados para eventuais consultas por parte dos/as participantes da pesquisa, quando solicitado.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFSCar, conforme Parecer Consubstanciado nº 6.494.983 (disponível no Anexo 1 desta tese).

4.3 Muros e pontes no (difícil) caminho até o campo de pesquisa

A etapa exploratória desta pesquisa consistiu no estabelecimento dos primeiros contatos com as instituições e os agentes responsáveis pela governança da migração venezuelana no Brasil. A escolha por realizar a pesquisa no estado de Roraima deu-se em virtude de este possuir região fronteira com a Venezuela e constituir-se como porta de entrada de pessoas que migram do país vizinho em busca de condições dignas de existência, em caráter temporário ou definitivo. Além disso, interessava-nos a inserção em ambiente de abrigo de acolhida emergencial, a fim de compreender as perspectivas manifestas acerca do lazer por refugiados/as venezuelanos/as que vivem nesses *espaços liminares* (Agier, 2016), o que poderia ser contemplado em Boa Vista/RR ou em Pacaraima/RR (cidade fronteira). Optamos por realizá-la na capital do estado (Boa Vista/RR), por esta se constituir no espaço de maior abrigo e de melhor infraestrutura para a recepção dos/as deslocados/as forçados/as vindos/as da Venezuela, quando nos defrontamos com a realidade do estado de Roraima.

O caráter liminar de um espaço, na visão de Agier (2016, p. 36, tradução nossa), produz “[...] a experiência de uma lacuna com o mundo social oficial. Uma latência e uma expectativa se instalam nessa lacuna, uma vida na qual as pessoas parecem não fazer nada além de ‘empurrar o tempo’, como dizem alguns refugiados”. Essa conjuntura torna ainda mais significativa a nossa indagação em torno da prática social do lazer e dos processos educativos observados no contexto de um abrigo de acolhida emergencial, tendo em vista a realidade enfrentada pelas pessoas que ali se encontram e que, para muitos/as, se torna a única opção viável na busca por melhores condições de vida.

Diante desse interesse manifesto, prosseguimos na viabilização de meios que possibilitassem a nossa inserção e o desenvolvimento do trabalho de campo. Nesse sentido, a partir de contatos mantidos por meio de trocas de mensagens de e-mail, resolvemos viajar, em julho de 2022, até Boa Vista/RR para dialogarmos com representantes do ACNUR em subescritório mantido na cidade e localizado no prédio da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES). No local, fomos recebidos por uma funcionária do ACNUR, que nos indicou a necessidade de contato com sua superior hierárquica imediata, a fim de obtermos maiores orientações sobre a autorização para acesso aos abrigos e o desenvolvimento da pesquisa. A profissional não se encontrava na cidade em virtude de compromissos ligados à Agência, na cidade de Brasília/DF. Assim, fomos orientados a enviar mensagem para o

endereço de e-mail da profissional responsável e aguardar o devido retorno.

A nossa estadia, ao longo de dez dias, na cidade de Boa Vista/RR serviu para ampliarmos a nossa rede de contatos, a fim de obtermos anuência para o acesso aos abrigos, bem como se constituiu em uma oportunidade ímpar para nos deslocarmos pela cidade e observarmos atentamente o trânsito de migrantes e refugiados/as venezuelanos/as no tecido urbano. Nesse sentido, novas tratativas foram estabelecidas e outras instituições e seus/as respectivos/as representantes foram consultados/as. Isso ocorreu com representantes do Exército Brasileiro, responsável pela prestação de suporte logístico às ações nos setores de infraestrutura, transporte, saúde e administração, em parceria com o ACNUR e entidades da sociedade civil, bem como com a Cáritas Brasileira, instituição vinculada à Igreja Católica e que realiza trabalhos de cunho assistencial junto a migrantes e refugiados/as na cidade. Em ambos os casos, as pessoas vinculadas a essas instituições foram assertivas ao indicar que a autorização pretendida deveria partir do ACNUR.

Antes de regressarmos, foi realizado o envio da mensagem para a profissional responsável, conforme orientado pela funcionária do ACNUR. Ainda em julho de 2022, após treze dias do envio da primeira mensagem, já em nossa residência, recebemos a resposta com as orientações sobre os procedimentos para análise e aprovação do desenvolvimento de pesquisas no âmbito dos abrigos. O primeiro passo envolvia a necessidade de envio de documentação pertinente, que incluía o projeto de pesquisa, o cronograma, a proposta de agenda de visitas e permanência nos abrigos, um modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em espanhol (a ser assinado pelas pessoas entrevistadas) e documento comprobatório da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da universidade. A partir desse retorno, tomamos contato com informações até então desconhecidas por nós: as análises e autorizações para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas eram realizadas pelo Subcomitê Federal de Acolhimento e Interiorização (SuFAI), e não pelo ACNUR, como imaginávamos inicialmente.

Já tínhamos em mãos quase todos os documentos necessários para encaminharmos o nosso pedido de análise. Restava-nos, naquele momento, obter o parecer de aprovação do CEP/UFSCar. Sendo assim, iniciamos o processo de preenchimento das informações e de anexação de documentos na Plataforma Brasil, a fim de obtermos anuência formal para o desenvolvimento do estudo. Nesse momento, deparamo-nos com um impasse: havia a necessidade de incorporar ao pedido a ser submetido uma Carta de Autorização cedida pela instituição vinculada ao estudo (denominada instituição coparticipante), assinada por seu/sua representante legal, autorizando a realização da pesquisa após a apresentação do parecer

favorável emitido pelo CEP/UFSCar. Entretanto, não possuíamos o Parecer Consubstanciado com a aprovação do Comitê, mas tínhamos, a princípio, que enviá-lo ao ACNUR e ao SuFAI, juntamente com os demais documentos, para dar início ao processo de avaliação do pedido por esses entes envolvidos com a questão migratória no país.

Diante desse entrave, resolvemos enviar uma mensagem, em agosto de 2022, à responsável do ACNUR com a qual mantínhamos contato, esclarecendo a dúvida e expondo o cenário que se apresentava. Fomos, então, orientados a adicionar essa informação ao conjunto de documentos a serem enviados para apreciação, o que foi realizado. Em novembro de 2022, seguimos as orientações fornecidas e encaminhamos toda a documentação listada, bem como a Carta de Autorização previamente preenchida, necessária para a aprovação da pesquisa junto ao CEP/UFSCar. Ainda naquele mês, poucos dias após o envio dos documentos, recebemos resposta da coordenação do SuFAI acusando o recebimento da documentação e destacando a relevância e o apreço pela temática do trabalho. Contudo, no corpo da mensagem, a representante do grupo de trabalho federal afirmou não ser possível conceder anuência prévia por meio da assinatura da Carta de Autorização, tampouco assumir responsabilidade partilhada na condição de instituição coparticipante. Assim, orientou-nos a buscar a autorização do CEP antes de encaminharmos os documentos para deliberação do SuFAI e, caso não obtivéssemos êxito, sugeriu a adaptação dos procedimentos metodológicos da pesquisa, não prevendo, por exemplo, a realização de entrevistas.

Àquela altura, a resposta não nos colocava em condição favorável, haja vista a necessidade, conforme sugerido, de revermos a estrutura da pesquisa. Diante do quadro apresentado, realizamos consulta junto ao CEP, no mês de novembro de 2022, expondo toda a situação enfrentada e os óbices para a obtenção da assinatura da representante legal da instituição coparticipante. Ao contatar o Comitê, por meio de sua secretaria, fomos orientados a anexar, no campo específico destinado à Carta de Autorização, um documento descritivo apresentando a situação e a negativa da coordenação do SuFAI em assinar o documento exigido. Haveria, assim, a possibilidade, a partir de análise colegiada do CEP, de uma aprovação condicional, na qual, posteriormente, a Carta de Autorização fosse anexada ao projeto.

Embora essa orientação se apresentasse como uma alternativa para iniciarmos o processo de submissão para apreciação ética, resolvemos ainda tentar a obtenção da assinatura do documento. No mês de dezembro de 2022, retomamos contato com representantes do ACNUR e do SuFAI. No entanto, da primeira instituição, recebemos resposta desfavorável, com a recomendação de que a questão fosse tratada diretamente com as autoridades brasileiras, nomeadamente o Ministério da Cidadania (na alçada do SuFAI), responsável último pela gestão

dos abrigos da Operação Acolhida. Entendemos, naquele momento, tratar-se de uma negativa que inviabilizava a obtenção da assinatura da Carta de Autorização por intermédio do ACNUR. Restava-nos, então, recorrer à representação do SuFAI. No entanto, não obtivemos novas respostas. Ainda assim, tentamos outros contatos em Boa Vista/RR com o objetivo de obter a assinatura do documento, porém sem êxito.

Diante desse cenário, optamos por seguir as orientações obtidas junto à secretaria do CEP. Em março de 2023, procedemos com a primeira submissão do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil. A análise durou aproximadamente três meses e, em junho de 2023, foi emitido o primeiro parecer do CEP/UFSCar, indicando pendências de ordem teórico-metodológica e sinalizando a ausência da Carta de Autorização.

Todas as alterações elencadas no parecer foram prontamente realizadas. Contudo, persistia a ausência do documento exigido pelo Comitê. Em resposta, voltamos a explicitar o impasse enfrentado, justificando o não envio da Carta de Autorização, na expectativa de obter uma sinalização positiva para a aprovação do projeto. Uma nova submissão foi realizada e, em meados de julho de 2023, o resultado indicava que as alterações solicitadas haviam sido atendidas integralmente, mas permanecia a necessidade de envio do documento assinado pelo/a representante da instituição coparticipante. Estávamos, assim, diante de uma pendência persistente, sem sinais de resolução. Durante aquele período os muros pareciam se sobressair.

Uma das alternativas que nos parecia plausível naquele momento seria contatar pesquisadores/as que estivessem desenvolvendo estudos com migrantes e refugiados/as venezuelanos/as em Roraima. Já tínhamos estes contatos desde a nossa primeira viagem à Boa Vista/RR, na qual pudemos não só tratar da autorização para o nosso ingresso nos abrigos, como também estabelecer parcerias de interesse científico pela temática. E assim não hesitamos.

Diante disso, consideramos plausível contatar pesquisadores/as que estivessem desenvolvendo estudos com migrantes e refugiados/as venezuelanos/as em Roraima. Já possuíamos tais contatos desde a primeira viagem a Boa Vista/RR, ocasião em que, além de tratarmos da autorização para ingresso nos abrigos, estabelecemos parcerias de interesse científico. Um professor-pesquisador da Universidade Federal de Roraima (UFRR) atendeu ao nosso contato e relatou dificuldades semelhantes para o desenvolvimento de trabalho de campo nos abrigos, indicando que as autorizações vinham sendo negadas. Com o intuito de nos auxiliar, sugeriu o contato com uma professora-pesquisadora da UFSCar, atuante no campo das migrações internacionais. Seguimos a sugestão e realizamos o contato. Quatro dias depois, recebemos resposta por meio de aplicativo de mensagens instantâneas, na qual a docente relatava a mesma problemática e afirmava ser muito difícil o acesso aos abrigos para fins de

pesquisa.

Também entramos em contato com a pesquisadora que havia defendido recentemente sua dissertação de mestrado, cujo trabalho investigava a gestão dos abrigos da Operação Acolhida em Boa Vista/RR. Apesar do diálogo estabelecido e da troca de contatos, ela foi igualmente assertiva ao relatar que sua investigação se restringiu a visitas guiadas, sem permanência nos abrigos para desenvolvimento de trabalho de campo, o que demonstrava a dificuldade de acesso. Os contatos fornecidos referiam-se a instituições não vinculadas ao governo federal, que atuavam com migrantes e refugiados/as na cidade. Ainda que houvesse solidariedade e colaboração, não obtivemos êxito na resolução do impasse por essa via.

Novos contatos foram realizados com outra profissional vinculada ao ACNUR, com o objetivo de verificar eventuais alterações na coordenação do SuFAI e, simultaneamente, estabelecer diálogo para a obtenção da assinatura necessária. A resposta foi rápida e taxativa: o contato permanecia o mesmo e a autorização deveria partir do Comitê. Tentamos, então, obter contato direto com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), por intermédio de um professor-pesquisador que havia integrado o corpo de secretariado no âmbito do esporte e do lazer no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na expectativa de que sua articulação política pudesse auxiliar na construção de pontes institucionais. Todavia, também não obtivemos sucesso por esse meio.

Diante do esgotamento aparente das alternativas, consideramos a necessidade de rever os objetivos e o local de inserção do estudo. Assim, em agosto de 2023, realizamos nova submissão à Plataforma Brasil, anexando, no campo destinado à Carta de Autorização, um documento contendo justificativas e cópias das mensagens que explicitavam as negativas recebidas. Aguardávamos, então, novo parecer do CEP/UFSCar.

Nesse ínterim, entre os dias 02/10/2023 e 11/10/2023, participamos do *XIV Seminário de Dissertações e Teses do Programa de Pós-Graduação em Educação* da UFSCar. Na ocasião, foi recomendado pelos membros da banca examinadora que a pesquisa fosse reestruturada, buscando-se outro local de inserção para seu desenvolvimento. Considerando o decurso do tempo, a realização do trabalho de campo tornava-se motivo de preocupação, o que nos levou a buscar novas possibilidades por meio de contatos estabelecidos ao longo do percurso.

Determinados a realizar as mudanças sugeridas, iniciamos tratativas com um funcionário da Cáritas Brasileira, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que desenvolve ações de assistência social junto a migrantes e refugiados/as em Boa Vista/RR. O profissional atuava diretamente com venezuelanos/as que viviam em uma ocupação de espaço público na cidade. O diálogo estabelecido teve como foco a possibilidade

de desenvolvimento da pesquisa com esse grupo em situação de vulnerabilidade. A orientação recebida foi a de encaminhar o projeto de pesquisa para avaliação pelo núcleo diretivo da instituição, em Brasília/DF. Paralelamente, também iniciamos tratativas com profissionais vinculados ao Serviço Social do Comércio (SESC), buscando informações sobre a *Orquestra Mundana Refugi*, com o objetivo de verificar a viabilidade de realização do trabalho de campo junto ao grupo. Diante da possibilidade de alteração do local do estudo, tornou-se necessário empreender mudanças no projeto de pesquisa.

Já nos preparávamos para alterar a configuração do estudo, de modo a realizá-lo junto a outro grupo de migrantes e refugiados/as, venezuelanos/as ou não, fora do contexto de abrigos em Boa Vista/RR, quando recebemos a resposta do CEP/UFSCar referente à última submissão. Conforme esperado, o parecer reiterava a ausência da Carta de Autorização assinada pela instituição coparticipante, o que reforçava a necessidade de reconfiguração definitiva da pesquisa.

Entretanto, no dia 18 de outubro de 2023, pouco tempo após a recomendação da banca avaliadora no *XIV Seminário de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação* da UFSCar, recebemos, de forma inesperada, uma mensagem da coordenadora do SuFAI solicitando o envio do modelo de Carta de Autorização já preenchida, bem como das questões que comporiam as entrevistas, para apreciação em reunião ordinária do Subcomitê. A recepção dessa mensagem reavivou a possibilidade de realização da pesquisa conforme inicialmente planejada. Diante disso, providenciamos, ainda naquele dia, o envio da documentação solicitada.

No dia seguinte (19/10/2023), recebemos uma Carta de Autorização adaptada pela coordenadora do SuFAI, sugerindo, em seu corpo, a autorização para a realização do estudo em três abrigos (Pricumã, Rondon I e Tuaranoko a Waraotuma), com a possibilidade de indicação de outros espaços, caso desejássemos. Diante do perfil dos grupos abrigados, a sugestão mostrou-se pertinente, e procedemos com o envio do documento assinado, formalizando nossa concordância. O retorno foi célere e, no dia 20/10/2023, já estávamos de posse da Carta de Autorização assinada.

No dia 24/10/2023, realizamos nova submissão do projeto na Plataforma Brasil, ocasião em que cadastramos a instituição coparticipante, anexamos a Carta de Autorização assinada e enviamos a Carta Resposta ao parecerista. Com isso, acreditávamos ter sanado as pendências para a aprovação ética da pesquisa. O parecer subsequente foi emitido em 08/11/2023, quando fomos notificados da aprovação do projeto pelo CEP/UFSCar. No mesmo dia, encaminhamos à coordenadora do SuFAI o documento com o parecer favorável.

A partir de então, as tratativas seguiram no sentido do planejamento do trabalho de campo. Definimos, com o apoio de representantes do MDS, em especial da Coordenação de Atenção ao Migrante e Refugiado no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e do ACNUR, a agenda de visitas e permanência nos abrigos selecionados. Efetuamos a compra das passagens aéreas com destino a Boa Vista/RR, com saída de São Paulo em 06/01/2024 e retorno em 23/01/2024, com chegada no dia seguinte (24/01/2024).

A descrição detalhada do processo de autorização para acesso aos abrigos teve como objetivo apresentar os caminhos percorridos e os desafios metodológicos enfrentados na realização do trabalho de campo, compreendidos como dados da própria pesquisa. As dificuldades encontradas suscitam reflexões acerca da elevada vulnerabilidade à qual estão expostos migrantes e refugiados/as em fluxos migratórios forçados. Contudo, a produção de conhecimento científico sustentada na convivência dialógica e respeitosa com pessoas em situação de migração forçada, aliada ao rigor ético, possibilita o acesso às compreensões construídas por esses sujeitos acerca da vida, do mundo e da sociedade. Tal perspectiva pode reverberar na formulação de políticas de acolhimento mais profícuas e alinhadas às necessidades e aos desejos desses grupos.

A seguir, realizamos uma breve contextualização do estado de Roraima e da cidade de Boa Vista, a fim de melhor compreendermos o contexto no qual se insere o abrigo em que desenvolvemos o trabalho de campo.

4.4 O Estado de Roraima e a cidade de Boa Vista

Vista como uma região remota de nosso país, Roraima é um estado da federação que, apesar de ser reconhecido em suas dimensões geográfica, jurídica e histórica, frequentemente é percebido como um espaço desabitado. Essa percepção tem reflexos no imaginário coletivo, que tende a representá-lo como um território vazio, o que, por sua vez, contribui para a invisibilização de sua rica diversidade social, cultural e ambiental. A ideia de um espaço desocupado está profundamente enraizada tanto nas narrativas nacionais cotidianas quanto nas declarações de líderes políticos, que, muitas vezes, associam a modernização do Brasil à integração das populações e regiões que estão à margem da sociedade aos grandes centros urbanos (Rodrigues, 2014).

O estado de Roraima tornou-se o centro de uma complexa dinâmica humanitária

envolvendo o acolhimento de migrantes e refugiados/as venezuelanos/as que chegam ao Brasil em busca de melhores condições de vida. Situado na região Norte do território brasileiro, Roraima compartilha com a Venezuela uma ampla zona fronteiriça, a qual tem sido primordial para a existência e a manutenção do referido fluxo migratório ao longo dos anos. A proximidade geográfica entre os dois países tem facilitado o deslocamento e possibilitado que o estado se configure, atualmente, como a principal porta de entrada de pessoas em situação de deslocamento forçado oriundas do país vizinho.

Roraima apresenta particularidades associadas tanto à sua condição de fronteira interna e de território em crescimento no interior do Brasil quanto à sua situação de estado de fronteira internacional. Desse modo, possui singularidades que só podem ser compreendidas quando se considera que, enquanto região fronteiriça multifacetada, representa não apenas o fim da formação sociocultural e territorial, tanto brasileira quanto venezuelana, mas também o início de novas influências recíprocas. Essa região de fronteira entre os dois países é denominada por Rodrigues (2014) como *lugar Guayana*. Trata-se de um espaço de contiguidade sociocultural que possui características próprias, a despeito da fronteira existente entre Brasil e Venezuela, ou seja, um lugar de representações simbólicas que extrapola a construção restrita ao ponto de vista geográfico e incorpora a dimensão cultural para a sua compreensão.

Por se tratar de uma região que pode ser caracterizada como espaço intermediário, o *lugar Guayana* reflete a subjetividade de estar além ou de viver em um ambiente de invenção do novo para venezuelanos/as e brasileiros/as. Esse espaço intersticial constitui um *locus* de liminaridade identitária que pode dar origem a um hibridismo cultural (Rodrigues, 2014). Segundo a autora:

Viver *em* e *no* lugar Guayana é viver entre múltiplas sociedades, falar diversas línguas e praticar modos de vida que obrigam a um deslocamento não apenas do ponto de vista físico, mas também cultural e subjetivo. Conforme a conceitualização de Hall (2002), pode se dizer que o lugar guayana possibilita aos sujeitos experienciar identidades individuais e culturais porosas que viabilizam o trânsito entre diferentes posições, diferentes mundos e tradições culturais. A partir do conceito de entre lugar é possível afirmar que no lugar Guayana os sujeitos transitam cotidianamente entre diversas identidades porquanto se trata de um lugar privilegiado para a emergência de subjetividades – singulares e coletivas – que produzem novas identidades e, até mesmo, formas inovadoras, de conceber a sociedade (Rodrigues, 2014, p. 57-58, grifos da autora).

À luz do exposto, é pertinente fazermos referência a esse *entre-lugar*⁵⁴ (Bhabha, 2003), pois a experiência de deslocamento de venezuelanos/as em direção ao Brasil, de alguma maneira, perpassa esse espaço. Em muitos casos, trata-se de um contato efêmero com o *lugar Guayana*, uma vez que estamos nos referindo a venezuelanos/as que habitam outras regiões do país, distantes da faixa fronteiriça com o Brasil, e que por ali passam ou permanecem por um curto período, até serem direcionados/as para abrigos em Boa Vista/RR. No entanto, também nos deparamos com experiências de pessoas que, há muito, residem em localidades próximas à fronteira e, portanto, vivenciam cotidianamente o *lugar Guayana*, mas são forçadas a deixá-lo em definitivo ou a retornar de maneira frequente, levando produtos alimentícios, remédios e algum dinheiro para os/as familiares que ainda permanecem na Venezuela.

Fazem parte do espaço limítrofe da fronteira internacional entre Brasil e Venezuela, e também do lugar Guayana, os municípios de Pacaraima (no estado de Roraima, Brasil) e Santa Elena de Uairén (estado Bolívar, Venezuela). De acordo com Rodrigues (2014), essa fronteira internacional que separa os dois países, além de representar uma demarcação legal e política, constitui um espaço no qual os Estados-nações se definem, estabelecem limites e reforçam suas identidades. As fronteiras cumprem a função de assinalar a soberania de cada nação, delimitando a área em que cada Estado pode exercer seus direitos, autoridade e ações. Por esse motivo, a fronteira internacional demanda atenção e controle, especialmente por parte de instituições policiais e militares.

⁵⁴ O *entre-lugar*, segundo Bhabha (2003), traduz a experiência subjetiva de estar “além”, isto é, de ocupar um espaço intermediário marcado pela possibilidade de criação do novo. Nessa perspectiva, tal *entre-lugar* configura-se igualmente como um campo de liminaridade identitária, no qual se torna possível o trânsito contínuo entre polos distintos, favorecendo a constituição de formas de hibridismo cultural assentadas em relações de simetria.

Figura 5 - Vista ao fundo do marco fronteiro (*la línea*) entre Brasil e Venezuela.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

Ao cruzarem *la línea*, como é denominada a fronteira no lado venezuelano, os/as migrantes e refugiados/as adentram o território brasileiro e chegam à cidade de Pacaraima/RR. A segurança dessa área é realizada pelo Pelotão Especial de Fronteira, subordinado à 1ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada em Boa Vista/RR. O atendimento às pessoas venezuelanas ocorre no Posto de Recepção e Identificação, no qual se encontram representantes das Forças Armadas brasileiras e de órgãos e agências como a Polícia Federal (PF), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o ACNUR e a Organização Internacional para as Migrações (OIM). No local, a PF, como órgão responsável pelo controle migratório, solicita à pessoa em situação de deslocamento a declaração do motivo pelo qual está ingressando no país (turismo, solicitação de residência temporária ou refúgio). Apesar da declaração realizada, as pessoas recebem orientações das equipes do ACNUR nos casos de solicitação de refúgio e residência temporária, e da OIM, acerca dos direitos dos/as migrantes. Por sua vez, os/as profissionais vinculados/as à ANVISA conferem a situação vacinal de cada indivíduo. Não havendo registro de vacinação, é realizada a aplicação de uma dose do imunizante tríplice viral e de uma dose contra a febre amarela (Oliveira, 2018).

No Posto de Triagem de Pacaraima/RR, local para onde são encaminhados/as os/as venezuelanos/as que buscam autorização de residência temporária ou refúgio, os/as profissionais do ACNUR e da OIM realizam o registro dessas pessoas, a fim de identificar o abrigo mais apropriado para que sejam recepcionadas na própria cidade. As bagagens passam por verificação da Receita Federal. Também são emitidos os documentos necessários para o

estabelecimento de relações de trabalho, como a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e o Cadastro de Pessoa Física (CPF). Os/As venezuelanos/as que apresentam problemas de saúde são encaminhados/as ao Posto de Atendimento Avançado (PAA), uma estrutura médica de campanha que conta com médicos/as, dentistas, farmacêuticos/as e enfermeiros/as militares. O PAA dispõe de 20 leitos para internação de pacientes com doenças de baixa e média gravidade. Caso a capacidade do PAA esteja esgotada, os/as pacientes são direcionados/as ao Hospital de Pacaraima, que também conta com profissionais da saúde do Exército brasileiro. Aqueles/as que apresentam condições de saúde mais graves são encaminhados/as, com urgência, ao Hospital Geral de Roraima (HGR), em Boa Vista/RR (Oliveira, 2018).

No período em que realizamos o trabalho de campo, após a passagem pelo Posto de Triagem, os/as venezuelanos/as de origem indígena eram acolhidos/as no Abrigo Janakoida⁵⁵, em Pacaraima/RR, enquanto os/as venezuelanos/as não indígenas eram encaminhados/as ao Alojamento BV-8. Estes/as permaneciam nesses espaços até poderem se deslocar e serem alocados/as em abrigos da Operação Acolhida, na cidade de Boa Vista/RR, adequados ao seu perfil específico (indígena ou não indígena, exclusivos para homens ou mulheres, para famílias, ou em situação de passagem ou interiorização).

Diferentemente de outras áreas de fronteira, que podem apresentar maior dificuldade de acesso ou elevada densidade populacional, a região de divisa que separa o estado de Roraima, no Brasil, do estado Bolívar, na Venezuela, proporciona uma ligação direta, tornando-se a rota mais prática e, em muitos casos, a única opção para aqueles/as que buscam segurança e melhores condições de vida em solo brasileiro.

Nesse contexto, vale destacar o papel da rodovia BR-174 no deslocamento de pessoas entre os dois países, a qual pudemos percorrer durante a confecção da pesquisa, a fim de compreender melhor o trajeto realizado por venezuelanos/as. Ao desenvolvermos o estudo, constatamos que essa estrada constitui a principal ligação terrestre entre a fronteira venezuelana e a capital roraimense, Boa Vista/RR. A distância entre Santa Elena de Uairén e Boa Vista é de aproximadamente 230 km, e o trajeto é realizado, em grande parte, em linha reta, cortando a paisagem entre os municípios. Essa configuração se modifica na região próxima a Pacaraima, em razão da presença da Serra de Pacaraima em seu entorno e da sinuosidade da via, marcada por subidas e descidas que caracterizam esse trecho da estrada.

⁵⁵ Na língua Warao significa “Grande casa”.

Figura 6 - Vista da Serra de Pacaraima a partir da BR-174.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

Apesar de sua infraestrutura deficitária, no que se refere aos pontos de apoio aos/às viajantes (postos de combustível, por exemplo), à falta de acostamento em grande parte de sua extensão e à irregularidade do asfalto, ou até mesmo à sua ausência em determinado trecho, a rodovia possibilita o deslocamento de pessoas a pé, de ônibus ou de carro, o que transforma essa via no principal eixo de trânsito dos/as migrantes e refugiados/as. Ao atravessarem a fronteira, verifica-se que os/as venezuelanos/as tendem a se dirigir à cidade de Boa Vista/RR, por se tratar da maior cidade e do centro urbano com estruturas mais adequadas para a satisfação de suas necessidades. Acredita-se que ali estejam disponíveis serviços fundamentais, como saúde e habitação, por exemplo, e, sobretudo para muitos/as, a possibilidade de dar início aos procedimentos necessários à regularização documental e ao acesso a programas assistenciais.

Nesse sentido, Boa Vista/RR destaca-se, no contexto do estado de Roraima, como um centro aglutinador de iniciativas políticas e de serviços. Em função dessas características, a cidade, quando se considera o seu contexto de ocupação ao longo do tempo, abriga a maior parte da população do estado. Destarte, configura-se como um espaço marcado por contrastes e paradoxos, expondo a desigualdade socioespacial, especialmente quando se comparam diferentes regiões da capital roraimense (Oliveira, 2008; Veras, 2009).

Cabe destacar que, em termos históricos, o processo de desenvolvimento do principal centro urbano de Roraima, iniciado na década de 1970, teve como um de seus fatores cruciais a construção das rodovias federais BR-174, BR-401 e BR-210. Essas estradas promoveram a conexão da capital com diversas áreas do Brasil e com países vizinhos, como a Venezuela e a

Guiana (Cunha, 2016).

Boa Vista estabeleceu-se como um núcleo administrativo e um centro militar, contando com a estrutura governamental de entidades federais e destacamentos militares que se instalaram, predominantemente, a partir da década de 1970. Dessa forma, a cidade passou a abrigar estruturas tanto do Exército quanto da Força Aérea, o que resultou em uma movimentação constante de tropas e, por consequência, na expansão da área urbana (Silva, 2009). Contudo, foi na década de 1980 que se observou um aumento significativo da migração para Roraima, processo que, anos mais tarde, alteraria profundamente a dinâmica urbana da capital. Esse movimento migratório foi impulsionado pela atividade mineradora, popularmente conhecida como a “corrida do ouro” (Oliveira, 2008; Silva, 2009; Cunha, 2016).

De acordo com Jarochinski Silva, Villaça e Boson (2024, p. 11):

Além da ocupação militar, outro fator motivador de novos desenhos urbanos e tensionamentos foi o garimpo. Embora o garimpo de diamantes em Roraima existisse desde o final da década de 1930, seu auge foi marcado nos últimos anos da década de 1980 com destaque para a exploração de ouro, além de diamantes. Esse crescimento ocorreu especialmente durante a transição do status de território federal para estado, resultando no aumento das tensões entre indígenas e garimpeiros. A chegada em massa de garimpeiros a Roraima também teve impactos na organização espacial da capital, em grande parte incentivada pelas autoridades públicas. Prova desse apoio das autoridades é o Monumento ao Garimpeiro, localizado no centro da praça de onde irradiam as principais avenidas.

Figura 7 - Monumento ao garimpeiro.



Fonte: Arquivo pessoal (julho/2023).

A população de Boa Vista adapta-se a esses fluxos migratórios que fizeram parte de sua constituição, sendo relevante destacar que também há um componente internacional envolvido nesses movimentos, ou seja, o cruzamento de fronteiras. Nesse contexto, a migração que ocorre nas fronteiras mostra-se particularmente relevante, uma vez que Roraima se estabelece como um local de passagem e residência para pessoas em situação de mobilidade. Essa dinâmica manifesta-se cotidianamente, tanto nas cidades que fazem divisa quanto em Boa Vista, sobretudo por se tratar do maior centro urbano nas proximidades das regiões limítrofes entre Brasil, Venezuela e Guiana. Torna-se patente que o movimento de pessoas e mercadorias nas fronteiras do Brasil com a Venezuela e a Guiana constitui uma realidade constante (Rodrigues; Vasconcelos, 2012).

Com o crescente fluxo de migrantes e refugiados/as que chegavam a Boa Vista/RR, a cidade, que dispõe de infraestrutura e recursos limitados para lidar com um aumento populacional significativo e com demandas urgentes, passou a se deparar rapidamente com a sobrecarga em diversos setores, especialmente na área da saúde. Diante desse cenário, a cidade tornou-se o centro das iniciativas humanitárias no país.

Em Boa Vista, houve a criação de um Posto de Triagem para a oferta de uma variedade

de serviços aos/às migrantes e refugiados/as, incluindo a regularização de documentação, como CPF, CTPS, Protocolo de Refúgio e Residência Temporária. Além disso, o local está preparado para a atualização vacinal dos/as venezuelanos/as, dispõe de espaço lúdico para crianças, atendimento e proteção a mulheres, possibilidade de realização de ligações telefônicas para a Venezuela e um sistema de cadastro para interiorização, com a opção de entrevistas virtuais com diversas empresas brasileiras. No âmbito das ações voltadas ao enfrentamento do fluxo migratório, nas proximidades da Rodoviária Internacional, foram implantados um Posto de Informações, um guarda-volumes, um ponto de doação e uma área para pernoite com banheiros, destinada àqueles/as que aguardavam vagas nos abrigos disponíveis (Kanaan; Tássio; Sidmar, 2018).

No que diz respeito à paisagem urbana, a dinâmica migratória de venezuelanos/as acarretou um novo cenário para a cidade de Boa Vista, uma vez que, desde 2015, quase um milhão de pessoas ingressaram no Brasil pelas fronteiras do estado de Roraima, predominantemente por meio da fronteira de Pacaraima. A partir de 2017, com a intensificação do movimento migratório, Boa Vista/RR passou por transformações significativas. Praças e jardins públicos começaram a ser ocupados, dado que, num primeiro momento, não havia locais adequados para acolher essa população. Posteriormente, foram estruturadas as instalações dos abrigos da Operação Acolhida, com o objetivo de retirar essas pessoas da situação de rua (Jarochinski Silva; Villaça; Boson, 2024).

Para dimensionar os desafios ainda enfrentados na gestão desse fluxo migratório, o último levantamento publicado pela OIM (OIM, 2025b), no mês de abril, contabilizou 666 pessoas oriundas da Venezuela vivendo fora dos abrigos da Operação Acolhida na cidade de Boa Vista/RR. Essa contabilização considera as seis ocupações espontâneas formadas na cidade, tanto em espaços públicos (165 pessoas) quanto privados (132 pessoas), o Posto de Recepção e Apoio (PRA) (272 pessoas) e aquelas que se encontravam em situação de rua (97 pessoas).

Portanto, a posição geográfica do estado de Roraima e as condições de acesso à cidade de Boa Vista/RR, combinadas com a gravidade da crise vivenciada na Venezuela, alteraram significativamente o cenário socioeconômico e cultural da capital roraimense e transformaram a cidade em destino prioritário para muitos/as migrantes e refugiados/as. A elevada concentração de pessoas em deslocamento forçado acarretou desafios que exigiram, e ainda exigem, respostas institucionais. Como resultado, observou-se a criação da Operação Acolhida, iniciativa que, dentre outros aspectos, estabeleceu abrigos temporários com o intuito de oferecer assistência humanitária imediata e facilitar o processo de realocação dos/as migrantes e

refugiados/as que assim o desejarem para outras regiões do Brasil.

A escolha da cidade de Boa Vista/RR para o desenvolvimento do estudo justifica-se por esta concentrar o maior número de abrigos e de pessoas na condição de migrantes e/ou refugiados/as vivendo nesses espaços. Tal condição decorre da infraestrutura da cidade quando comparada à de outras localidades do estado, em especial à cidade fronteiriça de Pacaraima. Essa realidade ampliou as possibilidades de consecução dos objetivos da pesquisa.

Na sequência, serão apresentados detalhes sobre o contexto dos abrigos de acolhida temporária na cidade de Boa Vista para, posteriormente, tratarmos do espaço no qual a pesquisa foi desenvolvida. Esse momento anterior à descrição do abrigo mostra-se relevante, inclusive, para a compreensão do processo de constituição do *locus* da pesquisa.

4.5 O processo de criação dos abrigos em Boa Vista

Vimos que Boa Vista/RR se destaca por figurar como cenário das principais ações do governo brasileiro no contexto da Operação Acolhida. A existência de abrigos de acolhida emergencial na cidade deve ser compreendida em íntima relação com as ações dessa Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum), encabeçada pelo Exército brasileiro. O abrigamento constitui um de seus pilares, e a alocação dos/as migrantes e refugiados/as venezuelanos/as nos espaços de acolhida emergencial decorre da situação de elevada vulnerabilidade à qual estão expostos/as.

De acordo com Paiva e Gonçalves (2021), para além do trato com o elevado fluxo migratório, uma das primeiras ações dos/as militares no âmbito da Operação Acolhida esteve relacionada à retirada das pessoas em situação de rua dos espaços públicos da capital, como praças e o terminal rodoviário. Tal medida configura-se, na avaliação das autoras, como uma prática higienista e segregadora, voltada ao controle dessa população.

Vasconcelos e Santos (2022) ponderam que, na perspectiva dos/as militares brasileiros/as, a prioridade não era oferecer conforto à população venezuelana em deslocamento, mas, sobretudo, assegurar o bem-estar da população brasileira. É nesse sentido que a abordagem empreendida incluía a remoção dos/as venezuelanos/as dos espaços públicos da cidade (praças, ruas, calçadas, canteiros de avenidas, terrenos desocupados e edifícios em desuso), realocando-os/as em locais fechados, com horários e controle estabelecidos para entrada e saída.

Os abrigos construídos não constituem soluções definitivas, nem devem ser encarados

dessa forma. O funcionamento desses espaços configura-se como uma alternativa temporária e emergencial, acionada em contextos de situação crítica, visando restaurar a ordem pública local e mitigar o sofrimento das pessoas afetadas, assegurando o acesso a direitos humanos fundamentais. Trata-se de lugares que ofertam proteção, alimentação, itens essenciais de higiene e atendimento específico. Contudo, ao mesmo tempo, esses abrigos também desempenham um papel no acompanhamento e na regulação dos eventuais movimentos desses/as migrantes e refugiados/as no novo território (Jarochinski Silva; Villaça; Boson, 2024).

No que tange aos locais escolhidos para a construção dos abrigos, a decisão levou em consideração aspectos políticos, religiosos e ambientais. Segundo Alves (2020, p. 133):

Em função das 32 áreas de reservas indígenas presentes em Roraima, entre as quais Yanomami e a Raposa Terra do Sol, disputadas por empresas extrativistas de minério e madeira, as Forças Armadas e o governo federal, juntamente com as organizações internacionais, optaram por estabelecer os abrigos na própria cidade de Pacaraima e em Boa Vista, capital do Estado, onde se concentra a maior parte da infraestrutura e equipamentos públicos, bem como aeroporto e rodoviária que ajudam na articulação do programa de interiorização.

Os abrigos da Operação Acolhida na cidade de Boa Vista/RR destoam do que convencionalmente ocorre na instalação de espaços de acolhida emergencial em situações de crises humanitárias decorrentes da migração forçada em outras partes do mundo. Comumente, esses espaços são construídos em locais afastados dos centros urbanos, a fim de promover uma segregação explícita entre os/as que ali se encontram e o restante da população local, de modo que não sejam visíveis aos olhos da sociedade em geral. No caso da capital roraimense, as estruturas dos abrigos foram edificadas no próprio tecido urbano, o que poderia ser compreendido como um diferencial positivo e um elemento distintivo em relação ao que é praticado em campos de refugiados na Europa e no Oriente Médio, segundo Alves (2020). Contudo, o que se observa é que essas estruturas foram implantadas em áreas da cidade pouco valorizadas do ponto de vista social e econômico, o que, em nossa avaliação, permite caracterizá-las como uma forma de inclusão excludente.

A proteção desses locais é assegurada pelas Forças Armadas, alinhando a operação brasileira a uma tendência global que articula segurança e promoção de direitos humanos. O gerenciamento cotidiano desses espaços é de responsabilidade do ACNUR, que indica parceiros responsáveis pela implementação das atividades diárias. Muitas das estruturas são administradas por organizações não governamentais, que atuam em colaboração com outras instituições, igrejas e com as próprias Forças Armadas, a fim de oferecer apoio e proteção. A

presença militar confere aos abrigos características de ambientes fortemente regulados, com normas rigorosas, incluindo regras específicas para a permanência nesses espaços (Bines *et al.*, 2020).

Em dezembro de 2016, o ACNUR passou a oferecer abrigo aos/as venezuelanos/as em Roraima, inaugurando o abrigo Pintolândia, na capital do estado. Nesse espaço, havia migrantes e refugiados/as indígenas e não indígenas. Naquele período, o acolhimento das pessoas em deslocamento dependia, em grande medida, da atuação da sociedade civil roraimense, especialmente da Igreja Católica, bem como de organizações internacionais, como o ACNUR e a Fraternidade - Federação Humanitária Internacional (FFHI), que contribuíam para a oferta de abrigo e assistência. À época, as ações voltadas à acolhida dos/as venezuelanos/as eram incipientes, e os/as atores/atrizes envolvidos/as acreditavam tratar-se de um deslocamento passageiro (Jarochinski Silva, 2022).

No início de 2017, o ACNUR declarou que a situação em Roraima havia atingido um estado de emergência de nível 1⁵⁶, o que indicava um cenário potencial de agravamento para uma emergência humanitária, exigindo, assim, que a agência da ONU intensificasse seus esforços e adotasse medidas preventivas (Jarochinski Silva, 2022; UNHCR, 2023). Entretanto, um único abrigo mostrou-se insuficiente para atender ao elevado número de venezuelanos/as que se dirigiam ao estado da região Norte naquele período. Para lidar com o fluxo contínuo de pessoas em situação de deslocamento forçado, o ACNUR inaugurou três novos abrigos no segundo semestre daquele ano. O abrigo Tancredo Neves foi aberto em um ginásio na cidade de Boa Vista/RR, em outubro de 2017, passando a receber dois grupos distintos de migrantes e refugiados/as (Jarochinski Silva, 2022). O primeiro grupo chegou ao abrigo em 28 de outubro

⁵⁶ De acordo com as diretrizes do ACNUR contidas no documento *Policy on Emergency Preparedness and Response* (UNHCR, 2023), a definição de um nível de emergência fundamenta-se na avaliação das condições existentes e na capacidade de preparo e resposta de uma operação nacional. Os escritórios regionais do ACNUR e a Divisão de Emergência, Segurança e Suprimentos – DESS (*Division of Emergency, Security and Supply*, em inglês) sugerem a declaração de um nível de emergência de acordo com a magnitude, a complexidade e os impactos da situação humanitária em determinada localidade. O nível de emergência 1, denominado *Preparação proativa e resposta inicial*, é declarado quando uma ou mais operação(ões) em um país requer(em) o aumento da preparação e a implementação precoce de medidas, em razão do elevado risco de crise humanitária e/ou do início de uma resposta inicial, enquanto os recursos disponíveis para as intervenções no país se mostram insuficientes. O nível 2 de emergência, denominado *Apoio regional intensificado* (apoio reforçado da Divisão de Emergência), é declarado pelo ACNUR quando uma situação humanitária em rápida evolução e uma ou mais operações em um país apresentam deficiências consideráveis em recursos humanos e em conhecimento técnico, tornando necessário o suporte adicional do(s) escritório(s) regional(is) apropriado(s) para que a(s) operação(ões) seja(m) capaz(es) de responder de maneira adequada e desempenhar um papel efetivo de coordenação. Já o nível 3 de emergência, denominado *Resposta global do ACNUR*, contempla situações excepcionalmente graves, nas quais a magnitude, a velocidade, a complexidade e os impactos da crise ultrapassam consideravelmente as capacidades de resposta das operações no país e do(s) escritório(s) regional(is). Nesses casos, torna-se necessária uma ação abrangente de toda a instituição (ACNUR) para garantir que a assistência seja fornecida de forma eficaz e em larga escala, reduzindo o risco de falhas na entrega e na ampliação da resposta.

de 2017, sendo composto por venezuelanos/as que anteriormente estavam alojados/as na rodoviária local (Chaves; Oliveira, 2017). Em razão de conflitos entre venezuelanos/as indígenas e não indígenas abrigados/as no mesmo espaço, tornou-se necessária a separação desses grupos. O segundo grupo acolhido no abrigo Tancredo Neves era constituído por venezuelanos/as não indígenas que se encontravam no abrigo Pintolândia (Brandão; Oliveira, 2017). A partir de então, o abrigo Pintolândia passou a se dedicar exclusivamente à recepção de migrantes e refugiados/as indígenas (Jarochinski Silva, 2022)⁵⁷.

Paralelamente ao aumento expressivo da migração venezuelana e das ações de abrigo em Roraima, observou-se também um incremento no número de entidades assistenciais que passaram a atuar no estado ao final de 2017 (Jarochinski Silva, 2022). Até aquele momento, as iniciativas de acolhimento eram conduzidas por organizações não governamentais, em colaboração com autoridades locais e com o suporte do ACNUR, o que resultava em recursos bastante limitados diante de uma demanda em constante crescimento. Não havia habitações adequadas para todas as pessoas em situação de vulnerabilidade, e as instituições reconheciam a urgência de uma resposta mais rápida e integrada à problemática.

Em 2018, ocorre uma mudança significativa no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima, impulsionada pelo maior protagonismo das autoridades brasileiras e pela rápida expansão e reestruturação da estratégia de acolhida. No início daquele ano, o governo brasileiro passou a estabelecer diálogos com o ACNUR para alinhar as ações de assistência emergencial aos/as migrantes e refugiados/as venezuelanos/as. Em 15 de fevereiro de 2018, foi instituído pelo governo brasileiro o Comitê Federal de Assistência Emergencial (Brasil, 2018)⁵⁸, com o objetivo de organizar políticas de acolhimento para pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório, envolvendo esforços de diversos ministérios e promovendo o alinhamento entre as esferas federal, estadual e municipal (Jarochinski Silva, 2022). Em síntese, a criação dessa força-tarefa possibilitou ao governo brasileiro estabelecer uma estrutura de governança para a ação emergencial voltada ao acolhimento da população venezuelana no país.

É nesse contexto que surge a Operação Acolhida, com a implementação de um conjunto de ações sistematizadas voltadas à promoção de assistência humanitária no estado de

⁵⁷ No contexto desta pesquisa, cabe destacar que, na cidade fronteiriça de Pacaraima, em novembro de 2017, foi criado o abrigo Janokoida, com o objetivo de acolher venezuelanos/as indígenas que optaram por permanecer na região de fronteira entre o Brasil e a Venezuela (Jarochinski Silva, 2022).

⁵⁸ O decreto que instituiu o Comitê Federal de Assistência Emergencial foi revogado, e o dispositivo legal que o substituiu também foi posteriormente suprimido. Atualmente, vigora o Decreto nº 10.917, de 29 de dezembro de 2021, que estabelece as diretrizes relativas às competências, à composição, às reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como a outras disposições do referido Comitê, criado com vistas a embasar legalmente as ações do governo brasileiro voltadas ao acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária (Brasil, 2021).

Roraima, contando com a contribuição inicial de diferentes organizações, como o ACNUR. Na avaliação de Jarochinski Silva (2022, p. 49), a Operação Acolhida possibilitou a elevação “na capacidade de atendimento humanitário aos refugiados e migrantes venezuelanos, do ponto de vista qualitativo e, mais ainda, quantitativo, pois foi capaz de estabelecer novos parâmetros de acolhimento e novas medidas focadas no acesso a meios de vida e integração local”.

Assim, em fevereiro de 2018, teve início a Operação Acolhida nas cidades de Boa Vista/RR e Pacaraima/RR, marcando não apenas a federalização da resposta humanitária à migração venezuelana para o Brasil, mas também sua militarização. Como mencionado anteriormente, um dos pilares da Operação Acolhida é o abrigo, que se refere à gestão das atividades de acolhimento, incluindo não apenas a oferta de moradia, mas também alimentação, educação, assistência médica e proteção social para migrantes e refugiados/as.

Os abrigos utilizam as Unidades de Habitação para Refugiados (RHU - *Refugee Housing Units*, em inglês), fruto de uma colaboração entre o ACNUR, a empresa Better Shelter e a Ikea Foundation, as quais são projetadas com janelas adequadas para enfrentar as altas temperaturas de Roraima (ACNUR, 2019).

Figura 8 - Vista da parte externa de uma Unidade de Habitação para Refugiados.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

Figura 9 - Vista da parte interna de uma Unidade de Habitação para Refugiados.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

No início do processo de acolhida dos/as venezuelanos/as em Boa Vista/RR, os abrigos destinados a indígenas contavam com uma estrutura distinta, incluindo espaços de redário e a implementação de cozinhas comunitárias, buscando oferecer condições para que eles/as preparassem refeições culturalmente adequadas, fomentando, assim, a autonomia desses/as refugiados/as e migrantes (Carbonari; Librelotto, 2020; R4V, 2021; Carbonari *et al.*, 2024).

A federalização da resposta à crise humanitária em Roraima resultou na transferência da coordenação dos abrigos destinados aos/as migrantes e refugiados/as venezuelanos/as para a Operação Acolhida. Isso significou que, a partir daquele momento, a FT Log Hum do Exército passou a assumir a responsabilidade pela administração cotidiana dos abrigos, em colaboração com organizações parceiras. A Operação Acolhida intensificou-se em março de 2018, quando o número de abrigos na cidade de Boa Vista aumentou significativamente, triplicando com a inauguração dos abrigos Jardim Floresta, São Vicente, Latife Salomão, Nova Canaã, Santa Tereza, Rondon 1, Rondon 2 e Rondon 3. Esses espaços foram criados para atender ao crescente fluxo de migrantes, incluindo cerca de 900 migrantes e refugiados/as que se encontravam na Praça Simón Bolívar, em Boa Vista/RR (Jarochinski Silva, 2022; Chaves; Oliveira, 2017).

Figura 10 - Migrantes e refugiados/as na praça Simon Bolívar, em Boa Vista/RR.



Fonte: ACNUR (ONU Brasil, 2019) (fevereiro/2018).

Na mesma época, foi estabelecido um abrigo de trânsito em Pacaraima/RR, denominado BV-8 (Jarochinski Silva, 2022). Localizado na fronteira com Santa Elena de Uairén (Venezuela), o BV-8 era o único abrigo com tempo máximo definido para estada. A permanência nesse espaço destinava-se aos/as migrantes e refugiados/as que aguardavam documentação ou outro serviço disponível no Posto de Interiorização e Triagem (PITRIG), estavam em quarentena após a vacinação, aguardavam transferência para abrigos em Boa Vista/RR ou já haviam sido aprovados/as para o processo de interiorização. Posteriormente, em razão da superlotação de migrantes e refugiados/as nas ruas de Pacaraima/RR, as diretrizes de acolhimento foram ampliadas para incluir venezuelanos/as que não se enquadravam nas categorias anteriores, mas que se encontravam em situação de vulnerabilidade e/ou sem abrigo (ACNUR, 2020b; ACNUR, 2022a). Durante o ano de 2018, o ACNUR informou que a emergência humanitária em Roraima havia alcançado o nível 2, indicando que o aumento do fluxo migratório estava se intensificando rapidamente e demandando mais recursos do que aqueles disponíveis (Giannini; Figueira, 2024).

Em 2020, a pandemia da Covid-19 trouxe um novo obstáculo à situação humanitária. Nesse ano, foram inaugurados três abrigos em Boa Vista: o primeiro teve como objetivo oferecer um espaço seguro para migrantes e refugiados/as venezuelanos/as que já residiam na área em um assentamento espontâneo (ocupação de prédios públicos e privados) (ACNUR, 2020b; ACNUR, 2020c); o segundo acolheu venezuelanos/as que estavam no abrigo de trânsito BV-8, em Pacaraima/RR (ACNUR, 2021b; Jarochinski Silva, 2022); e o terceiro, denominado

Pricumã, foi destinado ao acolhimento de pessoas com algum tipo de deficiência ou com doenças graves (ACNUR, 2021c).

No início de 2021, o abrigo Jardim Floresta passou por uma reformulação para receber exclusivamente a população indígena. Dois grupos foram transferidos para essa instalação: um consistia no reassentamento de indígenas venezuelanos/as das etnias Warao e E'ñepa, oriundos/as do assentamento espontâneo Ka'Ubanoko; o outro veio do abrigo indígena Janokoida, em Pacaraima/RR, que já havia atingido sua capacidade máxima de abrigamento (ACNUR, 2021d; Jarochinski Silva, 2022; FFHI, 2021a). Os abrigos Nova Canaã e Tancredo Neves também passaram por reformulações, transformando-se em espaços destinados à acolhida de migrantes e refugiados/as indígenas (FFHI, 2021b; FFHI, 2021c).

A reformulação dos abrigos Jardim Floresta, Tancredo Neves e Nova Canaã integrou um esforço mais amplo, voltado à redistribuição específica da população indígena para instalações novas ou renovadas, com o objetivo de proporcionar condições de acomodação mais adequadas a esse grupo. Nesse contexto de reorganização, o abrigo Rondon 5 foi inaugurado para assumir a função de novo centro do processo de interiorização, anteriormente desempenhada pelo abrigo Rondon 2 (ACNUR, 2022b; AVSI Brasil, 2025).

A fase mais recente do processo de abrigamento da população migrante e refugiada oriunda da Venezuela compreendeu a transformação do abrigo Rondon 3 em um novo abrigo indígena, reaberto sob a denominação Waraotuma a Tuaranoko. As comunidades indígenas que residiam nos abrigos Nova Canaã, Tancredo Neves e Pintolândia foram transferidas, no início de 2022, para o abrigo Waraotuma a Tuaranoko, enquanto as organizações humanitárias e o Exército brasileiro encerraram suas atividades nesses locais (Jarochinski Silva, 2022).

Atualmente, no estado de Roraima, encontram-se em funcionamento sete abrigos. Em Boa Vista/RR, são eles: Janokoida Boa Vista, Rondon 1, Rondon 5, Waraotuma a Tuaranoko, Jardim Floresta e Pricumã. Na cidade de Pacaraima/RR, permanece ativo o Alojamento BV-8⁵⁹.

Após essa exposição acerca do processo de implementação dos abrigos na cidade de Boa Vista, na seção seguinte abordamos o processo de entrada no campo de pesquisa e das características do abrigo Waraotuma a Tuaranoko, local onde o trabalho de campo foi desenvolvido.

⁵⁹ A lista de abrigos atualmente em funcionamento no estado de Roraima, bem como as respectivas informações, tais como a quantidade de refugiados/as e migrantes abrigados/as e os perfis dos grupos que se encontram nesses espaços, pode ser consultada por meio da plataforma *Perfil dos abrigos em Roraima* (ACNUR, 2025a).

4.6 A entrada no campo de pesquisa

Nesta etapa da pesquisa (janeiro de 2024), o início do trabalho de campo ocorreu no dia 08/01/2024 e se estendeu até o dia 23/01/2024. Os três primeiros dias desse período foram destinados a uma inserção de campo em cada um dos abrigos selecionados, para os quais tínhamos autorização de ingresso. Assim, conforme proposto à autoridade brasileira responsável (SuFAI), a agenda foi cumprida da seguinte forma:

- Waraotuma a Tuaranoko (08/01/2024 - segunda-feira): abrigo indígena;
- Rondon 1 (09/01/2024 - terça-feira): abrigo não indígena;
- Pricumã (10/01/2024 - quarta-feira): abrigo não indígena.

Nas datas indicadas, permanecemos dois períodos (manhã e tarde), realizando observações iniciais sobre a dinâmica de cada um dos abrigos e buscando identificar possíveis atividades de lazer, ainda de maneira incipiente.

Esse primeiro momento de contato com os/as migrantes e refugiados/as venezuelanos/as, indígenas ou não, que viviam em cada um dos três espaços mencionados, aliado à compreensão ainda inicial da dinâmica dos abrigos, constituída a partir das observações realizadas, forneceu subsídios significativos para a tomada de decisão quanto ao local escolhido para o desenvolvimento do estudo. Desse modo, a partir do dia 11/01/2024 (quinta-feira), permaneceríamos em apenas um dos três abrigos até o dia 23/01/2024, sendo essa decisão comunicada aos/às profissionais responsáveis pela coordenação do respectivo abrigo.

Cabe ressaltar que cada um dos abrigos da Operação Acolhida é classificado de acordo com o perfil do grupo acolhido no espaço. Nesse sentido, esses abrigos são segmentados em: abrigos para homens solteiros; para famílias com filhos; para casais sem filhos; para mulheres e população LGBTQIA+; e para população indígena.

4.6.1 O abrigo Waraotuma a Tuaranoko⁶⁰

O levantamento das demandas e das preocupações externadas pelos/as administradores/as e pela comunidade residente nos abrigos resultou na decisão da SuFAI e da coordenação da Operação Acolhida de reestruturar esses espaços. O aumento significativo do contingente de pessoas em situação de deslocamento, a limitação das áreas residenciais e o

⁶⁰ Em Warao, a expressão significa “local de descanso para indígenas Warao”.

prolongamento do tempo de permanência dos/as migrantes e refugiados/as nos abrigos intensificaram alguns problemas, especialmente no que se refere ao acesso à água, ao saneamento e às condições de higiene, gerando a necessidade de reavaliar os locais de acolhimento. O processo de reorganização dos abrigos teve como objetivo assegurar que as pessoas deslocadas da Venezuela pudessem usufruir, no processo de acolhida, de condições adequadas para se instalarem nesses locais, uma vez que as estruturas anteriores, sobretudo no que diz respeito aos espaços destinados aos/às indígenas, não se mostravam suficientemente apropriadas para essa finalidade, mesmo após as intervenções realizadas em anos anteriores (ACNUR, 2022c).

No mês de abril de 2022, a Operação Acolhida encerrou suas atividades no abrigo Pintolândia. A opção oferecida aos/às residentes foi a transferência para o abrigo Rondon 3, que também passaria a acolher migrantes e refugiados/as indígenas provenientes dos abrigos Nova Canaã e Tancredo Neves, tornando-se o maior abrigo indígena da América Latina, com capacidade para 1.500 pessoas. No dia 25 de março de 2022, o abrigo Rondon 3 teve seu nome alterado pela própria comunidade abrigada, passando a se chamar Waraotuma a Tuaranoko. Essa mudança na organização dos abrigos resultou na concentração de pessoas oriundas de três diferentes espaços de abrigamento indígena em um único local. Além do abrigo Waraotuma a Tuaranoko, a Operação Acolhida passou a operar apenas outros dois abrigos indígenas: o Jardim Floresta, localizado na cidade de Boa Vista/RR, e o Janokoida, em Pacaraima/RR, com capacidades para 460 e 400 pessoas, respectivamente (Sibahy, 2022; Giannini; Figueira, 2024).

O abrigo Waraotuma a Tuaranoko, local onde desenvolvemos a pesquisa, é compreendido como um campo de refugiados híbrido na avaliação de Machado e Vasconcellos (2022). Segundo o autor e a autora, a adoção de uma governança de caráter militar no trato da questão dos/as migrantes e refugiados/as em Roraima demonstra uma alteração na política brasileira relacionada ao tema, sugerindo uma aproximação com o sistema de campos de refugiados utilizado em outras partes do mundo. Embora os abrigos existentes no estado não se configurem como campos de refugiados no sentido estrito, é possível identificar diversas semelhanças apontadas por autores/as que se debruçam sobre essa temática, revelando a conformação de um modelo híbrido de acolhimento sob administração militar em território brasileiro.

A denominação desse modelo como híbrido justifica-se em virtude de que os abrigos não apresentam todas as características típicas de um campo de refugiados/as, mas compartilham algumas semelhanças estruturais, dentre as quais se destacam: a exclusão dos/as migrantes e refugiados/as do ambiente urbano; o rigoroso controle de entrada e saída de

peessoas, com tentativas de limitar o tempo de permanência fora dos limites do abrigo; a vigilância militar constante; e a condição de marginalização dos/as residentes em relação à sociedade roraimense, que tende a perceber esses espaços como exceções (Machado; Vasconcellos, 2022).

Ademais, os abrigos apresentam características específicas que conferem singularidades ao modelo implementado no Brasil. Possuem menor escala quando comparados aos campos tradicionais, uma vez que há uma estratégia de dispersão em áreas periféricas da cidade; não apresentam uma separação absolutamente rígida em relação ao entorno urbano; e são concebidos para funcionar como espaços de transição, dado que os/as residentes aguardam o processo de interiorização (Machado; Vasconcellos, 2022). Em suma:

O que define o hibridismo desse modelo de campo de refugiados é o fato de não se admitir como tal (são apenas abrigos, do ponto de vista militar) e de se integrar estruturalmente ao programa de interiorização e, por fim, à eventual movimentação de imigrantes entre diferentes abrigos. Assim, a ambiguidade que envolve os campos de refugiados (Turner, 2016) é mais acentuada no campo de refugiados híbrido. É mais difícil distingui-los da cidade; o movimento das pessoas é mais fluido do que nos campos de refugiados tradicionais, que reconhecem uma situação de exceção, mas não a nomeiam, e, formalmente, fazem parte de um programa social de interiorização, mas muitos dos abrigos estão assumindo a perenidade usual dos campos de refugiados (Machado; Vasconcellos, 2022, p. 1221, tradução nossa).

O espaço é coordenado pela Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI)⁶¹ Brasil e gerido pelo MDS. Atualmente, abriga um total de 1.302 pessoas, sendo 1.141 indígenas venezuelanos/as migrantes e refugiados/as⁶², organizados/as em 374 grupos familiares. Do total, 508 são crianças em idade escolar (4 a 17 anos), 36 são pessoas idosas (com mais de 60 anos) chefes de família e 14 são pessoas com deficiência. No abrigo, encontram-se ainda 29 crianças separadas de suas famílias e 5 crianças não acompanhadas. Ao todo, vivem no espaço 1.040 pessoas indígenas⁶³ venezuelanas migrantes e refugiadas. Convivem no espaço do abrigo representantes de quatro povos indígenas: Warao, Pemón⁶⁴,

⁶¹ A Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI) Brasil é um ramo de sua instituição italiana de origem, atua na gestão do abrigo Waraotuma a Tuaranoko e tem o ACNUR como agente financiador. Além disso, a AVSI Brasil não atua apenas na administração desse abrigo, mas também na gestão de outros espaços de acolhida na cidade de Boa Vista/RR.

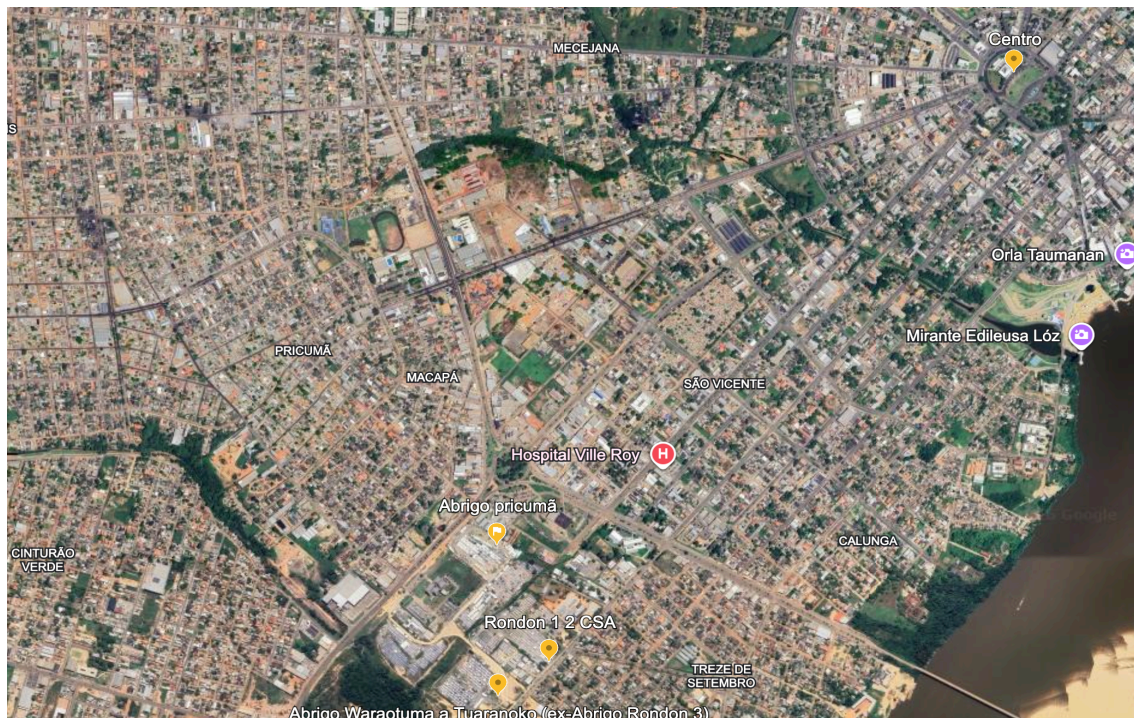
⁶² Os dados mencionados nesta parte do trabalho foram atualizados em 17/09/2025.

⁶³ A diferença observada entre o número total de pessoas residentes no abrigo e a quantidade de pessoas indígenas deve-se à presença dos chamados *criollos*. Esse termo é utilizado para se referir às pessoas não indígenas. Durante a realização da pesquisa, identificamos, por exemplo, pessoas não indígenas casadas com indígenas que residiam no abrigo, o que explica a diferença observada em termos numéricos.

⁶⁴ No Brasil, são conhecidos/as como Taurepang, mas, na Venezuela, autodesignam-se Pemón.

Kariña e E'ñepa.

Figura 11 - Mapa com a localização dos abrigos.



Fonte: Elaboração própria a partir da ferramenta My Maps (outubro/2025).

Figura 12 - Vista da entrada pedestre do abrigo Waraotuma a Tuaranoko.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

O local também conta com algumas estruturas diferenciadas em relação aos demais abrigos visitados na cidade de Boa Vista/RR (Pricumã e Rondon 1), as quais têm por objetivo

atender minimamente às variadas necessidades da população indígena. Os/As migrantes e refugiados/as venezuelanos/as que vivem no abrigo estão distribuídos/as em 150 *carpas*, denominação utilizada cotidianamente para designar as unidades habitacionais.

No que se refere às habitações, diversas unidades eram duplas e equipadas com exaustores para melhorar a ventilação, tendo em vista as elevadas temperaturas registradas na cidade de Boa Vista/RR ao longo de todo o ano.

Figura 13 - Vista das unidades habitacionais duplas com exaustores.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

O abrigo possui o chão revestido com brita, com o objetivo de atenuar os impactos dos alagamentos causados pelas fortes chuvas que atingem a cidade de Boa Vista/RR, sobretudo entre os meses de abril e setembro, com maior volume registrado no mês de junho, tendo em vista tratar-se de uma área inserida na região amazônica e seu regime pluviométrico característico.

Figura 14 - Britas/pedriscos que cobrem o chão do abrigo.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

O fornecimento de água e os serviços de saneamento são executados pela companhia responsável pelo setor no estado de Roraima, sendo a verificação do processo de abastecimento e a realização de eventuais manutenções conduzidas em colaboração com oficiais do Exército brasileiro atuantes na Operação Acolhida. Há uma caixa d'água de maior capacidade de armazenamento alocada em uma estrutura suspensa, bem como outros reservatórios menores distribuídos nos locais onde se encontram os banheiros e a área destinada aos tanques para lavagem de roupas. As instalações sanitárias funcionam em contêineres separados, destinados a homens e mulheres. Além disso, há um contêiner exclusivo para funcionários/as, utilizado como instalação sanitária.

Figura 15 - Vista de um dos banheiros e da área de lavagem de roupas.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

No fundo do abrigo, encontra-se um espaço aberto utilizado pelos/as migrantes e refugiados/as venezuelanos/as indígenas para secar suas roupas por meio de varais improvisados. O local apresenta boa ventilação e incidência de sol. Contudo, vale destacar que muitas pessoas preferem instalar varais em áreas próximas às suas respectivas unidades habitacionais.

Figura 16 - Área improvisada para secagem de roupas.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

O abrigo conta com quadras de areia utilizadas por crianças, jovens e adultos para a prática de atividades esportivas, bem como de jogos e brincadeiras.

Figura 17 - Quadras de areia.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

Um espaço com brinquedos destinados às crianças e bancos para que os/as migrantes e refugiados/as possam sentar-se também compõe a paisagem do abrigo. Além de possibilitar as brincadeiras infantis, o local funciona como um espaço de convivência.

Figura 18 - Espaço com brinquedos para as crianças.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

O preparo da própria comida faz parte da rotina de muitos/as venezuelanos/as indígenas e constitui uma de suas práticas culturais, o que exigiu a disponibilização de fogões a lenha localizados em estruturas cobertas por telhas. Durante o período de inserção no abrigo, outras unidades encontravam-se em processo de construção, com o objetivo de atender a um maior número de pessoas para a cocção dos alimentos.

Figura 19 - Espaço com fogões a lenha.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

O abrigo tem sua área delimitada por tapumes metálicos com concertina, visando promover maior segurança e privacidade para os/as indígenas migrantes e refugiados/as. Há monitoramento por câmeras na entrada, as quais também cobrem a área externa em frente ao abrigo.

Figura 20 - Tapumes utilizados para delimitar a área do abrigo.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

O fluxo de entrada e saída dos/as residentes era supervisionado por profissionais controladores de acesso, contratados por uma empresa terceirizada. O espaço é coberto por uma tenda piramidal, com o objetivo de evitar a incidência direta da luz solar e oferecer proteção contra a chuva.

Figura 21 - Vista da portaria de acesso.

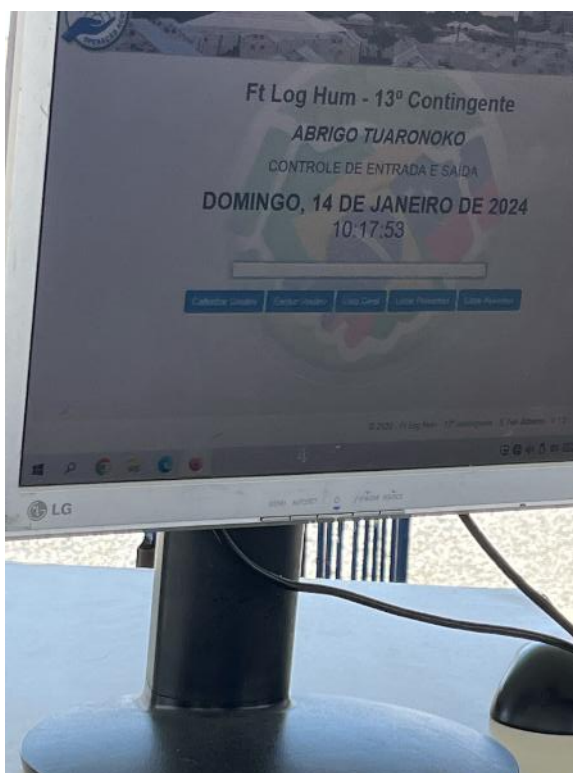


Fonte: Gonzálo (refugiado) (janeiro/2024).

Havia a orientação de que o ingresso e a saída do espaço do abrigo fossem autorizados

mediante a apresentação obrigatória do cartão de identificação confeccionado para cada migrante e refugiado/a. Essa diretriz era de conhecimento dos/as venezuelanos/as que se encontravam no espaço, assim como nos demais abrigos. A entrada era permitida até às 22 horas, com exceções aplicadas aos casos de venezuelanos/as que comprovadamente chegavam após o horário estabelecido em virtude de atividade laboral.

Figura 22 - Foto da tela do programa de controle de entrada e saída do abrigo.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

Nesse mesmo espaço da portaria de acesso pedestre, encontram-se contêineres utilizados como escritórios da organização parceira do ACNUR na gestão do abrigo, bem como de membros do Exército brasileiro que atuam no local no âmbito das atividades da Operação Acolhida, de modo que a área funciona como setor administrativo.

Próximo à portaria de acesso pedestre, há uma tenda do ACNUR, que funciona como uma espécie de galpão, na qual são armazenados materiais e produtos destinados à distribuição aos/às migrantes e refugiados/as.

Figura 23 - Tenda do ACNUR.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

Além da portaria principal de acesso pedestre, existe outro acesso ao abrigo por meio de um portão localizado na avenida lateral, que possibilita a entrada de veículos. Por esse ponto de acesso ingressam os/as profissionais que atuam no espaço e se deslocam de carro, bem como veículos do Exército, caminhões destinados à retirada de resíduos e à entrega de produtos diversos. Próximo a essa entrada, encontram-se lixeiras destinadas ao descarte dos resíduos sólidos gerados no cotidiano do abrigo.

Figura 24 - Portaria de acesso de veículos.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

Um contêiner e uma tenda permanentes são destinados ao trabalho das pessoas vinculadas ao Instituto Pirilampos⁶⁵. O grupo realiza trabalho voluntário e envida esforços no processo de integração entre educação e proteção de crianças e adolescentes no contexto dos abrigos da Operação Acolhida na cidade de Boa Vista/RR.

⁶⁵ O Instituto Pirilampos, fundado em março de 2007, é uma organização que atua na promoção dos direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social em Roraima. Iniciou suas atividades com ações voluntárias de caráter lúdico-pedagógico em abrigos, hospitais, comunidades rurais e indígenas, utilizando a linguagem do palhaço como ferramenta de intervenção social. Reconhecido pelo impacto de seus projetos, estabeleceu parcerias com organizações nacionais, internacionais e agências da ONU, destacando-se sua atuação como parceiro implementador do UNICEF (United Nations Children's Fund) na Operação Acolhida, em Boa Vista. Nesse contexto, desenvolve ações voltadas à integração entre educação e proteção, incluindo oficinas de educação não formal, letramento bilíngue e apoio à reintegração escolar de crianças e adolescentes (Instituto Pirilampos, 2024).

Figura 25 - Espaço para atendimento dos/as profissionais do Instituto Pirilampos.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

A dinâmica da vida cotidiana dos/as indígenas venezuelanos/as que vivem no abrigo de acolhida emergencial é intensamente controlada, com horários e normas estabelecidos para as diversas atividades desenvolvidas. O desjejum era servido às 7 horas da manhã, o almoço por volta do meio-dia e o jantar às 18 horas, no horário local. As refeições eram realizadas no refeitório, espaço denominado pelos/as venezuelanos/as como *comedouro*. O local é coberto por tendas piramidais, possui piso de cimento, grades para a organização das filas de retirada dos alimentos e diversas mesas e bancos retangulares utilizados pelos/as migrantes e refugiados/as para acomodação durante as refeições.

Figura 26 - Vista do refeitório.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

A limpeza e a organização do espaço eram realizadas pelos/as próprios/as beneficiários/as⁶⁶ que, organizados/as em equipes e sob a supervisão do *aidamo*⁶⁷ e de militares, auxiliavam na dinâmica diária das atividades relacionadas à alimentação de seus/suas *paisanos/as*⁶⁸.

⁶⁶ Expressão utilizada pelos/as profissionais da organização responsável pela gestão do abrigo.

⁶⁷ Na língua Warao, *aidamo* significa liderança. No contexto migratório para o território brasileiro, a expressão passou a designar as pessoas indígenas, líderes em sua própria etnia ou indicados/as pelos demais abrigados/as, que faziam a interlocução com os/as responsáveis pela gestão dos abrigos.

⁶⁸ Trata-se de uma expressão utilizada pelos/as venezuelanos/as para se referir aos/às seus/suas compatriotas.

Figura 27 - Distribuição de refeição.



Fonte: Milagros (refugiada) (janeiro/2024).

Em alguns pontos do abrigo, encontram-se distribuídas estruturas destinadas ao carregamento de celulares e de outros equipamentos eletrônicos. Tratam-se de suportes de madeira com múltiplas tomadas, que funcionam como fontes de alimentação de energia para os dispositivos. Os/As indígenas venezuelanos/as permanecem próximos/as aos seus equipamentos durante todo o período de carregamento.

Figura 28 - Ponto de fonte de energia.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

O abrigo conta com sinal de Wi-Fi gratuito fornecido pelo ACNUR, que pode ser acessado por qualquer pessoa, desde que aceite os termos e condições de uso.

Figura 29 - Tela de autenticação da rede wi-fi do abrigo.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

4.7 Os/As participantes da pesquisa

Conforme indicado anteriormente, cada um dos espaços de acolhida emergencial possui características distintas, em função dos perfis dos/as migrantes e refugiados/as que neles se encontram. Nesse sentido, optamos por desenvolver o estudo no abrigo Waraotuma a Tuaranoko por se tratar de um espaço que acolhe migrantes e refugiados/as indígenas venezuelanos/as. As populações indígenas na Venezuela, assim como no Brasil, enfrentam cotidianamente óbices à sua existência há muito tempo, a exemplo dos violentos processos de colonização ocorridos em diferentes países da América Latina, cujos efeitos ainda hoje se fazem presentes. Soma-se a isso a condição de migrantes e refugiados/as oriundos/as de outro país, o que torna a realidade dessas pessoas ainda mais marcada por agruras. Trata-se de indivíduos que possuem inscritos em seus corpos uma maior incidência de *marcadores sociais da diferença* (Brah, 2006).

A noção de marcadores sociais da diferença refere-se à forma como distintos pertencimentos sociais de uma pessoa se articulam e produzem posicionamentos sociais diferenciados, a depender dos diversos graus de envolvimento na participação da vida em sociedade. Esses marcadores, em suas múltiplas combinações, posicionam os indivíduos de maneira desigual, incorporando as diferenças em uma dinâmica complexa de hierarquias que, em determinadas circunstâncias, podem favorecer o surgimento de desigualdades significativas.

Essas múltiplas interfaces que os marcadores sociais da diferença podem assumir em determinados contextos ou momentos da sociedade conduzem à mobilização do conceito de interseccionalidade. Para Collins e Bilge (2021, p. 15-16):

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Essa definição aborda a essência da interseccionalidade, ou seja, em uma sociedade específica e em determinado momento histórico, as dinâmicas de poder relacionadas à raça, à

classe, à etnia, ao gênero, entre outras, não se apresentam como elementos separados ou mutuamente excludentes. Ao contrário, essas categorias se entrelaçam e operam de forma integrada. Ademais, embora frequentemente não sejam percebidas de maneira explícita, tais relações de poder interseccionais influenciam todos os aspectos da vida social das pessoas (Collins; Bilge, 2021), inclusive no maior ou menor grau de possibilidade de engajamento em atividades de lazer.

Portanto, ao optar por uma abordagem de natureza interseccional, buscamos compreender a realidade não apenas a partir de uma única categoria isolada, mas considerando como gênero, raça, classe, etnia, entre outras, se articulam em diferentes contextos, resultando em situações de igualdade ou desigualdade. Dessa forma, o centro do debate não se circunscreve à soma ou subtração dos marcadores sociais da diferença, mas à maneira como estes se articulam no processo de produção das diferenciações e aos impactos que acarretam na vida das pessoas.

Para além dos marcadores e pertencimentos em si, faz-se necessário observá-los tal como se manifestam em diferentes contextos sociais. Assim, entendemos ser fundamental compreender como esses marcadores se interseccionam e reproduzem, cotidianamente, desigualdades estruturais de acesso às experiências de lazer no contexto de indígenas refugiados/as.

Na sequência, apresenta-se um quadro descritivo no qual constam informações sobre os/as participantes do estudo, fornecidas por eles/as próprios/as durante a realização das entrevistas:

Quadro 3: Quadro descritivo das/os participantes do estudo.

Nome fictício	Idade	Etnia	Tempo no abrigo
Amílcar	18 anos	Pemón	3 meses
Aníbal	49 anos	Pemón	1 ano
Carlos	52 anos	Pemón	6 meses
Cristina	57 anos	Warao	1 ano
Francisco	30 anos	Pemón	1 ano e 6 meses
Gonzalo	58 anos	Pemón	8 meses
Juan	58 anos	Warao	4 anos ⁶⁹

⁶⁹ Cabe fazer uma ressalva em relação à informação fornecida por Juan, uma vez que o abrigo Waraotuma a Tuaranoko iniciou seu funcionamento no mês de março de 2022. Dessa forma, não seria possível que o entrevistado estivesse residindo há quatro anos no referido abrigo. Nesse caso, ele considera o período de permanência no abrigo Waraotuma a Tuaranoko somado ao tempo em que residiu no abrigo Pintolândia. Portanto, Juan é um dos/as indígenas que se encontra no espaço desde o início de seu funcionamento, local no qual desenvolvemos a pesquisa.

Julio	44 anos	Pemón	4 meses
Leonel	36 anos	Pemón	1 ano
Milagros	38 anos	Pemón	7 meses

Fonte: Elaboração do próprio autor.

O intento, neste momento, é apenas apresentar dados gerais acerca das características das pessoas entrevistadas na pesquisa. No próximo capítulo, no qual será realizada a análise dos dados, serão apresentados maiores detalhes sobre as trajetórias de vida e os motivos que levaram os/as participantes a deixar a Venezuela em direção ao Brasil.

4.8 Descrição dos procedimentos metodológicos

4.8.1 As entrevistas

No contexto desta pesquisa, utilizamos a entrevista denominada semiestruturada. Negrine (2010, p. 76) define esse tipo de entrevista como um instrumento para a obtenção de informações a partir de questões concretas “[...] previamente definidas pelo pesquisador e, ao mesmo tempo, permite que se realizem explorações não previstas, oferecendo liberdade ao entrevistado para dissertar sobre o tema ou abordar aspectos que sejam relevantes sobre o que pensa”. A possibilidade de intervenção por parte do/a pesquisador/a durante a condução da entrevista, segundo Triviños (2010), proporciona um vasto campo de interrogativas resultantes de novas ideias que surgem à medida que as respostas são obtidas. Dessa forma, o/a entrevistado/a, ao seguir naturalmente o fluxo de seus próprios pensamentos e vivências dentro do tema central proposto pelo/a pesquisador/a, passa a contribuir ativamente para a construção do conteúdo da investigação.

Na avaliação de Triviños (2010), trata-se de um dos principais meios de que o/a pesquisador/a pode lançar mão para a coleta de dados. Isso porque, segundo o autor, concomitantemente à valorização do papel do/a pesquisador/a, a entrevista semiestruturada oferece diversas oportunidades para que o/a colaborador/a alcance a liberdade e a espontaneidade indispensáveis, promovendo, assim, o enriquecimento da pesquisa. O autor acrescenta, ainda, que a entrevista semiestruturada não apenas possibilita a descrição do fenômeno social investigado, como também favorece uma compreensão mais ampliada desse fenômeno.

No que concerne à entrevista semiestruturada, os/as pesquisadores/as têm se dedicado à elaboração de roteiros de perguntas consideradas básicas para o tema em análise (Manzini, 2003; Triviños, 2010). Triviños (2010, p. 146) esclarece, a fim de evitar equívocos quanto às questões centrais da entrevista semiestruturada, que estas não nascem *a priori*, mas são “[...] resultado não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa [...]”.

O presente estudo apresentou um aspecto particular durante o delineamento do roteiro de perguntas a serem realizadas aos/às colaboradores/as. Inicialmente, antes da inserção em campo, nas questões relacionadas ao lazer, o termo em espanhol utilizado no roteiro previamente definido para se referir a essa prática social era *ocio*. Contudo, a partir das relações estabelecidas e do interesse demonstrado pelas pessoas em conhecer mais sobre o estudo em desenvolvimento, percebeu-se que a expressão utilizada não era adequada. Havia muitas dúvidas quanto ao seu emprego e, sobretudo, quanto ao seu significado. Não seria possível prosseguir com um roteiro que utilizasse a expressão *ocio* sem comprometer a compreensão dos/as colaboradores/as e, conseqüentemente, o próprio objetivo central da pesquisa. Em uma conversa com um dos entrevistados, este avaliou que o termo em questão era excessivamente técnico e sugeriu o uso da expressão *tiempo libre*, a qual, após avaliação, foi acolhida.

No processo de revisão da literatura acerca da temática central desta tese, identificamos situação semelhante no estudo desenvolvido por Murad e Versey (2020). As autoras, ao descreverem os procedimentos utilizados na realização de entrevistas semiestruturadas com homens e mulheres refugiados/as sírios/as e iraquianos/as sobre integração à nova comunidade e experiências no tempo livre, destacaram o cuidado adotado na elaboração do roteiro e na tradução de termos técnicos. O termo “integração”, por exemplo, não possui tradução direta para o árabe e, por isso, as perguntas foram formuladas a partir de expressões alternativas, como “mistura” ou “pertencimento”.

De acordo com Manzini (2003), é viável planejar a coleta de dados por meio da elaboração de um conjunto de perguntas que focalize os objetivos pretendidos. Esse conjunto não apenas auxilia na obtenção das informações essenciais, como também funciona como um instrumento de apoio para que o/a pesquisador/a se organize durante a interação com o/a entrevistado/a.

Com base no referencial teórico adotado para o estudo, bem como em seus objetivos, o roteiro da entrevista semiestruturada contemplou as seguintes perguntas:

- 1) Fale sobre sua trajetória de vida, desde sua infância até a atualidade. [Habla sobre tu

trayectoria de vida, desde tu infancia hasta la actualidad.]

2) Descreva sua motivação, necessidade, experiência no processo de refugiar-se no Brasil.

[Describa su motivación, necesidad, experiencia en el proceso de refugio en Brasil]

3) O que é o tempo livre para Você? [¿Qué es para ti el tiempo libre?]

4) Como tem vivenciado o tempo livre no abrigo apoiado pela ACNUR na cidade de Boa Vista/RR? [¿Cómo vive el tiempo libre en el abrigo apoyado por ACNUR en la ciudad de Boa Vista/RR?]

5) Quer acrescentar algo? [¿Quieres añadir algo?]

As entrevistas foram registradas por meio de um aparelho celular, com o uso de aplicativo de gravação de voz. Após as gravações, os arquivos de áudio foram armazenados na internet, por meio de servidores remotos. O processo de transcrição foi realizado respeitando-se a fala e o idioma original do/a entrevistado/a e, posteriormente, procedeu-se à tradução para o português (exemplo de entrevista transcrita encontra-se no Apêndice 4). Os nomes utilizados para identificar os/as participantes são fictícios e foram atribuídos pelo pesquisador que esteve em campo, tendo em vista que, em todos os casos, as entrevistas foram realizadas com pessoas cujo status migratório é o de refugiado/a. Para além dos compromissos éticos assumidos desde a submissão do projeto de pesquisa, a garantia do anonimato constitui também uma estratégia de salvaguarda da integridade dos/as entrevistados/as, considerando que essas pessoas deixaram o território venezuelano de forma forçada, em razão de violações de diferentes ordens. Todas as entrevistas foram realizadas somente após a assinatura do TCLE por parte do/a participante.

No desenvolvimento da pesquisa, foram entrevistadas dez pessoas indígenas adultas (maiores de dezoito anos), oriundas da Venezuela, pertencentes aos povos Warao e Pemón, que viviam há mais de trinta dias no abrigo de acolhida emergencial Waraotuma a Tuaranoko. O critério temporal adotado buscou contemplar colaboradores/as que já estivessem ambientados/as ao contexto do abrigo, de modo que tivessem vivenciado o processo inicial de adaptação ao espaço, às rotinas e aos seus regimentos. O período estabelecido foi considerado suficiente para o contato dos/as indígenas entrevistados/as com a equipe do abrigo, com outros/as residentes e com os serviços disponíveis na dinâmica cotidiana, possibilitando o acesso às suas percepções acerca das relações sociais estabelecidas no contexto local.

Considerar esse período representou a valorização de experiências que se consolidaram ao longo do tempo no contexto do abrigo, evitando a inclusão de relatos excessivamente marcados pela transitoriedade e pela incerteza inicial decorrentes da chegada a outro país. Assim, entende-se que o lapso temporal adotado foi pertinente, uma vez que se

buscou obter narrativas que extrapolassem as primeiras impressões e contemplassem experiências mais elaboradas acerca do lazer naquele espaço.

O quantitativo de pessoas entrevistadas por gênero não constituiu um critério estabelecido *a priori*. Dos/as dez indígenas venezuelanos/as refugiados/as que colaboraram com a pesquisa por meio de entrevistas semiestruturadas, duas eram mulheres e oito eram homens. Embora houvesse, inicialmente, a intenção do pesquisador em campo de buscar maior equilíbrio quantitativo entre representantes dos gêneros feminino e masculino, tal objetivo não pôde ser plenamente alcançado em função da dinâmica das relações estabelecidas durante o trabalho de campo. As mulheres mostraram-se mais reservadas nos contatos iniciais, o que dificultou a construção de vínculos que justificassem a solicitação de entrevista. A idade dos/as colaboradores/as e ao grupo a que pertenciam também não se configuraram como critérios formais rígidos que levassem a uma participação equânime.

Cabe registrar que, durante o período de realização da pesquisa, algumas dessas pessoas atuaram como *mediadoras* (Boehs *et al.*, 2018). Segundo Boehs *et al.* (2018, p. 2), “[...] mediador é uma pessoa que, por sua posição formal ou informal e por suas relações sociais, pode facilitar o contato entre pesquisador e potenciais informantes”. Esse conceito assume relevância particular nesta tese, em razão da dinâmica pela qual as relações com os/as participantes foram se constituindo. Inicialmente, dois participantes foram fundamentais para que outras pessoas fossem indicadas e pudessem colaborar com o estudo por meio das entrevistas. Um deles era *aidamo* do povo Warao, que facilitou o contato com sua esposa para a concessão da entrevista, além de possibilitar maior aproximação do pesquisador em campo com as atividades cotidianas do abrigo. O outro participante, pertencente ao povo Pemón, em virtude do trabalho que desenvolvia no contexto do abrigo e do reconhecimento por parte dos/as demais migrantes e refugiados/as, contribuiu para a aproximação com outros/as colaboradores/as. Desse modo, foi constituída uma rede de contatos formada por familiares dos/as entrevistados/as, por pessoas conhecidas desses dois colaboradores, bem como pelos vínculos estabelecidos diretamente pelo pesquisador em campo.

Cabe ressaltar, ainda, conforme a perspectiva apresentada por Minayo (2014), que, em pesquisas qualitativas, o critério adotado não é numérico, embora seja necessário justificar a delimitação do número de pessoas entrevistadas, bem como a dimensão e a delimitação do espaço investigado. Nesse sentido, uma amostra considerada adequada é aquela capaz de expressar as diferentes facetas do objeto de estudo.

Nessa direção, recorreu-se à discussão sobre o conceito de saturação proposta por Saunders *et al.* (2018) para fundamentar a realização de dez entrevistas com indígenas

venezuelanos/as refugiados/as. Segundo os/as autores/as, a saturação constitui um princípio metodológico central na pesquisa qualitativa e indica o momento em que a coleta e/ou a análise de dados pode ser interrompida. Para tanto, destacam que a saturação deve ser operacionalizada de forma coerente com as questões de pesquisa e com o referencial teórico adotado, além de observar limites que não comprometam sua relevância.

Entende-se que, embora o termo saturação possa assumir uma conotação negativa, ele se relaciona diretamente com as experiências prévias dos/as pesquisadores/as e com o modo como compreendem o processo investigativo e o fenômeno a ser analisado. Assim, o/a pesquisador/a que observa atentamente o fenômeno em estudo alcança um ponto em que a categorização se torna recorrente. Nesse sentido, adotou-se o modelo de *saturação de dados* entendido como identificação de redundâncias, isto é, quando novos dados deixam de acrescentar informações substantivas. Tal aspecto foi considerado ao longo do processo de realização das entrevistas semiestruturadas.

4.8.2. As observações e os registros em diários de campo

No decorrer da pesquisa, lançamos mão da observação como um dos instrumentos de coleta de dados. Na contramão do que por vezes se pensa em relação a esse instrumento, do ponto de vista da pesquisa qualitativa, a aproximação estabelecida com os/as participantes em seus respectivos espaços sociais constitui um elemento salutar para o desenvolvimento do estudo.

De acordo com Ludke e André (2018), a observação direta das situações pode contribuir para que o/a pesquisador/a se aproxime da perspectiva dos sujeitos, algo almejado nas investigações de cunho qualitativo. Ao passo que o/a observador/a acompanha, *in loco*, as experiências cotidianas das pessoas, torna-se possível compreender os significados atribuídos às suas próprias ações.

Nos dizeres de Negrine (2010) a observação constitui-se em um instrumento de coleta de dados de grande valia, sendo que o tipo de observação a ser utilizada depende, fundamentalmente, das questões de pesquisa e dos objetivos da investigação. Na esteira desse pensamento e tendo como referência a classificação proposta pelo autor, no que se refere ao tipo de observação, utilizamos aquela denominada não estruturada. Nesse caso, o pesquisador em campo esteve desprovido de pautas de observação previamente definidas. Em relação ao papel assumido, a opção recaiu sobre a observação participante (ou ativa), por meio da qual

foram partilhados momentos e conhecimentos, além da participação ativa em situações no contexto em que o pesquisador em campo esteve inserido.

Para além da adoção de um papel em termos formais numa pesquisa científica, na observação participante o/a pesquisador/a imerge na vida e na cultura das pessoas com as quais convive. De acordo com Brandão (1999, p. 12, grifos do autor): “Quando o *outro* se transforma em uma convivência, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua vida, de sua cultura. Quando o outro me transforma em compromisso, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua história [...]”. Essa forma de imersão e observação dos acontecimentos “[...] tende a ser profunda e se dar pela adoção de hábitos, formas de atuação solidária e vivência conjunta e acompanhamento de acontecimentos julgados importantes pelos entrevistados dentro de suas rotinas cotidianas” (Minayo, 2014, p. 281).

Os registros dos eventos observados foram anotados em Diários de Campo e se constituíram em relatos escritos “[...] daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha e reflectindo sobre os dados de um estudo qualitativo” (Bogdan; Biklen, 1994, p. 150). As descrições presentes em um Diário de Campo, “[...] refletem a forma pela qual o pesquisador recorta o real” (Lopes *et al.*, 2002, p. 132), uma vez que somos sabedores/as que “o meio nunca pode ser completamente capturado” (Bogdan; Biklen, 1994, p. 163).

Costa (2002) contribui com a discussão em torno dos Diários de Campo e, em particular, acerca dos registros realizados, ao propor a necessidade do que denomina de *esforço vigilante*. Essa expressão refere-se à postura daqueles/as que se preocupam com a leitura de um espaço em suas múltiplas dimensões, distintas do mundo do/a pesquisador/a. Recorrendo novamente a Lopes *et al.* (2002, p. 132) podemos afirmar que essa atitude não diz respeito somente ao tema em questão motivo do registro, pois “[...] atua aí, além das questão teórico-metodológica, a subjetividade do pesquisador. Tal como um fotógrafo enquadra a cena a partir de sua visão de mundo, assim o pesquisador capta o real, aquilo que seus esquemas mentais assimilam”.

Os conteúdos dos Diários de Campo apresentam dois tipos de materiais: o descritivo e o reflexivo. No que se refere ao material descritivo, o/a pesquisador/a procura registrar de maneira detalhada o que ocorreu no contexto do estudo, podendo englobar: *Retratos dos/as participantes* (aparência física, maneiras de vestir, falar e de agir); *Reconstruções do diálogo* (conversas entre os/as participantes da pesquisa e entre estes/as e o/a pesquisador/a); *Descrição do espaço físico* (por meio de desenhos ou descrições do arranjo espacial do local observado); *Relatos de acontecimentos particulares* (descrição dos/as envolvidos/as, da maneira e da natureza da ação); *Descrição das Atividades* (detalhamento da sequência e dos atos dos

indivíduos); e *Comportamento do observador* (atenção às atitudes e suposições). Adicionalmente, na parte reflexiva dos Diários de Campo, constam frases e parágrafos que expressam um relato particular do/a pesquisador/a acerca da trajetória da pesquisa, envolvendo: *Reflexões sobre a análise* (ponderações acerca de temas, padrões, conexões e ideias emergentes); *Reflexões sobre o método* (avaliação dos procedimentos utilizados); *Reflexões sobre conflitos e dilemas éticos* (preocupações relacionadas aos valores e às responsabilidades para com os/as participantes); *Reflexões sobre o ponto de vista do/a observador/a* (descrição de expectativas geradas com o estudo) e *Pontos de clarificação* (comentários destinados a esclarecer aspectos que possam se apresentar confusos) (Bogdan; Biklen, 1994).

Durante o período de permanência do pesquisador em campo, foram realizadas anotações de caráter geral, a fim de que o processo de elaboração de cada Diário de Campo fosse efetuado posteriormente. Esses registros breves referiam-se a eventos significativos e/ou a sínteses dos acontecimentos presenciados e/ou vivenciados tanto pelo pesquisador quanto pelos/as migrantes e refugiados/as residentes no abrigo. Tal procedimento expressou a preocupação em evitar possíveis constrangimentos às pessoas caso o pesquisador permanecesse grande parte do tempo realizando anotações detalhadas durante a permanência cotidiana no local. Dessa forma, priorizou-se a observação dos eventos, sem desconsiderar a memória do/a pesquisador/a como elemento essencial no processo de elaboração de registros mais densos e detalhados.

Em decorrência da inserção em campo no período anteriormente mencionado e das observações realizadas, foram elaborados quinze Diários de Campo, numerados sequencialmente e contendo referência à data de observação, ao local, ao nome do observador, ao período de observação, ao número do Diário em algarismo romano e ao título (um exemplo de Diário de Campo confeccionado está disponível no Apêndice 3). Do total de Diários de Campo confeccionados, treze referem-se aos dias de permanência no abrigo Waraotuma a Tuaranoko, um à inserção no abrigo Rondon 1, um aos eventos ocorridos no abrigo Pricumã e um à viagem do pesquisador em campo até a fronteira com a Venezuela.

4.8.3 Sobre as fotografias

A imagem, segundo a compreensão de Souza e Olária (2014), é um artefato cultural visível que apresenta e representa o mundo por meio de formas como desenhos, fotografias, pinturas e charges. Esses registros são capazes de expressar a visão de mundo, bem como a

sensibilidade e a intencionalidade de seu/sua autor/a ao registrar determinado momento da realidade. Flick (2004), por sua vez, ao tratar especificamente das imagens fotográficas, afirma que estas se firmaram em várias áreas sociais e em quase todas as disciplinas acadêmicas e de investigação, sendo cada vez mais empregadas na geração de dados qualitativos. Em linhas gerais, as imagens possuem uma qualidade simbólica significativa, sendo capazes de evocar recordações e contribuir para a formulação de declarações acerca de situações e processos complexos.

Contudo, circula no imaginário uma falsa ideia de que a imagem fotográfica seria simplesmente acessível a todos/as de maneira uniforme, isto é, de que sua interpretação seria a mesma em diferentes culturas e contextos sociais, de modo que qualquer pessoa observaria e compartilharia o mesmo significado para uma mesma imagem. Aprendemos a observar tanto a realidade quanto suas representações específicas em uma superfície plana, como ocorre em pinturas, fotografias e filmes. O elemento do mundo real fotografado pode ser o mesmo. Entretanto, as percepções, a capacidade de identificá-lo e descrevê-lo, assim como o significado atribuído a ele, variam em razão das histórias de vida das pessoas que observam. Essas diferenças na percepção tornam complexa qualquer tentativa simplista de entender a fotografia como um registro sem ambiguidades (Loizos, 2008).

Uma fotografia pode servir como ponto de partida para uma análise ou ser fruto desse mesmo processo analítico. Contudo, nunca poderá se tornar a reflexão em si, pois a fotografia, por sua natureza, é fundamentalmente descritiva, ainda que possa conter aspectos simbólicos e opinativos. A imagem captura, representa ou até mesmo interpreta o que é visível, restringindo-se a isso e não conseguindo expressar conceitos, ideias ou processos de pensamento. Por se tratar de um ato cultural, ela reflete a perspectiva do/a autor/a em relação ao mundo, bem como expressa os objetivos que motivaram sua produção (Guran, 2013).

No âmbito deste estudo, também nos orientamos pelas considerações de Kossoy (2002). Para o autor, a fotografia captura em si uma parte específica da realidade: um tema (recorte espacial) que é congelado em determinado momento (parada temporal). Cada imagem fotográfica contém, portanto, um recorte espacial e uma interrupção temporal, produzidos no ato de captura. Desse modo, estabelece-se a conexão entre fragmentação e congelamento, que constitui uma das bases fundamentais do sistema de representação na fotografia.

Para Guran (2013), as fotografias, em geral, devem ser examinadas e utilizadas com cuidado, levando-se em consideração suas particularidades e o contexto em que foram criadas, incluindo aspectos técnicos. Uma distinção essencial a ser considerada diz respeito à origem da imagem, que pode ser classificada como endógena ou exógena, também denominadas,

respectivamente, *êmica* e *ética*. Imagens de natureza *êmica* seriam aquelas capturadas por membros da própria comunidade pesquisada e refletiriam, de maneira intrínseca, a forma como se veem. Assim, essas fotografias transmitem, de algum modo, a identidade social do grupo analisado. Por outro lado, as fotos registradas pelo/a pesquisador/a, de natureza *ética*, representam uma suposição que deve ser validada com base nos dados obtidos a partir dos diversos métodos de pesquisa empregados durante a investigação.

A fotografia pode servir como um ponto inicial para reflexões analíticas no contexto de uma pesquisa acadêmica. Isso se aplica especialmente quando é capturada por pessoas que fazem parte do contexto da investigação, tornando-se, assim, parte integrante do estudo. Quando o/a pesquisador/a a produz com o propósito de atestar suas considerações, a fotografia passa a ser compreendida como produto de uma análise reflexiva (Guran, 2013). A reflexão proposta pelo autor é particularmente significativa para o presente estudo, tendo em vista que essa dupla possibilidade foi contemplada no contexto da pesquisa.

Durante o trabalho de campo, foram realizados registros fotográficos de cenas objeto da investigação, isto é, de imagens relacionadas à fruição do lazer por parte dos/as participantes da pesquisa no contexto do abrigo de acolhida emergencial. Também compuseram o acervo imagens que auxiliaram na caracterização do local no qual o estudo foi desenvolvido. As fotos tiveram origem tanto em registros efetuados pelos/as participantes da pesquisa, que colaboraram com os registros a partir de orientação prévia, quanto em registros realizados pelo pesquisador em campo. Desse modo, intentou-se contemplar, respectivamente, fotografias de origem endógena (*êmica*) e imagens exógenas (*ética*), de acordo com a classificação proposta por Guran (2013).

Para tanto, foram utilizados aparelhos celulares com aplicativo de câmera para a realização das fotografias. O uso desse dispositivo foi acordado com os/as participantes quando, individualmente, foram explicitados os objetivos da pesquisa, os instrumentos metodológicos a serem adotados e, após isso, efetivada a anuência em colaborar com o estudo, por meio da assinatura do TCLE. O primeiro procedimento, nesse contexto, foi obter a autorização do grupo para realizar as fotos e incluí-las na pesquisa, considerando que elas retratam o contexto de um espaço liminar, expondo-o ao público.

Outro ponto de destaque refere-se à quantidade de fotos que compuseram o acervo da pesquisa. É preciso mencionar que nem todos/as os/as convidados/as a participar do estudo realizaram registros fotográficos, embora estivessem cientes dos instrumentos metodológicos utilizados e tivessem colaborado com a concessão de entrevista semiestruturada. Julgou-se não ser adequado que o registro fotográfico fosse uma exigência para participação, uma vez que se

entende que a liberdade de escolha quanto à adesão ou não a esse instrumento de coleta de dados deveria prevalecer. Nesse cenário, colaboraram com registros cinco indígenas refugiados/as, sendo uma mulher e quatro homens. Ainda nessa dimensão, vale ressaltar que o quantitativo de fotos compartilhadas por participante não foi idêntico, variando de acordo com a disponibilidade e o interesse em se engajar nesse processo.

Os/As participantes demonstraram preferência em utilizar seus próprios dispositivos, em razão de já estarem habituados/as a manusear seus respectivos aparelhos. Para a realização dos registros, foi solicitado que fotografassem, em sua rotina diária, cenas que contribuíssem para explicitar o significado do lazer (sob a denominação *tiempo libre*) para eles/as, além de atividades ligadas a essa prática social e vivenciadas no contexto do abrigo. Essas imagens poderiam ser produzidas no âmbito da convivência com familiares, amigos e/ou em situações identificadas no local da pesquisa. Cabe destacar que fotografias de outros momentos também foram realizadas de forma espontânea pelos/as colaboradores/as, em situações de convivência com o pesquisador em campo, e auxiliaram na caracterização do contexto investigado. Esses registros não estavam diretamente relacionados às experiências de lazer.

No que se refere ao aspecto ético da pesquisa, foi alertado que as imagens capturadas pelos/as próprios/as indígenas refugiados/as deveriam levar em consideração a não identificação direta das pessoas. Caso fossem identificadas fotografias que não se adequassem a essa orientação, as imagens poderiam ser submetidas a alterações a fim de garantir o anonimato, para que pudessem ser expostas na versão final desta tese. O mesmo procedimento foi seguido pelo pesquisador em campo durante seus registros.

A cada intervalo de três dias, realizava-se a recolha das fotos junto aos/as indígenas refugiados/as. Os arquivos eram, então, repassados ao pesquisador por meio de transferência do celular do/a participante para o aparelho do pesquisador em campo, via aplicativo de mensagens. No momento do procedimento, buscava-se obter informações sobre o contexto das fotografias compartilhadas, o que possibilitou melhor compreensão das situações registradas pelos/as participantes. Cabe relatar que, durante esses encontros, não houve quaisquer avaliações quanto à qualidade estética das fotografias. Esse diálogo se fez necessário, pois, como assinala Meneses (2003), a apreciação da fotografia só se torna adequada quando se considera toda a sua trajetória, desde a criação até a exibição. Tal aspecto é especialmente relevante para imagens produzidas por terceiros/as que integrem o acervo fotográfico da investigação.

Assim, utilizamos esse recurso metodológico como caminho para uma análise mais aprofundada do que a imagem apresenta em sua aparência. De acordo com Ciavatta (2023, p.

23):

As fotografias trazem consigo o universo do conhecimento presente na aparência da representação fotográfica; mas estão ocultos os múltiplos processos sociais, as mediações que constituem o objeto real representado. São as múltiplas relações sociais (culturais, técnicas, científicas, econômicas, políticas etc.) que constituem o objeto na sua totalidade. O exercício de compreensão da fotografia como fonte de pesquisa, além dos dados básicos de identificação, contexto e da análise dos aspectos formais, supõe a aproximação com os processos sociais que permitem explicitar a história que guardam em si, o que está oculto na aparência da representação fotográfica.

Apesar do grande potencial comunicativo das imagens, é importante ressaltar que as pesquisas que utilizam dados visuais enfrentam limitações. A compreensão dessas imagens, muitas vezes, depende de aspectos da interpretação textual e de informações verbais, o que demonstra que ainda não dispomos de recursos suficientes para realizar uma análise das imagens em si mesmas, de forma isolada (Banks, 2009; Flick, 2004).

No que tange à relação entre texto e imagem, aspecto relevante para muitas pesquisas acadêmicas desenvolvidas em diferentes áreas, como é o nosso caso, Santaella e Nöth (1998, p. 53) esclarecem que “a relação entre a imagem e seu contexto verbal é íntima e variada. A imagem pode ilustrar um texto verbal ou o texto pode esclarecer a imagem na forma de um comentário”. A autora e o autor admitem que as formas de relação entre texto e imagem variam ao longo de um contínuo entre redundância e informatividade, no qual é possível distinguir quatro casos: i) a imagem complementa o texto, sendo este preponderante; ii) a imagem é superior ao texto, ou seja, apresenta maior informatividade; iii) imagem e texto situam-se no mesmo patamar de relevância; iv) há discrepância (ou contradição) entre o que é expresso pela imagem e o que é comunicado pelo texto verbal.

O terceiro caso é o que nos interessa no âmbito desta pesquisa, uma vez que trabalhamos na perspectiva da complementaridade. Isto é, tivemos como intencionalidade utilizar o potencial de significado emanado tanto das imagens registradas pelos/as refugiados/as e pelo pesquisador em campo quanto do texto decorrente de nossas descrições e análises.

Assim, na utilização das fotografias, tivemos o cuidado de articulá-las aos textos produzidos em nossas reflexões analíticas, por entendermos que as imagens, por si só, não seriam capazes de comunicar integralmente o conteúdo nelas inscrito. De acordo com Guran (2013, p. 65):

Em situação alguma, porém, ela pode explicitar o processo mesmo de reflexão, discriminar os conceitos e suas articulações e tudo mais que rege o

tratamento reflexivo das informações prospectadas pela pesquisa. Além disso, somente no campo da arte – ou em alguns momentos do fotojornalismo - a fotografia pode ser completa em si mesma, prescindindo de uma legenda. No contexto da construção de um saber no campo das ciências sociais, para produzir sentido, ela precisa ser lida de forma específica, ou seja, ter seu conteúdo redescrito e reinterpretado através do discurso textual, oral ou escrito. Isso porque, neste caso, ela não pode ficar limitada a uma dimensão sensorial de percepção nem à informação mais evidente e literal. O sentido de uma imagem para as ciências sociais depende de como seu conteúdo é percebido à luz dos pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos que presidem a reflexão científica deste campo do conhecimento.

Neste trabalho, as imagens, em conjunto com as observações registradas em Diários de Campo e com as entrevistas semiestruturadas, constituíram-se como uma importante ferramenta de pesquisa, uma vez que possibilitaram uma interação mais próxima com o grupo de participantes. Esses momentos mostraram-se bastante enriquecedores, pois encontramos pessoas dispostas a realizar registros fotográficos e a contribuir com o desvelamento de nossas inquietações investigativas. Com isso, tivemos a possibilidade de abertura de novos horizontes interpretativos no que se refere à compreensão da realidade estudada.

Foi igualmente crucial considerar de que modo essas vivências podem contribuir para ampliar nossas concepções acerca da condição de migrantes e refugiados/as em contextos de abrigos de acolhida emergencial (e também em campos de refugiados/as), os quais, muitas vezes, são estigmatizados pelo senso comum a partir de uma perspectiva humanitarista centrada exclusivamente no sofrimento. Enquanto os ecos desse discurso convocam à compaixão por meio da ênfase na miséria e na urgência, o que nos interessou, na contramão dessa tendência, foi ressignificar as sensibilidades em relação aos/as participantes com os/as quais convivemos, atentando para aquilo que eles/as vivenciavam no âmbito do lazer e compartilhavam conosco.

Em síntese, o registro fotográfico, utilizado como recurso metodológico, proporcionou um maior envolvimento dos/as participantes com o fazer da pesquisa.

4.9 O processo de análise dos dados

No âmbito da produção do conhecimento científico, reconhecemos que há uma variedade de métodos que podem ser utilizados para a análise de dados em pesquisas qualitativas. Nesse sentido, no exercício do pesquisar, o/a investigador/a decide deliberadamente a forma como abordará os dados obtidos por meio do(s) instrumento(s) utilizado(s) no trabalho de campo ou em análises documentais, de modo que essa escolha

conduzirá a busca pela compreensão do tema em análise.

No entanto, em nossa avaliação, a análise dos dados em pesquisas qualitativas constitui um dos principais desafios enfrentados por pesquisadores/as, haja vista que, em estudos dessa natureza, empreendemos um olhar aprofundado e plural a partir “[...] das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 1994, p. 22). A diversidade de métodos e referenciais ressalta que cada tipo de pesquisa, teoria ou técnica precisa se adaptar à compreensão do objeto, o qual envolve, necessariamente, pessoas, uma vez que estamos lidando com seres humanos (Minayo, 1994).

O verbo central da análise qualitativa é compreender. Seu significado está atrelado à capacidade de ver as coisas pela perspectiva do outro, uma vez que, como seres humanos, possuímos condições de realizar esse exercício. Para alcançarmos a compreensão, é essencial considerar a individualidade da pessoa, pois sua subjetividade reflete sua experiência de vida como um todo. Toda compreensão é sempre parcial e inacabada, tanto a do/a entrevistado/a, que possui uma visão limitada e provisória de sua própria vida e de seu mundo, quanto a dos/as pesquisadores/as, que também enfrentam restrições em suas compreensões e interpretações (Minayo, 2014).

O processo de análise (tratamento) dos dados obtidos por meio dos instrumentos de coleta de dados utilizados nesta pesquisa - entrevista semiestruturada, diários de campo e registros fotográficos -, e explicitados em seções anteriores, encontrou inspiração na abordagem *hermenêutica-dialética* proposta por Minayo (2014). Uma análise compreensiva ancorada nessa perspectiva:

[...] busca apreender a prática social empírica dos indivíduos em sociedade em seu movimento contraditório. Portanto, tendo em conta que os indivíduos vivendo determinada realidade pertencem a grupos, classes e segmentos diferentes, são condicionados por tal momento histórico e por isso, podem ter simultaneamente interesses coletivos que os unem e interesses específicos que os distinguem e os contrapõem. Sendo assim, a orientação dialética de qualquer análise diz que é fundamental realizar a crítica das idéias expostas nos produtos sociais (textos, monumentos, instituições) buscando, na sua especificidade histórica, a cumplicidade com seu tempo; e nas diferenciações internas, sua contribuição à vida, ao conhecimento e às transformações (Minayo, 2014, p. 347)

Em termos operacionais, a consecução da análise proposta por Minayo (2014) está balizada nos pressupostos anteriormente mencionados e se efetiva em três fases. A primeira, denominada *Ordenação dos dados*, abrange o material empírico referente às percepções acerca do objeto de investigação, tratado como um todo, um *corpus*, que será analisado de forma

técnica. Essa fase de ordenação contempla tanto as entrevistas quanto o conjunto de observações e documentos, populares e institucionais, relacionados ao tema (Minayo, 2014).

O processo envolve: (a) a transcrição das gravações; (b) uma nova leitura do material; (c) a organização dos relatos em uma sequência específica, o que implica uma primeira etapa de classificação; e (d) a disposição dos dados de observação em uma ordem definida, conforme a proposta analítica. Essa fase oferece ao/à pesquisador/a uma visão geral de suas descobertas no campo (Minayo, 2014).

No caso de nosso estudo, para essa etapa do trabalho, procedemos à ordenação requerida, reunindo e organizando os dados obtidos por meio dos instrumentos utilizados durante a coleta. Para tanto, realizamos a transcrição das entrevistas e a sua tradução para o português, organizamos os Diários de Campo de maneira sequencial e arranjamos os registros fotográficos, separando aqueles realizados pelos/as indígenas refugiados/as venezuelanos/as dos efetuados pelo pesquisador em campo.

A segunda fase, intitulada *Classificação dos dados*, refere-se a um momento em que a construção do conhecimento passa por um processo de complexificação. O momento classificatório, nesse contexto, é composto pelas seguintes etapas: *leitura horizontal e exaustiva dos textos* e *leitura transversal* (Minayo, 2014).

A primeira dessas etapas, leitura horizontal e exaustiva dos textos, pode ser entendida como o momento inicial de interação sistemática com o material coletado em campo e, portanto, exige uma leitura minuciosa de cada entrevista e de todos os demais documentos que fazem parte do escopo do trabalho, registrando-se (seja em um dispositivo digital ou em papel) as primeiras percepções do/a pesquisador/a. Com isso, dá-se início à busca por uma consistência interna das informações (Minayo, 2014).

O conteúdo textual deve ser avaliado com atenção, considerando-se frases, vocábulos, adjetivos, articulação de ideias e o sentido amplo do texto. Alguns/mas autores/as denominam esse exercício de “leitura flutuante”, a qual possibilita compreender as estruturas significativas dos/as participantes, as ideias principais que buscam comunicar, os momentos centrais de suas narrativas e as perspectivas por eles/as construídas acerca do assunto em questão. A postura ativa do/a pesquisador/a e a imersão no material empírico auxiliam na construção das categorias empíricas que serão, posteriormente, confrontadas com as categorias analíticas, buscando-se as inter-relações e interconexões entre elas (Minayo, 2014).

Ainda nesta segunda etapa, realiza-se a leitura transversal do material. Nesse processo, procede-se ao recorte de trechos de cada entrevista ou documento, com o objetivo de explicitar as “unidades de sentido”, seja por meio de “estruturas de relevância”, “tópicos de informação”

ou “temas” (Minayo, 2014). Os critérios de classificação utilizados nesse momento podem se basear tanto em variáveis empíricas quanto em variáveis teóricas previamente elaboradas pelo/a pesquisador/a. Com a finalização desse esforço:

[...] em que muitas “gavetas” foram abertas, o pesquisador parte para uma segunda tarefa, fazendo um enxugamento de suas classificações; agrupando tudo em número menor de unidades de sentido e buscando compreender e interpretar o que foi exposto como mais relevante e representativo pelo grupo estudado. As múltiplas gavetas são reagrupadas em torno de categorias centrais, concatenando-se numa lógica unificadora (Minayo, 2014, p. 358).

No contexto de nossa pesquisa, a segunda fase contou com uma postura ativa, a fim de caminharmos no sentido da compreensão de aspectos essenciais para o estudo a partir dos materiais obtidos com o trabalho de campo. Para tanto, nossos esforços concentraram-se em repetidas leituras das entrevistas transcritas e das anotações realizadas nos Diários de Campo, estabelecendo as primeiras sínteses de cada unidade de sentido identificada. Após essa identificação inicial, procedemos ao arranjo da estrutura de relevância que se formava, agrupando os dados em categorias temáticas (de natureza empírica), elaboradas a partir de convergências, divergências ou aspectos particulares revelados. Cabe destacar que esse agrupamento considerou exclusivamente o conteúdo das entrevistas.

Cabe esclarecer que, durante a discussão dos resultados baseada na análise das entrevistas, serão identificadas notações como a que segue: “(Cristina-18)”. Essa representação entre parênteses indica o nome do/a indígena venezuelano/a refugiado/a - no caso, a participante Cristina - e o número da unidade de sentido (número 18) na qual ela aborda, em sua fala, um assunto relevante para a análise empreendida. Nos casos em que temos a existência de uma letra “d” após o número da unidade de registro indica que se trata de uma divergência no interior da categoria em questão.

No caso do conteúdo dos Diários de Campo, a notação indica a abreviação de Diário de Campo (DC), acompanhada de seu número correspondente, representado em algarismo romano, separado por hífen da data da observação realizada. Assim, pode-se encontrar indicações registradas no seguinte formato: “DC I - 09/04/2024”. No processo de análise, os conteúdos deste instrumento metodológico não deram origem a categorias analíticas, mas foram essenciais para ilustrar e aprofundar as análises subsequentes.

Na última fase, denominada *Análise final*, é apresentado aos/às leitores/as um quadro complexo de respostas que busca compreender a lógica interna de um grupo específico em relação ao tema em questão. Isso envolve a maneira como o grupo pensa, discute, interage e, a

partir desse entendimento, constrói seus comportamentos, projetos e planos de vida (Minayo, 2014). Nesse momento do processo analítico, nossa pesquisa buscou a interpretação dos dados a partir das categorias empíricas elaboradas, cotejando-as com os referenciais teóricos do estudo, de modo a responder à questão de pesquisa. Para tanto, lançamos mão de um Quadro de Análise, que contribuiu para a organização dos dados e para sua posterior descrição.

No capítulo a seguir empreendemos a análise dos dados.

CAPÍTULO 5 - ENTRE VOZES, VIVÊNCIAS E SENTIDOS: LAZER E A EXPERIÊNCIA COTIDIANA DE INDÍGENAS WARAO E PEMÓN REFUGIADOS/AS EM CONTEXTO DE ACOLHIDA

[...] É por isso que uma coisa é viver a cotidianidade no contexto da origem, imerso nas tramas habituais de que facilmente podemos emergir para indagar, e outra é viver a cotidianidade no contexto de empréstimo que exige de nós não só fazermos possível que a ele nos afeiçoemos, mas também que o tomemos como objeto de nossa reflexão crítica, muito mais do que o fazemos no nosso (Freire, 2021, p. 48).

Ser diligente com os movimentos de vida que os/as migrantes e refugiados/as vivenciam cotidianamente significou, no contexto desta pesquisa, observar, registrar e descrever suas experiências de lazer, ouvir sobre elas das próprias pessoas com as quais convivemos, bem como criar situações de convivência, de “estar juntos”, trocando histórias e vivências relacionadas às atividades de lazer nos contextos brasileiro e venezuelano, a fim de reconhecer o que ali se fazia.

Vimos defendendo que a mobilidade migratória não pode ser compreendida em sua amplitude se circunscrita aos números que expressam o contingente populacional deslocado entre dois países, ainda que estes possuam relevância nesse processo. É preciso reconhecermos que a “[...] mobilidade migratória é um movimento que envolve pessoas, habilidades, saberes e, sobretudo, um íntimo diálogo com as fronteiras pelas quais percorre” (Dias, 2019, p. 62). Na intenção de compreender um pouco da jornada de deslocamento experienciada pelos/as colaboradores/as da pesquisa, optamos, a seguir, por trazer ao conhecimento do/a leitor/a as trajetórias de vida e as motivações que impulsionaram os/as indígenas dos povos Warao e Pemón entrevistados/as a vir para o Brasil, pois são essas pessoas, em suas diferentes particularidades, que nos auxiliaram a compreender as experiências de lazer no contexto de um abrigo de acolhida emergencial. Destaca-se, ainda, que o compartilhamento dessas experiências ocorre por meio de relatos dos/as próprios/as colaboradores/as.

5.1 Relatos das histórias de vida

5.1.1 Amilcar

A história de Amilcar tem início em Uriman, pequena cidade localizada no estado Bolívar, na Venezuela, onde o entrevistado afirma que passou boa parte de sua infância. Entre idas e vindas, sua família também viveu em Icabarú, onde nasceram dois de seus irmãos, e, posteriormente, em San Félix, próximo a Ciudad Bolívar, na casa de parentes de seu pai. O período foi marcado por conflitos familiares, sobretudo entre os familiares maternos, o que levou a família a retornar a Uriman.

O pai, que não possui formação profissional em nível de graduação, trabalhava na mineração, atividade que sustentava a família. Depois de algum tempo, todos se mudaram novamente para Ciudad Bolívar, onde compraram uma casa e permaneceram por cerca de seis ou sete anos. Esse tempo é lembrado por Amilcar como um dos mais significativos de sua infância, com momentos de alegria, mas também de dificuldades. Nesse período, a família passou a frequentar uma igreja cristã, o que possibilitou acolhimento e a criação de novos laços de amizade.

Com o agravamento da situação econômica na Venezuela, seus pais precisaram trabalhar longe dos filhos e ficaram separados por cerca de três anos. Esse tempo foi vivido com saudade e superação. Os filhos ficaram sob os cuidados de um dos irmãos mais velhos, a quem o entrevistado registra profunda gratidão. Quando a mãe retornou e, depois, o pai, a família se reuniu novamente, dando início a uma nova fase e a novas decisões sobre o futuro.

A decisão de migrar para o Brasil partiu do pai, o primeiro a deixar a Venezuela, em busca de trabalho na mineração. No percurso, acabou seguindo para Santa Elena de Uairén e, em seguida, para Pacaraima, no Brasil, onde recebeu apoio da Operação Acolhida. A partir da experiência, o pai relatou à família que o Brasil apresentava melhores condições econômicas, em contraste com o que se passa na Venezuela, marcada pela grave crise vivida. Segundo ele, o país se encontra nessas condições em virtude da inflação elevada e da má gestão governamental.

Diante das dificuldades e da falta de perspectivas no país de origem, os pais decidiram migrar com o objetivo de oferecer aos filhos um futuro melhor, com oportunidades de educação, emprego e estabilidade financeira. A busca por bem-estar e por uma vida digna para os mais jovens foi o principal impulso dessa mudança. Atualmente, a família aguarda a chegada de dois irmãos que ainda estão na Venezuela. Amilcar dedica-se a cursos e atividades de formação para se preparar e se adaptar à nova realidade. O entrevistado expressa gratidão e esperança pelo que tem sido proporcionado a ele e a seus familiares no Brasil, afirmando que a migração foi uma decisão guiada tanto pela necessidade de uma vida melhor quanto pela fé.

5.1.2 Aníbal

Aníbal nasceu e cresceu numa cidade pequena próxima a Santa Elena de Uairén, na Venezuela. Filho de Andrés e Valentina, é um dos sete irmãos de uma família numerosa marcada por perdas de entes queridos. O entrevistado menciona o falecimento de três irmãs e de um irmão ainda muito jovens.

De origem indígena Pemón, Aníbal recorda que, aos oito anos, sua mãe o enviou para Ciudad Bolívar para estudar. Ali, enfrentou o desafio de aprender o espanhol, pois, em casa e em sua comunidade, a língua principal era a de seu povo. Na escola, começou a falar, a escrever e a compreender o idioma e, aos poucos, foi se integrando, em termos culturais e educacionais, a um novo contexto.

Aníbal explica que a sua migração para o Brasil foi motivada tanto pela crise na Venezuela quanto por questões de saúde. Ele conta que sofreu um acidente enquanto trabalhava como mergulhador em um garimpo em seu país, o que resultou na amputação de uma de suas pernas. Diante da falta de atendimento e de apoio, decidiu vir ao Brasil em busca de tratamento médico e de melhores condições de vida.

Em seu relato, faz questão de mencionar que, durante o governo de Hugo Chávez, havia mais programas de assistência ao povo venezuelano. Contudo, com a ascensão de Nicolás Maduro ao poder, a situação do país teria piorado: falta de atendimentos, alimentos e auxílio na esfera social. No Brasil, entretanto, Aníbal diz ter encontrado acolhimento e suporte, recebendo alimentação e cuidados básicos. Seu desejo é estudar e aprender coisas novas, aproveitando as oportunidades que o país oferece, especialmente para as pessoas com deficiência.

5.1.3 Carlos

Nascido no estado Bolívar, na Venezuela, o entrevistado cresceu junto à sua família, concluiu a escolarização básica e chegou a ingressar em um curso universitário de bacharelado. Durante a juventude, relata que se dedicava à prática do beisebol e a outras atividades esportivas. Aos 18 anos, teve que interromper os estudos de graduação para trabalhar, pois sua namorada havia engravidado à época. Mesmo assim, continuou a estudar nos fins de semana, formando-se como técnico em nível médio.

Sua trajetória profissional começou em empresas como a Mack Venezuela, fabricante de motores para caminhões, e, posteriormente, em uma fábrica de tratores, onde desenvolveu

habilidades na produção de peças metálicas. A experiência acumulada ao longo do tempo permitiu que ele passasse a trabalhar por conta própria, inclusive prestando serviços a empresas de mineração no país.

No entanto, com a crise econômica e o aumento dos impostos, houve a inviabilização de seu sustento, levando-o a encerrar o seu negócio. Em busca de melhores condições, decidiu migrar para o Brasil, país mais próximo e que ele entendia reunir melhores condições para uma vida melhor. Hoje, está com um dos filhos no abrigo, enquanto os demais estão morando no Equador e no Chile. Carlos mantém a esperança de reencontrar a sua família em breve.

O entrevistado explica que sua decisão de vir para o Brasil foi decorrente da crise política e econômica vivida na Venezuela. As condições de vida ficaram insustentáveis. Segundo ele, o salário era insuficiente para cobrir as despesas com necessidades básicas, e a falta de comida passou a ser parte da rotina. Diante desse cenário, viu na oportunidade de migrar uma alternativa para sobreviver e reconstruir a sua vida.

Acredita que, com fé e esperança, conseguirá reerguer o seu antigo negócio e seguir em frente. Enquanto isso, mantém contato com a família que permaneceu na Venezuela, a qual relata que a situação segue se agravando, com escassez e aumento das dificuldades para viver dignamente.

5.1.4 Cristina

A entrevistada conta que cresceu em Araguay Mujo, uma comunidade indígena localizada nos *caños*, no município de Antonio Díaz, na Venezuela. Cristina passou a infância e a adolescência nesse local, estudando até o quinto ano em seu país. A sua trajetória escolar foi interrompida por motivos familiares, com a doença e a morte de sua mãe, o que a obrigou a deixar os estudos ainda muito jovem. Aos 14 anos de idade, casou-se com Juan, que se tornou seu companheiro de vida, com quem permanece até hoje.

A entrevistada relata que a decisão de migrar para o Brasil teve como motivo principal a doença de sua filha. A menina foi diagnosticada com leucemia, e, na Venezuela, o tratamento tornou-se inviável. Ela relata que os medicamentos eram caros e inacessíveis, e a família já enfrentava grandes dificuldades até mesmo para se alimentar, o que não permitia custear o tratamento. A própria menina, à época com 12 anos, pediu aos pais que viessem para o Brasil. Cristina e Juan foram incentivados por relatos de pessoas conhecidas que falavam sobre o acolhimento e o apoio social oferecidos no país.

A esperança de poder salvar a filha motivou a família. Com isso, venderam quase todos os bens, mantendo apenas as casas na Venezuela, e chegaram ao Brasil em 5 de maio, há quase cinco anos. Contudo, nove dias após a chegada, a filha faleceu em decorrência da gravidade da doença. A família, que também havia perdido outros dois filhos - uma menina de 14 anos e um menino de 1 ano e 9 meses, ambos com problemas cardíacos -, decidiu permanecer no Brasil. Hoje, vivem com os netos e filhos, que frequentam a escola em Boa Vista, e afirmam não ter planos de retorno enquanto a situação na Venezuela continuar instável. Permanecem no país em busca de segurança e de uma vida mais digna, mantendo viva a memória dos filhos falecidos.

5.1.5 Francisco

Nascido em Maturín, capital do estado de Monagas, o entrevistado conta que trabalha desde criança, inicialmente com a agricultura, que era a tradição de sua comunidade de origem. Com o passar dos anos, começou a atuar na construção civil venezuelana, participando da edificação de casas e de outras obras. Francisco recorda com saudades o período em que a Venezuela oferecia boas condições de vida, quando os pais trabalhavam e havia estabilidade no país. Entretanto, com o agravamento da crise econômica, a realidade mudou drasticamente. Ele afirma que os salários tornaram-se insuficientes e as crianças passaram a sofrer com a falta de alimentação. Diante disso, decidiu deixar o país em busca de um futuro melhor para os filhos.

No Brasil, encontrou apoio e acolhimento. Vive atualmente no abrigo Waraotuma a Tuaranoko, onde recebe assistência e benefícios sociais que garantem mais segurança e dignidade à sua família. Afirma que agora consegue trabalhar e sustentar os filhos, reconhecendo que, apesar das dificuldades, a vida no Brasil representa uma melhora significativa em relação às condições de vida na Venezuela.

5.1.6 Gonzalo

Gonzalo nasceu na região leste da Venezuela, mas cresceu no sul do país. Oriundo de uma família humilde, enfatiza que sua vida foi marcada por princípios e dignidade. Durante a infância, viveu com uma tia na ilha de Margarita, onde recebeu formação moral e os primeiros valores que balizaram a sua trajetória pessoal. Apesar disso, na adolescência, enfrentou

dificuldades e chegou a viver alguns meses nas ruas, buscando abrigo e trabalho após sofrer maus-tratos dessa mesma familiar.

Na juventude, mudou-se para Caracas, reencontrou os irmãos e passou a trabalhar para ajudar no sustento da casa. Atuou em diferentes atividades, como engraxate e vendedor de jornais, até conseguir concluir o ensino secundário. Com esforço, formou-se como desenhista arquitetônico e iniciou uma carreira técnica. Mais tarde, descobriu o interesse pela área da Educação Física, cursou formações no campo e abriu uma academia de ginástica em Margarita.

Sua trajetória o levou até a Gran Sabana, uma região com bastante diversidade cultural e belas paisagens, onde se aproximou ainda mais da natureza e iniciou trabalhos voltados à preservação ambiental e à conscientização de turistas em áreas como a Quebrada de Jasper e o Parque Nacional da Gran Sabana. Continuou com sua atuação esportiva e abriu uma nova academia, porém, agora, em Santa Elena de Uairén. Nesse período, conheceu Milagros, com quem construiu uma nova família ao lado da filha dela, Sofia. A união com Milagros marcou uma nova fase de sua vida, que passou a ter como prioridades o esporte, a família e o trabalho comunitário.

Com o agravamento da crise política e econômica na Venezuela, Gonzalo e sua família começaram a enfrentar muitas dificuldades. A inflação, o colapso bancário e a falta de circulação de dinheiro inviabilizaram o sustento familiar. O seu salário já não cobria a alimentação básica diária. Em 2014, Gonzalo e Milagros sofreram um acidente de moto a caminho de uma corrida esportiva, o que agravou ainda mais a situação financeira da família. Mesmo após a recuperação, em razão das sequelas físicas que permaneceram e da crise nacional na Venezuela, retomaram o negócio com um carrinho de lanches em Santa Elena de Uairén, porém sem êxito.

Decidiram, então, migrar para o Brasil, buscando segurança, educação e melhores condições de vida. A travessia ocorreu em meio a grandes desafios, especialmente durante a pandemia, quando as fronteiras se fecharam. Ainda assim, conseguiram matricular Sofia em uma escola brasileira, na cidade de Pacaraima/RR, e manter seus estudos de forma remota.

Após venderem boa parte de seus pertences, vieram para a cidade de Boa Vista/RR e foram acolhidos no abrigo Waraotuma a Tuaranoko, onde convivem com pessoas de diferentes povos, recebendo apoio humanitário e novas oportunidades. No abrigo, Gonzalo e Milagros retomaram suas atividades esportivas e passaram a oferecer aulas de atletismo para crianças, com apoio dos militares locais que atuam no espaço.

Atualmente, Gonzalo define sua trajetória como uma caminhada de resiliência e transformação, em que o esporte, a solidariedade e o amor à família continuam sendo os pilares de sua vida, tanto na Venezuela quanto no Brasil.

5.1.7 Juan

O entrevistado relata ter vivido boa parte da infância em uma comunidade indígena isolada, pertencente ao povo Warao, na Venezuela. Cresceu em meio a uma cultura própria e a uma língua tradicional, aprendendo o espanhol apenas mais tarde, quando se aproximou de comunidades mais urbanizadas. Carrega consigo as memórias e os valores de sua origem, reconhecendo que a infância e as experiências vividas em sua terra natal jamais se esquecem.

Com o tempo, as condições de vida na Venezuela tornaram-se cada vez mais difíceis. A inflação e a crise econômica afetaram todas as áreas da sociedade, tornando impossível manter o sustento e a estabilidade da família. Diante dessa realidade, decidiu migrar para o Brasil, em busca de segurança e melhores condições de vida.

Ele expressa profunda gratidão ao Brasil, reconhecendo o país como um território de acolhimento e de oportunidades, em contraste com outras nações que, segundo relata, trataram os/as venezuelanos/as com discriminação. Lembra também que, em tempos passados, a Venezuela acolheu brasileiros/as e guianenses em momentos de crise e acredita que, hoje, o Brasil retribui esse gesto com solidariedade e respeito.

5.1.8 Julio

O entrevistado, de 44 anos, nasceu em San Félix, no estado de Bolívar, na Venezuela. Ao longo da vida, dedicou-se a diversos tipos de trabalho e, segundo ele próprio, aprendeu a “fazer de tudo”, embora sem formação profissional específica. Sua trajetória reflete a realidade de muitos venezuelanos/as que buscaram sustento e estabilidade em meio às dificuldades crescentes do país. A decisão de migrar para o Brasil foi motivada pela crise econômica, pelo desemprego e pela escassez generalizada. A inflação afetou diretamente o acesso a bens essenciais, à educação e à saúde, tornando impossível garantir o futuro dos filhos. Ele explica que, na Venezuela, já não era possível comprar materiais escolares, calçados ou roupas para que as crianças frequentassem a escola.

Com esperança, decidiu vir ao Brasil junto com sua família, em busca de melhores oportunidades de estudo e trabalho, acreditando que aqui os filhos poderão construir um futuro mais digno e profissional.

5.1.9 Leonel

Leonel, natural de Maturín, estado de Monagas, narra uma trajetória marcada por aprendizado, arte e superação pessoal. Na infância, enfrentou dificuldades de aprendizagem devido à dislexia, diagnosticada por sua mãe. Com o apoio de psicólogos e psicopedagogos, superou as limitações e aprendeu a lidar com o ritmo próprio do estudo.

Em sua juventude, dedicou-se ao esporte e praticou caratê, natação, basquete e halterofilismo, mas confessa que era um aluno inquieto e desmotivado. Após finalizar a Educação Secundária Bolivariana⁷⁰, começou a trabalhar em um cinema e, pouco depois, mudou-se para Mérida, onde buscou seguir sua aptidão artística, estudando música. Embora tivesse enfrentado dificuldades em se adaptar à educação escolar, uma professora de música identificou seu potencial e ajudou Leonel a desenvolver habilidades musicais. Estudou guitarra clássica, *cuatro* venezuelano⁷¹ e linguagem musical em duas instituições. Durante esse período, seus pais se separaram e Leonel retornou a Maturín para apoiar a mãe. Ali, enfrentou um período difícil, envolvido com drogas e a vida nas ruas, mas encontrou no esporte, na escalada e na música os caminhos para sua recuperação. Estudou Geohistória na universidade e passou a ver na arte um meio de compreensão da sociedade e da natureza humana.

Posteriormente, mudou-se para a Gran Sabana, onde viveu por doze anos em comunidades indígenas Pemón, dedicando-se à agricultura. Trabalhou também no garimpo e conheceu diversas regiões da Venezuela, sempre mantendo-se próximo à música e ao esporte. Teve um filho com uma mulher indígena e, mais tarde, formou uma nova família com Gabriela, com quem teve dois filhos. Apesar de inicialmente desejar migrar para a Argentina ou o Chile, onde pretendia aprofundar-se nas artes circenses, as circunstâncias da crise o levaram a buscar refúgio no Brasil. Hoje, Leonel vive no abrigo Waraotuma a Tuaranoko, onde continua desejando reconstruir sua vida através da arte, do trabalho e do aprendizado contínuo.

⁷⁰ O sistema educativo na Venezuela é composto pelas seguintes etapas: 1) Educación Inicial Bolivariana (correspondente a educação infantil brasileira); 2) Educación Primaria Bolivariana (correspondendo aos seis primeiros anos do Ensino Fundamental no Brasil); 3) Educación Secundaria Bolivariana (correspondendo aos três anos finais do Ensino Fundamental e aos três anos do Ensino Médio).

⁷¹ Instrumento de quatro cordas de nylon originário da Venezuela.

5.1.10 Milagros

Milagros cresceu em uma comunidade indígena próxima a Santa Elena de Uairén, na Gran Sabana, sob os cuidados da avó e da tia, enquanto a mãe vivia em outra localidade. Passou a infância na comunidade até os sete anos, quando se mudou para a cidade de Santa Elena e começou a frequentar a escola, estudando até o início da Educação Secundária Bolivariana. Mais tarde, tentou retomar os estudos em uma escola para jovens e adultos, mas precisou interrompê-los devido às responsabilidades com a filha.

Gonzalo, seu esposo, ao conhecer Milagros, sempre a incentivou a praticar corrida. A motivação para o seu engajamento na corrida veio de um desafio proposto por ele: se ela conseguisse correr dez quilômetros, ganharia um par de tênis. Determinada, começou alternando corridas e caminhadas, superando o cansaço até conseguir completar o percurso. Cumprida a meta, recebeu o tênis prometido por Gonzalo e, até hoje, nunca parou de correr.

Milagros explica que sua principal motivação para se deslocar para o Brasil foi o futuro dos filhos, especialmente o acesso à educação. Sua filha, de doze anos, já não tinha condições de continuar estudando na Venezuela, onde as escolas haviam deixado de funcionar adequadamente e o sistema educacional estava em declínio. Diante disso, decidiu vir para o Brasil com o objetivo de garantir à filha o direito de estudar e se desenvolver, comprometendo-se a apoiá-la em tudo o que desejar aprender e realizar.

Além da educação, cita também as dificuldades de sobrevivência em Santa Elena de Uairén, onde era cada vez mais difícil conseguir alimentação, trabalho e estabilidade. No Brasil, encontrou melhores condições de vida, ainda que com ressalvas, o que lhe permite proporcionar uma vida mais digna e segura para os filhos.

5.2 As categorias do estudo

Nesta parte do trabalho, realizamos a análise dos dados que se deram a conhecer a partir das dez entrevistas realizadas com os/as migrantes e refugiados/as venezuelanos/as, dos diários de campo confeccionados e dos registros fotográficos realizados tanto pelo pesquisador em campo quanto pelos/as colaboradores/as do estudo. As reflexões ora apresentadas estão referenciadas na questão e nos objetivos de pesquisa.

Portanto, o intuito é, a partir do olhar para os dados, buscar subsídios que permitam uma melhor compreensão dos significados atribuídos ao lazer pelos/as indígenas refugiados/as e dos processos educativos vivenciados na fruição dessa prática social no contexto do abrigo de acolhida emergencial.

Para tanto, neste momento, foram construídas três categorias temáticas, a saber:

- A) A convivência como dimensão vital no cotidiano de indígenas refugiados/as;
- B) Os significados do lazer e as relações com o tempo e o prazer;
- C) As atividades de lazer vivenciadas pelos/as indígenas refugiados/as.

A seguir, apresentamos o Quadro de Análise inspirado na Matriz Nomotética, que é utilizada na organização dos dados em pesquisas fenomenológicas na modalidade fenômeno situado. Nosso intuito é utilizar desse recurso valioso para a distribuição das unidades de sentido identificadas durante a análise das entrevistas.

Gonçalves Junior *et al.* (2021), ao detalharem a organização da Matriz Nomotética, explicitam a forma como ela está estruturada. Utilizando as palavras dos autores e da autora, esclarecemos que o Quadro de Análise apresentado a seguir é composto por uma coluna à esquerda, na qual estão dispostas as categorias provenientes das unidades de sentido identificadas nas entrevistas com os/as indígenas venezuelanos/as refugiados/as, classificadas por letras do alfabeto em sequência. As entrevistas são identificadas pelos nomes fictícios dos/as entrevistados/as, dispostos na parte superior do Quadro de Análise, em sequência horizontal. Abaixo da sequência dos nomes dos/as participantes e à direita das categorias encontram-se as caselas, onde são inseridos os números arábicos das unidades de sentido correspondentes àquela categoria e entrevista, preservando-se, assim, a origem de cada unidade de sentido. Quando houver ausência de unidade de sentido em uma casela, isso significa que a entrevista do/a participante não apresenta asserção(ões) correspondente(s) àquela categoria. Já a presença da letra “d”, em minúsculo, ao lado do número arábico indica a existência de uma divergência no interior da categoria analisada.

Durante a apresentação dos resultados, baseada nas entrevistas, utiliza-se, por exemplo, a seguinte notação “(Carmen-1)”, na qual se identifica o/a entrevistado/a e, após o hífen, o número em algarismo arábico que indica a unidade de sentido relativa à entrevista analisada.

Quadro 4: Quadro de Análise.

	Amilcar	Aníbal	Carlos	Cristina	Francisco	Gonzalo	Juan	Julio	Leonel	Milagros
A) A convivência como dimensão vital no cotidiano de indígenas refugiados/as.	10; 12; 13;		4;	1; 2; 11; 12; 13; 14; 16;	1;	1; 4; 10; 11; 19; 20;	1; 2; 9; 10; 11; 12; 13;	4	6; 7; 8;	12;
B) Os significados do lazer e as relações com o tempo e o prazer.	3; 4d; 5;			3; 4d; 5; 6d; 8d; 15d		13; 18;	3;		1; 3;	1; 3; 8;
C) As atividades de lazer vivenciadas pelos/as indígenas refugiados/as.	1; 2; 6; 7; 8; 9; 11;	1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9;	1; 2; 3;	7; 9; 10; 17;	2; 3; 4;	2; 3; 5; 6; 7; 8; 9; 12; 14; 15; 16; 17;	4; 5; 6; 7; 8	1; 2; 3;	2; 4; 5; 9; 10;	2; 4; 5; 6; 7; 9; 10; 11;

Fonte: Elaboração do próprio autor.

A) A convivência como dimensão vital no cotidiano de indígenas refugiados/as

Nesta categoria, apresentamos um panorama das relações de convivência estabelecidas pelos/as indígenas refugiados/as no contexto do abrigo. Pudemos perceber que tais relações não se limitaram a esse ambiente e extrapolaram seus muros limítrofes, alcançando outros contextos da sociedade boa-vistense. Em nosso estudo, a convivência se tornou uma dimensão substancial na dinâmica de vida dos/as indígenas refugiados/as, seja por questões afetas à dinâmica do abrigo e aos seus regramentos, seja pelas experiências de lazer. O convívio se tornou uma chave de leitura da realidade cotidiana vivida por estes/as homens e mulheres.

Na fala dos/as entrevistados/as, é recorrente a menção aos relacionamentos estabelecidos entre os/as próprios/as abrigados/as, entre estes/as e os/as militares/as e funcionários/as da AVSI e entre os/as indígenas refugiados/as e o pesquisador em campo. A inserção *in loco* ao longo do trabalho corrobora essa percepção sinalizada pelos/as participantes nas entrevistas concedidas e nas observações realizadas. A convivência representa um desafio em virtude, muitas vezes, da estranheza que pode provocar. Essa sensação manifesta-se de diferentes formas na realidade dos/as refugiados/as, tanto no contexto do abrigo quanto fora dele.

De acordo com Boff (2006), o conceito de convivência deve ser compreendido não como uma definição fechada, mas como uma visão dotada de contornos claros, entendida como o resultado de processos de aproximação e de conhecimento do Outro e do diferente. Como a própria filologia da palavra convivência sugere, trata-se de uma experiência vivida sempre com os Outros (*con-*) e nunca à margem deles. A noção de vivência, nesse contexto, não deve ser compreendida primordialmente como um dado psicológico, restrito aos movimentos da *psiqué* ou à mera subjetividade humana. Embora inclua essa dimensão, ela a transcende, pois envolve o ser humano em sua totalidade, abrangendo todas as suas dimensões, para além daquela estritamente psicológica.

Antes de tudo, de acordo com o autor, o Outro representa sempre um desafio, seja pela estranheza que provoca, seja por não pertencer ao nosso mundo. Trata-se, portanto, de um desafio de compreensão e de deciframento. Compreender o outro implica, na medida do possível, a superação da distância que nos separa dele, o que exige o estabelecimento de uma *ponte* entre sujeitos que se percebem mutuamente como diferentes (Boff, 2006).

Os desafios surgem porque conviver requer, muitas vezes, superar dificuldades em lidar com as outras pessoas que estão no mesmo ambiente, e isso faz parte da realidade cotidiana dos/as indígenas refugiados/as, haja vista a grande quantidade de pessoas que se encontram no abrigo Waraotuma a Tuaranoko. Esses desafios não se arrefecem, mesmo se tratando de pessoas pertencentes a um mesmo povo em alguns casos.

Cristina apresenta essa questão ao mencionar situações nas quais as crianças estão envolvidas:

[...] Até mesmo percebemos que às vezes é difícil para muitas pessoas educar uma criança, também não é igual. Hoje, pelo menos, você diz à criança: “Não faça isso”. Vem outro e diz: “Ele disse para não fazer”. E vem outro e faz, e a criança também quer fazer o que o outro faz, e então, para mim, é difícil [...] (Cristina-12).

[...] Se uma criança já não está: onde está essa criança? O que está fazendo? Cuidado! Em vez de jogar futebol, a bola está no campo. Vai comer! Aqui é refeitório [...] (Cristina-16).

Leonel comenta que o contexto do abrigo é um espaço de convivência entre as pessoas e destaca a necessidade de regras que possam balizar as relações. O reconhecimento de que não estão isolados/as, mas na convivência com outras pessoas, é elemento substancial em sua perspectiva:

[...] Bem [...] esta é uma ideia que todos nós temos, todos temos nossos desejos, nossas ambições, todos queremos ter sucesso, alcançar nossos objetivos e, durante esse processo, sempre haverá altos e baixos, haverá quedas e derrotas, isso faz parte do aprendizado. E também, morando aqui neste lugar, eu não sou o único, não sou sozinho, tenho que manter algumas regras de convivência, algumas regras de respeito com os vizinhos, tenho que manter também alguns códigos de conduta para viver aqui (Leonel-6).

O indígena refugiado chama a atenção para a existência de diferentes realidades que se apresentam no processo migratório. Tendo isso em vista, as regras de convivência e as responsabilidades individuais tornam-se aspectos relevantes para evitar problemas nas relações estabelecidas com os Outros:

[...] Que são, sim, cada um segue seu caminho, cada um se desloca à sua maneira, eu gosto de viver tranquilo, não gosto de ter problemas, tento cumprir minhas responsabilidades, acho que, à medida que formos cada vez mais responsáveis com nossas necessidades individuais, tudo ficará melhor (Leonel-7).

Apesar das dificuldades apontadas por Cristina, ela também consegue vislumbrar que os impasses na convivência e nas situações envolvendo as crianças no abrigo podem ter outro encaminhamento no cotidiano. Acredita que seria necessário ensiná-las, assim como aconteceu com ela ao longo de seu processo formativo:

[...] Eu sou indígena. Nós, meu marido e eu, somos indígenas, mas nos ensinaram a respeitar o que não é nosso, não podemos tocar, não podemos fazer isso (Cristina-12).

[...] Veja, é preciso ensinar isso a eles, porque não se pode ter as crianças por conta própria. Esta lavanderia é para a gente lavar a roupa e não para as crianças correrem e quebrarem as torneiras, porque não pode ser que todos os dias tenham que vir consertar as torneiras, consertar a cozinha, consertar as coisas. Não é assim. Então, isso é o que aprendi com os meus pais, muitas coisas que, como lhe disse, mas não pude, eles não puderam me dar estudos, essas coisas, mas sim, nos deram alguma educação (Cristina-16).

O gosto pelo convívio não é algo inato, mas exige aprendizado. A convivência é algo que se vai construindo entre as pessoas e possui relação direta com a história de vida de cada um/a:

[...] Bem, eu vou acrescentar algo muito importante: eu sou humanista. Eu gosto de ser humano. Eu gosto da parte social. E quem gosta da parte social é humanista, ama o mundo, ama a natureza, ama tudo o que nos rodeia (Gonzalo-19).

Para McGee e Pelham (2018), os campos de refugiados/as deveriam ser compreendidos como espaços de solidificação de relações sociais e políticas, capazes de abrir a possibilidade de recuperação de recursos básicos e de contestação do regime punitivo que marca a vida nesses locais. Apesar dessa estrutura punitiva, também se configuram como espaços de solidariedade coletiva, resistência e comunidade, nos quais se produzem economias informais, locais de culto e práticas culturais, como música e esporte.

Apesar das dificuldades em relacionar-se, o desejo por manter contato com outras pessoas para além do contexto do abrigo é um aspecto a ser considerado. Amilcar apresenta sua perspectiva em relação a este aspecto:

[...] gosto de conhecer pessoas novas, só que não sou muito bom a iniciar uma conversa com pessoas que não conheço. Se a situação se dá, se o momento se dá para conversar, converso. Mas eu ir e dizer: “Olá, boa tarde, o meu nome é Amilcar”, não consigo. Tem de ser espontâneo. E bem, o que faço no meu tempo livre é isso (Amilcar-10).

Por ser algo que se aprende, Gonzalo acredita que devam ser criadas oportunidades para a convivência. Nesse sentido, a intenção foi proporcionar às crianças do projeto de atletismo uma situação em que elas pudessem conviver com outras pessoas além daquelas restritas ao abrigo. A participação em uma corrida na cidade de Boa Vista/RR tornou-se, nesse caso, uma oportunidade de ultrapassar os muros limítrofes do abrigo, relacionar-se com outras pessoas e vivenciar um contexto diferente:

[...] E todos os meninos se divertiram, tomaram suco, sorvete, conheceram outras pessoas, se juntaram com outras pessoas, tiraram foto, comeram frutas [...] Aquele momento agradável quando termina uma corrida. para que se vai divertir. Então tudo isso [...] isso é integração social. E aí isso é o que procuramos. E assim foi (Gonzalo-10).

[...] E decidimos levar os dois grupos. Só que esses meninos não terminavam ali a integração social. Lá eu vi as medalhas, quando eles colocavam as medalhas eles pulavam que pareciam uns pula-pula (Gonzalo-11).

A convivência proporciona aprendizados recíprocos, o que beneficia a todos/as. As *charlas* (palestras) são espaços de diálogo para os/as quais os/as venezuelanos/as são convidados/as a participar e discutir uma determinada temática atinente às suas vidas. São contextos de tratamento horizontal e percebidos como momentos de aprendizagem em comunhão:

[...] Bem, isso é o que aprendemos aqui. Pelo menos nas conversas que tivemos, nas palestras que fizemos. Aprendemos com vocês aqui, os brasileiros, e nós, os venezuelanos, estamos a aprender com vocês e vocês aprendem conosco. Pelo menos a cultura, a religião, todas esas coisas que estamos a aprender aqui, é assim, convivendo juntos, trabalhando e assistindo às palestras, aprendemos um pouco mais (Cristina-13).

Nesse sentido, podemos recorrer às reflexões propostas por Freire (2005) e Freire (2006b) para pensarmos os processos educativos desencadeados a partir da convivência no contexto do abrigo. Nas relações estabelecidas, as pessoas aprendem umas com as outras. Aprender, nesse sentido, é muito mais do que um ato intelectual de apropriação de saberes acumulados e transmitidos pela tradição. Trata-se de um ato vital: uma comunhão de vidas, interesses e destinos, constituída por um complexo jogo de relações pessoais e sociais, no qual todas as dimensões da vida emergem e se articulam, ora em tensão, ora em harmonia, mas sempre inseridas em um dinamismo permanente de trocas em múltiplas direções.

O convívio estabelecido fora do espaço do abrigo pode gerar retornos positivos em ações que transformam a realidade não apenas daqueles que estão em contato direto, mas também beneficiam, direta ou indiretamente, outras pessoas. Esse caso pode ser ilustrado pela doação de tênis para o projeto de atletismo existente no abrigo, coordenado por Gonzalo. A pedido do indígena refugiado, um amigo conseguiu arrecadar calçados que hoje são utilizados pelas crianças do projeto nas atividades de lazer:

[...] E aqui a gente viu essa falta e se envolveu com todas as crianças. Aos poucos elas foram chegando, chegando e demos ao projeto o nome de “Atletismo em Movimento” porque temos os tênis e veio um amigo que conhecemos aqui, ele foi

embora levou os tênis e estamos nos verificando. E colocamos “Atletismo em Movimento”. E é assim. Só que quando chegamos aqui havia outro problema. Os meninos não tinham tênis. Só chinelas e as chinelas estavam todas rasgadas. Aí consegui sapato, era outro [...] muito difícil. Como conseguir sapato para tanta criança? Fui [...] falamos com um amigo que faz corrida, chama Cássio: “Cássio, pode colocar um pouquinho de sapato de seus amigos? Você pode, eh, colocar um anúncio no celular e falar com todos os amigos aí para ver se tem sapato usado?” E assim foi. Cássio não hesitou muito para que esses sapatos estivessem aqui nos outros dias. Só que os sapatos eram grandes. Porque lá estavam trabalhando com pessoas grandes de vinte, vinte e dois, vinte e três anos. Só que depois a gente viu que não era viável. Era gente que já tinha muitos vícios, essas coisas aqui no abrigo. A gente deu uma guinada de 360 graus e começou a trabalhar com crianças de 17 a 5 anos. E aí a gente tinha outro problema, que o sapato era grande e não dava para continuar com esses sapatos grandes. E aí ele me disse: “Eu vou recolher um pouquinho de sapatos pequenos”. Até que ele conseguiu os sapatos pequenos (Gonzalo-4).

Figura 30 - Crianças calçando os tênis para participar do projeto de atletismo.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

De modo convergente, estudos como os de Stack e Iwasaki (2009), Reis *et al.* (2020) e Shahzeidi; Stone; Filiz (2024) têm sinalizado que o lazer pode assumir um caráter intencional e significativo, ao oferecer oportunidades não apenas para vivências prazerosas de socialização, mas também para a construção e reconstrução de vínculos com a família, os/as amigos/as e a comunidade. Esses benefícios do lazer podem contribuir de forma expressiva para o fortalecimento da comunidade refugiada e, conseqüentemente, para a melhoria de sua qualidade de vida. Dessa forma, o lazer, enquanto meio de desenvolvimento do senso de comunidade, favorece a construção de pertencimento e de vínculos de filiação, bem como a realização pessoal dos refugiados.

Em algumas ocasiões, a criação de oportunidades para o convívio enfrenta obstáculos. Com isso, possíveis auxílios que poderiam ser prestados e beneficiar cotidianamente as pessoas do abrigo

podem não se concretizar. Nesses casos, os regramentos estabelecidos pelas instituições que lidam diretamente com a questão humanitária tornam-se um problema. Assim, tem-se um conflito entre o desejo de uma maior convivência com as pessoas da sociedade receptora, dispostas a ajudar, e os limites estabelecidos para o ingresso de auxílio aos/às indígenas refugiados/as:

[...] Os irmãos não podiam entrar nos abrigos porque há um protocolo. Não sei como você entrou e se foi você que pediu alguma permissão, porque as agências não querem que pessoas estranhas entrem, para ver o que você vai fazer. Então, é algo que às vezes eu aproveito, um parceiro que vem com vontade de nos ajudar e eles abriram as portas, então eu vejo esse ponto de vista negativo em relação a esse assunto (Juan-10).

A dificuldade de doação de objetos ou de outros materiais foi registrada em um dos Diários de Campo, em razão de uma conversa mantida com uma das gestoras do abrigo:

[...] Perguntei a Camila se eu poderia realizar a doação de coletes para o projeto de atletismo com as crianças, realizado por Gonzalo. Ela me respondeu dizendo que toda doação realizada não deve ser encaminhada diretamente ao beneficiário, mas à gestão do abrigo. Seria uma forma de não privilegiar uma ou outra pessoa (DC X – 17/01/2024).

Na história de vida dos/as refugiados/as, o convívio mantido com pessoas do seu próprio círculo de amizades em seu contexto de origem pode colaborar para a decisão de migrar ou não. O relato de quem já passou pela experiência migratória traz elementos substanciais para entender a realidade do país de recepção:

[...] Como eu tinha amigas que moravam aqui no Brasil, elas vinham a Tucupita e nos contavam que no Brasil nos davam ajuda, roupas, que no hospital éramos bem atendidos e que a menina, que já tinha 12 anos, nos obrigou, os pais, a vir para cá. Então, com vontade de salvá-la, vendemos tudo o que tínhamos (Cristina-1).

As redes sociais configuram-se como canais de informação cada vez mais utilizados, a partir dos quais os/as migrantes e refugiados/as orientam tanto a decisão de migrar quanto a escolha dos destinos de assentamento. Embora ofereçam um meio de comunicação relativamente acessível, de baixo custo e rico em recursos multimídia, seu uso não está isento de desafios para as pessoas em situação de deslocamento forçado (Dekker *et al.*, 2018).

Em estudo que analisou o papel das redes sociais no processo migratório de requerentes de asilo sírios/as, focalizando seu uso antes e durante a migração, a partir de entrevistas em profundidade com 54 migrantes sírios/as que solicitaram asilo e obtiveram o status de refugiados/as na Holanda, Dekker *et al.* (2018) constataram que a maioria dos/as participantes teve acesso a informações por meio das redes sociais em todas as etapas do deslocamento, sobretudo com o uso de smartphones.

Contudo, o estudo apontou que o uso dessas tecnologias é atravessado por desigualdades de acesso e por restrições associadas à vigilância governamental, fator que limita ou condiciona sua utilização pelos/as requerentes de asilo. Além disso, os resultados indicam uma maior confiança dos/as migrantes em informações provenientes de laços sociais preexistentes e em conteúdos baseados em experiências pessoais, percebidos como mais confiáveis do que informações de origem desconhecida (Dekker *et al.*, 2018).

Diante da ampla circulação de rumores nas redes sociais, os migrantes desenvolvem estratégias ativas de validação das informações, que incluem a checagem das fontes, a confirmação com pessoas de confiança, a triangulação entre diferentes fontes on-line e a comparação das informações obtidas com suas próprias vivências. Esses resultados ressaltam o uso crítico e estratégico das redes sociais pelos/as requerentes de asilo no enfrentamento das incertezas do processo migratório (Dekker *et al.*, 2018).

Na esteira dessa perspectiva, de acordo com Quirke (2015), o conjunto emergente de pesquisas sobre o lazer de imigrantes e refugiados/as não apenas demonstra a relevância das atividades de lazer para os processos de adaptação dos recém-chegados/as, mas também demonstra a utilidade do lazer como uma lente analítica para compreender de forma mais aprofundada as dinâmicas de assentamento. Os estudos voltados ao lazer de imigrantes e refugiados/as podem, assim, oferecer aos/as pesquisadores/as da área das migrações novas perspectivas para a análise das experiências migratórias e dos processos de integração e assentamento.

A situação de crise humanitária vivida pelos/as indígenas refugiados/as gera situações de solidariedade na convivência. É o caso da articulação tecida por representantes de povos indígenas que vivem no Brasil, sobretudo aquelas cujo território se localiza no estado de Roraima, para empenhar auxílio aos/as representantes das etnias venezuelanas que se encontram no Brasil. Esse aspecto é mencionado por Juan:

[...] porque no Brasil há uma, como eu disse antes, é uma terra de muitas oportunidades e aqui estamos a trabalhar e estamos com os outros irmãos, tentando fazer a ligação com outras instituições, os outros irmãos indígenas, Macuxi, Wai wai, e estamos trabalhando juntos porque o que está a acontecer conosco hoje, os indígenas, eles também estão a sofrer, pois estão a tirar-lhes as terras, estão a tirar-lhes, mas eu venho de uma parte da Venezuela onde muitos garimpeiros estão a tomar posse de uma terra que eles tinham, pois eles queriam, porque tinham muitos minerais, e eles se apoderaram para poder, e muitos líderes indígenas reclamaram disso e morreram só por reclamar isso, então os mesmos irmãos indígenas brasileiros e os mesmos Macuxi, Wai Wai e outras etnias também sofreram isso, o mesmo que os fazendeiros tiraram, nós temos terras e as mesmas distorções, o mesmo problema que os irmãos indígenas da Venezuela têm é o mesmo problema que está aqui também no Brasil. Mas, de qualquer forma, houve muitas mudanças que vimos que essas mudanças que vieram são boas e é somente através da luta dos irmãos indígenas organizados que eles conseguiram conquistar alguns espaços, mas era a esses irmãos que eu tinha gratidão (Juan-13).

Percebemos que o convívio no cotidiano dos/as refugiados/as, dada a difícil situação que enfrentam, gera, por parte deles/as, um sentimento de gratidão. As oportunidades que se apresentaram desde a chegada dos/as entrevistados/as da Venezuela ao Brasil são destacadas em trechos de suas falas. As circunstâncias que geram esse sentimento são diversas e envolvem muitas pessoas com as quais os/as indígenas refugiados/as se relacionam.

Ser grato pela acolhida recebida no abrigo é um dos aspectos enfatizados. Dois entrevistados, inclusive, relacionam a oportunidade de poder circunstancialmente se distanciar das agruras vividas na Venezuela, por meio do processo de abrigamento, a uma obra divina. Cabe destacar que, em algumas ocasiões, a gratidão pelas oportunidades oferecidas se faz presente. Contudo, não isenta de um olhar crítico e de algum desacordo em relação ao tratamento recebido:

[...] Sinceramente, me sinto muito grato às pessoas que tenho a oportunidade de carregar, como digo, assim como às pessoas da AVSI, sempre gosto de agradecer, tanto a elas como a Deus, porque é Ele que permite que todas estas coisas aconteçam (Amilcar-13).

[...] Posso dizer que estou aqui graças a Deus e ao apoio que vocês me deram. E digo em nome de Deus. Acredito que vou seguir em frente e que todos aqui também farão o mesmo, com uma mente positiva e otimista (Carlos-4).

[...] é muito importante, quero agradecer em primeiro lugar a Deus e ao Brasil, porque nos ajudou em tudo e nos recebeu de forma responsável, que em todo o mundo que está a receber os venezuelanos de braços abertos se chama Brasil, em comparação com os outros países que nos discriminaram, mas o Brasil está a dar-nos uma oportunidade e o Brasil é muito grande e o Brasil é de oportunidades que temos que saber aproveitar (Juan-2) [...] Bem, em relação a quem está no abrigo, as condições não são boas, mas pelo menos é um paliativo que nós, venezuelanos, temos neste momento. Em que pelo menos o exército está ajudando, está ajudando a equipe da AVSI e muitos parceiros que vieram de boa vontade e que realmente estão a nos ajudar. Não temos de pagar a luz, a água. Além disso, nos traz a alimentação e nós estamos gratos por isso (Juan-9).

[...] estamos num abrigo e nós recebemos esse apoio. Os benefícios que dão aqui é melhor do que viver na Venezuela, porque na Venezuela está tudo mal (Francisco-1).

Um dos pontos que chama a atenção é o reconhecimento por poder participar da entrevista e contar um pouco de sua história. Amilcar verbaliza esse aspecto expressando-se da seguinte forma:

[...] Só gostaria de agradecer por esta pequena entrevista, pelas oportunidades que nos foram oferecidas neste momento (Amilcar-12).

No caso particular de Amilcar (e não somente), cabe relatar que a gratidão e o aprendizado são recíprocos. Foi ele quem nos fez refletir sobre o emprego da expressão *tempo livre* como aquela que melhor se adequaria para a compreensão das pessoas a serem entrevistadas:

[...] Amilcar demonstra curiosidade em saber um pouco mais sobre minha pesquisa de doutorado. Faço um breve relato sobre os principais aspectos e justifico a ele a minha presença ali no abrigo. Comento que, em breve, realizaria entrevistas com as pessoas a fim de compreender o que elas entendem por lazer (*ocio*). Amilcar pergunta o que seria lazer. Tento explicá-lo, em poucas palavras, sem, com isso, revestir a minha fala de academicismo inócuo. Após escutar a minha explicação, ele diz: “Não seria melhor utilizar a expressão tempo livre? Lazer (*ocio*) é muito técnico [...]” (DC VII – 14/01/2024).

Leonel, além de expressar a sua gratidão por poder conviver com pessoas de outro país, diz que aprende muito com outra cultura. Reconhece que, em um primeiro momento, os elementos presentes nas culturas venezuelana e brasileira podem se assemelhar; porém, afirma que se trata de aspectos distintos. Destaca ser relevante querer aprender com a outra cultura e entende tratar-se de uma oportunidade ímpar para experimentar novas possibilidades:

[...] Eu sei que, bem, estou muito grato aqui ao povo do Brasil, aprendi muito, pois venho de uma cultura que é parecida, mas não é a mesma cultura, há outros tipos de comida, é outro idioma e é sempre preciso ter a mente aberta, temos que manter a mente aberta para nos integrarmos nesta sociedade e aprender a amar a outra cultura. E também gosto de experimentar. Gosto da comida daqui. O açaí, a farinha, já estou acostumado a comer porque em Santa Elena de Uairén os indígenas também comem isso (Leonel-8).

Na convivência durante as conversas estabelecidas com os/as refugiados/as, bem como nas entrevistas realizadas, eles/as procuram, cada um/a à sua maneira, representar em palavras a esperança como necessidade ontológica dos seres humanos e que serve de motivação na busca por dias melhores. O desejo por viver uma nova condição, para alguns entrevistados/as, passa pelo objetivo de regresso ao seu país, em uma nova conjuntura política, social e econômica. Expressar a esperança por dias melhores não diz respeito somente a uma satisfação particular, mas expressa o desejo de que as condições sejam as melhores para as demais pessoas que vivem em outro país em situação de deslocamento forçado:

[...] Eu penso que, em nome de Deus, acredito que este ano vamos poder voltar para a nossa terra, porque já está na hora de também procurar outra vida, porque isto aqui não é vida (Cristina-14).

[...] Porque todo tempo a gente, tu sabe, a gente tem a casa, casinha. Bom, tem comida, tem já. Tá pronto. Acabou a gente fica aqui. Não. Assim, é como a gente tem que pensar mais na frente, a gente tem que pensar em sair, sorrir. Mais na frente, tirar meus filhos daqui. As comunidades delas. Porque aqui como tu vê, não é bom

pros meus filhos. Eu, pra mim, é assim... Não é bom pra meu filho. Eu quero já sair para um lugar meu, pra ele fica, ele fica na comunidade dele, pra ele ficar bem (Milagros-12).

[...] primeira coisa que quero é que essas pessoas aqui vão para um lugar digno, que sejam encaminhadas para sua interiorização, que os meninos vão à escola, que as pessoas que passaram por aqui, que eu as conheça daqui a cinco, dez anos, eu as conheça de novo: “Oh, professor! Como você está, Gonzalo?”. Então, esse tipo de coisa, um abraço, essas são as coisas que quero que aconteçam aqui daqui para frente com todas essas pessoas. Que tenham um recomeço de uma vida melhor e voltem, talvez, para seu país (Gonzalo-20).

A convivência relatada e observada ao longo do trabalho de campo revela-se como uma dimensão complexa e fundamental na configuração de suas experiências de vida de pessoas em contexto de deslocamento forçado. Os relatos apresentados indicam que, embora permeada por tensões, regras e limites institucionais, configura-se também como um espaço de aprendizagem, solidariedade e constituição identitária. O cotidiano compartilhado no abrigo exige dos/as refugiados/as o exercício constante da alteridade, mediando conflitos e diferenças culturais em meio a uma rotina marcada pela coletividade.

A convivência demanda disciplina, respeito e responsabilidade, mas também integração social e encontro com o Outro fora dos muros do abrigo. Apesar das barreiras burocráticas impostas pelas instituições de acolhida, que por vezes limitam o fluxo de ajuda e a espontaneidade dos vínculos, os sujeitos constroem estratégias de convivência que ultrapassam a lógica assistencialista, reafirmando sua agência e capacidade de (re)organizar a vida em comunidade.

A vivência diária das pessoas no contexto do abrigo deriva do conviver e do coexistir, entendidos como modos de ser amplos, globalizantes e inclusivos. Ela decorre da vida assumida em sua plena complexidade, compartilhada com os outros, na coexistência cotidiana e na participação dinâmica em suas existências, em seus sentidos de ser, em suas lutas, buscas, derrotas e conquistas. É nesse contexto de convivência que se realiza um aprendizado efetivo, compreendido como construção coletiva do saber, das visões de mundo, dos valores que orientam a vida e das utopias que mantêm o futuro aberto.

A convivência não elimina nem anula as diferenças. Ao contrário, consiste na capacidade de acolhê-las, reconhecê-las como tais e, ainda assim, viver com elas — e não apesar delas. Ela só se torna possível a partir da relativização das diferenças em favor dos pontos de convergência, os quais constituem a base concreta para uma convivência pacífica, ainda que persistam tensões decorrentes das diferenças legítimas (Boff, 2006).

Carpi *et al.* (2021) identificam o potencial do lazer e do convívio social na vida cotidiana de refugiados/as como elementos que contribuem para suas aspirações de sobrevivência e autossuficiência. Embora as atividades de lazer não sejam capazes de suprir integralmente as

múltiplas necessidades enfrentadas por esse grupo, elas favorecem a criação de oportunidades e de redes sociais por meio das quais os/as refugiados/as buscam assegurar sua própria sustentabilidade. Tais atividades, centradas no convívio social, ampliam também a compreensão humanitária acerca das “necessidades” nos programas de subsistência. Torna-se patente que o lazer, o convívio social e o desenvolvimento de redes sociais constituem dimensões centrais da sobrevivência dos/as refugiados/as e de seus esforços para construir vidas significativas em contextos urbanos.

Considerar as experiências de lazer de refugiados/as e migrantes para além das esferas econômicas e funcionais contribui para elucidar os processos de negociação de identidades híbridas em novos contextos, mediados por dinâmicas de adaptação, pertencimento e construção de sentidos de “lar”. Ademais, tem-se ampliado a compreensão de que, para analisar de que modo os espaços e as práticas de lazer dos migrantes são moldados, limitados ou viabilizados, é imprescindível levar em conta os motivos e as rotas da migração, as experiências de recepção e assentamento, as restrições estruturais associadas às políticas migratórias e ao status de imigração, bem como as possibilidades de migração de retorno (Lewis, 2015; Li; Stodolska, 2006; Stodolska; Santos, 2006).

De maneira geral, a categoria *A convivência como dimensão vital no cotidiano de indígenas refugiados/as* revela que o convívio no abrigo de acolhimento emergencial constitui um eixo estruturante da experiência cotidiana dos povos Warao e Pemón, extrapolando os limites físicos da instituição e alcançando interações com a sociedade boa-vistense. A convivência emerge como uma chave interpretativa fundamental para compreender tanto as dinâmicas impostas pelos regramentos institucionais quanto as experiências de lazer vivenciadas no coletivo. Os relatos indicam que conviver implica lidar com a alteridade, com a diversidade cultural e com tensões inerentes à vida compartilhada, inclusive entre representantes de um mesmo povo. Assim, o convívio não se apresenta como algo espontâneo ou isento de conflitos, mas como um processo construído, marcado por desafios cotidianos relacionados à educação das crianças, ao respeito às normas comuns e à necessidade de preservar o bem coletivo no contexto do abrigo.

Ao mesmo tempo, a convivência revela um potente caráter educativo, na medida em que promove aprendizados recíprocos e processos formativos que transcendem a dimensão formal da educação. As interações com outros/as refugiados/as, com profissionais das instituições gestoras, com militares e com o pesquisador em campo configuram espaços de diálogo, negociação e construção de sentidos. As experiências relatadas apontam que aprender a conviver significa reconhecer o Outro como diferente, estabelecer pontes de compreensão e compartilhar saberes, valores e práticas culturais. Nesse sentido, iniciativas relacionadas ao lazer, como projetos esportivos, participação em eventos na cidade e momentos de socialização, funcionam como mediadores privilegiados da integração social, favorecendo a ampliação das redes de sociabilidade e o fortalecimento do

sentimento de pertencimento, mesmo diante de limites burocráticos e institucionais que, por vezes, restringem essas interações.

Por fim, a convivência aparece atravessada por sentimentos ambíguos de gratidão, crítica e esperança. Os/as indígenas refugiados/as reconhecem o abrigo como um espaço de proteção e de alívio frente às adversidades vividas no país de origem, sem deixar de apontar precariedades e discordâncias quanto às condições oferecidas. As redes de convivência, presenciais e mediadas pelas redes sociais, também se mostram centrais nas decisões migratórias, na circulação de informações e na sustentação simbólica da esperança por um futuro melhor, seja no Brasil, seja em um eventual retorno ao país de origem. Assim, a convivência, longe de eliminar diferenças, afirma-se como um exercício cotidiano de coexistência, aprendizagem e resistência, no qual o lazer desempenha papel relevante na construção de vínculos, na produção de sentidos para a vida em deslocamento forçado e na manutenção de projetos e utopias individuais e coletivas.

Na categoria a seguir, discutiremos aspectos relacionados aos significados do lazer expressos pelos/as indígenas refugiados/as e a relação com a dimensão temporal.

B) Os significados do lazer e as relações com o tempo e o prazer

Nesta categoria, abordamos os significados atribuídos ao lazer pelos/as refugiados/as. Tratou-se do acesso à compreensão que eles/as possuíam acerca dessa prática social, uma vez que esse era um dos objetivos delineados para a pesquisa. É importante recordar que a expressão *tempo livre* foi utilizada para se referir a uma parte do tempo na qual as pessoas realizam atividades que possam lhes dar prazer, o que inclui as atividades de lazer. Ainda que tal associação não seja consensual e existam críticas direcionadas a esse uso, conforme apontam autores/as do campo dos estudos do lazer, mantivemos, contudo, essa expressão em virtude de sua maior proximidade com o universo de compreensão dos/as indígenas refugiados/as entrevistados/as. Ademais, o emprego da expressão *tempo livre*, no contexto latino-americano, é mais recorrente do que a palavra *ocio*, que seria a tradução em espanhol para o termo lazer.

No tocante à atribuição de significado ao lazer, Cristina, Amilcar, Gonzalo e Leonel trataram de expressar as suas respectivas compreensões sem vinculá-las diretamente a atividades que podem ser vivenciadas no momento de lazer. As perspectivas adotadas por essa/es participantes contribuem para uma delimitação clara entre o que um dado fenômeno representa para ela/es e como têm experienciado esse mesmo fenômeno.

Ainda que atribuir significado ao tempo livre e ao lazer não seja uma tarefa fácil, como aponta Leonel, em seu entendimento estaríamos diante de uma esfera significativa em nossas vidas que pode ser vivenciada de forma a colocar as diferentes demandas de nosso cotidiano em suspensão:

[...] Mas o tempo livre é importante. Porque o tempo livre para mim é como um momento em que a gente tem que tirar tantas coisas que a gente vai integrando no nosso ser, vai integrando também, a gente tem que ir soltando e tirando, então o tempo livre também é para acalmar a mente e acalmar as ideias (Leonel-3).

Ao apresentar sua perspectiva, Gonzalo expressa uma concepção próxima à de Leonel. A possibilidade de afastar-se, ainda que por um determinado período, das dificuldades da vida e, com isso, dedicar-se a si mesmo e relaxar é um aspecto enfatizado pelo entrevistado. Entendemos que a dimensão do prazer está contemplada na compreensão de Gonzalo:

[...] Cara, o tempo livre é a melhor coisa que você tem na vida. Quando você faz tantas coisas difíceis, mentais. É aquele momento em que você quer relaxar, você quer ficar tranquilo, você quer se envolver especialmente com as crianças. Então, tempo livre para mim é um momento de relaxar, de ficar tranquilo consigo mesmo, de conversar consigo mesmo, onde vêm emoções, onde vêm pensamentos totalmente corretos, você analisa a vida. O tempo livre é um momento, é uma parada na vida que você faz para resolver problemas e para se sentir bem consigo mesmo (Gonzalo-13).

[...] Então, eu tento não trazer tantas coisas pesadas para minha mente, para poder ficar mais tranquilo. Acho que quando a gente pensa em tanta coisa, não resolve muita coisa. A gente tem que ficar mais relaxado e se concentrar mais em resolver os problemas. Não atrair problemas para nossas vidas, mas resolver os problemas que estão (Gonzalo-18).

As perspectivas apresentadas por Leonel e Gonzalo aproximam-se das vertentes de significados do lazer culturalmente influenciadas, as quais foram sistematizadas por meio de um estudo de revisão da literatura internacional e multicultural conduzido por Iwasaki (2007). De acordo com o autor, o lazer pode proporcionar a evocação de emoções e afetos positivos, o fortalecimento do senso de si, a facilitação de conexões com os outros e a espiritualidade, bem como o desenvolvimento de um senso de propósito e significado para a vida. Essas possibilidades são aquelas que mais se aproximam das perspectivas apresentadas pelos dois indígenas participantes do estudo. Contudo, o autor acrescenta ainda que o lazer possibilita transcender o trauma e “realçar o bem” na experiência cotidiana, desenvolver a força interior por meio de atividades de lazer que promovam uma vida engajada, além de estimular a educação para o lazer enquanto promotora do desenvolvimento humano ao longo da vida.

Além disso, os excertos das falas de Leonel e Gonzalo nos impelem a discutir as funções do lazer, tal como propostas por Dumazedier (2004a). De acordo com o autor, o lazer possui um caráter

livre, hedonístico e pessoal, tendo como funções o descanso, o divertimento e o desenvolvimento dos indivíduos. A função de descanso tem como objetivo combater a fadiga do indivíduo, gerada principalmente por suas atividades de trabalho. A função de divertimento visa fazer com que o indivíduo se esqueça de sua vida monótona no trabalho e das demais atividades obrigatórias realizadas em seu cotidiano. Por fim, a função de desenvolvimento tem como objetivo aprimorar os conhecimentos, favorecer a integração com a comunidade e estimular a prática de uma cultura mais livre e desinteressada.

No entanto, ao discutir as funções do lazer, cabe ressaltar o alerta realizado por Dumazedier (2004a, p. 34, grifos do autor):

As três funções são solidárias, estão sempre intimamente unidas umas às outras, mesmo quando parecem opor-se entre si. Na verdade, essas funções acham-se presentes, em graus variados, em todas as situações e em relação a todos os indivíduos; podem suceder-se ou coexistir; manifestar-se uma de cada vez ou simultaneamente na mesma situação de lazer. Às vezes estão de tal modo interpenetradas que se torna difícil distingui-las. Na realidade, cada uma delas não passa quase sempre de uma *dominante*.

No que tange ao descanso, mencionado pelos/as indígenas refugiados/as, é preciso pensá-lo de maneira contextualizada, o que requer pensarmos a situação vivida pelos/as participantes da pesquisa. Isso porque, segundo Gomes (2008b, p. 11):

A necessidade de descanso, pois, pode ser atendida por meio do sono que permite, quando muito, a recuperação das energias despendidas no processo produtivo pelos grupos socialmente desfavorecidos. Porém, dependendo das condições concretas de existência, para os segmentos mais abastados a necessidade de descanso vai muito além do sono reparador, podendo ser satisfeita por meio do consumo de bens e de serviços: massagens, terapias, viagens, divertimentos relaxantes, tratamentos alternativos, cursos e outras diversas possibilidades.

De certo, os/as indígenas entrevistados/as não gozam de condições materiais de existência para o desfrute do descanso em uma perspectiva de consumo e, portanto, cabe buscar os sentidos que são atribuídos por eles/as a essa possibilidade de fruição do lazer.

Amilcar explicita a dimensão do prazer como parte constituinte do tempo livre, o que, por sua vez, contemplaria as atividades de lazer vivenciadas pelas pessoas:

[...] O que é tempo livre para mim? Bem, eu acho que tempo livre é aquele pequeno espaço que todos nós, seres humanos, temos quando não temos nada para fazer, ou aquele pequeno momento em que as pessoas aproveitam para fazer o que mais gostam e se divertir ou aproveitar aquele momento (Amilcar-3).

Em outra asserção de Amilcar, podemos identificar que ele reitera essa dimensão hedonística em sua compreensão de tempo livre:

[...] então todos temos um pequeno momento que seria o nosso tempo livre, que aproveitamos para fazer as coisas de que gostamos ou para descansar (Amilcar-5).

Em particular, além da dimensão do prazer, podemos destacar a função do divertimento. De acordo com Kishimoto (2008), o divertimento pressupõe prazer, bem-estar e uma ética própria dos tempos modernos, manifestada no jogo que, enquanto expressão do lazer, possibilita a liberação de tensões e de necessidades reprimidas pelo controle exercido sobre o indivíduo no trabalho e na maior parte de seus comportamentos na vida social.

Gutierrez (2001) concebe o prazer como um elemento central nas pesquisas sobre lazer, ao afirmar que não há lazer sem a expectativa de vivenciar alguma forma de prazer. Contudo, o autor ressalta que o prazer não se restringe à dimensão fisiológica. Ao contrário, conclui que “a definição da categoria prazer tanto depende como condiciona determinada concepção de sociedade” (Gutierrez, 2001, p. 24). Embora o prazer possa ser experimentado em diferentes esferas da vida, o lazer constitui uma dimensão particularmente marcada por fatores sociais que atribuem significado às práticas, qualificando-as como prazerosas para os sujeitos.

Nos excertos das falas de Amilcar, Gonzalo e Leonel, a temporalidade constitui um dos elementos centrais para compreender o que as pessoas realizam de forma prazerosa em seus respectivos tempos livres. Numa compreensão atrelada à dimensão do tempo, Juan reconhece ter tempo livre em um curto período, conforme vemos no excerto:

[...] Bem, aqui estamos nós dentro da vila e dedicamos um tempo ao lazer, das duas às três da tarde (Juan-3).

Contudo, a questão não está isenta de contradições. Cristina apresenta perspectivas diferentes em sua tentativa de definir o tempo livre, o que impactaria a sua compreensão e fruição do lazer sob essa perspectiva. Em dado momento, a indígena refugiada assevera que o tempo livre, “[...] é como para, para alguém será descansar, fazer essas coisas” (Cristina-3), o que demonstra, inicialmente, uma desvinculação de atividades supostamente obrigatórias. Dessa forma, consegue vislumbrar um vínculo com o relaxamento e experiências afins, tal como indicado pelos demais entrevistados. No entanto, na sequência de sua entrevista, reconhece não ter tempo livre no contexto vivido por ela no abrigo:

[...] Mas, para mim, não tenho tempo livre. Não, não tenho. Porque estou sempre a fazer alguma coisa. Além disso, com a minha neta deficiente, tenho de estar mais atenta, porque não tenho tempo livre (Cristina-4d).

[...] A hora em que vão limpar, a hora em que vão fazer tudo isso, então, para nós, quase não temos tempo livre aqui, então, vamos dizer, não há tempo livre (Cristina-6d).

[...] Ainda neste momento, continuo a planejar com o meu marido que este ano continuaremos a levar as crianças como pudermos e às vezes que lhes digo que não tenho descanso (Cristina-15d).

A fala de Cristina é sintomática para pensarmos a apropriação do lazer pelas mulheres. Ainda que não exerçam atividades remuneradas, os cuidados com os/as filhos/as, marido, avôs/avós, netos/as, os compromissos cotidianos e a manutenção da carpa foram apontados como as principais barreiras à participação em atividades de lazer. Assim, embora possa parecer que essas mulheres dispõem de mais tempo livre, o relato da indígena refugiada e as observações realizadas durante o trabalho de campo indicam justamente o contrário.

Com efeito, em virtude das várias tarefas com as quais se encontra envolvida no abrigo, essa não seria uma possibilidade viável em seu entendimento. Mais à frente, veremos que a colaboradora da pesquisa identifica possibilidade de fruição do lazer e reconhece no descanso a sua (esporádica) efetivação:

[...] E quando vou para a Venezuela que descanso um pouco, porque sei que eles ficam aqui com ela (Cristina-5).

Mas, ainda assim, poder descansar ou realizar algo no chamado tempo livre torna-se uma dificuldade, sobretudo quando situações de cunho pessoal estão envolvidas:

[...] E isso foi o que aconteceu comigo quando perdi os meus dois filhos. Fiquei três meses com Médicos Sem Fronteiras, a psicóloga mandava-me dormir uma hora por dia e eu não conseguia, porque o problema é que até agora não consigo aceitar que os meus filhos já estão mortos há cinco anos e, para mim, ainda é como se não fosse verdade. Não é fácil, irmão (Cristina-8d).

A partir de estudo baseado em entrevistas em profundidade realizadas com treze mulheres refugiadas latino-americanas residentes em Halifax, na província da Nova Escócia, no Canadá, Rublee e Shaw (1991) examinaram o papel do lazer, da comunidade e da participação no trabalho em suas trajetórias de vida, tanto no que se refere às restrições percebidas quanto aos potenciais benefícios para a integração social. Os resultados indicaram que diversos fatores, entre eles a proficiência na língua inglesa, a disponibilidade de serviços de cuidado infantil, a orientação inicial recebida e o nível de apoio da comunidade étnica, atuaram como restrições à mobilidade física e

social das mulheres, afetando negativamente seu grau de participação nos diferentes âmbitos da vida social. Ademais, demonstrou-se que a limitada inserção na comunidade, no lazer e no trabalho remunerado comprometeu o bem-estar geral das mulheres imigrantes e reduziu seu potencial de integração social.

O conteúdo da fala de Cristina converge com o que alguns estudos acerca do tema têm apresentado. Em estudo sobre os significados do lazer de mulheres africanas refugiadas no Canadá, Hurly (2019) explicitou que fatores pessoais afetavam negativamente o lazer dessas mulheres. Em virtude da ocupação do tempo com tarefas domésticas, a criação dos filhos e o trabalho, restava-lhes pouco tempo para o lazer, o que as deixava física e emocionalmente esgotadas.

Cabe destacar a pesquisa desenvolvida por Shahzeidi (2023), cujo objetivo foi analisar as diferenças de gênero na participação em atividades de lazer, bem como na percepção da qualidade de vida entre a população refugiada na Turquia. Embora os resultados indiquem que homens e mulheres refugiados/as apresentavam condições igualmente precárias de qualidade de vida, com disponibilidade restrita de lazer e baixa participação em atividades dessa natureza, a qualidade de vida percebida pelas mulheres mostrou-se significativamente inferior à dos homens.

O deslocamento forçado, os danos substanciais às redes sociais e a pobreza intensificam o risco de problemas de saúde mental, risco que se torna ainda mais elevado no caso das mulheres, em razão de sua maior exposição a distintas formas de violência e opressão baseadas em gênero, tanto no âmbito familiar quanto na esfera social. Ademais, o estigma religioso e os estereótipos raciais e étnicos podem influenciar de maneira decisiva os significados atribuídos ao lazer, bem como as barreiras enfrentadas e as experiências vivenciadas por mulheres em situação de refúgio (Shahzeidi, 2023).

Milagros apresenta compreensão distinta e, devido à falta de trabalho, entende que, neste momento de sua vida, o dia é todo voltado para o tempo livre:

[...] O tempo livre [...] Bom a gente falou [...] Pelo menos agora eu não tô trabalhando, não. Aí tô praticamente, acho, que o meu tempo livre é todo o dia [...] [risos] (Milagros-1, tradução nossa). e, assim, praticamente, porque a gente não está trabalhando neste momento (Milagros-8).

E afirma não gostar de estar sem fazer nada no tempo livre:

[...] Esse tempo livre porque que é não fazer nada, que a gente faz alguma coisa. Aí todo dia dentro da carpa, imagina sem fazer nada e sabendo algumas coisas que a gente pode fazer pelo menos [...] (Milagros-3).

Henderson e Gibson (2013), a partir de uma revisão integrativa, identificam um crescimento consistente da produção científica acerca do lazer, da mulher e do gênero. Nesse sentido, asseveram

que parte considerável desses estudos é desenvolvida numa perspectiva ocidental, privilegiando as experiências e as vozes de mulheres brancas do Ocidente. Diante dessa lacuna, as autoras defendem a ampliação das perspectivas culturais sobre o lazer, especialmente a partir de enfoques internacionais, uma vez que os valores culturais incorporados podem influenciar de forma significativa a liberdade de escolha das mulheres, com impactos diretos em suas trajetórias de vida e em suas experiências de lazer.

Henderson (1996), em estudo anterior, assevera que os significados atribuídos ao lazer variam entre diferentes grupos de mulheres, sendo profundamente marcados por contextos culturais específicos. Assim, tais significados refletem tanto a identidade cultural quanto as normas sociais que orientam as práticas femininas.

As perspectivas distintas apresentadas por Cristina e Milagros sobre o lazer, representantes de povos indígenas diferentes, talvez possam ser compreendidas a partir dos contextos culturais específicos nos quais se inserem, tal como sugerido por Henderson (1996). A título de exemplo, podemos citar o estudo de Sawrikar e Muir (2010), que identificou que as mulheres sul-asiáticas residentes na Austrália tendiam a evitar a participação em atividades esportivas em razão de expectativas culturais e comportamentais oriundas da sociedade indiana, e não da australiana, que associavam o papel feminino prioritariamente às atividades domésticas.

A oferta e o acesso ao lazer por parte da população refugiada são limitados e, em particular, as mulheres refugiadas tendem a se encontrar em posição de desvantagem em relação ao contexto social de modo geral. Essa desigualdade está assentada no patriarcado, que, segundo Santos (2022), é uma das formas de dominação moderna, como visto anteriormente. Com isso, mesmo em contextos de grupos sociais marginalizados⁷², tais como as pessoas em situação de deslocamento forçado, observa-se a expressão dessa faceta perversa.

Estudos como os de Subasi (2022) e Tarkó e Benkő (2019) ressaltam as dificuldades multidimensionais enfrentadas por essas mulheres, decorrentes tanto da condição de refugiadas quanto dos papéis de gênero impostos por estruturas patriarcais. Entre tais dificuldades, Koca *et al.* (2009) destacam as barreiras linguísticas, frequentemente agravadas por restrições culturais. Essas limitações, de acordo com Subasi (2022), comprometem o acesso das mulheres refugiadas à educação, considerando-se o lazer como uma forma de educação não escolar. Na visão de Yücel *et al.* (2018), essa perspectiva contrasta com as oportunidades mais amplamente disponíveis aos homens refugiados.

⁷² Em estudo publicado anteriormente, Silva (2010) revela que, mesmo no interior de um movimento social de destaque no contexto da luta pela terra, a apropriação desigual do lazer se fazia presente. A dedicação das mulheres aos afazeres domésticos, aos cuidados com a família, à atuação em funções de direção e coordenação de setores ou áreas e, em alguns casos, aos estudos - de maneira desproporcional em relação aos homens - acabava por impor restrições significativas ao acesso ao lazer.

A categoria *Os significados do lazer e as relações com o tempo e o prazer* retrata que o lazer é compreendido pelos/as indígenas refugiados/as menos como um conjunto delimitado de atividades e mais como uma experiência subjetiva vinculada à suspensão das pressões cotidianas, ao cuidado de si e à possibilidade de (re)estruturação emocional. A opção metodológica por empregar a expressão tempo livre mostrou-se adequada ao universo simbólico dos/as participantes, permitindo acessar sentidos culturalmente situados do lazer. Nos depoimentos de Leonel e Gonzalo, o lazer aparece associado ao relaxamento, à tranquilidade, à reflexão sobre a própria vida e ao fortalecimento de vínculos, dimensões que dialogam com abordagens culturais e humanistas do lazer. Nessa perspectiva, o prazer não se restringe ao divertimento imediato, mas envolve processos de elaboração subjetiva, produção de sentidos e enfrentamento das adversidades impostas pela condição de deslocamento forçado.

Ao mesmo tempo, a categoria explicita as tensões e desigualdades que atravessam a fruição do lazer, sobretudo quando analisadas sob a ótica de gênero. As falas de Cristina revelam de maneira significativa como o acúmulo de tarefas domésticas, o cuidado com familiares e as responsabilidades cotidianas no abrigo praticamente inviabilizam a vivência do tempo livre, mesmo na ausência de trabalho remunerado. Essa experiência contrasta com a percepção de Milagros, para quem a falta de inserção laboral amplia a sensação de disponibilidade temporal, ainda que marcada pelo incômodo de “não fazer nada”. Tais diferenças reforçam que o acesso ao lazer não depende apenas da quantidade objetiva de tempo, mas das condições materiais, culturais e simbólicas que estruturam o cotidiano, expondo como o patriarcado e as expectativas ligadas à categoria gênero limitam as possibilidades de lazer das mulheres refugiadas.

Por fim, a análise desenvolvida nesta categoria problematiza a concepção clássica que opõe rigidamente trabalho, tempo livre e lazer, apontando a necessidade de reconhecer outros modos de organização do tempo social, especialmente em contextos de deslocamento forçado. A partir dessa perspectiva, devemos reconhecer a existência de outros modos de divisão do tempo e das atividades cotidianas, entendendo que estas podem se desenvolver de maneira concomitante ou até mesmo de forma alternativa a essa dicotomia.

As experiências relatadas indicam que descanso, prazer, cuidado, sofrimento e lazer se entrelaçam de forma indissociável na vida cotidiana dos/as indígenas Warao e Pemón. Assim, o lazer emerge como uma dimensão educativa e existencial, capaz de contribuir para o enfrentamento do trauma, para a reconstrução do sentido da vida e para a manutenção da dignidade humana, ainda que vivenciado de maneira precária, intermitente e profundamente atravessada por desigualdades sociais, culturais e de gênero.

É a partir dessa leitura que realizaremos a apresentação das atividades de lazer desenvolvidas no tempo livre pelos/as indígenas refugiados/as no contexto do abrigo.

C) Atividades de lazer vivenciadas pelos/as indígenas refugiados/as

Esta categoria contempla a apresentação das experiências de lazer dos/as entrevistados/as quando estes/as são indagados/as sobre a fruição do tempo livre. Portanto, são trazidas à baila as experiências culturais vivenciadas pelos/as indígenas refugiados/as no contexto do abrigo.

Assim como indicado na categoria anterior, há o reconhecimento de que relaxar e descansar fazem parte das experiências de lazer. Essa maneira de se apropriar do tempo livre e se engajar em uma atividade de lazer é mencionada como uma das opções por Aníbal e Cristina:

[...] Às vezes, por um momento, vemos alguém a descansar um pouco (Cristina-7).

[...] E depois descanso. Ao meio-dia tem comida, para comer, e à tarde também tem jantar. É mais ou menos assim (Aníbal-8).

Além disso, é preciso indicar que, após o horário de almoço, o número de pessoas no refeitório, um dos pontos de maior fluxo no abrigo, ou circulando por ele, diminui de forma considerável. Muitas optam por descansar após a refeição e se recolhem às suas *carpas*. O trecho do Diário de Campo a seguir é ilustrativo nesse sentido:

[...] O refeitório está quase limpo. Poucas pessoas ainda permanecem no espaço, e boa parte delas está envolvida com a organização do local. Gustavo, que deixou metade de sua marmita para comer mais tarde, diz estar com sono e que irá para a sua carpa descansar um pouco. Ele me pergunta se eu permanecerei no abrigo, e eu respondo afirmativamente. Digo a ele que percorrerei o espaço do abrigo para continuar com as minhas observações. Despedimo-nos, e ele segue para sua carpa. Percebo que o descanso após o almoço é um hábito para muitas pessoas que aqui estão (DC VI – 13/01/2024).

Na apresentação e análise das vivências de lazer dos/as indígenas refugiados/as, é salutar sinalizarmos a proposta dos conteúdos culturais do lazer (Dumazedier, 1980; Dumazedier, 2004b). O autor buscou classificar as atividades de lazer de acordo com o interesse central que desencadeia sua procura, ou seja, o elemento principal que motiva os indivíduos a buscá-las. É relevante destacar que o interesse enraizado na cultura vivida pelo sujeito da experiência de lazer somente pode ser pensado em termos de predominância, haja vista que os conteúdos culturais não devem ser vistos de forma estanque; isto é, uma experiência de lazer pode abarcar mais de um interesse cultural.

Dessa forma, distinguem-se cinco interesses, a saber: interesse físico; interesse prático; interesse artístico; interesse intelectual; e interesse social (Dumazedier, 1980; Dumazedier, 2004b). Posteriormente, a esses interesses foram acrescentados outros dois: o interesse turístico (Camargo, 2003) e o interesse virtual (Schwartz, 2003).

As experiências ligadas ao contexto dos jogos e esportes também se encontram presentes entre as preferências mencionadas. Gonzalo afirma dedicar uma parte do tempo para jogar bola com as crianças (Gonzalo-17), e Leonel assevera: “Ficar sem fazer nada não me agrada muito, não gosto disso. Preciso estar sempre fazendo alguma coisa [...] praticando esportes [...]” (Leonel-2). Ao cotejarmos a entrevista na íntegra dos dois indígenas, perceberemos que o gosto por esses tipos de atividades possui relação com suas respectivas trajetórias de vida.

Mas essa não é uma realidade somente dos dois entrevistados. Diferentes jogos e práticas esportivas são realizados no interior do abrigo. No campo de areia, todos os dias em que estive presente, após as 15 horas, um grupo formado exclusivamente por homens adultos se reúne para jogar futebol. Não é o único horário em que essa prática acontece, mas pude constatar que esse grupo estabeleceu esse encontro como parte de sua rotina.

Figura 31 - Jogo de futebol no campo de areia.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

A prática do voleibol também é realizada no mesmo espaço. Porém, há uma divisão muito clara com relação à questão de gênero e ao horário. Após o jogo de futebol, por volta das 18 horas, mulheres adolescentes ocupam o espaço da quadra para jogar. Observamos um predomínio do gênero feminino, mas identificamos homens participando.

Figura 32 - Jogo de voleibol no campo de areia.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

Outro jogo muito comum observado durante o desenvolvimento do trabalho de campo foi a *Goma*, ou *Pelotica de Goma*, muito popular na Venezuela. É um jogo semelhante ao beisebol e praticado nas ruas do país. No contexto do abrigo, é praticado por adolescentes do gênero masculino e ocorre de maneira adaptada no espaço do refeitório. Durante o trabalho de campo, foi possível perceber que uma parte dos adolescentes joga, enquanto outra observa. No caso da observação, encontram-se adolescentes do gênero feminino.

Desconhecia o jogo até perguntar para um dos participantes do estudo que, inclusive, realizou um registro. A imagem disponibilizada tinha o objetivo de registrar um dos momentos nos quais os adolescentes se reuniram para praticá-lo:

Figura 33 - Prática do jogo de *Pelotica de Goma* por adolescentes.



Fonte: Carlos (refugiado) (janeiro/2024).

[...] No meu tempo livre, eu me divirto assistindo jogos de beisebol, futebol, mas aqui o que mais se joga é futebol e voleibol (Carlos-1).

[...] Um grupo de adolescentes do sexo masculino praticava um jogo que desconheço. Era semelhante ao beisebol, porém não consegui compreender a sua dinâmica. Pergunto a Carlos que jogo era aquele, e ele me responde que se chama Goma. Explica, de maneira geral, quais são as suas principais regras (DC V – 12/01/2024).

Como apresentado por Carlos, a prática de jogos e esportes constitui uma das possibilidades de vivência do lazer entre os/as indígenas refugiados/as. O envolvimento, porém, não se restringe à execução de uma atividade específica, uma vez que a assistência aos jogos, sejam de voleibol, futebol ou *Goma*, também se configura como uma forma de usufruto do tempo de lazer:

Figura 34 - Pessoas assistindo a um jogo de futebol.



Fonte: Carlos (refugiado) (janeiro/2024).

As experiências apresentadas ligadas às práticas esportivas e/ou de jogos contemplariam o interesse físico. De acordo com Dumazedier (1980), os interesses físicos pressupõem a participação ativa e voluntária do indivíduo em atividades vinculadas à cultura física, compreendida como um novo enfoque tanto da prática esportiva quanto da assistência a essas manifestações.

O elemento central de motivação nesse conjunto de práticas é o prazer de movimentar o corpo ou de apreciar a movimentação corporal, compreendida em suas mais diversas possibilidades lúdicas: desde atividades leves até as mais extenuantes; realizadas em ambientes naturais ou em espaços construídos; desenvolvidas em condições de absoluta segurança ou envolvendo riscos controlados; vivenciadas individualmente ou em grupo. Em torno de cada uma dessas possibilidades, constituem-se, inclusive, estilos de vida específicos (Isayama, 2007).

Nesse contexto, observa-se que, na atualidade, as atividades físicas e esportivas constituem uma das formas de lazer mais difundidas em nosso meio, tanto no que se refere à vivência direta quanto à assistência a jogos, à participação em práticas corporais e à inserção em competições esportivas. Trata-se de um campo específico de manifestações culturais que abrange as práticas esportivas, os passeios, a pesca, a ginástica e todas as atividades nas quais predominam o movimento e o exercício físico (Melo, 2004).

A busca pelo contato direto com outras pessoas foi relatada pelos/as entrevistados/as, variando a(s) pessoa(s) com a(s) qual(is) essa relação é estabelecida. A busca por socialização pode ter por finalidade encontrar amigos/as que moram no abrigo ou até mesmo fora dele:

[...] e de vez em quando dou uma volta por lá para conversar com as pessoas e ver o que está acontecendo nesse espaço (Leonel-5).

[...] observar as pessoas, conversar com algumas pessoas, me envolver. Gosto muito da integração social. Conheço todas as pessoas, me dou bem com as pessoas (Gonzalo-15).

Figura 35 - Algumas pessoas conversando no refeitório.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

O gosto de se relacionar com as crianças é um aspecto mencionado por Francisco. Segundo ele:

[...] como temos tempo livre e não queremos ir, aproveitamos e, bem, para mim, agora que tenho recreação, sinto-me bem nesse caso (Francisco-4).

[...] Bem, o tempo livre mais do que toda a interação com as crianças, pois me dei bem com elas e lá interagimos, partilhamos (Francisco-5).

[...] nós aproveitamos o tempo livre em que as crianças não estão ocupadas, então aproveito essa hora para interagir com as crianças (Francisco-6).

Outra possibilidade de busca pelo contato seria com a própria família:

[...] Tempo livre para mim é partilhar com os meus filhos, partilhar com a minha família é o tempo livre para mim e, assim como fazíamos entre famílias na Venezuela que viviam em tempo livre, era partilhar, fazíamos sopa, fazíamos churrasco, como

se chama aqui, e partilhávamos entre todos, mais aqui, bem, tempo livre aqui para nós, isso (José-2).

Figura 36 - Algumas pessoas conversando no refeitório.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

[...] Gonzalo relata que é muito comum no período de pagamento do Bolsa Família haver uma maior utilização dos fogões comunitários. As pessoas que recebem o benefício e acabam comprando alimentos que gostam. Segundo ele, há uma preferência por frango e tambaqui, além de sobrar dinheiro para a cachaça também (DC IX – 16/01/2024).

Entre as possibilidades de desenvolvimento do lazer que foram vivenciadas pelos/as indígenas refugiados/as, a partir da necessidade expressa da convivência, Dumazedier (1980) denomina de interesse social. O autor destaca que as atividades de engajamento social, como as de caráter socioespiritual e sociopolítico, por exemplo, constituem conquistas relevantes da experiência humana. Orientadas a fins desinteressados, tais atividades favorecem a expressão, a criação e a recriação da pessoa, seja em sua dimensão individual, seja na relação com a satisfação de necessidades sociais.

Estar com a família pode ser um momento de convivência com um ente querido, bem como uma oportunidade para educar uma criança no que se refere aos caminhos a serem seguidos:

[...] A parte dessa coisa de dedicar aos meus filhos. Tá com eles, com meu filho. Porque assim eu posso dar o tempo pra gente estar aqui, mas também com meus filhos (Milagros-9).

[...] A gente já quer colocar na sua cabeça que a gente vai fazer já [...] pensar no futuro. A gente não vai estar aqui todo tempo. A gente tem que sair na frente e aí já tem que ver o que vamos fazer, que vamos ser. Como a gente pode sair? Essas coisas [...] (Milagros-10).

As reflexões propostas por Shahzeidi, Stone e Filiz (2024), ao tratarem do processo de influência do lazer na qualidade de vida de refugiados/as que vivem no contexto turco, possibilitam-nos pensar o contexto dos/as refugiados/as indígenas participantes de nosso estudo. De acordo com as autoras e o autor, a criação de condições para experiências de lazer ligadas ao contato social dos/as refugiados/as também deve ser considerada pelos/as prestadores/as de serviços e formuladores/as de políticas públicas. Muitos/as refugiados/as possuem origem coletivista e, portanto, gostam de se reunir e comemorar diferentes eventos culturais e religiosos. A coesão cultural e religiosa facilita, para os/as responsáveis pela governança dos fluxos migratórios, a realização de encontros sociais de lazer. Assim, recomenda-se oferecer condições para que esses grupos sociais celebrem seus eventos, a fim de auxiliá-los na (re)construção de sua comunidade.

A busca por um conhecimento desinteressado também figura entre as predileções. O contato com informações objetivas que contribuam para a formação individual faz parte do cotidiano de alguns entrevistados. É o caso da leitura:

[...] começo a ler mais a Bíblia (Aníbal-5).

[...] Aproveito o tempo livre aqui para ler. Gosto de ler (Gonzalo-14).

A realização de cursos também foi mencionada como uma possibilidade:

[...] estamos a nos preparar, como no ano passado, em 2023, não tínhamos nada para fazer e aproveitamos para fazer cursos, nos preparar um pouco e então chegar onde temos que chegar, até onde Deus nos mandar, seja qual for o lugar exato (Amilcar-1).

[...] desde que chegamos, decidimos fazer cursos, já que tínhamos literalmente todo o tempo livre do mundo, digamos assim. Como disse, decidimos fazer cursos para nos distrairmos um pouco (Amilcar-6).

As atividades de busca da formação dos indivíduos contemplariam o que Dumazedier (1980) denominou de interesse intelectual. De acordo com Marcellino (2007), busca-se o contato com o real, com informações objetivas e explicações racionais, conferindo ênfase ao conhecimento vivido e experimentado.

Nessas atividades, observa-se o uso de conhecimentos construídos que possibilitam diferentes formas de aperfeiçoamento. Os saberes adquiridos podem contribuir tanto no âmbito pessoal quanto, futuramente, no profissional. Aprendizados sobre o país de recepção também são vislumbrados por alguns entrevistados:

[...] Aproveitamos esses momentos livres para fazer cursos, nos mentalizar, nos preparar e, bem, até agora temos ido bem, pois melhoramos um pouco mais em relação a coisas como moral, eu diria, e mentalmente (Amilcar-2) [...] Além de nos distrairmos, adquirimos novos conhecimentos (Amilcar-7).

[...] gosto de aprender coisas novas no meu tempo livre. Gosto de adquirir novos conhecimentos (Amilcar-9).

[...] Então, agora eu só quero, aqui no Brasil, quero aprender mais coisas, estudar mais, posso aprender coisas do Brasil e tudo bem (Aníbal-1).

[...] Também já fiz um curso aqui em Boa Vista e, no meu tempo livre, procuro no telefone para ver esses cursos para me instruir (Julio-2).

[...] Bem, aqui no Brasil aprende-se muitas coisas. Fiz cursos de todos os tipos, de português. Entendo um pouco de português, mas quase não falo, mas entendo algumas coisas. E também aprendi tudo sobre pintura, fiz cursos de português e outras coisas, aprendi a fazer coisas de [...] [Aníbal mostra um objeto para demonstrar que havia aprendido a fazer produtos de artesanato. Ele esquece a expressão argila em português.] Fazer esta coisinha, isto chama-se barro. É um curso de barro porque é importante para os indígenas, porque antes os indígenas usavam isto para fazer utensílios de comida e usavam muito. Aprendi mais coisas aqui no Brasil. Eu trabalhei na Venezuela. Na Venezuela trabalhei como pedreiro, aprendi coisas e aqui aprendi outras coisas mais (Aníbal-9).

Ao identificarmos a vivência de atividades de lazer ligadas ao interesse intelectual por parte de alguns indígenas refugiados/as, podemos estabelecer uma relação com uma das funções do lazer apresentadas por Dumazedier (2004a) e mencionada anteriormente neste capítulo de nossa tese. A formação buscada pelos/as participantes por meio da realização de cursos pode contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e social. De acordo com o autor:

A função de desenvolvimento pode ainda criar novas formas de aprendizagem (*learning*) voluntária, a serem praticadas durante toda a vida e contribuir para o surgimento de condutas inovadoras e criadoras. Suscitará, assim, no indivíduo libertado de suas obrigações profissionais, comportamentos livremente escolhidos e que visem ao completo desenvolvimento da personalidade, dentro de um estilo de vida pessoal e social (Dumazedier, 2004a, p. 34, grifo do autor).

Em Boa Vista/RR, existem ofertas de cursos destinados a migrantes e refugiados/as venezuelanos/as, tendo em vista o processo de qualificação profissional e de inserção no mercado de trabalho brasileiro, com ênfase no ensino da língua portuguesa e em áreas como culinária, beleza,

gestão e tecnologia da informação. Nesses cursos, várias pessoas são certificadas, contribuindo para a interiorização e para a inserção desses/as migrantes e refugiados/as no mercado de trabalho, por meio da contratação por empresas parceiras. O estudo de Carpi *et al.* (2021) indicou que os programas de subsistência são percebidos pelos/as refugiados/as como atividades que também assumem características de lazer, criando oportunidades para a construção de uma vida social e de espaços de convívio.

Atividades que requerem manipulação e transformação de objetos por meio do trato de elementos naturais, por exemplo, também se fazem presentes na vida cotidiana dos/as migrantes e refugiados/as. Dumazedier (1980) compreende que as atividades dessa natureza estão ligadas ao interesse prático. São experiências que visam à transformação de materiais e/ou objetos, bem como envolvem o contato com a natureza por meio da manipulação.

Por ser um abrigo indígena, há uma forte presença do artesanato, que também é visto como uma fonte de renda:

[...] Bem, irmão, não sei. O que vejo é que, quando tenho tempo, vou fazer isso, começo a fazer artesanato. Eu também trabalho fazendo artesanato e ontem consegui um trabalho com o senhor que vem aqui buscar comida de porco (Cristina-9).

[...] Tenho sido uma mulher, agora, estou trabalhando com artesanato, em cada viagem que faço trago dez, doze redes, essas coisas. Trago artesanato, tenho artesanato e estou trabalhando arduamente (Cristina-17).

Figura 37 - Artesanatos confeccionados por Cristina.



Fonte: Arquivo pessoal (outubro/2025).

Enquanto uma atividade significativa para os/as indígenas refugiados/as, o ACNUR organizou uma exposição de alguns produtos confeccionados no abrigo. Representantes da entidade

e alguns convidados estiveram presentes em uma tarde para visitar os materiais expostos. Um canal de TV de Roraima foi chamado para fazer a cobertura da atividade.

Figura 38 - Exposição de artesanato Warao.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

[...] No dia de hoje, foi realizada no abrigo uma exposição de artesanato confeccionado por indígenas Warao. Estavam presentes autoridades ligadas ao ACNUR, que vieram visitar o abrigo e apreciar os produtos. Ao me aproximar das mesas em que as peças estavam expostas, visualizei uma variedade de itens, como redes, cestas, vasos, pulseiras e colares fabricados com a fibra da palmeira de buriti. Enquanto algumas indígenas permaneciam sentadas, outras conversavam e, ao mesmo tempo, confeccionavam outros itens. De volta ao refeitório, encontrei Aníbal, que se mostrava indignado por não poder expor seus quadros. Na visão dele, tratava-se de uma distinção entre os indígenas e de um privilégio concedido aos Warao (DC VIII – 15/01/2024).

Quando compreendidas como atividades de lazer, tais práticas podem constituir-se em estratégias relevantes de empoderamento, em especial para as mulheres. O engajamento em atividades artesanais favorece a autonomia, o reconhecimento de capacidades individuais e coletivas e o fortalecimento dos vínculos comunitários no interior dos abrigos. Trata-se de um empoderamento que não se limita à esfera individual, mas se projeta nos planos social e político, ao possibilitar que refugiados/as indígenas se reconheçam como sujeitos de direitos e detentores/as de saberes legítimos. Nesse sentido, o lazer associado à produção artesanal atua como um espaço de criação de alternativas pacíficas de enfrentamento das adversidades, de fortalecimento da autoestima e de ampliação das possibilidades de participação e protagonismo dessas pessoas em contextos marcados pela marginalização.

A pintura também é uma forma de vivência do lazer no tempo livre dos/as indígenas refugiados/as. Esse é o caso de Aníbal:

[...] Bem, aqui no abrigo, não todos os dias, estou lá a trabalhar com o meu quadro, a pintar o meu quadro. Às vezes tenho tempo livre, quando me sinto bem, começo a trabalhar, a pintar o meu quadro (Aníbal-7).

Figura 39 - Aníbal e os quadros de sua autoria.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

As atividades de lazer ligadas ao conteúdo prático assumem um papel estruturante na vida dos/as indígenas refugiados/as em situação de abrigo. No contexto do deslocamento forçado, marcado por rupturas de ordem territorial, simbólica e identitária, a produção artesanal adquire relevância particular, na medida em que possibilita a (re)afirmação de referências culturais próprias. Percebemos que a arte cria condições para a expressão de sentimentos, memórias e saberes tradicionais. Desse modo, as práticas artesanais configuram-se como potentes formas de resistência simbólica e de preservação da identidade dos povos originários, haja vista o conteúdo expresso em suas produções, contribuindo para a criação de sentidos em um cotidiano atravessado pela incerteza e pela vulnerabilidade.

O apreço por experiências de lazer ligadas à música, a desenhos, a filmes e a séries mobiliza o interesse de alguns/mas indígenas, conforme trechos das entrevistas que ilustram a predileção por essas atividades:

[...] E o que faço no meu tempo livre atualmente é desenhar. E, bem, consegui, digamos assim, um pequeno emprego, com uma amiga muito boa, que seria fazer desenhos em murais e faço desenhos em cadernos, desenhos, me distraio um pouco (Amilcar-8).

[...] Ouvir música, desenhar, aprender coisas novas, assistir a filmes, séries e essas coisas (Amilcar-11).

[...] Quando tenho tempo livre, tenho que dormir ou sempre tenho que fazer alguma coisa. Ficar sem fazer nada não me agrada muito, não gosto disso. Preciso estar sempre fazendo alguma coisa, seja estudando música [...]ou ouvindo música (Leonel-2).

[...] Bem, no meu caso, eu vejo um pouco de cinema [...] (Gonzalo-17).

No abrigo Waraotuma a Tuaranoko, ocorrem sessões de cinema organizadas pelos profissionais da AVSI. A programação é definida pelos gestores do abrigo e, em algumas ocasiões, conta com a participação dos/as indígenas na escolha do filme a ser exibido. As exibições ocorrem sempre no período noturno, e a duração das sessões leva em consideração o horário limite estipulado para que as pessoas retornem às suas *carpas*.

Figura 40 - Sessão de cinema.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

As experiências que ora acabamos de mencionar estariam ligadas ao interesse artístico (Dumazedier, 1980). A motivação central que conduz os indivíduos a essas manifestações é a experiência estética por elas proporcionada, embora seja importante ressaltar que tal característica não é exclusiva desse conjunto de interesses. Nesse grupo, a arte se apresenta em suas mais diversas formas de expressão - como cinema, teatro, dança, música, artes plásticas e literatura -, podendo ser fruída em espaços especificamente organizados para sua preservação e/ou exposição, bem como produzida diretamente pelos próprios indivíduos (Melo, 2004).

Atividades ligadas à dinâmica de organização e manutenção de espaços do abrigo podem ser consideradas lazer. Ao serem indagados/as sobre como têm aproveitado o “tiempo libre” no espaço de acolhida emergencial, temos a referência à colaboração que estes/as dão na dinâmica do local:

[...] Mas, para mim, recolher comida das mesas que às vezes não é recolhida, não vejo porque não, porque eu não tenho tempo livre, não, não tenho, porque gosto muito de trabalhar, não gosto de ficar sem fazer nada (Cristina-10).

Esse processo pode ser realizado com as crianças como uma forma de elas terem contato com um trabalho comunitário. Entendemos que se trata de um processo educativo de grande valia, tendo em vista que, desde mais novas, as crianças aprenderão a organizar e cuidar do espaço que habitam:

[...] Bem, aproveito o meu tempo livre para interagir com as crianças, que é o que me satisfaz. Trabalhei bem com elas, me dei bem com elas e me senti bem comigo mesmo (Francisco-7).

[...] Na verdade, aproveitei para fazer algumas coisas e também pude fazer uma limpeza com elas, e elas se sentem muito bem em fazer uma limpeza conosco, um serviço comunitário (Francisco-8).

O trabalho voluntário pode ocorrer no Centro de Sustentabilidade. O local recebe visitas de outras pessoas que buscam conhecer o trabalho desenvolvido no que tange à produção de alimentos de forma sustentável. O projeto, encabeçado pelo ACNUR, também se baseia nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) preconizados pela ONU. Em virtude do desenvolvimento do trabalho de campo, a visita ao Centro de Sustentabilidade foi relevante, já que se configurava como uma das possibilidades de fruição do lazer. Um casal de venezuelanos estava conhecendo o local e, nesse mesmo dia, encontramos Leonel, que carregava seu violão, fazendo visita ao espaço:

[...] Bem, eu tenho tempo livre aqui e ajudo na distribuição de alimentos a cada seis dias. Também ajudo aqui ao lado, em um lugar chamado Centro de Sustentabilidade, onde há voluntários (Leonel-4).

Figura 41 - Vista da parte externa do Centro de Sustentabilidade.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

Figura 42 - Estufa para cultivo orgânico.



Fonte: Arquivo pessoal (janeiro/2024).

Camargo (2003), como visto anteriormente, propõe que o interesse turístico seja uma das áreas de interesse cultural no lazer. Nesse sentido, a busca por novas paisagens, ritmos e costumes distintos daqueles vivenciados cotidianamente é a aspiração mais presente nesse tipo de interesse. Os passeios, as viagens e a visita a shoppings constituem alguns exemplos. Assim, a possibilidade de visita ao Centro de Sustentabilidade, bem como o interesse em conhecer diferentes locais da capital roraimense, proporcionam aos/as refugiados/as indígenas a fruição desse conteúdo cultural do lazer.

Gonzalo expressa satisfação em realizar atividade voluntária. O voluntariado sempre esteve presente em sua trajetória de vida e pode ser compreendida, de maneira contextual, como uma

atividade de lazer. No contexto do abrigo a sua dedicação está voltada ao projeto *Atletismo em Movimento*:

[...] O problema era que não havia pista de atletismo aqui. Então conversamos com os militares e eles nos deram total apoio. Abri a pista e começamos a treinar. E aí começaram a chegar as crianças, começaram a chegar as crianças, e vimos que havia essa falta de lazer aqui (Gonzalo-2).

[...] Voluntário. É o que se chama aqui. A gente foi [...] é [...] voluntário de um programa social. Sempre gostei de trabalhar em programas sociais (Gonzalo-3).

[...] Intervenho na parte esportiva das crianças. Essa parte aí. Eu vi que havia uma carência dessa parte do tempo livre (Gonzalo-16).

Figura 43 - Gonzalo com as crianças do Projeto Atletismo em Movimento.



Fonte: Acervo pessoal (janeiro/2024).

Figura 44 - Pesquisador em campo auxiliando nas atividades do Projeto.



Fonte: Acervo pessoal (janeiro/2024).

Em seu entendimento, as ações do projeto podem favorecer aprendizagens relacionadas à participação social, o que, no contexto de inserção de jovens migrantes e refugiados/as, pode contribuir para o processo de adaptação ao novo ambiente, bem como ampliar o círculo de contatos deles/as:

[...] juntamos as crianças, começamos a ajudá-las ali, começamos a fazer um trabalho de [...] um trabalho mais de participação da sociedade, de participação. Mas aqui, de trinta minutos de atividade física forte, uma moderada, entende (Gonzalo-5).

[...] Em uma reunião, entregaram as medalhas para cada aluno e falamos sobre o projeto, que era a integração social para que se preparassem para a sociedade, na escola e tudo isso. Que o projeto estava indo bem na parte educacional e esportiva. Que era uma solução para tantos problemas que existem, mas que era uma alternativa (Gonzalo-12).

Milagros, sua esposa, também está permanentemente engajada nas atividades do projeto. Em sua concepção, uma de suas atividades de lazer vivenciadas no tempo livre seria ministrar aulas no projeto:

[...] Mas é pelo menos pra como a gente não tem agora um trabalho, como tal, a gente tá aqui no abrigo e aí o tempo livre que a gente tem eu acho que a gente tá dando aulas pra os meninos aqui. (Milagros-2).

[...] Aí a gente tá aí o tempo livre de nós é fazer brincadeiras com eles, fazer algum exercício com eles (Milagros-7).

Figura 45 - Milagros em atividade no Projeto Atletismo em Movimento.



Fonte: Gonzalo (refugiado) (janeiro/2024).

O envolvimento com atividades religiosas no momento de lazer é uma das opções para usufruto do tempo livre de um dos/as indígenas. Aníbal diz que, nesse tempo, ele gosta de cantar músicas de louvor:

[...] e a cantar, gosto de cantar, há canções de louvor e coisas assim (Aníbal-6).

[...] No horário do almoço, Aníbal havia me convidado para ir à sua carpa. Hoje era o dia que havíamos combinado para realizar a entrevista. Por volta das 15h30, no horário local, fui ao encontro de Aníbal. Quando cheguei, ele pegou um balde fornecido pelo ACNUR para todos/as os/as abrigados/as e disse que eu poderia me sentar em cima. Começamos a conversar sobre vários assuntos. Em determinado momento, disse que gostava de ler a Bíblia Sagrada e logo pegou um exemplar que estava junto a outros pertences dele. Pegou também um livro de cânticos de louvor e iniciou a cantar ali mesmo (DC XI – 18/11/2024).

Quando não há possibilidades de vivenciar atividades de lazer apreciadas pelos/as indígenas refugiados/as no próprio abrigo em que vivem, a alternativa é buscá-las fora desse espaço. Apreciador de cultos religiosos, o próprio Aníbal busca a satisfação de suas necessidades espirituais em igrejas próximas ao abrigo:

[...] Tempo livre, quando estou livre, pelo menos aos sábados, estou aqui na igreja, vou à igreja [...] como se diz [...] bem, para louvar a Deus e pedir a Deus que perdoe todos os nossos pecados cometidos aqui na terra (Aníbal-2, tradução nossa). [...] Então, estou aos sábados na igreja (Aníbal-3).

Carlos e Gonzalo mencionam, em suas respectivas entrevistas, que, em algumas ocasiões, saem, o primeiro sozinho e o segundo com sua família, para passear por outros locais da cidade de Boa Vista/RR:

[...] E saímos no fim de semana (Gonzalo-17).

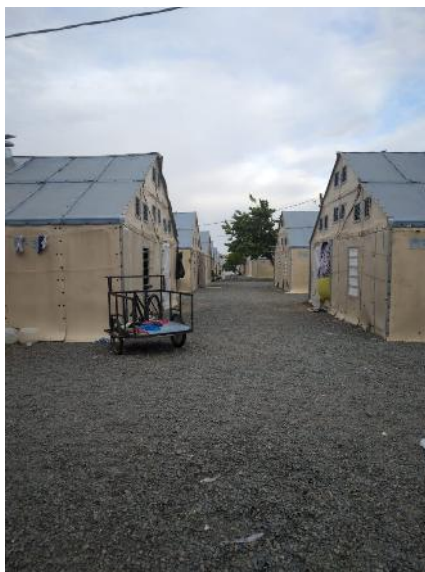
[...] saio para distrair um pouco a mente, percorrendo as ruas, vendo os mercados e tudo assim (Carlos-3).

Um dos aspectos que nos chama a atenção é o uso do tempo livre para procurar emprego. A resposta de Francisco fundamenta-se na necessidade de prover recursos para a família, o que o leva a ter essa compreensão:

[...] No meu tempo livre, saio para ver o que consigo arranjar (Francisco-3).

[...] E no meu tempo livre também saio para procurar trabalho, para ver se consigo algum dinheiro para comprar algo para eles comerem e ficar tranquilo (Francisco-4).

Figura 46 - Bicicleta e carrinho utilizado por Francisco.



Fonte: Acervo pessoal (janeiro/2024).

O uso do celular foi mencionado por um dos entrevistados. Julio utiliza o seu aparelho para visualizar cursos de soldadura:

[...] Bom, aqui [...]. Tempo livre [...]. Aqui no refúgio procuro no telefone para ver cursos de soldadura. Gosto muito de soldadura. Lá na Venezuela trabalhei com soldadura, procuro sempre no telefone para ver mais vídeos de soldadura e máquinas pesadas (Julio-1).

Durante a realização do trabalho de campo, pudemos perceber também que o uso do celular assume outros objetivos. O contato com parentes que ficaram na Venezuela é imprescindível para se ter notícias de forma recorrente. Também se fala da situação do país vizinho por meio de ligações de vídeo ou através do envio de mensagens em aplicativos. Os/As adolescentes possuem preferência por escutar música no celular ou experienciar jogos no dispositivo.

Essa possibilidade de vivência do lazer vai ao encontro da proposta de Schwartz (2003), que busca contemporaneizar a classificação de Dumazedier (1980) ao acrescentar o interesse virtual. As experiências nessa área estariam ligadas a formas de atividades de lazer que utilizam tecnologias, como o computador, o videogame e a televisão, representativas desse interesse. O uso de tecnologias computacionais e de ambientes virtuais tem impactado profundamente a realidade contemporânea. Esses elementos inauguraram novos modos de apreensão da cultura e, com isso, desvelam diferentes horizontes, sobretudo no que diz respeito aos meios e às formas de comunicação, introduzindo outras percepções, expectativas e, inclusive, delineando novos estilos de existência (Schwartz, 2003).

O impacto dessas novas manifestações culturais, que se desenvolvem em um ambiente distinto, o virtual, torna-se patente na medida em que emergem propostas vivenciadas a partir de novos significados atribuídos às noções de tempo, espaço e interação social, promovendo mudanças nas condutas, nos valores e nas formas de expressão, que passam a ser próprias desse contexto (Schwartz; Moreira, 2007).

Os resultados de alguns estudos têm demonstrado que os/as refugiados/as passam uma proporção considerável de seu tempo participando de atividades como mídias sociais, ouvindo música e conversando por telefone com seus/suas parentes e amigos/as. Fornecer acesso a dispositivos como a internet, smartphones e computadores pode ser uma maneira econômica de se comunicar e se conectar (Dekker *et al.*, 2018; Udwan; Leurs; Alencar, 2020). Isso também melhora a resiliência dos/as refugiados/as por meio da criação de novas redes ou da reconstrução das redes perdidas (Udwan; Leurs; Alencar, 2020).

A categoria *As atividades de lazer vivenciadas pelos/as indígenas refugiados/as* destaca a pluralidade de práticas que compõem o lazer no cotidiano dos povos Warao e Pemón em situação de refúgio em abrigo de acolhida emergencial, revelando que tais experiências extrapolam concepções restritas de lazer como mera diversão ou entretenimento. O descanso, o relaxamento e o recolhimento nas *carpas* após as refeições aparecem como práticas recorrentes e socialmente compartilhadas, integrando rotinas coletivas do abrigo. Ao lado dessas experiências, emergem atividades corporais e lúdicas como o futebol, o voleibol e o jogo tradicional venezuelano *Goma* que estruturam sociabilidades, reforçam vínculos comunitários e expressam continuidades culturais, ainda que adaptadas às condições espaciais e institucionais do abrigo. Tais práticas dialogam com o interesse físico descrito por Dumazedier (1980), ao articular movimento corporal, prazer e interação social, sendo vivenciadas tanto pela participação direta quanto pela assistência aos jogos.

Outro aspecto central desta categoria é a relevância do lazer associado aos interesses social, prático e intelectual. O convívio com familiares, crianças e outros/as indígenas do abrigo, bem como a participação em atividades comunitárias, voluntárias e religiosas, demonstra que o lazer assume forte dimensão relacional e educativa. Práticas como o artesanato, a pintura e a produção artística, além de constituírem formas de fruição do tempo livre, configuram-se como estratégias de resistência simbólica, afirmação identitária e, em muitos casos, geração de renda. Especialmente para as mulheres, o engajamento nessas atividades favorece processos de empoderamento, autonomia e reconhecimento social. Paralelamente, a busca por cursos, leituras e formação profissional revela o lazer como espaço de desenvolvimento pessoal e social, no qual aprender, preparar-se para o futuro e adquirir novos saberes se articulam à esperança de inserção social e laboral no país de acolhida.

Por fim, a análise das atividades de lazer vivenciadas pelos/as indígenas refugiados/as problematiza a fronteira rígida entre lazer, trabalho e obrigação. A organização do espaço do abrigo,

o cuidado coletivo, o voluntariado e até a procura por emprego são, em muitos relatos, compreendidos como formas legítimas de ocupar o tempo livre, pois respondem a necessidades materiais, afetivas e morais. Soma-se a isso o uso do celular e das tecnologias digitais, que possibilitam entretenimento, acesso à informação e manutenção de vínculos transnacionais, configurando o interesse virtual do lazer. Assim, o lazer, neste contexto, deve ser compreendido a partir da intencionalidade dos sujeitos e das condições concretas de vida em situação de refúgio, assumindo contornos híbridos, ambíguos e profundamente atravessados por desigualdades, mas também por criatividade, agência e busca por dignidade no cotidiano do abrigo.

ENTRE MUROS, PONTES E CAMINHOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE LAZER, EDUCAÇÃO E (RE)EXISTÊNCIA

Mente em trânsito
Onde estarão os milhares de imigrantes que conheci quando da minha primeira ida a Roraima?
Será que se foram e eu nunca mais os verei?
Será que se foram, mas, mesmo assim, os verei?
Eu prefiro a segunda opção, porque o estado em que os conheci era tormentoso demais.
Pessoas sem país, sem paz, sem direita ou esquerda, e eu, em meio ao caos, vez por outra também perdia a direção.
E assim passei a ver um mundo meio sem rumo, casas tortas, sem prumo, onde os moradores são, de chofre tragados por incertezas.
O que eu tenho a oferecer a um mundo cheio de submundos?
Um pouco da minha tinta, um pouco das minhas incertezas, e, se alguém me pedir para caminhar alguns metros, quem sabe eu caminharei um ou outro quilômetro (Figueira, 2020, p. 25).

O percurso que se estende entre a fronteira (*la línea*), entre Brasil (Pacaraima/RR) e Venezuela (Santa Elena de Uairén), e a cidade de Boa Vista/RR revela a presença de poucas pontes. Não há muros que separem os dois países, como aqueles erguidos a mando de Donald Trump para dividir o território dos Estados Unidos do território mexicano. Assim, o recurso às imagens de muros e pontes para compreender a experiência de refúgio dos/as *hermanos/as* indígenas dos povos Warao e Pemón está carregado de simbolismo. É patente que essas imagens simbólicas ganham materialidade no cotidiano das relações estabelecidas em contextos de vidas em movimento, marcados por situações de migração forçada.

O nosso estudo pretendeu compreender o significado atribuído à prática social do lazer na vida cotidiana por indígenas dos povos Warao e Pemón refugiados/as e descrever e analisar os processos educativos decorrentes da fruição do lazer em abrigo de acolhimento emergencial na cidade de Boa Vista/RR. Em particular, buscou conhecer as manifestações culturais vivenciadas, o tempo dedicado a essa prática social e os lugares/espços em que tais manifestações são desenvolvidas.

Esta pesquisa contribui para a compreensão de aspectos essenciais relacionados ao lazer vivenciado por indígenas refugiados/as, em um tempo e espaço marcados por um contexto de impasse, a partir de um referencial teórico-metodológico decolonial. Os/as refugiados/as vivem na expectativa de melhores condições em seu país de origem, que possibilitem o retorno, o que, por ora, não se vislumbra em um horizonte próximo, ou de oportunidades para permanecer no Brasil, seja por meio do processo de interiorização, seja pela obtenção de condições que lhes permitam permanecer em Boa Vista/RR.

Essa situação não é um impeditivo para que mantenham a esperança e convivam com diferentes pessoas no cotidiano do país receptor. Nesse sentido, o estudo revelou aspectos relevantes, a começar pela própria convivência. A análise das experiências de convivência com indígenas dos povos Warao e Pemón refugiados/as expôs que o viver coletivo, tanto no interior do abrigo Waraotuma a Tuaranoko quanto em outros espaços da cidade de Boa Vista/RR, constitui-se como um campo dinâmico de processos educativos e de (re)elaborações existenciais.

Mais do que um simples arranjo de estar junto em um mesmo tempo e espaço, coabitando-o, a convivência desvela processos educativos, como as *contínuas negociações presentes nas relações estabelecidas com o Outro e com o próprio sentido de pertencimento*, atravessado por regras, afetos, tensões e práticas solidárias. O *mover-se na esperança* traduz a (re)existência cotidiana e aponta para o desejo de viver dias melhores, o que não pressupõe a espera inerte. A gratidão aparece de forma recorrente nos discursos, revelando-se como um aprendizado construído ao longo do tempo. *Ser grato* configura-se como um processo educativo que expressa, portanto, o modo como os/as indígenas refugiados/as dos povos Warao e Pemón se colocam diante da acolhida recebida em um novo contexto de vida, desde a possibilidade de participar de uma entrevista ou aprender mais sobre a cultura do país que acolhe até o apoio em questões cotidianas relacionadas à moradia e à alimentação. Nesse movimento, emergem estratégias que revelam a capacidade desses sujeitos de ressignificar a vida em meio às adversidades, transformando o espaço do abrigo em território de relações, cuidado e constituição da humanidade.

A convivência, embora marcada por limites institucionais e pela necessidade de adaptação às normas que regulam o cotidiano no contexto do abrigo, também se mostra como um exercício ético e de abertura ao diálogo intercultural. Ao compartilhar experiências, valores e modos de vida, os/as indígenas refugiados/as constroem redes de apoio mútuo e ampliam as fronteiras da própria experiência migratória, fazendo do convívio um gesto político de (re)existência.

Nesse sentido, o cotidiano vivido e narrado pelos/as participantes da pesquisa por meio das entrevistas, bem como aquele que se deu a conhecer pelas observações e contatos estabelecidos no decorrer do trabalho de campo, aponta para a convivência como uma dimensão humanizadora, capaz de desencadear processos educativos que sustentam a busca por dignidade e (re)afirmam o potencial transformador das relações que se tecem mesmo em contextos de significativa vulnerabilidade.

Stack e Iwasaki (2009) sustentam que, apesar de frequentemente negligenciado e banalizado como um domínio da vida social, o lazer oferece oportunidades e contextos culturalmente situados por meio dos quais refugiados/as podem enfrentar e se adaptar de maneira efetiva aos desafios colocados pela vida na comunidade anfitriã. O foco no lazer permite ampliar a compreensão dos processos de integração, identificando que estes extrapolam, e muitas vezes se desenvolvem fora, dos

espaços funcionais tradicionalmente vinculados à educação, ao trabalho, à saúde, à moradia e às organizações formais (Ruble; Shaw, 1990; Griffiths; Sigona; Zetter, 2006; Lewis, 2010).

A análise das experiências de lazer dos/as refugiados/as indígenas venezuelanos/as revela que, no contexto do deslocamento forçado e do abrigo, o lazer adquire significados múltiplos e profundamente situados na materialidade de suas vidas cotidianas. Longe de ser compreendido apenas distração, este fenômeno se manifesta como um tempo e espaço de reconstrução simbólica e de reafirmação da dignidade. O uso da expressão tempo livre no momento da entrevista junto aos/as participantes, que se demonstrou mais próxima de seu cotidiano, frisou uma tentativa de traduzir, para dentro de sua realidade, uma noção que no campo teórico ocidental está fortemente atrelada à oposição entre trabalho e não trabalho. No entanto, as práticas observadas e as compreensões expressas nos relatos rompem com essa dicotomia, revelando outras formas de organizar o tempo e o prazer, nas quais lazer, cuidado, espiritualidade e trabalho comunitário se entrelaçam.

Sob essa perspectiva, o lazer pode abranger uma ampla gama de práticas experienciadas em um tempo que, apesar do adjetivo “livre”, podem envolver, conforme o contexto, diferentes níveis de obrigações sociais. Neste caso, o elemento central na compreensão das experiências dos indivíduos passa a ser a sua intencionalidade em relação à prática da atividade ou a possibilidade de não fazer nada.

O lazer é percebido como momento de descanso e introspecção, uma pausa necessária para “acalmar a mente” ou “ficar tranquilo consigo mesmo”. Nesse sentido, revela processos educativos que podem ser entendidos sob a rubrica do *conhecer e conhecer-se*, nos quais as pessoas se conectam com sentidos mais profundos de sua existência. A *atenção com a formação* também se destaca, pois revela que o lazer pode ser um tempo e espaço de formação e, no caso em estudo, de preparação para oportunidade que venham a surgir e de inserção no novo contexto.

Também encontramos uma associação à dimensão do prazer ao fazer o que se gosta, reafirmando o valor da intencionalidade do ser, mesmo em meio às restrições impostas pelo abrigo. Ainda assim, as condições objetivas da vida cotidiana, marcadas pelo acúmulo de tarefas, responsabilidades familiares e limitações estruturais, constituem elementos que dificultam o usufruto mais amplo do lazer, em especial por parte das mulheres.

As atividades observadas no abrigo e nas falas dos/as entrevistados/as, como descanso, esportes, jogos, conversas, cursos, artesanato, música, pintura, ações voluntárias e práticas religiosas, demonstram que o lazer é vivido de forma relacional, coletiva e criativa, frequentemente associado à convivência, ao aprendizado e à esperança. Nessas práticas, o lazer não se reduz à inatividade, mas se converte em tempo de fazer e partilhar. Seja no projeto Atletismo em Movimento, nas produções artesanais ou nas interações familiares e comunitárias, o lazer emerge como instrumento de integração

e fortalecimento subjetivo, permitindo aos/às indígenas refugiados/as atribuírem novos significados às suas trajetórias de vida, sem desconsiderar as agruras cotidianas decorrentes do regime de refúgio.

O lazer na vida cotidiana dos/as indígenas com os quais pudemos conviver, tal como se manifesta nos relatos das entrevistas, nas observações realizadas e nos registros fotográficos, ultrapassa a concepção de simples distração para afirmar-se como prática de (re)existência, sustentada por uma intencionalidade que busca reorganizar o tempo e o espaço, construir vínculos e reafirmar a humanidade em meio às adversidades do refúgio. Ele se converte, assim, em dimensão vital do processo de inserção em um novo contexto sociocultural.

O lazer encontra-se intrinsecamente articulado à subjetividade, à marginalidade, às políticas de asilo e aos marcadores de identidade, incluindo gênero, raça, idade, sexualidade, etnia e capacidade física (Ugolotti; Caudwell, 2022). Esses marcadores identitários, em convergência com estruturas de poder como o racismo e a xenofobia, exercem influência significativa sobre os desejos, os significados atribuídos e as experiências vivenciadas pelos indivíduos, sobretudo em contextos de deslocamento forçado, o que pode afetar suas experiências de lazer.

Esta pesquisa destaca as experiências de lazer observadas e narradas pelos/as participantes, de maneira que estas também se constituem como espaços nos quais processos educativos relacionais são desencadeados, bem como de produção de saberes ligados à convivência intercultural, à negociação de conflitos, à reafirmação identitária e à transmissão de conhecimentos ancestrais. Assim, os processos educativos identificados não operam sob a lógica da adaptação passiva ao contexto de acolhida, mas se configuram como movimentos ativos de leitura crítica da realidade, de ressignificação das experiências de refúgio e de produção de sentidos sobre o *sendo-uns-com-os-outros-ao mundo*.

A pesquisa apresenta limitações no que se refere às condições de acesso aos/as participantes. As entrevistas foram conduzidas em português e espanhol, e os trechos apresentados foram traduzidos pelo pesquisador em campo. Essa opção restringiu o escopo do estudo a indivíduos que dominavam esses idiomas, haja vista que há representantes dos povos que falam exclusivamente a língua materna e apresentam dificuldades com o espanhol. A compreensão dessas pessoas em relação ao lazer poderia trazer contributos relevantes para o estudo, com o desvelamento de outros significados atribuídos a essa prática social. Por fim, o tempo de permanência no abrigo poderia ter sido mais extenso, a fim de ampliar e aprofundar as análises realizadas.

Os resultados apresentados neste estudo sinalizam para a necessidade de que políticas públicas de acolhimento e ações humanitárias incorporem o lazer como direito social e como dimensão fundamental da formação humana, e não como atividade acessória ou secundária diante das chamadas “necessidades básicas”. Reconhecer o lazer como prática de (re)existência implica considerar que o acesso a tempos e espaços de fruição cultural, convivência e criação é parte

indissociável dos processos de proteção integral a pessoas em deslocamento forçado, sobretudo no caso de povos indígenas refugiados/as, cujas cosmologias e modos de vida articulam trabalho, espiritualidade, convivência e lazer de forma não fragmentada. Nesse sentido, o estudo oferece subsídios críticos para a formulação de políticas interculturais que respeitem os modos próprios de viver, aprender e produzir sentido desses povos.

Nosso estudo abre caminhos para futuras investigações que aprofundem a compreensão das relações entre lazer, educação e mobilidade humana em outros contextos e com diferentes grupos sociais, ampliando o olhar para crianças, adolescentes, mulheres e idosos/as indígenas em situação de refúgio, a partir de uma perspectiva decolonial. Tendo em vista a interseccionalidade das opressões enfrentadas pelos/as participantes, sugerimos estudos que realizem uma análise de gênero, a fim de possibilitar uma compreensão mais aprofundada sobre as experiências de lazer de mulheres indígenas em contexto de refúgio. Também sinaliza a potência de abordagens metodológicas qualitativas e participativas que privilegiem a escuta sensível, a convivência prolongada em campo e o reconhecimento dos/as participantes como sujeitos de saber. Ao lançar luz sobre experiências frequentemente invisibilizadas, o estudo convida acadêmicos/as, formuladores/as de políticas públicas e a sociedade em geral a construir pontes que reconheçam o lazer como espaço de produção de vida, dignidade e esperança, em meio a múltiplas experiências construtoras de muros que marcam a condição do refúgio.

Dessa forma, defendemos a tese de que o lazer é uma prática social que tensiona a lógica da sobrevivência imediata, afirmando a humanidade dos sujeitos e sua capacidade de agir, aprender, ensinar e reinventar-se em contextos de deslocamento forçado. Nesse sentido, o lazer revela-se como um tempo e um espaço em que processos educativos são desencadeados e constituem o processo de (re)existência na vida cotidiana de indígenas dos povos Warao e Pemón em situação de refúgio. Longe de se restringir a uma função compensatória, recreativa ou meramente instrumental, o lazer emerge, no contexto do abrigo de acolhida emergencial, como uma experiência intencional por meio da qual os sujeitos reorganizam o tempo, produzem sentidos para a existência e constroem vínculos sociais, mesmo em condições marcadas pela precariedade, pela vigilância e pela suspensão de projetos de vida.

O encerramento desta pesquisa não significa o fim do caminho, pois a vida está em movimento. Ao contrário, o percurso trilhado entre muros simbólicos e pontes possíveis, entre o abrigo Waraotuma a Tuaranoko e a universidade, recoloca, ainda com mais intensidade, a pergunta trazida pelo poema utilizado na abertura destas considerações: “O que eu tenho [nós temos] a oferecer a um mundo cheio de submundos?” Ao escolher caminhar ao lado de indígenas venezuelanos/as em situação de refúgio, optamos, também, por assumir um dado lugar, em que pesquisar não é apenas descrever realidades, mas disputar sentidos sobre quem pode existir, circular e ter sua humanidade

reconhecida. Se esta tese deixa alguma contribuição, ela se inscreve menos na pretensão de respostas acabadas e mais na disposição de oferecer “um pouco da minha [de nossa] tinta, um pouco das minhas [de nossas] incertezas” para tensionar leituras hegemônicas sobre o refúgio, o lazer, a educação e a própria ideia de fronteira.

Caminhar com grupos historicamente marginalizados, neste contexto, é um gesto ético e político que exige sair do conforto dos “alguns metros” e aceitar a possibilidade de “um ou outro quilômetro” a mais: no convívio como princípio metodológico, na escuta paciente, na devolutiva da pesquisa, na incidência sobre políticas públicas, na construção de espaços de humanização. Talvez, não saibamos exatamente até onde esse caminho nos levará, mas sabemos que ele passa pelo compromisso de manter a nossa luta em movimento, disponíveis que estamos em aprender com aqueles/as cuja vida se faz, cotidianamente, entre deslocamentos, incertezas e esperanças. Se há algo que possamos oferecer é seguir caminhando, com tinta, dúvidas e afetos, ao lado daqueles/as que insistem em produzir vida entre muros e pontes, abrindo, com seus passos, novas possibilidades para um mundo justo, digno e solidário.

REFERÊNCIAS⁷³

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 3ª tiragem. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

ACNUR. **Brasil torna-se o país com maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina**. ACNUR, 2020a. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/01/31/brasil-torna-se-o-pais-com-maior-numero-de-refugiados-venezuelanos-reconhecidos-na-america-latina/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

ACNUR. **ACNUR em Roraima - relatório de atividades: janeiro-abril 2022**. ACNUR, 2022c. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/media/relatorio-de-atividades-em-roraima-janeiro-abril-de-2022>. Acesso em: 09 ago. 2025.

ACNUR. **ACNUR em Roraima - relatório de atividades: julho-agosto 2021**. ACNUR, 2021b. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/media/relatorio-de-atividades-em-roraima-julho-agosto-de-2021>. Acesso em: 09 ago. 2025.

ACNUR. **Anexo BV-8 Pacaraima – relatório de atividades e resultados: outubro de 2021 a maio de 2022**. ACNUR, 2022a. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/sites/br/files/2025-01/202205-relatorio-atividades-pacaraima.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2025.

ACNUR. **Chefes da ONU pedem mais solidariedade com as pessoas forçadas a se deslocar**. ACNUR, 2016. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/chefes-da-onu-pedem-mais-solidariedade-com-pessoas-forçadas-se>. Acesso em: 20 maio 2024.

ACNUR. **Declaração de Cartagena**. ACNUR, 1984. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

ACNUR. **Guia de referência para o trabalho social com a população indígena refugiada e imigrante**. Brasília: ACNUR, 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/media/web-guia-de-referencia-para-o-trabalho-social-com-populacao-indigena-refugiada-e-imigrante>. Acesso em: 30 ago. 2025.

ACNUR. **Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado**. ACNUR, 2018. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual_de_procedimentos_e_crit%C3%A9rios_para_a_determina%C3%A7%C3%A3o_da_condi%C3%A7%C3%A3o_de_refugiado.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

ACNUR. **Manual de proteção aos apátridas**. ACNUR, 2014. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual_de_prote%C3%A7%C3%A3o_aos_ap%C3%A1tridas.pdf. Acesso em 12 dez. 2023.

⁷³ Na organização das referências deste estudo, optamos por fazer entrada sempre repetindo, quando fosse o caso, o sobrenome do/a autor/a, o nome da instituição ou o nome do país cujos documentos foram utilizados. Entendemos se tratar de uma forma de valorização e respeito às pessoas, países e/ou instituições, ao invés da substituição por um sinal (“_____”) que pressuponha já termos mencionado a informação anteriormente.

ACNUR. **Meios de vida e interiorização**: relatório novembro e dezembro 2021. ACNUR, 2022b. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/sites/br/files/2025-01/202112-interiorizacao-meios-vida.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

ACNUR. **Newsletter Julho 2019**. ACNUR, 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/sites/br/files/2025-01/201907-newsletter-mensal-acnur-brasil.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2025.

ACNUR. **Monitoramento de proteção de ocupações espontâneas**: Boa Vista - junho 2020. ACNUR, 2020c. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/document/brasil-monitoramento-de-protecao-de-ocupacoes-espontaneas-do-acnur-boja-vista-junho-2020>. Acesso em: 09 ago. 2025.

ACNUR. **Painel de perfil populacional indígena**. ACNUR, 2024a. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjlmNzdiODctYjMwZC00NjkzLWI0YzctY2VmZDdjYzJmMDQxIiwidCI6ImU1YzZMOTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOjh9>. Acesso em: 28 ago. 2025.

ACNUR. **Perfil dos abrigos em Roraima**. ACNUR, 2025a. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTRhOWVlOTgtYTkyMS00YmY3LWYyY2YtMGM1Y2MzODFjMmVjIiwidCI6ImU1YzZMOTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOjh9>. Acesso em: 12 ago. 2025.

ACNUR. **Interiorização: Uma estratégia de apoio à integração socioeconômica de pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela**. ACNUR, 2024b. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/media/interiorizacao-uma-estrategia-de-apoio-integracao-socioeconomica-de-pessoas-refugiadas-e>. Acesso em: 10 maio 2025.

ACNUR. **População indígena**. ACNUR, 2025b. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/o-que-fazemos/temas-especificos/populacao-indigena>. Acesso em: 30 ago. 2025.

ACNUR. **Princípios orientadores relativos aos deslocados internos**. Genebra: ACNUR, 1998. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Documentos_da_ONU/Principios_orientadores_relativos_aos_deslocados_internos_1998.pdf. Acesso em: 21 dez. 2023.

ACNUR. **Relatório mensal – Roraima**: registro e abrigo - julho 2020. ACNUR, 2020b. Disponível em: <https://data.unhcr.org/ar/documents/details/78691>. Acesso em: 09 ago. 2025.

ACNUR. **Relatório operacional - Roraima**: janeiro 2021. ACNUR, 2021d. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/sites/br/files/2025-01/202101-relatorio-atividades-roraima.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2025.

ACNUR. **Relatório operacional - Roraima**: outubro-dezembro 2020. ACNUR, 2021c. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/sites/br/files/2025-01/202012-relatorio-atividades-roraima.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2025.

AFP. **Trump inicia campanha de deportação em massa de imigrantes irregulares nos EUA**. Carta Capital, 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/eua-prende-538-imigrantes-ilegais-e-deporta-centenas-diz-casa-branca/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

AGIER, M. **Borderlands**: towards an anthropology of the cosmopolitan condition. Malden: Polity Press, 2016.

AGUILAR, L. El desarrollo de la formación y la investigación en la recreación y el tiempo libre en México. In: GOMES, C. *et al.* (orgs.). **Lazer na América Latina**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 295-309.

ALTUVE, E. Ocio, recreación, estado y revolución. In: GOMES, C. *et al.* (orgs.). **Lazer na América Latina**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 365-389.

ALTUVE, E. Revolución y política pública en ocio, tiempo libre y recreación: Venezuela durante el gobierno del presidente Hugo Chávez. **Revista Educación física y deporte**, Medellín (Colômbia), n. 31, v. 2, p. 975-986, 2012. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/educacionfisicaydeporte/article/view/14403/12651>. Acesso em: 12 jun. 2025.

ALVAREZ, E. O.; PHÉLAN, M.; VISO, C. Venezuela 1936 – 2021: movilidad internacional, institucionalidad y renta petrolera en tres contextos. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais –RBHCS**, Rio Grande, v. 13, n. 26, 47-72, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/13665/9089>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ALVES, J. Q. P. L. Cotidiano e coletividade: dinâmicas nos abrigos para refugiados venezuelanos em Roraima. **Rev. Cad. Pesqui. Esc. Cid.**, São Paulo, n. 9, p. 127-143, 2020. Disponível em: <http://ojs.escoladacidade.org/index.php/cadernos/article/view/25/24>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ALVES, V. Uma leitura antropológica sobre a Educação Física e o lazer. In: WERNECK, C. L. G.; ISAYAMA, H. F. (orgs.). **Lazer, recreação e Educação Física**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 83-114.

ANDRADE, J. H. F. **Direito internacional dos refugiados**: evolução histórica: 1921-1952. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

ANTIGA, R. P. *et al.* (coords.). **Aproximaciones para la construcción del campo de la recreación en Latinoamérica**. México: Puertabierta Editores, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281240878_Aproximaciones_para_la_construccion_del_campo_de_la_recreacion_en_Latinoamerica. Acesso em: 12 out. 2025.

ANTILLANO, S. L.; BUSTAMANTE, M. E.; SCARTON, A. G. Venezuela: British Petroleum en el delta del Orinoco. **Ecología Política**, Barcelona, v. 17, p. 120-127, 1999. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20743016>. Acesso em: 05 set. 2025.

ANTUNES, A.; FROMER, M.; BRITTO, S. Comida. In: TITÃS. **Jesus não tem dentes no país dos banguelas**. Rio de Janeiro: WEA. 1 disco sonoro (LP). Lado A, faixa 2. 1987.

ARAÚJO-OLIVERA, S. S. Exterioridade: o outro como critério. In: OLIVEIRA, M. W.; SOUSA, F. R. (orgs.). **Processos educativos em práticas sociais**: pesquisas em educação. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 47-112.

ARENDT, H. **Nós, os refugiados**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2013. Disponível em: https://hannaharendt.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/05/20131214-hannah_arendt_nos_os_refugiados.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

AVSI BRASIL. **Gestão de abrigos e assistência multisetorial à população venezuelana**. AVSI Brasil. AVSI Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.avsi brasil.org.br/projeto/centros-de-abrigod-e-assistencia-multisetoria-de-venezuelanos/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

AWAD, I.; NATARAJAN, U. Migration myths and the global south. **Cairo Review**, n. 30, p. 46-55, 2018. Disponível em: <https://www.thecairoreview.com/wp-content/uploads/2018/08/cr30-natarajan.pdf>. Acesso em: 02 maio 2025.

BAENINGER, R. Introdução. In: BAENINGER, R. *et. al.* (orgs.). **Migrações sul-sul**. 2ª ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 13-14.

BAENINGER, R. Contribuições da academia para o Pacto Global da Migração: o olhar do sul. In: BAENINGER, R. *et. al.* (orgs.). **Migrações sul-sul**. 2ª ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018a. p. 17-22.

BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N. B.; DOMENICONI, J. O. Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil. **RELAP – Revista Latinoamericana de Población**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 1-29, 2022. Disponível em: <https://revistarelap.org/index.php/relap/article/view/6/47>. Acesso em: 14 fev. 2023.

BAGANHA, M. I. A cada Sul o seu Norte: dinâmicas migratórias em Portugal. In: SANTOS, B. S. (org.). **Globalização e ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 133-158.

BAKEWELL, O. Research beyond the categories: the importance of policy irrelevant research into forced migration. **Journal of Refugee Studies**, Oxford, v. 21, n. 4, p. 432-453, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jrs/fen042>. Acesso em: 14 mar. 2025.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 set. 2025.

BANKS, M. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BASTOS, J. P. B.; OBREGÓN, M. F. Q. Venezuela em crise: o que mudou com Maduro? **Derecho y Cambio Social**, Lima, ano 15, n. 52, p. 1-16, 2018. Disponível em: https://www.derechoycambiosocial.com/revista052/VENEZUELA_EM_CRISE.pdf. Acesso em 17 dez. 2023.

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BAUMAN, Z. Turistas e vagabundos: os heróis e as vítimas da pós-modernidade. In: BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. p. 125-141.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. 2ª reimpr. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

BILBAO, B.; LEAL, A. V.; MÉNDEZ, C. L. Indigenous use of fire and forest loss in Canaima National Park, Venezuela: assessment of and tools for alternative strategies of fire management in Pemón indigenous lands. **Human Ecology**, Canberra. (Austrália), v. 38, n. 5, p. 663-673, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/225886944_Indigenous_Use_of_Fire_and_Forest_Loss_i

n_Canaima_National_Park_Venezuela_Assessment_of_and_Tools_for_Alternative_Strategies_of_Fire_Management_in_Pemn_Indigenous_Lands. Acesso em: 07 set. 2025.

BINES, R. K. *et al.* Infância, refúgio e jogo democrático: anotações de campo. **Chiricú Journal: Latina/o Literatures, Arts, and Cultures**, Bloomington, v. 4, n. 2, p. 19-36, 2020. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/3/article/762427>. Acesso em: 13 maio 2024.

BACOCINA, D. **Brasil e Venezuela: aproximação e afastamento nos governos Lula e Chávez - 2003 a 2008**. 2008. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/1139/1/2008_DenizeBacoccina.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.

BOEHS, A. E. *et al.* Processo de busca de famílias para a coleta de dados em pesquisa qualitativa. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 27, n. 3, p. 1-8, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/f6jHS738qmnyPfPgKp7qBrQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 jan. 2023.

BOFF, L. **Virtudes para um outro mundo possível, v. II: convivência, respeito, tolerância**. Petrópolis: Vozes, 2006.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação?** 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRANDÃO, C. R. Cultura (Movimento de cultura popular). *In*: STRECK, D (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 3ª ed. 1ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 100-101.

BRANDÃO. **Do polegar ao pensamento: escritos de antropologia para educadores**. Curitiba: CRV, 2019.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 48ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar. *In*: BRANDÃO, C. R. (org.). **Repensando a pesquisa participante**. 1ª reimpr. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 7-14.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018**. Define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9286.htm. Acesso em: 09 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 10.917, de 29 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial. Brasília: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10917.htm#art9. Acesso em: 09 ago. 2025.

BRASIL. **Matriz de monitoramento de deslocamento (DTM) nacional sobre a população indígena refugiada e migrante venezuelana**. Brasília: Organização Internacional para as Migrações (OIM), 2021b. Disponível em:

https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/Relatorio%20DTM%20-%20POPULAC%CC%A7A%CC%83O%20INDI%CC%81GENA%20REFUGIADA%20E%20MIGRANTE%20VENEZUELANA%20-%20nov-2021-defeso_0.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 112, p. 59-62, 13 junho 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 98, p. 44-46, 24 maio 2016.

BRASIL. **Lei de Migração**. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em: 09 ago. 2025.

BRAGA, J. L. R. Os campos de refugiados: um exemplo de “espaços de exceção” na política contemporânea. In: ENCONTRO NACIONAL ABRI, 3., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais – USP, 2011. p. 1-21. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v2/a36.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2023.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p.329-376, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCPmhy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2025.

BRANDÃO, I.; OLIVEIRA, V. Defesa Civil divide venezuelanos índios e não-índios entre abrigos em Boa Vista. **G1 RR**, Boa Vista, 31 outubro, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/oraima/noticia/defesa-civil-divide-venezuelanos-indios-e-nao-indios-entre-abrigos-em-boja-vista.ghtml>. Acesso em: 09 ago. 2025.

BRITO, M. M. **Era uma vez...** a prática social da contação de histórias com crianças hospitalizadas. 2025. 332 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/server/api/core/bitstreams/027bc72d-068e-4a21-a91f-722ef635d1ee/content>. Acesso em: 04 jan. 2026.

BRUHNS, H. T. (org.). **Lazer e ciências sociais**: diálogos pertinentes. São Paulo: Chronos, 2002.

CAMARGO, Luiz. O. L. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998.

CAMARGO, Luiz. O. L. **O que é lazer?** 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CAMARGO, Luiz. O. L. O lazer e a ludicidade do brasileiro. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação (SESC)**, São Paulo, n. 2, p. 76-91, 2016. Disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/72de0f63-c958-447d-891b-704f2c7c435d.pdf>. Acesso em 18 out. 2025.

CAMPOS, S. E. A.; CORRÊA, D. A.; GONÇALVES JUNIOR, L. Motricidades del sur: Congada de San Benedicto en Ilhabela - Brasil. **Retos**, San Javier, v. 44, n. 2, p. 918-927, 2022. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/retos/article/view/90387/67918>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CAMPOS, M.; MARQUES, D. H. F. Migrações internacionais de indígenas em áreas de fronteiras: aportes para o estudo do fenômeno no Brasil. In: JAROCHINSKI SILVA, J. C. *et al.* (org.). **Migrações fronteiriças**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2018. p. 414-426. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_frenteiricas.pdf. Acesso em: 04 out. 2025.

CARBONARI, L. T.; LIBRELOTTO, L. I. Abrigo temporário para refugiados venezuelanos indígenas em Boa Vista, Roraima. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v. 9, n. esp., p. 372-391, 2020. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/9635/5288. Acesso em: 09 ago. 2025.

CARBONARI, L. T. *et al.* Temporary settlements for Venezuelan refugees: case studies in the city of Boa Vista (Roraima, Brazil). **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 21, p. 1-23, 2024. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/8678/11524>. Acesso em: 09 ago. 2025.

CARVALHO, Y. M. Do velho ao novo: a revisão de literatura como método do fazer ciência. **Revista Thema**, Pelotas, v. 16, n. 4, p. 913-928, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1328>. Acesso em: 6 abr. 2025.

CASELLA, P. B. Refugiados: conceito e extensão. In: ARAUJO, N.; ALMEIDA, G. A. (orgs.). **O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 17-26.

CASTLES, S. Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social. **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 18, n. 35, p. 11-43, 2010. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/227/210>. Acesso em: 28 set. 2025.

CENTRO de Estudios Martianos; NÚCLEO de Estudios Cubanos. Prefácio. In: MARTÍ, J. **Nossa América = Nuestra América**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. P. 7-10.

CHAVES, A.; OLIVEIRA, V. Operação retira cerca de 400 venezuelanos acampados no entorno de rodoviária em Boa Vista. **G1 RR**, Boa Vista, 28 outubro 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/operacao-retira-mais-de-400-venezuelanos-abrigados-no-entorno-de-rodoviaria-em-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 08 ago. 2025.

CHEUNG-GAFFNEY, E. Sports and humanitarian development: a look at sports programming in the refugee crisis through a case study of KickStar Joy Soccer Project at Zaatari refugee camp. **Journal of Legal Aspects of Sport**, Milwaukee, v. 28, n. 2, p. 208-221, 2018. Disponível em: <https://journals.indianapolis.iu.edu/index.php/jlas/article/view/22571>. Acesso em: 13 mar. 2024.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CIAVATTA, M. A memória do tempo da fotografia: uma apresentação. In: CIAVATTA, M. *et al.* **A fotografia como fonte de pesquisa: da história da educação à história de trabalho-educação**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023. p. 19-30. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_81352e92c31e4812bb9c21a4fc46c540.pdf.

Acesso em: 14 set. 2025.

CIR. Conselho Indígena de Roraima. **Carta final da 51ª assembleia geral dos povos indígenas de Roraima**. Boa Vista, 2022. Disponível em: <https://cir.org.br/files/posts/carta-final-51a-agpirr.pdf>. Acesso em: 05 out. 2025.

CLIMA 21/ODEVIDA. **El pueblo Pemón: dominación, resistencias y transformaciones frente al extractivismo depredador**. Caracas: CLIMA 21/ODEVIDA, 2022. Disponível em: <https://clima21.net/wp-content/uploads/2022/11/Informe-pueblo-pemo%CC%81n-Nov-2022-EN-BAJA.pdf>. Acesso em: 09 set. 2025.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONCEIÇÃO, G. M. **A hospitalidade e o acolhimento aos refugiados no Brasil**. 2018. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Tecnológica em Hotelaria) - Faculdade de Turismo e Hotelaria, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/10028/TCC%20Giovana%20Maria%20matricula%20816094037.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 nov. 2023.

CÓRDOBA HERÉDIA, A.; ALDANA VILLALOBOS, K. **La agencia de las mujeres Saharauis en los campamentos de refugiados de Tindouf, Argelia**. 2019. 66 f. Tesis de Maestría (Maestría en Estudios y Gestión del Desarrollo) – Facultad de Economía, Empresa y Desarrollo Sostenible, Universidad de La Salle, Bogotá, 2019. Disponível em: <https://ciencia.lasalle.edu.co/server/api/core/bitstreams/117de21b-b706-411e-9f3c-40287d759b08/content>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CORTÉS, G. **Operação Acolhida dá aos venezuelanos um novo começo no Norte do Brasil**. Organização Internacional para as Migrações (OIM), 11 de março de 2023. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/stories/operacao-acolhida-da-aos-venezuelanos-um-novo-comeco-no-norte-do-brasil>. Acesso em: 28 abr. 2025.

COSTA, S. A. Diário de campo como dialética intersubjetiva. In: WHITAKER, D. C. A. (org.). **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002. p.151-157.

CRASTO, T. C.; ÁLVAREZ, M. R. Percepciones sobre la migración venezolana: causas, España como destino, expectativas de retorno. **Migraciones**, Madrid, v. 41, p. 133-163, 2017. Disponível em: <https://revistas.comillas.edu/index.php/revistamigraciones/article/view/7898/7683>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CRITELLI, D. M. **Educação e dominação cultural: tentativa de reflexão ontológica**. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora: Autores Associados, 1981.

CUNHA, V. P. **A (re)produção como forma de valorização do espaço urbano em Boa Vista-RR: um estudo no Bairro Aeroporto e entorno no período de 2000 a 2015**. 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufrr.br:8080/jspui/handle/prefix/340>. Acesso em: 14 jul. 2025.

CURY, C. R. J. **Lazer, cidadania e responsabilidade social**. Brasília: SESI/DN, 2006.

DEKKER, R. *et al.* Smart refugees: how syrian asylum migrants use social media information in migration decision-making. **Social Media + Society**, [s. l], v. 4, n. 1, p. 1-11, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2056305118764439>. Acesso em: 10 jan. 2026.

DE LOMBAERDE, P.; GUO, F.; PÓVOA NETO. Introduction to the special collection - South - South migrations: what is (still) on the research agenda? **Internacional Migration Review, Nova York**, v. 48, n. 1, p. 103-112, 2014. Disponível em: https://cris.vub.be/ws/portalfiles/portal/119190550/De_Lombaerde_Guo_Povoa_IMR_2014.pdf. Acesso em: 28 set. 2025.

DE PELLEGRIN, A. Lazer, corpo e sociedade: articulações críticas e resistências políticas. In: PADILHA, V. (org.). **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 104-125.

DEL VECCHIO, V. A.; ALMEIDA, V. B. F. A. Panorama do fluxo migratório de venezuelanos no Brasil e América Latina. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (coords.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 158-163.

DIAS, G. Mobilidade migratória: uma leitura crítica para além de metáforas hidráulicas. **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 27, n. 57, p. 61-78, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/LSD8kNmDSrmyWFrrQjfqDTG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2025.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. 3ª ed. 2ª reimpr. São Paulo: Perspectiva, 2004a.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. 2ª ed. 2ª reimpr. São Paulo: Perspectiva, 2004b.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

DUSSEL, E. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUSSEL, E. **A produção teórica de Marx: um comentário ao Grundrisse**. São Paulo: Expressão Popular, 2012a.

DUSSEL, E. Cultura imperial, cultura ilustrada e libertação da cultura popular. In: DUSSEL, E. **Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação**. São Paulo: Paulinas, 1997. p. 121-152.

DUSSEL, E. **En búsqueda del sentido - Obras selectas**. Buenos Aires: Docencia, 2012b.

DUSSEL, E. **Filosofia da libertação na América Latina**. São Paulo: Edições Loyola, 1977.

DUSSEL, E. **Introducción a la filosofía de la liberación**. 5ª ed. Bogotá: Editorial Nueva América, 1995.

DUSSEL, E. **Para uma ética da libertação latino-americana III: erótica e pedagógica**. São Paulo: Edições Loyola; Piracicaba: Editora Unimep, s/d.

ELIZALDE, R. Resignificación del ocio: aportes para un aprendizaje transformacional. **Polis**, Santiago, v. 9, n. 25, p. 437-460, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n25/art26.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

ELIZALDE, R.; GOMES, C. L. Tempo livre: entendimentos enunciados por participantes de mestrados latino-americanos em lazer e *recreación*. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 569-591, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/42866/28917>. Acesso em: 20 set. 2024.

FÉLIX, J. Ministro da Saúde anuncia recurso de R\$ 3,7 mi para RR cuidar de imigrantes. **Portal G1 RR**, 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/12/ministro-da-saude-anuncia-recurso-de-r-37-mi-para-rr-cuidar-de-imigrantes.html>. Acesso em: 13 out. 2025.

FERNÁNDEZ, A. P. Venezuela entre la hegemonía y la contra-hegemonía: una lectura contextual para comprender una complejidad socio-histórica. **Textos e Debates**, Boa Vista, n. 32, p. 175-198, 2019. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/5697/pdf>. Acesso em: 19 nov. 2023.

FERNÁNDEZ, J. F. T. *et al.* Producción de conocimiento en ocio, recreación y tiempo libre en América Latina. **Licere**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 192-221, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/854/17798>. Acesso em: 12 jun. 2025.

FFHI. **Abertura de novo abrigo indígena em Roraima**. FFHI, 2021a. Disponível em: <https://www.missoeshumanitarias.org/abertura-de-novo-abrigo-indigena-em-roraima/>. Acesso em: 09 ago. 2025.

FFHI. **Abertura do quarto abrigo indígena em Roraima**. FFHI, 2021b. Disponível em: <https://www.missoeshumanitarias.org/abertura-do-quarto-abrigo-indigena-em-roraima/>. Acesso em: 09 ago. 2025.

FFHI. **Sem medir esforços na resposta humanitária**. FFHI, 2021c. Disponível em: <https://www.missoeshumanitarias.org/sem-medir-esforcos-na-resposta-humanitaria/>. Acesso em: 09 ago. 2025

FGV DAPP. **Desafio migratório em Roraima**: repensando a política e gestão da migração no Brasil. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/51bf638a-e713-46f9-832f-bb803ab1cb3e/content>. Acesso em: 07 jan. 2024.

FIGUEIRA, F. L.G. **Travessias**. Curitiba: CRV, 2020.

FIORI, E. M. Aprender a dizer a sua palavra. In: FIORI, E. M. **Educação e política**: textos escolhidos – volume 2. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014a. p. 67-81.

FIORI, E. M. Conscientização e educação. In: FIORI, E. M. **Educação e política**: textos escolhidos – volume 2. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014b. p. 83-104.

FIORI, E. M. Educação libertadora. In: FIORI, E. M. **Educação e política**: textos escolhidos – volume 1. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014c. p. 105-119.

FIORI, E. M. Abstração metafísica e experiência transcendental. In: FIORI, E. M. **Metafísica e história**: textos escolhidos – volume 2. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014d. p. 137-266.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FLOHR, M. Beyond the nation state: rereading Hannah Arendt's "We Refugees" eighty years later. **New Political Science**, Durham, v. 46, n. 1, p. 6-20, 2024. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/07393148.2024.2303223?needAccess=true>. Acesso em: 04 out. 2025.

FREIER, L. F.; BERGANZA, I.; BLOUIN, C. The Cartagena refugee definition and venezuelan displacement in Latin America. **International Migration**, Genebra, v. 60, n. 1, p. 19-36, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/imig.12791>. Acesso em: 15 mar. 2025.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FREIRE, P. **Cartas a Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2003.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006a.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 29ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006b.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 29ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006c.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006d.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 28ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 43ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 16ª reimpr. Porto Alegre: L&PM, 2020.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 6 abr. 2025.

GARCÍA, M. **Pensando las migraciones desde el Sur**: reflexiones, detalles y estrategia sobre la experiencia migratoria reciente en la región de América del Sur. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/posgrados/20120420014024/Garcia.pdf>. Acesso em: 28 set. 2025.

GARCÍA CASTRO, A. A. Mendicidad indígena: los Warao urbanos. **Boletín Antropológico**, v. 48, Mérida, n. 48, p. 79-90, 2000. Disponível em: <https://ciscuve.org/wp-content/uploads/2017/11/BAULA-Mendencia-Indigena-Warao-Alvaro-Garcia-Castro.pdf>. Acesso em: 05 set. 2025.

GARCÍA-CASTRO, A. A. Migración de indígenas Warao para formar barrios marginales en la periferia de las ciudades de Guayana, Venezuela. In: REPRESA PÉREZ, F. (coord.). **De Quito a**

Burgos: migraciones y ciudadanías. Burgos España: Editorial Gran Vía, 2006. p. 43-48. Disponível em: https://www.academia.edu/555293/Migraci%C3%B3n_de_ind%C3%ADgenas_Warao_para_formar_barrios_marginales_en_la_periferia_de_las_ciudades_de_Guayana_Venezuela. Acesso em: 30 ago. 2025

GARCÍA-CASTRO, A.; HEINEN, H. D. Planificando el desastre ecológico: Impacto del cierre del caño Manamo para las comunidades indígenas y criollas del Delta Occidental (Delta del Orinoco, Venezuela). **Antropológica**, Caracas, v. 91, p. 31-56, 1999. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/AntropologicaCaracas/1999/no91/2.pdf>. Acesso em: 05 set. 2025.

GASSÓN, R.; HEINEN, D. ¿Existe un Warao genérico?: cuestiones clave en la etnografía y la ecología histórica del Delta del Orinoco y el territorio Warao-Lokono-Paragoto. **Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America**, New Orleans, v. 10, n. 1, p. 37-64, 2012. Disponível em: <https://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol10/iss1/3>. Acesso em: 03 set. 2025.

GERLERO, J. C. **¿Ocio, tiempo libre o recreación?**: aportes para el estudio de la recreación. Neuquén (Argentina): Educo. 2004.

GIANNINI, L.; FIGUEIRA, R. R. Clashing cartographies in indigenous refugees' sheltering practices: the embodiment of an alternative sense of spatiality and temporality in an indigenous shelter demobilisation in the north of Brazil. **Revista Monções**, Dourados, v. 13, n. 25, p. 58-81, 2024. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/17278/10476>. Acesso em: 09 ago. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, A. M. R.; FARIA, E. L. **Lazer e diversidade cultural**. Brasília: SESI/DN, 2005.

GOMES, C. L. **Frui Vita**: a alquimia do lazer. Ponta Grossa: Atena, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/737929/1/frui-vita-a-alquimia-do-lazer.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-20, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/430/279>. Acesso em: 11 out. 2022.

GOMES, C. L. Lazer, *ocio* e *recreación* nos países da Ibero-América: reflexões sobre as particularidades latino-americanas. In: CHAVES, E.; ISAYAMA, H. F.; BAHIA, M. C. (orgs.). **Os estudos do lazer, ócio e recreação na Iberoamérica**. Campinas: Mercado das Letras, 2021. p. 13-30.

GOMES, C. L. **Lazer, trabalho e educação**: relações históricas, questões contemporâneas. 2ª ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.

GOMES, C. L. Lazer e descanso. In: SEMINÁRIO “O LAZER EM DEBATE”, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP), 2008. p. 1-15.

GOMES, C. L. Ludicidade. In: GOMES, C. L. (org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 141-146.

GOMES, C. L. Mapeamento histórico do lazer na América Latina: em busca de novas abordagens para os estudos sobre o tema. *In*: ISAYAMA, H. F.; SILVA, S. R. (orgs.). **Estudos do lazer: um panorama**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 145-164.

GOMES, C. L. O lazer como campo mobilizador de experiências interculturais revolucionárias e sua contribuição para uma educação transformadora. *In*: DALBEN, Â.; DINIZ, J.; LEAL, L.; SANTOS, L. (orgs.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: Currículo, Ensino de Educação Física, Ensino de Geografia; Ensino de História; Escola, Família e Comunidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 284-310.

GOMES, C. L.; ELIZALDE, R. **Horizontes latino-americanos do lazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GOMES, C.; PINTO, L. O lazer no Brasil: analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas. *In*: GOMES, C. *et al.* (orgs.). **Lazer na América Latina**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 67-122.

GOMES, C. L.; DEBORTOLI, J. A. O.; SILVA, L. P. (orgs.). **Lazer, práticas sociais e mediação cultural**. Campinas: Autores Associados, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/870607ad-9eab-4082-9406-3c4d03ecc818/content>. Acesso em: 19 out. 2025.

GOMES, C. L. *et al.* (orgs.). **Lazer na América Latina**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

GONÇALVES JUNIOR, L. **Motricidades do sul: contra o desperdício da experiência**. 2021. Projeto de pesquisa não publicado, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Apoio financeiro: CNPq Edital nº 26/2021 (Processo nº 403212/2022-7).

GONÇALVES JUNIOR, L.; CARMO, C. S.; CORRÊA, D. A. Cicloviagem, lazer e educação ambiental: processos educativos vivenciados na Serra da Canastra. **Licere**, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 173-208, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1161/842>. Acesso em: 02 jan. 2024.

GONÇALVES JUNIOR, L.; LEMOS, F. R. M.; CHECCHI, C. M. S. Do conformismo do lazer à radicalidade do ócio: esperando o bem viver. *In*: SILVA, J. V. P.; SILVA, D. S. (orgs.). **Lazer, vida de qualidade e direitos sociais**. Curitiba: InterSaberes, 2020. p. 17-34.

GONÇALVES JUNIOR, L. *et al.* Aprender a investigar: la postura y el método soportado por la fenomenología. *In*: TORO-ARÉVALO, Sergio A.; VEGA-RAMÍREZ, Javier. (orgs.). **Manifestaciones de la motricidad humana: brotes desde el sur**. Valdivia: Ediciones UACH, 2021. p. 59-80.

GUTIERREZ, G. L. **Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas**. Campinas: Autores Associados, chancela editorial CBCE, 2021.

HOBBSBAWN, R. **A era do capital: 1848-1875**. 21ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GRANDI, F. **Protecting refugees in Europe and beyond: can the EU rise to the challenge?** ACNUR, 2016. Disponível em: <https://www.unhcr.org/publications/protecting-refugees-europe-and-beyond-can-eu-rise-challenge>. Acesso em: 20 maio 2024.

GRIFFITHS, D.; SIGONA, N.; ZETTER, R. Integrative paradigms, marginal reality: refugee community organisations and dispersal in Britain. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, [s. l.], v. 32, n. 5, p. 881-898, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13691830600704529>. Acesso em: 15 dez. 2025.

GROSFOGUEL, R. **La descolonización de la economía política**. Bogotá: Universidad Libre, 2010.

GURAN, M. **Documentação fotográfica e pesquisa científica: notas e reflexões**. [S. l.: s. n], 2013. Disponível em: http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/doc_foto_pq.versao_final_27_dez.pdf. Acesso em: 14 set. 2025.

HENDERSON, K. A. One size doesn't fit all: the meanings of women's leisure. **Journal of Leisure Research**, Ashburn, v. 28, n. 3, p. 139-154, 1996. Disponível em: <https://www.nrpa.org/globalassets/journals/jlr/2013/volume-45/jlr-volume-45-number-2-pp-115-135.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2025.

HENDERSON, K. A.; GIBSON, H. J. An integrative review of women, gender, and leisure: increasing complexities. **Journal of Leisure Research**, Ashburn, v. 45, n. 2, p. 115-135, 2013. Disponível em: <https://www.nrpa.org/globalassets/journals/jlr/2013/volume-45/jlr-volume-45-number-2-pp-115-135.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2025.

HOBBSBAWN, E. J. **A era do capital: 1848-1875**. 21ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório Mundial 2019 – Venezuela eventos 2018**. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2019/country-chapters/325542>. Acesso em: 18 set. 2022.

HURLY, J. 'I feel something is still missing': leisure meanings of African refugee women in Canada. **Leisure Studies**, Londres, v. 38, n. 1, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02614367.2018.1515241>. Acesso em: 22 mar. 2024.

HUSSERL, E. **Meditações cartesianas e conferências de Paris: de acordo com o texto de Husserliana I**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

IANNI, O. **O labirinto latino-americano**. Petrópolis: Vozes, 1993.

INE. **Censo nacional de población y vivienda 2011: empadronamiento de la población indígena**. Caracas: INE, 2015. Disponível em: <https://ine.gob.ve/wp-content/uploads/2024/08/EMPADRONAMIENTO-INDIGENA.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025.

INSTITUTO PIRILAMPOS. **Conheça um pouco de como nos tornamos o Instituto Pirilampos!**, 2024. Disponível em: <https://institutopirilampos.org.br/sobre/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

ISAYAMA, H. F. Reflexões sobre os conteúdos físico-esportivos e as vivências de lazer. In: MARCELLINO, N. C. (org.). **Lazer e cultura**. Campinas: Editora Alínea, 2007. p. 31-46.

IWASAKI, Y. Leisure and quality of life in an international and multicultural context: what are major pathways linking leisure to quality of life?. **Social Indicators Research**, [s. l.], v. 82, n. 2, p. 233-264, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11205-006-9032-z>. Acesso em: 10 jan. 2026.

JAROSCHINSKI SILVA, J. C. Uma análise sobre os fluxos migratórios mistos. In: RAMOS, A. C.; ALMEIDA, G. A. (orgs.). **60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro**. São Paulo: CLA Cultural, 2011. p. 201-220. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/60->

anos-de-ACNUR_Perspectivas-de-futuro_ACNUR-USP-UNISANTOS-2011.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

JAROCHINSKI SILVA, J. C. **O ACNUR antes e depois da Operação Acolhida: uma análise à luz uma análise à luz da resposta humanitária brasileira**. 1ª ed. Brasília: ACNUR, 2022.

JAROCHINSKI SILVA, J. C.; ALBUQUERQUE, É. B. F. Operação Acolhida: avanços e desafios. **Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília, v. 16, n. 16, p. 47-72, 2021. Disponível em: https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2021/10/IMDH_Caderno_ed16_web.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

JAROCHINSKI SILVA; J. C.; ALVES, L. A. Categorização, exclusão e criminalização das migrações internacionais. **RIDH - Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 5, n. 1, p. 111-126, 2017. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/469/201>. Acesso em: 09 out. 2022.

JAROCHINSKI SILVA, J. C.; BAENINGER, R. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração sul-sul. **REMHU – Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 29, n. 63, p. 123-139, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/5CJ6rWdFCgGWKzdYqLdQLhx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2024.

JAROCHINSKI SILVA, J. C.; PERES, V. P. S. Rentismo e crise. **Textos e Debates**, Boa Vista, n. 34, p. 23-40, 2020. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/6964/pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

JAROCHINSKI SILVA; J. C.; BÓGUS, L. M. M.; JAROCHINSKI SILVA, S. A. G. Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção dos refugiados. **R. Bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 15-30, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/mv5kmkTRCPvB7Xnpw7pDLMf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2024.

JAROCHINSKI SILVA, J. C.; VILLAÇA, G.; BOSON, V. P. Espacialidade e controle dos corpos: Boa Vista e a mobilidade humana venezuelana. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 1-22, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/hKcHp99y8DQJ7LPk4LxrZ5S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2025.

JIMENEZ, R. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. *In*: IRG. **La asamblea constituyente de Venezuela como expresión de específicas tensiones latinoamericanas en el debate y la práctica de la gobernanza**. Foro LatinoAmericano sobre la Gobernanza, 2008a. Disponível em: https://institut-gouvernance.org/docs/flag-ricardojemenez_3.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

JIMENEZ, R. Trayectoria de la asamblea constituyente de Venezuela. *In*: IRG. **La asamblea constituyente de Venezuela como expresión de específicas tensiones latinoamericanas en el debate y la práctica de la gobernanza**. Foro LatinoAmericano sobre la Gobernanza, 2008b. Disponível em: https://institut-gouvernance.org/docs/flag-ricardojemenez_2.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

JUBILUT, L. L.; APOLINÁRIO, S. M. O. S. A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 275-294, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/wzVCCYn6Jzm9FGdyWWhdxSB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2023.

JUBILUT, L. L.; MADUREIRA, A. L. Os desafios de proteção aos refugiados e migrantes forçados no marco de Cartagena + 30. **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, Ano XXII, n. 43, p. 11-33, 2014. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/467/382>. Acesso em: 29 mar. 2023.

KANAAN, C.; TÁSSIO, M.; SIDMAR, T. As ações do exército brasileiro na ajuda humanitária aos imigrantes venezuelanos. In: BAENINGER, R.; JAROCHINSKI SILVA, J. C. (coords.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo/Unicamp, 2018. p. 68-71. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

KISHIMOTO, T. M. O jogo e suas inter-relações com o descanso, divertimento e desenvolvimento: a perspectiva de adultos e crianças. In: SEMINÁRIO “O LAZER EM DEBATE”, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP), 2008. p. 1-8.

KOCA, C. *et al.* Constraints to leisure-time physical activity and negotiation strategies in turkish women. **Journal of Leisure Research**, Ashburn, v. 41, n. 2, p. 225-251, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00222216.2009.11950167>. Acesso em: 14 dez. 2025.

KOOPMANS, B.; DOIDGE, M. “They play together, they laugh together”: sport, play and fun in refugee sport projects. **Sport in Society**, Londres, v. 25, n. 3, p. 537-550, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17430437.2022.2017816>. Acesso em: 21 maio 2024.

KOSSOY, B. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3ª ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020c.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, A. **O amanhã não está à vida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LECHINI, G. O “sul” para além da geografia, a acepção política e econômica do termo. **IHU - On-Line**, São Leopoldo, n. 459, p. 20-23, 2014. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br//media/pdf/IHUOnlineEdicao459.pdf>. Acesso em: 28 set. 2025.

LEMA, R.; COMBA, L. A. M. **La recreación y el juego como intervención educativa**. Montevideo: IUACJ, 2013. Disponível em: <https://academialudica.com/wp-content/uploads/2022/02/la-recreacion-y-el-juego-como-intervencion-educativa.pdf>. Acesso em: 15 out. 2025.

LEMOS, F. R. M. **Entre o ócio e o negócio**: possibilidades de desenvolvimento da motricidade escolar. 2013. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/server/api/core/bitstreams/7d93a74a-cafa-461a-a259-532bff2e7d02/content>. Acesso em: 12 mar. 2025.

LEVY, G. C. **Vozes inscritas: o movimento de San Miguel entre os Pemon, Venezuela**. 2003. 160 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/294353>. Acesso em: 07 set. 2025.

LEWIS, H. Community moments: integration and transnationalism at ‘refugee’ parties and events. **Journal of Refugee Studies**, Oxford, v. 23, n. 4, p. 571-588, 2010. Disponível em: <https://academic.oup.com/jrs/article/23/4/571/1521442>. Acesso em: 12 dez. 2025.

LEWIS, H. Music, dancing and clothing as belonging and freedom among people seeking asylum in the UK. **Leisure Studies**, Londres, v. 34, n. 1, p. 42-58, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02614367.2014.966744>. Acesso em: 20 mar. 2024.

LI, M. Z.; STODOLSKA, M. Transnationalism, Leisure, and Chinese Graduate Students in the United States. **Leisure Sciences**, [s. l], v. 28, n. 1, p. 39-55, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/248982154_Transnationalism_Leisure_and_Chinese_Graduate_Students_in_the_United_States. Acesso em: 21 jan. 2025.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 137-155.

LOPES, D. L. *et al.* O diário de campo e a memória do pesquisador. In: WHITAKER, D. C. A. (org.). **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002. p.131-134.

LOPES, L. P. M. Contemporaneidade e construção de conhecimento na área de estudos lingüísticos. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 159-171, 2004. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/scripta/article/view/12552>. Acesso em: 21 maio 2025.

LOPEZ, S. M.; ANTIGA, R. P. (coords.). **Estudios sobre ocio y recreación en América Latina: abordajes críticos desde Argentina, Brasil, Colombia, Chile y México**. México: INDECUS, 2013. https://www.academia.edu/7300564/Colecci%C3%B3n_de_Libros. Acesso em: 12 out. 2025.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2ª ed. reimpr. Rio de Janeiro: EPU, 2018.

MAGNANI, J. G. C. Do mito de origem aos arranjos desestabilizadores: notas introdutórias. In: MAGNANI, J. G. C.; SPAGGIARI, E. (org.). **Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018. p. 12-34.

MAGNANI, J. G. C. Lazer, um campo interdisciplinar de pesquisa. In: BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. (orgs.). **O corpo e o lúdico: ciclo de debates lazer e motricidade**. Campinas: Autores Associados, Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, 2000. p. 19-33.

MACEDO, C. C. Algumas observações sobre a questão da cultura do povo. In: VALLE, E.; QUEIRÓZ, J. J. (orgs.). **A cultura do povo**. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 1982. p. 34-39.

MACEDO, C. C. **A reprodução da desigualdade**. São Paulo: Hucitec, 1979.

MACHADO, I. J. R. Purity and mixture in the category of refuge in Brazil. **Journal of Immigrant & Refugee Studies**, [s. l], v. 19, n. 2, p. 157-169, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15562948.2020.1747671>. Acesso em: 14 mar. 2025.

MACHADO, I. J. R.; VASCONCELLOS, I. S. Military reception and venezuelan migrants in brazilian far north: new policies of securitisation and hybrid refugee camp. **Journal of International Migration and Integration**, [s. l], v. 23, n. 3, p. 1217-1234, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12134-021-00891-5>. Acesso em: 25 set. 2025.

MALDONADO-TORRES, N. **Sobre a colonialidade do ser**: contribuições para o desenvolvimento de um conceito. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

MALKKI, L. H. Refugees and exiles: from “Refugee Studies” to the national order of things. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 24, p. 495-523, 1995. Disponível em: <http://archive.eclass.uth.gr/eclass/modules/document/file.php/SEAD391/%CE%9C%CE%91%CE%98%CE%97%CE%9C%CE%91%204/Malkki%20Refugees%20ARA%201995.pdf>. Acesso em: 05 out. 2025

MALKKI, L. H. Speechless emissaries: refugees, humanitarianism, and dehistoricization. **Cultural Anthropology**, Arlington, v. 11, n. 3, p. 377-404, 1996. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1525/can.1996.11.3.02a00050>. Acesso em: 06 out. 2025.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUESINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTO, S. (org.). **Colóquios sobre pesquisa em educação especial**. v. 1. Londrina: Edue, 2003. p. 11-25.

MARCASSA, L. **A invenção do lazer**: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935). 2002. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

MARCASSA, L. As faces do lazer: categorias necessárias à sua compreensão. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 15., 2003, Santo André. **Anais...** Santo André: SESC, 2003. p.1-11. CD ROM.

MARCASSA, L. Lazer-educação. In: GOMES, C. L. (org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 126-133.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996a.

MARCELLINO, N. C. Lazer e cultura: algumas aproximações. In: MARCELLINO, N. C. (org.). **Lazer e cultura**. Campinas: Editora Alínea, 2007. p. 9-30.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. 15ª ed. Campinas: Papirus, 2010.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. Campinas: Papirus, 1983.

MARCELLINO, N. C. Lazer, cultura e educação. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 9., 1997, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 1997. p. 157-160.

MARCELLINO, N. C. O entendimento do lazer. In: MARCELLINO, N. C. (org.). **Políticas públicas setoriais do lazer**: o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996b. p. 1-6.

MARCELLINO, N. C. O lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 12, n. 1,2,3, p. 313-317, 1992.

MARCELLINO, N. C. **Pedagogia da animação**. 8ª ed. Campinas: Papirus, 2007.

MARINGONI, G. Exceções típicas (Prefácio). In: MENDES, F. S. **Hugo Chávez em seu labirinto: o Movimento Bolivariano e a política na Venezuela**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 13-23.

MARQUES, A. C.; LEAL, M. D. Migrantes venezuelanos no Brasil: cooperação como meio para garantir direitos. In: CONGRESSO NACIONAL DE DIREITOS DIFUSOS, 1., 2017, Campina Grande. **Anais** [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2017. p. 1-11. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30913>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MARTÍ, J. **Nossa América = Nuestra América**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

MARTINS, G. I. Existir como natureza, viver numa cultura: pensar e habitar com novas territorialidades. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 21, p. 99-124, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/1478>. Acesso em: 6 ago. 2025.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: Moraes/EDUC, 1989.

MARX, K. O método da economia política. In: MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASCARENHAS, F. Em busca do ócio perdido: idealismo, panacéia e predição histórica à sombra do lazer. In: PADILHA, V. (org.). **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 75-103.

MASCARENHAS, F. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. 2005. 308f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=470316&tipoMidia=0>. Acesso em: 19 out. 2025.

MASCARENHAS, F. **Lazer como prática da liberdade**. 2ª ed. Goiânia: Ed. UFG, 2004.

MASCARENHAS, F. **Lazer e grupos sociais: concepções e métodos**. 2000. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/199823>. Acesso em: 14 dez. 2022.

MAURÍCIO, J. S. S. *et al.* Lazer e a opção decolonial: diálogos teóricos e possibilidades de construções contra-hegemônicas. **Licere**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 695-725, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/download/29756/26088/92540>. Acesso em: 20 mar. 2025.

McGEE, D.; PELHAM, J. Politics at play: locating human rights, refugees and grassroots humanitarianism in the Calais Jungle. **Leisure Studies**, Londres, v. 37, n. 1, p. 22-35, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02614367.2017.1406979>. Acesso em: 13 mar. 2024.

MEDINA SÁNCHEZ, M.; AÑÑOS BEDRIÑANA, K. G. Intervención y derechos humanos con menores refugiados no acompañados en la isla de Quíos – Grecia. **Revista de Paz y Conflictos**, Granada, v. 13, n. 2, p. 261-280, 2020. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/revpaz/article/view/17004>. Acesso em: 26 mar. 2024.

MELO, V. A. Conteúdos culturais. In: GOMES, C. L. (org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 51-54.

MELO, V. A. (org.). **Lazer: olhares multidisciplinares**. Campinas: Editora Alínea, 2010a.

MELO, V. A. **Esporte e lazer: conceitos - uma introdução histórica**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010b.

MELO, V. A. **Animação cultural: conceitos e propostas**. Campinas: Papirus, 2006.

MELO, V. A. Lazer e camadas populares: reflexões baseadas na obra de Edward Palmer Thompson. In: MELO, V. A. **Lazer e minorias sociais**. São Paulo: IBRASA, 2003. p. 29-56.

MELO, V. A. Sobre o conceito de lazer. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p. 15-35, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/sescbrasil/docs/revistasinaissociais23>. Acesso em: 12 fev. 2025.

MELO, V. A.; ALVES JR. E. D. **Introdução ao lazer**. 2ª ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2012.

MENDES, F. S. **Hugo Chávez em seu labirinto: o Movimento Bolivariano e a política na Venezuela**. São Paulo: Alameda, 2012.

MENESES, M. P. Epistemologias do sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 5-10, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/689>. Acesso em: 15 out. 2022.

MENESES, M. P.; BIDASECA, K. Introdução: as epistemologias do Sul como expressão de lutas epistemológicas e ontológicas. In: MENESES, M. P.; BIDASECA, K. (coords.). **Epistemologías del Sur - Epistemologias do Sul**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Coimbra: Centro de Estudos Sociais: CES, 2018. p. 11-21. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181124092336/Epistemologias_del_sur_2018.pdf. Acesso em: 15 out. 2022.

MENESES, T. S. **Refúgio e soberania: tensões na política internacional relativa aos refugiados (de 1949 a 2016)**. 2017. 318 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31819/1/2017_ThaisSilvaMenezes.pdf. Acesso em: 12 maio. 2024.

MENESES, U. T. B. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/JL4F7CRWKwXXgMWvNKDfCDc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2025.

MENICUCCI, T. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Orgs.). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 136-164.

MEZZANOTTI, G.; KVALVAAG, A. M. Indigenous peoples on the move: intersectional invisibility and the quest for pluriversal human rights for indigenous migrants from Venezuela in Brazil. **Nordic**

Journal of Human Rights, Oslo, v. 40, n. 3, p. 461-480, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/18918131.2022.2139491>. Acesso em 30 abr. 2025.

MILESI, R.; COURY, P.; ROVERY, J. Migração venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília, v. 13, n. 13, p. 61-81, 2018. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2019/01/FINAL-para-web-IMDH-Caderno-de-Debates-ed13.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MINA, R. V.; LIMA, J. R. T. A “cordialidade” do povo brasileiro frente à imigração de venezuelanos em Roraima: uma discussão sobre a xenofobia. **Revista del CESLA - International Latin American Studies Review**, Varsóvia, n. 22, p. 327-346, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2433/243360086015/html/>. Acesso em: 27 out. 2021.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

MOREIRA, J. B. A problemática dos refugiados na América Latina e no Brasil. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, ano 4, v. 2, p. 57-76, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/81791/85099>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MOREIRA, J. B. **A questão dos refugiados no contexto internacional (de 1943 aos dias atuais)**. 2009. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/363175>. Acesso em: 12 ago. 2023.

MOREIRA, P. G.; COSTA, M. K. B. Políticas de recepção da migração venezuelana: comparação dos espaços fronteiriços da Colômbia, do Peru, do Brasil, dos Estados Unidos e do Chile. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, n. 35, p. 289-314, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/564/432>. Acesso em: 27 abr. 2025.

MURAD, S.; VERSEY, S. Barriers to leisure-time social participation and community integration among syrian and iraqi refugees, **Leisure Studies**, Londres, v. 40, n. 3, p. 378-391, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02614367.2020.1862281>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MUSSI, R. F. F. *et al.* Pesquisa quantitativa e/ou qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista Sustinere**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 414-430, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/sustinere/article/view/41193/32038>. Acesso em: 20 set. 2025.

NEGRINE, A. Instrumento de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: MOLINA NETO, V.; TRIVIÑOS, A. N. S. (orgs.). **A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas**. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 61-99.

NOLASCO, C. **Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias**. Oficina do CES nº 434. Coimbra: CES, 2016.

NOLASCO, C. Mobilidades na linha abissal: os fluxos migratórios de atletas e refugiados. **Journal of Studies on Citizenship and Sustainability**, Porto, n. 3, p. 1-17, 2017. Disponível em: https://civemorum.com.pt/artigos/1/JSCS.3_CNolasco_p1.17.pdf. Acesso em: 15 out. 2022.

NOVAES, A. **Perto de um mundo distante**. Artepensamento, 2006. [s. p]. Disponível em: <https://artepensamento.ims.com.br/item/perto-de-um-mundo-distante/>. Acesso em: 20 out. 2025.

OIM. **Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas migrantes vindos da Venezuela para o Brasil**. Brasília: Organização Internacional para as Migrações (OIM), Agência das Nações Unidas para as Migrações, 2018. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/aspectos-juridicos-da-atencao-aos-indigenas-migrantes-da-venezuela-para-o-brasil>. Acesso em: 05 out. 2025.

OIM. **Migración irregular y flujos migratorios mixtos**: enfoque de la OIM, 2009. Disponível em: https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbd1486/files/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/policy_and_research/policy_documents/MC-INF-297-Flujos-Migratorios-Mixtos_ES.pdf. Acesso em: 14 maio 2023.

OIM. **Migração venezuelana**: janeiro 2017 - outubro 2025. OIM, 2025a. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd1496/files/documents/2025-12/migracao-venezuelana-outubro-2025.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2025.

OIM. **População venezuelana refugiada e migrante fora de abrigos em Boa Vista**: abril 2025, 2025b. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd1496/files/documents/2025-07/informe-populacao-venezuelana-refugiada-e-migrante-fora-de-abrigos-boavista-abril-2025.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2025.

OLIVEIRA, F. À sombra do Manifesto Comunista: globalização e reforma do Estado na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo II**: que Estado para que democracia? 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 68-78.

OLIVEIRA, G. A. G. A utilização do componente militar brasileiro frente à crise migratória da Venezuela. **Military Review**, Leavenworth, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/Online%20Exclusives/Alberto-A-Utilizacao-do-Componente-Militar-Brasileiro-Frente-a-Crise-Migratoria-da-Venezuela-POR-OLE-Nov-2018.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2025.

OLIVEIRA, R. S. Do rio ao traçado urbano, e novamente ao rio: alguns apontamentos para pensar a cidade de Boa Vista/RR. **Revista ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 2, n. 3, p. 93-106, 2008. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/actageo/article/view/202/366>. Acesso em: 14 jul. 2025.

OLIVEIRA, M. M.; SARMENTO, G.; VALERIO, J. Perfil migratório venezuelano e demandas por políticas públicas em Boa Vista. In: OLIVEIRA, M. M.; DIAS, M. G. S. (orgs.). **Interfaces da mobilidade humana na fronteira amazônica**. v. 1. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. p. 59-92. Disponível em: https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/libreria_cm_archivos/pdf_2022.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.

OLIVEIRA, M. W.; STOTZ, E. N. Perspectivas de diálogo no encontro entre organizações não governamentais e instituição acadêmica: o convívio metodológico. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED - SOCIEDADE, DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO: QUAL UNIVERSIDADE?, 24., 2004, Caxambú. **Anais** [...] Caxambú: ANPED, 2004. p.1-16. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt06/t0610.pdf>. Acesso em: 03 set. 2025.

OLIVEIRA, M. W. *et al.* Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: OLIVEIRA, M. W.; SOUSA, F. R. (orgs.). **Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 29-46.

ONU. Convenção da ONU. **Estatuto dos Apátridas**. ONU: Nova York, 1954. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_sobre_o_Estatuto_dos_Apatridas_de_1954.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

ONU BRASIL. **ACNUR: 6 fatos sobre os refugiados e migrantes venezuelanos**. 2019. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/82256-acnur-6-fatos-sobre-os-refugiados-e-migrantes-venezuelanos>. Acesso em: 09 ago. 2025.

OSORIO, E. La recreación en Colombia: un campo en construcción In: GOMES, C. *et al.* (orgs.). **Lazer na América Latina**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 217-252.

OSOWSKI, C. I. Cultura. In: STRECK, D. (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 3ª ed. 1ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 98-100.

OUA. Organização da Unidade Africana. **Convenção da Organização de Unidade Africana que rege aspectos específicos dos problemas dos refugiados em África**. Adis-Adeba: OUA, 1969. Disponível em: https://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/convencao_oua.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

PADILHA, V. Tempo livre. In: GOMES, C. L. (org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 218-222.

PAIVA, A.; GONÇALVES, A. Operação Acolhida: entre a militarização e a assistência social. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS**, Rio Grande, v. 13, n. 26, 164-181, 2021. <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/12552/9094>. Acesso em: 05 jan. 2025.

PATARRA, N. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 7-24, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/MWH6wYGYHgL7FFVFjnw9QJL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2023.

PEREIRA, G. L. **Direitos humanos e migrações forçadas**: introdução ao direito migratório e ao direito dos refugiados no Brasil e no mundo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.

PEREIRA, J. C.; AHUMADA, P. M. Maria Alexandra, una mujer inmigrante venezolana. In: BAENINGER, R.; JAROSCHINSKI SILVA, J. C. (coords.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo/Unicamp, 2018. p. 16-18. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

PEREIRA, G. L. **Direitos humanos e migrações forçadas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.

PEREIRA, W. P. A Revolução Bolivariana e a Venezuela de Hugo Chávez: história e interpretações (1999 – 2013). In: SCHURSTER, K.; ARAÚJO, R. (orgs.). **A Era Chávez e a Venezuela do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora Autografia/EDUPE, 2015. p. 91-115.

PHELPS, E. D. South-South migration: why it's bigger than we think, and why we should care. **The Migrationist**, 2014. Disponível em: <https://themigrationist.wordpress.com/2014/02/06/south-south-migration-why-its-bigger-than-we-think-and-why-we-should-care/>. Acesso em: 02 maio 2024.

PIMENTEL, G. G. A. (org.). **Teorias do lazer**. Maringá: Eduem, 2010.

PIZA, S. Pensar desde a América Latina: em defesa das epistemologias do Sul. **PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 111-122, 2022. Disponível em: <https://revista.fapcom.edu.br/index.php/revista-paulus/article/view/47/55>. Acesso em: 12 out. 2025.

PERERA, M. A.; RIVAS, P.; SCARAMELLI, F. Los Pemón. In: FREIRE, G.; TILLET, A. (edit.). **Salud indígena en Venezuela**. v. 2. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Salud, 2007. p. 189-245.

POCATERRA PAZ, L. **Las mujeres indígenas frente a la actualidad petrolera: un estudio de caso La Ladera, pueblo indígena Warao**. 2004. 125f. Tesina (Derechos Indígenas y Recursos Hidrocarburíferos). Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Quito, 2004. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/584>. Acesso em: 05 set. 2025.

QUIJANO, A. “Bem Viver”: entre o “desenvolvimento” e a “des/colonialidade” do poder. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 37, n. 1, p. 46-57, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revfd/article/view/31763>. Acesso em: 18 abr. 2024.

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 9-31, 2005b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/KCnb9McPhytSwZLLfyzGRDP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005a. p. 227-278.

QUIRKE, L. Searching for joy: the importance of leisure in newcomer settlement. **Int. Migration & Integration**, [s. l], v. 16, p. 237-248, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12134-014-0388-7>. Acesso em: 14 fev. 2025.

R4V. Plataforma de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela. **Venezuelan refugees and migrants**. 2025a. Disponível em: <https://www.r4v.info/en/population-update-june2025>. Acesso em: 14 dez. 2025.

R4V. **Principais números** - novembro 2025. 2025b. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/brazil>. Acesso em: 09 jan. 2026.

R4V. **Situation report Brazil**: november 2021. 2021. Disponível em: <https://www.r4v.info/node/89155>. Acesso em: 09 ago. 2025.

RAMIREZ, A.; MORAES, T. G. A. Refúgio/refugiado(a). In: CAVALCANTI, L. *et al.* (org.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017. p. 617-620.

RAMOS, A. C. Asilo e refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. *In*: RAMOS, A. C.; RODRIGUES, G.; ALMEIDA, G. A. (orgs.). **60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011. p. 15-44.

REIS, A. C. *et al.* In search of a “vocabulary for recreation”: leisure-time physical activity among humanitarian migrants in regional Australia. **PLoS ONE**, [s. l.], v. 15, n. 10, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0239747>. Acesso em: 22 jan. 2025.

REYES, A. Plan nacional de recreación para el vivir bien: un acercamiento a la experiencia del contexto escolar y los movimientos sociales. **Educació Social - Revista d'Intervenció Socioeducativa**, Barcelona, n. 83, p. 61-78, 2024. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/EducacioSocial/article/view/422233/522552>. Acesso em: 12 ago. 2025.

REYES, A. Políticas públicas en el marco de una nueva cultura de la recreación. **HumanArtes**, Maturín (Venezuela), v. 4, n. 7, p. 8-32, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/22343022/Políticas_publicas_en_el_marco_de_una_nueva_cultura_de_la_recreacion. Acesso em: 02 jun. 2025.

REYES, A. **Recreación en Venezuela**: insumos para el debate. Caracas: Red Venezolana de Investigación e Innovación en Recreación; Chillán: Instituto Municipal de Recreación de Cabimas; Universidad Adventista de Chile, 2020. Disponível em: <https://www.unach.cl/wp-content/uploads/2020/08/Recreaci%C3%B3n-en-Venezuela.-Insumos-para-el-debate.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2024.

REYES, A.; ALTUVE, E.; ARANDIA, G. Investigación en recreación, ocio y tiempo libre en Venezuela: enfoques subyacentes. **Revista Ciencias de la Actividad Física UCM**, Talca (Chile), v. 22, n. 2, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://revistacaf.ucm.cl/article/view/705/846>. Acesso em: 12 out. 2025.

RIED, A.; LEIVA, R.; ELIZALDE, R. El ocio y la recreación en Chile: una mirada desde la actualidad y la precariedad. *In*: GOMES, C. *et al.* (orgs.). **Lazer na América Latina**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 181-216.

REQUIXA, R. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

RIBEIRO, V. M. P. Condição jurídica do imigrante no Brasil: uma reflexão sobre as causas motivadoras da migração e regulação do visto humanitário como medida de proteção complementar. *In*: REDIN, G.; MINCHOLA, L. A. B. (orgs.). **Imigrantes no Brasil**: proteção dos direitos humanos e perspectivas político-jurídicas. Curitiba: Juruá, 2015. p. 55-66.

RODRIGUES, F. S. Migração transfronteiriça. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 197-207, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/w7vgcpsTJR7DHwvbwmd9QRH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2023.

RODRIGUES, F. S. **Nacionalidade no pensamento social brasileiro e venezuelano e o lugar Guayana**. Manaus: EDUA, 2014.

RODRIGUES, F. S.; VASCONCELOS, I. S. Migração, gênero e empoderamento das migrantes na Pan-Amazônia. *In*: SILVA, S. A. (org.). **Migrações na Pan-Amazônia**: fluxos, fronteiras e processos socioculturais. São Paulo: Hucitec; Manaus: Fapeam, 2012. p. 221-257.

ROSA, M. **A mobilidade Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito:** reflexões a partir das experiências em Manaus-AM. 2020. 322 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

ROSA, M.; TARDELLI, G.; ROA, S (org.). **Os Warao no Brasil:** contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes. 2ª ed. Brasília: ACNUR, 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/media/os-warao-no-brasil>. Acesso em: 20 jan. 2025.

RUBLEE, C. B.; SHAW, S. M. Constraints on the leisure and community participation of immigrant women: implications for social integration. **Loisir et Société / Society and Leisure**, [s. l], v. 14, n. 1, p. 133-150, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07053436.1991.10715376>. Acesso em: 14 dez. 2025.

SADER, E. Encontros e desencontros. *In*: NOVAES, A. (org.). **Oito visões da América Latina**. São Paulo: Editora SENAC, 2006. p. 177-190.

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. **Imagem:** cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras, 1998.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. 4ªed. Rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2021a.

SANTOS, B. S. **Descolonizar:** abrindo a história do presente. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Boitempo, 2022.

SANTOS, B. S. **Na oficina do sociólogo artesão:** aulas 2011-2016. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo:** a afirmação das epistemologias do sul. 1ª ed. 2ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021b.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SANTOS, B. S. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 24-56, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/MhJDgxRHrxRwPJb3MLGgdqd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2025.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. Introdução. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 15-27.

SANTOS, F. N.; VASCONCELOS, T. M. Venezuelanos no Brasil: da crise econômica para a crise política e midiática. *In*: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 18., 2016, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANPUH, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465525214_ARQUIVO_VenezuelanosnoBrasil-dacriseeconomicaparaacrisepoliticaemidiatica.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

SANTOS, M. O. **Lazer e educação popular:** perspectivas de participantes-egressos/as de um projeto social. 2025. 204 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2025. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/server/api/core/bitstreams/d2ac11b3-d7ac-4c20-9070-54daa73fdb37/content>. Acesso em: 20 out. 2025.

SANTOS, M. O.; GONÇALVES JUNIOR, L. Vivências em atividades diversificadas de lazer: trajetória histórica de um projeto de extensão. *In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER (ENAREL)*, 20., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: SESI, 2008. p. 1-10.

SARTORETTO, L. M. **O direito dos refugiados: do eurocentrismo às abordagens de terceiro mundo**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2018.

SAUNDERS, B. *et al.* Saturation in qualitative research: exploring its conceptualization and operationalization. **Qual Quant.**, [s. l], v. 52, n. 4, p. 1893-1907, 2018.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SASSEN, S. **Inmigrantes y ciudadanos**. Madrid: Siglo XXI, 2013.

SAWRIKAR, P.; MUIR, K. The myth of a 'fair go': barriers to sport and recreational participation among Indian and other ethnic minority women in Australia. **Sport Management Review**, [s. l], v. 13, n. 4, p. 355-367, 2010. Disponível em: <https://www.sci-hub.box/10.1016/j.smr.2010.01.005>. Acesso em: 12 dez. 2025.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHURSTER, K. ARAUJO, R. A Venezuela entre 1989 e 2013: crises, rupturas e continuidades. *In: SCHURSTER, K. ARAUJO, R (orgs.). A Era Chávez e a Venezuela do tempo presente*. Rio de Janeiro: Autografia; Edupe, 2015. p. 15-46.

SCHWARTZ, G. M. O conteúdo virtual: contemporizando Dumazedier. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v. 2, n. 6, p. 23-31, 2003.

SCHWARTZ, G. M.; MOREIRA, J. C. C. O ambiente virtual e o lazer. *In: MARCELLINO, N. C. (org.). Lazer e cultura*. Campinas: Editora Alínea, 2007. p. 149-170.

SCHWINN, S. A.; PORTELA, E. A. O Brasil e a imigração venezuelana: a (des)organização da política migratória brasileira. *In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE*, 5., 2018, Rio Grande. **Anais [...]**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2018. p. 1-7. Disponível em: <https://seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/images/arquivo/203.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SÉRGIO, M. **Filosofia do futebol**. Lisboa: Cultura Editora, 2023.

SHAHZEIDI, M. Unequal or unavailable: gender, leisure and quality of life of refugees in Turkey. **World Leisure Journal**, [s. l], v. 65, n. 4, p. 454-463, 2023. Disponível em: 10.1080/16078055.2023.2236069. Acesso em: 14 dez. 2025.

SHAHZEIDI, M.; STONE, G.; FILIZ, B. The influence of leisure on the quality of life of refugees in Turkey. **Leisure Studies**, Londres, v. 43, n. 2, p. 294-310, 2024. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02614367.2023.2228511>. Acesso em: 14 mar. 2024.

SIBAHY, P. **Maior abrigo indígena da América Latina completa 100 dias no dia mundial do refugiado, em Boa Vista**. ACNU, 2022. Disponível em:

<https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/maior-abrigo-indigena-da-america-latina-completa-100-dias-no-dia>. Acesso em: 12 ago. 2025.

SIGONA, N. Campzenship: reimagining the camp as a social and political space. **Citizenship Studies**, Washington, v. 19, n. 1, 1-15, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13621025.2014.937643>. Acesso em: 06 maio 2025.

SILVA, D. F. O fenômeno dos refugiados no mundo e o atual cenário complexo das migrações forçadas. **R. Bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 163-170, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/Xf7yQhXqhY3YyRp9fZZgzwm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18. jan. 2024.

SILVA, P. B. G. **Educação e identidade dos negros trabalhadores rurais do Limoeiro**. 1987. 293 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1987.

SILVA, P. B. G. Pesquisa em educação com base na fenomenologia. In: SEMINÁRIO SOBRE PESQUISA FENOMENOLÓGICA NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, 1., 1990, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa em Serviço Social (ANPSS); Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), 1990. p. 109-132.

SILVA, P. B. G.; ARAÚJO-OLIVERA, S. S. Cidadania, ética e diversidade: desafios para a formação em pesquisa. In: ENCUENTRO DEL CORREDOR DE LAS IDEIAS DEL CONO SUR: SOCIEDAD CIVIL, DEMOCRACIA E INTEGRACIÓN, 5., 2004, Montevideo. **Anais [...]**. Montevideo, 2004. p. 1-8.

SILVA, P. R. F. Boa vista: gênese espontânea e gênese induzida. **Revista ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 3, n. 5, p. 63-71, 2009. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/219/378>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SILVA, R. A. **Lazer e processos educativos no contexto de trabalhos/as rurais do MST**. 2010. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/server/api/core/bitstreams/6090ff82-3e2c-42b5-b5e4-6bc70da69676/content>. Disponível em: 10 out. 2025.

SIMÕES, F. F. Venezuelanos em Roraima: características e perfis da migração venezuelana para o Brasil. In: CIERCO, T. *et al.* (org.). **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. p. 45-56.

SIMÕES, G. F. *et al.* Sumário executivo. In: SIMÕES, G. F. (org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017. p. 13-16.

SIMÕES, G. F. (org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017.

SMITH, L. T. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Curitiba: Editora UFPR, 2019.

SOUZA, P. C. A. **Lazer e processos educativos: mergulhos culturais na Bacia do Salto**. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/server/api/core/bitstreams/2cc77955-2dda-43a4-b11d-c434bd74c8a4/content>. Disponível em: 10 out. 2025.

SOUZA, V. L. C. A.; OLÁRIA, V. Outros olhares sobre o uso da imagem em pesquisa qualitativa: o exercício com a interpretação de Didi Huberman. **Comum. & Inf.**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 6-22, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/31812/17608>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SUÁREZ, S. Una aproximación a la representación social de la recreación en Argentina: aportes para resignificar el concepto. In: GOMES, C. *et al.* (orgs.). **Lazer na América Latina**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 41-65.

STACK, J. A. C.; IWASAKI, Y. The role of leisure pursuits in adaptation processes among Afghan refugees who have immigrated to Winnipeg, Canada. **Leisure Studies**, Londres, v. 28, n. 3, 239-259, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02614360902951658>. Acesso em: 22 jan. 2025.

STODOLSKA, M.; SANTOS, C. A. Transnationalism and Leisure: Mexican Temporary Migrants in the U.S. **Journal of Leisure**, [s. l], v. 38, n. 2, p. 143-167, 2006. Disponível em: <https://www.nrpa.org/globalassets/journals/jlr/2006/volume-38/jlr-volume-38-number-2-pp-143-167.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2025.

STRECK, D. R. **Pedagogia no encontro dos tempos**: ensaios inspirados em Paulo Freire. Petrópolis: Vozes, 2001.

SUBASI, S. Non-Formal Learning Participation as Leisure for Syrian Refugee Women in Turkey. In: INGRAM, L. J.; TARKÓ, K.; SLOCUM, S. L. (orgs.). **Women, leisure and tourism**: self-actualization and empowerment through the production and consumption of experience. Wallingford, Oxfordshire; Boston: CABI, 2022. p. 92-103.

SWIGGERS, G. **Gramática de referencia del Pemón**. 2010. 253 f. Trabalho Professor Titular (Titular em Linguística) – Facultad de Humanidades y Educación, Universidad de Zulia, Maracaibo, 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/360572258/Gramatica-de-Referencia-del-Pemon>. Acesso em: 07 set. 2025.

TAFFAREL, C. N. Z. Lazer e projeto histórico. **Impulso**, Piracicaba, v. 16, n. 39, p. 91-106, 2006.

TARKÓ, K.; BENKŐ, Z. Unequal leisure opportunities across genders – overwhelmed women. **International Journal of the Sociology of Leisure**, [s. l], v. 2, p. 7-26, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s41978-018-00025-9>. Acesso em: 14 dez. 2025.

TARDELLI, G. C. M. Os caminhos dos Warao: configurações dos deslocamentos entre Venezuela, Brasil e Guiana. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 341-370, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/130934/88559>. Acesso em: 30 ago. 2025.

TAVARES, J. F. Estudios latinoamericanos de ocio: América Latina como horizonte **Licere**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 645-665, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/25457/19939>. Acesso em: 14 mar. 2024.

TELLES, V. S. Direitos sociais: afinal do que se trata? In: TELLES, V. S. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** 2ª reimp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 169-194.

THOMAS, D. J. **Order without government: the Society of the Pemon indians of Venezuela**. Illinois: University Of Illinois Press, 1982.

TIAPA, F. Los sistemas interétnicos del Oriente de Venezuela y el Bajo Orinoco durante la época colonial. In: PACHECO, L. M.; ROJAS, G. G.; BRICEÑO, J. C. (edit.). **Lecturas antropológicas de Venezuela**. Mérida: Ediciones Dabánatà, 2007. p. 231-238. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348920138_LECTURAS_ANTROPOLOGICAS_DE_VENEZUELA. Acesso em: 20 ago. 2025.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1ª ed. 19ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

UDWAN, G.; LEURS, K.; ALENCAR, A. Digital resilience tactics of syrian refugees in the Netherlands. **Social Media + Society**, [s. l], v. 6, n. 2, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2056305120915587>. Acesso em: 02 jan. 2026.

UEBEL, R. R. G. Aspectos gerais da dinâmica imigratória no Brasil do século XXI. In: SEMINÁRIO MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, REFÚGIO E POLÍTICAS, 1., 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Memorial da América Latina. p. 1-29. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais-migracoes/arquivos/1_RRGU%20OK.pdf. Acesso em: 11 jul. 2023.

UGOLOTI, N. M.; CAUDWELL, J. **Leisure and forced migration: lives lived in asylum systems**. London: Routledge, 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/50272334/Leisure_and_Forced_Migration_Lives_Lived_in_Asylum_Systems_Introduction_. Acesso em: 12 mar. 2024.

UN. UN General Assembly. **Convention Relating to the Status of Refugees**. Geneve: United Nations, 1951. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/3be01b964.html>. Acesso em: 03 out. 2022.

UN. UN General Assembly. **Universal Declaration of Human Rights**. Paris: United Nations, 1948. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/resolution/gen/nr0/043/88/pdf/nr004388.pdf?token=QXOPXqqpaFeJX3oit6&fe=true>. Acesso em: 03 out. 2022.

UNHCR. **Global Trends: forced displacement 2024**. Geneve: UNHCR, 2025. Disponível em: <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2024>. Acesso em: 20 dez. 2025.

UNHCR. **Policy on emergency preparedness and response**. Geneve: UNHCR, 2023. Disponível em: <https://emergency.unhcr.org/sites/default/files/2023-05/Policy%20on%20Emergency%20Preparedness%20and%20Response%202023.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2025.

UNIÃO AFRICANA. **Convenção da União Africana sobre a proteção e assistência as pessoas deslocadas internamente em África** (Convenção de Kampala). União Africana, 2009. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/convencao_de_kampala.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

URBINA, L.; HEINEN, H. D. Ecología, organización social y distribución espacial: estudio de caso de dos poblaciones indígenas: Pemon y Warao. **Antropológica**, Caracas, v. 57, p. 25-54, 1982.

Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/AntropologicaCaracas/1982/no57/2.pdf>. Acesso em: 07 set. 2025.

UVINHA, R. R. (org.). **Lazer no Brasil: grupos de pesquisa e associações temáticas**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

VALLA, V. V. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 177-191, 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71626/40626>. Acesso em: 22 ago. 2022.

VALLE, L. A. B. O lazer como resistência. **Fórum educacional**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 12, p. 44-55, 1988. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/fe/article/view/87703/82516>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VAN WASS, L. Apatridia. In: CAVALCANTI, L. *et al.* (org.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017. p. 69-74.

VASCONCELOS, I. S. Receber, enviar e compartilhar comida: aspectos da migração venezuelana em Boa Vista, Brasil. **Rev. Interdiscipl. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 26, n. 53, 135-151, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/bHTXNpZbPbB4pwSCcS5BgLG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jun. 2023.

VASCONCELOS, I. S.; MACHADO, I. J. R. Uma missão eminentemente humanitária? Operação Acolhida e a gestão militarizada nos abrigos para migrantes venezuelanos/as em Boa Vista-RR. **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 29, n. 63, p. 107-122, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/4hzGrGZdnbGsgsch6SCLgpw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jun. 2023.

VASCONCELOS, I. S.; SANTOS, S. M. A. Sobre afetos e fardas: gestão militar e emocionalidade em abrigos para venezuelanos em Roraima, Brasil. **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 30, n. 66, p. 243-264, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/wfhZbCDRn47TP9JRGv3g5vd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jan. 2025.

VELANDIA, R. C. La cultura pemón y la dramática irrupción de lo sagrado. **Naturaleza y Gracia**, Salamanca, n. 1, p. 7-86, 2005. Disponível em: <http://www.bidicap.org/doai/NG200501001/HTML/>. Acesso em: 07 set. 2025.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. (org.) **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 36-46.

VERAS, A. T. R. **A produção do espaço urbano de Boa Vista-Roraima - Brasil**. 2009. 235 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19022010-163714/publico/ANTONIO_TOLRINO_DE_REZENDE_VERAS.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

VILA, F. Recreación en el Uruguay: historia, trayectos, concepciones y modelos. In: GOMES, C. *et al.* (orgs.). **Lazer na América Latina**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 327-347.

VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela** Caracas: Ediciones de la Asamblea Nacional, 1999. Disponível em: <https://sapi.gob.ve/wp-content/uploads/2020/11/CONSTITUCION.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2025.

VENEZUELA. **Ley orgánica de deporte, actividad física y educación física**. Caracas: Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela, 2011. Disponível em: <https://www.asambleanacional.gob.ve/storage/documentos/leyes/ley-organi-20220117135304.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2025.

WAARDENBURG, M. *et al.* Sport in liminal spaces - the meaning of sport activities for refugees living in a reception centre. **Internacional Review for the Sociology of Sport**, Londres, v. 54, n. 8, p. 938-956, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1012690218768200>. Acesso em: 13 mar. 2024.

WAICHMAN, P. **Tempo livre e recreação: um desafio pedagógico**. Campinas: Papirus, 1997.

WEIß, A. Tornar-se refugiado: uma abordagem de trajetória de vida para a migração sob coação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, n. 49, p. 110-141, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/zvy5zYTpMfVRRZzFqY7Bxgr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2025.

WILLIAMSON, E. **História da América Latina**. Lisboa: Ed. 70, 2013.

YAMADA, E. M. *et al.* Humanos, indígenas e migrantes: aspectos jurídicos da migração de indígenas da Venezuela ao Brasil. In: JAROCHINSKI SILVA, J. C. *et al.* (org.). **Migrações fronteiriças**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2018. p. 368-385. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_frenteiricas.pdf. Acesso em: 04 out. 2025.

YÁRNOZ, C. Le Pen inicia campanha na França com discurso xenófobo e protecionista. **El País**, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/05/internacional/1486311781_647565.html. Acesso em: 10 fev. 2024.

YESCAS, C. Hidden in plain sight: indigenous migrants, their movements, and their challenges. **Migration Policy Institute**, Washington DC, [s. n.], [s. p.], 2010. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/hidden-plain-sight-indigenous-migrants-their-movements-and-their-challenges>. Acesso em: 05 out. 2025.

YÜCEL, A. *et al.* **Needs assessment of Syrian women and girls under temporary protection status in Turkey**. Ankara: UN Women, 2018. Disponível em: <https://eca.unwomen.org/sites/default/files/Field%20Office%20ECA/Attachments/Publications/Country/Turkey/The%20Needs%20AssessmentENGWEBcompressed.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2025.

ZAPATA, G. P.; GUEDES, G. Refúgio e modalidades de deslocamentos populacionais no século XXI: tendências, conflitos e políticas **Rev. Bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 5-13, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/9Q5CCnkQjnjfhw3h5yKVGzR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Português

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Resolução 510/2016 do CNS)

VIDAS EM MOVIMENTO ENTRE MUROS E PONTES: LAZER E PROCESSOS EDUCATIVOS NA VIDA COTIDIANA DE REFUGIADOS/AS VENEZUELANOS/AS

Eu, Robson Amaral da Silva, estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar) o/a convido/a a participar da pesquisa “Vidas em movimento entre muros e pontes: lazer e processos educativos na vida cotidiana de refugiados/as venezuelanos/as” orientada pela Profa. Dra. Aida Victoria Garcia Montrone.

Os deslocamentos humanos estão presentes em diversos momentos da história da humanidade. Realizados de forma individual ou coletiva, a mobilidade humana atualmente é motivada por diferentes circunstâncias e fatores ligados, de algum modo, a complexidade das relações sociais estabelecidas. Ainda, os fluxos migratórios forçados refletem os desequilíbrios socioeconômicos, a violência e intolerância entre pessoas e também entre as próprias nações. A situação dos/as refugiados/as expressa, então, esses descompassos em nível mundial. Em muitos casos, eles/as não querem se deslocar, são forçados/as a tal, sem a devida proteção do seu Estado ou mesmo com a participação deste no processo de expulsão. Nesse contexto, se faz presente o interesse em conhecer uma das dimensões humanas essencial para a vida em sociedade: o lazer. Assim, o estudo tem como objetivo compreender o significado atribuído à prática social lazer na vida cotidiana por refugiados/as venezuelanos/as e descrever e analisar os processos educativos decorrentes da convivência em abrigo apoiado pela ACNUR na cidade de Boa Vista/RR.

Você foi selecionado/a por ter deixado o seu país de origem (a Venezuela) devido ao agravamento da situação social, política e econômica e estar vivendo temporariamente, há mais de um mês, em um abrigo da ACNUR na cidade de Boa Vista/RR.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária e consistirá em autorizar registro fotográfico e de observações de suas atividades diárias para registros em diários de campo durante sua participação na pesquisa, bem como conceder entrevista com gravação em áudio a ser realizada em local previamente combinado, conforme sua preferência e disponibilidade, adotando-se os devidos cuidados sanitários e de distanciamento social durante a realização em virtude da pandemia de Covid-19. Esclareço que, embora os registros fotográficos, as observações e a entrevista não tenham a intenção de invadir a intimidade dos/as participantes, a participação nessa pesquisa pode ter riscos, tais como: pode gerar estresse e desconforto resultante da situação de observação como também da exposição de opiniões pessoais ao responder perguntas que envolvam as próprias ações, mesmo com todos os cuidados que serão tomados durante as situações de registro fotográfico, de observação e de entrevista. A fim de minimizar tais possibilidades, as gravações realizadas durante a entrevista serão por mim transcritas na íntegra e apresentadas aos/às participantes, garantindo que se mantenha a mais fidedigna possível. Caso se sinta desconfortável ou constrangido/a, o/a participante, não precisará responder as questões efetuadas pelo pesquisador e nem permitir o registro em diário de campo ou o uso de equipamento para registro fotográfico e de áudio. Diante dessas situações, os/as participantes terão garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista ou registros fotográficos e em diários de campo a qualquer momento. Serão retomados, nessas situações, os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento de qualquer procedimento descrito anteriormente, solicito autorização para estabelecer contato posterior, a fim de verificar os possíveis danos ocasionados e proceder quanto a novas orientações e encaminhamentos, se necessário, visando o bem-estar de todos/as os/as participantes.

Sua participação nessa pesquisa poderá auxiliar na compreensão dos processos educativos vivenciados nos momentos de lazer dos/as refugiados/as venezuelanos/as nos abrigos apoiados pela ACNUR, bem como na identificação de possíveis limites e/ou potencialidades das experiências de lazer nesses espaços e que podem ajudar na melhoria nas dinâmicas de acolhimento nos abrigos.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo pessoal ou profissional, seja em sua relação ao pesquisador, à Instituição em que trabalha ou à Universidade Federal de São Carlos.

Solicito sua autorização para registro fotográfico, anotações em diários de campo e gravação em áudio das entrevistas para posterior transcrição e manutenção da fidedignidade. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo, sendo atribuídos nomes fictícios e a utilização de recursos de edição nas imagens com garantia de anonimato nos resultados da pesquisa e de publicações futuras, impossibilitando sua identificação. Todas as informações obtidas por meio dos instrumentos de coleta de dados e de registros fotográficos serão armazenadas em dispositivo eletrônico local sob sigilo, pelo pesquisador principal, no mínimo ao longo de cinco anos contados a partir do encerramento do estudo e disponibilizado para eventuais consultas por parte dos/as participantes da pesquisa quando solicitado. Portanto, você terá garantia de acesso aos resultados da pesquisa.

Todas as despesas que o/a participante e seu(s)/sua(s) acompanhante(s) tiver(em) decorrente à participação da pesquisa serão ressarcidas de acordo com sua necessidade.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento até a conclusão da mesma. Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se pelo telefone (16) 99173-8938. Será garantido a você o acesso a este registro de consentimento sempre que solicitado.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo **Comitê de Ética em Pesquisa** em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-9685. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

O **Comitê de Ética em Pesquisa** é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas.

O Comitê de Ética em Pesquisa está vinculado à **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)** do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

Endereço para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: Robson Amaral da Silva

Endereço: XXXXX

Contato telefônico: (16) XXXXX

e-mail: juninhoamaral@gmail.com

Orientadora da Pesquisa: Aida Victoria Garcia Montrone

Endereço: XXXXX

Contato telefônico: (16) XXXXX

e-mail: montroneufscar@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local e data: _____

Robson Amaral da Silva

Assinatura do Pesquisador

Nome do/a Participante

Assinatura do/a Participante

APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Espanhol

UNIVERSIDAD FEDERAL DE SÃO CARLOS CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS PROGRAMA DE POSGRADO EN EDUCACIÓN

TERMO DE CONSENTIMIENTO LIBRE Y ESCLARECIDO (Resolución 510/2016 del CNS)

VIDAS EN MOVIMIENTO ENTRE MUROS Y PUENTES: OCIO Y PROCESOS EDUCATIVOS EN LA VIDA COTIDIANA DE REFUGIADOS/AS VENEZOLANAS/AS

Yo, Robson Amaral da Silva, estudiante del Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar) o/a invito/a participar de la investigación “Vidas en movimiento entre muros y puentes: ocio y procesos educativos en la vida cotidiana de refugiados/as venezolanos/as” orientada por la Profa. Dra. Aida Victoria Garcia Montrone.

Los desplazamientos humanos están presentes en diversos momentos de la historia de la humanidad. Realizados de forma individual o colectiva, la movilidad humana actualmente está motivada por diferentes circunstancias y factores ligados, de algún modo, a la complejidad de las relaciones sociales establecidas. Aún, los flujos migratorios forzados reflejan los desequilibrios socioeconómicos, la violencia e intolerancia entre personas y también entre las propias naciones. La situación de los/as refugiados/as expresa, entonces, esos desajustes a nivel mundial. En muchos casos, ellos/as no quieren desplazarse, son forzados/as a tal, sin la debida protección de su Estado o incluso con la participación de éste en el proceso de expulsión. En ese contexto, se hace presente el interés en conocer una de las dimensiones humanas esenciales para la vida en sociedad: el ocio. Así, el estudio tiene como objetivo comprender el significado atribuido a la práctica social ocio en la vida cotidiana por refugiados/as venezolanos/as y describir y analizar los procesos educativos derivados de la convivencia en abrigo apoyado por ACNUR en la ciudad de Boa Vista/RR.

Usted ha sido seleccionado/a por haber dejado su país de origen (Venezuela) debido al agravamiento de la situación social, política y económica y estar viviendo temporalmente, hace más de un mes, en un refugio de ACNUR en la ciudad de Boa Vista/RR.

Su participación en esta investigación es voluntaria y consistirá en autorizar registro fotográfico y de observaciones de sus actividades diarias para registros en diarios de campo durante su participación en la investigación, así como conceder entrevista con grabación en audio a realizarse en local previamente combinado, según su preferencia y disponibilidad, adoptándose los debidos cuidados sanitarios y de distanciamiento social durante la realización en virtud de la pandemia de Covid-19. Aclaro que, aunque los registros fotográficos, las observaciones y la entrevista no tengan la intención de invadir la intimidad de los/as participantes, la participación en esa investigación puede tener riesgos, tales como: puede generar estrés e incomodidad resultante de la situación de observación como también de la exposición de opiniones personales al responder preguntas que impliquen las propias acciones, incluso con todos los cuidados que se tomarán durante las situaciones de registro fotográfico, de observación y de entrevista. Con el fin de minimizar tales posibilidades, las grabaciones realizadas durante la entrevista serán transcritas por mí en su totalidad y presentadas a los/as participantes, garantizando que se mantenga la más fidedigna posible. En caso de sentirse incómodo o constreñido/a, el/la participante no necesitará responder las preguntas efectuadas por el investigador ni permitir el registro en diario de campo o el uso de equipos para registro fotográfico y de audio. Frente a estas situaciones, los/as participantes tendrán garantizadas pausas en las entrevistas, la libertad de no responder las preguntas cuando las consideren incómodas, pudiendo interrumpir la entrevista o registros fotográficos y en diarios de campo en cualquier momento. Serán retomados, en esas situaciones, los objetivos a que ese trabajo se propone y los posibles beneficios que la investigación pueda traer. En caso de cierre cualquier procedimiento descrito previamente, solicito autorización para establecer contacto posterior, a fin de verificar los posibles daños ocasionados y proceder en cuanto a nuevas orientaciones y encaminamientos, si necesario, visando el bien-estar de todos/as los/as participantes.

Su participación en esta investigación podrá ayudar en la comprensión de los procesos educativos vividos en los momentos de ocio de los/as refugiados/as venezolanos/as en los abrigos apoyado por ACNUR, así como en la identificación de posibles límites y/o potencialidades de las experiencias de ocio en esos espacios y que pueden ayudar en la mejora en las dinámicas de acogida de los refugiados.

Su participación es voluntaria y no habrá compensación en efectivo por su participación. En cualquier momento puede darse de baja y retirar su consentimiento. Su negativa o desistimiento no le traerá ningún perjuicio personal o profesional, sea en su relación al investigador, a la Institución en que trabaja o a la Universidad Federal de São Carlos.

Solicito su autorización para registro fotográfico, anotaciones en diarios de campo y grabación en audio de las entrevistas para posterior transcripción y mantenimiento de la confianza. Todas las informaciones obtenidas a través de la investigación serán confidenciales, siendo asegurado el secreto sobre su participación en todas las etapas del estudio, siendo atribuidos nombres ficticios y lo uso de funciones de edición en imágenes con garantía de anonimato en los resultados y futuras publicaciones, imposibilitando su identificación. Toda la información obtenida a través de instrumentos de recopilación de datos y registros fotográficos se almacenará en el investigador principal de dispositivos electrónicos locales, al menos durante cinco años desde el final del estudio y estará disponible para cualquier consulta de los participantes de la investigación cuando se solicite. Por lo tanto, se le garantizará el acceso a los resultados de la investigación.

Todos los gastos que el/la participante y su(s)/su(s) acompañante(s) tenga(n) que surjan de la participación de la investigación serán resarcidos de acuerdo a su necesidad.

Usted recibirá una vía de este término, rubricada en todas las páginas por usted y por el investigador, donde consta el teléfono y la dirección del investigador principal. Podrá sacar tus dudas sobre el proyecto y su participación ahora o en cualquier momento hasta su conclusión. Si usted tiene cualquier problema o duda durante su participación en la encuesta podrá comunicarse por teléfono (016) 99173-8938. Se le otorgará acceso a este registro de consentimiento siempre que lo solicite.

El investigador me informó que el proyecto fue aprobado por el **Comité de Ética en Investigación** en Seres Humanos de la UFSCar que funciona en la Pro Rectoría de Investigación de la Universidad Federal de São Carlos, ubicada en la Carretera Washington Luiz, km. 235 - Apartado Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil. Teléfono (16) 3351-9685. Correo electrónico: cephumanos@ufscar.br

El Comité de Ética en Investigación es responsable de evaluar y monitorear los aspectos éticos de toda investigación que involucre seres humanos, con el objetivo de garantizar la dignidad, los derechos, la seguridad y el bienestar de los participantes de la investigación.

El Comité de Ética en Investigación está vinculado a la **Comisión Nacional de Ética en Investigación** (CONEP) del Consejo Nacional de Salud (CNS), y su funcionamiento y actuación se rigen por las normas del CNS/Conep. El CONEP tiene la función de implementar las normas y lineamientos regulatorios para la investigación envolviendo seres humanos, aprobados por el CNS, trabajando además en conjunto con una red de Comités de Ética en Investigación (CEP) organizados en las instituciones donde se realiza la investigación. Dirección: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edificio PO 700, 3er piso - Ala Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Teléfono: (61) 3315-5877 Correo electrónico: conep@saude.gov.br.

Dirección de contacto (24 horas al día y siete días a la semana):

Investigador Responsable: Robson Amaral da Silva

Dirección : XXXXX

Contacto telefónico: (16) XXXXX

e-mail: juninhoamaral@gmail.com

Tutor de la pesquisa: Aida Victoria Garcia Montrone

Dirección: XXXXXX

Contacto telefónico: (16) XXXXX

e-mail: montroneufscar@gmail.com

Declaro que he entendido los objetivos, riesgos y beneficios de mi participación en la investigación y estoy de acuerdo en participar.

Lugar y fecha: _____

Robson Amaral da Silva

Firma del Investigador

Nombre del/(la) participante

Firma del/(la) participante

APENDICE 3 – Exemplo de Diário de Campo

Diário de Campo III – Abrigo Pricumã - 10/01/2024 (09:10 – 20:20)

Observador: Robson

“O dia de observações no abrigo Pricumã”

A minha chegada ao abrigo aconteceu às 09h10 do horário local (Boa Vista/RR). Estava dentro do horário que eu havia previsto para chegar ao abrigo. Diferentemente dos outros abrigos, o portão de entrada não fica na parte limítrofe. Há uma placa indicando que aquele espaço pertence ao abrigo Pricumã, mas ainda é necessário percorrer uma pequena rua de terra e de pedras para chegar ao portão de entrada, algo em torno de 200 metros.

Ao percorrer essa pequena rua, pude visualizar que outras pessoas caminhavam em direção oposta à minha, algumas com uma mochila do ACNUR nas costas, disponibilizada ao ingressarem no abrigo por ocasião da chegada do/a migrante ou refugiado/a. Outras pessoas encontravam-se paradas perto do que parecia ser o portão de entrada, mas eu ainda não havia identificado por onde se dava o acesso. Tinha a impressão de que estava na direção correta. Tive a certeza de que estava no caminho certo ao constatar que um ônibus branco, sem nenhuma identificação, que havia passado por mim, fez uma breve parada e, de dentro, saiu um militar do Exército Brasileiro. Esse mesmo ônibus voltou em minha direção, em marcha à ré, e, por meio das janelas do veículo, pude constatar que havia outros/as militares, homens e mulheres, em seu interior.

Ao percorrer mais alguns metros, logo visualizei uma nova placa com o nome do abrigo. Na identificação estava escrito: “Abrigo Pricumã”. Era o portão de entrada. Ao entrar no abrigo, já me deparei com dois porteiros que faziam o controle do ingresso e da saída do espaço dos/as migrantes e refugiados/as venezuelanos/as. Disse aos funcionários que eu tinha uma autorização do MDS e do ACNUR para entrar no abrigo e que a minha presença ali se devia à pesquisa que estava desenvolvendo. Um deles me perguntou de qual instituição eu fazia parte, ao que respondi estar vinculado a uma universidade. O mesmo porteiro que havia feito a pergunta, na tentativa de me identificar, pegou um telefone celular e começou a escrever uma mensagem, muito provavelmente para uma das pessoas responsáveis pela gestão do abrigo. Eles afirmaram que não tinham recebido nenhuma informação sobre a minha visita. Procurei ficar ao lado da passagem utilizada para a entrada no abrigo, a fim de não atrapalhar o fluxo de pessoas.

Passado pouco tempo, constatei que um senhor, aparentando ter por volta de 60 anos de idade, cabelos e barba brancos e utilizando óculos escuros, chegou à portaria. No pescoço, preso a uma corrente, estava um distintivo da Polícia Civil. Carregava em uma de suas mãos uma prancheta

com alguns papéis. A primeira folha continha informações escritas com caneta preta, parecendo uma espécie de formulário. Estavam procurando uma pessoa responsável pelo abrigo para tratar de um assunto envolvendo um venezuelano que estava abrigado no local. No mesmo instante, o porteiro que havia me recepcionado procurou contatar alguma autoridade do abrigo para poder recepcionar o policial. O outro porteiro indagou o agente da polícia, perguntando se ele já havia estado no dia anterior no local, ao que o policial respondeu positivamente.

Com a tentativa fracassada de um contato imediato com algum representante da gestão do abrigo, os porteiros deixaram o policial adentrar ao local, assim como o meu ingresso também foi permitido. Aproveitei o ensejo para acompanhar o policial na mesma direção seguida por ele, até algum contêiner em que eu pudesse encontrar uma autoridade responsável pelo abrigo. No caminho, ele comentava comigo sobre as dificuldades do cumprimento de algumas ações envolvendo venezuelanos em virtude de essas pessoas se encontrarem abrigadas.

Cheguei ao contêiner da equipe de Proteção; porém, a porta estava fechada, uma vez que não havia ninguém no local. Fiquei aguardando alguém que pudesse me receber. Assim que a sala foi aberta, procurei contato com uma pessoa da Fraternidade Sem Fronteiras (FSF). Ela solicitou que eu aguardasse enquanto terminava um atendimento. Logo em seguida, uma senhora que se encontrava ao lado da porta percebeu que eu não estava ali com frequência. Veio conversar comigo no mesmo instante em que duas pessoas da FSF vieram para me recepcionar. Percebendo que eu estava conversando com os funcionários da FSF, acabou se afastando. Tinha a intenção de localizá-la posteriormente.

A funcionária e o funcionário que vieram dialogar comigo chamavam-se, respectivamente, Ana Júlia (brasileira) e Paulo (venezuelano). Ao me encontrarem, logo me cumprimentaram e disseram que estavam à minha procura. Tive a oportunidade de fazer uma breve apresentação dos meus propósitos no abrigo naquele dia. Comentei sobre a minha pesquisa de doutorado e que meu foco recaía sobre a questão do lazer e dos processos educativos que são desencadeados durante as experiências nesse espaço-tempo. Ana Júlia disse que, como o meu interesse residia no lazer, Paulo poderia dar maiores detalhes sobre as atividades realizadas no contexto do abrigo. Paulo começou a explicar sobre a estrutura dos Comitês e que as ações voltadas para o lazer eram desenvolvidas, sobretudo, pelo Comitê de Entretenimento e de Cultura. Nesse momento, tanto Paulo quanto Ana Júlia começaram a falar sobre as atividades desenvolvidas: sessões de cinema, futebol, “Quiquebol” (jogo de beisebol adaptado, praticado chutando uma bola de futebol) e reprodução de músicas venezuelanas. Também começaram a falar sobre as atividades realizadas com as crianças que se encontram no abrigo, como jogar futebol, brincar de correr e de pega-pega.

Nesse momento, ambos me convidaram para andarmos pelo abrigo, para que eu pudesse conhecer o espaço. Iniciamos por uma passagem de tablado existente próxima à região do fundo do

abrigo. O deslocamento pelo espaço proporcionou o estreitamento de laços. Aproveitei o ensejo para perguntar o motivo pelo qual Paulo havia migrado para o Brasil, deixando-o à vontade para responder ou não. Paulo disse que veio para o Brasil em busca de uma melhor condição de vida. Ele entende que as condições de vida na Venezuela têm se deteriorado com o passar do tempo, e esse tem sido o principal motivo para a migração das pessoas. Paulo faz questão de destacar que esse cenário ainda permanece, porém observa que, atualmente, há um fluxo migratório significativo em virtude da procura por tratamento de saúde. Ele é enfático ao dizer que o processo migratório é algo muito particular e que há uma diversidade de projetos de vida a serem concretizados pelas pessoas.

No caminho, passamos por entre as carpas e constatei que um grupo escutava música venezuelana. Pude observar que muitos/as abrigados/as faziam a limpeza da parte externa de suas unidades habitacionais. Era comum observar brinquedos do lado de fora das carpas, tendo em vista a presença de crianças no abrigo. O primeiro espaço que pude conhecer foi o banheiro comunitário. A estrutura é um contêiner, produzido com material que proporciona conforto térmico. A parte externa do espaço possui um mural pintado por um venezuelano que mora no abrigo. Paulo comentou que o senhor que havia feito a pintura concluiu o trabalho dias antes de sua operação de catarata.

Ana Júlia e Paulo começaram a falar sobre a organização do espaço e sobre o esforço constante, junto aos/as abrigados/as, de conscientizá-los/as acerca da necessidade de manter a limpeza do local. Segundo eles/as, todos/as são responsáveis por manter o espaço limpo, embora exista um Comitê específico para cuidar da manutenção. Observei que havia um monitor no local, justamente para cumprir essa função. Tratava-se de um adolescente venezuelano que permanecia ali para auxiliar nesse processo. O banheiro masculino, ao qual tive acesso, possuía algumas pias com torneiras de plástico para lavagem das mãos e escovação de dentes. Notei que as paredes eram coloridas, o que proporcionava um aspecto visual interessante ao espaço. Ana Júlia comentou que a pintura em várias cores era proposital, baseada na psicologia das cores, e se tratava de uma tentativa de tornar o ambiente do abrigo mais agradável.

Logo após passar pelo banheiro comunitário, fomos a outro local. O espaço não era um contêiner, mas era feito de material que também proporcionava conforto térmico. O local estava trancado, mas Paulo abriu com uma chave, permitindo nossa entrada. Ana Júlia abriu as janelas para garantir ventilação e iluminação adequadas durante nossa permanência. Paulo explicou o objetivo daquele espaço. Observei a presença de quatro *puffs*, quatro poltronas, duas mesas pequenas de escritório - uma com cadeira de escritório e outra com cadeira plástica -, um pequeno quadro branco apoiado por uma estrutura de madeira e, logo abaixo, uma mesa e uma cadeira plásticas.

A parte externa do ambiente era decorada com pequenas pinturas realizadas por crianças do abrigo durante oficinas de pintura. Algumas dessas produções, inclusive, foram feitas por crianças que já não se encontram mais no abrigo. Observam-se marcas na parede onde as pinturas foram

coladas. Ana Júlia explicou que, em alguns casos, ao deixarem o abrigo, as crianças desejam levar consigo as pinturas produzidas, e, ao retirá-las da parede, permanecem marcas.

Paulo comentou que o espaço foi idealizado para servir como local de amamentação, motivo pelo qual havia poltronas. Comentou também que ali ocorrem reuniões de formação e as *charlas*. Outro ponto que chamou a atenção foi a presença de obras produzidas por abrigados/as que são pintores/as e confeccionam telas para venda. Essas obras ficam expostas no local e podem ser comercializadas. São telas que retratam paisagens naturais, e uma delas, que mais me chamou a atenção por ser bastante conhecida, retrata o Monte Roraima.

Encerrada a visita ao espaço, ao sairmos, Ana Júlia começou a fechar as janelas e, em seguida, Paulo trancou o local com cadeado. Nesse momento, Ana Júlia comentou sobre uma tradição cultivada pela gestão do abrigo: os/as visitantes tiram uma foto em frente a esse espaço. Foi o que fizemos. Fiquei contente com o convite, pois, a meu ver, também se trata de uma forma de acolhimento.

Seguimos nossa caminhada pelo abrigo. Passamos em frente a uma carpa que me chamou a atenção. Em um de seus lados, havia vasos de plantas adornando a parte externa. Comentei que entendia aquilo como uma forma de tornar o espaço mais próximo do lar de origem do/a migrante ou refugiado/a. Ana Júlia concordou e disse que isso ocorre em outras carpas, a depender das famílias que ocupam a mesma unidade habitacional.

À esquerda, encontrava-se um espaço compartilhado para lavagem de roupas. Uma mulher lavava roupas, embora não fosse possível afirmar se eram peças pessoais ou de toda a família. Na sequência, passamos pelo espaço de convivência, onde há uma tela utilizada para sessões de cinema. Segundo Ana Júlia, a exibição de filmes era diária, no período noturno. A atividade ainda ocorre, embora com menor frequência. O período noturno é privilegiado para essas ações, pois o fluxo do abrigo diminui. Perguntei como se dava a seleção dos filmes, e Paulo explicou que o processo ficava a cargo do Comitê responsável, que conta com a participação de venezuelanos/as. Ana Júlia acrescentou que há preferência por filmes considerados educativos.

Após sair do espaço de convivência, chegamos a um dos limites do abrigo, uma área sem estrutura montada, utilizada quando necessário. Paulo comentou que esse espaço foi usado como área de isolamento durante a pandemia de Covid-19. No retorno, paramos sob alguns toldos, onde se localizam carpas destinadas às pessoas idosas. Muitos/as são desacompanhados/as, o que agrava sua condição. Em algumas carpas, chamou-me a atenção a presença de camas hospitalares na parte externa. Ana Júlia explicou que isso era comum entre os/as idosos/as, em razão de suas condições de saúde, como hipertensão e outras comorbidades, agravadas pelo calor intenso de Boa Vista/RR.

As carpas ficam sob os toldos para garantir maior conforto térmico. Segundo Ana Júlia e Paulo, idosos/as e pessoas com problemas de saúde têm prioridade nessas unidades. Observei também

muitos colchões do lado de fora das carpas, pelo mesmo motivo. Naquele momento, um grupo de cerca de oito adultos jogava damas, com grande animação entre os participantes.

Ana Júlia e Paulo levaram-me à sala onde são guardados materiais distribuídos aos/as migrantes e refugiados/as. Um funcionário nos recebeu e explicou a função daquele espaço. Produtos de limpeza, lâmpadas e outros materiais utilizados pelos funcionários são ali armazenados. Há um controle rigoroso da entrada e saída de materiais, devido à necessidade de prestação de contas.

Passamos, então, pelo refeitório, onde são servidas as refeições diárias. Havia grande movimentação, com muitas crianças correndo. Eram cerca de 11h30, e a estrutura para o almoço já estava montada. Informei a Ana Júlia e a Paulo que sairia para almoçar e retornaria em aproximadamente uma hora e trinta minutos.

Retornei ao abrigo por volta das 13h00. O ingresso foi tranquilo. Observei que a limpeza do refeitório já estava avançada. Muitos adultos manipulavam seus celulares ou aguardavam o carregamento dos aparelhos. Encontrei novamente Ana Júlia e conheci outro funcionário da FSF, Miguel, responsável pelo coral do abrigo. As atividades do coral ainda não haviam iniciado naquele ano, mas Miguel adiantou que o foco seria o ensino de músicas brasileiras às crianças. Em 2023, o coral realizou apresentações no abrigo e em outros espaços da cidade.

Permaneci conversando com Miguel e Ana Júlia. Miguel explicou que o grupo do coral se altera com frequência, devido à saída de crianças do abrigo com suas famílias. Mencionou que o coral já contou com cerca de vinte crianças. Em nossa conversa, foi mencionada a visita do rapper brasileiro Emicida, considerada importante por estimular o interesse de crianças e jovens pelo coral.

Ana Júlia e Miguel foram atender outras demandas, e eu segui fazendo observações pelo abrigo. Mesmo com o calor intenso, um grupo de cerca de dez adolescentes jogava futebol em uma pequena quadra. Percebi olhares curiosos e desconfiados, já que eu ainda não era conhecido no espaço.

Observei que muitas carpas possuíam divisórias, pois uma mesma unidade pode abrigar mais de uma família, o que pode gerar conflitos. A gestão do abrigo busca mediar essas situações, promovendo mudanças apenas quando necessário.

Por volta das 15h30, retornei ao refeitório e observei intensa movimentação. Muitos adultos recarregavam seus celulares, enquanto mães acompanhavam as crianças, que brincavam de pega-pega. Um funcionário recolheu uma bola utilizada por crianças, explicando as regras do local e a necessidade de comunicar a mãe para a retirada do objeto.

Fui apresentado aos/as demais funcionários/as do abrigo e convidado a tomar café. Em seguida, conheci o gestor responsável pelo abrigo, que me convidou para conhecer sua sala e me ofereceu um espaço para registrar minhas anotações de campo. Permaneci ali cerca de 30 minutos.

Na saída, conversei com um major do Exército Brasileiro, vinculado à Operação Acolhida, que reconheceu a relevância da pesquisa e explicou sobre o rodízio de militares na operação.

Ao entardecer, observei que o jantar havia sido servido. Muitas pessoas permaneciam fora das carpas devido ao calor. Nesse dia, foi distribuída paçoca como sobremesa. Miguel me convidou a conhecer a sala de informática, utilizada mediante agendamento para atividades pontuais.

Antes de encerrar o trabalho de campo, conversei com um jovem venezuelano desacompanhado, que afirmou ter migrado em busca de melhores condições de vida para ajudar a mãe. Ana Júlia sugeriu que ele procurasse Miguel para integrar o coral.

Minha estada no abrigo Pricumã se encerrou por volta das 20h20, quando me despedi de Ana Júlia e retornei ao alojamento onde estava hospedado.

APENDICE 4 – Exemplo de Entrevista

Robson: Estou iniciando mais uma entrevista. Eu gostaria que a senhora falasse para mim o seu nome, a idade, qual etnia que a senhora pertence e quanto tempo está aqui no abrigo.

Entrevistada: Meu nome é Cristina. Estou há um ano neste novo abrigo. Estive três anos no abrigo Pintolândia e estou há cinco anos aqui no Brasil.

Robson: Eu queria que a senhora contasse um pouquinho para mim sobre a trajetória de vida, a história de vida da senhora, desde quando a senhora era pequena até os dias de hoje.

Entrevistada: Bem, quando eu era pequena, cresci nos caños, numa comunidade indígena chamada Araguay Mujo, município de Antonio Díaz, nos caños, e fiquei lá até os 14 ou 15 anos. Estudei até ao quinto ano, lá chamamos de quinto ano. Estudei até ao quinto ano, mas devido a uma doença da minha mãe não pude continuar a estudar, perdi a minha mãe e foi aí que, com 14 anos, casei com o meu marido e, bem, continuei com ele, ainda estou com ele. Estou há trinta anos com o meu marido.

Robson: Por que a senhora migrou para o Brasil? Quais foram os motivos que fizeram com que a senhora viesse da Venezuela para o Brasil?

Entrevistada: Bem, o motivo pelo qual migramos para o Brasil foi a doença da nossa filha. A nossa filha sofria de leucemia, cancro no sangue, e não conseguíamos os medicamentos, os remédios dela eram muito caros, e já não tínhamos como alimentá-la. Então tivemos que migrar para cá porque a própria menina nos pediu para vir. Como eu tinha amigas que moravam aqui no Brasil, elas vinham a Tucupita e nos contavam que no Brasil nos davam ajuda, roupas, que no hospital éramos bem atendidos e que a menina, que já tinha 12 anos, nos obrigou, os pais, a vir para cá. Então, com vontade de salvá-la, vendemos tudo o que tínhamos. A única coisa que temos na Venezuela são as nossas casas, que não vendemos. Mas vendemos tudo o que tínhamos dentro da casa e chegamos aqui no dia 5 de maio e vamos completar 5 anos agora em maio, mas, infelizmente, perdemos a nossa filha nove dias depois de chegarmos ao Brasil. Chegamos aqui e, aos nove dias, perdemos ela porque ela já estava grave e foi por isso que viemos para cá. E, vendo que a situação na Venezuela continua a piorar a cada dia, não pudemos voltar. Agora, pelo menos, os nossos netos, estamos com os nossos netos, os nossos filhos, e eles estão na escola e não pensamos em voltar até que isso se acalme, porque temos mais conforto aqui. Sim, sim, pensamos nisso, mas por enquanto vamos ver se a situação se acalma um pouco e depois voltaremos para a nossa terra. Foi por isso que viemos. O nosso filho e a nossa filha morreram. Uma tinha 14 anos e o outro tinha um ano e nove meses, era cardíaco e também tinha problemas no coração, e também o perdi no hospital infantil. E foi por isso que viemos para o Brasil, irmão.

Robson: Dona Cristina, eu queria perguntar para a senhora, o que a senhora entende por tempo livre? O que é o tempo livre para a senhora?

Entrevistada: Bem, para nós, o tempo livre é como para, para alguém será descansar, fazer essas coisas. Mas, para mim, não tenho tempo livre. Não, não tenho. Porque estou sempre a fazer alguma coisa. Além disso, com a minha neta deficiente, tenho de estar mais atenta, porque não tenho tempo livre. E quando vou para a Venezuela que descanso um pouco, porque sei que eles ficam aqui com ela. Na casa da minha irmã, explico-lhes porque no abrigo temos muito trabalho com a distribuição de alimentos, temos de estar atentos porque o meu marido é *aidamo*, eu sou suplente e somos pessoas muito responsáveis. No dia em que nos toca aos banheiros, essas coisas, estamos muito atentos. A hora em que vão limpar, a hora em que vão fazer tudo isso, então, para nós, quase não temos tempo livre aqui, então, vamos dizer, não há tempo livre. Às vezes, por um momento, vemos alguém a

descansar um pouco. E isso foi o que aconteceu comigo quando perdi os meus dois filhos. Fiquei três meses com Médicos Sem Fronteiras, a psicóloga mandava-me dormir uma hora por dia e eu não conseguia, porque o problema é que até agora não consigo aceitar que os meus filhos já estão mortos há cinco anos e, para mim, ainda é como se não fosse verdade. Não é fácil, irmão.

Robson: Compreendo. Quando a senhora tem um tempo livre, o que a senhora faz aqui no abrigo? O que a senhora costuma fazer no tempo livre

Entrevistada: Bem, irmão, não sei. O que vejo é que, quando tenho tempo, vou fazer isso, começo a fazer artesanato. Eu também trabalho fazendo artesanato e ontem consegui um trabalho com o senhor que vem aqui buscar comida de porco. Mas, para mim, recolher comida das mesas que às vezes não é recolhida, não vejo porque não, porque eu não tenho tempo livre, não, não tenho, porque gosto muito de trabalhar, não gosto de ficar sem fazer nada.

Robson: Eu queria saber se a senhora quer acrescentar mais alguma coisa. Quer falar mais alguma coisa que lembrou?

Entrevistada: Bem, eu realmente gostaria que [...] Bem, nós gostaríamos pelo menos de trabalhar e voltar para nossas casas, porque isso não é bom. Não estamos mal aqui, nem bem, também não. Até mesmo percebemos que às vezes é difícil para muitas pessoas educar uma criança, também não é igual. Hoje, pelo menos, você diz à criança: “Não faça isso”. Vem outro e diz: “Ele disse para não fazer”. E vem outro e faz, e a criança também quer fazer o que o outro faz, e então, para mim, é difícil. Eu sou indígena. Nós, meu marido e eu, somos indígenas, mas nos ensinaram a respeitar o que não é nosso, não podemos tocar, não podemos fazer isso. Então, na verdade, este ano eu disse ao meu marido: “Bem, eu quero voltar para minha casa, para minha terra, tentando levar algo para nós”. Porque nosso filho, o mais novo, já tem onze anos. Estamos agora, pelo menos, com nossas duas netas, que são pequenas, ela tem nove anos (aponta para uma menina) e a bebê, que é especial, tem sete anos. Elas são as que estão agora com a gente. Eu penso que, em nome de Deus, acredito que este ano vamos poder voltar para a nossa terra, porque já está na hora de também procurar outra vida, porque isto aqui não é vida. Tenho uma filha no estado do Pará. Tenho um filho trabalhando no estado do Pará, mas digo a eles que irmos todos para lá é bom, porque nos interiorizamos. Mas o problema é que, quando quisermos voltar, não teremos dinheiro para voltar, porque há pessoas que foram e não puderam voltar. Está muito caro, a passagem e essas coisas, e então isso é o que sempre me segura, porque tenho meu pai, ainda graças a Deus, aqui em Janokoida, em Pacaraima. Tenho o meu pai em Pacaraima. Tenho a minha irmã em Pacaraima. O meu pai já tem 73 anos, um senhor, bem idoso, mas ainda está forte, graças a Deus. Então, isso é o que também me impede de ir para tão longe, porque depois de cuidar do meu pai, eu fico aqui. Ainda neste momento, continuo a planejar com o meu marido que este ano continuaremos a levar as crianças como pudermos e às vezes que lhes digo que não tenho descanso. Se uma criança já não está: onde está essa criança? O que está fazendo? Cuidado! Em vez de jogar futebol, a bola está no campo. Vai comer! Aqui é refeitório. Veja, é preciso ensinar isso a eles, porque não se pode ter as crianças por conta própria. Esta lavanderia é para a gente lavar a roupa e não para as crianças correrem e quebrarem as torneiras, porque não pode ser que todos os dias tenham que vir consertar as torneiras, consertar a cozinha, consertar as coisas. Não é assim. Então, isso é o que aprendi com os meus pais, muitas coisas que, como lhe disse, mas não pude, eles não puderam me dar estudos, essas coisas, mas sim, nos deram alguma educação. Por isso, quero que os meus filhos agora possam estudar. O que eu posso fazer é que eles estudem mais ou menos e sejam alguma coisa no futuro. Não me considero uma pessoa sem valor, apesar de tudo, graças a Deus. Tenho sido uma mulher, agora, estou trabalhando com artesanato, em cada viagem que faço trago dez, doze redes, essas coisas. Trago artesanato, tenho artesanato e estou trabalhando arduamente, e o meu marido, que me apoia bastante, também, graças a Deus, por me ter dado um bom companheiro, pois já estou há trinta anos com ele. E, bem, aqui estamos. Peço a Deus que só a morte nos separe.

Robson: Muito obrigado, Dona Cristina, pela entrevista.

[O gravador do aparelho celular foi ligado novamente em comum acordo com a entrevistada depois da manifestação por parte dela ter deixado de comentar algo importante e optar por deixar registrado]

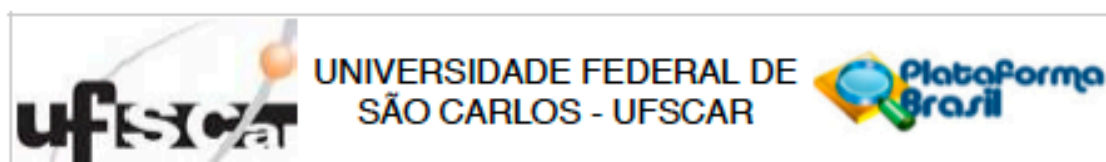
Robson: Bom, em comum acordo, o gravador foi ligado novamente pois a Dona Cristina tem coisas muito interessantes que ela estava comentando na conversa e quer registrar.

Entrevistada: Ah, sim. Bem, isso é o que aprendemos aqui. Pelo menos nas conversas que tivemos, nas palestras que fizemos. Aprendemos com vocês aqui, os brasileiros, e nós, os venezuelanos, estamos a aprender com vocês e vocês aprendem conosco. Pelo menos a cultura, a religião, todas essas coisas que estamos a aprender aqui, é assim, convivendo juntos, trabalhando e assistindo às palestras, aprendemos um pouco mais. Obrigado.

Robson: Muito obrigado. Excelente.

ANEXOS

ANEXO 1 – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Vidas em movimento entre muros e pontes: lazer e processos educativos na vida cotidiana de refugiados/as venezuelanos/as

Pesquisador: Robson Amaral da Silva

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 87718423.1.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 8.484.983

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa", e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram copiadas do arquivo "Informações Básicas da Pesquisa".

"A pesquisa é de caráter qualitativo e tem como objetivo compreender o significado atribuído à prática social lazer na vida cotidiana por refugiados/as venezuelanos/as, bem como a descrição e a análise dos processos educativos decorrentes da convivência em abrigo de acolhida temporário da ACNUR na cidade de Boa Vista/RR. Nesse sentido contará com a participação de cinco refugiados/as venezuelanos/as adultos/as (acima de 18 anos de idade) que estejam em situação de deslocamento forçado e vivendo há mais de trinta dias em abrigo sob gestão da ACNUR no qual haverá a inserção para desenvolvimento do estudo. Utilizar-se-á como instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada e a observação não estruturada com registros em diários de campo. Adicionalmente serão registradas imagens fotográficas de cenas do objeto de investigação que contribuam para a consecução do objetivo proposto para a pesquisa. A coleta de dados ocorrerá em dois momentos, com período de inserção em campo de quinze dias cada. O processo de análise dos dados estará balizado pela análise de conteúdo, segundo as diretrizes propostas por Bardin (1979)."

Hipótese:

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (15)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS - UFSCAR



Continuação do Parecer: 6.494.983

"A intenção de pesquisa proposta baseia-se na busca pela compreensão do significado do lazer na vida cotidiana de refugiados/as venezuelanos/as. No âmbito dessa reflexão a questão de pesquisa do projeto pode ser expressa da seguinte forma: Que significados são atribuídos ao lazer na vida cotidiana por refugiados/as venezuelanos/as e que processos educativos são observados durante a convivência em abrigo apoiado pela ACNUR na cidade de Boa Vista/RR? Tendo como base a questão apresentada e a perspectiva que ancora a pesquisa, não delimitamos hipóteses prévias que possam ser aqui arroladas. O estudo caminha no sentido da descrição dos significados referentes ao lazer e dos processos educativos desencadeados na convivência em abrigo de acolhida temporária, a partir da própria perspectiva dos/as participantes do estudo. Portanto, trata de um modo muito peculiar do objeto em estudo existir, centralizando nas experiências conscientes dos sujeitos, ao invés de pautar-se por construtos hipotético-dedutivos. Com isso, não descarta pesquisas de menor monta, porém não se torna coerente ao universo teórico-conceitual com o qual operamos o levantamento de hipóteses prévias."

Metodologia Proposta:

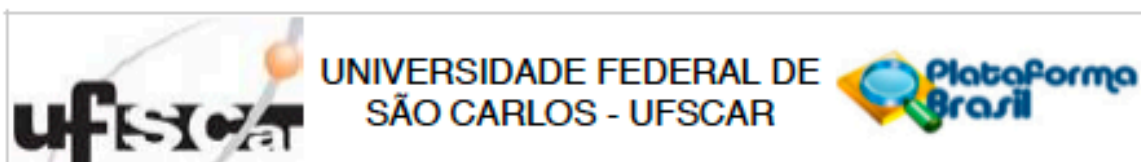
"O estudo em tela insere-se no contexto da pesquisa qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994), uma vez que a intenção é "[...] interpretar o sentido dos eventos a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam e fazem" (CHIZZOTTI, 2013, p. 28), sem a pretensão de estabelecer generalizações. Trata-se de uma pesquisa exploratória por ter como objetivo "maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado" (GIL, 2017, p. 26). Segundo Martins e Bicudo (1989), em termos de forma, no contexto das pesquisas qualitativas, os dados coletados são coletados através da comunicação entre os participantes da pesquisa e o tratamento dos dados é realizado por meio da interpretação.

No que tange a comunicação, a inserção no contexto de vida de refugiados/as dar-se-á a partir da convivência em um dos abrigos temporários da ACNUR na cidade de Boa Vista/RR. Na seleção dos/as participantes da pesquisa optar-se-á por cinco pessoas adultas (maiores de 18 anos), oriundas/as da Venezuela, e que estejam em situação de deslocamento forçado e vivendo há mais de trinta dias em abrigo sob gestão da ACNUR no qual haverá a inserção para desenvolvimento do estudo. No decorrer da pesquisa, segundo a proposta de Negrine (2010), lançaremos mão da observação não estruturada, por não possuímos pautas de observação previamente definidas, e optaremos, no que se refere ao papel do observador, pela observação participante (ou ativa) na

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA
UF: SP Município: SÃO CARLOS
Telefone: (16)3351-9685

CEP: 13.565-905

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.494.983

qual o/a pesquisador/a partilha e participa ativamente de situações no contexto em que está inserido/a. Realizaremos entrevistas semiestruturadas (NEGRINE, 2010, p. 76) a partir de questões concretas previamente definidas pelo pesquisador e, ao mesmo tempo, que explorações não previstas podem ser realizadas. O RETEIRO INCLUI AS SEGUINTEs QUESTÕES: 1)FALE SOBRE SUA TRAJETÓRIA DE VIDA, DESDE SUA INFÂNCIA ATÉ A ATUALIDADE. [HABLA SOBRE TU TRAYECTORIA DE VIDA, DESDE TU

INFANCIA HASTA LA ACTUALIDAD]2) DESCREVA SUA MOTIVAÇÃO, NECESSIDADE, EXPERIÊNCIA NO PROCESSO DE REFUGIAR-SE NO BRASIL. [DESCRIBA SU MOTIVACIÓN, NECESIDAD, EXPERIENCIA EN EL PROCESO DE REFUGIO EN BRASIL]3) O QUE É O LAZER PARA VOCÊ? [¿QUÉ ES PARA TI EL OCIO?]4) COMO TEM VIVENCIADO O LAZER NO ABRIGO APOIADO PELA ACNUR NA CIDADE DE BOA VISTA/RR? [¿COMO VIVE EL OCIO EN EL ABRIGO APOYADO POR ACNUR EN LA CUIDAD DE BOA VISTA/RR?]5) QUER ACRESCENTAR ALGO? [¿QUIERES AÑADIR ALGO?] Em relação ao número de participantes da pesquisa a serem entrevistados/as, inicialmente, realizaremos cinco entrevistas semiestruturadas com refugiados/as venezuelanos/as que estejam vivendo no abrigo de acolhida temporária no qual a pesquisa será desenvolvida. Adicionalmente serão realizados registros fotográficos de cenas objeto da investigação, ou seja, de imagens que estejam relacionadas a fruição do lazer por parte dos/as participantes da pesquisa. Para tanto será utilizado um aparelho celular com aplicativo de câmera. Os registros auxiliarão no entendimento dos significados do lazer para os refugiados/as venezuelanos que se encontram em abrigo de acolhida, bem como na identificação das experiências de lazer vivenciadas nesse local. O trabalho de campo está previsto para ser realizado em dois momentos, com períodos de duração de 15 dias, nos meses de julho de 2023 e janeiro de 2024.No que se refere ao tratamento dos dados, elaboraremos categorias temáticas vinculadas às entrevistas semiestruturadas e às observações não estruturadas com registros em diários de campo. Nesse sentido serão levadas em consideração os conteúdos dos instrumentos de coleta de dados a fim de identificar aspectos convergentes, divergentes e/ou particularidades do objeto a ser estudado."

Critério de Inclusão:

"Serão selecionados/as inicialmente cinco refugiados/as venezuelanos/as maiores de 18 anos que estejam vivendo a pelo menos um mês em abrigo de acolhida apoiado ACNUR na cidade de Boa Vista/RR designado para a pesquisa."

Critério de Exclusão:

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

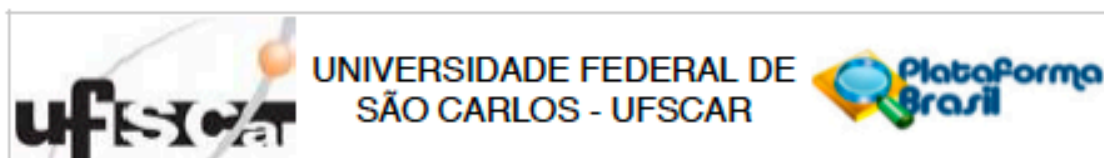
UF: SP

Município: SÃO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.494.983

"Será compreendido como não participante da pesquisa refugiados/as venezuelanos/as menores de 18 anos de idade que não estejam vivendo em abrigo de acolhida temporário apoiado pela ACNUR na cidade de Boa Vista/RR, em particular aquele designado para a pesquisa. Além disso, não comporão o grupo de participantes refugiados/as que estejam vivendo no abrigo a menos de trinta dias."

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

"Este projeto de pesquisa tem como objetivo primário compreender o significado atribuído à prática social lazer na vida cotidiana por refugiados/as venezuelanos/as e descrever e analisar os processos educativos decorrentes da convivência em abrigo apoiado pela ACNUR na cidade de Boa Vista/RR."

Objetivo Secundário:

"No que se refere aos objetivos secundários da pesquisa temos:

- Conhecer as manifestações culturais de lazer vivenciadas por refugiados/as venezuelanos/as;
- Identificar o tempo dedicado à prática social lazer no abrigo de acolhida temporária;
- Identificar os lugares/espacos em que são desenvolvidas as experiências de lazer dos/as refugiados/as venezuelanos/as;
- Compreender os processos de ensinar e de aprender entre refugiados/as venezuelanos/as desencadeados na convivência na prática social lazer em abrigo de acolhida temporária."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

"A participação nesta pesquisa pode ter riscos tais como: gerar estresse e desconforto resultante da situação de observação como também da exposição de opiniões pessoais ao responder perguntas que envolvam as próprias ações, mesmo com todos os cuidados que serão tomados durante as situações de registro fotográfico, de observação e de entrevista. A fim de minimizar tais possibilidades, as gravações realizadas durante a entrevista serão por mim transcritas na íntegra e apresentadas aos/as participantes, garantindo que se mantenha a mais fidedigna possível. Caso se sinta desconfortável ou constrangido/a, o/a participante, não precisará responder as questões efetuadas pelo pesquisador e nem permitir o registro em diário de campo ou o uso de equipamento para registro fotográfico e de áudio. Diante dessas situações, os/as participantes terão garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista ou registros fotográficos e em

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

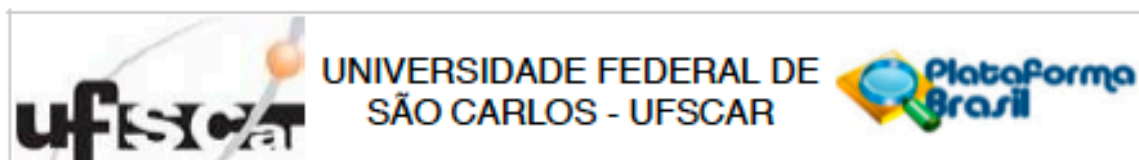
UF: SP

Município: SÃO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.494.983

diários de campo a qualquer momento. Serão retomados, nessas situações, os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento de qualquer procedimento descrito anteriormente, solicito autorização para estabelecer contato posterior, a fim de verificar os possíveis danos ocasionados e proceder quanto a novas orientações e encaminhamentos, se necessário, visando o bem-estar de todos/as os/as participantes."

Benefícios:

"Sua participação nessa pesquisa poderá auxiliar na compreensão dos processos educativos vivenciados nos momentos de lazer dos/as refugiados/as venezuelanos/as nos abrigos da ACNUR, bem como na identificação de possíveis limites e/ou potencialidades das experiências de lazer nesses espaços e que podem ajudar na melhoria nas dinâmicas de acolhimento nos abrigos."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa somente poderá iniciar após a aprovação do Comitê de Ética.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Documentos/Termos seguintes encontram-se anexados na Plataforma.

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2078588.pdf (24/10/2023)

Robson_CartaAutorizacao.pdf(24/10/2023)

Carta_Resposta_versao3.pdf (24/10/2023)

Carta_Resposta_versao2.pdf (14/08/2023)

Carta_Resposta_versao1.pdf (02/07/2023)

Robson_ProjetoCEPfinal_modificado_versao1.pdf (02/07/2023)

Robson_TCLE_PortEspFinal_modificado_versao1.pdf (02/07/2023)

Robson_CartaCEP.pdf (08/03/2023)

Robson_FolhaRostoFinal.pdf (08/03/2023)

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

- Parecer pendente Número: 6.099.439, emitido pelo CEP em 03 de junho de 2023.

- Parecer pendente Número: 6.183.927, emitido pelo CEP em 14 de julho de 2023.

Trata-se de análise de resposta ao parecer pendente Número: 6.447.839, emitido pelo CEP em 23 de outubro de 2023.

- A carta de autorização para condução da pesquisa pelo órgão competente foi encaminhada.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

CEP: 13.565-905

E-mail: cephumanos@ufscar.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS - UFSCAR



Continuação do Parecer: 6.494.983

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de ética em pesquisa - CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, manifesta-se por considerar "Aprovado" o projeto. Conforme dispõe o Capítulo VI, Artigo 28, da Resolução Nº 510 de 07 de abril de 2016, a responsabilidade do pesquisador é indelegável e inderrogável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe, após aprovação deste Comitê de Ética em Pesquisa: II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção. Este relatório final deverá ser protocolado via notificação na Plataforma Brasil. OBSERVAÇÃO: Nos documentos encaminhados por Notificação NÃO DEVE constar alteração no conteúdo do projeto. Caso o projeto tenha sofrido alterações, o pesquisador deverá submeter uma "EMENDA".

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2078368.pdf	24/10/2023 10:00:16		Aceito
Declaração de concordância	Robson_CartaAutorizacao.pdf	24/10/2023 09:58:33	Robson Amaral da Silva	Aceito
Outros	Carta_Resposta_versao3.pdf	24/10/2023 09:48:09	Robson Amaral da Silva	Aceito
Outros	Carta_Resposta_versao2.pdf	14/08/2023 17:12:58	Robson Amaral da Silva	Aceito
Outros	Carta_Resposta_versao1.pdf	02/07/2023 19:53:20	Robson Amaral da Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Robson_ProjetoCEPfinal_modificado_versao1.pdf	02/07/2023 19:52:59	Robson Amaral da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Robson_TCLE_PortEspFinal_modificado_versao1.pdf	02/07/2023 19:52:35	Robson Amaral da Silva	Aceito
Folha de Rosto	Robson_FolhaRostoFinal.pdf	06/03/2023 10:42:47	Robson Amaral da Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Robson_ProjetoCEPfinal.pdf	02/03/2023 10:38:38	Robson Amaral da Silva	Aceito

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

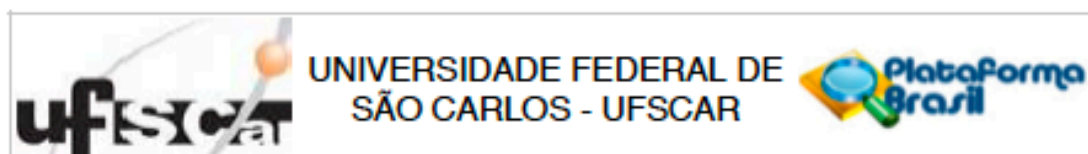
UF: SP

Telefone: (16)3351-9685

Município: SÃO CARLOS

CEP: 13.565-905

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.464.983

Investigador	Robson_ProjetoCEPTfinal.pdf	02/03/2023 10:36:36	Robson Amaral da Silva	Acetto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Robson_TCLE_PortEspFinal.pdf	02/03/2023 10:34:07	Robson Amaral da Silva	Acetto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 08 de Novembro de 2023

Assinado por:
Sonia Regina Zerbetto
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br